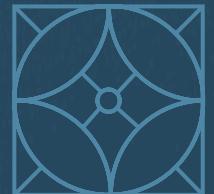
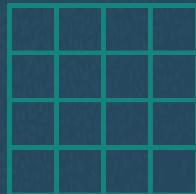
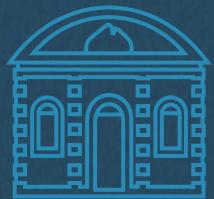
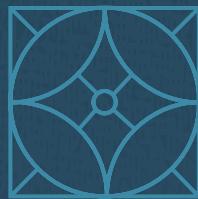
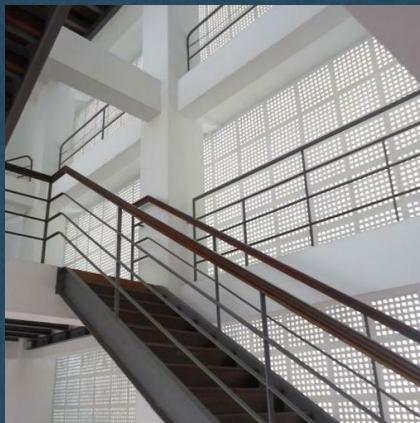


Natália Miranda Vieira-de-Araújo

ORGANIZAÇÃO

O CAMPO PRESERVACIONISTA NO BRASIL

Da teoria ao projeto



Natália Miranda Vieira-de-Araújo
ORGANIZAÇÃO

O CAMPO PRESERVACIONISTA NO BRASIL

Da teoria ao projeto



Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Alfredo Macedo Gomes

Vice-Reitor: Moacyr Cunha de Araújo Filho



Editora UFPE

Diretor: Junot Cornélio Matos

Vice-Diretor: Diogo Cesar Fernandes

Editor: Artur Almeida de Ataíde

Conselho Editorial (Coned)

Alex Sandro Gomes (CIn)

Carlos Newton Júnior (CAC)

Eleta de Carvalho Freire (CE)

Marília de Azambuja Ribeiro Machel (CFCH)

Margarida Maria de Castro Antunes (CCM)

Editoração

Revisão de texto: José Roberto de Luna Filho

Projeto gráfico: Pedro Henrique Gomes

Catalogação na fonte

Bibliotecária Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408

C198 O campo preservacionista no Brasil [recurso eletrônico] : da teoria ao projeto / organização : Natália Miranda Vieira-de-Araújo. – Recife : Ed. UFPE, 2025.
1 recurso online (580 p. : il.)

Vários autores

Inclui referências

ISBN 978-65-5962-303-7 (online)

DOI 10.51359/978-65-5962-303-7

1. Arquitetura – Conservação e restauração – Brasil. 2. Patrimônio cultural – Proteção – Brasil. 3. Sítios históricos – Conservação e restauração. 4. Centros históricos – Conservação e restauração. 5. Edifícios históricos – Conservação e restauração. 6. Planejamento urbano. I. Vieira, Natália Miranda (Org.).

720.288

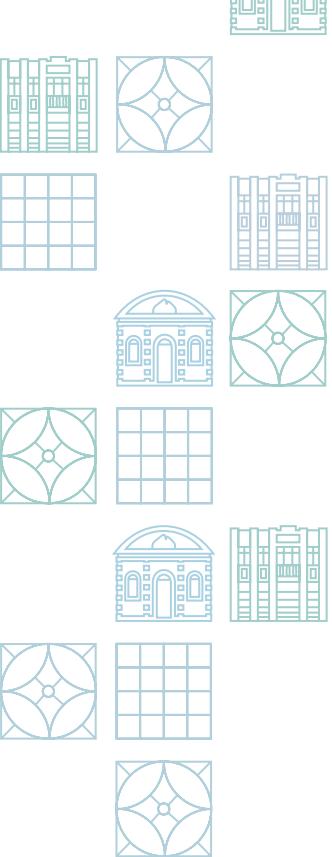
CDD (23.ed.)

UFPE (BC2025-013)

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.



Ao querido e admirado
professore Giovanni Carbonara (in memoriam)



Sumário

10 Prefácio

Natália Miranda Vieira-de-Araújo
Flaviana Barreto Lira

PARTE I Considerações sobre a prática projetual preservacionista institucionalizada no Brasil

18 Apresentação

Natália Miranda Vieira-de-Araújo

CAPÍTULO 1

23 A cristalização da “eterna imagem do passado” nas práticas preservacionistas dos sítios históricos brasileiros: perspectivas para a sua superação?

Natália Miranda Vieira-de-Araújo
José Clewton do Nascimento

CAPÍTULO 2

52 Posturas intervencionistas contemporâneas e a prática brasileira institucionalizada

Natália Miranda Vieira-de-Araújo

CAPÍTULO 3

- 74 Práticas intervencionistas no patrimônio edificado do Rio Grande do Norte: da reconstrução mimética a uma abordagem crítica

Natália Miranda Vieira-de-Araújo

Haroldo Maranhão

Monique Lessa Vieira Olimpio

CAPÍTULO 4

- 93 Ressonâncias teóricas entre pesquisadores brasileiros e as correntes contemporâneas do restauro na Itália: e a prática?

Natália Miranda Vieira-de-Araújo

PARTE II O ensino para a preservação do patrimônio construído – a formação de arquitetos e urbanistas

- 124 Apresentação

Flaviana Barreto Lira

CAPÍTULO 5

- 129 O papel da teoria na prática projetual de intervenção em áreas de valor patrimonial: o "ano da conservação" na experiência didática da UFPE

Natália Miranda Vieira-de-Araújo

CAPÍTULO 6

- 146 A significância cultural como ponto de partida para o ensino do projeto em bens de interesse cultural: a experiência da disciplina de PROAU, FAU/UnB

Flaviana Barreto Lira

Ana Elisabete Medeiros

Oscar Luís Ferreira

Letícia Naka Cartaxo Mishina

CAPÍTULO 7

- 181 Ateliê caótico: uma experiência de apreensão do lugar e de prática projetual em áreas de valor patrimonial

José Clewton do Nascimento

Eunádia Cavalcante

CAPÍTULO 8

- 198 **Os pressupostos teóricos e suas implicações na prática projetual: o ensino de restauro arquitetônico e urbano na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC Campinas**

Ana Paula Farah

José Roberto Merlin

CAPÍTULO 9

- 222 **O desenvolvimento de competências na formação em arquitetura e urbanismo para atuação no campo da preservação**

Monique Lessa Vieira Olimpio

PARTE III Desafios para a preservação da arquitetura moderna e do patrimônio industrial

- 249 **Apresentação**

Flaviana Barreto Lira

CAPÍTULO 10

- 254 **Conservacionistas, modernistas e sociedade: acordos necessários à efetiva conservação do patrimônio moderno**

George Alexandre Ferreira Dantas

Natália Miranda Vieira-de-Araújo

CAPÍTULO 11

- 266 **O IPHAN e o Hotel Internacional Reis Magos: retrocessos no reconhecimento do patrimônio moderno**

George Alexandre Ferreira Dantas

Natália Miranda Vieira-de-Araújo

José Clewton do Nascimento

CAPÍTULO 12

- 291 **Intervenção na Caixa d'Água de Olinda: valorização e ressignificação do modernismo**

Natália Miranda Vieira-de-Araújo

Gabriela Souto Maior

CAPÍTULO 13

- 317 **Apagando testemunhos: o desafio da preservação dos blocos residenciais modernos do plano piloto de Brasília**

Flaviana Barreto Lira

Ana Clara Giannecchini

Manuella de Carvalho Coelho

Mariana Leite Melo e Silva

CAPÍTULO 14

- 347 **Faces de uma mesma paisagem: preservação e ressignificação das superquadras de Brasília**

Beatriz de Oliveira Alcantara Gomes

Flaviana Barreto Lira

CAPÍTULO 15

- 367 **Intervindo sobre a preexistência: o projeto “Porto Novo” no Bairro do Recife e a distância entre plano e implementação**

Natália Miranda Vieira-de-Araújo

Gabriela Souto Maior

Clara Patrício da Silva Araújo

CAPÍTULO 16

- 395 **Patrimônio ferroviário enquanto instrumento de requalificação urbana: diretrizes para intervenção em sítios ferroviários obsoletos**

Talys Napoleão Medeiros

PARTE IV Gestão de sítios históricos: preservação e política urbana

- 433 **Apresentação**

Natália Miranda Vieira-de-Araújo

CAPÍTULO 17

- 438 **Reabilitação urbana e segregação social no centro histórico de João Pessoa**

Anna Cristina Andrade Ferreira

Natália Miranda Vieira-de-Araújo

CAPÍTULO 18

- 469 **O abismo entre as práticas preservacionistas e a garantia do direito à moradia digna: o emblemático caso da Comunidade do Pilar no bairro do Recife**

Manoela Jordão

Natália Miranda Vieira-de-Araújo

CAPÍTULO 19

- 508 **O sítio histórico de Natal agora é tombado como patrimônio nacional. E daí?**

Elaine de Albuquerque Medeiros

Natália Miranda Vieira-de-Araújo

CAPÍTULO 20

- 540 **O devir da morte: a legislação patrimonial e sua relação com o arruinamento de imóveis no centro histórico de João Pessoa**

Juliana Carvalho Clemente

Fernanda Rocha de Oliveira

Natália Miranda Vieira-de-Araújo

- 560 **À guisa de conclusão: o amadurecimento da ação projetual no campo preservacionista no Brasil como uma construção contínua**

Natália Miranda Vieira-de-Araújo

Flaviana Barreto Lira

- 572 **Sobre as autoras e os autores**

Prefácio

Natália Miranda Vieira-de-Araújo

Flaviana Barreto Lira

A presente publicação reúne uma série de artigos já apresentados em mesas-redondas e simpósios temáticos, vários deles com uma primeira versão anteriormente publicada em anais de eventos importantes da área da Arquitetura e Urbanismo, centrados em questões nevrálgicas para a compreensão do campo preservacionista no Brasil. Articulando especialmente as discussões da teoria do restauro ao projeto de intervenções sobre preexistências de valor patrimonial,¹ as reflexões passam, ainda, pela questão do ensino, mais especificamente aquele voltado à formação de arquitetos e urbanistas para atuação no campo da preservação do patrimônio construído, e pela questão da gestão de sítios históricos. Após revisão cuidadosa, os artigos foram organizados em torno dos temas centrais que movem os

¹ Ao longo desta publicação, como poderá ser observado em vários capítulos, utilizaremos muito o termo “preexistência de valor patrimonial”. Entendemos a “preexistência de valor patrimonial” como áreas que, de alguma forma, são reconhecidas como constituintes do patrimônio cultural de determinado lugar. Consideramos este termo como mais apropriado do que o termo comumente utilizado, “áreas de valor histórico”, ou mesmo “áreas de valor histórico e artístico”, uma vez que, diante da atual conceituação de patrimônio cultural, na verdade estamos lidando com uma gama de valores bem mais ampla, a qual inclui valores simbólicos, econômicos, de uso etc., que estão impregnados nas dimensões materiais e imateriais. Sobre o assunto, ver Vieira (2008, p. 31-42) e Vieira-de-Araújo (2022). Compreendemos, então, que o *valor patrimonial* está impregnado no suporte material de um sítio; por exemplo, em seu patrimônio edificado, foco central da presente publicação.

pesquisadores do Grupo de Pesquisa “Patrimônio Cultural: Teoria, Projeto e Ensino”, registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e liderado pelas autoras deste prefácio, integrantes do Laboratório de Urbanismo e Patrimônio Cultural do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

O título escolhido para esta publicação, *O campo preservacionista no Brasil: da teoria ao projeto*, motiva o desenvolvimento de um comentário geral de abertura acerca dos conceitos de restauração, preservação e conservação, que serão usados muitas vezes ao longo desta publicação, como concepções que remetem a um campo disciplinar próprio. O que percebemos, ao longo das diversas pesquisas realizadas, é que, a depender do contexto cultural em que se inserem os autores utilizados como referência para a reflexão, o termo mais utilizado varia. No Brasil, os três termos são bastante utilizados pelas influências variadas que temos historicamente, mas o termo “preservação”, que parece ser tanto o mais utilizado como o mais abrangente, envolve todas as ações do campo, e este é o motivo para a sua utilização no título geral da publicação. Os autores inseridos no contexto anglo-saxão normalmente dão preferência ao termo *conservation* para falar dessa denominação ampla do campo, enquanto os espanhóis parecem preferir o termo *restauración*. Já os italianos usam muitas vezes o termo *restauro*, mas também utilizam os termos *conservazione* e *tutela* para o sentido lato, próximo da utilização do termo “preservação no Brasil” (Kühl, 2008; Vieira-de-Araújo; Lira, 2020).

Essa relação entre o contexto cultural e os conceitos de restauração e conservação pode ser observada no artigo escrito, em 2008, pelo professor Giovanni Carbonara, para a palestra de abertura do ano acadêmico 2008/2009 da Faculdade de Arquitetura da Sapienza Università di Roma. Nesse artigo, intitulado justamente “Restauração não é conservação...”, Carbonara deixa muito claro, por exemplo, como o conceito de restauração é comumente utilizado no ambiente italiano para se referir a uma ação de projeto calcada no profundo conhecimento do bem cultural, em sua análise histórica e cultural, mas como uma ação do momento presente. Sendo assim, torna-se nítida a distinção com o que seria, no ambiente italiano, a conservação (mais próxima das ações de manutenção):

De fato, hoje, uma atenção séria e difusa sobre a relação antigo-novo ainda é algo a se construir e não é certo que ela realmente interesse; além disso, falta um diálogo entre cultura e atuação profissional, falta uma autêntica consciência social do problema, substituída, como é fácil perceber, por um falso, ostentatório e acrítico falso interesse nos bens culturais, às vezes histericamente conservador, outras regressivo, em termos aproximativamente historicistas (Carbonara, 2023, p. 166).

Observando um artigo como esse, com um título tão forte, pode parecer contraditório dizer que vamos usar todos esses termos (preservação/restauro/restauração/conservação) ao longo desta publicação. O que estamos procurando destacar é que o foco aqui é a ação projetual sobre a materialidade do patrimônio construído, com vistas à transmissão de valores, reconhecidos hoje para as próximas gerações, e que autores oriundos de contextos culturais diversos chamarão ora de restauração, ora de conservação, ora de preservação. Os autores dos capítulos que compõem esta publicação vão eleger os termos mais recorrentes nos referenciais bibliográficos por eles mobilizados, como ficará claro no texto específico de cada capítulo. O que precisa estar claro desde o início da leitura é que, seja qual for o termo utilizado, os princípios teórico-metodológicos do campo disciplinar do restauro são norteadores das reflexões.

Parece-nos que mais importante que a utilização de um ou outro termo é a clareza acerca dos princípios construídos por esse campo disciplinar ao longo dos anos. Especialmente no que concerne à reflexão que se desenvolve da segunda metade do século xx até os dias de hoje, quando identificamos a moderna concepção de preservação/restauro/conservação. Tal concepção conta com uma clara mudança de chave de uma abordagem metodológica baseada na objetividade científica para uma que parte necessariamente do reconhecimento da subjetividade intrínseca às ações preservacionistas, cujo ponto de partida é o reconhecimento de valores por parte dos sujeitos.

Ainda sobre a clareza dos termos utilizados, é importante destacar que, ao utilizar a palavra “intervenção”, estamos englobando toda ação no “aspecto físico” do bem cultural, ou seja, na sua materialidade. Nossa referência para esse entendimento é a conceituação empregada na Portaria N° 420 do IPHAN, de 22 de dezembro de 2010, que a define como:

[...] toda alteração do aspecto físico, das condições de visibilidade, ou da ambiência de bem edificado tombado ou da sua área de entorno, tais como serviços de manutenção e conservação, reforma, demolição, construção, restauração, recuperação, ampliação, instalação, montagem e desmontagem, adaptação, escavação, arruamento, parcelamento e colocação de publicidade.

O livro está organizado em 4 partes centrais que demonstram como os temas e os pesquisadores vão se articulando ao longo, pelo menos, dos últimos 10 anos de amadurecimento acadêmico e de trocas sistemáticas. Nesse processo contínuo, novos pesquisadores, hoje mestres e doutores, passam a compor essa teia de formação para a atuação na área da preservação do patrimônio construído no Brasil. O livro reúne 20 capítulos, dos quais 16 são de autoria individual ou em coautoria com uma das duas presentes autoras, contando, no conjunto, com a participação de 25 pesquisadores espalhados por 6 instituições de ensino do país – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas), Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade de Brasília (UnB) e UFPE. A confecção dos capítulos envolveu a participação de 5 então orientandos de trabalho final de graduação ou do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), 6 de mestrado e 4 de doutorado de uma das duas autoras deste prefácio. Hoje vários destes já são atuantes no ensino em uma das instituições acima identificadas. Trata-se, portanto, de um esforço coletivo e colaborativo, uma verdadeira construção contínua.

A PARTE I - Considerações sobre a prática projetual preservacionista institucionalizada no Brasil resulta, principalmente, das pesquisas desenvolvidas na UFRN e, posteriormente, na UFPE, pela organizadora geral desta publicação, que discutem, a partir de casos concretos de projetos de restauração desenvolvidos pelo IPHAN em diversas cidades, especialmente do Nordeste brasileiro, a abordagem projetual aplicada ao patrimônio, largamente utilizada pelo órgão federal, que tende a perpetuar um ideário baseado na busca da cristalização de determinadas e “eternas imagens do passado”. Aqui, os capítulos

problematizam a relação entre as decisões projetuais tomadas pelo IPHAN e a reflexão teórica do campo preservacionista, chamando atenção ainda para a necessidade de investimento na formação de profissionais com a competência específica para o desenvolvimento de projetos de intervenção em áreas de reconhecido valor patrimonial, tema este que será aprofundado na segunda parte do livro.

Chegando à PARTE II - O papel do ensino – a formação de arquitetos e urbanistas para a preservação patrimonial, teremos a presença forte das pesquisas de ambas as líderes do grupo de pesquisa, tendo sido essa parte constituída, principalmente, a partir do desenvolvimento dos resumos apresentados por ocasião do Simpósio Temático “Relação Teoria x Prática Projetual no Ensino da Conservação do Patrimônio Cultural”, coordenado pela segunda autora deste prefácio, por ocasião do VI Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (VI ENANPARQ), que aconteceu em Brasília em 2020. Essa parte reúne um conjunto de pesquisadores e instituições que vêm trocando experiências no campo do ensino para a preservação patrimonial e discutem as estratégias de ensino e aprendizagem utilizadas em contextos e arranjos institucionais diferenciados, sempre buscando o aprimoramento da formação profissional para atuação específica no campo da preservação do patrimônio construído, unindo aprofundamento teórico e projetual de forma indissociável.

Já a PARTE III - Desafios para a preservação da arquitetura moderna e do patrimônio industrial envolve também as pesquisas de ambas as autoras deste prefácio, além de pesquisadores parceiros da UFPE, UFRN e UnB. Aqui a proposta é discutir tanto as particularidades teóricas e metodológicas da conservação do patrimônio a partir da industrialização como analisar casos específicos que envolvem retrocessos, possibilidades e valorização de bens geograficamente e tipologicamente diversos desse período. Esses temas, que estão relacionados à patrimonialização, às intervenções projetuais nas escalas arquitetônicas e urbanísticas, bem como à significância cultural de bens modernos, serão debatidos.

Finalmente, chegamos à PARTE IV - Gestão de sítios históricos: preservação e política urbana, que registra um esforço de pesquisa que nasce

do doutorado da organizadora geral da presente publicação (Vieira, 2008) e segue frutificando através das orientações acadêmicas nos diversos níveis de formação. Aqui a preocupação é a de que todas essas reflexões acerca da preservação patrimonial não negligiem suas necessárias inter-relação e interdependência com o planejamento urbano da cidade como um todo, a partir da ideia, já antiga, mas ainda tão pouco alcançada, da chamada conservação integrada.

É, portanto, com uma grande felicidade que compartilhamos este rico conjunto de artigos desenvolvidos por nossas redes de pesquisa, esperando que atinja um número maior de pesquisadores e alcance a necessária difusão do conhecimento coletivamente produzido com tanto esforço acadêmico envolvido. Agradecemos a todos os pesquisadores que aceitaram o nosso convite para participar desta empreitada, em especial a Fernanda Rocha de Oliveira e Monique Lessa Vieira Olimpio, que participaram ativamente junto à organizadora geral da revisão final e formatação do presente volume no momento de submissão à editora; e à UFPE, que permitiu, através do Edital de Apoio ao Pesquisador 2022, a viabilização desta publicação. Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 e do CNPq, através da bolsa de produtividade (2021-2023) concedida à organizadora geral desta publicação.

Por fim, registramos que foi com grande pesar que recebemos a notícia do falecimento do professor Giovanni Carbonara, em fevereiro de 2023, durante o processo de submissão desta publicação à Editora UFPE. O professor Carbonara supervisionou a pesquisa de pós-doutorado da organizadora geral e é figura ímpar para o entendimento da indissociabilidade entre a ação de preservação do patrimônio construído, o aprofundamento teórico e a prática de projeto, como veremos ao longo desta publicação. Nosso carinho e nossa gratidão a todos os ensinamentos, à inestimável contribuição ao campo preservacionista e às trocas sempre profícias e amáveis que tivemos com o professor Carbonara ficam, assim, registrados na dedicatória da presente publicação.

Referências

- CARBONARA, Giovanni. A restauração não é conservação... Tradução de Nivaldo Andrade e Yan Graco Cafezeiro. Revista Thésis, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 2023. Disponível em: <https://thesis.anparq.org.br/revista-thesis/article/view/411>. Acesso em: 5 maio 2024.
- IPHAN. Portaria nº 420, de 22 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 1º jan. 2015.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: problemas teóricos de restauro. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.
- VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda. Materialidade e imaterialidade no patrimônio construído: diálogos entre Brasil e Itália. Recife: Editora UFPE, 2022.
- VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda; LIRA, Flaviana Barreto. Há algo a temer na “Teoria da Restauração” de Brandi? O mito paralisante do medo. Paranoá, Brasília, v. 25, p. 83-93, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/29287>. Acesso em: 1º jul. 2022.
- VIEIRA, Natália Miranda. Gestão de sítios históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas. Recife: Editora UFPE, 2008.

PARTE I

**Considerações sobre
a prática projetual
preservacionista
institucionalizada
no Brasil**

Apresentação

Natália Miranda Vieira-de-Araújo

Reunimos aqui uma série de resultados parciais de pesquisas desenvolvidas no âmbito dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN e UFPE e das pós-graduações em Arquitetura e Urbanismo (UFRN, tanto no programa acadêmico quanto no programa de mestrado profissional) e em Desenvolvimento Urbano (UFPE).

Os vínculos institucionais refletidos na composição dos autores que compõem esta coletânea foram sendo criados a partir da minha atuação como professora de diversos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo (a partir de 2000), nos quais fui progressivamente focando nas questões ligadas à preservação do patrimônio construído, em especial nos 7 anos como professora da área Projeto de Arquitetura na UFRN (2009-2015) e nos, até agora, 9 anos como professora da área Teoria da Arquitetura na UFPE (2016-atual).

Nos anos de experiência no âmbito da UFRN, a oportunidade de propor e estruturar duas disciplinas que passaram a ser incorporadas pelo PPGAU-UFRN em sua grade curricular regular, Gestão de Sítios Históricos e Intervenções em Área de Valor Patrimonial, construiu o ambiente mais fecundo para as reflexões aqui sistematizadas. É neste contexto que se estabeleceu a parceria fundamental com o professor José Clewton do Nascimento, que, após a minha

transferência da UFRN para a UFPE em janeiro de 2016, assumiu a responsabilidade pela continuidade de tais disciplinas no PPGAU-UFRN. Como estimular a reflexão e a tomada de decisão projetual baseada em procedimentos metodológicos tão sólidos quanto o campo exige, sem estabelecer dogmas ou receituários a serem perseguidos? Este era o desafio que tentávamos conjuntamente enfrentar, desde 2011, na continuada experiência das citadas disciplinas.

Em meio a esse desafio, começamos a nos deparar com vários casos recentes de práticas de restauração levadas a cabo pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN),¹ em diversas cidades do Nordeste (e não apenas deste) que pareciam perpetuar uma prática institucionalizada em seus primeiros anos de atuação e que, muitas vezes, não vinham acompanhadas de uma reflexão crítica atualizada acerca da teoria e dos princípios estabelecidos. Especialmente a partir da segunda metade do século XX, as posturas contemporâneas que marcam uma renovada visão de restauração, registrada de forma significativa em meio aos documentos internacionais através da sistematização da Carta de Veneza (ICOMOS, 1964), ainda não pareciam ter tido o eco que se esperava na renovação da prática projetual do restauro no Brasil.

Os dois primeiros capítulos da Parte I, o primeiro de minha autoria em parceria com José Clewton do Nascimento, intitulado “A

1 Assim como em outras publicações (Vieira-de-Araújo, 2022), utilizaremos sempre a sigla IPHAN para nos referirmos ao órgão federal de preservação no Brasil, independentemente do período histórico que estivermos tratando. Lembramos que ao longo de seus mais de 80 anos de existência, o atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) teve diversas denominações. Em 13 de janeiro de 1937, foi criado como Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Span). Em 1946, o Span passa a se denominar Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan), e, em 1970, o Dphan se transforma em instituto (Iphan). Em 1979, o IPHAN “se divide em Span – órgão normativo – e Fundação Nacional Pró memória (FNPM) – órgão executivo” (IPHAN, 2007). No breve período entre 1990 e 1994, Span e FNPM são extintos, e suas atividades, incorporadas ao então criado Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). “Em 06 de dezembro de 1994 – a Medida Provisória de nº 752 determina que o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC, e o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura – IBA, passem a denominar-se, respectivamente, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, e Fundação de Artes – Funarte” (IPHAN, 2007). Desde então, o órgão permanece com a denominação de IPHAN. Na presente publicação, nos referiremos ao órgão sempre utilizando sua atual nomenclatura, o IPHAN. As informações aqui resumidas podem ser consultadas no site do órgão (IPHAN, 2007).

cristalização da ‘eterna imagem do passado’ nas práticas preservacionistas dos sítios históricos brasileiros: perspectivas para a sua superação?” (primeira versão publicada no II ENANPARQ, em 2012) e o segundo, de minha autoria exclusiva, intitulado “Posturas interventionistas contemporâneas e a prática brasileira institucionalizada” (primeira versão publicada no III ENANPARQ, em 2014), dão o contexto geral dessa problemática, focando especialmente em casos de restauração de igrejas que marcam os conjuntos antigos das cidades coloniais no Ceará, no Rio Grande do Norte, em Pernambuco e no Rio de Janeiro, em tempos diferentes, e com uma mesma abordagem de restauro, muito fixada numa idealização de um momento histórico específico.²

Já no Capítulo 3, “Práticas interventionistas no patrimônio edificado do Rio Grande do Norte: da reconstrução mimética a uma abordagem crítica” (primeira versão publicada no 6º PROJETAR, em 2013), a reflexão resultante da parceria entre mim e os então orientandos Haroldo Maranhão (do Mestrado Profissional em Arquitetura, Projeto e Meio Ambiente da UFRN) e Monique Lessa Vieira Olimpio (do Mestrado e, depois, de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo na UFRN) procura iluminar como nessa prática restaurativa institucionalizada é possível observar diferentes posturas de atuação, aqui focando no caso específico do Rio Grande do Norte, que progressivamente passa a dar espaço a uma abordagem crítica da restauração, a qual se afasta da ideia de um passado ideal a ser

2 É importante destacar a rede de pesquisa que se formou em torno da realização dos seminários bianuais da Associação Nacional de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (ANPARQ) através de simpósios temáticos sistematicamente realizados em torno do tema do Projeto de Intervenção e Restauro, com a participação de pesquisadores importantes dessa temática. O primeiro capítulo aqui apresentado foi parte integrante do Simpósio Temático “Projeto Arquitetônico em Edifícios e Áreas de Valor Patrimonial: reflexões teórico-práticas”, coordenado pela presente autora no II ENANPARQ, que contou também com a participação de Beatriz Mugayar Kühl (usp), Betânia Brendle (UFS), Juliana Cardoso Nery e Rodrigo Baeta (UFBA), José Clewton do Nascimento (UFRN) e Maisa Veloso (UFRN). Já o segundo capítulo, foi parte do Simpósio Temático “Projeto e Memória” coordenado por Rodrigo Baeta (UFBA) no III ENANPARQ, que contou com a participação, além da presente autora, de Ana Carolina Pellegrini (UFRGS), Flávio Carsalade (UFMG), Juliana Nery (UFBA) e Nivaldo Andrade Júnior (UFBA). De lá para cá, a cada ENANPARQ, a composição dos simpósios e temas centrais variam e uma rede nacional sobre o tema do projeto de intervenção se consolida.

perseguido, especialmente quando os edifícios objeto de intervenção não são os clássicos exemplos das igrejas que marcam os conjuntos antigos das cidades coloniais.

A primeira parte desta publicação será finalizada com o capítulo 4, “Ressonâncias teóricas entre pesquisadores brasileiros e as correntes contemporâneas do restauro na Itália: e a prática?” (primeira versão publicada no 5º ARQUIMEMÓRIA, em 2017), também de minha autoria, que marca o início das trocas mais sistemáticas que se estabelecerão com pesquisadores italianos quando da realização do pós-doutorado com o projeto de pesquisa intitulado “Desafios Contemporâneos para a Preservação do Patrimônio Cultural: Entre a materialidade e a imaterialidade”, realizado entre agosto de 2019 e julho de 2020 na Università di Roma “La Sapienza”, sob a tutoria principal do professor Giovanni Carbonara da Scuola di Specializzazione in Beni Architettonici e del Paesaggio, incluindo um período de pesquisa na Università degli Studi “Gabriele d’Annunzio” di Chieti-Pescara, sob a tutoria do professor Claudio Varagnoli.³ Nesse percurso de aproximação, a pesquisa, registrada agora já no âmbito do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE, intitulada “Intervenções contemporâneas sobre a preexistência de valor patrimonial: teoria, projeto e inserção no contexto urbano” (2016-2020), teve papel central quando começou a iluminar a distância existente entre, de um lado, uma profunda troca entre pesquisadores brasileiros com pesquisadores do campo da preservação do mundo todo, com destaque para a Itália,⁴ e, de outro lado, a pouca ou nenhuma ressonância que essas trocas pareciam ter de forma mais sistemática na prática projetual da restauração no Brasil, em especial naquela reconhecida pelo nosso órgão federal de preservação, o IPHAN.

3 Como resultado desta pesquisa, publicamos também pela Editora da UFPE, em 2022, o livro *Materialidade e Imaterialidade no Patrimônio Construído: Diálogos entre Brasil e Itália*. A publicação concorreu à Premiação ANPARQ de 2022, na categoria Livro Autoral, tendo ficado entre os 5 finalistas nacionais.

4 Como sabemos, a Itália possui uma influência significativa na formação do campo da preservação na Europa e também na América Latina, sendo bastante presente na formação dos primeiros grandes nomes do campo da preservação em vários países do nosso continente, entre os anos 1960 e 1970, conforme atesta a pesquisa sobre o processo de “autonomização do campo da restauração arquitetônica na América Latina”, em desenvolvimento pelo colega Nivaldo Andrade Júnior (Andrade Júnior, 2020, p. 33).

É importante destacar o diálogo estreito entre a Parte I da presente publicação e o primeiro capítulo do livro *Materialidade e Imaterialidade no Patrimônio Construído: Diálogos entre Brasil e Itália*, por mim publicado em 2022 também pela Editora UFPE (Vieira-de-Araújo, 2022). O primeiro capítulo deste livro, intitulado “O Brasil e as questões teórico-projetuais do patrimônio construído: constituição, desenvolvimento do campo e tratamento da materialidade e imaterialidade”, buscava exatamente olhar para a formação do campo preservacionista no Brasil a partir da prática teórico-projetual do IPHAN. Entretanto, para a sistematização desse capítulo anteriormente publicado, muitos casos já estudados tiveram que ficar de fora, sendo essa uma das motivações para perseguir a realização da presente publicação. Vamos a eles!

Referências

- ANDRADE JÚNIOR, Nivaldo Vieira de. Tutte le strade portano a Roma: a autonomização do campo da restauração arquitetônica na América Latina e a contribuição da Scuola di Roma. In: AMOROSO, Maria Rita; GUIMARAENS, Cêça; DIAS, Diego; COSTA, Aníbal; TAVARES, Alice (org.). *Patrimônio arquitetônico Brasil-Portugal*. Rio de Janeiro: Proarq; Aveiro: Universidade de Aveiro, 2020. p. 33-52. Disponível em: https://www.proarq.fau.ufrj.br/public/editor/LIVROS%20ED%20PROARQ/Livro%20Patrim%C3%B4nio%20Arquitet%C3%B4-B-4nico%20Brasil-Portugal_2.pdf. Acesso em: 21 jul. 2021.
- ICOMOS. *Carta de Veneza sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios*. Veneza: ICOMOS, 1964. Disponível em: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/11%20Carta%20de%20Veneza%20-%20ICOMOS%201964.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- IPHAN. Iphan completa 70 anos de proteção da memória brasileira. Brasília: Iphan, 2007. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1774/iphan-completa-70-anos-de-protectao-da-memoria-brasileira>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda. *Materialidade e imaterialidade no patrimônio construído: Brasil e Itália em diálogo*. Recife: Editora UFPE, 2022.

CAPÍTULO 1

A cristalização da “eterna imagem do passado” nas práticas preservacionistas dos sítios históricos brasileiros

Perspectivas para a sua superação?¹

Natália Miranda Vieira-de-Araújo

José Clewton do Nascimento

A prática preservacionista brasileira “oficial”: forjando o “estilo patrimônio”

A orientação de garantir a uniformidade dos aspectos estilísticos das cidades históricas de maior interesse, originalmente observada na política de preservação²posta em prática pelo antigo SPHAN, passa a apresentar,

1 Artigo escrito originalmente para o II Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, realizado em Natal, em setembro de 2012, como parte integrante do Simpósio Temático “Projeto Arquitetônico em Edifícios e Áreas de Valor Patrimonial: reflexões teórico-práticas” coordenado pela primeira autora deste capítulo. O artigo confronta discussões teóricas acerca de temas-chave para a preservação, como integridade, autenticidade e intersubjetividade com a atuação institucionalizada do IPHAN a partir da análise de projetos de restauração realizados a partir da década de 90 em sítios históricos localizados no estado do Ceará.

2 Neste artigo utilizaremos os termos “preservação” e “conservação” como sinônimos. Segundo Muñoz Viñas (2005, p. 30-31), o termo “conservação”, quando utilizado em uma abordagem mais larga, se refere a todas as possíveis atividades relacionadas ao objeto de valor cultural, inclusive a restauração. É esta conceituação que estamos utilizando neste artigo. O autor esclarece ainda que a confusão entre conceitos é grande porque nas línguas latinas, como o italiano, o francês e o espanhol, “conservação”, neste sentido mais abrangente, é traduzido como *restauro* (Italiano), *restauración* (espanhol) ou *restauration* (francês), assim, traduções para o inglês, e, acrescentamos, para o português, são frequentemente imprecisas. Alguns autores e organizações utilizam o termo “preservação” com esse sentido mais amplo, como é o caso do Brasil, onde é muito comum a utilização de “preservação” com o sentido que estamos aqui dando ao termo “conservação”. Daí a decisão de utilizar tanto o termo “preservação”

como alvos de preservação oficial no Brasil, os primeiros núcleos antigos, a partir de critérios de seleção que evidenciavam o predomínio do valor artístico sobre o valor histórico. Ou seja: a cidade é evidenciada pelo seu caráter formal, como obra de arte. Prevalecerá aí uma visão ancorada na necessidade da criação de referências para a compreensão de nossa identidade nacional, em que o elemento da tradição funcionará como orientador para a construção de um futuro promissor. Deriva também dessa abordagem o estabelecimento de uma parametrização da ação intervenciva no âmbito edilício, que será tomada, praticamente, como uma verdadeira “receita” a ser seguida. Esta forma de se intervir foi popularizada como “estilo patrimônio” (Motta, 1987).

Ouro Preto é o exemplo clássico dessa postura e, podemos dizer, é o locus para o forjamento do conceito do “estilo patrimônio”. Como primeiro sítio histórico tombado pelo órgão federal de preservação patrimonial, será utilizado como referência para a prática que se perpetuará a nível nacional.³ Como sabemos, o período inicial de atuação do IPHAN foi marcado pela forte presença de intelectuais modernistas entre seu quadro técnico.⁴ Esta presença, aliada à necessidade e busca por uma “identidade nacional”, caracteriza-se pela valorização da arquitetura produzida no período colonial e pela total ausência de atribuição de valor à produção eclética. Seguindo esta linha de raciocínio, Ouro Preto será bastante homogeneizada, apagando muitos dos traços ecléticos já existentes em seu espaço urbano e arquitetônico e, indo além, construindo áreas completamente novas na ocupação da cidade a partir da utilização do vocabulário arquitetônico colonial. Ou seja, isso cria, em certa medida, um cenário artificialmente homogêneo.⁵

quanto o termo “conservação” ao longo do artigo, considerando que estão incluídos, nesses termos, todos os níveis de ações intervencionistas possíveis. Sobre esses conceitos e sua relação com o contexto cultural em que são utilizados, ver também os comentários desenvolvidos no prefácio.

- 3 O artigo “Conflitos projetuais entre a Academia e o IPHAN em Laranjeiras (SE): fundamentação teórica no projetar da nova arquitetura em áreas patrimoniais & a re-edição da prática destrutiva e arbitrária do estilo patrimônio (sic)”, de Betânia Brendle (2011), apresenta exatamente essa perpetuação e transferência da prática do “estilo patrimônio”; nesse caso, para a atuação do IPHAN em Sergipe.
- 4 Sobre este assunto ver Cavalcanti (2001).
- 5 Sobre este caso, o artigo de Lia Motta, “A SPAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios”, é leitura fundamental. Também destacamos a dissertação de

Ao longo dos quase 80 anos de seu período de atuação, as ações empreendidas pelo IPHAN apresentam mudanças de abordagens conceituais. Estas abordagens passaram da percepção das cidades históricas como Monumento – em que prevalecia a noção de artefato de notoriedade sob o ponto de vista artístico – para a identificação da cidade como Documento – testemunho de uma civilização particular que indique uma evolução significativa, sendo tratada como acontecimento histórico. A cidade-documento se apresenta, portanto, como testemunho material da(s) história(s) da sociedade – do povo – brasileiro. Mais recentemente observamos a emergência da cidade-atração, que está inserida no contexto de exploração econômica e imagética das áreas de valor patrimonial (Sant'anna, 1995; 2004).

Não apenas a nível nacional, o que temos observado é a ampliação da noção de patrimônio, que vai tornando-se paulatinamente mais inclusiva, abarcando todos os “objetos culturalmente significativos”. A percepção da “cultura” em seu sentido antropológico amplo, considerando-a como um “conjunto de crenças, valores, conhecimento e usos de um grupo social”, que “inclui manifestações do dia a dia de qualquer grupo social” (Muñoz Viñas, 2005, p. 55, tradução nossa). Apesar do órgão federal brasileiro permanecer com a denominação de “Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”, representando a visão constituída acerca do patrimônio quando da sua criação na década de 1930, o termo que melhor representa o entendimento atual é o de Patrimônio Cultural. Dentro desta visão ampliada, estariam contempladas as manifestações culturais e todo o patrimônio material e imaterial.

No entanto, apesar da ampliação das abordagens conceituais, que evidenciam novas orientações acerca dos aspectos relacionados à definição de “sítio histórico” a ser preservado, quanto às posturas intervencionistas atuais, o que identificamos é a continuidade de algumas práticas que foram estabelecidas no período de consolidação do IPHAN no Brasil, e que criaram bases “sólidas” na forma de intervir (tradição?). Uma significativa parcela das intervenções

mestrado defendida no PPGAU-UFBA, em 2006, de Liliane de Castro Vieira, intitulada *As tipologias arquitetônicas de Ouro Preto no século xx: estudo comparativo entre os inventários de 1949 e 2002*.

urbanas e arquitetônicas realizadas nos sítios históricos sob proteção no âmbito federal patrimonial no Brasil estão pautadas em uma representação constituída de que este patrimônio é tratado como uma “relíquia”, em que ainda prevalece a visão de que é necessário garantir a sua “feição primitiva”, sua “identidade” a partir, predominantemente, da afirmação de seus aspectos formais, definidos como elementos caracterizadores de uma determinada época e um determinado lugar. Nesse contexto, os espaços urbanos constituintes da envoltória desses edifícios – as “joias de valor” definidas com “edifícios destacados” – necessitam adequar-se a parâmetros que garantam a condição de visibilidade e ambiência de tais edificações.

A reconstrução mimética do antigo casarão do Hotel Pilão na Praça Tiradentes em Ouro Preto, ocorrida em 2006, e o restauro do Convento de Santo Antônio, no Largo da Carioca, Rio de Janeiro, em 2012, realizada com a intenção de retorná-lo às “formas originais do século XVII” (Lima, 2012),⁶ demonstram como, na prática, parece que permanecemos reféns de um entendimento da prática restaurativa baseada em princípios oitocentistas. Tais atitudes nos fazem pensar se ainda estamos dentro do mesmo contexto que na década de 1970 levou à restauração de reconstituição de uma imagem idealizada da Igreja da Sé em Olinda.⁷ Esta atitude na década de 1970 ainda é possível de se entender pela pouca distância temporal existente entre ela e as proposições do restauro crítico brandiano em meados da década de 1960. Mas em pleno século XXI, em 2012?

É importante destacar aqui que alguns autores têm entendido esses movimentos em busca de uma suposta feição original como resultado de uma fixação pela busca de autenticidade de determinada obra (Muñoz Viñas, 2005). Esta é uma interpretação que não dá conta do desenvolvimento conceitual recente do termo “autenticidade” e tem criado grandes equívocos ao relacionar a busca pela autenticidade com o que, na verdade, é uma visão oitocentista de restauro que, ao contrário, traz grandes prejuízos à conservação de conjuntos autênticos.

6 Este último será comentado mais detalhadamente do segundo capítulo.

7 Sobre este assunto, ver Menezes (1985).

Discutiremos aqui a perspectiva de abordagem de atuação das práticas preservacionistas realizadas pelo IPHAN através da análise de alguns exemplos de intervenções idealistas realizadas em cidades de pequeno e médio porte do Ceará. Mais do que verificar/comprovar determinada prática, buscamos aqui refletir sobre as possibilidades para a superação de tais atitudes. Como aproximar discussões teórico-acadêmicas da prática utilizada pelas instituições patrimoniais brasileiras?

Revisitando algumas contribuições teóricas

O século XX é perpassado pelos desdobramentos das abordagens conceituais estabelecidas no século anterior, notadamente as de Viollet-le-Duc e John Ruskin, sendo incorporadas as contribuições, entre outros, de Camillo Boito, Alois Riegl e Cesare Brandi. Já nesse século, destaca-se a contribuição do espanhol Salvador Muñoz Viñas.

Ruskin e Viollet-le-Duc são reconhecidos como os pioneiros da constituição do campo de reflexão da restauração, representando os dois extremos possíveis de atitudes intervencionistas: de um lado, a postura respeitosa, a ponto de não acreditar na possibilidade de restauração,⁸ e, de outro, a postura altamente invasiva, baseada exatamente na busca por uma uniformidade estilística, no fetiche pelo “original” (Viollet-le-Duc, 1996, 2000; Ruskin, 1996). Essa última, exatamente a visão que ainda é muito presente na prática intervencionista do IPHAN nos dias de hoje.

O primeiro trabalho de síntese, de maior influência, desses dois teóricos iniciais será formulado pelo italiano Camillo Boito. Boito passará a buscar uma forma de intervir nos prédios garantindo que a sua autenticidade não seja agredida. A construção teórica

⁸ É preciso lembrar que a crítica que Ruskin faz ao restauro não pode ser deslocada do período de sua contribuição. Quando o autor defende que o restauro poder ser “a pior das mortes” de um edifício, está se referindo à prática restaurativa vigente naquele momento, ou seja, a postura invasiva de Viollet-le-Duc. Ele não está falando do restauro como o entendemos hoje. Aliás, vários aspectos desse entendimento atual sobre o que é a prática da restauração devem muito às reflexões de Ruskin: a preocupação com as gerações futuras, a atenção para com a arquitetura doméstica e os núcleos urbanos etc. (Vieira, 2005).

deste autor buscará a garantia de preservação do valor documental do monumento (Boito, 2002). Boito procura sistematizar e tornar a prática da restauração algo mais didático e acessível. Porém, seus princípios acabam sendo difundidos e utilizados como uma verdadeira “cartilha” com tarefas a serem cumpridas, praticamente convertendo-se em uma simples “receita de bolo”. Já está mais do que claro que atitudes predeterminadas não são recomendáveis para o tratamento da questão restaurativa.

A contribuição de Boito é de grande relevância, tendo em vista que coloca vários princípios gerais válidos, porém, estes são menos lembrados do que as “fórmulas elaboradas”. Na rígida aplicação da didática “boitiana”, podemos observar a centralidade do valor histórico, uma vez que cada achado ocorrido dentro do processo de restauração deva permanecer aparente e identificável. Nesse sentido, o valor artístico do conjunto é considerado como subordinado ao valor documental das partes encontradas. Entretanto, se nos detivermos em seu texto, poderemos encontrar colocações que se distanciam desta prática e se aproximam da contribuição moderna de Cesare Brandi.

O século xx será o palco para o desenvolvimento do moderno conceito de restauração que orienta às discussões contemporâneas sobre o tema. Nesse sentido, consideramos como incontornáveis, entre vários autores importantes para esse percurso, as reflexões de Alois Riegl e Cesare Brandi. No início do século xx, teremos a precursora contribuição de Alois Riegl em seu *El culto moderno a los monumentos*. Riegl, incumbido de redigir uma legislação preservacionista, percebe a necessidade de uma reflexão teórica que torne possível o enfrentamento dessa problemática de uma forma mais consciente. É nesta busca que Riegl formula uma verdadeira teoria dos valores, estabelecendo uma conceituação e classificação dos valores, entre valores ligados ao momento presente (valor artístico relativo, valor de novidade e valor de uso) e valores ligados ao passado (valor histórico e valor de ancianidade/antiguidade), com os quais temos que lidar ao tratar da questão preservacionista (Riegl, 1987).

Ajudando a trilhar o caminho de construção dessa disciplina restaurativa, encontramos a Teoria da Restauração de Cesare Brandi na segunda metade do século xx. Logo de início, Brandi ressalta

que a restauração de uma obra de arte vai muito além do restabelecimento de uma função, pois este não é o aspecto central para ela; na verdade deveremos buscar o restabelecimento da “unidade potencial”. Aqui se percebe a centralidade do valor artístico para Brandi; porém, sem se contrapor à condição histórica: “[...] as instâncias histórica e estética devem fixar o limite do que pode ser reestabelecido... sem que se cometa um falso histórico ou se perpetue uma ofensa estética” (Brandi, 2004, p. 47). Sua contribuição vai além da teoria; pode-se observar sua experimentação prática durante os anos em que esteve à frente do Instituto Central de Restauração (ICR) de Roma. A contribuição “brandiana” é de uma importância atualíssima, porém, ainda permanece incompreendida e desconhecida por muitos. O fato de que sua obra não foi citada no livro de Françoise Choay, *A alegoria do Patrimônio*, publicado pela primeira vez em 1992, é um claro exemplo desse fato. A “unidade estilística” de Viollet-le-Duc, que se preocupa com a leitura artística do conjunto, se moderniza no conceito da “unidade potencial” de Brandi, que permanece ressaltando a prioridade ao valor artístico, porém sem atentar contra a autenticidade (Vieira, 2005).

Brandi terá um papel fundamental para a mudança de uma chave operativa na ação da restauração, que vinha historicamente buscando uma objetividade científica, para assumir a subjetividade como inerente à construção de um “juízo crítico” que deve nortear a prática da restauração. A crítica recorrente que se faz à teoria brandiana diz respeito ao fato de o autor estar concentrado na restauração de “obras de arte”. Obviamente, diante da conceituação atual do patrimônio cultural, não podemos entender apenas as obras de arte como objetos de conservação.⁹ Porém, vários dos con-

9 [...] Alguns consideram essa afirmação como um desinteresse de Brandi por quaisquer objetos que não fossem “obras de arte”, e esses objetos jamais entrariam no campo da preservação de bens culturais. Deve-se lembrar, porém, que o restauro de obras de arte era, nas intervenções do segundo pós-guerra, uma questão pungente e o livro é a consubstanciação de seu pensamento, com base em sua atuação no ICR. Isso não significa, porém, que a teoria brandiana não possa ser aplicada a outros tipos de manifestação cultural, inclusive a objetos recentes e industrializados que passaram a ser considerados bens culturais. Sobre essas questões se detiveram em tempos recentes, e detêm-se na atualidade, variados autores, com elaborações teóricas voltadas a estender a unidade conceitual e metodológica de Brandi para temas dos quais

ceitos introduzidos por Brandi permanecem constituindo um ferramental prático muito importante para a prática intervencionista no aspecto material de edificações com reconhecido valor patrimonial. O conceito de Unidade Potencial, por exemplo, oferece uma reflexão muito pertinente a um trabalho de conservação que procura dar conta da preservação da autenticidade e da integridade de um bem de forma concomitante.

Aqui entramos em outro campo minado. Muito tem se discutido a respeito dos conceitos de autenticidade e integridade no campo da conservação. Como é intrínseco ao campo, esta discussão não vem desacompanhada de polêmica e posturas divergentes. Entretanto, podemos destacar algumas contribuições recentes que trabalham esses conceitos a partir da noção ampliada de patrimônio cultural e não com uma visão estreita, concentrada na materialidade do bem.

A definição de integridade que pode ser observada no “Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention”, de 2005, diz que: “A integridade é uma medida da completude e do caráter de intacto do patrimônio natural e/ou cultural e seus atributos”¹⁰ (UNESCO, 2005). A partir da apresentação de uma série de exemplos, Jokilehto (2006) considera que a determinação de uma área como patrimônio mundial tem sido resultado do exame do que ele chama “integridade sociofuncional” de determinado sítio à luz dos valores locais. Essa “integridade sociofuncional” diz respeito à identificação de funções e processos nos quais o desenvolvimento de determinada área tem se baseado, ao longo do tempo. Entretanto, o autor ressalta a importância do patrimônio edificado para a identificação desta integridade:

A identificação espacial dos elementos que documentam essas funções e processos ajuda a definir a ‘integridade estrutural’ do lugar, referindo-se ao que sobreviveu de sua evolução ao longo do tempo. Esses elementos

ele não se ocupou e problemas não-colocados quando elaborou seu livro. Exemplos são os esforços em relação a várias formas de manifestação cultural, como o cinema, a arte contemporânea, a arquitetura moderna, por autores tais como Heinz Althöfer, Giovanni Urbani, Michele Cordaro, o próprio Basile, e Giovanni Carbonara” (Kühl, 2007, p. 202).

¹⁰ “Integrity is a measure of the wholeness and intactness of the natural and/or cultural heritage and its attributes” (UNESCO, 2005).

proporcionam um testemunho da resposta criativa e da continuidade nas estruturas construídas, fornecendo o sentido do conjunto espacial e ambiental da área (Jokilehto, 2006, p. 14, tradução nossa).

Jokilehto também levanta a importância da “integridade visual”, que ajuda a definir os aspectos estéticos representados pela área. Percebemos, então, que a abordagem atual do conceito de integridade não diz respeito apenas ao aspecto material, estando de acordo com a abordagem ampliada contemporânea da noção de patrimônio (integridade visual e integridade sociofuncional). A interpretação da integridade como sinônimo de “puro” é um equívoco (Clavir, 2002). A ideia de “completude” presente no conceito de integridade diz respeito à capacidade dos atributos transmitirem a significância de um bem. A avaliação da integridade deve incorporar o sentido de continuidade. “Não é uma integridade estacionada no momento da concepção do projeto, nem mesmo no edifício recém-construído, mas considera o percurso ao longo de sua história” (Silva, 2012, p. 32). Destaca-se ainda a presença desse conceito desde as contribuições de Boito e Brandi.

No que diz respeito à autenticidade, é importante ressaltar a ampliação do conceito a partir, especialmente, das discussões ocorridas na Conferência de Nara em 1994, passou a considerar atributos tangíveis e intangíveis como elementos relevantes para o debate (Larsen, 1995). Jokilehto (2006) nos lembra que, ao tratarmos da autenticidade, estamos lidando com as noções de continuidade e mudança. O autor defende que, para tornar mais claro o conceito de valor universal, é preciso reconhecer a diversidade cultural como a essência do patrimônio da humanidade. Assim, ele defende que a autenticidade de determinada obra é diretamente proporcional à contribuição criativa e inovadora que esta representa. Então, a conservação de determinada obra é um processo que requer o entendimento e a apreciação de vários significados, não se limitando ao aspecto material.

Stovel (2007) reconhece a dificuldade em se chegar a um consenso em torno dos termos de autenticidade e integridade, mas defende a sua importância enquanto “condições qualificadoras” essenciais tanto para o momento de definição do que é Patrimônio da Humanidade quanto para a gestão e monitoramento da

conservação. Ele ressalta ainda que ambos os conceitos se relacionam diretamente com a habilidade de um bem cultural transmitir/ expressar/comunicar significância. Ou seja, absolutamente de acordo com alguns dos princípios fundamentais das proposições da Teoria da Conservação Contemporânea,¹¹ que será comentada a seguir.

Já no início do século XXI, teremos a contribuição do espanhol Salvador Muñoz Viñas, professor do Departamento de Conservação da Universidad Politécnica de Valencia, que publica a *Teoria Contemporânea da Conservação* (2005). O eixo das argumentações de Muñoz Viñas encontra-se na chamada “intersubjetividade”: a negociação/relação entre diferentes subjetividades de diferentes atores envolvidos no processo de conservação. Esta contribuição deve ser entendida dentro do contexto de ampliação do conceito de patrimônio, que passa da percepção inicial concentrada nos aspectos artísticos e históricos (noção de Patrimônio Artístico e Histórico) para a percepção atual, que considera as dimensões tangíveis e intangíveis, o patrimônio material e o imaterial, não como coisas separadas, mas como os dois lados de uma mesma moeda (noção de Patrimônio Cultural).

Um primeiro destaque que se faz na obra do Muñoz Viñas é a conceituação do termo “conservação”. O autor esclarece que o objetivo do seu livro é tratar da conservação, que não é resultado exclusivo da ação de conservadores. Ele trabalha com “a noção de conservação como uma atividade que lida com objetos culturalmente significativos” que inclui, mas não se resume à noção de conservação como “uma profissão que lida com objetos culturalmente significativos”. “Os princípios teóricos que se aplicam à primeira irão necessariamente ser aplicados na seguinte” (Muñoz Viñas, 2005, p.

11 Importante lembrar que a “Teoria da Conservação Contemporânea” de que falamos aqui, resultante das reflexões de Salvador Muñoz Viñas, teve seu texto original em espanhol publicado primeiramente em 2003 e intitulava-se *Teoría Contemporanea de la Restauración*. Em 2005, saiu a publicação em inglês intitulada *Contemporary Theory of Conservation*, e, em 2021, saiu a versão em português, intitulada *Teoria Contemporânea da Restauração*, publicada pela editora da UFMG com ótima tradução de Flávio Carsalade. O presente capítulo foi escrito utilizando a referência da publicação inglesa. Vê-se que o termo usado ora é restauração, ora é conservação. Já fizemos um breve comentário no Prefácio sobre a relação dos termos e o contexto cultural onde se inserem as publicações. Ainda sobre esse tema, sugerimos a leitura de Kühl (2008) e Vieira-de-Araújo e Lira (2020).

29-30, tradução e grifos nossos).¹² Ou seja, o autor destaca a necessidade de uma visão mais abrangente, que não se concentre na abordagem do *expert*, na visão dos arquitetos. Com certeza esta é uma importante contribuição, porém, os deslizes iniciam quando, ao definir uma teoria “contemporânea”¹³ da conservação, o autor defende que as por ele denominadas como “teorias clássicas” são “coisas do passado” (Muñoz Viñas, 2005, p. 13, tradução nossa). Para nós, aí está um grande engano, especialmente quando o autor coloca dentro do pacote das “teorias clássicas” as contribuições do restauro crítico e, entre estas, as reflexões de Cesare Brandi. Como muito bem coloca Kühl (2007, p. 204):

[...] um outro (equívoco), também freqüente, de decretar superado o pensamento de Brandi, sem se dar ao trabalho de explicitar o porquê dessa afirmação. Se estivesse superado, significaria que os conceitos presentes nas formulações de Brandi não mais podem ser repensados para as circunstâncias atuais, tornando-se inoperantes – algo que a reflexão teórica e a atuação prática, hoje, negam (a exemplo, como citado, de Athöfer, Basile, etc.). Diverso é afirmar que existem diferentes posturas na atualidade; isso é algo que sempre ocorreu e continua a acontecer no campo da restauração; existem correntes não-brandianas (e até mesmo antibrandianas). Deve-se especificar que a Teoria da restauração nunca foi uma unanimidade, assim como nunca houve homogeneidade total no campo, mas isso não significa superação do pensamento brandiano; no máximo, discordância e pluralidade.

Muñoz Viñas (2005, p. 23-24) ressalta a coexistência, no final do século xx, do que ele chama da “visão estética” brandiana com a importante contribuição da “nova conservação científica”, que se caracteriza mais como uma “atitude em direção a técnicas de conservação do que uma teoria da conservação propriamente dita”. Nesta “nova

12 Lembramos que para este artigo utilizamos a versão da publicação em inglês de Muñoz Viñas (2005) e que todas as traduções foram realizadas pelos autores deste artigo a partir da versão inglesa. Destacamo-lo em razão das diferenças de termo existentes entre as versões em língua espanhola e em língua portuguesa.

13 O autor especifica que está entendendo por “contemporâneas” as contribuições identificadas a partir dos anos 1980, defendendo que a determinação desta data não é arbitrária por corresponder à época em que se iniciam, por exemplo, uma série de debates críticos em relação ao conceito de reversibilidade, e também por ser a década em que o conceito de pós-modernismo se tornará mais amplamente apropriado, com uma série de temas que terão impacto na teoria da conservação (Muñoz Viñas, 2005).

conservação científica” as “ciências duras”, como a física e a química, têm um papel central. O autor sugere ainda que a “visão estética”, segundo ele baseada no valor artístico, será mais presente nos países latino-americanos, enquanto a “nova conservação científica” será muito significativa nos países anglo-saxões. Aqui destacamos o que entendemos ser outro equívoco de interpretação de Muñoz Viñas, ao vincular à teoria brandiana apenas ao valor estético, quando a reflexão deste autor claramente busca o trabalho concomitante entre a “instância estética” e a “instância histórica”:

Cesare Brandi, para o restauro, propõe que a relação entre as “instâncias” estética e histórica se resolva em uma dialéctica, contrapondo-se a certas correntes filiadas ao positivismo, que encaravam a obra essencialmente como documentos históricos, mas também se diferenciando, e indo além, de correntes estéticas neoidealistas, as quais trabalhavam, sobretudo, com as questões de figuratividade. Segundo sua visão, não se pode entender a obra de arte como desvinculada do tempo histórico, nem o documento histórico como algo destituído de uma configuração (Kühl, 2007, p. 200).

Talvez seja em decorrência dessa interpretação superficial e errônea que o autor espanhol tenha considerado a teoria brandiana como “coisa do passado”. Importante ainda lembrar que a “instância estética” brandiana não se refere ao “original”, mas à leitura do conjunto no momento de seu reconhecimento enquanto bem de valor patrimonial.

A confusão torna-se ainda maior quando Muñoz Viñas entra na discussão sobre o papel da “verdade” nas ações de conservação. Quando coloca que “as teorias estéticas estão concentradas na noção de integridade estética” e considera que “respeitar a história enquanto ao mesmo tempo se recupera uma integridade artística do objeto é uma tarefa quase impossível”, o autor faz uma grande confusão na leitura da teoria brandiana (Muñoz Viñas, 2005, p. 83, tradução nossa). É verdade que ele destaca a tentativa de Brandi de resolver essa suposta dicotomia, ao enfatizar a necessidade de distinguibilidade das intervenções, porém considera essa tentativa de “objetividade” quase como um fetiche do que ele chama “as teorias clássicas baseadas na busca pela verdade”.

Esta impossibilidade de conciliação observada por Muñoz Viñas é resultado de uma leitura totalmente equivocada dos conceitos de autenticidade e integridade. O autor se refere repetidas vezes a essa busca pela autenticidade e integridade como uma busca por uma feição entendida como “original”, o “retorno ao autêntico”. É exatamente contra essa postura fortemente baseada numa visão oitocentista de restauro que estamos argumentando neste artigo, no que diz respeito à prática ainda corrente no IPHAN. Para o enfrentamento desse tipo de postura, Brandi nos apresenta um ferramental de grande valor. Muñoz Viñas acaba por fazer um grande desserviço ao entendimento e à incorporação de alguns dos conceitos propostos por Brandi ao colocá-lo no mesmo pacote de outros teóricos que o precedem. O autor chega a dizer que:

[...] o papel desempenhado pela autenticidade nas teorias objetivas da conservação é fictício. A modificação de um objeto não pode ser realizada em nome da autenticidade, mesmo se os atores que decidam essa modificação escolham seguir as descobertas que resultam da aplicação métodos científicos. Nesses casos, o papel da ciência é secundário: ele ajuda a conhecer fatos históricos e técnicos, mas não ajuda a tomar as decisões essenciais de fazer um objeto retornar a uma condição passada (suspeita, imaginada ou lembrada), optar por esta condição não é objetivamente razoável (Muñoz Viñas, 2005, p. 111, tradução nossa).

Por esta citação, fica bastante claro que a noção de autenticidade aqui trabalhada é totalmente oposta à visão brandiana e ao conceito anteriormente apresentado para esse termo. Essa busca por um determinado passado, criticada por Muñoz Viñas, era a visão oitocentista de Viollet-le-Duc, que teima em ser retomada até os dias de hoje, apesar das formulações posteriores. O problema da crítica é desmencer o conceito de autenticidade a partir de uma visão ultrapassada do termo. Stovel (2007) ressalta que, embora as discussões teóricas promovidas pelos que estavam envolvidos com a elaboração das “Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention” da UNESCO defendam uma visão do conceito de autenticidade que não diz respeito ao “original”, ele reconhece que essa postura continua ainda muito presente em algumas atuações dos Estados Parte.¹⁴

¹⁴ Stovel (2007) diz que essa percepção da autenticidade relacionada a um estado “original” de determinado bem ou lugar, tem início no *American National Park Service*

O autor passa então a apresentar o conceito de “legibilidade”, que, segundo ele, corresponde à “habilidade de um objeto ser corretamente compreendido ou ‘lido’ pelo observador” (Muñoz Viñas, 2005, p. 115, tradução nossa). Como podemos perceber, esse conceito é utilizado por Muñoz Viñas no mesmo sentido em que compreendemos aqui o conceito de “integridade” anteriormente apresentado. E o autor continua, em tom de crítica: “Quando os conservadores decidem transformar um objeto em algo ‘legível’, eles estão de fato fazendo uma escolha; eles estão decidindo qual a legibilidade que deve prevalecer sobre as várias possíveis” (Muñoz Viñas, 2005, p. 116, tradução nossa).¹⁵ Concordamos com o autor, mas não vemos qual o motivo da crítica, uma vez que aí reside exatamente a necessidade do juízo crítico defendido Brandi em sua teoria. Evidentemente, algo que deve ser incluído nesse juízo crítico são os valores simbólicos que vão além do histórico-estético e, aqui sim, ressalta-se também a grande contribuição de Muñoz Viñas (2005), quando ele argumenta em prol da noção de “intersubjetividade”. Na conservação, a intersubjetividade seria o resultado de acordos entre os sujeitos para os quais determinados objetos possuem significado, sendo a preservação desses objetos de responsabilidade de todos os envolvidos. A conservação passa, assim, a ser uma ação não apenas concentrada nos experts, mas sim uma ação que deve envolver uma gama muito maior de sujeitos.

Percebemos, então, que essa construção teórica continuada possui um encadeamento claro e que não deve ser observada a partir de frases soltas ou princípios absolutos. O que nos interessa é a essência de cada contribuição e a possibilidade de continuar esse caminho de refinamento teórico no sentido de nos dar maiores condições de enfrentar, com tranquilidade e atitudes conscientes, a prática preservacionista na atualidade.

Administrative Manual, de 1953 e continua, apesar dos inúmeros trabalhos reflexivos que apontam em outra direção, muito presente na atuação de alguns órgãos preservacionistas ao redor do mundo.

¹⁵ “When conservators decide to render an object ‘legible’, they are actually making a choice; they are deciding which legibility should prevail over the many possible ones” (Muñoz Viñas, 2005, p. 116).

A seguir apresentamos algumas ações realizadas no Ceará, já no início do século XXI, para utilizá-las como referência para discutirmos como estas se relacionam com a discussão teórica do campo da preservação aqui esboçada, observando se há uma atualização das práticas consolidadas no órgão ou não.

As ações de reconhecimento e de preservação do patrimônio edificado nos sítios históricos cearenses

Serão utilizados como objetos de análise projetos de intervenções, nos âmbitos urbano e arquitetônico (projetos urbanos e propostas de restauro). Esse universo de análise contempla cidades de médio e pequeno porte, em especial no interior do Ceará.

Partimos da premissa de que as diretrizes estabelecidas e as ações interventivas propostas e realizadas nesses espaços são pautadas em uma determinada hierarquização: 1) Com relação às ações vinculadas aos denominados “edifícios destacados” – os monumentos, ou os espaços e edifícios “primitivos”, há uma tendência a se buscar a recuperação do caráter “original”/“primitivo” desses edifícios, e as intervenções são amparadas em bases científicas e em fontes documentais, que possam atestar a “veracidade” dos fatos. Típica noção do restauro oitocentista que difere completamente da proposta histórico-crítica de Cesare Brandi. A estes edifícios também será dado o privilégio de nortearem as relações formais, necessárias a garantir as condições de visibilidade adequadas à sua condição hierárquica; 2) Este último aspecto condiciona de forma marcante as diretrizes de intervenção nos espaços que formam conjunto com os edifícios destacados. A tendência que predomina é o reforço à constituição de um espaço uniforme, homogêneo.

Pretende-se, portanto, reiterar a necessidade de se estabelecer uma postura crítica frente a esse processo, no sentido de se apontar a possibilidade de evidenciar outros caminhos de enfrentamento dessa temática que sejam condizentes com o quadro de ampliação do aparato teórico-conceitual constituído, notadamente a partir da segunda metade do século XX.

As ações preservacionistas relacionadas ao tombamento de sítios históricos no estado do Ceará têm início no final dos anos 1990, com o tombamento do sítio histórico da cidade de Icó, localizada na região centro-sul do estado.¹⁶ O processo relativo aos estudos para tombamento do conjunto urbanístico da cidade de Icó teve como justificativa o fato de que o referido conjunto podia ser considerado como um testemunho material do processo de colonização do sertão nordestino, e, mais especificamente, do Ceará, conforme atesta o documento Icó: estudo para tombamento federal, elaborado em 1996, pela 4^a Coordenadoria Regional do IPHAN, no Ceará: “[...] A documentação histórica revela a proeminência da Vila de Icó no cenário de ocupação do sertão nordestino e nisso, em última análise, reside o seu valor como patrimônio nacional” (IPHAN, 1996, p. 32). Do mesmo documento retiramos a afirmação da importância do núcleo histórico, ao ser atribuído a este um valor semelhante aos sítios históricos já tidos como consagrados:

A 4^a Coordenação Regional entende que o quadro da preservação urbana instituída pelo IPHAN a partir do tombamento, em 1938, de seis cidades em Minas Gerais, não estará completo em sua atual evolução conceitual sem a proteção de núcleos urbanos que documentem a árdua conquista do sertão nordestino. Sem nenhuma dúvida, o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Icó é um elemento fundamental na documentação desse significativo capítulo da história do país (IPHAN, 1996, p. 36).

Nesse sentido, a principal motivação para o tombamento do referido núcleo a nível nacional é a condição que este sítio ostenta de representar o processo de conformação territorial do sertão nordestino. A elaboração de tombamento parte, portanto, da premissa básica de identificação das características singulares da referida cidade, a partir dos elementos que configuram o seu sítio histórico, e, por conseguinte, da materialidade apresentada pelo conjunto arquitetônico e urbanístico – materialidade esta em que podem

¹⁶ Conforme indicado, as ações efetivas ocorrem a partir dos anos 1990, porém, os estudos preliminares que abrem os processos de tombamento dos conjuntos urbanísticos das referidas cidades datam do ano de 1978, sendo arquivados sem uma resposta imediata com relação ao seu tombamento.

ser identificadas as determinantes socioeconômicas do espaço sertanejo –, e onde são apresentadas as singularidades/particularidades representativas da cidade de Icó. Esses preceitos são corroborados pelos diversos pareceres que recomendaram a homologação do processo. Nota-se, portanto, que a abordagem seguida é orientada a partir do entendimento desses espaços como representativos da Cidade-documento (sertaneja, especificamente). Essa abordagem orientará o estudo para tombamento de outros sítios históricos cearenses: Aracati, em 1999, e Sobral, em 2000.¹⁷

No ano de 2002, outro sítio histórico cearense é reconhecido como Patrimônio Nacional. Trata-se do trecho da área central da cidade de Viçosa do Ceará, disposto em torno da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção e suas adjacências. Neste caso, a cidade não está diretamente ligada ao conjunto de núcleos sertanejos do qual as outras cidades mencionadas fazem parte, como dignas representantes das “vilas de brancos”, fundadas no século XVIII no Ceará, mas faz parte de uma conjuntura histórica igualmente relevante: a presença jesuítica em terras cearenses e a importante missão de catequizar os índios, notadamente os que habitavam a serra da Ibiapaba, maciço que separa o Ceará do Piauí. A ação jesuítica teve como uma das consequências o estabelecimento de aldeamentos indígenas que, a partir da expulsão da ordem religiosa do Brasil, são transformadas em “vilas de índios” pela Coroa Portuguesa.¹⁸

Tomaremos o caso de Viçosa como objeto de análise, por se tratar de um exemplo de estudo de tombamento de “conjunto urbano”, cujo argumento mais relevante está pautado na necessidade de se “preservar um quadro de valorização da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção” (Castro, 2002), ou seja, mesmo se tratando de um contexto urbano, é no edifício que se encontra a razão de ser do tombamento. É para a sua valorização que estarão voltadas tanto a

17 Vale ressaltar que o tombamento do núcleo histórico de Sobral é motivado pelo seu grau de representatividade dentro do quadro de cidades sertanejas cearenses, porém a delimitação das áreas tombada e de entorno foi definida a partir de uma metodologia diferenciada da utilizada nos demais casos, fato que gerou discussões polêmicas no âmbito interno da instituição. A esse respeito, consultar Nascimento (2011).

18 Sobre o processo de urbanização do Ceará, nos séculos XVIII e XIX – notadamente sobre “Vilas de Índios” e “Vilas de Brancos” –, consultar Jucá Neto (2012).

elaboração do estudo que irá motivar o tombamento – incluído o estudo para tombamento propriamente dito e o seu desdobramento, como é o caso do parecer emitido acerca desse estudo – como as ações de restauro realizadas na edificação, posteriores ao tombamento do conjunto urbano.

Na análise realizada por José Liberal de Castro,¹⁹ emitida no documento intitulado “Viçosa do Ceará: Parecer sobre tombamento federal de trecho urbano”, o arquiteto, ao tecer comentário sobre “razões para o tombamento” do referido sítio histórico, deixa claro que o tombamento solicitado justifica-se, fundamentalmente, pela significação do edifício da Igreja Matriz. Para Castro (2002):

O tombamento justifica-se fundamentalmente como um meio de realçar a cidade, em si, dado o peso de sua significação histórica e urbana, embora o atual acervo arquitetônico viçosense pouco ou nada tenha ver objetivamente com as fases distantes do seu passado, *salvo em reduzidas partes da Igreja Matriz* (Castro, 2002, p. 53, grifo nosso).

Essa significação é o que será também evidenciado nas recomendações acerca de possíveis intervenções que objetivem a valorização do espaço a ser tombado. Podemos identificar esse aspecto em outro trecho do Parecer, que se reporta à necessidade de se reconstituírem as antigas relações da igreja com o espaço urbano, assim relatado:

Com referência à Igreja Matriz, na busca de *reconstituir suas antigas relações com o espaço urbano*, deve ser estudado um modo de recomposição dos atuais acessos ao adro, pois a edificação foi erguida sobre uma pequena elevação do terreno, por muito tempo mantida em seu relevo natural, que poderia ser reconstituída, pelo menos em parte (Castro, 2002, p. 56, grifo nosso).

A recomendação será acatada na proposta de restauro do edifício. As escadarias de acesso darão lugar a um talude gramado, buscando

¹⁹ O arquiteto José Liberal de Castro, professor Emérito da Universidade Federal do Ceará, nasceu em Fortaleza em 1926 e faleceu recentemente, em 09 de setembro de 2022. Castro formou-se no Rio de Janeiro na década de 50, período em que manteve contato próximo com o IPHAN e com o colega Lúcio Costa. Retornou a Fortaleza em 1956 e teve atuação pioneira em várias áreas de atuação, passando pelo ensino, pela produção de arquitetura moderna e pela atuação em instituições como o IAB e o IPHAN. Por muitos anos, Castro foi membro do conselho consultivo do IPHAN.

uma aproximação com a situação “de origem”, definida pela implantação da igreja em um elevado, um dos elementos que garantia a hierarquização do edifício com relação ao quadro urbano.

O sentido de retomada e valorização das feições primitivas da Igreja também é observado no restauro da edificação propriamente dita. Amparada em “fontes documentais e referências bibliográficas que atestam a veracidade dos fatos” (Castro, 2001), bem como nas recomendações de realização de prospecções arquitetônicas como “fontes científicas de inegável veracidade”,²⁰ a proposta de restauro buscou enfatizar os elementos “de origem” encontrados: no caso, as pinturas do forro do altar-mor e a parede que o delimita.

Nesse sentido, os painéis do forro foram restaurados com base em métodos científicos, com o objetivo de se retomar a aparência mais próxima possível de seu estado original: a alvenaria foi desbastada, de forma a se deixar à mostra o sistema construtivo e os materiais empregados na sua execução; para evidenciar o caráter “didático” da intervenção, foi incorporada uma escada metálica na parte posterior da alvenaria (no espaço destinado à sacristia da igreja), com o intuito de se dar acesso visual à parte superior da alvenaria “primitiva”, bem como possibilitar o acesso visual mais aproximado ao sistema estrutural da cobertura, definido por tesouras de madeira, em uma solução bastante simples, porém bastante característica dos edifícios religiosos construídos à época no Ceará.²¹

Os demais espaços da Igreja – excetuando-se os trabalhos de prospecção arqueológicos realizados em uma das torres – foram tratados de forma a dar relevância aos elementos originais. As demais alvenarias e colunatas receberam o tratamento em cor branca, sem se dar destaque aos ornamentos – tratamento seguido, inclusive, nas fachadas.

Observa-se também uma tentativa de “limpeza visual” e “organização” dos elementos apostos à alvenaria. Os quadros da via-sacra e a estatuária dos santos de devoção foram dispostos de maneira

²⁰ Essa condição é recomendada pelo relator do Parecer: “as prospecções arquitetônicas tornam-se imprescindíveis em favor de dirimir dúvidas quanto à origem do traçado urbano e de esclarecer certas formas originais de algumas edificações” (Castro, 2002, p. 60).

²¹ Todo o sistema de cobertura da Igreja também foi restaurado, “à maneira original”.

organizada nas alvenarias laterais, que receberam uma iluminação indireta, definidas por calhas contínuas, também pintadas de branco.

Em síntese: em termos urbanos, o restauro buscou seguir a recomendação do parecer, no que tange à tentativa de reconstituição da relação do edifício com o entorno, marcada pela hierarquização espacial do edifício religioso: no alto de uma colina, recomposta, “pelo menos em parte”. A ideia de retomada da situação “de origem”, definida pela implantação da igreja em um elevado, levou à solução de construção de um talude e redução dos degraus ao eixo definidos pelos acessos da igreja (Figura 2). A esse aspecto, soma-se a retomada da reluzência do edifício, possibilitada pela reutilização da cor branca na fachada, em substituição ao cinza encontrado no período pré-restauro. A mesma brancura invade o espaço interno do edifício e enfatiza, pelo contraponto, os elementos originais.

FIGURA 1 Desenho da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, em momento posterior ao restauro de 2002 (observar as alvenarias pintadas em cor cinza, e o acesso ao edifício, por meio de uma escadaria). Fonte: croqui realizado por José Clewton do Nascimento, 2012.





FIGURA 2 Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, Viçosa do Ceará, já restaurada. Fonte: croqui realizado por José Clewton do Nascimento, 2012.



FIGURA 3 Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, Viçosa do Ceará, vista interna. O tratamento dado às alvenarias e às colunatas – pintadas de branco – hierarquizam intervenção restaurativa dos elementos “primitivos”: forro e alvenaria de fechamento do altar-mor. Fonte: acervo Pedro Esdras, [s. d.].



FIGURAS 4 E 5 Altar-mor e forro da Igreja Matriz de Nossa da Assunção, Viçosa do Ceará. Fonte: acervo Pedro Esdras, [s. d.].

Com relação aos edifícios residenciais, o parecer ratifica o caráter de homogeneidade já apontado pelo estudo de tombamento. Mesmo apresentando transformações ao longo dos séculos XIX e XX, observa-se que “se mantinham os traços mais característicos da paisagem urbana antiga, já que ficavam preservados a volumetria e o sistema de implantação dos edifícios”, pois, “[...] apesar de os exteriores mostrarem evidente variedade formal, as plantas das casas reproduzem as tipologias correntes no Ceará (e, de certo modo, no Brasil, claramente vinculadas aos modos de vida do século XIX)” (Castro, 2002, p. 52).

Quanto aos padrões formais, o parecer aponta que a homogeneidade da paisagem urbana era definida pelo emprego de parâmetros gerais, exigidos pelas posturas municipais, tais como:

[...] larguras das vias e das calçadas, dimensões dos vãos de iluminação e ventilação das casas, alturas das soleiras, das cornijas, das platibandas. [...] Os próprios muros dos quintais das casas de esquina, voltados para ruas, tinham dimensionamento previsto nas posturas, as quais obrigavam o uso repetido de vãos cegos, a fim de conferir certo ritmo aos parâmetros, integrando-os esteticamente às fachadas de frente (Castro, 2002, p. 50-51).

Ainda segundo o referido documento,

Esses sistemas de códigos urbanos, adaptados das normas vigentes na Capital, eram aplicados com rigor pelas câmaras municipais, do que resultava evidente *unidade nos conjuntos, mantida mesmo quando as fachadas começaram a ganhar modificações 'atualizadoras'*. Eis por que, como ainda hoje se pode perceber, a paisagem urbana de Viçosa oitocentista, tal como de outras cidades cearenses, reflete o emprego daquela legislação padronizadora (Castro, 2002, p. 51, grifos nossos).

Em síntese, o relator do parecer reforça a identificação feita no estudo para tombamento, dos aspectos “homogeneidade/unidade”, “singularidade” e “equilíbrio”, como caracterizadores do sítio urbano a ser preservado, recomendando o seu tombamento. No entanto, chama a atenção para questões a serem levadas em consideração acerca da existência de discrepâncias na paisagem urbana que comprometem a identificação desse espaço “equilibrado, homogêneo e singelo”, insistindo, inclusive, em “enfatizar a necessidade de recomposição de alguns marcos

urbanos destoantes, ora eliminando ora neutralizando as partes que interferem na harmonia do conjunto” (Castro, 2002, p. 60).

Nessa perspectiva, o parecer reforça a necessidade da aprovação de legislação específica que tenha como direcionamento a preservação das “características identificadoras do referido sítio histórico” (Castro, 2002, p. 60), perpetuando assim uma prática que atenta contra a autenticidade do conjunto ao diluir permanências e novas proposições de forma homogênea.

A constituição de um quadro de diretrizes, por parte do IPHAN, para análise e orientação de intervenções, busca consolidar as recomendações do parecer e do estudo de tombamento. Esse quadro toma como referência, além das recomendações estabelecidas nos estudos para tombamento, práticas já consolidadas no âmbito da fiscalização dos demais sítios históricos tombados.

Tomando como base os documentos de controle e regulação das obras dos sítios históricos cearenses – com ênfase nos Pareceres e nas Informações Técnicas – podemos identificar os elementos que irão constituir os parâmetros a serem seguidos para intervenções, a saber:

- necessidade de preservação dos elementos originais/autênticos. Em alguns casos, utiliza-se da fotografia como prova documental da originalidade/autenticidade dos edifícios, sendo permitida, portanto, a reconstituição e/ou recomposição;
- restabelecimento dos bens a um estado anterior conhecido (conforme a Carta de Burra – Austrália, 1980); propõe-se em alguns casos a demolição de elementos tidos como desconformes;
- necessidade de preservação da visibilidade e ambiência dos bens representativos;
- necessidade de constituição dos ritmos e dos alinhamentos das fachadas;
- a pintura dos edifícios deverá ser executada de forma discreta e em tons claros (neutros).

Nesse âmbito, identificam-se algumas interferências que devem ser evitadas, para que seja garantida a manutenção dos elementos caracterizadores dos sítios históricos. Não é recomendável, portanto:

- a utilização de placas de comunicação visual que interfiram na visibilidade do bem;
- a utilização de materiais muito chamativos nas fachadas, tais como cerâmicas, granitos, mármores, porcelanatos, tijolos de vidro;
- a utilização de portões em alumínio (sugestão: ferro e madeira). As esquadrias devem ser de madeira (veneziana ou do tipo “ficha”);
- a alteração na percepção do ritmo original do plano das cobertas e das fachadas;
- a descaracterização da regularidade do ritmo e da escala das fachadas;
- a utilização de elementos que se projetem sobre as fachadas, tipos marquises etc.;
- a execução de caixa d’água situada acima da linha de cumeeira. Este elemento deverá ficar abaixo da coberta;
- a utilização de elementos com desenhos rebuscados, que se configuram como agressão ao caráter rústico e singelo da arquitetura tradicional.

O rigor na utilização desse quadro de parametrizações tem levado à transformação desses sítios históricos em espaços homogeneizados, pautados pela busca de consolidação de uma “eterna imagem do passado” e que acabam por negligenciar o seu caráter de autenticidade. O que nos preocupa é o fato de que, para além dessa negligência com o âmbito da autenticidade, algumas intervenções, por se aterem ao rigor formal estabelecido, criam soluções de qualidades espaciais extremamente questionáveis.

A cristalização da “eterna imagem do passado”: perspectivas para a sua superação?

Vimos em vários momentos deste artigo como o conceito de patrimônio vem sendo ampliado, abarcando toda a produção cultural que possua significado para determinado grupo de pessoas. Essa ampliação, entretanto, não invalida princípios de atuação na prática conservacionista, em especial aqueles propostos pela teoria crítica brandiana (Kühl, 2007; Carbonara, 2006; Vieira, 2004).

Muñoz Viñas (2005) trará contribuição importante ao destacar o papel dos diferentes envolvidos no processo de significação e reconhecimento de determinado bem (intersubjetividade) e na importância da participação destes nas ações e decisões de conservação.

Entretanto, as proposições da chamada “Teoria Contemporânea da Conservação” acerca dos temas da autenticidade, integridade e legibilidade podem levar, infelizmente, à perpetuação de ações como as acima exemplificadas, uma vez que argumentam pela inoperância e inadequação destes conceitos através de uma interpretação totalmente equivocada. Para complicar a situação, já podemos observar ecos dessa argumentação em outras produções recentes que reproduzem a suposta superação dos conceitos de autenticidade e integridade a partir de uma leitura pouco aprofundada destes, como se eles fossem incompatíveis com a consideração, por exemplo, dos significados atribuídos a determinado bem cultural (Pereira, 2011).

Desacreditar os conceitos de autenticidade e integridade (Silva, 2012; Clavir, 2002; Jokilehto, 2006; Stovel, 2007; Vieira, 2008) e considerar posturas como as defendidas pelo restauro crítico como “coisas do passado”, acreditamos, é um convite à perpetuação da cristalização da “eterna imagem do passado”. Se tudo é possível, por que não?

Na verdade, o que gostaríamos de enfatizar aqui é a necessidade de ultrapassar a improdutiva dicotomia entre os “brandianos” por excelência e os “pós-modernistas” da conservação. Superar a visão concentrada na obra de arte é preciso, mas isso não significa invalidar a teoria brandiana (Kühl, 2007). Considerar o imaterial, os usos e os significados é primordial, mas isso não quer dizer que os conceitos de autenticidade e integridade não possuam mais utilidade. Afinal, como o próprio Muñoz Viñas (2005, p. 57) coloca, “conservadores trabalham em objetos tangíveis, porém, eles serão, por sua vez, utilizados para propósitos intangíveis”. Assim, essas definições permanecem sendo úteis ao trato com o material que não necessariamente desconsidera (nem deve desconsiderar) o imaterial. O reconhecimento da importância da negociação entre sujeitos envolvidos (intersubjetividade) é uma contribuição contemporânea que pode ser perfeitamente incluída na formulação do juízo crítico

sobre a intervenção, podendo levar a uma definição sobre a integridade que se deseja alcançar como uma construção coletiva:

Por isso, a restauração deve seguir princípios gerais, vinculados a uma unidade conceitual e metodológica (algo diverso de regras fixas), para as várias formas de manifestação cultural, mesmo na diversidade dos meios a serem empregados para se enfrentar os problemas, em função das particularidades de cada obra, ou conjunto de obras, e de seu particular transcurso ao longo do tempo. É ato histórico-crítico ancorado na história e na filosofia. Essa vinculação é essencial para aqueles que atuam na preservação de bens culturais, pois possibilita se superar atitudes ditadas por predileções individuais, que qualquer ser pensante possui, e por uma maior ou menor apreciação de uma dada sociedade e um dado momento histórico em relação às manifestações culturais de outros períodos, e agir-se de acordo com sólida deontologia profissional, alicerçada em uma visão histórica. É importante salientar que esse processo não é óbvio; ao contrário, é procedimento necessariamente multidisciplinar – justamente para minimizar o risco de atitudes individualistas, parciais e deformadoras –, a exigir estudos e reflexões aprofundadas, não admitindo aplicações mecânicas de fórmulas, exigindo esforços de interpretação caso a caso e não aceitando simplificações (Kühl, 2007, p. 208).

Referências

- BOITO, Camillo. Os restauradores. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl e Paulo Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2002. (Coleção Artes & Ofícios, n. 3).
- BRANDI, Cesare. Teoria da Restauração. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2004. (Coleção Artes & Ofícios, n. 5).
- BRENDLE, Maria de Betânia Uchôa Cavalcanti. Conflitos projetuais entre a Academia e o IPHAN em Laranjeiras (SE): fundamentação teórica no projetar da nova arquitetura em áreas patrimoniais & a re-edição da prática destrutiva e arbitrária do estilo patrimônio (sic). In: V PROJETAR – PROCESSOS DE PROJETO: TEORIAS E PRÁTICAS, 2011, Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- CARBONARA, Giovanni. Brandi e a restauração arquitetônica hoje. Desígnio – Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo, São Paulo, n. 6, p. 35-48, set. 2006.
- CASTRO, José Liberal de. Viçosa do Ceará: parecer sobre tombamento federal de trecho urbano, Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 2002.

CASTRO, José Liberal de. Igreja Matriz de Viçosa do Ceará: arquitetura e pintura de forro. Fortaleza: IPHAN: UFC, 2001.

CAVALCANTI, Lauro (org.). Modernistas na repartição. 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ: Paço Imperial, 2001.

CLAVIR, Mirian. Preserving what is valued: museums, conservation and First Nations. Vancouver: UBC Press, 2002.

IPHAN. 4ª Superintendência Regional (Ceará). Icó – estudo para tombamento federal. v. I, II. Brasília, 1996.

JOKILEHTO, Jukka. Considerations on Authenticity and Integrity in World Heritage Context. *City & Time*, Recife, v. 2, n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.ct.ceci-br.org>. Acesso em: 20 jul. 2012.

JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. Primórdios da Urbanização no Ceará. Fortaleza: Edições UFC: Editora do Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: problemas teóricos de restauro. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Cesare Brandi e a teoria da restauração. *Revista Pós*, São Paulo, n. 21, p. 198-211, jun. 2007.

LARSEN, Knut Einar (ed.). *Nara Conference on Authenticity – Proceedings*. Japan: UNESCO: ICCROM: ICOMOS, 1995.

LIMA, Ludmilla. Viagem ao Rio de Janeiro Colonial. *Jornal do Comércio*, Recife, p. 14, 1º jan. de 2012. Caderno Brasil

MENEZES, José Luiz da Mota. *Sé de Olinda*. Recife: FUNDARPE, 1985.

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 22, Rio de Janeiro, p. 108-122, 1987.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. *Contemporary Theory of Conservation*. Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann, 2005.

NASCIMENTO, José Clewton do. (Re)descobriram o Ceará? Representações dos sítios históricos de Icó e Sobral: entre areal e patrimônio nacional. Salvador: EDUFBA: PPGAU; Florianópolis: ANPUR, 2011.

PEREIRA, Honório Nicholls. Tendências contemporâneas na teoria da restauração. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; CORRÊA, Elyane Lins (org.). *Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio*. Salvador: EDUFBA, 2011.

RIEGL, Alois. *El culto moderno a los monumentos*. Madrid: Visor, 1987.

RUSKIN, John. *A lâmpada da memória*. Apresentação, tradução e comentários críticos de Odete Dourado. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo - UFBA, 1996. PRETEXTOS, Série b, Memórias, 2.

SANT'ANNA, Márcia. *A cidade-atração: a norma de preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 90*. 2004. Tese (Doutorado em Arquitetura e urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SANT'ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma da preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)*. 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

SILVA, Paula Maciel. *Conservar, uma questão de decisão: o julgamento na conservação da arquitetura moderna*. 2012. Tese (doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

STOVEL, Herb. Effective use of authenticity and integrity as world heritage qualifying conditions. *City & Time*, Recife, v. 2, n. 3. [online], 2007. Disponível em: <http://www.ct.ceci-br.org>. Acesso em: 30 jul. 2012.

UNESCO. *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*. Paris: [s. n.], 2005.

VIEIRA, Liliane de Castro. *As tipologias arquitetônicas de Ouro Preto no século XX: estudo comparativo entre os inventários de 1949 e 2002*. 2006. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda; LIRA, Flaviana Barreto. Há algo a temer na “Teoria da Restauração” de Brandi? O mito paralisante do medo. *Paranoá*, Brasília, v. 25, p. 83-93, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/29287>. Acesso em: 1 jul. 2022.

VIEIRA, Natália Miranda. Integridade e Autenticidade: conceitos-chave para a reflexão sobre intervenções contemporâneas em áreas históricas. In: ARQUI-MEMÓRIA 3 - Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado, 3., 2008, Salvador. Anais [...]. Salvador: IAB-BA/UFBA, 2008.

VIEIRA, Natália Miranda. A Discipline in the making: Restoration Classics Revisited. *City & Time*, Recife, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: <http://www.ceci-br.org/novo/revista/docs2004/CT-2004-13.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2020.

VIEIRA, Natália Miranda. Teoria da Restauração: a relevância e incomprensão do pensamento brandiano. In: I Fórum Brasileiro sobre Patrimônio Cultural, 2004, Belo Horizonte. *Anais* [...]. Belo Horizonte: UFMG, dezembro de 2004.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. Restauração. Tradução de Beatriz Mungayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2000. (Coleção Artes & Ofícios, n. 1).

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. Restauro. Apresentação, tradução e comentários críticos de Odete Dourado. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo-UFBA, 1996. Pretextos, Série b, Memórias, 1.

CAPÍTULO 2

Posturas intervencionistas contemporâneas e a prática brasileira institucionalizada¹

Natália Miranda Vieira-de-Araújo

Posturas contemporâneas de intervenção em edificações de valor patrimonial

O presente capítulo dá continuidade a reflexões sobre o caráter arquitetural de intervenções em edificações de valor patrimonial que remontam ao início do desenvolvimento da tese de doutorado da autora, em 2002, na área de Conservação Integrada no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE. Aqui, relacionaremos esta reflexão à prática institucionalizada no Brasil, já que esta última questão tem sido objeto de atenção de nossas pesquisas. Algumas questões têm se sobressaído e permanecem causando

¹ Artigo escrito originalmente para o III Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, realizado em São Paulo, em outubro de 2014, como parte integrante do Simpósio Temático “Projeto e Memória”, coordenado por Rodrigo Baeta (UFBA). Dentro da proposta geral do simpósio, que era a de refletir sobre diversos aspectos do projeto sobre a preexistência de valor histórico, o artigo foca na atuação institucionalizada do IPHAN a partir da análise do projeto de restauração de 2 igrejas do período colonial, realizados dos anos 1990 para cá, de forma comparativa com o caso do restauro da Igreja da Sé em Olinda, ainda na década de 1970. Apesar da distância temporal, observa-se a manutenção de uma prática baseada no retorno a uma feição idealizada e “completa” da mesma forma como se via em ações do período inicial de atuação do IPHAN. Mas, afinal, tal decisão é resultado de uma argumentação teórica e técnica, no sentido de defender esta como uma das posturas possíveis de intervenção na contemporaneidade, ou resulta da inércia da atuação do órgão?

grande inquietação: como se relacionam o necessário reconhecimento dos valores imateriais e intangíveis do patrimônio com as práticas mais atuais de intervenção sobre preexistências de valor patrimonial? A decisão por reconstruções e restituições a um determinado momento, eleito como de maior valor artístico, na prática contemporânea brasileira, é resultado de uma argumentação teórica e técnica, no sentido de defender esta como uma das posturas possíveis de intervenção? Ou trata-se da permanência de uma prática entranhada desde as primeiras práticas preservacionistas do IPHAN? Não pretendemos aqui esgotar tais questões, mas sim dar continuidade a reflexões que entendemos como de grande importância para uma leitura crítica e consolidação de práticas teoricamente embasadas.

O debate acerca da intervenção no patrimônio edificado aponta a existência de grupos com posturas bastante distintas, em que se destacam desde profissionais que defendem veementemente o princípio da distinguibilidade a grupos que permanecem na defesa de uma visão reprimiradora e oitocentista de restauro.

Analisando o contexto italiano contemporâneo, em que há, historicamente arraigada, uma aproximação entre prática interventionista e reflexões teóricas, Kühl (2008) identifica três principais posturas de atuação denominadas por Carbonara como: a “crítico-conservativa e criativa”, que se fundamenta fortemente no restauro crítico e na teoria brandiana; a “pura conservação” ou “conservação integral”, em que a instância histórica é privilegiada e, finalmente, a “manutenção-repristinação”, em que se retomam formas e técnicas do passado para superar o “estado fragmentário do bem”.

Cabe aqui ressaltar que esta diversidade de posições sempre caracterizou o campo do restauro, desde a sua constituição enquanto disciplina no século XIX. Entretanto, também chama atenção o fato de que as duas primeiras posturas identificadas na prática italiana atual (“crítico-conservativa e criativa” e “conservação integral”) possuem vários pontos em comum, entre os quais: a defesa do princípio da distinguibilidade e oposição veemente a atos de repristinação. Obviamente que ambas as posturas entendem que apenas o atendimento ao princípio da distinguibilidade não garante qualidade arquitetônica a nenhuma intervenção.

Apesar da “conservação integral” entender que o momento da conservação deve ser separado do momento da inovação, ou seja, após a conservação do preexistente, passa-se à fase do projeto que se constitui em um “novo projeto”, no qual a liberdade criativa possui grande espaço. Nas palavras do Marco Dezzi Bardeschi, um dos mais importantes representantes desta postura, este novo projeto considera essa preexistência: “um projeto do novo compatível mas não mimético, isto é respeitoso, dialeticamente consciente e, ao mesmo tempo, declaradamente legível e autônomo” (Bardeschi, 2004, p. 487 apud Kühl, 2008, p. 85, grifo nosso). Este tipo de afirmação demonstra também uma aproximação com as correntes “crítico-conservativa e criativa” e “conservação integral”.²

As noções de “justaposição contextual” e “uniformidade contextual”, primeiramente propostas por Richard Rogers (Rogers, 1988 apud Tiesdell; Oc; Heath, 1996) e posteriormente desenvolvidas e ampliadas por Tiesdell, Oc e Heath (1996), ao incorporarem também a ideia de uma postura intermediária entre ambas, a de “continuidade contextual”, são bastante representativas do leque de opções que se colocam e sobre as quais se desenvolvem eloquentes discursos teóricos a respeito das possibilidades de intervenção sobre a preexistência de valor patrimonial. Acreditamos que tal representatividade se torna ainda maior se entendermos essas noções não de forma estanque, mas, como aqui propomos, no sentido de uma escala de graduação que pode ir do extremo da justaposição até o extremo oposto da uniformidade (ver Figura 1).³

2 A conferência de Marco Dezzi Bardeschi no ArquiMemória 4, em 2013, demonstra esses pontos de contato. Após uma exposição dos princípios utilizados, em que ressaltou a superação da Teoria da Restauração de Brandi, o referido palestrante apresentou projetos que, guardadas as diferenças, aproximam-se, especialmente no respeito à instância histórica, a projetos assumidamente brandianos.

3 A autora passou a incorporar este referencial, desde 2002, em suas aulas na graduação de Arquitetura e Urbanismo, pois estas noções foram trabalhadas, primeiramente, durante o desenvolvimento da tese de doutorado iniciada em 2002, defendida em 2006 e publicada como livro em 2008 (Vieira, 2008a). Nesta reflexão, foi feita uma associação entre as noções de justaposição, continuidade, uniformidade contextual com os conceitos de autenticidade e integridade. Parte desta reflexão foi apresentada e publicada em 2008 nos Anais do ARQUIMEMÓRIA 3 (Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado) que aconteceu em Salvador (Vieira, 2008b). Temos trabalhado em vários artigos com o conceito de autenticidade, porém,

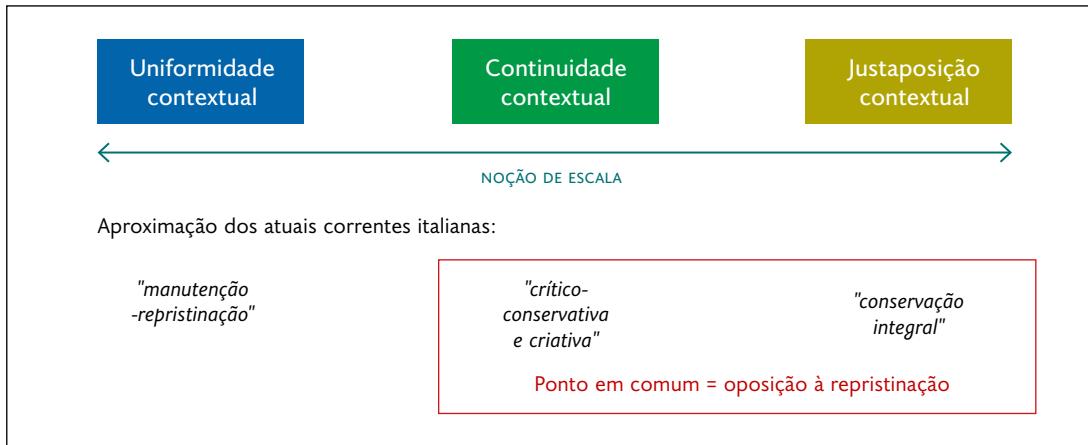


FIGURA 1 Posturas intervencionistas propostas por Tiesdell, Oc e Heath (1996), interpretadas a partir de uma noção de escala. Fonte: esquema elaborado pela autora.

Andrade Júnior (2013a) também apresenta, a partir da leitura de publicações recentes (de 2006 a 2011) de vários autores do campo da conservação/intervenção, essa pluralidade de posturas intervencionistas que caracteriza a prática do projeto sobre preexistências de valor patrimonial. Os autores destacados por Andrade Júnior também apresentam, utilizando outros termos, posturas intervencionistas que poderiam ser, perfeitamente, lidas a partir da noção de escala aqui proposta (Figura 1). O que nos parece importante, seja qual for a postura adotada, é a necessidade de reflexão e conhecimento sobre todas as opções que se colocam para o desenvolvimento de uma proposta embasada e coerente. Em qualquer situação, o conhecimento profundo sobre o bem em que se deseja

vale salientar que este *não* é compreendido como sinônimo de "original", como vem sendo paulatina e erroneamente associado em muitos textos. Inclusive muitas das declarações de "superação" e caducidade do conceito de autenticidade estão relacionadas a essa leitura limitada que o relaciona à questão da "originalidade" (Muñoz Viñas, 2005; Pereira, 2011; Pellegrini, 2013). Sobre este aspecto, ver, especificamente, as considerações finais capítulo 1. Como vimos, várias discussões mais recentes sobre o conceito de autenticidade tratam de sua complexificação, relação do conceito com aspectos imateriais e com a cultura de cada lugar (Silva, 2012; Stovel, 2007; Jokilehto, 2006; Larsen, 1995).

intervir e a adoção de procedimentos metodológicos claros são condições primeiras para o alcance de um resultado de qualidade.⁴

Saliente-se que a pluralidade acima comentada deve levar em conta a complexificação da abordagem acerca do que hoje é compreendido como objeto de valor patrimonial, como bem cultural. O reconhecimento de que, ao tratar de preservação patrimonial, estamos lidando com algo que transcende a materialidade do objeto, sendo os aspectos e valores imateriais tão ou mais importantes que a questão da matéria em si. Ao falar de imaterialidade, de valores intangíveis, necessariamente estamos falando de como as pessoas se reconhecem em determinado bem cultural e de como cada indivíduo atribui um valor específico a esse bem.

Assim, como vimos no capítulo 1, a contribuição de Muñoz Viñas (2005) em torno do conceito de “intersubjetividade”, que parte do princípio de que é indispensável a negociação entre subjetividades de atores diversos envolvidos no processo de conservação, é bastante útil para que se tenha atenção aos aspectos que vão além do saber especializado. Essa contribuição deve ser entendida a partir da compreensão de que as dimensões tangíveis e intangíveis, patrimônio material e imaterial, não são coisas distintas, mas são como os dois lados de uma mesma moeda.

Entretanto, o necessário, urgente e inadiável reconhecimento dos aspectos imateriais tem feito ressurgir, agora com ares revolucionários, uma preocupante febre reconstrutiva.⁵ A participação po-

4 Para uma discussão ampliada sobre as posturas intervencionistas contemporâneas, consultar o capítulo 3 de Vieira-de-Araújo (2022).

5 Reconstruções sempre aconteceram, não são uma novidade. Porém, casos como o da Igreja Frauenkirche Dresden (Nossa Senhora de Dresden), em Dresden-Alemanha, em ruínas desde que foi bombardeada em 1945 e reconstruída entre 1994 e 2000, chamam a atenção pelo processo desencadeado em consequência dessa reconstrução. Perdas resultantes de grandes desastres que interferem na identidade de determinado povo são uma das justificativas que autorizam a realização de reconstruções. Entretanto, após a reconstrução da Igreja, passou-se a reconstruir todo o casario ao seu redor. Vale salientar que isso aconteceu mais de 50 anos após o bombardeio, ou seja, já havia uma nova identidade construída e um novo contexto consolidado. As ruínas da Igreja ainda permaneciam em seu lugar e por isso faziam parte desse novo contexto. Apesar da reconstrução da igreja não ser a postura que esta autora defenderia, ela era uma possibilidade. Entretanto a reconstrução de todo um entorno após 50 anos e já readequado a essa nova situação não é possível de se compreender. Na verdade, o que se

pular é essencial ao processo de conservação, porém, como a população pode desejar algo diferente de uma reconstrução, se esta, leiga no assunto, não conhece outras formas de intervenção? Esse é nosso papel técnico e não podemos dele nos furtar.

É comum se dizer que existe uma posição dominante entre técnicos que condena a prática reconstrutiva a partir do argumento de que estas criam falsos históricos e pastiches sem valor patrimonial (Pellegrini, 2013; Andrade Júnior, 2013b). Será mesmo essa a posição dominante? Talvez essa seja uma postura dominante no debate acadêmico. Na verdade, o que temos observado, especialmente na prática institucionalizada pelo órgão federal de preservação brasileiro, é uma predisposição bastante forte para a adoção de princípios de reconstrução e/ou reconstituição de uma determinada feição, eleita como de maior valor patrimonial por parte de técnicos, espalhados por todo o território nacional.

Como vimos acima, essa é uma das possíveis posturas interventionistas que compõem o universo plural de opções a serem adotadas. O que nos incomoda são: a recorrência e predominância desta postura na prática de instituições de preservação e a aparente falta de discussão teórico-metodológica sobre outras soluções possíveis. Detalharemos tais aspectos nos próximos itens.⁶

A prática brasileira institucionalizada

Conforme argumento já exposto no primeiro capítulo, podemos dizer que, no âmbito brasileiro, existe uma prática consolidada no órgão de preservação federal, o IPHAN, que ainda se baseia no suposto “retorno ao original”.

observa é a criação de um gigantesco cenário cujos interesses passam pela movimentação econômica em torno deste. Falaremos mais adiante sobre a “cidade atração”.

6 Em vários artigos anteriores, a autora se coloca claramente entre os pesquisadores que defendem uma atuação projetual que se fundamenta nas argumentações propostas pela vertente “crítico-conservativa”. Entretanto, no presente artigo, não se deseja entrar nesta discussão sobre a pertinência ou não desta ou daquela postura. O que queremos deixar claro aqui é que, apesar de entendermos que essa pluralidade faz parte do campo, isso não significa que não tenhamos o dever de acompanhar as discussões teóricas que se colocam, no sentido de avaliar a pertinência das decisões tomadas. É preciso conhecer e adotar uma postura de forma consciente e embasada.

Cavalcanti (2012, p. 72) ressalta que, se por um lado o órgão federal de preservação patrimonial, o então SPHAN, foi criado de forma pioneira na América Latina (década de 1930), por outro lado, observa-se a coincidência entre a chamada “fase heroica” (1937-1967), quando se consolidam as práticas institucionais do órgão, com o vácuo entre as publicações de recomendações internacionais no âmbito da preservação (as Cartas de Atenas, de 1931 e 1933, e a Recomendação de Nova Delhi, apenas em 1956). Além disso, a Teoria da Restauração de Cesare Brandi, que data de 1963, apenas foi traduzida para o português muito recentemente, em 2004.

Paulo Ormindo de Azevedo (2003) também já havia destacado o isolamento do SPHAN do resto do mundo até a década de 1960. A importância do depoimento de Azevedo é reforçada pelo seu papel ativo como protagonista na prática preservacionista brasileira desde aquele período:

No Brasil, a prática do restauro seria recriada a partir da década de 40 na sede carioca do SPHAN, nas diretorias regionais do órgão, com arquitetos como Lúcio Costa, Alcides da Rocha Miranda, Luis Saia, Renato Soeiro, Sylvio Vasconcellos, Ayrton de Carvalho, e nos canteiros de restauração. Trata-se de recriação porque, nesse campo, estávamos praticamente isolados do mundo, pela ausência de canais de comunicação, que só se abriram na década de 60, com a divulgação da Carta de Veneza, a fundação do ICOMOS Internacional e com as primeiras missões da UNESCO no país (Azevedo, 2003, p. 18).

Corroborando essa afirmação, Silva e Almeida (2013, p. 10) observam tal fato em Minas Gerais por meio da análise de processos de intervenção na cidade de Sabará entre os anos 1940 e 1970 e concluem que “o IPHAN entende a arquitetura em harmonia como aquela que se insere utilizando a imitação como princípio de relação com a preexistência”. As autoras continuam: “Esse posicionamento contradiz claramente as indicações presentes em diferentes documentos orientadores da prática preservacionista em nível internacional, como as cartas patrimoniais”.

Por outro lado, como vimos, não apenas a nível nacional, a noção de patrimônio vem paulatinamente sendo ampliada e complexificada. Entretanto, esta ampliação e transformação de abordagem conceitual não parece ter atingido as reflexões e práticas acerca da

prática intervencionista sobre o patrimônio edificado. Abordagens como a “crítico-conservativa” e “conservação integral”, acima comentadas, que se aproximam ao destacarem a importância do princípio da distinguibilidade como atitude projetual, parecem não ter muito espaço na prática brasileira institucional.

A partir dessas considerações, começamos a nos perguntar se esse período inicial de atuação do IPHAN, distante da discussão internacional mais ampla, não é o responsável pela consolidação das práticas institucionais ainda vigentes que se voltam à adoção de uma postura próxima à italiana “manutenção-repristinação”.

Será a adoção desse tipo de postura uma tomada de decisão consciente em face das possibilidades intervencionistas que se colocam na contemporaneidade? Diante de um ambiente institucional forjado dentro de uma perspectiva de “identidade nacional” fortemente ancorada na perspectiva modernista de valorização do período colonial, em detrimento de feições estéticas entendidas como “europeizadas”, características da virada do século XIX para o XX, continuamos a identificar recorrentes casos de reconstituição de uma imagem que remete ao período do Brasil Colônia, como observaremos nos casos exemplificados no próximo item.

Um órgão de preservação, três igrejas, décadas de distância: soluções restaurativas diferenciadas?

Ilustrando a reflexão que aqui se propõe, selecionamos duas edificações religiosas construídas durante o período colonial que sofreram intervenções restaurativas conduzidas ou acompanhadas pelas respectivas superintendências regionais do IPHAN, uma na década de 1990 (Igreja Nossa Senhora da Apresentação, a Igreja Matriz de Natal) e outra na primeira década dos anos 2000 (Convento de Santo Antônio, Rio de Janeiro), para serem confrontadas com o emblemático restauro dos anos 1970, já amplamente discutido, da Igreja de São Salvador em Olinda, popularmente conhecida como Igreja da Sé. Apresentaremos, aqui, as linhas gerais que conduzem as intervenções restaurativas propostas, concentrando a nossa observação

nas ações sobre as fachadas das igrejas e ressaltando o quanto as decisões ainda se aproximam das decisões tomadas na década de 1970.

Antes de apresentar os dois casos, recordamos que a Igreja de São Salvador, a Igreja da Sé de Olinda, foi primeiramente construída por volta de 1530, incendiada em 1631 junto com grande parte da cidade e reconstruída na segunda metade do século XVII. Após passar por várias intervenções que modificam substancialmente suas feições, a partir de 1974, terá início o processo restaurativo da igreja, que será realizado no bojo do Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas, o PCH, pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe) com o acompanhamento do IPHAN e tendo como ponto de partida o projeto desenvolvido pelo professor José Luiz da Mota Menezes (Vieira-de-Araújo, 2022; Cabral, 2016; Menezes, 1985). Chama atenção neste caso o fato de que o resultado final alcançado para a fachada da igreja não se tratar nem da conservação da feição encontrada quando do início de seu trabalho de restauração (neobarroca), nem da situação tomada como base para o início do projeto de restauração, constituindo-se assim uma nova criação da década de 1970.

Essa atitude observada na restauração da Igreja da Sé em Olinda, em se tratando do contexto da década 1970, não surpreende, visto que o processo de aproximação entre a discussão nacional e o contexto internacional dava seus primeiros passos mais consistentes. Soma-se a isso o fato de que será apenas nessa década que passaremos a ter no Brasil os primeiros cursos de especialização voltados especificamente para o campo da preservação patrimonial (Nascimento, 2016). Mas o que acontece nas décadas mais recentes? Revisamos a prática projetual do restauro de nossas igrejas? A permanência de certos princípios resulta de uma clara escolha diante das possibilidades que se colocam ou da manutenção de um modus operandi?

Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, a Igreja Matriz de Natal/RN

A igreja de Nossa Senhora da Apresentação, ou Catedral Velha, como é conhecida, localiza-se na Praça André de Albuquerque, Cidade Alta, local de fundação da cidade de Natal/RN. Foi construída no mesmo



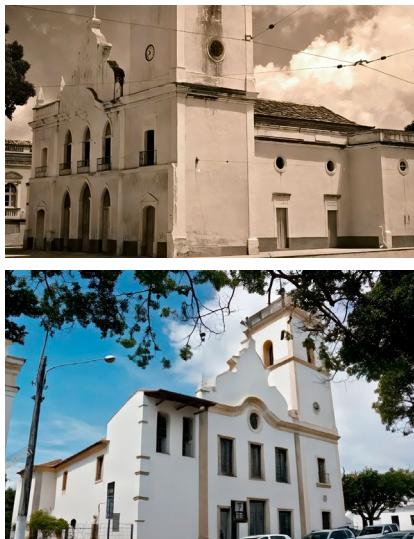
FIGURA 2 Igreja Nossa Senhora da Apresentação antes do projeto de restauração, 1990. Fonte: Acervo Fundação José Augusto (1990).

local da primitiva capela, edificada no século XVII, nos primeiros anos da colonização do Rio Grande Norte. No decorrer dos séculos, foram realizadas várias transformações na Igreja. Para Albuquerque, Barreto e Moura (1995):

Tais intervenções *deturparam fortemente a singeleza da sua volumetria original, que foi perfeitamente identificada nas prospecções*, através de acréscimos em materiais construtivos, facilmente identificáveis como não pertencentes às feições dos séculos XVII, XVIII e primeira metade do século XIX (Albuquerque; Barreto; Moura, 1995, p. 5, grifos nossos).

Entre os acréscimos considerados espúrios, os referidos autores destacam o acréscimo dos altares laterais de alvenaria em estilo neogótico, os arcos ogivais na fachada principal, e a platibanda com elementos ecléticos que arrematava a cobertura (Figura 2). Para os autores, “A construção tinha sofrido no final do século passado e início deste, algumas intervenções que lhe davam uma leitura desconexa e da má qualidade estilística” (Albuquerque; Barreto; Moura, 1995, p. 4).

A partir da solicitação para a restauração da igreja, em 1991, iniciou-se uma intensa pesquisa histórica e prospecções arqueológicas que pretendiam “nortear o resgate da identidade do prédio, ora tão mutilado por pastiches arquitetônicos dos séculos passado e atual” (Albuquerque; Barreto; Moura, 1995, p. 4):



FIGURAS 3 E 4 O antes e o depois da Igreja Nossa Senhora da Apresentação, de volta ao “original” eleito pelos restauradores. Fonte: Acervo do Memorial Câmara Cascudo e Monique Lessa Vieira, julho de 2013.

A determinação desse *tempo que se deseja para o edifício*, base fundamental para o projeto realizado, está coerente com o que se entende a respeito de restauração. A importância da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, um das poucas do Brasil, erguida no início do século XVII, foi determinante maior e a meta desejada pelos responsáveis pelo projeto. Baseado nesse princípio optou-se *por retirar*



FIGURAS 5 E 6 Igreja já restaurada, de volta ao “original” eleito pelos restauradores. Fonte: Monique Lessa Vieira, julho de 2013.

os elementos que descaracterizavam a feição original do prédio [...] (Albuquerque; Barreto; Moura, 1995, p. 8, grifos nossos).

Foram removidos todos os elementos eclécticos (Figuras 3 a 6), que, segundo a equipe do projeto, prejudicavam a edificação no “seu traço mais importante, que é a singeleza de um grande templo de fortes características peculiares da arquitetura religiosa do início do período colonial” (Albuquerque; Barreto; Moura, 1995, p. 11).

Convento de Santo Antônio – Rio de Janeiro

O Convento de Santo Antônio, localizado no Largo da Carioca, Rio de Janeiro, foi também construído no século XVII e tombado pelo IPHAN em 1938. Além de ser um dos cartões postais da cidade, o convento é bastante utilizado pela população por conta dos serviços religiosos prestados pelos frades da Ordem dos Frades Menores da Província da Imaculada Conceição. O compromisso dos frades para com a comunidade fez com que eles não admitissem deixar o convento para a realização dos trabalhos de restauração que se iniciaram em 2007. Os religiosos foram se adequando e ocupando os espaços já restaurados enquanto o processo de restauro era realizado.⁷

A restauração foi realizada pelo Centro de Projetos Culturais (Cepac), sob supervisão do IPHAN (Candida, 2012). Em artigo publicado por um dos arquitetos responsáveis pelo projeto (Coelho, 2014), argumenta-se que o processo, classificado

⁷ Informações constantes no site do Convento de Santo Antônio onde se percebe como ele é bastante ativo na vida religiosa da cidade: <http://conventosantoantonio.org.br/convento-santo-antonio-reabre-com-19-celas.html>. Acesso em: 11 maio 2014.

pelo autor como de “restauração e revitalização”, está ancorado em bases teóricas contemporâneas e faz referência a conceitos e definições brandianas como “unidade potencial” e “momento metodológico de reconhecimento da obra de arte”.⁸

Apesar de destacar que:

A restauração de um bem cultural *não busca “retorná-lo” a uma determinada época ou determinado “estilo” ou ciclo arquitetônico*. Tem por objetivo avaliar todas as suas intervenções e julgar o significado de cada uma delas no contexto cultural em que foram realizadas. O restauro está ancorado na integração cultural dessas intervenções, *sem preconceitos de ordem estética, nem avaliações de natureza histórica* (Coelho, 2014, p. 2, grifos nossos).

O artigo também reforça, em diversos trechos, a “busca pelo original” como diretriz central do projeto de restauração: “[...] propostas que resgatam os espaços arquitetônicos originais [...]”; “[...] buscando seu aspecto original [...]”; “[...] deverá perseguir os traços originais do bem cultural [...]” (Coelho, 2014, p. 2); “[...] conduzido com o mais profundo respeito aos traços originais do monumento [...]” (Coelho, 2014, p. 3); “Todas as pavimentações deverão ser restauradas de acordo com suas formas originais” (Coelho, 2014, p. 17). Permanece assim em aberto a pergunta: qual é “o original” definido pelo autor? Não é este exatamente o desejo de “retornar” a uma determinada época?

Ainda segundo Coelho (2014, p. 4, grifos nossos):

Seguindo os princípios internacionais contemporâneos de preservação de bens culturais, este projeto assume propostas que *resgatam os espaços arquitetônicos originais*, bem como *preservam as diversas intervenções realizadas na edificação que tenham tido singular significação em seu contexto cultural*.

A partir dessa afirmação, o artigo passa a avaliar as intervenções sofridas pelo bem para determinar quais são as que merecem ser preservadas. Sobre a fachada Coelho (2014, p. 5, grifos nossos) informa:

A fachada primitiva da Igreja foi modificada entre 1920-1923, quando das intervenções realizadas pelos frades alemães, sob a direção do arquiteto Frei Feliciano Schlag. *Tais intervenções podem ser consideradas mais*

⁸ Apesar disso, entre as referências bibliográficas do referido artigo encontram-se apenas referências voltadas à pesquisa histórica e nenhuma sobre a questão restaurativa.

desastrosas para a integridade física e estética do conjunto arquitetônico. A alteração da fachada principal foi realizada *totalmente sem compromisso com os valores estéticos e históricos desse monumento* que durante três séculos manteve o frontispício de sua fábrica original.

[...] A atual fachada era resultante das obras realizadas pelo Iphan, em 1953, tendo a Igreja seu frontispício modificado – “simplificado”, sendo retirada a decoração apostada pelos alemães, de gosto “pseudo-neocolonial”, que modificara a fachada original de 1779. A direção das obras esteve a cargo dos arquitetos Lucio Costa e Orlando Reis.

Finalmente, o autor conclui:

Atualmente, em que se procuraram soluções para a realização de uma intervenção que recuperasse *a legítima identidade da Igreja*, nem a grande modificação realizada pelos frades alemães, nem a contemporização estética realizada em 1953, atende como intervenção de restauração. *A única restauração possível deveria buscar a fachada que perdurou de 1779 a 1920* (Coelho, 2014, p. 7, grifos nossos).

Assim, os responsáveis pela restauração informam que a maioria das reformas sofridas pela edificação ocorreu no início do século XIX, durante a ocupação militar no complexo (1885 e 1901) e as primeiras décadas que se seguiram a ela, sob a administração do grupo de freis alemães. As intervenções desse período são consideradas no projeto atual como “totalmente extemporâneas” por terem reproduzido “apenas o gosto pessoal do frade arquiteto alemão, Frei Schlag, descartando qualquer compromisso com a história da arte e a história cultural, cujos valores impregnados no monumento conseguiram atravessar, incólumes, três séculos até então” (Um tijucano [...], 2012). Não seria o compromisso estético da intervenção da década de 1920 firmado com o gosto historicista daquele momento, mais do que apenas resultado de gosto pessoal de determinado frei? Fica claro aqui que existe sim uma avaliação de natureza histórica (Candida, 2012).

A Figura 7 apresenta o conjunto ainda com a feição anterior à proposta de recomposição da atual restauração:

Embora desastrosas, as intervenções dos alemães, de certa forma, também preservaram a obra original. A “preservação” aconteceu por conta de as obras dos “alemães” apenas esconderem a construção original, com pinturas sobre pinturas ou detalhes arquitetônicos “emparedados”. Foi assim que se descobriu agora como era o



FIGURA 7 Convento de Santo Antônio em processo de restauro – percebe-se a feição da fachada da igreja antes do início do último restauro. Fonte: Natália Vieira, janeiro de 2012.



FIGURA 8 Convento de Santo Antônio em processo de restauro – colocação de uma espécie de banner que informa a feição da fachada da igreja após a restauração então em curso. Fonte: fotografia de Marcos Tristão, Agência O Globo. Reproduzida em Cândida (2012).

frontão (a forma triangular que ornamenta topo de fachadas) original, registrado numa foto de Marc Ferrez (1843-1923), que já pode ser visto do Largo da Carioca – É um frontão que o Rio não vê desde 1924 –, orgulha-se o arquiteto (Candida, 2012).

Felipe Borel, um dos arquitetos do projeto de restauração, continua informando:

Na entrada, encontramos ainda dois dos arcos que compunham a fachada original e um grande arco no lado esquerdo que era da galilé, espécie de varanda que fazia transição entre as áreas externa e interna da igreja. Com essas descobertas, *poderemos devolver a fachada que a igreja tinha quando sua obra foi concluída, em 1628* (Candida, 2012, grifos nossos).

A intenção de retorno às “formas originais do século XVII” tem sido registrada em diversas matérias sobre o caso:

[...] Para isso, parte da fachada da Igreja de Santo Antônio será cortada, recuperando os contornos originais. Janelas serão reduzidas, paredes derrubadas, entre outras intervenções, para que tudo fique igual ao passado. [...] O exterior da igreja, com seu antigo frontão triangular e uma janela circular aberta para dentro do templo será reconstituído. Os adornos vistos hoje na parte superior serão removidos assim com os vitrais alemães. As três janelas da fachada, aumentadas e modificadas no passado, ganharão seu tamanho e características do período colonial (Lima, 2012, grifos nossos).

Consciência técnica em prol da reprise da restauração? O imaterial como justificativa à perpetuação de práticas de reconstruções miméticas?

Após a rápida apresentação dos dois casos restaurativos que, apesar de realizados em décadas diversas, apresentam resultados formais que se assemelham na eleição de um momento/estado anterior como objetivo a ser perseguido pela restauração, permanece aberta a questão: será que podemos considerar a adoção da reprise da restauração em todos esses casos como opção consciente diante da existência das outras possibilidades de abordagens sobre a preexistência de valor patrimonial?

Que a restauração da Igreja da Sé, realizada ainda na década de 1970, ou seja, num período em que a reflexão sobre a questão patri-

monial dentro de um debate mais amplo e internacional apenas engatinhava em território brasileiro, nos parece compreensível. Entretanto, verificar em um processo de restauro realizado na década de 1990, quando todo o discurso permanece voltado para a prática restaurativa baseada em princípios em que ainda parece ecoar a ideia de uma “identidade nacional”, representada pela valorização da arquitetura produzida no período colonial e pela ausência de atribuição de valor à produção eclética, inquieta-nos bastante. Os termos utilizados pela equipe restauradora da Igreja Nossa Senhora da Apresentação em Natal, como “má qualidade estilística”; “mutilado por pastiches arquitetônicos”; “processo de mascaramento que denegria por completo as feições arquitetônicas da Catedral”; “leitura desconexa” deixam bem claro esse posicionamento.

Sobre o processo de restauro do Convento de Santo Antônio, apesar deste apresentar uma conceituação bem mais consistente, em que se destaca inclusive a preocupação com a sustentabilidade do bem por meio da introdução de novos usos e atividades, observa-se mais uma vez a desconsideração do momento representado pela intervenção do início do século XX.

É claro que a tomada de decisão durante o processo de restauro é bastante complexa e não desejamos aqui desmerecer o esforço e a qualidade do trabalho empreendido pelos responsáveis pelos projetos de restauro aqui apresentados, que realizaram exaustivas pesquisas históricas e prospecções arqueológicas. A reflexão proposta centra-se nos princípios fundamentais tomados para as intervenções e sua possível relação com a prática institucionalizada no IPHAN ao longo de suas primeiras décadas de atuação. Como alerta Azevedo (2003, p. 22, grifos nossos):

Na prática, o grande dilema da restauração é saber o que se deve retirar e o que se pode introduzir para refazer a unidade potencial da obra de arquitetura e sua plena integração social, sem comprometer sua autenticidade ou eliminar as marcas de sua trajetória histórica e possibilidades futuras. Mas a prática atual da restauração, na América Latina, incluindo o Brasil, nem sempre reflete as concepções mais atualizadas do restauro.

Os dados levantados chamam atenção pela perspectiva fortemente calcada na valorização das feições características do período

colonial em todos os três exemplos abordados. A despeito da grande distância temporal, utiliza-se de uma prática projetual que se assemelha no que diz respeito ao momento eleito como digno de “retorno”, o “original” a ser buscado. O fato de observarmos, nos três casos, intervenções de natureza historicista realizadas sobre as fachadas das igrejas nas décadas iniciais do século XX parece comprovar que tais intervenções estavam absolutamente comprometidas com o gosto estético do momento em que foram realizadas.

Diante dessas permanências, preocupa-nos a recorrência do discurso de valorização da imaterialidade e participação da população como justificativas para a realização de reconstruções miméticas, de forma tal que nos colocamos a questão: não será essa uma legitimação para a perpetuação da ação primeira do IPHAN fortemente pautada por reconstituições e repristinações? Assim, destacamos que, muito além de uma defesa cega por determinada postura intervencionista, muito além de uma histeria em prol da autenticidade, o que procuramos entender é se existe uma reflexão em torno de outras possibilidades que ultrapassem as fronteiras das práticas de reconstituição. Será a reconstrução colocada como opção de exceção após examinadas outras possibilidades?⁹

Vários são os exemplos recentes de reconstruções resultantes de solicitações das comunidades envolvidas, como a reconstrução das fachadas do Hotel Pilão, em Ouro Preto, da Igreja Matriz de Pirenópolis, em Goiás, da Capela das Mercês e da Igreja Matriz de São Luiz de Tolosa, ambas em São Luiz do Paraitinga, no Estado de São Paulo. Da mesma forma como existia uma relação identitária das pessoas para com o casarão de Ouro Preto perdido para o incêndio e para com as construções perdidas para a enchente em São Luiz do Paraitinga, também existia uma relação entre as novas feições adquiridas pelas igrejas exemplificadas acima antes do processo restaurativo aqui brevemente apresentado e as comunidades locais. Por que essa relação vale para uns casos e para outros não?

9 Considerando que, da forma como se coloca na Carta de Veneza (Cury, 2004), que “a manutenção das ruínas deve ser assegurada” e que “todo trabalho de reconstrução, excluído a priori”, casos de reconstrução, no nosso entendimento, seriam solução apenas em casos muito extremados, como o clássico e paradigmático exemplo da Varsóvia pós-guerra.

Durante o Encontro Arquimemória 4 sobre Preservação do Patrimônio Edificado, ocorrido em Salvador em maio de 2013, tivemos a oportunidade de ter um rico debate sobre esse tema. O texto de abertura do congresso ressalta que:

[...] os diversos grupos sociais têm, cada vez mais, exigido participar das decisões sobre o que e como preservar, influenciando diretamente nas ações desenvolvidas pelos órgãos de preservação e até mesmo reivindicando, em alguns casos, a reconstrução de monumentos destruídos por sinistros. A reconstrução, já concluída, do Hotel Pilão, em Ouro Preto, da Igreja Matriz de Pirenópolis em Goiás, e da Capela das Mercês, em São Luiz do Paraitinga, no Estado de São Paulo, bem como a reconstrução, em curso, da Igreja Matriz de São Luiz de Tolosa, também em Paraitinga, todas exigidas pelas comunidades locais, contrapõem-se ao posicionamento dominante entre os técnicos dos órgãos de preservação que nega a possibilidade de reerguer os testemunhos do passado que se perderam, replicando no Brasil processos que já vinham sendo registrados em outros países [...] (Andrade Júnior, 2013b, grifos nossos).

É certo que participação popular é essencial ao processo de conservação, porém o que se tem observado em muitos casos é a decisão por reconstruções miméticas, utilizando-se a argumentação de que “esse foi o desejo da população”, porém sem nenhuma argumentação teórica e técnica, no sentido de defender essa como uma das posturas possíveis de intervenção. Outro aspecto a se ressaltar é a falta de informações sobre a maneira como se dá essa “participação popular” nesses processos decisórios acerca de intervenções no patrimônio. Quem de fato participa? Como participa? Como o processo de participação é conduzido?

Nesse ponto, nos perguntamos se realmente a posição dominante entre técnicos “nega a possibilidade de reerguer os testemunhos do passado que se perderam”, conforme colocado na citação acima ou se, na verdade, há uma forte predisposição para a adoção de princípios de reconstrução mimética por parte de muitos técnicos.

Longe de desejar emitir juízos apressados ou embaçados por crenças pessoais, gostaríamos sim que parássemos para realizar uma autocrítica sobre os avanços alcançados sobre essa discussão intervencionista em território nacional. Qual o peso dos anos 1940 aos 1970 na consolidação de uma “arquitetura do pastiche” que reverbera até a atualidade?

Faz-se também necessário lembrar que essa “tendência” à realização de reconstruções e reconstituições também se insere numa discussão sobre a emergência da “cidade-atração”, em que a criação dos cenários resultantes de alguns desses processos atua de forma positiva para a exploração econômica e imagética das áreas de valor patrimonial.

Por fim, destacamos com veemência que o fato de entender que a pluralidade de posturas intervencionistas seja parte inerente do campo da conservação e restauração não significa dizer que se pode fazer “qualquer coisa”. Mais uma vez recorremos a Azevedo (2003, p. 23, grifos nossos) ao ressaltar que “[...] o progresso do restauro está menos ligado ao avanço tecnológico do que ao desenvolvimento de uma cultura crítica e artística que respalde suas decisões e logre integração dos elementos de diferentes épocas”. Kühl (2008, p. 19) também enfatiza a “necessidade do rigor metodológico na restauração, como condição necessária para execução de projetos arquitetônicos que de fato respeitem o bem que se quer preservar e como fio condutor do processo criativo”. A restauração como campo disciplinar autônomo possui seus referenciais teóricos e metodológicos, que não devem ser confundidos como regras fixas, mas sim como aporte para uma reflexão crítica no processo do projeto de intervenção, que, não podemos esquecer, trata-se de um projeto de arquitetura que exige, sim, muita criatividade para lidar com seus desafios.

Assim, incomoda-nos bastante a percepção de que, apesar de haver uma enormidade de exemplos intervencionistas baseados em princípios próximos à corrente italiana da “repristinação”, não temos acesso a praticamente nenhum material nacional de reflexão teórica que defenda e apresente as justificativas para a adoção de tal postura. Consciência técnica em prol da repristinação ou manutenção do status quo?

Referências

ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu de Souza; BARRETO, Isabel Cristina Rocha; MOURA, Silvana Betulia de. Catedral Velha: uma experiência em restauração Natal/RN. 1995. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/60677140/>

paulo-tadeu-de-souza-albuquerque-arqueologia-da-arquitetura-a-catedral-de-natal. Acesso em: 23 jun. 2013.

ANDRADE JÚNOR, Nivaldo Vieira. O futuro do passado: arquitetura contemporânea e patrimônio edificado na América do Sul. In: PROJETAR- ENSINO, PESQUISA E PRÁTICA, 6., 2013, Salvador. Anais [...]. Salvador: UFBA, 2013a.

ANDRADE JÚNOR, Nivaldo Vieira. Texto de Apresentação. In: PROJETAR- ENSINO, PESQUISA E PRÁTICA, 6., 2013, Salvador. Anais [...]. Salvador: UFBA, 2013b.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. A restauração arquitetônica entre o passado e o presente. RUA: Revista de Arquitetura e Urbanismo, Salvador, v. 1, n. 8, p. 18-23, 2003.

CABRAL, Renata Campello. Entre destruições, achados e invenção: a restauração da Sé de Olinda no âmbito do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 24, n. 1, p.181-204, 2016.

CANDIDA, Simone. História emparedada no convento de Santo Antônio. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 7 jun. 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/historia-emparedada-no-convento-de-santo-antonio-5146715>. Acesso em: 26 jul. 2012.

CAVALCANTI, Isadora Padilha de Holanda. Restauração na crise: a teoria de Cesare Brandi. Cadernos PPGAU-UFBA, Salvador, ano 10, n. 1, p. 69-78, 2012.

COELHO, Olinio Gomes P. Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro: Restauro e Revitalização. In: SEMINÁRIO MESTRES E CONSELHEIROS: AGENTES MULTIPLICADORES DO PATRIMÔNIO, 6., 2014, Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte: IEDS-UFMG, 2014.

CURY, Isabelle (org.). Cartas Patrimoniais. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

JOKILEHTO, Jukka. Considerations on Authenticity and Integrity in World Heritage Context. City & Time, Recife, v. 2, n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.ceci-br.org/novo/revista/docs2006/CT-2006-44.pdf>. Acesso em: 11 maio 2014.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização. Problemas Teóricos de Restauro. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

LARSEN, Knut Einar (org.). Nara Conference on Authenticity – Proceedings. Japan: UNESCO, 1995.

LIMA, Ludmilla. Viagem ao Rio de Janeiro Colonial. *Jornal do Comércio*, Recife, p. 14, 1 jan. 2012. Caderno Brasil.

MENEZES, José Luiz da Mota. *Sé de Olinda*. Recife: FUNDARPE, 1985.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. *Contemporary Theory of Conservation*. Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann, 2005.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. Formar e questionar? Os cursos de especialização em patrimônio cultural na década de 1970. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 205-236, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/vpiew/119846>. Acesso em: 1 mar. 2022.

UM TIJUCANO que reconstrói a História. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 16 de junho de 2012. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/um-tijucano-que-reconstroi-historia-5231278>. Acesso em: 26 jul. 2012.

PELEGRINI, Ana Carolina Santos. Pretérito Mais Que Perfeito? In: ARQUIMEMÓRIA - ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO, 4., 2013, Salvador. Anais [...]. Salvador: IAB-BA/UFBA, 2013.

PEREIRA, Honório Nicholls. Tendências contemporâneas na teoria da restauração. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; CORRÊA, Elyane Lins (org.). *Reconceituções Contemporâneas do Patrimônio*. Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Jaqueline Pugnal da; ALMEIDA, Renata Hermanny de. A visão do IPHAN sobre o novo no antigo entre as décadas de 1940 e 1970 a partir da cidade de Sabará (MG). In: ARQUIMEMÓRIA - ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO, 4., 2013, Salvador. Anais [...]. Salvador: IAB-BA/UFBA, 2013.

SILVA, Paula Maciel. *Conservar, uma questão de decisão: o julgamento na conservação da arquitetura moderna*. Recife: Editora UFPE, 2012.

STOVEL, Herb. Effective use of authenticity and integrity as world heritage qualifying conditions. *City & Time*, Recife, v. 2, n. 3, 2007. Disponível em: <http://www.ceci-br.org/novo/revista/docs2007/ct-2007-71.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2012.

TIESDELL, Steven; OC, Taner; HEATH, Tim. *Revitalizing Historic Urban Quarters*. Oxford: Architectural Press, 1996.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda. *Materialidade e imaterialidade no patrimônio construído: Brasil e Itália em diálogo*. Recife: Editora UFPE, 2022.

VIEIRA, Natália Miranda. Gestão de Sítios Históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas. Recife: Editora UFPE, 2008a.

VIEIRA, Natália Miranda. Integridade e Autenticidade: conceitos-chave para a reflexão sobre intervenções contemporâneas em áreas históricas. In: ARQUIMEMÓRIA - ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO, 3., 2008, Salvador. Anais [...]. Salvador: IAB-BA-UFBA, 2008b.

CAPÍTULO 3

Práticas intervencionistas no patrimônio edificado do Rio Grande do Norte

Da reconstrução mimética a uma abordagem crítica¹

Natália Miranda Vieira-de-Araújo

Haroldo Maranhão

Monique Lessa Vieira Olimpio

Por um aprofundamento teórico a partir das formulações do campo do restauro

O debate acerca da intervenção no patrimônio edificado tem sido marcado pela existência de um grupo de profissionais que defendem veementemente o aprofundamento teórico baseado nas formulações do campo do restauro como base indiscutível para as decisões projetuais a serem tomadas quando o objeto de intervenção possui reconhecido valor patrimonial (Carbonara, 2006; Kühl, 2006, 2007, 2008, 2012; Vieira, 2004, 2005, 2008; Brendle, 2011; Brendle; Vieira, 2010; Rufinoni, 2013a, 2013b, entre outros).

Esse tipo de argumentação assume uma importância de destaque quando, como vimos ao longo dos dois primeiros capítulos, existe no âmbito brasileiro uma prática consolidada e historicamente arraigada no órgão de preservação federal, que ainda se baseia fortemente na ideia de “retorno ao original”. Também proliferam

¹ Artigo escrito originalmente para o VI PROJETAR, realizado em Salvador, em setembro de 2013, com o objetivo de discutir exemplos de intervenções ocorridas no sítio histórico de Natal, tombado pelo IPHAN em 2010, que ultrapassassem a visão da repristinação. Ao sairmos dos clássicos exemplos de restauração das igrejas de núcleos coloniais, abre-se espaço para outra postura projetual?

pelo país projetos de intervenções que desconhecem por completo qualquer postura teórica que seja, resultando em danos irreversíveis ao patrimônio:

Se por um lado é animador acompanhar esse movimento de valorização das demandas da preservação, por outro é bastante preocupante o pouco conhecimento, para não dizer completo despreparo, que muitos que se arriscam a atuar nessa área revelam – tanto em posicionamentos teóricos, como em ações práticas nas diferentes escalas e objetos da salvaguarda do patrimônio, do material ao imaterial (Nery; Baeta, 2013).

A memória e a história têm papel de grande relevância para qualquer proposta de intervenção, pois o conhecimento profundo do bem que sofrerá a intervenção é condição *sine qua non* para a adoção de posturas conscientes quanto ao que se deseja em determinado projeto. Entretanto, a pesquisa histórica, etapa fundamental do processo do projeto de intervenção, não deve ser utilizada como justificativa para copiar ou reproduzir estilos do passado ou até mesmo para “buscar a feição original do edifício”, desconsiderando as fases por que determinada obra passou. Defendemos aqui a pertinência do arcabouço teórico da restauração como suporte essencial para decisões acerca dos diversos níveis de intervenção que podem ser adotados.

A prática de restauração baseada na reconstituição de um momento anterior também teve seu espaço nas ações realizadas no Rio Grande do Norte. O processo de restauro realizado na Casa de Câmara e Cadeia de Vila Flor (restaurada em 1979), em um momento de forte valorização do aspecto material e do “retorno a uma feição original” (colonial), demonstra com clareza essa atuação no estado. A cidade de Vila Flor surgiu em 1769, e por ser considerada a única “cidadezinha” tipicamente colonial do Rio Grande do Norte, foi incluída no Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste em meados dos anos 1979 (IPHAN, 1979). A casa de Câmara e Cadeia se encontrava em estado de ruína e foi objeto de uma restauração que devolveu ao edifício sua “originalidade”, representada pela reconstrução mimética deste imóvel (Vieira-de-Araújo, 2022). É importante lembrar ainda um outro caso, que, apesar de bem mais recente, permanece com essa mesma visão projetual: a Igreja Nossa Senhora da Apresentação em Natal (restaurada em 1991), já comentada no segundo capítulo.

Neste capítulo, gostaríamos de apresentar dois outros casos, ambos situados no centro histórico de Natal, em que observamos posturas diversas de intervenção que reconhecem o tempo da intervenção e negam a criação de falsos históricos, quando o novo e o preexistente se articulam sem que se percam a individualidade e personalidade de cada um: a Fundação Cultural Capitania das Artes (inaugurada em 29 de dezembro de 1992) e a Casa da Ribeira (inaugurada em 6 de março de 2001).

O caráter arquitetural das intervenções no patrimônio edificado do RN

Como vimos, as ações de reconstruções miméticas também acontecerão na atuação institucional do IPHAN-RN, especialmente naqueles exemplares que são os destaques do tradicional núcleo das antigas cidades coloniais, como a Casa de Câmara e Cadeia de Vila Flor ou a Igreja Matriz de Natal.

Mas o que acontece quando passamos a intervenções em casarões que fazem parte do conjunto da arquitetura civil desses núcleos? Há espaço para outras posturas intervencionistas? No centro histórico de Natal, tombado pelo IPHAN em 2010, dois casos nos chamaram a atenção: uma intervenção sobre uma ruína para transformação em um centro cultural e a proposta de reutilização de um casarão para o uso de teatro. É verdade que ambos foram realizados antes do processo de tombamento do sítio histórico e não sabemos se a história teria sido diferente caso o conjunto já fosse tombado na ocasião da realização desses projetos. Estamos falando da Fundação Cultural Capitania das Artes (1992) e da Casa da Ribeira (2001), o primeiro situado na Cidade Alta e o segundo na Ribeira, os dois principais bairros de constituição do centro histórico de Natal.

Para entender um pouco o papel desses bairros na história da cidade, lembramos que Natal foi fundada em 1599 no atual bairro da Cidade Alta, expandindo-se posteriormente para o bairro da Ribeira. Os dois bairros juntos delimitaram a cidade por pelo menos dois séculos e meio e será apenas na segunda metade do século XX que Natal passará por um processo de modernização, em oposição à estrutura

colonial que ainda se fazia presente. As várias iniciativas em prol da modernização da cidade contribuíram paulatinamente para o esvaziamento dos bairros da Cidade Alta e da Ribeira e eles passaram a vivenciar um processo de estagnação de suas funções primárias, resultando na falta de conservação de seu conjunto edificado.

No que diz respeito ao reconhecimento patrimonial dessa área central da cidade, em 1990 entra em vigor a primeira lei municipal elaborada visando a proteção do patrimônio histórico de Natal. A Lei Municipal nº. 3.942 estabelece, então, a Zona Especial de Preservação Histórica (ZEPH) definida pelo bairro da Ribeira, uma porção da Cidade Alta e do bairro das Rocas. Em 2006, é iniciado o trabalho de pesquisa da Sub-Regional do IPHAN do Rio Grande do Norte para a realização do dossiê relativo ao pedido do tombamento a nível federal do Centro Histórico de Natal e, em 23 de julho de 2010, foi publicada no Diário Oficial da União o Tombamento provisório do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do município de Natal.

Nas últimas décadas, apresentam-se como problemáticas comuns aos bairros da Cidade Alta e da Ribeira desde a dilapidação de parte do patrimônio construído até a realização de intervenções malsucedidas e desrespeitosas quanto às características históricas, levando muitas vezes à perda de integridade e autenticidade do conjunto.

Assim, os dois casos, a seguir apresentados, encontram-se nos principais bairros do centro histórico de Natal e sofreram intervenção após o reconhecimento municipal do valor patrimonial da área. Diante da problemática geral enfrentada pela região, entendemos que são movimentos de discussão projetual interessantes que merecem atenção. Seria possível a realização desses projetos após o tombamento da área? Se não, por quê? Vale a pena olhar para ambos os casos.

O projeto para a “Fundação Cultural Capitania das Artes”

A edificação que posteriormente sofrerá a intervenção para a sua transformação na Fundação Cultural Capitania das Artes (FUNCARTE),



Rio Grande do Norte, Natal
Escola de Aprendizes marinheiros na Avenida Junqueira Ayres

FIGURA 1 Postal antigo da Avenida Junqueira Aires com o edifício da Escola de Aprendizes Marinheiros. Fonte: arquivo pessoal Haroldo Maranhão [19--].

também localizada na Cidade Alta, foi construída em estilo neoclássico e serviu de sede ao Governo do Estado a partir de 1830 (Cascudo, 1947). Em 1873 passou a abrigar a Companhia de Aprendizes de Marinheiros (Figura 1).

Depois de desativada a Companhia de Aprendizes de Marinheiros, o prédio passou a sediar a Capitania dos Portos até o ano de 1972, ficando em seguida abandonado, fadado à destruição pela ação do tempo e pela retirada furtiva dos seus materiais – telhas, esquadrias, madeiramento da cobertura e tijolos. Quando tombado a nível estadual em 1988 (portaria de n° 352/88 – SEC/CS de 08/08/1988), o prédio se encontrava em estado de ruína, sendo a sua fachada o elemento que ainda apresentava um grau de integridade que permitia a sua recuperação (Figuras 2 a 5). Na vista posterior (Figura 2), pode-se perceber, ao fundo, um dos frontões triangulares ainda remanescente na fachada frontal.



FIGURAS 2 E 3 Estado do edifício na época de seu tombamento, vista posterior e vistas da fachada. Fonte: arquivo FUNCARTE [19--].



FIGURAS 4 E 5 Estado do edifício na época de seu tombamento (vistas da fachada principal). Fonte: arquivo FUNCARTE [19--].



FIGURA 6 Vista aérea do edifício na época de sua inauguração, em 1992. Fonte: arquivo FUNCARTE [19--].

Apesar de haver na cópia do processo de tombamento do referido imóvel registros de intenções de se restaurar o edifício por meio de uma postura de reconstrução mimética, esse não foi o procedimento projetual adotado. Paralelamente ao processo de tombamento do prédio, foi elaborado pelo arquiteto João Maurício de Miranda,² a pedido da Prefeitura Municipal de Natal, um projeto arquitetônico para construir nesse local um novo edifício para abrigar o primeiro complexo cultural de Natal, a “Fundação Cultural Capitania das Artes” (FUNCARTE). O projeto elaborado restaurou os vãos e cercaduras das esquadrias da antiga fachada e construiu, recuado a ela, em altura limitada ao seu gabarito, um novo edifício (Figura 6). O projeto arquitetônico de Miranda tinha ainda previsão

² João Maurício de Miranda é um arquiteto e urbanista natalense reconhecido por sua atuação tanto quanto professor na UFRN quanto por sua produção de caráter modernista, autor de várias obras no estado do Rio Grande do Norte, entre elas podemos destacar os prédios da capela do Campus Universitário da UFRN, edifício Barão do Rio Branco e biblioteca pública Câmara Cascudo. Também é autor, entre outros livros, de *Evolução urbana de Natal em 400 anos*, publicado em 1999.

FIGURA 7 Anteprojeto do arquiteto João Maurício de Miranda, com grifo azul na fachada histórica preservada e grifo em vermelho nos blocos projetados e não construídos. Fonte: arquivo FUNCARTE [19--].

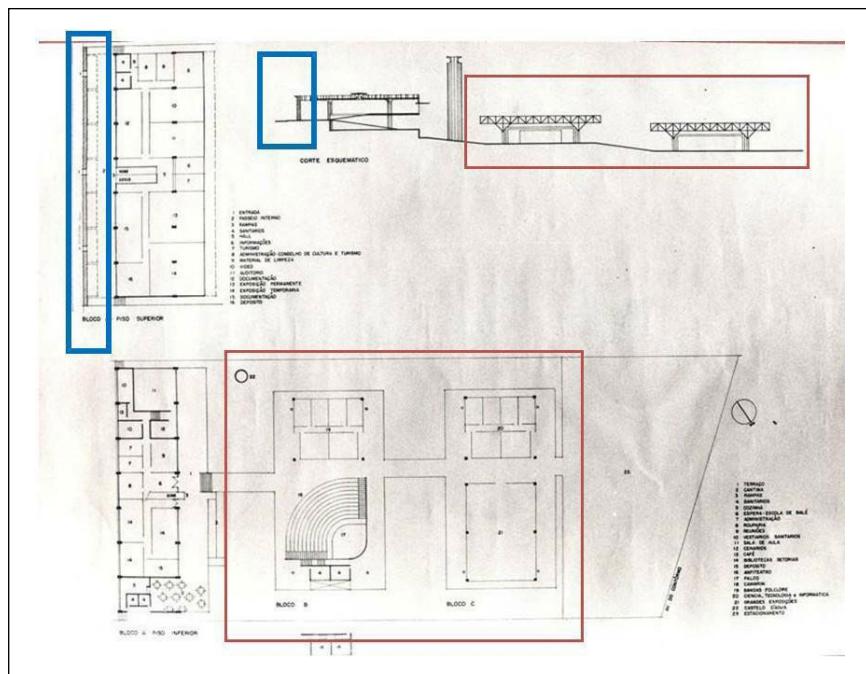
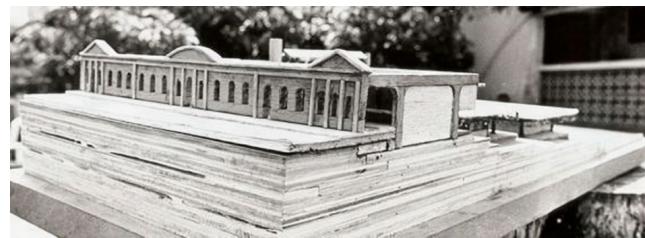


FIGURA 8 Fotografia da maquete física do projeto. Fonte: arquivo FUNCARTE [19--].

para construção de mais dois blocos anexos na parte posterior do terreno (Figuras 7 e 8), sendo essa ampliação até hoje não executada.

O novo edifício, de características modernas, foi construído com estrutura em concreto protendido, alvenaria de tijolos, revestimento em cerâmica esmaltada nas fachadas, piso em granito polido, esquadrias em alumínio anodizado na cor preto fosco, vidro temperado e cobertura em telhas de fibrocimento. Uma das características marcantes da concepção do projeto é a adoção da distinguibilidade como princípio na intervenção, com planta livre dos seus pavimentos e generosa visão para o Rio Potengi.

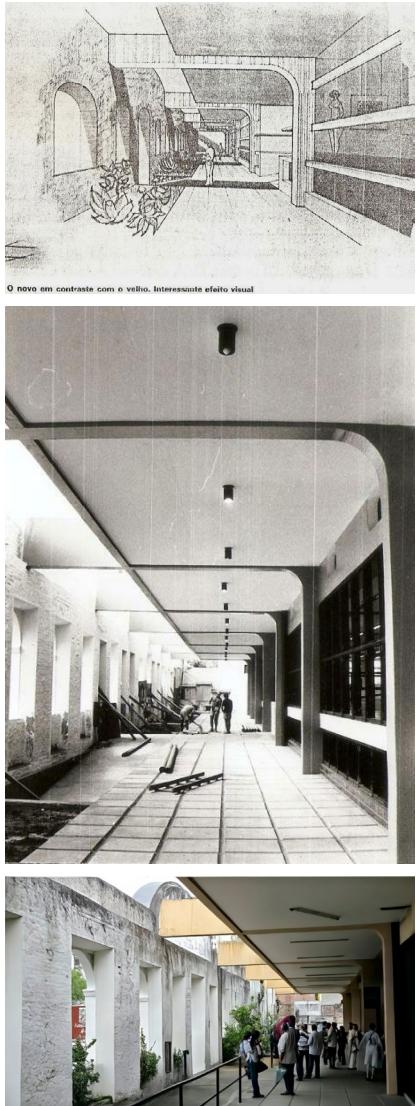


FIGURA 9 Vista interior do edifício na época de sua inauguração, com planta livre, integrado ao espaço exterior, com lanternim para iluminação e ventilação natural. Fonte: arquivo FUNCARTE [19–].

O novo edifício foi disposto no terreno, com a sua fachada frontal emoldurada pela fachada da antiga construção. Estabeleceu-se um diálogo entre o novo e o antigo, que distingue claramente as suas partes por meio da utilização de novos materiais e linguagem formal de características modernistas.

Ao contrário dos procedimentos projetuais habituais, utilizados em outros edifícios históricos em Natal e no Rio Grande do Norte, Miranda não reconstrói as suas ruínas: ele opta por construir um novo edifício sobre elas, mas guardando o testemunho da sua presença na paisagem histórica da cidade, com a restauração da sua fachada. Apesar da fachada não ter sido preservada enquanto ruína e passar por um processo de restauração, o projeto já se distancia de exemplos como o da Casa de Câmara e Cadeia de Vila Flor, ao restaurar apenas a parte da construção que guardava o maior grau de integridade do edifício histórico.

Desse modo, a caixa volumétrica do novo edifício está implantada recuada ao alinhamento da



FIGURAS 10, 11 E 12 Novo edifício por trás da fachada histórica; perspectiva do projeto; foto da obra recém-construída e atual. Fonte: arquivo FUNCARTE [19--].

antiga fachada, suas vigas da cobertura projetam-se em balanço na sua direção, quase a tocar-lhe, estabelecendo uma conexão distinta entre as suas partes, a revelar os dois momentos históricos da edificação (Figuras 10, 11 e 12). Esta postura projetual respeita a leitura da fachada antiga e permite que os vestígios do edifício antigo “respirar”, tanto externamente como internamente.

Temos, neste exemplar, o testemunho da primeira intervenção em um edifício de valor histórico em Natal, onde foram adotados os princípios teóricos da distinguibilidade em sua concepção projetual. Miranda conseguia em seu projeto, com a utilização de materiais e linguagem contemporânea, conceber uma nova edificação que guardava o testemunho do edifício antigo, ao mesmo tempo em que estabelecia uma relação de respeito à leitura do conjunto histórico existente em seu entorno.

Nesse caso, podemos aferir que a postura projetual adotada aproxima-se dos princípios da chamada “conservação integral” ao tratar da conservação da fachada e partir para um novo projeto para abrigar o uso solicitado, aqui, com uma independência formal respeitosa à preexistência. Por outro lado, também é preciso destacar que apenas a fachada principal foi conservada e não se tem informações mais detalhadas, para além das fotos apresentadas, sobre a decisão de não considerar os vestígios da ruína ainda presentes na parte interna do edifício. Obviamente não se trata de uma obra de restauração. Porém, conforme foi dito anteriormente, defendemos a pertinência do arcabouço teórico da restauração como suporte essencial para decisões acerca dos diversos níveis de intervenção que podem ser adotados.

A “Casa da Ribeira”

A Ribeira é o segundo bairro mais antigo de Natal, situado à margem direita do Rio Potengi, na parte baixa da cidade, vizinho à Cidade Alta, que se constituía geograficamente como um porto natural. O povoamento deu-se desta vocação portuária e graças à movimentação das mercadorias escoadas pelo seu porto e ferrovia; o bairro passou a atrair serviços, comércio, instituições públicas, educacionais e culturais, atingindo o apogeu na Segunda Guerra Mundial, quando recebe as tropas americanas. No início dos anos 1960, surgem sinais de decadência no bairro, as atividades portuárias e comerciais declinam, a cidade expande-se ao sul, os habitantes mudam-se e os seus edifícios são ocupados por oficinas mecânicas, empresas de pesca e depósitos.

A hoje chamada “Casa da Ribeira” é um dos edifícios desse sítio histórico, que também sofreu intervenções para acomodar esses novos usos. A data da construção não pôde ser comprovada, mas, segundo depoimento oral de antigos moradores do bairro, tratava-se de uma construção térrea, erguida no início do século XIX, que teve acrescido outro pavimento no início do século XX. Abrigou a antiga padaria Palmeira no térreo e uma hospedaria no pavimento superior, posteriormente uma loja de materiais de construção e uma moveleira.

A sua fachada eclética é composta por portas e janelas de sacada com molduras, platibanda recortada e um frontão semicircular com monograma. Na época da intervenção, as esquadrias do pavimento superior estavam em ruínas e as do térreo substituídas por portas de rolo, sendo duas dessas portas transformadas em um portão garagem (Figura 13). A leitura formal da fachada encontrava-se, portanto, mutilada apesar de ainda remanescente (potencialmente) em seus fragmentos.

O edifício estava em avançado estado de deterioração, as tesouras do telhado comprometidas, as antigas telhas cerâmicas substituídas por telhas de alumínio (Figura 14), a escada e o assoalho de madeira do pavimento superior infestados por cupins e muitas infiltrações. O piso em ladrilho hidráulico encontrava-se bastante modificado e, no quintal, foi acrescida uma cobertura que ocupava toda a sua extensão para abrigar o forno e banheiro da padaria.



FIGURAS 13 E 14 Edifício antes da intervenção, fachada e primeiro pavimento. Fonte: Haroldo Maranhão (1998).

No pavimento superior, algumas marcas de divisórias em madeira no assoalho, que possivelmente demarcavam os quartos da antiga hospedaria e um banheiro sobre uma laje construída posteriormente, junto à parede dos fundos.

Em 1997, um conjunto de jovens atores de Natal, do Grupo de Teatro Clowns de Shakespeare, adquiriu o edifício para implantar nele um local a fim de realizar os seus ensaios, apresentações e abrigar distintas formas de manifestações culturais. O programa de necessidades estabelecia a construção de um teatro para 160 espectadores adaptado para apresentações musicais, sessões de cinema e palestras, uma sala de exposições/galeria multiuso, um café, administração, camarins e banheiros para o público.³

O partido arquitetônico foi estabelecido a partir da preexistência histórica do edifício, conservando as marcas da passagem do tempo visíveis na atual intervenção.⁴ O desafio era recuperar o

³ Para a realização desse projeto de intervenção, foi contratado o arquiteto Haroldo Maranhão, um dos autores deste capítulo.

⁴ A postura projetual adotada pode ser considerada como uma adepta da vertente “crítico-conservativa” em que, segundo Carboneara (1997 *apud* Kühl, 2008, p. 81), se reconhece o momento

edifício histórico, adaptando-o às atuais necessidades técnicas e funcionais do novo uso requerido, sem que isso implicasse sua descaracterização ou perda do seu potencial de utilização.

Desse modo, elegeu-se a antiga casa em dois pavimentos, como imagem a ser transmitida pela intervenção (considerando que esta é a que representa a passagem do tempo sobre a edificação até o momento em que se realizou a intervenção), removendo-se a cobertura do quintal para acomodar a plateia, palco e camarins do teatro, e deixando registrado no corpo do novo edifício estes dois momentos, visíveis através da presença dos vestígios da antiga parede que o separava do quintal e do rebaixamento da laje técnica do pavimento superior, onde localizam-se os condensadores dos splits. Na Figura 15, pode-se observar quintal com a demolição da cobertura e, na Figura 16, vê-se o teatro com a marcação da parede que delimitava o início do quintal:

FIGURAS 15 E 16 Edifício durante e após a intervenção. Fonte: Haroldo Maranhão (1999; 2001).



conservativo como indissociável daquele da inovação “reconhecendo os dois como necessariamente alinhados nos mesmos trilhos críticos, contemporaneamente [...] em que um nutre dirige o outro e vice-versa, refutando, ademais, a oportunidade de uma intervenção totalmente ‘livre’ de vínculos e das indicações que a compreensão histórico-crítica do objeto estabelece. Não se trata, portanto, de ‘projeto do novo’, nem de ‘re-projetar o antigo’, mas, no máximo, de ‘projeto para o antigo’.

Todo o material proveniente das demolições foi reaproveitado, os tijolos nas paredes do teatro e a madeira no assoalho do depósito e caixa d'água. As duas alvenarias laterais foram mantidas sem reboco, recebendo apenas selador sem brilho para proteger os tijolos, proporcionando ótimo desempenho acústico graças à irregularidade de suas superfícies e espessura (0,50m). A sala do teatro foi climatizada e recebeu tratamento acústico, cujo projeto foi desenvolvido pelo Laboratório de Conforto Ambiental da UFRN (LABCON-UFRN). O forro foi construído em madeira de ipê encerada e com desenho serrilhado para melhor desempenho acústico, além do piso em carpete.

No pavimento térreo, estão localizados o foyer, os banheiros públicos, a bilheteria e a escada de acesso ao pavimento superior, feita em aço e madeira, com o mesmo tipo e disposta no mesmo local da anterior. Assim, garantiu-se a conservação da leitura espacial do ambiente, porém, adotando-se o princípio da distinguibilidade para a nova escada proposta:

FIGURAS 17 E 18 Escada antes e depois da intervenção. Fonte: Haroldo Maranhão (1999; 2001).



No pavimento superior, o assoalho foi substituído por laje treliçada revestida em réguas laminadas de madeira. Neste, encontra-se um espaço climatizado para exposições com iluminação natural e artificial, trilhos energizados e spots reguláveis. O forro, em lambri, recebeu tratamento acústico com lã de vidro.

As tesouras do telhado, que estavam comprometidas, foram substituídas por novas, mas do mesmo tipo e acrescidas de um lanternim para proporcionar iluminação natural, sendo ainda substituídas as telhas de alumínio por telhas de fibra vegetal na cor cerâmica, que têm baixa condutividade térmica e acústica. Contíguo à sala de artes visuais, está a administração, demarcada por divisórias em vidro e madeira que fazem alusão às divisórias dos dormitórios da antiga hospedaria. Por fim o café, que serve ao espaço cultural:



FIGURAS 19 E 20 Pavimento superior após a intervenção: café e salão de exposições. Fonte: Haroldo Maranhão (2001).

A fachada foi restaurada em sua “unidade potencial”, os dois vãos de portas do pavimento térreo que haviam sido demolidos foram refeitos, desenvolvendo “as sugestões implícitas nos próprios fragmentos”.⁵ As esquadrias em madeira

⁵ O refazimento desses vãos partiu da prospecção que identificou nas vergas remanescentes a antiga configuração dos

com duas folhas de giro, já não existentes, foram substituídas por outras em alumínio natural anodizado e vidro laminado refletivo verde, mas de mesmo tipo, proporcionando a estanqueidade necessária ao interior (a fachada recebe chuva de topo). Assim, a busca da unidade potencial respeitou o princípio empírico proposto por Brandi (2004, p. 47) segundo o qual “a integração deverá ser sempre e facilmente reconhecível; mas sem que por isso venha a infringir a própria unidade que se visa a reconstruir.”

A cor branca escolhida para a pintura da fachada potencializou a relação entre o antigo e o novo por meio da visão que se tem a partir das aberturas dos seus vãos das paredes e tijolos nus utilizados no interior do edifício.

FIGURAS 21, 22 E 23 Fachada após a intervenção. Fonte: Haroldo Maranhão (2001).



vãos do pavimento térreo. Para Brandi (2004, p.46): “[...] será necessário buscar desenvolver a unidade potencial originária que cada um dos fragmentos contém, proporcionalmente à permanência formal ainda remanescente neles”. Ainda segundo este autor, deve-se desenvolver a unidade potencial dos fragmentos limitando-se a “desenvolver as sugestões implícitas nos próprios fragmentos” a partir do norteamento pelas instâncias históricas e estéticas (Brandi, 2004, p. 47).

Considerações finais

O projeto de intervenção no patrimônio edificado é um tipo bastante particular de projeto arquitetônico, que passa necessariamente por uma longa reflexão teórica (própria do campo da restauração) e pelo conhecimento profundo da preexistência do objeto de intervenção. Essas ações precedem e embasam as decisões que serão tomadas. Logo, podemos afirmar que este tipo de projeto deve ser fruto de uma compreensão aprofundada do campo multidisciplinar da preservação patrimonial.

No Rio Grande do Norte, também temos vários exemplos de intervenções realizadas pelos órgãos estadual e federal de preservação baseadas nas práticas de reconstruções e retorno a uma “feição original” eleita pelos responsáveis pela restauração, como a de maior “qualidade” e representatividade. Infelizmente, esta é uma prática antiga no IPHAN e arraigada ao longo de anos de atuação. A restauração do conjunto de Vila Flor, ainda de 1979, e a restauração da Igreja Matriz de Natal, já em 1991, apesar da distância temporal, são exemplos dessa prática projetual no estado.

Entretanto, praticamente em paralelo à restauração da Igreja Matriz de Natal, vimos surgir uma nova forma de abordar o projeto de intervenção na preexistência a partir do projeto desenvolvido para a Capitania das Artes, em 1992. Este tipo de postura encoraja a realização de outros projetos em que prevalece uma postura crítica que resgata a “unidade potencial” sem a configuração de um falso histórico, como é o caso da Casa da Ribeira, em 2001. Na Capitania das Artes, identificamos uma postura que se aproxima das propostas da “conservação integral”, enquanto na Casa da Ribeira podemos dizer que a vertente “crítico-conservativa” se faz presente. Em ambas as posturas, destacamos, desde o início deste trabalho, o ponto de convergência em torno da oposição veemente a qualquer prática que se caracterize por uma tentativa de “voltar no tempo”.

Apesar do surgimento dessas novas abordagens, preocupa-nos a recorrência da prática pautada por reconstruções e repristinações, especialmente em conjuntos tombados nacionalmente. O que nos faz pensar, inclusive, que, talvez, se o centro histórico de Natal já

tivesse sido tombado no momento da realização desses dois projetos, a dificuldade de aprovação de tais propostas poderia ter sido maior. O caso que apresentaremos no capítulo 4 demonstra o porquê dessa dúvida. Será mesmo que o fato de ser tombado deveria inabilitar propostas como essas? Acreditamos que o espaço no ambiente nacional para a discussão de possibilidades projetuais sobre a preexistência de reconhecido valor patrimonial ainda carece de maior aprofundamento com a devida articulação com o arcabouço teórico-metodológico que o campo apresenta. Seguimos procurando dar a nossa contribuição.

Referências

- BRANDI, Cesare. Teoria da Restauração. Apresentação de Giovanni Carbonara e tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2004. (Coleção Artes & Ofícios, n. 5).
- BRENDLE, Maria de Betânia Uchôa Cavalcanti. Conflitos projetuais entre a Academia e o IPHAN em Laranjeiras (SE) Fundamentação teórica no projetar da nova arquitetura em áreas patrimoniais & a re-edição da prática destrutiva e arbitrária do estilo patrimônio (sic). In: PROJETAR- PROCESSOS DE PROJETO: TEORIAS E PRÁTICAS, 5., 2011, Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- BRENDLE, Maria de Betânia Uchôa Cavalcanti; VIEIRA, Natália M. Ruína não se restaura. In: CONGRESSO INTERNACIONAL NA RECUPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E RESTAURAÇÃO DE EDIFÍCIOS, 3., 2010, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro, ABRACOR, 2010.
- CARBONARA, Giovanni. Brandi e a restauração arquitetônica hoje. *Desígnio: Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo*, São Paulo, n. 6, p. 35-48, set. 2006.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Cidade do Natal*. Natal: Edição da Prefeitura do Município do Natal, 1947.
- IPHAN. Ofício nº 5279.D: agenciamento da Praça de Vila Flor. Natal. 1979.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. Projetos de intervenção em bens arquitetônicos de interesse cultural: por um diálogo construtivo entre o novo e a preexistência.

In: ENANPARQ - II ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 2., 2012, Natal. Anais [...]. Natal: UFRN, 2012.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: problemas teóricos do restauro. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Cesare Brandi e a teoria da restauração. Revista Pós USP, São Paulo, n. 21, p. 198-211, jun. 2007.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Restauração hoje: método, projeto e criatividade. Desígnio: Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo, São Paulo, n. 6, p. 19-33, set. 2006.

NERY, Juliana Cardoso; BAETA, Rodrigo Espinha. Do restauro à recriação: as diversas possibilidades de intervenção no patrimônio construído. In: ARQUEIMEMÓRIA - ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO, 4., 2013, Salvador. Anais [...]. Salvador: IAB-BA/UFBA, 2013.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. A Relação Antigo-Novo no Debate Italiano dos Anos 1950: Questões em Aberto na Prática Contemporânea. In: ARQUEIMEMÓRIA - ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO, 4., 2013, Salvador. Anais [...]. Salvador: IAB-BA/UFBA, 2013a.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. Preservação e restauro urbano: teoria e prática de intervenção em sítios industriais de interesse cultural. São Paulo: São Paulo: Fap-Unifesp; Edusp, 2013b.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda. Materialidade e imaterialidade no patrimônio construído: Brasil e Itália em diálogo. Recife: Editora UFPE, 2022.

VIEIRA, Natália Miranda. Gestão de Sítios Históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas. Recife: Editora UFPE, 2008.

VIEIRA, Natália Miranda. A Discipline in the making: Restoration Classics Revisited. City & Time, Recife, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: <http://www.ceci-br.org/novo/revista/docs2004/CT-2004-13.pdf>. Acesso em: 10 maio 2013.

VIEIRA, Natália Miranda. Teoria da Restauração: a relevância e incompreensão do pensamento brandiano.. In: FÓRUM BRASILEIRO SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL, 1., 2004, Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

CAPÍTULO 4

Ressonâncias teóricas entre pesquisadores brasileiros e as correntes contemporâneas do restauro na Itália

E a prática?¹

Natália Miranda Vieira-de-Araújo

Uma consolidada e crescente ressonância teórica

A importância do cenário italiano para o desenvolvimento, a consolidação e constante reflexão sobre o campo disciplinar do restauro e da intervenção sobre a preexistência de valor patrimonial é amplamente reconhecida entre os pesquisadores da área.²

1 Artigo escrito originalmente para o II Encontro Internacional ARQUIMEMÓRIA 5 - sobre Preservação do Patrimônio Edificado, realizado em Salvador, em novembro de 2017, como parte integrante do Colóquio Temático “Posturas teóricas contemporâneas no campo da restauração e intervenção na preexistência patrimonial: o debate italiano e sua ressonância Brasil”, coordenado pela autora deste capítulo e com a participação dos colegas Claudio Varagnoli, Betânia Brendle, Patrícia Viceconti Nahas. O Colóquio Temático se propôs a desenvolver reflexões críticas direcionadas ao, difícil e, muitas vezes, incompreendido, campo da prática projetual na preeexistência arquitetônica e urbana de valor patrimonial. Para tanto, observamos como se dá a circulação de teorias entre Itália e Brasil, mais especificamente, e nos perguntamos se há ressonância (e como esta ocorre) entre as reflexões do campo da teoria do restauro no ambiente brasileiro. Este artigo confronta diálogos e aproximações teóricas entre pesquisadores de ambos os países com a atuação institucionalizada do IPHAN, a partir da análise de um projeto de restauração situado no sítio histórico tombado de João Pessoa na Paraíba.

2 É importante esclarecer que a discussão teórica que existe no ambiente italiano não é hegemônica na Europa. A prática da restauração e intervenção patrimonial em outros países europeus, como a França e Alemanha, por exemplo, está distante da discussão das correntes teóricas contemporâneas que caracterizam o ambiente italiano. Elegemos focar, neste artigo, na relação entre Itália e Brasil exatamente por identificar que é no ambiente italiano que ocorre uma discussão permanente e atualizada sobre o campo disciplinar do restauro.

Parece-nos não ser difícil observar e identificar a produtiva aproximação histórica entre pesquisadores brasileiros e italianos que nos permite afirmar que há, de fato, uma forte ressonância teórica do debate italiano entre importantes pesquisadores da área no Brasil. Em primeiro lugar, é necessário reconhecer o papel de destaque, historicamente falando, do Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios Históricos (CECRE), que, após ser promovido por cerca de 30 anos, desde 1976, foi reconhecido como Mestrado Profissional em 2009, dentro da estrutura da Universidade Federal da Bahia (UFBA).³ Nesse contexto, destaca-se a contribuição específica de professores como Mário Mendonça, Odete Dourado e Paulo Ormindo de Azevedo, pioneiros na aproximação do arcabouço teórico italiano com a pesquisa, reflexão e a prática projetual de intervenção na preexistência patrimonial no Brasil. Atualmente destacam-se no corpo docente do programa professores como Rodrigo Espinha Baeta e Nivaldo Andrade Vieira Júnior, que estão entre os responsáveis pela manutenção dessa aproximação com pesquisadores de destaque no ambiente italiano.

A professora Odete Dourado, que concluiu seu doutorado na Itália em 1987,⁴ até 2015 e que foi responsável pela disciplina “Teoria da Conservação e Restauro” tanto no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-UFBA), desde 1990, quanto no CECRE, desde 1988, muito contribuiu na disseminação desse conteúdo teórico por meio de numerosas dissertações de mestrado e teses de doutorado realizadas sob sua orientação. Ela foi pioneira na tradução de publicações seminais da teoria do restauro no Brasil: em 1996, publicou *Restauro de Viollet-le-Duc, a Lâmpada da Memória*, de John Ruskin e *Os restauros em Arquitetura*, de Camillo Boito, todos pela Coleção Pre-textos, editada pelo PPGAU-UFBA (Viollet-le-Duc, 1996; Ruskin, 1996; Boito, 1996). Infelizmente, essa coleção teve uma difusão bastante

³ Antes de se estabelecer na UFBA, houve três edições desse Curso de Especialização: uma em São Paulo, outra em Recife e a terceira em Belo Horizonte, que aconteceram, respectivamente, nos anos de 1974, 1976 e 1978. A partir de sua quarta edição, ele será oferecido na UFBA e não mais sairá de lá (Vieira-de-Araújo, 2022).

⁴ Doutorado em *Studio Ed Il Restauro Dei Monumenti. Università Degli Studi Di Roma, UR, Itália*. 1987. Orientador: Gaetano Miarelli Mariani. A referida professora aposentou-se da UFBA em 2015. Para mais informações, ver: <http://lattes.cnpq.br/7685181251341921>.

restrita pela pouca divulgação e baixa tiragem. Apenas com as novas traduções realizadas vários anos depois e publicadas na Coleção Artes e Ofícios da Ateliê Editorial, a partir de 2000, esses e outros importantes títulos da teoria do restauro passaram a ter uma maior repercussão e capilaridade no ambiente brasileiro.⁵

Entre os anos de 1973 e 1984, o professor Mario Mendonça realizou três especializações na área da preservação patrimonial, todas na Itália (Università degli Studi Roma Tre e Università degli Studi di Firenze). Desde 1972, como professor da UFBA, vem dando uma sistemática e importante contribuição, reconhecida a nível nacional e internacional, especialmente no campo da tecnologia do restauro, bem como em cursos de formação de mão de obra para o restauro promovidos pela UFBA (atualmente atuando apenas na pós-graduação, tanto no MP-CECRE quanto no PPGAU-UFBA).

O professor Paulo Ormindo de Azevedo⁶ inicia essa aproximação com a contribuição italiana a partir de 1966, quando realiza seus estudos no International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM-Roma) e na Università degli Studi di Roma (“La Sapienza”-Roma). No caso específico desse professor, temos sua atuação precursora também na prática projetual de intervenção sobre a preexistência de valor patrimonial fortemente ancorada em princípios teóricos do campo (Andrade Júnior, 2013; Ekerman, 2017).

5 A Coleção Artes e Ofício da Ateliê Editorial ampliará significativamente o acesso a textos fundantes do campo disciplinar do restauro. Nas traduções e/ou apresentações e/ou revisões dos livros, temos a participação significativa da pesquisadora Beatriz Mugayar Kühl (Viollet-le-Duc, 2000; Boito, 2002; Brandi, 2004; Dvorak, 2008; Ruskin, 2008; Giovannoni, 2013; Quincy, 2016). Também trabalham para a construção dessa coleção (traduções e/ou apresentações) outros pesquisadores citados ao longo deste artigo: Maria Lucia Bressan Pinheiro (Ruskin, 2008); Renata Campello Cabral e Manoela Rufinoni (Giovannoni, 2013). Ressalte-se também a participação dos italianos Andrea Pane e Giovanni Carbonara, o primeiro na apresentação do livro com textos escolhidos de Gustavo Giovannoni (Giovannoni, 2013) e o segundo na apresentação da tradução da Teoria do Restauro de Cesare Brandi (Brandi, 2004).

6 Especialização em Prospecção Arqueológica pelo Instituto Politécnico de Milão (1969), *Specialisation pour la Conservation et La Restaura pela International Center Of Conservation And Restoration Of Monuments And Sites* (1969) e doutorado em *Perfezionamento Per Lo Studio Dei Monumenti pela Università degli Studi Roma Tre* (1970). Para mais informações, ver: <http://lattes.cnpq.br/1124713201836076>.

Outra pesquisadora com grande influência e representatividade no território nacional para a difusão do debate qualificado sobre o tema da restauração e da intervenção em sítios históricos é a professora Beatriz Mugayar Kühl (FAU/USP). O livro *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: problemas teóricos de restauro*, publicado em 2008, é uma referência de importância destacada diante da escassez de estudos mais aprofundados sobre o tema no Brasil. Essa publicação resulta de um projeto de pesquisa iniciado desde 1999 e de um longo período de interlocução com estudiosos da Itália (notadamente no ICCROM e La Sapienza - Roma) entre 2001 e 2005 (Kühl, 2008, p. 16). Essa aproximação gerou um acordo de cooperação científica entre FAU-USP e La Sapienza, coordenado na La Sapienza pelo professor Giovanni Carbonara, iniciado em 2006. O convênio atingiu os objetivos de:

[...] estreitar laços de colaboração do ponto de vista didático e científico, sendo, a proposta do protocolo executivo entre as instituições, a de aprofundar análises de aspectos teórico-metodológicos relacionados à restauração de bens culturais e sua repercussão nas intervenções, nos aspectos técnico-operacionais, com especial interesse pelos princípios teóricos que deveriam reger a atuação prática em bens culturais (Kühl et al., 2010, p. 210).

Entre as ações geradas por esse convênio, destacamos a realização do seminário intitulado “Seminário de estudos sobre restauração arquitetônica: temas recentes no restauro na Itália”, ocorrido no Programa de Pós-Graduação da FAU/USP, entre 3 e 5 de novembro de 2009. Este seminário contou com a participação de vários professores da La Sapienza, como Beatrice Vivio (coordenadora do seminário), Alessandro Pergoli Campanelli e Alessandra Cerroti. Desde 2003 esses pesquisadores vinham participando, alternadamente, das disciplinas AUH-852 e AUH-816 – Metodologia e Prática da Reabilitação Urbanística e Arquitetônica, ambas de responsabilidade das professoras Maria Lucia Bressan Pinheiro e Beatriz Mugayar Kühl no Programa de Pós-Graduação da FAU/USP (Kühl et al., 2010).⁷

⁷ Destacam-se vários trabalhos de teses orientadas pela professora Beatriz Mugayar Kühl que trouxeram contribuições de grande importância para o estreitamento dos laços entre a teoria do restauro italiana e as pesquisas dessa área no Brasil. Gostaríamos de destacar alguns desses: Manoela Rufinoni (2013) e o aprofundamento sobre

Mais recentemente, destaca-se a aproximação dos professores Nivaldo Vieira Andrade Júnior, Juliana Cardoso Nery e Rodrigo Espinha Baeta (todos da UFBA, o último sendo o atual coordenador do MP-CECRE, desde fevereiro de 2014), especialmente com os pesquisadores italianos Marco Dezzi Bardeschi⁸ e Claudio Varagnoli⁹, representantes importantes e atuantes nas linhas de restauro denominada como “conservação integral” e “crítico-conservativa”, respectivamente, e que, acrescidas da manutenção-repristinação ou hipermanutenção, são identificadas por Carbonara como as três posturas contemporâneas de intervenção nos bens patrimoniais na Itália (Carbonara, 1997).

Em abril de 2014, o professor Marco Dezzi Bardeschi ministrou o curso intitulado “Restauração como Conservação e Projeto do Novo” (Seminário- ARQ A77), no âmbito do PPGAU-UFBA e MP-CECRE em Salvador. O mesmo professor já havia sido um dos palestrantes do Arquimemória 4 - Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado, evento com a coordenação geral do professor Nivaldo Vieira Andrade Júnior, em 2013. Ainda como parte das atividades desses dois programas de pós-graduação da UFBA, em dezembro de 2015, foi realizada pelo professor Claudio Varagnoli a conferência "A restauração arquitetônica na Itália: teorias contemporâneas e exemplos recentes". Claudio Varagnoli também coordenou, em conjunto com o professor Nivaldo Vieira Andrade Júnior, o simpósio intitulado “Projeto Contemporâneo e Patrimônio Edificado” no IV Enanparq, realizado em Porto Alegre, em 2016, ampliando as possibilidades de diálogo e sua aproximação com a realidade acadêmica brasileira.

o tema Restauro Urbano, mais especificamente no que diz respeito ao patrimônio industrial; Cláudia dos Reis e Cunha (2010) e a reflexão sobre as intervenções do IPHAN e sua relação com a teoria do restauro; Ana Paula Farah (2012) e a discussão sobre o ensino na graduação em Arquitetura e Urbanismo para o tratamento específico do Patrimônio Cultural. Além dessas orientandas de Kühl, destacamos também a tese de Patricia Viceconti Nahas (2015), desenvolvida no mesmo programa de pós-graduação, orientada pela professora Fernanda Fernandes da Silva, com estágio sanduíche na Itália sob a orientação dos professores Claudio Varagnoli e Giovanni Carbonara.

8 Professor Catedrático de Restauração Arquitetônica do Politécnico de Milão (Itália).

9 Arquiteto de formação e Professor Titular de Restauro da Facoltà di Architectura di Pescara-Università Degli Studi "G. d'Annunzio" Chieti-Pescara (Itália).

Outra pesquisadora com importante contribuição para essas aproximações recentes entre Brasil e Itália é a professora Renata Campello Cabral, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE (MDU-UFPE). Após a realização de seu doutorado no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP (IAU-USP), em que se debruçou sobre a contribuição de Gustavo Giovanonni (Cabral, 2013), tendo realizado parte da pesquisa em Napoli sob a orientação do professor Andrea Pane,¹⁰ ela foi responsável direta pelo estreitamento das trocas entre a UFPE e a Università Degli Studi di Napoli Federico II. Em 2014, foi assinado um protocolo de Cooperação Científica Internacional entre as referidas instituições. Como parte das atividades desenvolvidas dentro dessa cooperação, está um projeto de pesquisa conjunto sob a coordenação do professor Andrea Pane e da professora Virgínia Pontual (MDU-UFPE), iniciado em 2014 e com previsão para finalização em dezembro próximo. O professor Andrea Pane esteve no MDU-UFPE, em 2015 e em 2017, para ministrar o curso “Conservação Urbana e a Contribuição de Gustavo Giovannoni”, conjuntamente com as professoras Virgínia Pontual e Renata Cabral, e para participar do III Seminário Urbanismo e Urbanistas no Brasil, respectivamente.

A professora Betânia Brendle, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), cuja formação acadêmica inclui estudos no International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM-Roma), tem sido responsável por um importante trabalho de aprofundamento, especialmente sobre a corrente “crítico-conservativa”, herdeira da “Teoria da Restauração” de Cesare Brandi (2004). Sua pesquisa de pós-doutorado, realizada em 2015 no Institut für Baugeschichte, Architekturtheorie und Denkmalpflege, da Technische Universität Dresden, TU-Dresden, aprofundou a relação da teoria brandiana e da arquitetura com ênfase na restauração e intervenção integrativa-dialética entre o novo e o antigo no patrimônio construído, contrapondo os princípios teóricos de Cesare Brandi ao Neues Museum de Berlin realizado por David

¹⁰ Professor Associado da Università degli Studi di Napoli Federico II, Itália; Professor visitante do MP-CECRE/UFBA desde 2013, onde colabora com o Curso Livre *Da vecchie città a centri storici: la dimensione urbana della tutela e del restauro in Italia*.

Chipperfield Architects. Esses estudos constituíram uma base teórico-metodológica para a análise de intervenções projetuais contemporâneas de caráter integrativo-dialético entre o novo e o antigo na preexistência arquitetônica patrimonial.

A autora deste artigo também faz parte desse grupo de pesquisadores, tendo investido, desde 2009, na consolidação dessa discussão no âmbito do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN (PPGAU-UFRN) e, mais recentemente, desde 2016, no Departamento de Arquitetura da UFPE.¹¹ Em 2011, foi responsável pela proposta da disciplina “Intervenções em Áreas de Valor Patrimonial”, que passou a compor a estrutura curricular regular do PPGAU-UFRN, procurando aprofundar a construção teórico-metodológica como eixo estruturador do projeto de restauração e/ou intervenção na preexistência de valor patrimonial, a partir da intrínseca relação entre embasamento teórico e desenvolvimento da prática projetual.¹² A realização da pesquisa pós-doutoral na Itália, entre 2019 e 2020, consolidou as trocas estabelecidas com colegas italianos. A pesquisa foi desenvolvida na Università di Roma “La Sapienza”, sob a tutoria principal do professor Giovanni Carbonara do Dipartimento di Storia, Disegno e Restauro dell’Architettura e da Scuola di Specializzazione in Beni Architettonici e del Paesaggio e incluiu também uma troca contínua e profícua com a Università degli Studi “Gabriele d’Annunzio”

¹¹ Mediante a aprovação pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE, em 15 de maio de 2017, do Projeto de Pesquisa por mim coordenado intitulado “Intervenções contemporâneas sobre a preexistência de valor patrimonial: teoria, projeto e inserção no contexto urbano”, passei a fazer parte do grupo de pesquisadores do Laboratório de Urbanismo e Patrimônio (LUP) do MDU-UFPE (<http://lup-ufpe.net.br/>). Em agosto de 2017, passei a compor também o corpo de professores permanentes do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE (MDU-UFPE), tendo atuado ministrando várias disciplinas relacionadas a essa discussão, algumas delas em parceria com a professora Renata Cabral.

¹² Esta disciplina foi proposta primeiramente na forma de “Seminário Temático” em 2011 com proposta formulada pela autora deste artigo. A partir de 2013, o prof. José Clewton do Nascimento, passou a fazer parte do DARQ e PPGAU-UFRN, trazendo consigo a experiência de trabalho como técnico do IPHAN-CE durante 05 anos. A partir deste ano iniciou-se uma parceria entre estes pesquisadores, que permanece até a atual data. Em 2014, esta disciplina passou a fazer parte da estrutura regular do PPGAU-UFRN.

di Chieti-Pescara, por meio dos contatos com o professor Claudio Varagnoli (Vieira-de-Araújo, 2022).¹³

Obviamente, o panorama acima apresentado de trocas acadêmicas entre o ambiente italiano e brasileiro não pretende dar conta de todas as contribuições nesse sentido, uma vez que, com certeza, poderão ser identificadas muitas ausências nesse brevíssimo panorama realizado a partir da experiência de pesquisa da presente autora.¹⁴ Nosso objetivo é deixar claro que existe um histórico significativo de aproximação teórica que vem se reforçando e ampliando na contemporaneidade com a contribuição de vários jovens pesquisadores da área. A pesquisa em desenvolvimento pelo colega Nivaldo Andrade Júnior sobre o processo de “autonomização do campo da restauração arquitetônica na América Latina” vem mapeando esse diálogo com a Itália e demonstrando a influência significativa na formação do campo da preservação na américa latina (Andrade Júnior, 2020, p. 33).

Entretanto, será que estas ressonâncias teóricas conseguem atingir a prática intervencionista sobre o patrimônio cultural brasileiro? Os quatro primeiros capítulos da presente publicação se somam a vários trabalhos que têm sido publicados e apresentados em congressos nacionais e internacionais identificando não só um grande distanciamento teórico na prática projetual do campo da restauração e da intervenção sobre a preexistência de valor patrimonial no Brasil, como também a baixa qualidade de muitos dos projetos realizados. Isto já aponta fortes indícios da fragilidade dessa ressonância sobre a prática projetual e da necessidade de ampliarmos o espaço de reflexão para a questão projetual.

¹³ Durante o período de pesquisa em Roma pude acompanhar as professoras Daniela Esposito e Valéria Montanari no Laboratorio di Restauro Architettonico da graduação em Arquitetura da Università di Roma Sapienza, onde a orientação dos trabalhos em desenvolvimento pelos alunos concentrava-se exatamente nessa relação entre princípios teóricos e estratégias projetuais.

¹⁴ Outro importante interlocutor, por exemplo, entre outros não comentados nesse artigo, entre Brasil e Itália e também entre o Brasil e Portugal, que atua na área de preservação patrimonial, por exemplo, tem sido o professor José Simões de Belmont Pessôa (UFF).

Caminhos para o alcance de uma ressonância prática

Acreditamos na firme importância do ensino sobre a intervenção na preexistência de valor patrimonial como o caminho para que se atinja a ressonância também na prática projetual. Carbonara (2009, p. 31) corrobora a importância de uma boa formação do arquiteto no trato dos bens culturais, que deve possuir a consciência de que trabalhar na área é sempre “Pesquisa, cuidado na execução e um contínuo aprofundamento”. Varagnoli (2002) também destaca que o alcance de um resultado de diálogo entre a produção arquitetônica contemporânea e as edificações de reconhecido valor patrimonial está diretamente ligado ao rigor metodológico aplicado ao projeto, ao valor reconhecido pela coletividade, à preservação dos extratos da história, forma e composição que devem ser definidos a partir de um juízo crítico.

Insistimos que a necessidade de aprofundamento sobre a teoria da restauração não é restrita aos profissionais que trabalharão com projetos de “restauro” propriamente dito. Este conhecimento é fundamental para o entendimento de aspectos básicos para qualquer tipo de intervenção sobre uma preexistência de reconhecido valor patrimonial. Nery e Baeta (2013) destacam a diferença entre intervenções de naturezas e distintas e corroboram nossa defesa da importância do conhecimento do campo:

O que nos importa bem mais que a forma escolhida para a intervenção é a consciência das escolhas e das consequências dessas para a preservação do patrimônio cultural. Defendemos que *somente uma crítica rigorosa e conhecimentos mais consistentes sobre as questões envolvidas na preservação podem nos dar instrumentos melhores para lidar com o patrimônio em suas diversificadas e múltiplas concretizações e particularidades*, bem como nas suas diferenciadas importâncias para a sociedade contemporânea e seus muitos especialistas. Em tempos de horizontes tão alargados, referências tão pulverizadas nas práticas particulares, e elasticidades fragmentadas dos pensamentos contemporâneos, *nos parece que debater e dar cada vez mais intensidade aos conceitos que tenham real poder instrumental como guia das intervenções é fundamental* (Nery; Baeta, 2013, p. 30, grifos nossos).

Sendo assim, acreditamos que os cursos de formação especializada para este tipo de projeto são extremamente necessários e

condição básica para que o instrumental teórico-metodológico do campo seja difundido e apropriado na atuação profissional da preservação patrimonial.

Infelizmente, o que se percebe é que, apesar da ampliação, transformação e atualização da abordagem conceitual em relação à preservação patrimonial, que pode ser observada em documentos referenciais internacionais como as cartas patrimoniais, no Brasil, ela não parece ter atingido de forma significativa a prática intervencionista sobre o patrimônio. Abordagens como a “crítico-conservativa” e “conservação integral”, acima comentadas (Carbonara, 1997), que se aproximam ao destacarem a importância do princípio da distinguibilidade como atitude projetual, não têm muito espaço, por exemplo, na prática brasileira institucional, como vimos ao longo dos primeiros capítulos desta publicação.

Ressonância teórica que não alcança a prática

Para exemplificar essa dificuldade de incorporação de uma outra prática intervencionista para além da linha de “manutenção-repristinação” no ambiente brasileiro, discutiremos o caso do recente restauro da edificação de número 225 na Rua da Areia, localizada no centro histórico de João Pessoa, tombado a nível estadual e nacional¹⁵ (a partir de agora nos referiremos sempre a este imóvel apenas como “imóvel n. 225”).¹⁶

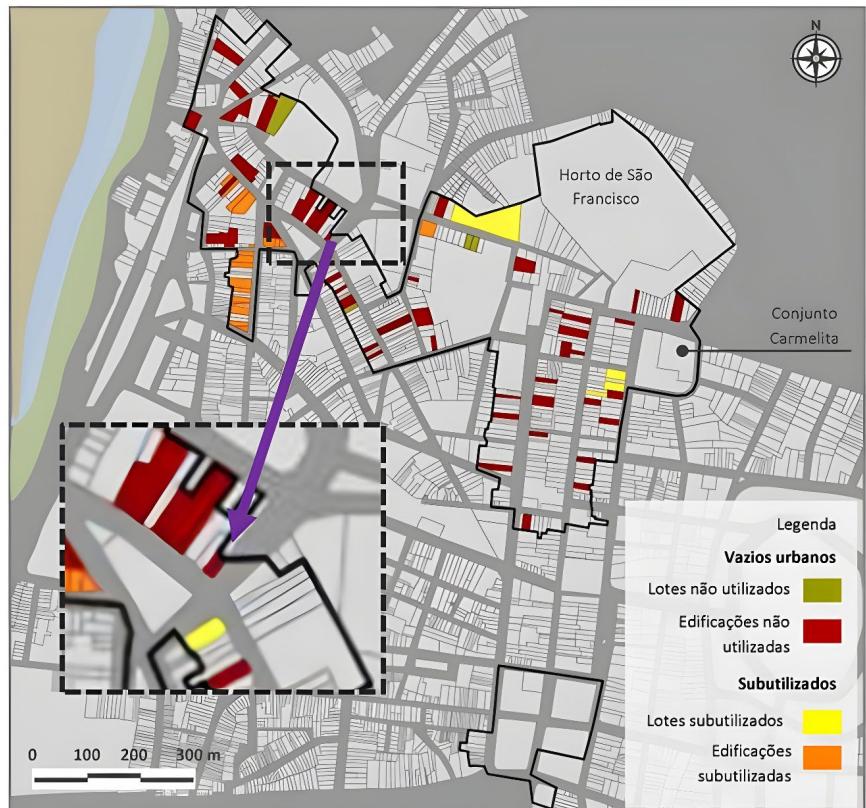
Esse caso assume um papel importante neste conjunto de capítulos que compõem a primeira parte desta publicação por se tratar do projeto de restauração de um imóvel que não é um imóvel monumental e de destaque. A sua importância é dada por fazer parte

15 O Decreto Estadual n. 9.484 de 1982 delimita o perímetro da área tombada a nível estadual, definindo o Centro Histórico da Cidade de João Pessoa. Essa delimitação permaneceu em vigor até 2004, quando foi aprovada a revisão desse perímetro no Decreto 25.138/2004. Nesta nova delimitação, a poligonal da área do tombamento estadual ficou dividida em duas zonas: área de preservação rigorosa – APR (1.577.753,98 m²) – e a área de preservação de entorno (2.516.862,72 m²). Em nível federal, a área passa a ser reconhecida em 2008 através do processo de tombamento de n. 1.501-T-02.

16 Agradeço imensamente o apoio de minha então orientanda de doutorado, Juliana Carvalho (PPGAU-UFRN), pelo apoio no acesso logístico aos arquivos do IPHAEP e à legislação referente ao centro histórico de João Pessoa.

do conjunto histórico tombado do centro histórico de João Pessoa. Destacamos esse aspecto porque, após discutirmos casos clássicos de restauros de ícones das cidades coloniais brasileiras, como as igrejas e um exemplar de Casa de Câmara e Cadeia, ao longo dos dois primeiros capítulos, apresentamos, no terceiro capítulo, dois exemplos com posturas diversas da prática repristinadora e nos perguntamos se esses projetos foram possíveis porque tratavam-se de edificações não monumentais localizadas em um sítio que naquele momento possuía reconhecimento apenas a nível municipal. As dúvidas que se colocavam por ocasião das análises dos projetos do capítulo 3 reacenderam em nós ao nos depararmos em 2016 com o caso que agora analisaremos no presente capítulo:

FIGURA 1 Mapa do Perímetro de Tombamento do IPHAN do centro histórico de João Pessoa com dados levantados por Clemente (2017) e destaque com a localização do imóvel n. 225, Rua da Areia indicado pela seta roxa. Fonte: desenho de Juliana Carvalho Clemente sobre material de sua tese (Clemente, 2017).



O imóvel n. 225 está inserido no perímetro da poligonal de preservação rigorosa do IPHAN (Figura 1) e no trecho também identificado pelo Decreto Estadual nº 25.138/04 como “Área de Preservação Rigorosa” (APR) do centro histórico de João Pessoa. A APR é definida como “o conjunto dos logradouros públicos, dos lotes e edificações com qualquer limite voltado para eles [...] cujos elementos devam ser preservados, valorizados, restaurados ou adaptados às características arquitetônicas e urbanísticas originais” (Paraíba, 2004). Esse mesmo decreto classifica-o como um imóvel de “Conservação Parcial” no que diz respeito ao seu “Nível de Intervenção”. Vale salientar que esse decreto, de 2004, foi realizado tendo como base o trabalho desenvolvido pela “Comissão do Centro Histórico”,¹⁷ que identifica, já em 1987, esses “níveis de intervenção”, quando realiza um “Cadastro Técnico individualizado” dos imóveis. Neste momento, a edificação em análise é classificada como um imóvel de “Reestruturação”. Essa divergência de classificação do nível de intervenção não é explicada em nenhuma documentação encontrada.

Por meio do Processo n. 0227/2015, o proprietário do imóvel n. 225 solicita ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) a aprovação do “projeto de reforma”¹⁸ de autoria do arquiteto Eudes Raony Silva.¹⁹ A proposta apresentada consistia na conservação das partes remanescentes do imóvel, preenchimento da lacuna com uma inserção contemporânea e projeto para um novo anexo que deveria ocupar o espaço contíguo ao

17 A Comissão do Centro Histórico foi formada em 1987 a partir de um convênio entre Brasil e Espanha, buscando o envolvimento das instâncias municipal, estadual e federal na reflexão e atuação sobre a preservação do Centro Histórico de João Pessoa (Scocuglia, 2004).

18 O parecer técnico emitido sobre o projeto, como parte do Processo n. 0227/2015 do IPHAEP, ora se refere a “projeto de reforma”, ora se refere a “projeto de intervenção”, sem o desenvolvimento do que entende por cada um desses conceitos, parecendo utilizá-los como sinônimos.

19 É professor do IFPB – Instituto Federal da Paraíba – Campus Patos – há cinco anos. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Paraíba (2009). Especialista em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2014). Mestre em Arquitetura em Urbanismo pelo PPGAU-Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2016). Foi coordenador da Comissão do Centro Histórico de João Pessoa no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP (2011). Para mais informações, ver: <http://lattes.cnpq.br/546251542049414>.



FIGURA 2 Lacuna existente no imóvel n. 225, fachada para a Rua da Areia. Fonte: Raony Silva (2016a).



FIGURA 3 Imóvel n. 225, marcado em azul; edificações sem valor patrimonial e o vazio ainda existente no mesmo lote, marcados em vermelho, esses últimos com fachada para a Rua Henrique Siqueira. Fonte: Raony Silva (2016a), editado pela autora (2022).



FIGURAS 4 E 5 O imóvel n. 225 com o trecho da esquina arruinado e a proposta de restauro apresentada pelo arquiteto Eudes Raony. Fonte: Raony Silva (2016a).

imóvel, substituindo uma edificação sem valor patrimonial e ocupando um espaço vazio existente no lote (Figuras 5 e 6). Como se pode ver nas Figuras 2, 3 e 4, o imóvel n. 225 encontrava-se em péssimo estado de conservação, tendo perdido parte de sua fachada, que configurava uma lacuna que, com certeza, era um dos maiores desafios a serem enfrentados pelo projeto de restauração.

O texto do parecer técnico da Coordenadoria de Arquitetura e Ecologia do IPHAEP, datado de 12 de janeiro de 2016, refere-se ao imóvel identificando-o como “uma edificação em ruínas”²⁰ e destaca que a referida apresentação de “projeto de intervenção” “foi motivada por constatação de intervenção irregular²¹ no imóvel identificado pelo Termo de Notificação nº 11/07 - 1/2015 e pelo Termo de Embargo nº 11/07 - 1/2015”. O parecer destaca ainda que durante o ano de 2016 foi realizada reunião com o arquiteto do proprietário para

²⁰ Consideramos que o termo mais adequado seria uma edificação “em processo de arruinamento”, visto que, nesse estágio identificado na Figura 38, ainda é possível se pensar na restauração de sua “unidade potencial” (Brandi, 2002).

²¹ O Parecer não identifica que “intervenção irregular” seria essa.

definição de projeto de escoramento imediato e que este havia sido cumprido (IPHAEP, 2015).

O arquiteto proponente defende seu projeto chamando atenção para o fato de que busca “[...] restabelecer as fachadas com uma inserção claramente contemporânea, diferenciando-se do já construído em material e na ausência de elementos estilísticos [...]”. Completa ainda defendendo que tal inserção contemporânea não perturbará a leitura do imóvel que se busca preservar, uma vez que o projeto tem em vista uma composição harmônica ao seguir “o ritmo, o alinhamento e a proporção das vedações originais, apresentando também reentrâncias e saliências oblíquas que fazem referência às bandeiras e às sacadas das aberturas superiores” (Raony Silva, 2016a).

Continuando a defesa de seu projeto, o arquiteto ressalta que “além da intervenção que complementa a ruína”, a proposta inclui a inserção de uma nova volumetria no lugar onde antes estavam “edificações sem interesse patrimonial”, algumas já demolidas. “Como elemento de transição entre o volume novo e o antigo, é proposto um pano de brises verticais em madeira que também funcionará como uma entrada de serviços” (Raony Silva, 2016a).

FIGURA 6 Proposta de restauro apresentada pelo arquiteto Eudes Raony, em 2016, para imóvel n. 225, na qual podem ser vistas as soluções adotadas para o trecho da esquina, arruinado (à esquerda), e para o novo anexo (à direita). Fonte: Raony Silva (2016a).



O parecer técnico realizado pelo IPHAEP decide pelo deferimento do projeto proposto, concluindo, após análise do Memorial Descritivo apresentado, que:

[...] verifica-se que a proposta visa à manutenção da edificação original, promovendo a sua recuperação e requalificação. Os elementos novos a serem inseridos não concorrem visualmente nem buscam se sobrepor ao imóvel de valor patrimonial. Dado o exposto, somos favoráveis ao DEFERIMENTO da proposta, desde que o escoramento da edificação seja iniciado em um prazo de até 30 dias, visto que o imóvel a ser preservado se encontra numa situação fragilizada podendo vir a ruir completamente a qualquer momento (IPHAEP, 2015).

Ainda sobre a escolha dos materiais realizada pelo projetista, o técnico do IPHAEP prossegue em seu parecer:

Vale ressaltar que os materiais propostos para toda a área da intervenção contemporânea são em tijolo do tipo natural e em madeira, tipo brise, valorizando a edificação original, visto que estes materiais são caracterizados pela sobriedade que apresentam (IPHAEP, 2015).

Podemos classificar a proposta apresentada como fortemente alinhada a posturas projetuais que caracterizam a vertente contemporânea identificada como crítico-conservativa, que se ancora nos princípios e formulações da teoria do restauro brandiana. O tratamento dispensado à lacuna configura-se como uma tentativa de aplicação do conceito de “unidade potencial” desenvolvido por Cesare Brandi: “A restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo” (Brandi, 2004, grifo nosso).

Em sua definição da restauração, o autor defende valores como autenticidade e distinguibilidade, rejeitando com veemência o refazimento estilístico: “A restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na dupla polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro” (Brandi, 2004, p. 30).

Assim, Brandi (2004) desenvolve seu argumento propondo um procedimento metodológico para o tratamento de lacunas, especialmente para edifícios severamente danificados e mutilados, a respeito

dos quais destaca que é mais importante recuperar a sua unidade espacial e estrutural do que sua composição formal e detalhes arquitetônicos. É exatamente esse procedimento metodológico que a proposta inicial apresentada pelo arquiteto Eudes Raony procura aplicar ao projeto de restauração do imóvel n. 225. O parecer de aprovação do IPHAEP também segue a mesma linha de entendimento.

Deve-se, ainda, destacar o fato de o arquiteto projetista ter concluído recentemente (em 2016 e sob a orientação do professor José Clewton do Nascimento) o seu mestrado no âmbito do PPGAU-UFRN, onde, como vimos no item anterior, vem se consolidando a reflexão acerca das posturas contemporâneas de intervenção e sobre a prática projetual em preexistências de valor patrimonial. Além disso, o arquiteto assumiu, durante o ano de 2011, a coordenação da Comissão do Centro Histórico de João Pessoa (no âmbito do IPHAEP). Verificamos, assim, que se trata de profissional com alguma bagagem acerca da discussão específica sobre esse tipo de projeto de arquitetura.

Após o deferimento do projeto por parte do órgão estadual de preservação, o proprietário dá entrada, em 31/03/2016, no processo que será identificado no IPHAN-PB por meio do n. 01408.000364.62016.45, solicitando a “análise e apreciação do projeto de restauração para o imóvel n. 225 da Rua da Areia”, anexando à sua solicitação o parecer do IPHAEP, de 12/01/2016.

Ambos os pareceres técnicos, do IPHAEP e IPHAN-PB, citam a legislação a que o imóvel está submetido e destacam, especialmente, os níveis de intervenção determinados pelo Decreto Estadual 25.138/04, em que o imóvel é classificado como de “Conservação Parcial” no que diz respeito ao seu “Nível de Intervenção”. Para este tipo de classificação a lei diz que:

I - preservação das coberturas originais e adequação daquelas alteradas às tipologias tradicionais;

II - *preservação e, em caso de intervenção, a recuperação da composição tipológica original dos vãos, portas e janelas das fachadas dos imóveis;*

III - *preservação e restauração das características estilísticas e ornamentais das fachadas dos imóveis;*

IV - eliminação de revestimentos em materiais conflitantes, a exemplo de cerâmicas e materiais vidrados, das fachadas dos imóveis, exceção feita aos materiais da tipologia original do imóvel a exemplo de cataria e azulejaria antiga;

V - eliminação de qualquer elemento ou equipamento visível de instalação pública e predial das fachadas dos imóveis;

VI - eliminação de pinturas com qualquer acabamento brilhante sobre as alvenarias das fachadas dos imóveis;

VII - preservação da imagem tradicional do imóvel removendo-se elementos que ocultem suas fachadas, como falsas fachadas, balanços, toldos fixos ou marquises e adequando-se ao que estabelece o Código de Posturas do Município de João Pessoa;

VIII - remoção de instalações ou volumes, provisórios ou permanentes sobre as coberturas dos imóveis que sejam visíveis das ruas próximas;

IX - preservação de, no mínimo, trinta por cento do total do lote como área não construída, até que o Município estabeleça seus próprios índices, e

X - reparação ou adaptação da distribuição espacial interna e da cobertura estritamente necessária à melhoria das condições de estabilidade, sa-lubridade, habitabilidade, ventilação e insolação dos mesmos (Paraíba, 2004, grifos nossos).

O curioso é observar como a mesma legislação pode ser interpretada de forma tão diferenciada pelos técnicos do órgão estadual e do federal. O parecer técnico emitido pelo IPHAN-PB (parecer de n. 30/2016), em 28/04/2016²², entende que a proposta do novo anexo impede a visibilidade da fachada dos fundos do imóvel n. 225, ainda original, e, sobre o preenchimento da lacuna arruinada, afirma que o projeto deveria:

O partido adotado para a reconstrução do trecho da fachada desaparecido deve buscar (i) homogeneizar-se com as características tipológicas, e (ii) harmonizar-se com a imagem tradicional da edificação, evitando-se formas, materiais ou texturas incompatíveis e contrastantes com a imagem e as características do sítio tombado (IPHAN-PB, 2016).²³

22 Pouco antes de sair o parecer negativo do IPHAN-PB, em abril de 2016, a fachada lateral do imóvel n. 225 sofreu novo desabamento, ampliando significativamente a área da lacuna.

23 O parecer do IPHAN-PB analisa outros aspectos que merecem consideração, como o tipo de tratamento dispensado ao espaço interno da edificação e a excessiva

O trecho acima reproduzido do parecer do IPHAN deixa clara a opção por uma postura intervencionista repristinadora. Entende que a proposta apresentada não alcançou a harmonia com a “imagem tradicional da edificação”, apesar de todo o cuidado do projetista em realizar uma composição em diálogo com o ritmo, o alinhamento e a proporção dos vãos originais e do uso de materiais sóbrios que não agredem a edificação que se deseja restaurar, conforme defesa do autor do projeto e concordância do técnico do IPHAEP.

A divergência de interpretação da legislação, nos parece, concentra-se especificamente nos pontos destacados em negrito na citação da lei acima. Para o IPHAN-PB, “a recuperação da composição tipológica original dos vãos, portas e janelas das fachadas dos imóveis” significa a repristinação da fachada anterior, enquanto o técnico do IPHAEP entende que tal recuperação da composição tipológica pode ser realizada por meio do preenchimento da lacuna proposto. A exigência de “preservação e restauração das características estilísticas e ornamentais das fachadas dos imóveis” parece ter sido entendida pelo IPHAEP como a preservação e restauração dessas características nos trechos da fachada ainda existentes e para o IPHAN-PB necessariamente levaria à reconstrução da parte faltante com a mesma ornamentação. Percebemos, assim, que a própria interpretação da legislação depende da formação teórica de quem a interpreta. Quando se fala em “restauro”, está se falando a partir da ótica da repristinação ou da busca da unidade potencial característica do restauro crítico? Contrariamente à interpretação realizada no parecer técnico do IPHAN-PB, Cesare Brandi (2004, p. 136, grifo nosso), ao refletir sobre “princípios para a restauração de monumentos”,²⁴ destaca que: “O

ocupação do lote com a inserção do anexo contemporâneo. Esses aspectos demandariam análise e atenção específicas que não são objetos do presente artigo. Aqui, nos concentraremos na análise crítica da abordagem projetual adotada para o preenchimento da lacuna e tratamento das fachadas.

24 Observe que Brandi (2004) está se referindo aqui ao restauro de monumentos, que não é o caso. Lembrando que o imóvel em análise havia sido primeiramente identificado, em relação ao “nível de intervenção” como um imóvel passível de “reestruturação” (Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, 1987) e que apenas em 2004 passa a ser identificado como imóvel de “conservação parcial” (Paraíba, 2004).

ambiente deverá ser reconstituído com base nos dados espaciais e não naqueles formais do monumento que desapareceu. Assim, deveria ter sido reconstruído um campanário em São Marcos em Veneza, mas não o campanário caído [...].

O parecer técnico do IPHAN-PB também ignora ostensivamente princípios estabelecidos desde a Carta de Veneza (1964), que em seu artigo 9º define que os objetivos da restauração devem ser:

[...] conservar e revelar valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no *respeito à matéria original e aos documentos autênticos*. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjecturais, *todo trabalho complementar* reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas *destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo* (ICOMOS, 1964, grifos nossos).

Para responder às colocações do parecer técnico emitido pelo IPHAN-PB, o arquiteto submete, em 06/09/2016, um novo projeto para a restauração do imóvel n. 225 dentro dos moldes de repristinação, que permanecem como referência para a aprovação de projetos por parte do IPHAN (Figuras 7, 8 e 9). O arquiteto explica que agora, “[...] buscou-se adequar o proposto às exigências do IPHAN, promovendo a reconstituição completa das vedações e elementos estilísticos das fachadas que ruíram” (Raony Silva, 2016b). Percebe-se, assim, uma completa transformação da postura projetual, que passa a desconsiderar também os princípios postulados pela Carta de Veneza e pela Teoria da Restauração de Cesare Brandi, já que esses também não foram considerados no parecer de indeferimento da proposta inicial submetida pelo arquiteto.

FIGURAS 7, 8 E 9 Proposta de restauro do imóvel n. 225 apresentada pelo arquiteto Eudes Raony em setembro de 2016 após exigência de reconstrução completa por parte do IPHAN-PB. Fonte: Raony Silva (2016b).





FIGURAS 10 E 11 Imóvel reconstruído, em fase de finalização. Fonte: Maíra Peixoto (7 set. 2017).

Como podemos perceber pelas Figuras 10 e 11²⁵, o projeto “reformulado” foi agora aprovado pelo IPHAN-PB. Entretanto, chama atenção no segundo parecer técnico emitido pelo IPHAN-PB (n. 105/2016), dessa vez por outro técnico, contrariamente a todo o processo apresentado, a preocupação em “evitar” a construção de um “falso histórico”:

Diante do exposto e do quadro de escombros que se encontrava o bem, conclui-se que a presente proposta atende às diretrizes técnicas mínimas estabelecidas pela legislação vigente para intervenção no bem. Não obstante, em sua análise propositiva de reconstituição tipológica, *observamos que o partido de intervenção adota uma postura historicista mimética*, o que *pode gerar um risco de reprise*. Nesse aspecto, pautado nos postulados teóricos de Cesare Brandi, assim como no Art. 9º. Da Carta de Veneza (1964), recomendamos que ao longo de toda a extensão das superfícies da alvenaria que foram reconstruídas para recompor as fachadas, se adote uma das duas opções técnicas: (i) que o reboco dessas superfícies esteja 3mm abaixo do

²⁵ As fotografias da então graduanda em arquitetura e urbanismo, Maíra Peixoto, foram realizadas por ocasião da visita técnica ao Centro Histórico de João Pessoa, realizada em setembro de 2017, como parte das atividades da disciplina Viagem de Estudos I, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE (DAU-UFPE), sob o comando da autora deste capítulo e das também docentes do DAU-UFPE Maria Luiza Freitas e Cristina Araújo.

nível dos rebocos das alvenarias antigas remanescentes ou (ii) que a junção entre os rebocos das novas alvenarias e os rebocos das alvenarias antigas aconteça por meio de friso em baixo relevo no próprio reboco com dimensão máxima de 6mm x 6 mm. Salvo melhor juízo, este é o parecer (IPHAN-PB, 2016, grifos nossos).

São vários os pontos que chamam atenção na conclusão desse parecer. Primeiramente destaca-se que, da forma como é colocada, parece que a decisão pela “postura historicista mimética” foi uma opção do projetista e não resultado da negação de projeto anterior, este com postura claramente alinhada à vertente crítico-conservativa. Negação esta que vem acompanhada da recomendação expressa para a reconstrução da fachada. Em segundo lugar, é curioso observar que a repristinação é agora colocada como um “risco”, ou seja, teoricamente, algo indesejado e que, pela primeira vez, são realizadas referências à Teoria da Restauração brandiana e à Carta de Veneza, referenciais nem sequer mencionados no primeiro parecer que indefere a proposta inicial de cunho crítico-conservativo e ignora os princípios agora citados. Por fim, as “duas opções técnicas” que são apresentadas são claramente insuficientes e frágeis, não tendo nenhuma efetividade para o alcance de uma leitura que não venha a mimetizar o antigo e enganar o observador quanto à preexistência conservada e à intervenção realizada para preenchimento da lacuna. Recordamos a observação de Kühl (2009, p. 113) sobre o uso superficial de algumas referências:

Citam-se frequentemente Brandi e a Carta de Veneza, mas o resultado de várias operações mostra ou uma ignorância completa desses escritos, ou uma leitura pouco profunda, ou ainda, um flagrante e intencional desrespeito às posturas neles consolidadas.

As normas, as ausências normativas e a dificuldade de interpretação: aprisionados numa prática repristinadora consolidada

Já faz alguns anos que o próprio IPHAN identifica que um dos grandes entraves para uma atuação mais efetiva de preservação patrimonial é, em muitos casos, a ausência de uma normativa de preservação

clara desenvolvida para cada sítio, área, conjunto tombado a nível nacional, considerando suas especificidades e elaboradas de acordo com os valores que motivaram o tombamento. Assim, desde 2007, o Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN (DEPAM-IPHAN) vem realizando um amplo trabalho de auxílio às Superintendências na elaboração de normativas para sítios tombados. Mas o trabalho a ser realizado ainda é muito grande (IPHAN, 2010).²⁶ O tombamento de uma área deve estar pautado pelo reconhecimento claro de valores específicos, os quais devem nortear a construção de uma normativa própria, tendo em vista a preservação dos valores que permitiram o tombamento de determinada área:

[...] o DEPAM tem investido na formulação de orientações metodológicas para auxiliar nesses trabalhos – notadamente a definição das poligonais de proteção e elaboração de Normas de Preservação (para as áreas tombadas ou em estudos de tombamento, que já devem, em sua conclusão, apresentar orientações nesse sentido) – *a fim de tornar a gestão das áreas protegidas eficaz, transparente e em acordo com as políticas nacionais definidas pela instituição*. Essa postura vem ainda de encontro às observações feitas pelo próprio Conselho Consultivo do IPHAN, que tem manifestado reiteradamente a *preocupação com a gestão das áreas pós-tombamento e cobrado a indicação de critérios para a preservação destes espaços após seu reconhecimento como Patrimônio Nacional* (IPHAN, 2010, p. 5, grifos nossos).

Nesta mesma publicação, o IPHAN apresenta um balanço informando que, naquela data (2010), dos 96 conjuntos urbanos tombados nacionalmente:

menos de 10% dessas áreas dispõe de normas eficientes e capazes de nortear com clareza e objetividade as intervenções nos conjuntos históricos, o que dificulta a ação pronta e transparente, tanto na análise dos projetos de intervenção, quanto durante as ações de fiscalização (IPHAN, 2010, p. 5).²⁷

26 O IPHAN destaca os casos de Areia, na Paraíba, e Ouro Preto, em Minas Gerais como exemplos desse trabalho (IPHAN, 2010, p. 5).

27 Podemos destacar dois sérios trabalhos com os quais tivemos contato direto acerca dessa definição de normativa preservacionista específica: o trabalho em realização no IPHAN-PE, sob a coordenação de Ana Paula Mota de Bitencourt da Costa Lins no grupo de trabalho de “Normatização das Poligonais de Entorno e Parâmetros Construtivos dos bens tombados” e o trabalho em andamento no IPHAN-RN para elaboração da “Norma de Preservação do Centro Histórico de Natal” iniciado durante uma ação

As dificuldades ainda são potencializadas pelas “fragilidades dos municípios onde se localizam as áreas protegidas, dos quais cerca de 75% tem menos de 50 mil habitantes e cujos quadros técnicos não são compatíveis com as demandas de gestão urbana que resultam do ritmo de crescimento e transformação” (IPHAN, 2010, p. 5).

Frequentemente, a ausência de normativas leva a atuações mais restritivas por parte dos técnicos que, muitas vezes, inclusive, tratam áreas definidas como poligonal de entorno com a mesma perspectiva restritiva que deve ser aplicada às áreas inseridas em poligonal de preservação rigorosa. Para além da questão de visibilidade, hoje o tratamento de áreas de entorno se baseia na noção de ambiente desses bens tombados:

Essa ampliação do conceito de ambiente, e consequente complexificação da noção de entorno, trazem à tona novos desafios para a delimitação e a gestão de sítios históricos tombados. Apesar de muitos gestores tratarem a área de entorno da mesma forma que tratam o bem tombado, a prática institucionalizada do IPHAN aponta para a necessidade de fazer uma distinção entre essas duas áreas, tendo em vista que os critérios para intervenções arquitetônicas e urbanísticas na área de entorno devem ser estabelecidos visando garantir a ambientação da área tombada, esta sim digna de preservação, não podendo ser atribuído à área de entorno um valor cultural em si (Nascimento; Cruz; Vieira-de-Araújo, 2013).

A ausência de uma normativa, aliada ao distanciamento do IPHAN das discussões internacionais até a década de 1970, foi responsável pela consolidação de práticas fortemente calcadas em valores e posturas pessoais que fizeram proliferar no Brasil exemplos de restaurações voltadas para a reprise da estética que não atribuía valor ao estilo eclético e buscava a feição colonial como objetivo final das operações empreendidas (Cunha, 2010; Brendle, 2017).²⁸ É sabi-

desenvolvida em parceria entre a Superintendência IPHAN-RN e o Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DARQ-UFRN), que consistiu em uma atividade formativa sob forma de *workshop*, em 2012, dirigida ao corpo técnico que atua na área do patrimônio cultural. Após esse workshop, a autora desse artigo e o professor José Clewton do Nascimento desenvolveram pesquisa voltada para a identificação das especificidades morfológicas das diferentes áreas que compõe o centro histórico de Natal, com o objetivo de auxiliar na elaboração da referida norma.

28 Para citar apenas alguns casos clássicos além dos já comentados nos capítulos anteriores: o Paço Imperial no Rio de Janeiro-RJ, projeto de 1983, de autoria de Glauco

do que, apesar do pioneirismo na instituição de um órgão federal de preservação ainda na década de 1930, este se manteve isolado do debate internacional sobre o tema durante muito tempo. Paulo Ormindo de Azevedo (2003) destaca esse isolamento, especialmente até a década de 1960, quando isso começa a se modificar com “a divulgação da Carta de Veneza, a fundação do ICOMOS Internacional e com as primeiras missões da UNESCO no país” (Azevedo, 2003, p. 18).

Percebemos, entretanto, a partir do caso específico analisado neste artigo, como a prática repristinadora consolidada nas primeiras décadas de atuação reverberam ainda fortemente até a contemporaneidade mesmo em áreas onde se vem discutindo uma normativa específica desde os anos 1980, como é o caso de João Pessoa. Ou seja, apesar da ampla divulgação e acesso a documentos internacionais como a Carta de Veneza (ICOMOS, 1964) ou de referenciais teóricos como a Teoria da Restauração de Cesare Brandi, sua incorporação à análise técnica e ao entendimento do conceito de restauro ainda é limitada. Propositalmente, escolhemos um caso de um edifício simples, que não se trata de um monumento de destaque e, mesmo assim, a prática excessivamente restritiva à intervenção crítica continua sendo a tônica geral do órgão preservacionista nacional.

O caso em análise traz à tona ainda outro aspecto que diz respeito à divergência na interpretação de uma mesma legislação por técnicos diferentes. Essa divergência está diretamente ligada aos referenciais teóricos em que se embasam esses técnicos. A ausência de legislação específica é um empecilho, mas mesmo ultrapassada essa dificuldade, esbarramos em outra mais séria: a dificuldade de apropriação técnica de princípios metodológicos de intervenção alinhados às perspectivas contemporâneas de intervenção sobre a preexistência de valor patrimonial. A visão restritiva, e baseada em posturas repristinadoras, muitas vezes, desconsidera também a importância de inserção das áreas tombadas na dinâmica urbana da cidade contemporânea. O próprio IPHAN chama atenção para tal preocupação:

Campello, José de Souza Reis, Cyro Correa Lyra, Gilberto Ferrez (Nahas, 2015); a substituição da edificação eclética do antigo Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto para instalação do Cine Vila Rica por Lúcio Costa (Barel Filho, 2013); a restauração da Casa de Câmara e Cadeia de Atibaia-SP, coordenada por Luís Saia (Ferreira, 2015).

A ausência em si ou mesmo a existência de regras não efetivas – seja por parte do IPHAN ou dos municípios –, que desconsideram o inevitável dinamismo das cidades, ao negligenciar tendências como esvaziamento populacional, mudanças de uso e ampliação progressiva das pressões imobiliárias e sociais, contribuem para reduzir a qualidade urbana das cidades do Brasil, levando à perda e/ou descaracterização de parte do patrimônio cultural que as diferencia e que levou à proteção destas áreas. O que se busca é, portanto, reverter este quadro, trabalhando na elaboração de diretrizes claras, objetivas e atuais, que se espera, destacarão os parâmetros que deverão guiar a atuação institucional na preservação dos elementos suporte dos valores atribuídos aos sítios protegidos, defendendo suas qualidades e também identificando ações necessárias à valorização e potencialização de suas vocações (IPHAN, 2010, p. 5).

A proposta aprovada pelo IPHAN-PB fere frontalmente alguns dos princípios básicos formulados pela Carta de Veneza (ICOMOS, 1964) e pela Teoria da Restauração de Cesare Brandi (2004), conforme destacado ao longo da análise crítica empreendida. Finalizamos reforçando, a seguir, alguns dos princípios brandianos sumariamente desconsiderados:

- “A integração deverá ser sempre e facilmente reconhecível; mas sem que por isso se venha a infringir a própria unidade que se visa a reconstruir” (Brandi, 2004, p. 47).
- “Uma lacuna, naquilo que concerne à obra de arte, é uma interrupção no tecido figurativo. Mas contrariamente àquilo que se acredita, o mais grave, em relação à obra de arte, não é tanto o que falta, quanto o que se insere de modo indevido” (Brandi, 2004, p. 48-49).
- “A mais grave heresia da restauração é a restauração fantasiosa” (Brandi, 2004, p. 60).
- “Nem na sede histórica, nem na sede estética se pode legitimar a substituição com uma cópia [...] A cópia é um falso histórico e um falso estético” (Brandi, 2004, p. 86).
- “O adágio nostálgico “Como era, onde estava” é a negação do próprio princípio da restauração, é uma ofensa à história e um ultraje à Estética, colocando o tempo como reversível e a obra de arte como reproduzível à vontade” (Brandi, 2004, p. 89).

Apesar das evidências desanimadoras, finalizamos esta reflexão seguindo na firme convicção de que o único caminho possível para a libertação desse aprisionamento reprimirador, que continua sendo cotidianamente utilizado pelo IPHAN em várias partes do Brasil (Brendle, 2017), é a formação técnica especializada ancorada no ensino atualizado sobre a prática da restauração e da intervenção sobre a preexistência patrimonial. A consolidada ressonância teórica da discussão italiana, especialmente acerca das vertentes crítico-conservativa e da conservação integral, permanece praticamente isolada e desconectada da prática projetual. Seguimos ampliando essa ressonância teórica acreditando na possibilidade futura de um maior número de exemplos que demonstrem também uma ressonância prática consistente.

Referências

ANDRADE JÚNIOR, Nivaldo Vieira de. Tutte le strade portano a Roma: a autonomização do campo da restauração arquitetônica na América Latina e a contribuição da Scuola di Roma. In: AMOROSO, Maria Rita; GUIMARAENS, Cêça; DIAS, Diego; COSTA, Aníbal; TAVARES, Alice (org.). Patrimônio arquitetônico Brasil-Portugal. Rio de Janeiro: Proarq; Aveiro: Universidade de Aveiro, 2020. p. 33-52. Disponível em: https://www.proarq.fau.ufrj.br/public/editor/LIVROS%20ED%20PROARQ/Livro%20Patrim%C3%B4nio%20Arquitet%C3%B4nico%20Brasil-Portugal_2.pdf. Acesso em: 21 jul. 2021.

ANDRADE JÚNIOR, Nivaldo Vieira de. Projeto, memória e ambiência: as intervenções de Paulo Ormindo de Azevedo sobre o patrimônio edificado. In: ARQUIMEMÓRIA - ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO, 4., 2013, Salvador. Anais [...]. Salvador: IAB-BA/UFBA, 2013.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. A restauração arquitetônica entre o passado e o presente. RUA – Revista de Arquitetura e Urbanismo, Salvador, v. 1, n. 8, 2003.

BAREL FILHO, Ezequiel. Lucio Costa em Ouro Preto: a invenção de uma “cidade barroca”. 2013. Dissertação (Mestrado em História da Arte, Património e Turismo Cultural) – Departamento de História, Arqueologia e Artes, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.

BOITO, Camillo. Os restauradores. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl e Paulo Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2002. (Coleção Artes & Ofícios, n. 3).

BOITO, Camillo. *Os restaurados em Arquitetura*. Apresentação, tradução e comentários críticos de Odete Dourado. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, UFBA, 1996. Pretextos, Série b, Memórias, 3.

BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Co-tia: Ateliê Editorial, 2004. (Coleção Artes & Ofícios, n. 5).

BRENDLE, Betânia. *Restauros sem Teoria e a falácia da intervenção oficial na preexistência patrimonial no Brasil: o malogro do IPHAN em Cachoeira-BA e Laranjeiras-SE*. Proposta para o Colóquio Temático: posturas teóricas contemporâneas no campo da restauração e intervenção na preexistência patrimonial: O debate italiano e sua ressonância Brasil. In: ARQUIMEMÓRIA -ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO, 5., 2017, Salvador. Anais [...]. Salvador: IAB-BA/UFBA, 2017.

CABRAL, Renata. *A noção de “ambiente” em Gustavo Giovannoni e as leis de tutela do patrimônio cultural na Itália*. 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2013.

CARBONARA, Giovanni. *Restauro: nodo centrale è la formazione*. Rivista Bimestrale dell'Ordine degli Architetti di Roma e Provincia, Roma, v. 1, n. 84/09, p.31-32, Anno XLIV, luglio-agosto 2009.

CARBONARA, Giovanni. *Avvicinamento al restauro*. Nápoles: Liguori, 1997.

CLEMENTE, J. C. *Ruínas Urbanas no centro histórico de João Pessoa-PB: uma análise a partir da normativa de proteção do patrimônio*. Orientadora: Natalia Miranda Vieira de Araújo. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFRN, Natal, 2017.

COMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA. *Cadastro Técnico de Imóveis: Estudo de Revitalização Integral, Ficha do Imóvel n. 225, Rua da Areia*. 1987. Ficha de Controle 63

CUNHA, Cláudia dos Reis e. *Restauração: diálogos entre a teoria e prática no Brasil nas experiências do IPHAN*. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

DVORAK, Max. *Catecismo da preservação de monumentos*. Tradução de Valéria Alves Esteves de Lima e revisão de Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008. (Coleção Artes & Ofícios, n. 8).

EKERMAN, Sergio. Paulo Ormindo David de Azevedo em seis obras. Projetos, São Paulo, ano 17, n. 198.01, Vitruvius, jun. 2017. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/17.198/6554>. Acesso em: 10 maio 2017.

FARAH, Ana Paula. Restauro arquitetônico: a formação do arquiteto-urbanista no Brasil para preservação do patrimônio edificado – o caso das escolas do Estado de São Paulo. 2012. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FERREIRA, Camila Corsi. Interlocuções entre a prática de restauração de Luís Saia e as teorias de restauro: São Paulo, 1937-1975. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015.

GIOVANNONI, Gustavo. 1873-1947: Gustavo Giovannoni: textos escolhidos. Tradução por Renata Campello Cabral, Carlos Roberto M.de Andrade e Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2013. (Coleção Artes & Ofícios, n. 9).

ICOMOS. Carta de Veneza sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios. Veneza: ICOMOS, 1964. Disponível em: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/11%20Carta%20de%20Veneza%20-%20ICOMOS%201964.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.

IPHAEP. PROCESSO n. 0227/2015 – Processo trata da solicitação de análise de projeto de reforma do imóvel de nº 225, localizado na rua da Areia, Varadouro, João Pessoa/PB. O interessado é o Sr. Luiz Henrique Ribeiro Falcão. IPHAEP, 2015.

IPHAN. Normatização de cidades históricas: orientações para a elaboração de diretrizes e normas de preservação para áreas urbanas tombadas. Brasília: IPHAN, 2010.

IPHAN-PB. PARECER TÉCNICO N. 30/2016 IN: PROCESSO 01408.000364.62016.45 – AUTORIZAÇÃO OBRA, JOÃO PESSOA, RUA DA AREIA, N. 225. 2016.

IPHAN-PB. PARECER TÉCNICO N. 105/2016 IN: PROCESSO 01408.000364.62016.45 – AUTORIZAÇÃO OBRA, JOÃO PESSOA, RUA DA AREIA, N. 225. 2016.

IPHAN-PB. Processo 01408.000364.62016.45 – Autorização Obra, João Pessoa, Rua da Areia, n. 225. 2016.

KÜHL, Beatriz Mugayar; VIVIO, Beatrice; CAMPANELLI, Alessandro Pergoli; CERROTI, Alessandra. Seminário de estudos sobre restauração arquitetônica:

“temas recentes no restauro na Itália”, FAU – Maranhão. *Revista da Pós*, São Paulo, v. 17 n. 27, p. 210-216, jun. 2010.

KÜHL, Beatriz Mugayar. A restauração como campo disciplinar autônomo. *Museu Histórico Nacional*, São Paulo, v. 40, p. 351-373, 2009.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: problemas teóricos de restauro*. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

NAHAS, Patricia Viceconti. *Antigo e novo nas intervenções em preexistências históricas: a experiência brasileira (1980-2010)*. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

NASCIMENTO, J. Clewton; CRUZ, Luana O.; VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda. Reflexões sobre o Entorno de Sítios Históricos Tombados: O Caso do Centro Histórico de Natal. In: ARQUIMEMÓRIA - ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO, 4., 2013, Salvador. Anais [...]. Salvador: IAB-BA/UFBA, 2013.

NERY, Juliana Cardoso; BAFTA, Rodrigo Espinhas. Do Restauro à recriação: as diversas possibilidades de intervenção no patrimônio construído. In: ARQUIMEMÓRIA - ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO, 4., 2013, Salvador. Anais [...]. Salvador: IAB-BA/UFBA, 2013.

PARAÍBA. Decreto estadual nº 9.484/1982. Delimita o perímetro da área tombada a nível estadual, definindo o Centro Histórico da Cidade de João Pessoa, 1982.

PARAÍBA. Decreto estadual nº 25.138/04. Delimita a área tombada como Centro Histórico de João Pessoa a nível estadual e dá outras providências, 2004.

QUINCY, Quatremère. *Cartas a Miranda: sobre o prejuízo que o deslocamento dos monumentos da arte da Itália ocasionaria às artes e à ciência*. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl e Paulo Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2016. (Coleção Artes & Ofícios, n. 10).

RAONY SILVA, Eudes. Memorial Descritivo Imóvel n. 225, Rua da Areia, João Pessoa-PB. (parte integrante do processo 01408.000364/2016-45 do IPHAN-PB). João Pessoa, 2016a.

RAONY SILVA, Eudes. Memorial Descritivo Imóvel n. 225, Rua da Areia, João Pessoa-PB. Versão reformulada. (parte integrante do processo 01408.000364/2016-45 do IPHAN-PB). João Pessoa, 2016b.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. *Preservação e Restauro Urbano: intervenções em sítios históricos industriais*. São Paulo: Fap-Unifesp; Edusp, 2013.

RUSKIN, John. *A lâmpada da memória*. Tradução de Maria Lúcia Bressan Pi-nheiro. Cotia: Ateliê Editorial, 2008. (Coleção Artes & Ofícios, n. 7).

RUSKIN, John. *A lâmpada da memória*. Apresentação, tradução e comentários críticos de Odete Dourado. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, UFBA, 1996. Pretextos, Série b, Memórias, 2.

SCOCUGLIA, Jovanka B. C. *Revitalização Urbana e (re)invenção do centro histórico na cidade de João Pessoa (1987- 2002)*. João Pessoa: Editora UFPB, 2004.

VARAGNOLI, Claudio. *Edifici da Edifici: la ricezione del passato nell'architettura italiana, 1990-2000. L'industria delle costruzioni*, Roma, anno XXXVI, n. 368, p. 4-15, nov./dic. 2002.

VIOLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. Tradução de Beatriz Mугаяр Кюhl. Cotia: Ateliê Editorial, 2000. (Coleção Artes & Ofícios, n. 1).

VIOLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauro*. Apresentação, tradução e comentários críticos de Odete Dourado. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, UFBA, 1996. (PRETEXTOS, Série b, Memórias, 1).

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda. *Materialidade e imaterialidade no patrimônio construído: Brasil e Itália em diálogo*. Recife: Editora UFPE, 2022.

PARTE II

O ensino para a preservação do patrimônio construído – a formação de arquitetos e urbanistas

Apresentação

Flaviana Barreto Lira

O conjunto de reflexões teóricas e filosóficas, aqui denominado teoria da conservação¹, que fundamenta e deve orientar as ações projetuais e de gestão em bens de interesse cultural é amplo, complexo e possui muitos pontos não consensuais. Na atualidade, observa-se, inclusive, certa tendência a posições excessivamente polarizadas, que pouco corroboram o avanço e o refinamento da teoria e seu rebatimento nas ações de conservação. Nesse sentido, a discussão ora proposta perpassa o debate acerca de alguns dos impasses teóricos e metodológicos colocados na contemporaneidade em face de uma noção de patrimônio cada vez mais alargada e que demanda da teoria orientações claras para a tomada de decisões, tanto nas ações de gestão quanto no exercício projetual.

Nesse sentido, esta Parte II da presente publicação se propõe a debater distintas abordagens metodológicas adotadas no ensino da conservação do patrimônio cultural, na graduação em Arquitetura e Urbanismo, em diferentes universidades brasileiras. O objetivo é

¹ Como veremos ao longo dos capítulos desta Parte II, alguns autores utilizarão o termo “conservação” e outros, “restauração”. Sugerimos verificar as considerações realizadas desde o prefácio da presente publicação sobre o uso dos termos “conservação”, “preservação” e “restauração” e a relação destes com o contexto cultural em que se inserem.

identificar práticas exitosas, desafios não superados e temas emergentes referentes ao ensino do projeto e sobre o projeto. Em vários trechos dos capítulos que formam a primeira parte deste livro, os autores destacaram a importância da atenção à formação de arquitetos e urbanistas, a partir de um profundo conhecimento do campo da preservação e seus referenciais teóricos, para o amadurecimento e desenvolvimento da ação projetual em áreas e edifícios de reconhecido valor patrimonial. É exatamente este tema, associado a uma grande ênfase também no conhecimento dos bens e na experimentação do lugar objeto de intervenção, que os próximos capítulos desenvolverão.

Para realizar este debate de modo a contemplar parte da diversidade de olhares e de abordagens praticados no Brasil, o conjunto de capítulos que compõem esta parte traz relatos docentes das regiões Nordeste (UFPE e UFRN), Sudeste (PUC Campinas) e Centro-Oeste (UnB), brevemente sintetizadas nos parágrafos seguintes. Conforme já comentado no prefácio, a maior parte dos capítulos aqui desenvolvidos nasceram a partir da discussão realizada em 2020 por ocasião do Simpósio Temático intitulado “Relação Teoria x Prática Projetual no Ensino da Conservação do Patrimônio Cultural”, realizado durante o VI ENANPARQ, em Brasília. Além das propostas discutidas nesse simpósio, incluímos aqui também um capítulo complementar resultante de tese de doutorado desenvolvida no âmbito do PPGAU-UFRN por ter tido como foco central precisamente o desenvolvimento de habilidades e competências de arquitetos e urbanistas no campo específico da preservação do patrimônio construído. Essa reunião de pesquisadores sobre o tema tem sido também resultado das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa “Patrimônio Cultural: Teoria, Projeto e Ensino”.

O Capítulo 5, de autoria de Natália Vieira-de-Araújo, apresenta a proposta pedagógica de integração curricular do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE, com o foco no 4º ano, ou 7º e 8º semestres, no chamado “ano da Conservação”. A autora apresenta a estrutura curricular de forma detalhada, explicitando como, progressivamente, os alunos vão sendo dotados nas disciplinas de método, teoria e tecnologia dos referenciais necessários para se intervir em

áreas de interesse cultural. A área de intervenção é a mesma para todas as disciplinas e as camadas de diferentes reflexões e conteúdos vão se articulando num processo didático integrador. No 7º semestre, as reflexões se centram na escala urbana e, no 8º semestre, os alunos têm a oportunidade de entrar para a escala da arquitetura na área em que já vêm trabalhando. De acordo com a autora, os projetos “realizados pelos alunos [...] demonstram a importância da reflexão teórica para as tomadas de decisões [...], na medida em que, percebe-se a incorporação dos conceitos trabalhados e a tentativa de aplicação prática destes nas propostas apresentadas”.

Em seguida, Flaviana Barreto Lira, Ana Elisabete Medeiros, Oscar Luís Ferreira e Letícia Naka Cartaxo Mishina apresentam, no Capítulo 6, a abordagem metodológica adotada na disciplina de PROAU, componente do 8º semestre do curso de Arquitetura e Urbanismo da UnB. Aqui a relação antigo versus novo nas escalas arquitetônica e urbana também é o mote. A noção de valor e, vinculada a esta, a de significância cultural, é debatida e operacionalizada por meio de um processo de valoração coletivo do bem, que será objeto de intervenção, realizado em sala de aula. Importa explicar que a disciplina propõe aos alunos uma compreensão integrada entre significância cultural, integridade e autenticidade, pois entender os valores atribuídos e como eles se conectam aos atributos patrimoniais orienta como se deve agir para que sejam restituídas as condições de integridade, afetando o mínimo possível a autenticidade do bem. Assim, a “compreensão dos principais aspectos teóricos e metodológicos da teoria do restauro” e seu rebatimento na prática projetual, por meio de um conjunto de exercícios, tem possibilitado a construção de intervenções conscientes e críticas por parte dos alunos.

O Capítulo 7, de autoria de José Clewton do Nascimento e Eunádia Cavalcante, apresenta uma experiência de integração entre disciplinas da graduação (Curso de Arquitetura e Urbanismo) e da pós-graduação (PPGAU/UFRN) por meio dos componentes curriculares optativos. Os trabalhos são orientados pela compreensão e pela experiência do lugar a partir da sua observação e representação por meio de técnicas de desenho e de colagem, que podem conduzir a um argumento projetual. Discute-se de forma articulada a conformação da

cidade colonial e do barroco brasileiro, relacionando tais aspectos históricos à temática da conservação de áreas de valor patrimonial. São dois os produtos esperados: um painel-síntese de produção coletiva a partir das vivências em campo, no qual “devem ser estabelecidos nexos entre as narrativas construídas por cada um”; e um painel-síntese “com as propostas (no nível de ideias), norteadas pelos nexos estabelecidos pela experiência da visita de campo”.

O Capítulo 8, cujos autores são Ana Paula Farah e José Roberto Merlin, trata da experiência da disciplina de PROJETO F (de 2017 a 2020), ministrada durante o 5º e o 6º semestres da graduação da FAU-PUC-Campinas. De acordo com os autores, a disciplina tem como desafio um projeto na escala arquitetônica, a partir de uma visão integrada com o entorno, por meio do qual os alunos irão refletir sobre o construir no construído, ou ainda, sobre como projetar garantindo o equilíbrio entre o antigo e o novo. A partir da fundamentação teórica do campo do restauro, de acordo com Farah e Merlin, são apresentadas distintas posturas adotadas no trato dos bens culturais, especialmente aquelas identificadas na Itália dos anos de 1990, apontando-se, todavia, para o que hoje parece ser o caminho mais consensual, “a valorização da matéria e/ou a valorização do texto arquitetônico formulado caso a caso”.

O último capítulo desta Parte II, de autoria de Monique Lessa Vieira Olimpio, resultou das reflexões decorrentes da tese de doutoramento da autora, realizada sob a orientação da professora Natália Vieira-de-Araújo, cujo objetivo era a proposição de uma matriz com o conteúdo essencial para a capacitação profissional do arquiteto e urbanista para atuação na preservação do patrimônio construído. A matriz estabelece um diálogo entre a teoria e o exercício projetual em bens culturais no processo de formação desse profissional, no Brasil. No artigo, o foco é promover um diálogo entre as competências que devem ser desenvolvidas, tomando como base o documento que descreve as “Linhas de Orientação sobre a Educação e a Formação em Conservação de Monumentos, Conjuntos e Sítios Históricos” (ICOMOS, 1993).

A partir desse conjunto de artigos, o que se pode observar é que o fio condutor da teoria da conservação perpassa e orienta todas as

experiências de ensino que compõem esta parte da presente publicação. As particularidades teóricas e metodológicas do projeto de conservação demandam a consolidação de uma base mínima junto aos discentes na graduação, a qual deve ser retomada e aprofundada no âmbito da pós-graduação. Por fim, outro aspecto comum às experiências no âmbito da graduação é o fato de que o desafio projetual está basicamente centrado na relação antigo versus novo, tanto na escala da arquitetura quanto na do urbanismo.

Referência

ICOMOS. *Linhas de Orientação sobre a Educação e a Formação em Conservação de Monumentos, Conjuntos e Sítios Históricos.* 10th General Assembly Colombo Proceeding. Sri Lanka, 1993. Disponível em: <http://openarchive.icomos.org/1679/1/AG1993.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.

CAPÍTULO 5

O papel da teoria na prática projetual de intervenção em áreas de valor patrimonial

O “ano da conservação” na experiência didática da UFPE¹

Natália Miranda Vieira-de-Araújo

Arquitetura e Urbanismo na UFPE: entre a tradição e a inovação, em busca do ensino integrado

A reflexão aqui proposta parte do pressuposto de que a fundamentação teórica é um passo indispensável para uma prática projetual consistente em áreas de valor patrimonial. Discutimos, então, uma proposta de ensino que visa ao alcance dessa aproximação e complementariedade entre as disciplinas teóricas e projetuais que tratam da questão da preservação patrimonial, dentro do contexto do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE.

O projeto pedagógico ora em curso na UFPE começa a ser implementado em 2010 e parte, entre outras coisas, do princípio básico da integração entre as diversas disciplinas e conteúdos ministrados em cada período do curso de Arquitetura e Urbanismo. A discussão sobre a importância da integração entre conteúdos e formas pedagógicas

¹ Neste texto retomaremos e ampliaremos as reflexões já apresentadas pela autora e discutidas com os colegas que participaram do Simpósio Temático coordenado pela professora Flaviana Lira no VI Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, realizado em Brasília em 2021. Aqui a discussão gira em torno da experiência de integração entre as disciplinas de teoria e de projeto no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE, especialmente como esta acontece ao longo do ano dedicado ao tema da "Conservação".

para o seu alcance já possui uma história longa nesses cursos desde, pelo menos, a década de 1990. Destaca-se, nesse campo, o pioneirismo da proposta implantada no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN já em 1990 (Vieira-de-Araújo; Oliveira; Cavalcante, 2015).

No caso do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE, estamos tratando aqui de um dos primeiros cursos de arquitetura do país, nascido da Escola de Belas Artes de Recife, ainda em 1932, que passa a ser oficialmente reconhecido e emitir diplomas válidos em todo o território nacional a partir de 1945 (Decreto nº. 19.903 de 14/II/1945). A Faculdade de Arquitetura propriamente dita será oficializada em 1958, com início de funcionamento em 1959. Um curso que, durante as décadas de 1950 a 1970, tornou-se referência nacional, contando com grandes nomes da arquitetura entre seu corpo docente. Os benefícios e malefícios dessa tradição e longevidade se viram nos anos seguintes. Por ocasião da realização da revisão para a implantação da atual estrutura curricular, o corpo docente envolvido nessa revisão destacou a existência de práticas pouco producentes como a ausência, até aquele momento, de uma cultura de avaliação sistemática do curso e a realização do que se pode chamar de um “currículo invisível”, que não correspondia ao projeto pedagógico oficial.²

O curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE já passou por 16 estruturas curriculares (em 1933, 1955, 1958, 1960, 1961, 1963, 1965, 1967, 1968, 1969, 1970, 1972, 1978, 1986.1, 1986.2 e 1995), sendo a atual e 17^a estrutura resultante de um longo processo de discussão que durou de 2001 a 2009 e cuja implantação iniciou em 2010. O processo de construção dessa proposta passou por diversas coordenações e, segundo o corpo docente diretamente envolvido em sua construção, foi realizado de forma bastante aberta e participativa,

2 Essa identificação do chamado “currículo invisível” e da cultura estabelecida está registrada no documento final do Projeto Pedagógico: “A avaliação das condições reais de ensino/aprendizagem requer o conhecimento do ‘currículo invisível’, ou seja, daquele que, apesar das ementas, é de fato praticado em sala de aula. Essa avaliação é, no entanto, mais difícil. A nossa instituição nunca teve a prática de desenvolver um sistema de avaliação do desempenho das atividades das diversas disciplinas. Mais grave ainda é a inadimplência da grande maioria dos docentes quanto à submissão dos seus planos de curso e relatórios de atividades das disciplinas ministradas, impossibilitando uma avaliação, mesmo que parcial, do conjunto das ações. A Coordenação do Curso apenas recebe, quase sempre informal e parcialmente, avaliações do corpo discente e de alguns docentes” (UFPE, 2010, p. 30).

conforme o relato registrado no Projeto Pedagógico sobre as discussões (Projeto Pedagógico AU UFPE, 2010).

Desde esse longo processo de revisão que culminou com a estrutura curricular implantada em 2010, o curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE tem se empenhado em consolidar essa prática de avaliação sistemática com a apresentação e aprovação dos planos de curso a cada semestre pela sua coordenação e atividades sistemáticas conduzidas pelo seu Núcleo Docente Estruturante. Esta avaliação sistemática levou à realização de uma atualização parcial do projeto pedagógico, que foi revisado e aprovado pelo colegiado do curso em 30 de novembro de 2016 e hoje encontra-se em curso uma revisão total, mas que segue a mesma filosofia central da estrutura atual. Os ajustes em discussão têm por objetivo otimizar os resultados e vêm sendo amplamente debatidos com alunos e professores desde 2019.³

A estrutura geral proposta organiza o curso, anualmente, em “três blocos de formação”, que são atualmente chamados de *Capo* (que corresponde ao 1º ano), *Segno* (que vai do 2º ao 4º ano), e *Coda* (que corresponde ao 5º e último ano). Essa mesma nomenclatura, tomada emprestada da música, foi utilizada para a organização dos componentes curriculares ao longo de cada ano e de cada período. Para cada ano se estabeleceu um norte geral para a natureza do problema a ser discutido e, ao início do ano, realiza-se o *Capo* como um grande momento geral de apresentação desse problema que será tratado ao longo de todo o ano. Em meados de cada período, acontece a atividade de *Segno* como um grande momento integrador parcial e, ao final, outro momento integrador é o *Coda*, com a apresentação e reflexão sobre o resultado alcançado ao longo do semestre. Entre *Capo*, *Segnos* e *Codas*, se organizam os demais componentes dos dois semestres de cada ano entre o que se chamou de “disciplinas de integração (de caráter propositivo – projeto de edificações, do urbano e da paisagem)”, “disciplinas instrumentais” e “disciplinas conceituais”, sendo estes dois últimos tipos de disciplinas normalmente organizados em módulos de 15 horas (Amorim et al., 2014). Explicaremos melhor essa estrutura a partir do exemplo do 4º ano, o ano cujo norte geral é a Conservação, que chamaremos a partir de agora de: “o ano da Conservação”.

³ A revisão em curso tem previsão para ser finalizada em 2024 e é conduzida pelo Núcleo Docente Estruturante do qual a autora faz parte.

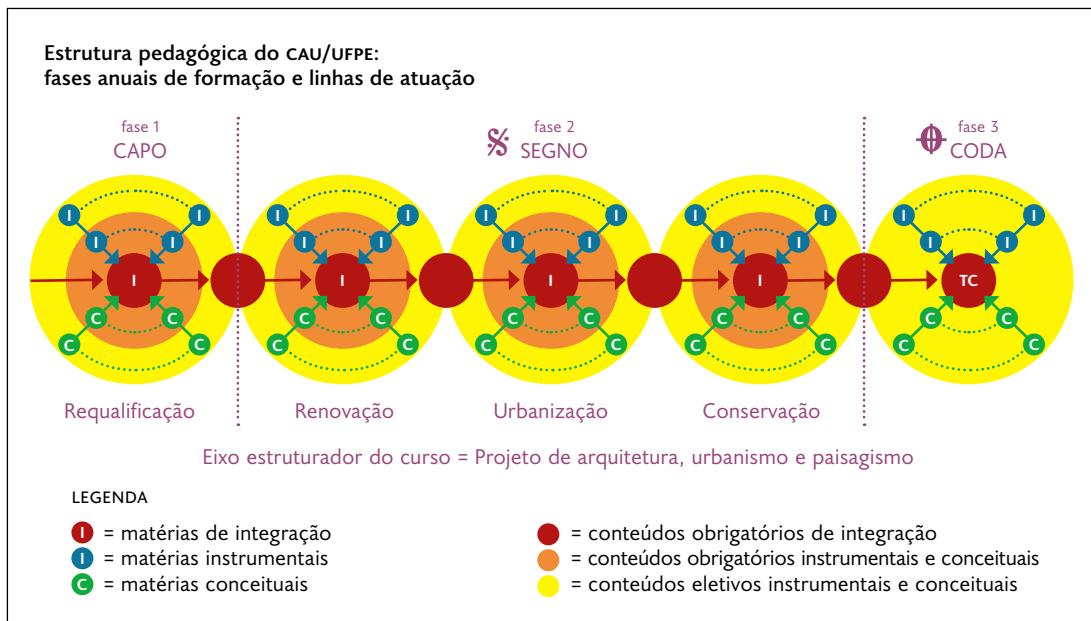


FIGURA 1 Estrutura Pedagógica do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE, segundo Projeto Pedagógico implantado a partir de 2010. Fonte: UFPE (2010, p. 41).

Antes de adentrar no ano da Conservação propriamente dito, chamamos atenção para os temas centrais que orientam os demais anos: sendo o 1º ano voltado para a “Requalificação”⁴, o 2º ano voltado para a “Renovação”⁵, o 3º ano inicialmente nomeado como “urbanização”, como ainda se vê na Figura 1, e depois renomeado para “Expansão”⁶,

-
- 4 As disciplinas de Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo I e II têm como “tema central a requalificação de objetos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos, segundo procedimentos de descrição, retrospecção, avaliação, prospecção e implementação, para atender às demandas contemporâneas de uso” (UFPE, 2010, p. 59). As demais disciplinas deste primeiro ano procuram realizar um trabalho o mais integrado possível com esse tema.
- 5 As disciplinas de Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo III e IV têm como “tema central a renovação objetos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos, com ênfase na substituição de estruturas existentes para atender às demandas contemporâneas de uso e a sustentabilidade dos empreendimentos” (UFPE, 2010, p. 59). Da mesma forma do primeiro ano, as demais disciplinas do segundo ano procuram realizar um trabalho o mais integrado possível com o tema do ano.
- 6 As disciplinas de Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo V e VI têm como “tema central a expansão (urbanização)

para então chegar ao 4º ano, dedicado à “Conservação”.⁷ Fica claro, portanto, que a questão do “construir no construído” faz parte das discussões desde o momento em que os alunos ingressam no curso, sendo que no 4º ano é adicionada a problemática do reconhecimento do valor patrimonial do construído que vai sofrer intervenção e o que isso muda na maneira de olhar para o projeto e de desenvolvê-lo. Por fim, o 5º ano do curso tem o tema livre para o desenvolvimento individual dos Trabalhos de Curso pelos alunos, que finalizam com uma defesa pública necessariamente com a participação de um examinador externo ao departamento.

O ano da Conservação: integrando projeto e teoria

O ano da Conservação, 4º ano do curso, é iniciado com a atividade do Capo 4, que apresenta o problema a ser enfrentado durante aquele ano. Para que este momento possa acontecer, no final do semestre anterior, os professores responsáveis pelos 7º e 8º períodos se reúnem para estabelecer as metas do ano seguinte, bem como a área e sítio patrimonial que deverá ser objeto de estudo e de atividade projetual. No 7º período, temos como “disciplinas instrumentais”: Métodos e Técnicas de Pesquisa em Arquitetura Urbanismo e Paisagismo 4, Tectônica 7 e Técnicas Retrospectivas; como “disciplinas conceituais”: Estudos Socioeconômicos e Ambientais 4, História da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo 7 e Teoria da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo 7. E, além das atividades integradoras de Capo 4, Segno 7 e Coda 7, temos as disciplinas integradoras de Planejamento Urbano e Regional 4 e de Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo 7, sendo estas duas últimas o “carro-chefe” da perspectiva de organização do semestre a partir da integração dos diversos conteúdos. Já no

de áreas não ocupadas para o observando as demandas contemporâneas de uso e sua sustentabilidade, observando as escalas arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas” (UFPE, 2010, p. 59). Seguindo a lógica dos anos anteriores, as demais disciplinas desse terceiro ano procuram realizar um trabalho o mais integrado possível com o tema.

7 As disciplinas de Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo VII e VIII têm como “tema central a conservação de objetos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos, segundo as teorias e práticas da conservação integrada e para atender às demandas contemporâneas de uso” (UFPE, 2010, p. 59). Também no quarto ano, as demais disciplinas buscam realizar um trabalho o mais integrado possível com o tema do ano.

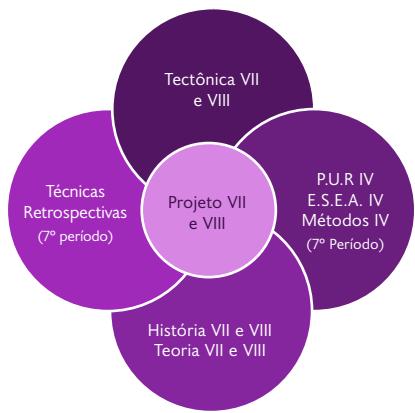


FIGURA 2 4º ano - 7º e 8º períodos - o Ano da “Conservação” no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE e suas disciplinas obrigatórias que devem funcionar de forma integrada.
Fonte: Elaborado pela autora.⁸

8º período, temos como “carro-chefe” da integração a disciplina de Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo 8; como “disciplina instrumental”: Tectônica 8 e como “disciplinas conceituais”: História da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo 8 e Teoria da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo 8, além de Estética e História das Artes. Sem esquecer também das disciplinas integradoras de Segno 8 e Coda 8.

A proposta pedagógica prevê a participação do maior número possível de professores das diversas disciplinas ministradas nos semestres ao longo das atividades de Capo, Segno e Coda. A Figura 2 resume graficamente as disciplinas que têm o objetivo de trabalhar da forma mais integrada possível ao longo do 4º ano. Nossa reflexão aqui estará centrada especialmente na relação entre a disciplina de Teoria da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo 8 (doravante, nos referimos a essa disciplina como Teoria 8) e a de Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo 8 (doravante, nos referimos a essa disciplina como Projeto 8). Comentaremos também brevemente a contribuição de Métodos e Técnicas de Pesquisa da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo 4 (doravante, referimo-nos a essa disciplina como Métodos 4) para Projeto da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo 7 (doravante, nos referiremos a essa disciplina como Projeto 7).⁹

8 Além das disciplinas cuja proposta é o funcionamento integrado que estão dispostas na Figura 2, ainda temos ao longo deste ano a disciplina de Estética e História das Artes.

9 As análises aqui apresentadas baseiam-se na nossa experiência à frente da disciplina de Métodos 4 de 2020.1 até 2022.1 e da disciplina de Teoria 8 desde 2017.1 até o momento presente (2020.2). Lembrando que em 2019.2 e 2020.1 estivemos em afastamento para desenvolvimento da pesquisa de Pós-Doutoramento na Università di Roma Sapienza, retomando as atividades na UFPE em 2020.2.



FIGURAS 3 E 4 Exemplos de maquetes físicas de trechos do recorte empírico realizadas pelos alunos de Projeto 7 em 2022.1. Fonte: Natália Vieira-de-Araújo (2022).

No 7º período, primeira parte do ano da Conservação, os alunos iniciam o estudo da área a ser objeto de intervenção realizando então toda a leitura e reflexão urbanística a respeito dela. Normalmente se realiza coletivamente uma grande maquete de estudos em escala reduzida para todo o trecho do recorte empírico. Ao longo do semestre, divididos em equipes, os alunos trabalharão a partir da subdivisão do recorte em áreas menores que deverão ser objeto de intervenção por cada equipe de alunos. A escolha das subáreas é realizada pelas próprias equipes a partir das análises por elas realizadas. Por isso, temos nesse período a disciplina de Planejamento Urbano e Regional 7, que acontece concentrada ao início do semestre, pois o trabalho realizado para esta será a base para o trabalho a ser desenvolvido em Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo 7.

Nesse período, os alunos cursarão ainda a disciplina de Métodos IV, que foca nas técnicas de observação, pesquisa documental, indagação para a

coleta de informações, busca de identificação dos valores da área e de análises a partir dos conceitos de autenticidade, integridade e significância; Tectônica VII, que foca na recuperação de edificações históricas e na recuperação e consolidação de estruturas históricas (alvenaria, coberta, fundações); Teoria VII, focando em teorias sobre patrimônio histórico, preservação e conservação, nesse semestre com foco nas intervenções sobre a escala urbana e com grande atenção à contribuição de teóricos como Gustavo Giovanonni; e, finalmente, Técnicas Retrospectivas, que foca em questões práticas do projeto de conservação, do restauro e da intervenção, mais especificamente nos procedimentos para a realização de instrumentos como um mapa de danos.

No 7º período, costuma-se provocar uma reflexão da área a partir dos conceitos de significância, autenticidade e integridade, sendo realizado todo o processo de valoração e entendimento de significância cultural da área toda. A orientação, então, segue o princípio de que quanto mais valorada uma área, a ação de intervenção precisa ser mais conservativa. Essa reflexão teórico-metodológica é desenvolvida na disciplina de Métodos 4, que solicita aos alunos um trabalho final que pretende embasar a proposta de projeto urbano a ser realizada em Projeto VII.

Até a realização da atividade de integração intermediária, denominada como Segno, as equipes desenvolvem uma série de mapas temáticos para a área, procuram identificar quais os atributos da área e de que forma eles são valorados. Os alunos costumam desenvolver fotomontagens com a apreensão da área e as expectativas do grupo e apresentar o conceito projetual de cada equipe:

SUMÁRIO	
1. LEVANTAMENTO HISTÓRICO E ICONOGRÁFICO	
2. IDENTIFICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO INCIDENTE	
3. IDENTIFICAÇÃO DOS ATRIBUTOS VALORATIVOS DE SÃO JOSÉ	
4. IDENTIFICAÇÃO DOS VALORES PATRIMONIAIS	
5. CONDIÇÕES DE AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E SIGNIFICÂNCIA CULTURAL DOS ATRIBUTOS	
5.1 PÁTIO DO TERÇÔ	
5.2 CASA DE BADIA	
5.3 SAMBA SABERÉ	
5.4 BASÍLICA DA PENHA	
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	

SUMÁRIO	
1. METODOLOGIA.....	4
2. LEITURA DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.....	5
3. LEITURA MORFO-TIPOLOGICA DE SÃO JOSÉ.....	8
4. IDENTIFICAÇÃO DOS ATRIBUTOS VALORATIVOS DA ÁREA E ANÁLISE SINTÉTICA DA INTEGRIDADE E AUTENTICIDADE DOS BENS.....	14
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	28

FIGURAS 5 E 6 Exemplos de sumários de trabalhos realizados pelos alunos de Métodos 4 em 2022.2. Fonte: trabalhos entregues à autora pelos alunos de Métodos 4 em 2022.2.

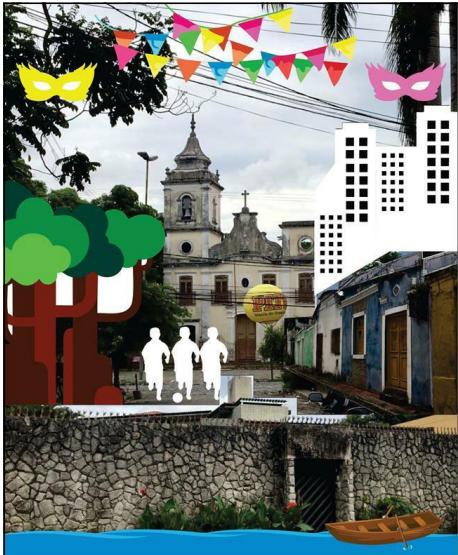


FIGURA 7 Exemplo de painel síntese com fotomontagem conceitual realizado pelos alunos de Projeto 7 em 2019.¹ quando o recorte de estudos era o Poço da Panela. Fonte: GE 10 ("Grupo de Estudos 10" - equipe de alunos), 7º período, 2019.1.

Apreensões

- Atributos: Casario, Igreja da Nossa Senhora da Saúde, Vegetação e o Rio Capibaribe, agremiações carnavalescas;
- Levar a vitalidade da Zeis ao resto do Poço;
- Navegabilidade do rio como potencial;
- Conectar o Poço através dos caminhos: destacar elementos da paisagem (casarios, Igreja N.S.S, edf. históricas), aumentar o número de fachadas ativas e de vegetação nas ruas;
- Trabalhar os telhados das edificações, paginação das calçadas e das ruas.

Após esse momento de integração intermediária e com base nos comentários aí realizados, os alunos desenvolverão, até a atividade de integração que fecha o semestre, o *Coda*, uma maquete física da área objeto de intervenção e o projeto urbano conduzido pelos valores identificados. Todo o trabalho desenvolvido durante o 7º período servirá de base para o desenvolvimento das reflexões do 8º período.¹⁰ Durante o 8º período, na disciplina de Projeto 8, os alunos trabalharão na mesma área já estudada ao longo do 7º período, mas agora realizando exercícios projetuais individuais ou, no máximo, em dupla, e em recortes menores e mais específicos, refletindo sobre a intervenção em um edifício específico ou mesmo

¹⁰ A equipe de professores responsáveis pela disciplina integradora de Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo 7 tem variado bastante de composição, mas tem tido sempre a professora Ana Rita Sá Carneiro como coordenadora. O mesmo acontece com a disciplina de Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo 8, que tem sido sistematicamente coordenada pela professora Maria de Jesus Leite, contando com variada composição de docentes.

enfrentando o problema do preenchimento de uma lacuna em um contexto de valor patrimonial.

A partir de 2017.1, assumimos a disciplina de Teoria 8, do 8º período, ou seja, nesta segunda metade do ano dedicado à Conservação e com a incumbência de construir junto com os alunos uma reflexão acerca das vertentes teóricas do campo da restauração e como estas se refletem operacionalmente em posturas de intervenções sobre ambientes e edifícios de reconhecido valor patrimonial. Tal reflexão deve auxiliá-los nas tomadas de decisões necessárias ao desenvolvimento de seus projetos. Vale salientar que, durante todo esse período, além da disciplina de teoria, sempre participamos das atividades de integração denominadas Segno 8 e Coda 8.

O módulo de 15 horas em que é ministrada a disciplina de Teoria 8 acontece no início do semestre e finaliza logo antes da realização do Segno 8, ficando apenas a entrega e apresentação final do trabalho da disciplina para após essa atividade de integração intermediária.

Durante esse intenso módulo, trabalhamos essencialmente as contribuições teórico-metodológicas do campo do restauro, especialmente a partir do 2º Pós-Guerra, quando se desenvolve o moderno conceito de restauro para o qual a contribuição de Cesare Brandi (2004) é central. A disciplina se propõe, portanto, a aprofundar os princípios teóricos brandianos com ênfase em seus parâmetros para a prática projetual. Após esse aprofundamento, o foco da reflexão volta-se às posturas intervencionistas a partir de uma abordagem de “escalas de intervenção” desenvolvida pela autora – publicada pela primeira vez em Vieira-de-Araújo (2014) e com continuidade de amadurecimento em publicações posteriores. Utilizamos como referência as discussões de diversos autores que lidam com a identificação de posturas de intervenção e com a relação entre o antigo e o novo no ambiente construído. Destacam-se nesse contexto autores como Giovanni Carbonara (2011); Claudio Varagnoli (2002); Tiesdell, Oc e Heath (1996), entre vários outros. Também trabalhamos os conceitos de autenticidade e integridade, dando continuidade às discussões realizadas em Métodos 4, e focando na relação operacional destes com as posturas intervencionistas discutidas (Vieira-de-Araújo, 2008; Jokilehto, 2006; Loretto, 2016; Lira, 2017). As reflexões sempre atentam para a complementariedade

entre materialidade e imaterialidade, dando subsídios para uma proposta de intervenção projetual que prime pela identificação dos valores do lugar objeto de intervenção a partir da experiência do lugar (Lira, 2017; Vieira-de-Araújo, 2022).

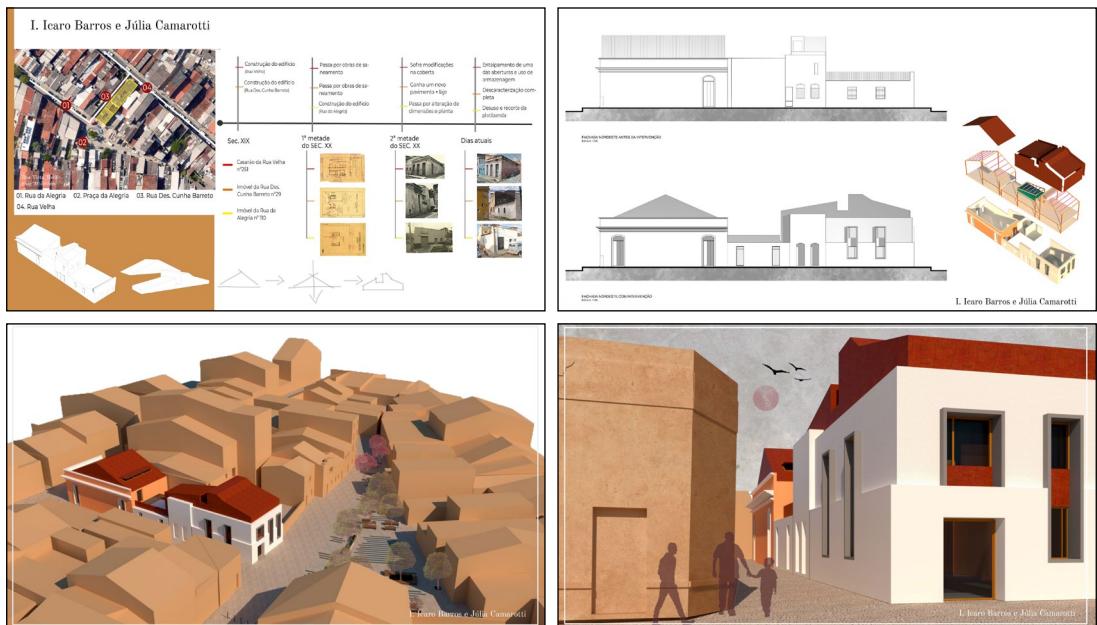
Desde o início, coloca-se com clareza que o objetivo da disciplina é dar suporte e subsídios para a tomada de decisão no exercício projetual que será desenvolvido, em dupla ou individualmente, em Projeto 8. Assim, solicita-se aos alunos a entrega de um trabalho final escrito que avaliará o conhecimento das teorias apresentadas e analisadas e os fundamentos teóricos que embasaram as concepções projetuais por eles desenvolvidas. Os alunos devem apresentar o projeto em desenvolvimento em Projeto 8 e explicar suas decisões projetuais, explicitando como o arcabouço teórico trabalhado durante a disciplina foi mobilizado nesse processo de tomada de decisão. Caso exista algum aluno na turma que esteja desperiodizado e não se encontre cursando Projeto 8 simultaneamente a Teoria 8, existem duas alternativas: para alunos que já fizeram Projeto 8, é solicitada a análise crítica do projeto desenvolvido a partir dos aportes teórico-metodológicos discutidos em Teoria 8, e para alunos que ainda irão cursar Projeto 8 no futuro, é solicitado que eles selecionem um projeto de intervenção em território brasileiro para a realização da análise crítica.¹¹

As posturas de intervenção contemporânea em áreas de valor patrimonial são apresentadas a partir das colocações dos autores trabalhados e discutidas especialmente a partir da análise conjunta entre professora e alunos de projetos de intervenções já realizados. Os alunos são estimulados a identificar qual a postura adotada em cada projeto e como é possível identificar tais posturas a partir de decisões projetuais tomadas pelos arquitetos responsáveis por tais intervenções. Durante essas análises conjuntas, os alunos também podem trazer questões projetuais que estão enfrentando no desenvolvimento de seus projetos para a discussão coletiva.

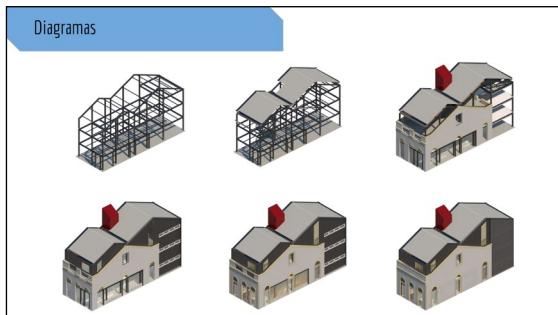
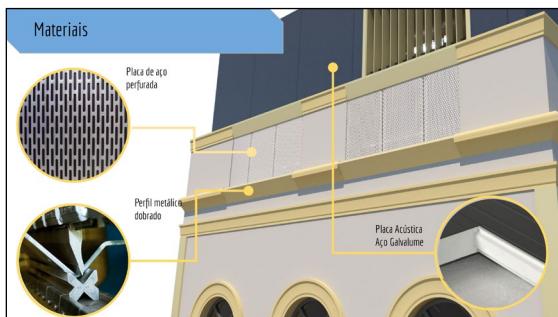
¹¹ Todo o projeto pedagógico se baseia no princípio de integração entre disciplinas e temos que deixar claro aos alunos que eles se beneficiarão de forma mais estrutural dessa estratégia pedagógica caso realizem todas as disciplinas previstas para cada período. Por outro lado, não é possível imaginar que essa será a situação de 100% dos alunos e é preciso haver flexibilidade para a realização das disciplinas mesmo para os alunos que não as cursam em bloco.

Os exercícios projetuais realizados pelos alunos ao longo desses semestres demonstram a importância da reflexão teórica para as tomadas de decisões apresentadas em Segno 8 e Coda 8, na medida em que se percebe a incorporação dos conceitos trabalhados e a tentativa de aplicação prática destes nas propostas apresentadas. As imagens a seguir apresentam a sistematização final de dois projetos de intervenção desenvolvidos por alunos que fizeram concomitantemente Projeto 8 e Teoria 8 no semestre letivo de 2021.1:

FIGURAS 8, 9, 10 E 11 Pranchas para a apresentação do projeto desenvolvido pela dupla de alunos Icaro Barros e Júlia Camarotti em Projeto 8 com o suporte de Teoria 8 em 2021.1, quando o recorte de estudos era um trecho da Boa Vista. Fonte: apresentação em *Powerpoint* para a disciplina de Teoria 8 com as pranchas confeccionadas pelos alunos, 8º período, 2021.1.



FIGURAS 12, 13, 14, 15 E 16 Pranchas para a apresentação do projeto desenvolvido pelo aluno André Campelo em Projeto 8 com o suporte de Teoria 8 em 2021.1, quando o recorte de estudos era um trecho da Boa Vista. Fonte: apresentação em Powerpoint para a disciplina de Teoria 8, com as pranchas confeccionadas pelo aluno, 8º período, 2021.1.



Ambos os exercícios projetuais acima apresentados demonstram a preocupação dos alunos com a compreensão do processo de transformação por que as edificações objeto de estudo passaram ao longo do tempo e com a forma como elas se inserem no contexto urbano reconhecido por características histórico-culturais que merecem atenção na definição do projeto de intervenção. Em ambos é perceptível a tomada de decisões com o interesse de preservar condições espaciais que valorizam o conjunto urbano sem que para isso seja necessário abrir mão da criatividade na solução proposta. Para a tomada final da decisão, no segundo caso, também são apresentados os vários estudos realizados até a definição final da proposta. Em ambos os casos, os alunos relacionam claramente os resultados projetuais com os princípios conservativos trabalhados em Teoria 8 e expressamente identificados no trabalho escrito entregue ao final da disciplina.

Considerações finais

Após o exposto até aqui, talvez o mais importante a se destacar na experiência do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE seja a sua exemplaridade ao oferecer um ano inteiro de formação profissional em que todas as disciplinas se voltam para a questão da preservação, quando as Diretrizes Curriculares nacionais exigem apenas uma única disciplina para essa formação específica. Não se trata de diminuir o espaço de outros conteúdos necessários à formação profissional, mas de articulá-los ao tema da preservação. Trata-se, na verdade, de buscar a concretização da superação da cisão que se estabeleceu e se consolidou especialmente ao longo da primeira década do século xx entre a “cultura do projeto” e a “cultura do restauro”, alerta já levantado por vários autores (Mesa [...], 2020; Varagnoli, 2002; Vitale, 2010).

Também é importante ressaltar que este projeto pedagógico, aprovado em 2010, bebe da fonte das reflexões desenvolvidas ao nível da pós-graduação vinculada ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE. Estamos falando da Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano que completou 45 anos em 2020¹² e está hoje

¹² O programa teve início em 1974 com o curso de Mestrado Acadêmico, quando se chamava ainda Mestrado de Desenvolvimento Urbano, ganhando a sigla de MDU. O nível do doutorado foi iniciado em 1998. Pela força e importância nacional do programa

composta por 3 linhas de pesquisa: Planejamento e Gestão; Arquitetura e Urbanismo e Conservação Integrada. Não há dúvida de que as reflexões dos professores da linha de Conservação Integrada na pós-graduação, também atuantes na graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo, influenciaram essa concepção do projeto pedagógico da graduação.

O esforço em prol da integração dos conteúdos das disciplinas e os resultados alcançados têm demonstrado que este é o caminho a se seguir em prol de uma formação profissional consistente para a intervenção contemporânea em áreas de valor patrimonial. Apesar dos desafios para a implementação de uma proposta baseada no princípio da integração que pressupõe uma capacidade de articulação fina entre os diferentes professores envolvidos em um mesmo período a cada semestre letivo, o esforço tem sido recompensado. A certeza que se consolida com a experiência dos últimos anos, especialmente a partir da articulação entre as disciplinas teóricas e projetuais, é a de que a consistência teórica e boa capacidade projetual são requisitos importantes para o alcance de projetos conservacionistas de qualidade. Não se esquecendo, porém, de que estes requisitos têm mais chance de se tornarem realidade quando investimos na formação e alimentação de alunos e professores por uma ampla cultura arquitetônica e urbanística. Seguimos aprimorando nossas experiências didáticas na busca de contribuir para a superação de uma visão da prática preservacionista como algo apartado da discussão projetual.

Referências

AMORIM, Luis; LEITE, Maria de Jesus; GONÇALVES, Gilson; CARREIRO, Patrícia. Conceito, instrumento, integração: postulados pedagógicos do CAU/UFPE. In: ENSEA - ENCONTRO NACIONAL SOBRE ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO, 33., 2014, Balneário Camboriú. Anais [...]. Balneário Camboriú: ABEA/UNIVALE, 2014. v. 1. p. 210-223.

desde as suas primeiras décadas de atuação, mesmo após a inclusão do doutorado, seguiu-se utilizando a sigla MDU para se referir a ele.

AMORIM, Luis; LOUREIRO, Claudia; LEITE, Maria de Jesus. Uma pedagogia para o ensino do arquiteto e urbanista: o caso UFPE. In: ENSEA - ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ARQUITETURA, 18., 2002, Belo Horizonte. Anais [...]. Rio de Janeiro: ABEA, 2002.

BRANDI, Cesare. Teoria da Restauração. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Co-tia: Ateliê Editorial, 2004. (Coleção Artes & Ofícios, n. 5).

BRASIL. Decreto nº 19.903, de 14 de novembro de 1945. Concede reconhecimento a curso da Escola de Belas Artes de Pernambuco. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-19903-14-novembro-1945-479427-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 maio 2025.

CARBONARA, Giovanni. Architettura d'oggi e restauro: un confronto antico-nuovo. Torino: UTET Scienze Tecniche, 2011.

JOKILEHTO, Jukka. Considerations on Authenticity and Integrity in World Heritage Context. *City & Time*, Recife, v. 2, n. 1. 2006.

LIRA, Flaviana B. Da natureza complexa dos bens culturais: a indissociabilidade entre significância cultural, integridade e autenticidade. In: – ARQUIMEMÓRIA - ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE PATRIMÔNIO EDIFICADO, 5., 2017, Salvador. Anais [...]. Salvador: Departamento da Bahia do Instituto dos Arquitetos do Brasil/UFBA, 2017.

LORETTTO, Rosane Piccolo. As [des] venturas da integridade no patrimônio Mundial. 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MESA redonda 4: Teoria e Projeto do restauro. [s. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (2h 06 min). Publicado pelo canal Ieds Instituto. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DMHCrygIWVE>. Acesso em: 1º ago. 2020.

TIESDELL, Steven; OC, Taner; HEATH, Tim. Revitalizing Historic Urban Quarters. Oxford: Architectural Press, 1996.

UFPE. Colegiado do curso de Arquitetura e Urbanismo. Projeto Pedagógico: curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPE, 2010. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/863552/863575/ppc_arquitetura_rev_2016.pdf/87dcoc8a-79f7-46b6-9dab-a65f31fo9914. Acesso em: 14 dez. 2022

VARAGNOLI, Claudio. Edifici da Edifici: la ricezione del passato nell'architettura italiana, 1990- 2000. L'industria delle costruzioni, Roma, ano XXXVI, n. 368, p. 4-15, nov./dez. 2002.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda. Materialidade e imaterialidade no patrimônio construído: Brasil e Itália em diálogo. Recife: Editora UFPE, 2022.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália M.; OLIVEIRA, Giovana P.; CAVALCANTE, Eunádia. O “Projeto Integrado” no CAU-UFRN: o amadurecimento de uma prática pioneira de integração curricular. In: CADERNOS ABEA 40 - XXXIV ENSEA/XVIII CONABEA: Qualidade no ensino de Arquitetura e Urbanismo: inovação, competências e o papel do professor, 2015, Natal. Anais [...]. Natal: ABEA, 2015. p. 490-501.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda. Posturas Intervencionistas Contemporâneas e a Prática Brasileira Institucionalizada. In: ENANPARQ - ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO ARQUITETURA, CIDADE E PROJETO: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA, 3., 2014, São Paulo. Anais [...]. Campinas: Universidade Presbiteriana Mackenzie e Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2014.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda. Integridade e Autenticidade: conceitos-chave para a reflexão sobre intervenções contemporâneas em áreas históricas. In: ARQUIMEMÓRIA - ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE PATRIMÔNIO EDIFICADO, 3., 2008, Salvador. Anais [...]. Salvador: Departamento da Bahia do Instituto dos Arquitetos do Brasil/UFBA, 2008.

VITALE, Maria Rosaria. Contrasto, analogia e mimesi: l'intervento sul costruito e le istanze della conservazione. In: FERLENGA, Alberto; VASSALLO, Eugenio; SCHELLINO, Francesca (org.). Antico e nuovo: architetture e architettura. Padova: Il Poligrafo, 2010. p. 991-1009. v. 2.

CAPÍTULO 6

A significância cultural como ponto de partida para o ensino do projeto em bens de interesse cultural A experiência da disciplina de PROAU, FAU/UnB¹

Flaviana Barreto Lira

Ana Elisabete Medeiros

Oscar Luís Ferreira

Letícia Naka Cartaxo Mishina

Introdução

No curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, o último componente da cadeia de Projeto, Expressão e Representação, anterior apenas ao Trabalho Final de Graduação, consiste na disciplina de Projeto de Arquitetura e Urbanismo: Técnicas Retrospectivas (PROAU 8). A disciplina trata, fundamentalmente, da relação antigo versus novo, nas escalas arquitetônica e urbana e, com isso, visa conferir o domínio teórico e prático sobre soluções tecnológicas, legislativas e processuais para as intervenções sobre bens ou conjuntos arquitetônicos. Entre semestres, os docentes buscam intercalar um objeto moderno com outro da arquitetura dita tradicional.

¹ O artigo que compõe este capítulo foi também parte do simpósio temático coordenado pela professora Flaviana Lira no VI Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, realizado remotamente em 2021. Apresenta-se aqui a experiência da disciplina de Projeto de Arquitetura e Urbanismo: Técnicas Retrospectivas (PROAU 8), componente obrigatório do curso de Arquitetura e Urbanismo da FAU/UnB, com o objetivo de abordar suas particularidades teóricas, metodológicas e didáticas e como foi se transformando e adequando seus conteúdos no tempo, de modo a se manter em sintonia com os princípios contemporâneos do campo da preservação do patrimônio.

Com este nome e formato, a disciplina existe há aproximadamente 20 anos na FAU/U_nB. Foi originalmente criada pelo professor Andrey Rosenthal Schlee e ofertada inicialmente por ele, em parceria com os professores Ana Elisabete Medeiros e Oscar Ferreira.

Não se trata de uma disciplina de restauro, mas busca sensibilizar os alunos sobre a temática, por meio do contato com a teoria, com casos bem-sucedidos, e com aqueles que, mesmo autodenominados restauro, não se pautam pelos princípios que balizam a teoria da restauração.

A intenção de PROAU é, portanto, sensibilizar o olhar do aluno acerca do compromisso histórico e ético que temos com o legado material que herdamos das gerações passadas, fazê-los experimentar desafios pontuais ao se intervir em bens de interesse cultural, com a escolha de um uso compatível e das consequentes alterações que precisam ser realizadas para adequá-los a tal uso e às demandas contemporâneas de conforto, segurança e acessibilidade e, por fim, mostrar que é possível propor uma arquitetura contemporânea no entorno desse bem que dialogue e respeite aquela preexistente.

Nesse sentido, o objetivo deste texto é apresentar o relato da experiência metodológica desenvolvida no curso, buscando iluminar como a teoria da conservação é absorvida e rebatida nas decisões projetuais por parte dos alunos.

Assim, o artigo se estrutura em três momentos: (i) em “conteúdo programático”, é feita a fundamentação teórica da conservação, perpassando a teoria e história da prática preservacionista, a preservação na escala urbana e aspectos normativos e institucionais que influem sobre as decisões projetuais; o segundo momento, (ii) “procedimentos didáticos”, aborda técnicas de ensino, transformações da disciplina no tempo, a organização das visitas de campo, trabalhos programados e orientações. Essa parte inclui também a forma de adaptá-la ao ensino remoto e híbrido durante o isolamento social decorrente da Covid-19; em seguida, em (iii) “projetos de intervenção”, ilustram-se as experiências de diferentes semestres e objetos de estudo. Por fim, como conclusão, em “formação desejada”, retomam-se as principais questões teórico-metodológicas e lições da disciplina.

Conteúdo Programático: fundamentos teóricos e metodológicos

Nas aulas iniciais da disciplina, é construído um panorama geral da noção de patrimônio, os fios e elos que conduzem as distintas instâncias de salvaguarda, bem como são ilustradas as diversidades temporal, geográfica e natural do que pode ser reconhecido como patrimônio na contemporaneidade. As competências, prerrogativas e forma de atuação do IPHAN, no nível federal, e da UNESCO, no nível global, são também abordadas.

Em seguida, é realizada uma incursão por alguns dos principais estudiosos e restauradores que discorreram sobre o tema do patrimônio a partir de meados do século XIX. A intenção, com essa exposição, é iluminar os aspectos mais relevantes de suas reflexões e mostrar como desses podem ser extraídas orientações para a prática projetual.

Começamos por John Ruskin (1989), focando em sua obra *As sete lâmpadas da arquitetura*, publicada originalmente em 1849. Ressaltamos sua defesa de que o monumento fosse visto como um lugar da memória, por meio do qual se poderia transmitir ao futuro o trabalho e o suor de nossos antepassados. A arquitetura era apreciada por Ruskin (1989) não pelo seu valor artístico e estético, mas como um meio de conservação do passado. Para ele, os edifícios deveriam seguir um processo natural de envelhecimento, sem que fosse mascarada a passagem do tempo, devendo sua pátina ser preservada. Segundo esse autor, eram toleradas apenas pequenas intervenções para evitar a destruição total do edifício, visto que tal fato implicaria a não transmissão desse testemunho para as gerações vindouras. Restauração, jamais.

Seguimos pelo arquiteto francês Eugène Viollet-le-Duc, na *Restauração* (2000), publicada originalmente no ano de 1872, na qual defendia que o arquiteto restaurador deveria imbuir-se do estilo próprio da obra para, assim, propor uma reconstituição daquilo que teria sido feito se, na época da construção, o seu idealizador tivesse todos os conhecimentos necessários. Subjacente ao seu entendimento de restauração estava o desejo de alcançar um modelo ideal

de edifício, tanto em relação ao seu aspecto quanto à sua estrutura, pois ao restaurador cabia a atribuição de buscar um aperfeiçoamento não alcançado no momento de sua construção, busca tal que se sobreponha ao respeito pela originalidade do projeto e do edifício.

Mostramos, então, que a Itália assume um papel importante na área da restauração e introduzimos o arquiteto Camillo Boito, que estabelece, em conferência proferida na Exposição de Turim, em 1884, uma série de princípios práticos para a conservação e a restauração, consolidando o chamado restauro filológico. Boito (2003) defendia como legítima a intervenção do restauro, desde que ações de conservação e manutenção não fossem mais possíveis. Acreditava que o presente tinha prioridade sobre o passado, mas refutava a restauração que visava levar o edifício a um estado de perfeição que ele pode nunca ter tido, por ver nisso um risco de falsificação. Intervenções contemporâneas deveriam ser claramente distintas das partes originais do edifício, tanto em termos de desenho como de materiais, de modo a não comunicar algo que não fosse verdadeiro.

Ao tratar de Gustavo Giovannoni, abordamos sua grande contribuição para a dimensão urbana no restauro. Engenheiro, especialista em história da arte e professor de arquitetura técnica, Giovannoni cria as bases para o chamado “restauro urbano”, por meio do qual a cidade deveria ser entendida como organismo complexo, a ser trabalhado em sua inteireza, abordando relações entre o existente, as novas áreas de expansão e as zonas de preservação. Propunha a articulação entre os campos da conservação e do planejamento das cidades, ao referir-se, com extrema clareza, à ideia de se expandir para zonas inteiras a definição de valor de monumento e gerir sua tutela, apontando o Plano Diretor como o instrumento adequado para tanto. Abordamos a sua teoria do desbastamento e conceituamos as duas noções centrais a ela: desbastamento (o estudo edifício por edifício, soluções individualizadas para melhorar condições de salubridade, habitabilidade e circulação. Demolições pontuais embasadas do ponto de vista da arte e da história) e enxertos (arquitetura contemporânea ou forma simples, próxima à tradição. Crítico de fachadas da moda e de ornamentos artificiosos. Harmonia de forma e cor).

Por fim, apresentamos a Teoria da Restauração de Cesare Brandi, publicada originalmente em 1963 (Brandi, 2004). Enquanto os estudiosos que o antecederam centraram suas discussões na proposição de formas ou abordagens de restauro, expomos como Brandi (2004) foca sua discussão no entendimento da obra de arte, que para ele impõe duas instâncias: uma estética, por meio da qual é obra de arte, e uma histórica, pois foi realizada pelo homem em certo tempo e certo lugar. Ao proceder dessa forma, o autor relativiza o entendimento de verdade em relação à obra e ao restauro, que era um dado pré-estabelecido e fundamentador da abordagem de seus antecessores, e vincula a intervenção ao que cada obra de arte impõe, ou seja, é a apreensão da própria obra que indica o caminho metodológico mais adequado a ser seguido no quando de sua restauração.

Ao construir um caminho metodológico para o restauro, mostramos como, a partir de Brandi, firmou-se o entendimento de que a ação do restauro deve ser pontuada como evento histórico, tal como é, pelo fato de ser um ato humano e de inserir-se no processo de transmissão da obra de arte para o futuro. Nesse sentido, pode-se dizer que, em Brandi (2004), a verdade em relação ao restauro diz respeito a dois aspectos principais. O primeiro refere-se ao fato de a obra de arte ser única, autorreferente. Disso decorre que qualquer julgamento sobre genuinidade e verdade só pode ser feito em relação à própria obra, não podendo ser baseado em critérios preestabelecidos. O segundo relaciona-se com o entendimento de que a restauração é um ato que se situa no presente, isto é, não pode presumir nem o tempo passado como reversível, nem a abolição da história.

Concluída essa etapa, a noção de valor é introduzida, adotando, para tanto, como referencial central Alois Riegl (2006). A discussão é conduzida buscando mostrar que é a noção de valor que dá sentido e deve guiar tanto o processo de patrimonialização, como as ações de gestão da conservação sucessivas. Com base em Riegl, mas buscando já dialogar com outras categorias (Lacerda, 2002; ICOMOS, 2013), expõe-se que há valores ligados à memória e ao passado (valor rememorativo, valor histórico, valor de antiguidade, valor simbólico) e valores que se vinculam ao presente, à apropriação cotidiana (valor artístico, valor de novidade, valor de uso e valor afetivo).

Discorre-se que o valor é uma construção social que vai se conformando a partir de consensos. E que, contemporaneamente, é por meio do chamado “juízo intersubjetivo” que se deve captar os valores coletivamente atribuídos a um bem. Sobre esse assunto, a contribuição de Muñoz Viñas é relevante:

[...] um objeto pode cumprir diversas funções para diversas pessoas, e as funções simbólica e historiográfica são apenas algumas delas. Essas funções são determinadas pelos sujeitos, mas os sujeitos não são 'o sujeito'. A subjetividade de que se fala é definitivamente intersubjetividade: os valores são o fruto de um acordo tácito entre sujeitos para os quais cada objeto significa algo (Muñoz Viñas, 2004, p. 154, tradução nossa).

O juízo intersubjetivo resulta, assim, da “convergência das consciências” (Giles, 1993, p. 83), por meio da qual a opinião de diferentes sujeitos deve coincidir a respeito de uma determinada questão, como, por exemplo, no reconhecimento do valor artístico em uma obra.

Valor e significância cultural são noções interligadas. Na disciplina, pautamos a definição desta a partir de Zancheti et al. (2009, p. 7), que já incorporam à significância cultural a premissa da intersubjetividade: “o conjunto de valores que é o resultado do julgamento e da validação social de significados passados e presentes de um objeto”. Enfatiza-se que esse julgamento é feito no presente e utiliza como referência os significados e valores do passado, apoiado em instrumentos de memória reconhecidos pela sociedade. Reside aí a contribuição da disciplina ao campo da Arquitetura e Urbanismo, ao abordar a carga teórica do restauro a partir da ótica dos valores e a perspectiva intersubjetiva dos stakeholders, levando em consideração a história, as pessoas, práticas e usos, problemas e potencialidades atrelados ao objeto de estudo.

As noções de autenticidade e integridade são igualmente introduzidas, buscando-se extrapolar a abordagem da UNESCO sobre o tema, de modo a levar os alunos a desenvolverem capacidade crítica para refletir sobre a importância de que essas noções sejam interpretadas e aplicadas dentro do contexto sociocultural no qual o bem se insere e do grande desafio que é traduzir o debate teórico suscitado por elas em diretrizes para o projeto.

A integridade, de acordo com Lira (2020, p. 7), relaciona-se “ao grau em que o bem cultural, em sua matéria e em sua dinâmica social, detém seus atributos característicos e os processos responsáveis pela atribuição de valores a ele”. Já para a autenticidade, adotamos o entendimento de que essa

depende da capacidade que se tem de julgar o quanto os atributos físico-materiais (genuinidade do material) e não materiais (genuinidade da organização do espaço e da forma; genuinidade da função) expressam os valores do patrimônio de forma verdadeira ou falsa (Silva, 2012, p. 65).

Nesse ponto, importa explicar que a disciplina propõe aos alunos uma compreensão integrada entre significância cultural, integridade e autenticidade, seguindo o que propõe Silva (2012) e Lira (2020). De acordo com Silva (2012, p. 52), “níveis elevados de significância exigem, a princípio, pequenas intervenções, e a integridade determina o quanto de modificação pode vir a acontecer”. De modo convergente, Lira (2020) recomenda que a compreensão dos valores atribuídos e como eles se conectam aos atributos patrimoniais é o caminho para uma visão integralizada entre as três noções. Pode-se, assim, afirmar que o nível de significância cultural influí diretamente na forma como se conduzirá a ação de conservação.

A temática da conservação da arquitetura moderna também está no escopo da disciplina. A produção arquitetônica advinda desse contexto caracterizou-se pelo seu caráter inovador e experimental e é precisamente nesse traço comum às variadas obras produzidas nesse período que reside grande parte dos desafios à sua conservação hoje. Portanto, a conservação da arquitetura pós-industrialização impõe algumas particularidades e desafios não vistos nos bens ditos “tradicionais” e para os quais foi elaborada grande parte da teoria e das reflexões sobre a conservação do patrimônio.

Nesse ponto cabe questionar se seria a teoria que fundamenta a conservação do patrimônio de períodos anteriores aplicável às obras da industrialização. Parte-se do pressuposto de que sim, que esse conjunto de reflexões se presta adequadamente a dar subsídios teóricos e metodológicos para qualquer ação de conservação e salvaguarda realizadas em bens desse período. Todavia, essa aplicação

exige algumas reflexões prévias, visto que os edifícios pós-industrialização romperam a lógica projetual e construtiva tradicional, ao introduzir novas concepções arquitetônicas, novos materiais, novas tecnologias e novas estruturas (Lira, 2010a).

Assim, esses edifícios impõem, de acordo com a Teoria da Restauração de Cesare Brandi (2004), duas instâncias que precisam ser consideradas ao se discutirem medidas de preservação: uma estética, por meio da qual é obra de arte, e uma histórica, pois foi realizada pelo homem em certo tempo e em certo lugar. Além dessas, enquanto obras de arquitetura, os edifícios impõem também a instância utilitária, uma vez que “o fim principal dos artefatos arquitetônicos e urbanísticos é fornecer abrigo ao homem na realização das diversas atividades necessárias à sua vida em sociedade” (Lira, 2010b, p. 167).

Com relação à instância estética, o que se deve buscar preservar no tempo são as características compostivas que revelam a linguagem moderna desses edifícios, tais como: a horizontalidade da composição, o tratamento em planos, a sobriedade na utilização de cores e materiais, a presença de brises e de cobogós como elementos para proporcionar o conforto térmico e luminoso, os pilotis livres, a planta livre, o experimentalismo no uso dos materiais tradicionais ou advindos do processo de industrialização, as técnicas construtivas.

A instância histórica impõe tanto a manutenção do valor propriamente histórico desses objetos, que o afiliam a um momento da arquitetura e o vinculam a um dado contexto espaciotemporal, como a manutenção, tanto quanto possível, do valor historiográfico das técnicas e dos materiais construtivos utilizados.

A instância utilitária, por sua vez, demanda a compatibilização dos interesses de preservação do patrimônio com a necessidade de garantir uma destinação aos edifícios condizente com os seus atributos (projeto, materiais, implantação etc.) e com sua significância, em adequadas condições de segurança, conforto e acessibilidade, considerando os padrões atuais.

Para além desses temas, os alunos também entram em contato com as disposições normativas que regulam o uso e ocupação do bem e, de forma mais detida, as normas técnicas de acessibilidade

são tratadas, buscando-se sempre as ilustrar com boas práticas urbanas e arquitetônicas de adaptações para acessibilidade em bens de interesse histórico e cultural.

Realizada essa breve incursão pelo conteúdo teórico e metodológico da disciplina, a seção a seguir abordará os procedimentos didáticos adotados.

Procedimentos didáticos: experiências de ensino

PROAU 8 é uma disciplina estruturada em cinco momentos principais:

1. Leituras e elaboração de trabalhos programados relativos a textos previamente definidos e vinculados à temática das aulas;
2. Conhecimento do bem, *in loco* e por meio de pesquisas histórico-documentais e normativas, envolvendo a construção de um modelo reduzido;
3. Identificação dos atributos e valoração destes de forma coletiva;
4. Construção das diretrizes projetuais baseadas no processo de valoração da etapa anterior e;
5. Elaboração do projeto de intervenção.

A disciplina é iniciada buscando garantir ao discente uma base teórica e metodológica mínima necessária, que permita o lastro para a elaboração de uma intervenção consciente e guiada por princípios. São realizadas aulas teóricas e leituras e trabalhos programados (TPS), com as temáticas já expostas na seção anterior, para avançar nos princípios da teoria da conservação, que servirão de guia às intervenções projetuais.

Importa ressaltar que, na disciplina, pautamos nossa abordagem a partir da chamada via crítica do restauro, organizada por Brandi, que, de forma sintética, pauta-se pelas seguintes recomendações: o princípio da *distinguibilidade*, isto é, a intervenção deve ser sempre deixada facilmente reconhecível, de modo a não induzir o observador ao engano de confundir eventuais intervenções com o que havia anteriormente, mas sem infringir a unidade potencial do bem; o princípio da *reversibilidade ou da retrabalhabilidade*, pautado na ideia de que a intervenção deve facilitar eventuais intervenções futuras e ser reversível se técnicas mais apuradas surgirem no futuro; a necessidade da mínima intervenção, que implica agir apenas sobre o que é

necessário, sem desrespeitar o documento histórico e a imagem da obra; e a busca no projeto pelo equilíbrio entre as instâncias estética e histórica a partir da visão brandiana (2004).

Com relação ao segundo momento, os alunos são orientados a observar em campo igualmente aspectos e elementos das escalas arquitetônica e urbanística como forma de gerar subsídios projetuais. O levantamento deverá permitir um entendimento da periodicidade, temporalidade e imaterialidade da área de intervenção, objetivando-se identificar seus atributos, que serão valorados na etapa seguinte. Elementos naturais, mobiliário urbano, dinâmicas de uso do espaço, marcos espaciais, fluxos formais e informais, fachadas ativas e passivas, iluminação, bem como levantamentos arquitetônicos e patológicos do objeto de intervenção deverão ser realizados e especializados em mapeamentos temáticos. Um olhar atento e sensível auxilia a encontrar um argumento que possa conduzir a um projeto.

Como resultado desse exercício de apreensão e levantamento do lugar, espera-se a elaboração de um mapa-síntese, no qual devem ser compiladas todas as camadas analisadas na área de estudo. Em paralelo à produção dos mapas, deve ser realizada a pesquisa histórico-documental, cujo objetivo é a compreensão do processo de formação do bem e de suas transformações no tempo. Segundo Lira (2020, p. 13), “para os bens já acautelados institucionalmente, os dossiês de tombamento ou classificação são fontes fundamentais, pois devem apontar as características mais valoradas no bem, assim como os valores atribuídos”.

Entendendo que o patrimônio é constituído de atributos físicos e imateriais aos quais conferimos valores, a definição de diretrizes de conservação para o bem a ser objeto de intervenção deverá pautar-se na identificação dos atributos que mais fortemente caracterizam esse objeto e que precisam ser mantidos no tempo para que se siga atribuindo valores históricos, historiográficos, estéticos, entre outros. Assim, a partir das informações coletadas no momento anterior, e de forma coletiva, são identificados os atributos que mais fortemente caracterizam o bem. Em seguida, toda a turma, em um processo conduzido pelos docentes, valora tais atributos e constrói coletivamente diretrizes de intervenção para cada um deles.

Até chegar ao formato atual, quando a atividade projetual é antecedida da identificação coletiva dos atributos do bem, da valoração e construção de recomendações de intervenção, cabia a cada aluno, individualmente, a construção da declaração de significância cultural do bem. As atividades de pesquisa dos docentes responsáveis pela disciplina foram alimentando e permitindo alterações e amadurecimentos no seu escopo. Nesse sentido, o primeiro semestre a ser analisado (2014.1) nas seções seguintes não apresentava ainda a valoração única e validada coletivamente pela turma, enquanto o último (2021.2) já o faz.

No âmbito da disciplina, foi estabelecido que as diferentes intervenções deveriam, invariavelmente, apresentar respostas para cinco aspectos centrais:

1. Requalificação urbana do entorno imediato do bem, considerando especialmente os caminhos e portais de entrada e os diversos modos de deslocamento para se chegar até ele;
2. Soluções de acessibilidade horizontal e vertical na escala do bem;
3. Atualização programática do bem, considerando as demandas atuais;
4. Melhoria das condições acústicas, térmicas e luminosas do bem;
5. Inserção de um anexo na parte externa do bem, buscando explorar como cada discente coloca em diálogo os edifícios existentes e aquele proposto.

Assim, o desafio da inserção do novo no antigo deve ser enfrentado em cada um desses cinco aspectos. Desse modo, o pensamento da dupla polaridade brandiana entre estética e história, ou seja, o reconhecimento da obra de arte e da obra como realização do homem em dado momento e lugar deve estar aliado ao da instância da utilidade, problemática que precisa ser cuidadosamente trabalhada em cada uma destas questões. Esse conjunto de informações teóricas e empíricas subsidiaria reflexão que antecede o terceiro e último momento da disciplina, que consiste na elaboração de diretrizes e proposições projetuais.

Aqui, incentiva-se o pensamento crítico sobre o patrimônio, considerando os problemas e potencialidades das condicionantes

levantadas inicialmente, possibilitando a adoção de diferentes posturas em um mesmo objeto: sejam elas ações de conservação, restauração, reconstrução, adição, subtração ou diversas outras proposições derivadas do processo reflexivo projetual.

Projetos de Intervenção

Esta seção trata do rebatimento na prática dos procedimentos pedagógicos adotados na disciplina e, para tanto, ilustrará a discussão com os trabalhos de dois diferentes semestres: 2014.1 e 2021.2. No primeiro, discutiremos a intervenção realizada no Cine Drive-in, localizado na região central de Brasília; no seguinte, apresentaremos o estudo de uma seção da Universidade de Brasília (UnB).

O Cine Drive-In

Inaugurado em 25 de agosto de 1973, ainda durante a Ditadura Militar, o último Cine Drive-in em atividade no Brasil localiza-se no Setor de Recreação Norte, escala originalmente bucólica da cidade de Brasília. Foi construído por Paulo Figueiredo, filho do ex-presidente João Figueiredo, e pelo engenheiro Ricardo Koury.

Seus 15 mil metros quadrados de área asfaltada abrigam, aproximadamente, 500 automóveis. O programa no momento da intervenção, primeiro semestre de 2014, era simples: uma administração conjugada à sala de projeção, um restaurante para atender aos usuários do local, banheiros e a tela de 312 m² em concreto armado (Figura 1), projeto do engenheiro Ricardo Koury. Também fazia parte desse conjunto um edifício, bastante deteriorado, onde funcionava uma churrascaria que naquele momento era usada como depósito para materiais desportivos. O sistema de sonorização original permanecia no local (Figura 2), apesar de estar obsoleto e hoje ser utilizada uma sintonia de rádio FM para captar o áudio do filme.

Localizada no centro da capital, o Cine Drive-in divide espaço físico com o Kartódromo e juntos estão inseridos no terreno do Autódromo Nelson Piquet. No seu entorno, estão ainda localizados grandes equipamentos, como o Estádio Nacional Mané Garrincha,



FIGURAS 1 E 2 Cine Drive-in.
Fonte: Flaviana Lira (2014).

o Ginásio Nilson Nelson, o Colégio Militar de Brasília e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Apesar de sua localização, o Cine não conta com um entorno convidativo e devidamente tratado. A área apresenta pouca atratividade para o pedestre, devido às grandes distâncias, aos espaços excessivamente pavimentados, aos equipamentos murados e à pouca arborização urbana.

O grande marco do local é mesmo a tela de projeção, que guarda semelhanças com certas linhas de Niemeyer, e é uma das maiores do país, medindo 26 metros de largura, 12 metros de altura e 8 centímetros de espessura de concreto armado.

Apesar da sua forte carga simbólica e exemplaridade, o Cine não possuía qualquer nível de proteção, tendo recebido apenas o tombamento provisório em 2017. As condições físicas do bem encontradas no momento eram precárias e havia isco de desmoronamento do edifício que abrigava a antiga churrascaria, situado abaixo da tela. Os banheiros eram anexos de baixa qualidade arquitetônica e sem acessibilidade. Infiltrações também foram identificadas no concreto armado da tela de projeção. Além disso, a presença do kart trazia prejuízos acústicos e luminosos.

Sem recursos para proceder às intervenções necessárias e consciente da importância do bem sob sua gestão, a administradora do Cine, Marta Fagundes, solicitou à FAU/UnB ajuda na elaboração de um dossiê que subsidiasse um pedido de tombamento, bem como a elaboração de estudos projetuais que aprimorassem a qualidade do serviço oferecido. Foi, portanto, em resposta a essa demanda que o Cine Drive-in passou a ser objeto de estudo da disciplina.



Croqui Churrascaria - liberação

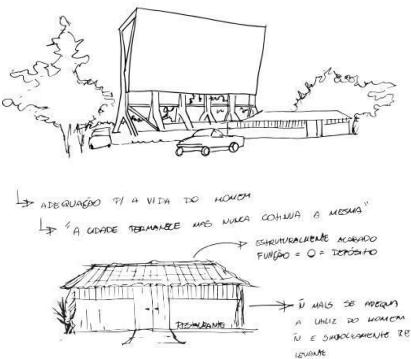


FIGURA 3 Croquis de levantamento do Cine Drive-in. Fonte: trabalhos desenvolvidos por Evelin Correa e Christiani Haddad, no período 2014.1.

Por se tratar de uma disciplina que se pauta no enfrentamento do projeto novo em uma preexistência histórica e cultural, precisávamos extrapolar a demanda inicial da administradora, de apenas melhorias nas condições de uso atuais, e estimulamos a proposição de novos usos compatíveis que pudesse gerar ocupação da área em horários alternativos aos da projeção dos filmes. Os alunos tiveram, então, liberdade na definição do programa.

Como exposto, em paralelo ao conteúdo teórico da disciplina, os alunos devem realizar os levantamentos histórico, físico e normativo do bem e de seu entorno imediato. O conjunto de informações levantado permitiu a criação de um caderno A3, disponibilizado no final do semestre para a administradora do Cine.

Concluída essa atividade, foi solicitado que cada aluno elaborasse uma declaração de significância (ds) para o bem. Como já explicitado, nesse semestre ainda não havia sido adotada a prática de construção da significância de forma coletiva, como se procedeu na experiência abordada na seção seguinte. A declaração abaixo foi construída pela aluna Evelin Raquel Alimandro Correa:

Inaugurado em 25 de agosto de 1973 o Cine Drive In de Brasília foi concebido pouco tempo depois da cidade modernista e é o único que ainda está em funcionamento no Brasil. Localizado em um ponto central da cidade o local e projetado pelo engenheiro Ricardo Koury, a obra tem inspiração nas linhas curvas delineadas pelo concreto armado utilizados pelo arquiteto Oscar Niemeyer. A implantação tem como ponto focal a maior tela de projeção cinematográfica do país e a única confeccionada em concreto armado. Assim, ela se torna, dentro do conjunto, um elemento de força e grande importância, assim como o Congresso Nacional marca o eixo Monumental da cidade planejada por Lúcio Costa.

O cine representa um momento de toda uma geração no Brasil, quando o automóvel tinha grande destaque trazendo conforto, praticidade e romantismo para o programa noturno de assistir um filme ao ar livre em uma tela com tais dimensões. Essa nostalgia é revivida pelo ambiente e caracterizada pela materialidade da tela que mostra a pátina do tempo e as falhas de experiências e execuções de um material novo que estava em fase de teste. Além da tela todo o ambiente traz a lembrança de um passado, desde a entrada pela ponte e a passagem pela antiga guarita, feita especialmente para a entrada do carro, até a administração onde se localiza o antigo projetor utilizado até hoje. Os elementos se completam em harmonia e formam um conjunto repleto de valor histórico, historiográfico, cultural, de antiguidade, simbólico, cognitivo, de uso e de existência herdados por nós e que merece ser preservado.

O passo seguinte foi a construção, também individualizada, das diretrizes de intervenção no bem pautadas nas DS, cabendo destacar aquelas elaboradas pela discente Manuela Marcelino:

1. Restauração da tela: permanência do elemento mais icônico do complexo do Cine Drive-In, visando a colocá-la em condições de uso pleno e maior durabilidade mediante manutenção regular;
2. Demolição da churrascaria: edifício fora de uso e com pouco potencial para o complexo. Obtenção de espaço para criação de área para espetadores fora do carro;
3. Criação de área para espectadores fora do carro: ampliação do público do Cine Drive-In, permitindo uma alternativa àqueles que frequentam o local;
4. Restauração do edifício da Administração, Projeção e Restaurante: edifício de uso solidificado que atende à demanda. Permanência diante de uma reforma simples;
5. Restauração do sanitário existente e construção de outros 2 sanitários: aproveitamento da instalação existente, reduzindo tempo e custo, aplicação de reforma necessária. Complemento de mais 2 sanitários dispostos pelo complexo para atender melhor ao público;
6. Restauração da Guarita: reforma para alcançar condições de pleno uso e maior durabilidade mediante manutenções regulares;
7. Restauração e Resguardo da Placa: restauração de outro elemento icônico do complexo do Cine Drive-In, visando manter um

- diálogo com o original (pátina do tempo). Além da restauração será aplicada uma medida de resguardo para garantir maior preservação da placa, além de regulares manutenções;
8. Aplicação de paisagismo: aplicação de paisagismo para conter interferências do entorno, como mostram os estudos de ruídos e luminosidade;
 9. Nova pavimentação: projeto de pavimentação para orientar o usuário, dividindo os usos e áreas (circulação, vagas de carros, área para pedestres...). Uso de piso grama para aumentar a permeabilidade do solo;
 10. Construção do edifício para Escola de Cinema: aplicação de outro uso ao local relacionado à atividade para garantir a preservação do patrimônio. O complexo construído para tal também servirá como dispositivo de proteção a interferências do entorno (iluminação e ruído vindos do kart).

A última etapa da disciplina foi a elaboração do projeto arquitônico e urbanístico para o Cine Drive-In e seu entorno imediato. Os alunos precisavam desenvolver soluções para garantir melhores condições funcionais para o próprio Cine e também inserir um novo edifício, com programa livre, desde que seu uso fosse compatível com o existente. O exemplo a seguir foi desenvolvido por Christiani Haddad, que descreve e justifica sua intervenção da seguinte forma:

A intervenção proposta ao Cine tem o intuito de manter a identidade do lugar e seu processo dinâmico através de um projeto que reforce seu caráter de cinema e amplie a demanda de seu público. O projeto de recuperação do espaço buscará a manutenção do tecido físico e de suas características significativas, que devem estar em bom estado. O impacto de deterioração deverá ser controlado e as relações dinâmicas entre a paisagem, cidade e outras propriedades serão igualmente mantidas.

Como cinema ao ar livre, é natural que funcione apenas no período noturno, porém, observa-se a utilização do espaço durante o dia para eventos festivos e para a realização de atividades físicas. À essa observação define-se a incorporação de parque agregado a um espaço multiuso. A premissa tronco da intervenção, todavia, é a garantia da manutenção de sua função original, ao qual reserva ao Cine espaço ainda privilegiado aos automóveis, garantindo a caracterização de seu espaço e história.

O espaço multiuso e o parque garantem ao espaço a atratividade de uma nova demanda interessada em cultura e lazer e um novo fluxo composto por pedestres e ciclistas interessados em atividades complementares ao cinema durante o dia inteiro.

Os eixos do terreno do Cine são a base da concepção inicial do projeto ao qual utiliza-se das marcações originais das vagas como traçado regulador do paisagismo, espaço multiuso e circuito no espaço. A utilização dessas marcações como geração do partido arquitetônico possui um significado simbólico evidente ao valorizar a função original que o carro exerceu/exerce no espaço.

FIGURAS 4, 5 E 6 Plantas e corte do novo edifício. Fonte: trabalho de Christiani Haddad, no período 2014.1.

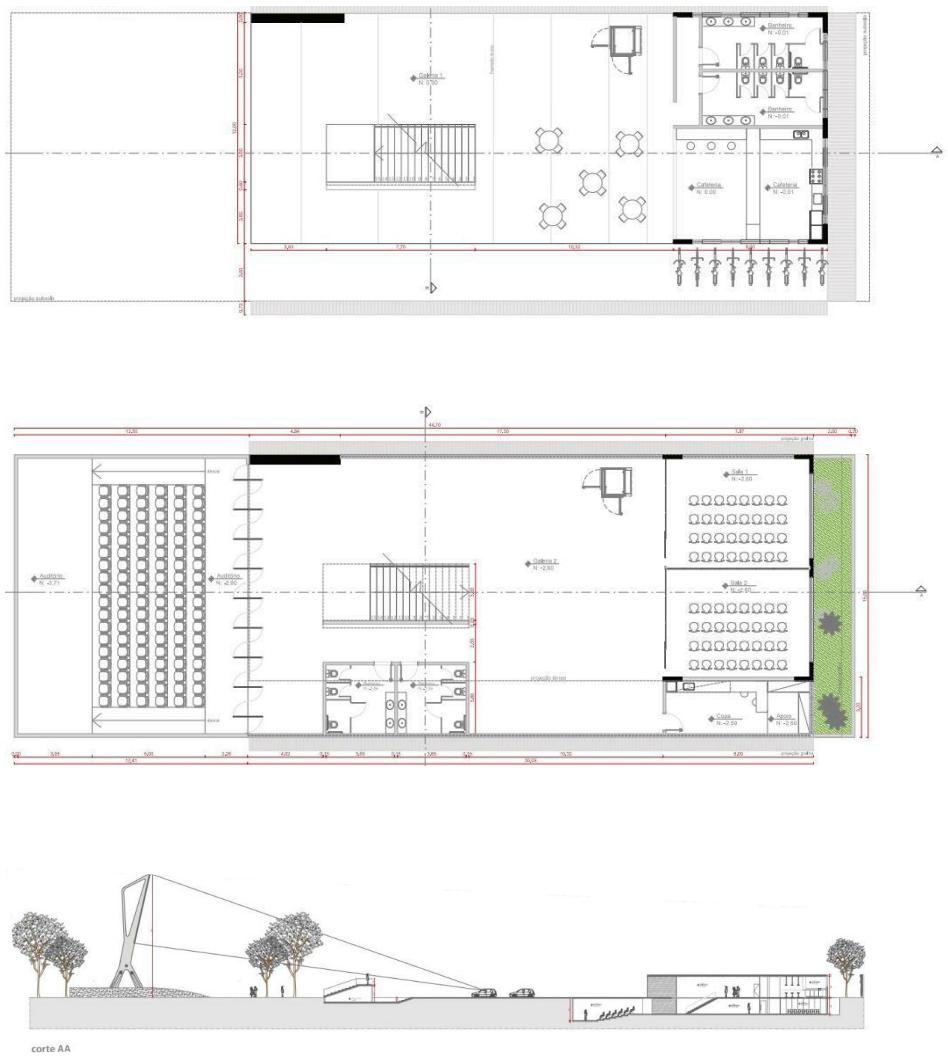




FIGURA 7 Intervenção no Cine Drive-in. Fonte: trabalho desenvolvido por Christiani Haddad, no período 2014.1.

A intervenção adaptou a estrutura do Cine para que ele seguisse o formato drive-in, mas abriu a possibilidade de ampliação do seu público com a inserção de uma arquibancada-edifício, semienterrada na topografia, para atender ao público que não chegasse ao local de carro. Na Figura 7, se observa que a aluna optou por liberar o volume que abrigava a antiga churrascaria, bem como aquele da administração, sala de projeção e banheiros, os quais passaram a ocupar a parte inferior da arquibancada.

No novo volume, além da cafeteria/lanchonete, novos usos foram previstos: salas multiuso, galeria expositiva, auditório, novos banheiros de apoio, copa e apoio. Um bicicletário também foi instalado. Trata-se de um bloco com estrutura pavilhonar, com dois pavimentos, sendo um enterrado. No piso térreo, um grande vão sustentando em apenas uma das laterais por pilar robusto abriga a galeria.

O asfalto foi substituído por uma paginação com placas de concreto em dois tons de cinza alternados e, na borda, foi proposto um paisagismo com espécies arbóreas de grande e médio porte para reduzir a luz projetada pelos refletores do autódromo, bem como o ruído dele originado. Abaixo da tela, foi proposta a demolição da construção da churrascaria, e o piso impermeável foi substituído por grama.

Revisitar os projetos desse semestre, quando ainda não fazíamos a construção coletiva da significância cultural do bem, permitiu-nos uma constatação: as intervenções de diferentes alunos parecem adotar “medidas” distintas acerca do que precisa ser preservado, por ser um atributo muito valorado, daquilo que pode ser liberado, por não ter, segundo seu julgamento individual, valor. Alguns projetos assumem um tom mais preservacionista,

enquanto outros mantiveram apenas a grande tela de projeção e o uso de cine drive-in, como foi o caso do projeto apresentado. A identificação dos atributos, seguida da valoração e da construção de diretrizes e recomendações coletivas parece ser, em si, um processo também de educação patrimonial, o que vem sendo refletido em projetos que se pautam mais em preservar do que substituir sem, no entanto, deixar de inscrever uma arquitetura contemporânea em diálogo com a preexistência, como será analisado na seção a seguir.

Campus Darcy Ribeiro, UnB

Sob um outro viés, a experiência do semestre 2021.2, de trabalhar a inserção de um novo edifício no tecido consolidado do campus Darcy Ribeiro, expandiu o escopo da disciplina ao incluir a Universidade de Brasília como centro da reflexão sobre as relações espaciais, plásticas, simbólicas e funcionais. A proposta partiu do interesse em repensar a história do campus, bem como seu processo estruturador por meio de obras de arquitetura que fossem condicionadas pelas dinâmicas de ocupação, plasticidade, cheios e vazios presentes. Inserir uma nova edificação – ou mobiliários, pontos de ônibus, e outras intervenções – em uma seção composta pelo traçado do Plano Piloto, em meio à arquitetura singular de obras como o ICC, a Casa do Professor, a sede da Fiocruz, à primaz Faculdade de Educação, o OCAII, os pavilhões do CEPLAN e seus congêneres, consistiu em um desafio não apenas sob o aspecto patrimonial, mas, também, sob o caráter expressivo das proposições, que deveriam se impor enquanto obra no tecido existente.

As articulações urbanas propostas deveriam atender à seção de estudo, considerando as conexões com as quadras limítrofes, bem como os eixos transversais que ativam as conexões e os acessos ao campus, sejam estes por meio do carro, do ônibus, da bicicleta ou a pé. Ao repensar essas articulações espaciais, as questões simbólicas que definem os limites do campus passam a ser problematizadas, uma vez que ainda se trata de um campus universitário aberto, totalmente inserido à cidade e utilizado pela população não estudantil. O valor do vazio intencional, do espaço relacional moderno, da paisagem urbana histórica e das escalas do Plano Piloto de Brasília foram questões iluminadas pelas reflexões sobre o objeto de estudo.

O programa preliminar de atividades teve como foco específico o projeto de espaços e edifícios para usos temporários e emergenciais, a fim de dotar a UnB de uma arquitetura contemporânea justamente em seu limite campus/cidade. De uso variável, a ideia vincula-se a uma estrutura que poderia ser mobilizada para diversas funções de interesse social, incluindo, ao menos, cobertura, estrutura sanitária, depósitos e estacionamento. Dentre as propostas apresentadas, destacam-se: área de convívio universitário, residência estudantil, auditório, creche para filhos de funcionários e estudantes e outras unidades de ensino. Somado a isso, o projeto deveria propor soluções para vias de conexão e calçadas (rampas, escadas, materiais e paginação); acessos e chegada ao campus a partir dos diferentes modos; circulação de transportes; mobiliário (bancos, postes de iluminação, abrigos para ônibus); soluções paisagísticas do limite do campus; e, por fim, a qualificação dos espaços livres públicos:



FIGURA 8 Localização do objeto de estudo e diversas camadas analisadas para o diagnóstico. Fonte: trabalho desenvolvido por Caroline Barros e Caroline Tanabe, no período 2022.1.

Uma especificidade desta experiência, ministrada durante a pandemia da Covid-19, foi a adaptação para o ensino online e híbrido em três diferentes vertentes: (a) exposição do conteúdo, dada inteiramente em modo remoto em webconferências e em videoaulas; (b) visitas de campo, guiadas pelos docentes; e (c) elaboração de trabalhos programados (TPS) e avaliações, que serão abordados a seguir.

Do ponto de vista metodológico, essa experiência da UnB incluiu um importante passo para a análise espacial: o desenvolvimento de um quadro com a relação de todos os atributos identificados em conjunto com os discentes, incluindo o julgamento de valores para cada um deles e recomendações de conservação, alteração ou outras intervenções. Como já abordado, Riegl identifica dois grupos de valores: (i) os rememorativos, ligados à história e à memória; e (ii) os de contemporaneidade, ligados às demandas contemporâneas. Os rememorativos envolvem valores de antiguidade, histórico e rememorativo. Já os de contemporaneidade, se vinculam aos valores de uso, artístico relativo e artístico de novidade. As noções de valor utilizadas na disciplina são derivadas da obra de Riegl (2006); de Françoise Chouay (2017); e dos diversos estudos desenvolvidos por Virgínia Pontual, Norma Lacerda e Flaviana Lira. Como resultado, os valores adotados para julgamento consistiram em:

QUADRO 1 Valores do Patrimônio utilizados para a aplicação da ferramenta em classe

VALORES	DESCRIÇÃO
Valor de uso	O atributo mantém-se útil à sociedade
Valor econômico	Expressa o potencial do atributo para a economia, favorecendo seu crescimento. E não está relacionado ao seu valor monetário.
Valor histórico	O atributo como documento, retrato de uma época, modo de vida e sociedade.
Valor artístico	Apreciação artística e plástica do atributo.
Valor cultural	Identidade social, reconhecimento dos costumes, das artes, dos hábitos, entre outros.



VALORES	DESCRIÇÃO
Valor de antiguidade	Quando no atributo pode-se perceber a passagem do tempo, as marcas deixadas pela natureza e pelo homem sob a forma de pátina.
Valor simbólico	Representação das ideias, o atributo como elemento símbolo.

Fonte: Flaviana Lira e Oscar Ferreira.

O quadro de atributos foi dividido entre três escalas, a do patrimônio construído (com 18 atributos), a do patrimônio natural (6 atributos), e a do imaterial (com 9). A listagem é acompanhada de uma descrição detalhada dos principais aspectos representativos do atributo. Nela, pode-se incluir a autoria do projeto, uma descrição tipológica edilícia, questões organizacionais e estéticas. Em seguida, foram atribuídos os valores a partir de julgamento coletivo, com toda a turma, e, por fim, foram definidas as recomendações gerais, elencando o que deveria ser mantido ou alterado. A seguir, mostramos um recorte do quadro criado, apresentando um exemplo para cada escala:

QUADRO 2 Recorte do quadro construído em sala, com as turmas de 2021.2 e 2022.1

ESCALA	ATRIBUTOS	VALORES	RECOMENDAÇÕES
CONSTRUÍDO	FAU como trecho do ICC mais representativas dos princípios originais: pé direito duplo, planta livre, ateliês e mezaninos, escada helicoidal, mobiliário composto por cubos, peças hexagonais, armários, mesas e pranchetas, divisórias, esquadrias e acabamentos, piso, subsolo, jardim central	uso econômico histórico artístico cultural antiguidade simbólico	Conservação das características atuais, criação de rotina de manutenção com limpeza. Reabertura do acesso à pracinha. Documentação rotineira das intervenções.



ESCALA	ATRIBUTOS	VALORES	RECOMENDAÇÕES
NATURAL	Caráter bucólico do Campus expresso pela baixa densidade construtiva que promove a distribuição mais dispersa dos edifícios. Presença de extensas áreas verdes permeando e perpassando os edifícios	uso histórico artístico cultural simbólico	Conservação da vegetação existente como estratégia essencial para manutenção da escala bucólica. Priorizar vegetação nativa nos novos projetos paisagísticos. Catalogação e totens identificando as espécies vegetais mais expressivas.
IMATERIAL	Composição do núcleo inicial de ocupação do Campus Darcy Ribeiro, revelando sua matriz moderna: paisagem horizontalizada, predominância do concreto e de outros materiais aparentes, escala bucólica materializada pelos longos gramados, vegetação farta e áreas livres	uso histórico artístico cultural antiguidade simbólico	Conservação dos tipos edilícios, gabarito, cores, texturas, gramados e materiais, garantindo a conservação da paisagem.

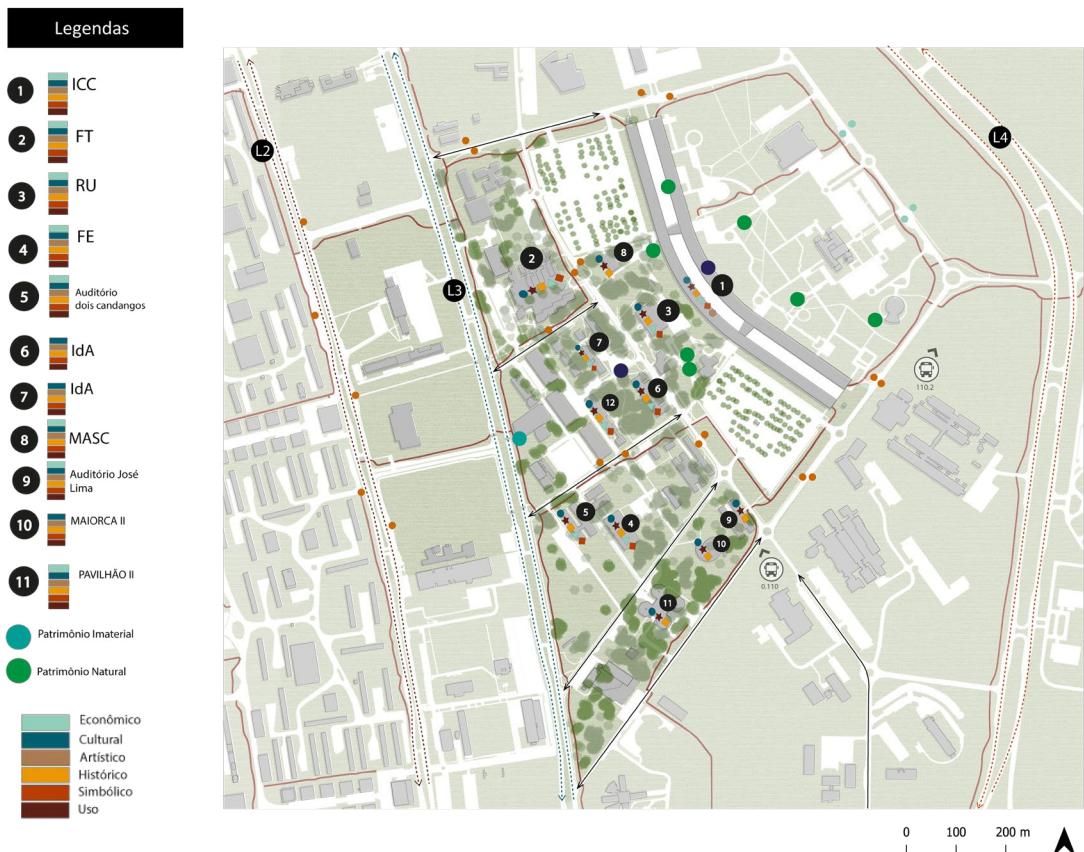
Fonte: Ana Elisabete Medeiros, Flaviana Lira, Letícia Mishina e Oscar Ferreira.

O quadro foi desenvolvido em conjunto com a visita de campo guiada pelos docentes. Um aspecto positivo da construção online foi a utilização de ferramentas que permitiam a criação e alteração simultânea dos discentes durante a aula. A inclusão dessa etapa possibilitou a proposição assertiva dos alunos sobre o sítio e suas condicionantes a partir da ótica preservacionista. Dessa listagem, um dos resultados consistiu no desenvolvimento do mapa de valores (Figura 9), que indicava, a partir de cores, símbolos ou códigos, os lugares que concentravam a maior quantidade de valores, ou seja, aqueles com maior significância cultural. Como premissa para as

proposições, quanto mais valores acumulados em uma área, mais conservativa deveria ser a postura de intervenção.

A partir da análise desse e de outros mapeamentos – como de cheios e vazios, áreas verdes, vias, fluxos, barreiras, áreas de permanência, infraestrutura etc. –, os alunos construíram mapas-síntese, que expressavam as intenções projetuais a partir das recomendações para os atributos e potencialidades. Disso, parte-se para a escolha do terreno e intervenções projetuais:

FIGURA 9 Mapa de valores identificados na seção de estudo. Fonte: Lara da Costa e Cíntia Cavalcante, período de 2021.2.



Sob a postura do restauro crítico, as intervenções deveriam conciliar as propostas com a ambiência, a partir do estudo das cores, texturas, materiais e ritmos presentes – de maneira a inserir intervenções criativas, mas conscientes. A última etapa da disciplina consistiu na elaboração do projeto arquitetônico e urbanístico a partir das recomendações e preceitos explicitados. Apresentam-se, a seguir, dois trabalhos derivados dessa experiência, o primeiro, feito por Caroline Barros e Caroline Tanabe, é justificado pelas alunas da seguinte maneira:

O presente trabalho traz um estudo e projeto de intervenção para uma área do campus da Universidade de Brasília. Tendo como norte as questões de valoração, preservação e intervenção no patrimônio arquitetônico abordados na matéria de Técnicas Retrospectivas.

O ponto de partida se deu com base no mapeamento de questões como cheios e vazios, fluxos de automóveis e pedestres, áreas verdes, e espaços com valores culturais, históricos, econômicos, simbólicos e artísticos.

Com essa base, notou-se uma desarticulação entre os espaços com obras artísticas, que passavam muitas vezes despercebidas pelos usuários dos espaços e trabalhar tal situação torna-se a costura da intervenção na área. Foi então proposto um circuito cultural, criando uma experiência no percurso pela universidade por meio dele, além de destacar as obras criando espaços contemplativos e informativos, esses caminhos foram trabalhados para proporcionar mais segurança e conforto nos deslocamentos. Preocupando-se também com a manutenção e revitalização dos espaços já existentes. O percurso se fecha em um ciclo que percorre a universidade e tem como seu ponto principal o edifício proposto para dar mais espaço a exposições permanentes e efêmeras, bem como receber eventos e proporcionar espaços para ateliês. A partir dele, estruturas modulares se espalham como que se dissolvendo pelo campus, criando uma unidade nos espaços trabalhados.

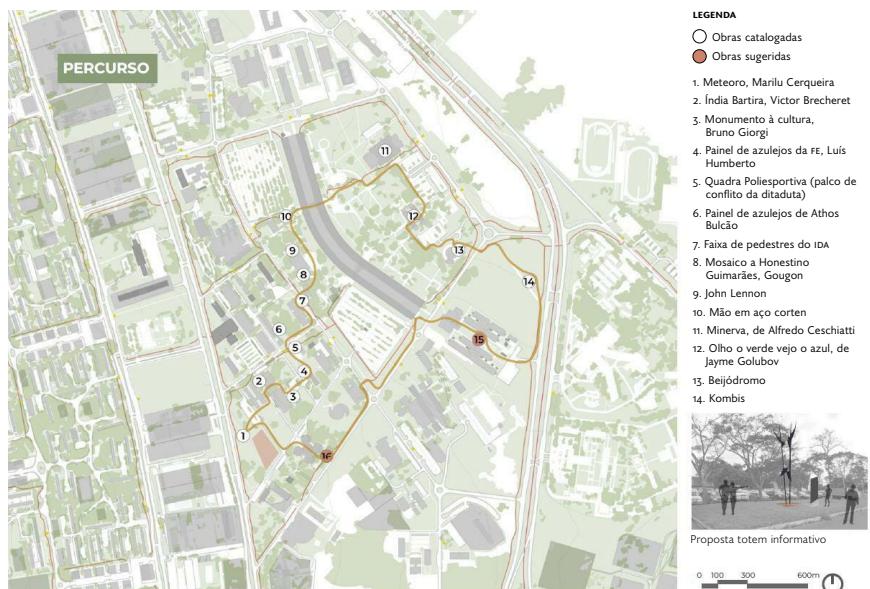
Como objeto de requalificação, as alunas propuseram pequenas intervenções no edifício conhecido como “Amarelinho”, ou MASC, dotando-o de acessibilidade, trabalhando o paisagismo e ações de conservação, e alterando placas de identificação para o padrão em totem, de maneira a direcionar o destaque à arquitetura moderna. A inserção da rampa e escadaria ajardinada trabalham com a forma do terreno e agregam dinamicidade à arquitetura existente:



FIGURA 10 Montagem com imagens da proposta de Requalificação urbana e acessibilidade para o Amarelinho. Fonte: Caroline Barros e Caroline Tanabe, período de 2021.2.

Já a proposta projetual apresentada teve como foco a criação de um percurso de obras de arte, que chegaria à área de intervenção – representada em tom rosado na Figura 11. A Universidade de Brasília é permeada por diversas intervenções artísticas, sejam estas arquiteturas, esculturas, painéis, obras integradas a edifícios ou inseridas posteriormente. A potencialização dessa qualidade muito particular ao campus é o que norteou o projeto urbanístico e arquitetônico:

FIGURA 11 Mapa de percurso artístico proposto. Fonte: Caroline Barros e Caroline Tanabe, período de 2021.2.



O programa adotado consistiu em um espaço multiuso de vão livre, com áreas de depósito, sanitários e cozinha, que se posiciona próximo a outra construção voltada para a exposição permanente e os ateliês. Na materialidade, foram utilizados o concreto pré-moldado, chapas metálicas, vidro e cobogós com desenho de autoria própria. É uma edificação térrea, permeada por um jardim de vegetação rasteira, interligado por uma passagem coberta com “pétilas” de concreto e aço:

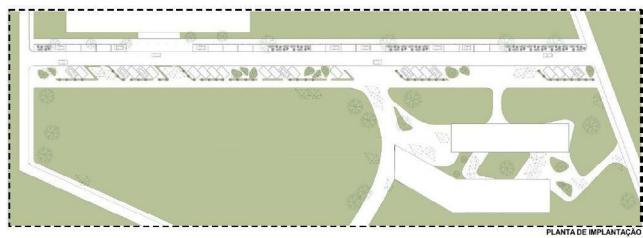


FIGURA 12 Planta de implantação. Fonte: Caroline Barros e Caroline Tanabe, período de 2021.2.

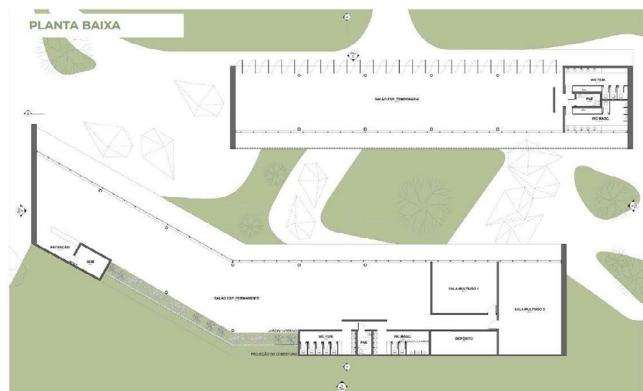


FIGURA 13 Planta baixa do projeto de requalificação do Amarelinho. Fonte: Caroline Barros e Caroline Tanabe, período de 2021.2.



FIGURA 14 Perspectiva. Fonte: Caroline Barros e Caroline Tanabe, período de 2021.2.



FIGURA 15 Perspectiva. Fonte: Caroline Barros e Caroline Tanabe, período de 2021.2.

O segundo trabalho, desenvolvido por Lara da Costa e Cíntia Cavalcante, consistiu em um Centro de Capacitação e Multiuso para estudantes, que visava o oferecimento de cursos e atendimento da comunidade, garantido a função de ensino e extensão da Universidade, com aulas de primeiros socorros, música, dança, artes e outros programas aplicados, com a possibilidade de expansão futura. Sobre o contexto histórico, as alunas colocam que:

Dentro do contexto do patrimônio histórico a importância da capital federal para a Arquitetura Moderna. A incorporação do principal material, o concreto armado, incorporado nas obras mais emblemáticas de Brasília. Fundamenta-se na capital moderna como um acervo cultural e histórico, definidor da força motriz do Patrimônio Moderno.

Brasília é um conjunto tombado pela UNESCO, e seu acervo traz a tona questões e análises que envolvem a Preservação, a Intervenção e a Conservação das principais obras modernistas. Nestes aspectos os procedimentos de valorização das obras são fundamentais nos principais passos de quaisquer ações de afetam direta ou indiretamente as edificações.

A Universidade de Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1962, punctionada pelo antropólogo Darcy Ribeiro que definiu as bases no ensino, o educador Anísio Teixeira que planejou o modelo pedagógico e o arquiteto Oscar Niemeyer na idealização e projeto das principais edificação emblemática do Campus, o Instituto Central de Ciências o ICC.

O Campus Darcy Ribeiro é localizado na Asa Norte, é o maior e o tradicional da universidade. Apresenta 400 hectares com mais de 500 mil metros quadrados em área construída. As principais edificações emblemáticas são o Instituto Central de Ciências o ICC, a Biblioteca Central - BCE, a Faculdade de Educação - FE e os principais prédios históricos como o Auditório Dois Candangos. A Universidade comporta dezenas de institutos e faculdades, com laboratórios, hospitais e restaurante, o RU. Apresenta moradia para os estudantes, a Casa do Estudante e também o Centro Olímpico. A faixa que liga a universidade atravessa a L2 - L3 - L4, até chegar próximo às margens do Lago Paranoá.

Assim, as alunas utilizaram o mapa de valoração para entender as questões fundamentais a serem adotadas no porte projetual a fim de manter a unidade visual do Campus Darcy Ribeiro. A forma proposta foi idealizada a partir do contexto da geometria circundante, assemelhando-se à tipologia do Centro de Excelência em Turismo. Dessa forma foi realizado um quadrado e nele inscritas formas derivadas da sua diagonal. A espacialização se dá a partir de cinco módulos, posicionados de acordo com a sua orientação solar e dos principais eixos das edificações circundantes:



FIGURA 16 Planta de Situação. Fonte: Lara da Costa e Cíntia Cavalcante, período de 2021.2.

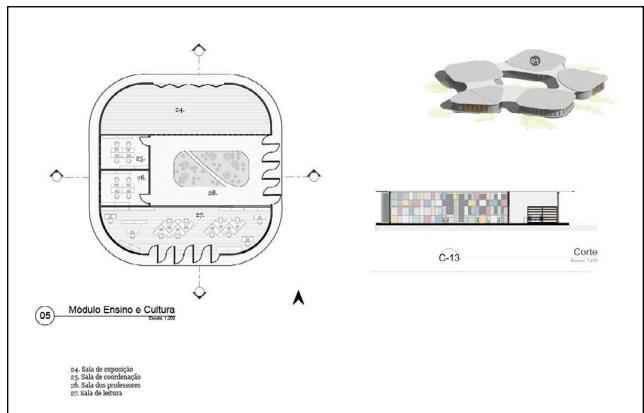
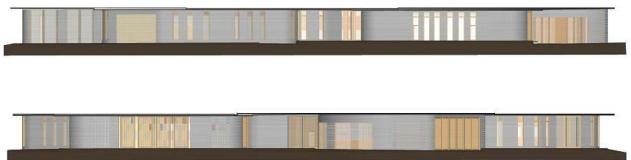


FIGURA 17 Planta Baixa e cortes do Módulo 5. Fonte: Lara da Costa e Cíntia Cavalcante, período de 2021.2.



FIGURAS 18 E 19 Montagens com Perspectivas e com Elevações do projeto. Fonte: Lara da Costa e Cíntia Cavalcante, período de 2021.2.



Do ponto de vista urbanístico, também foram propostas requalificações de percursos a nível do pedestre, trabalhando principalmente nos problemas identificados no trecho da L3, repleto de áreas descampadas e inseguras e ausência de iluminação no período noturno. Assim, as alunas propuseram a implantação de membranas de tecido como cobertura e a inserção de jardins com vegetação nativa e mobiliários urbanos na paleta de cores das folhagens. De acordo com as autoras:

O desenho curvo de extrema precisão visual da nossa etapa projetual. Foi se pensando a análise paisagista muito referenciada com espécies que a parte valoração o jardim de Cerqueiro do ICC foi incorporado. Nestes aspectos trabalhamos com dupla formação de espécies as de copas mais altas e espécies florais do cerrado para adentrar a cor no projeto. Já que a materialidade foi concentrada no concreto aparente e na madeira. O paisagismo seria a delicada composição da beleza tendo seu ápice com espécies de florescimento entre o verão e a primavera que ofereciam os destaques de cores assim evidenciado nas espécies catalogadas com suas respectivas cores e momentos de florescimento.

FIGURA 20 Esquema urbanístico com intervenções. Fonte: Lara da Costa e Cíntia Cavalcante, período de 2021.2.





FIGURA 21 Montagem de perspectivas das intervenções paisagísticas e urbanas.
Fonte: Lara da Costa e Cíntia Cavalcante, período de 2021.2.

Ao apresentar alguns dos estudos de caso pensados na disciplina, tentamos mostrar como a teoria da conservação pode e deve rebater sobre a prática projetual a nível tipológico, urbano e usual. Enquanto último contato dos alunos de Arquitetura e Urbanismo com projeto antes do Trabalho Final de Graduação, PROAU 8 traz consigo suporte metodológico importante para a intervenção em sítios patrimoniais, sejam estes contemporâneos ou históricos. Uma das lições que permeiam todo o semestre é o entendimento intersubjetivo dos valores e da importância que os atributos podem assumir para diferentes grupos sociais. Ao buscar elencar as maiores fragilidades e potencialidades no bem ou no sítio, há a forte noção de que as premissas do restauro crítico – *distinguibilidade, reversibilidade, mínima intervenção, e equilíbrio entre as instâncias estética e histórica* – devem ser colocadas como premissas principais para agir sobre esses lugares. Sendo assim, apresentam-se considerações sobre teoria e prática do ensino em conservação.

A formação desejada

A experiência exposta evidenciou a importância de uma abordagem fincada em referenciais teórico-metodológicos de suporte à prática projetual em bens culturais. A compreensão dos principais aspectos teóricos e metodológicos da teoria do restauro, aliados a uma abordagem operacional da significância cultural, permitiu a identificação e espacialização dos valores atribuídos ao bem, informação imprescindível para a construção de intervenções engajadas com a significância cultural do bem e com o respeito às suas condições de autenticidade e integridade.

Entende-se, nesse sentido, que a contribuição central do método de projeto aqui exposto reside na possibilidade de conciliar os valores atribuídos pelos atores sociais à definição de estratégias de intervenções que busquem a conservação do bem mantendo ou mesmo fazendo melhorar a sua significância cultural.

É interessante observar que, mesmo tendo sua origem vinculada à Carta de Burra do ICOMOS AUSTRALIA, ou seja, elaborada em resposta a questões relativas ao contexto social australiano, a adoção da significância cultural, como norte da construção de estratégias de preservação, tem se difundido em todo o mundo. Estudo de caso interessante nesse sentido é o Conservation Management Plan for the National Theatre (Plano de gestão da conservação do Teatro Nacional de Londres), do ano de 2008, elaborado pelo Haworth Tompkins Ltd. São construídas pequenas declarações de significância para o contexto arquitetônico e urbano e, em seguida, o nível de significância definido (de “significância muito alta” até “nenhuma significância”) é mapeado por ambiente ou estrutura do teatro, deixando graficado, portanto, o nível de cautela que se precisa ter ambiente a ambiente.

Nesse sentido, podemos afirmar que a disciplina vem se transformando no tempo, como não poderia deixar de ser, incluindo entre suas ferramentas didáticas novas abordagens e orientações de um campo em constante transformação. Os dois semestres apresentados neste artigo delineiam parte dessas transformações e deixam claro como as orientações procedimentais têm rebatimento no fazer projetual. Igualmente interessante é observar as mudanças nas formas de representação ao longo do tempo.

O curso de PROAU permite, portanto, uma formação introdutória, porém consistente, em termos teórico, metodológico, normativo e projetual no âmbito da preservação do patrimônio, abrindo mais um campo de atuação. Além disso, temos observado, que uma parcela dos alunos opta por seguir se especializando e atuando na área.

Referências

- BOITO, Camillo. Os Restauradores. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl e Paulo Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.
- BRANDI, Cesare. Teoria da restauração. Tradução de Beatriz Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.
- CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2017.
- GILES, Thomas Ransom. Dicionário de filosofia: termos e filósofos. São Paulo: EPU, 1993.
- ICOMOS. The Burra Charter: The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance. Australia, 2013. Disponível em: <http://australia.icomos.org/publications/charters/>. Acesso em: 15 set. 2022.
- LACERDA, Norma. Os valores das estruturas ambientais urbanas. In: ZANCHETI, Silvio; JOKILEHTO, Jukka (org.). Gestão do Patrimônio Cultural Integrado. Recife: CECI/Ed. da Universidade Federal de Pernambuco, 2002.
- LIRA, Flaviana Barreto. Desafios contemporâneos da significância cultural, integridade e autenticidade do patrimônio cultural: teoria e prática. *Oculum Ensaios*, [s. l.], v. 17, p. 1–22, 2020. DOI: 10.24220/2318-0919v17e2020a4365. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/4365>. Acesso em: 19 abr. 2024.
- LIRA, Flaviana Barreto. As recomendações internacionais e a arquitetura moderna: limitações e possibilidades de aplicação nas ações de conservação e restauração. In: DOCOMOMO NO/NE, 3., 2010, João Pessoa. Anais [...]. João Pessoa, 2010a.
- LIRA, Flaviana Barreto. Patrimônio cultural e autenticidade: montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento. Recife: Editora UFPE, 2010b.
- MUÑOZ VIÑAS, Salvador. Teoría contemporánea de la restauración. Madrid: Editorial Síntesis, 2004.

RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese*. Tradução de Elane Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentini. Goiânia: Editora UCG, 2006.

RUSKIN, John. *The seven lamps of Architecture*. New York: Dover Publications, 1989.

SILVA, P. *Conservar, uma questão de decisão: o julgamento na conservação da arquitetura moderna*. Recife: Editora UFPE, 2012.

VIOLET-LE-DUC, Eugène E. *Restauração*. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.

ZANCHETI, Silvio; HIDAKA, Lúcia; RIBEIRO, Cecilia; AGUIAR, Bárbara, 2009. Judgement and validation in the Burra Charter Process: Introducing feedback in assessing the cultural significance of heritage sites. *City & Times*, Recife, v. 4, n. 2. 2009.

CAPÍTULO 7

Ateliê caótico

Uma experiência de apreensão do lugar e de prática projetual em áreas de valor patrimonial¹

José Clewton do Nascimento
Eunádia Cavalcante

As primeiras edições de uma experiência denominada “Ateliê Caótico”

No semestre letivo 2016.1, os autores deste artigo (que são professores do curso de Arquitetura e Urbanismo, da UFRN) resolveram oferecer uma disciplina optativa, denominada de “Ateliê Caótico”. Duas questões motivaram a realização dessa disciplina: a primeira refere-se a inquietações/observações/constatações decorrentes da pouca vivência dos discentes dos semestres iniciais com relação aos espaços públicos da cidade, com a “preferência”/possibilidade/facilidade

¹ Este texto apresenta uma experiência de integração entre disciplinas da graduação (Curso de Arquitetura e Urbanismo) e da pós-graduação (PPGAU/UFRN) por meio dos componentes curriculares optativos e também parte do Simpósio Temático coordenado pela professora Flaviana Lira no VI Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo realizado remotamente em 2021. Os trabalhos desenvolvidos pelos alunos são orientados pela compreensão e pela experiência do lugar a partir da sua observação e representação por meio de técnicas de desenho e de colagem, que podem conduzir a um argumento projetual. Discute-se de forma articulada a conformação da cidade colonial e do barroco brasileiro, relacionando tais aspectos históricos à temática da conservação de áreas de valor patrimonial. São dois os produtos esperados: um painel-síntese de produção coletiva a partir das vivências em campo, no qual devem ser estabelecidos nexos entre as narrativas construídas por cada um; e um painel-síntese com as propostas (no nível de ideias), norteadas pelos nexos estabelecidos pela experiência da visita de campo.

destes de “ir” aos lugares utilizando recursos digitais quando da execução de trabalhos acadêmicos; e a segunda é relacionada ao distanciamento do recurso do desenho manual como instrumento/ferramenta de observação/discussão/projeto, que só é adotado quando exigido pelo professor, gerando uma superficialidade no que se refere à percepção e compreensão dos problemas.

A proposta da disciplina foi norteada por diretrizes que primaram por uma abordagem projetual, com ênfase na observação (relação com o lugar) e nas técnicas de desenho e colagem, como forma de expressão das ideias. Entre os seus objetivos estavam estimular nos discentes a prática, no processo de concepção projetual, da percepção dos elementos construídos e sua relação com o entorno. A princípio, não foram preestabelecidos condicionantes, de modo a incentivar a prática do “estar no lugar” como forma de apreensão e (re)conhecimento do espaço a ser transformado, e o uso de processos manuais – croquis, colagens – como veículos de expressão das ideias geradas como concepção projetual.

O conceito de “lugar” foi utilizado, portanto, como um dos principais fundamentos teórico-metodológicos, com suporte na fenomenologia, que, segundo Norberg-Schulz (2008, p. 443), consiste em “um ‘método’ que exige um ‘retorno às coisas’, em oposição às abstrações e construções mentais”. Complementarmente, comprehende-se que:

[...] a arquitetura é fundamentalmente uma arte humana preocupada com a vida das pessoas, suas experiências e seus instrumentos; os seres humanos não são meros espectadores das ‘apresentações’ da arquitetura, mas seus ingredientes vitais – propagadores, modificadores, usuários e participantes (Unwin, 2013, p. 6).

Em termos de procedimentos metodológicos, foram realizados encontros para apresentação e discussão dos referenciais teórico-conceituais utilizados nas atividades práticas; visitas aos locais selecionados para a realização da atividade de experimentação do lugar e, posteriormente, atividades de ateliê, tendo em vista a elaboração de propostas arquitetônicas para as referidas áreas, norteadas pela atividade de experimentação do lugar, usando o croqui e as colagens para expressão das ideias; apresentação e discussão das propostas.

Em se tratando de uma disciplina optativa de curta duração, determinou-se que as propostas não seriam desenvolvidas em nível

de desenho técnico, a prioridade seria o estímulo à materialização de ideias iniciais por meio do desenho à mão livre e colagens de figuras e textos, de modo que, para além de uma solução arquitetônica, os painéis pudessem exprimir sensações percebidas e/ou pretendidas com o projeto/proposta. Para tanto, foram utilizadas como referência as colagens e fotomontagens do Archigram – grupo de arquitetos de vanguarda formado nos anos 1960, com base na Architectural Association School of Architecture (Londres), que, segundo Malaparte (2015), foram revolucionários ao antecipar o desenho virtual de zonas habitáveis.

Os projetos do grupo não se fundamentavam em requisitos imediatos de exequibilidade construtiva, mas sim em conceitos, atividades, movimentos e fluxos, com intenso apelo para o imaginário da era espacial. Por causa destas características, suas propostas foram consideradas muito criativas (Cavalcante; Veloso, 2011), mesmo que o trabalho do grupo tenha ocorrido basicamente no campo da experimentação (seus projetos e desenhos foram divulgados por meio da revista Archigram, de exposições e de eventos) e não no da obra construída.

Com base nesses precedentes, os estudantes desenvolveram suas propostas em sala de aula, a partir dos registros gráficos realizados durante as visitas, acrescidas de colagem de figuras e textos sobre desenhos, utilizando, exclusivamente, o tempo determinado para a atividade de ateliê, ou seja, não foi previsto que as atividades tivessem continuidade em horário distinto do que foi estabelecido para o componente.

Ao final da experiência, os alunos apontaram como um dos pontos positivos o contato direto com a área do projeto e as suas possibilidades e formas de apreensão. Segundo eles, desenhar, planejar em grupo, observar no lugar, conseguir captar a dinâmica do lugar, permanecer no lugar é diferente da análise reduzida ao contato por meio de mapas e imagens digitais (Figura 1). Foi identificada, ainda, a importância da realização dos desenhos *in loco* como construção de um quadro de imagens mentais, ou seja, no mesmo sentido da realização de anotações de um texto para memorização do conteúdo:

Avaliada como uma experiência exitosa, os docentes resolveram organizar uma segunda edição da disciplina, também para a



FIGURA 1 Composição de fotos do momento de montagem do painel síntese (1^a edição) e painel síntese (2^a edição).
Fonte: acervo dos autores (2016, 2017).

graduação, incorporando alguns aspectos indicados pelos discentes no processo avaliativo, tendo em vista o amadurecimento de sua proposta. O processo e os resultados obtidos nessas duas edições foram apresentados e discutidos em produções acadêmicas, publicadas no ano de 2017.²

Terceira e quarta edições: a cidade colonial brasileira como particularidade do “estar no lugar” e a transversalidade como processo metodológico

Com o compromisso firmado de aprofundar a experiência da proposta metodológica do Ateliê Caótico no sentido de um alcance transversal, a terceira e quarta versões contaram com estudantes da graduação, bem como com alunos da pós-graduação, e as atividades foram desenvolvidas em cidades que apresentam como pontos em comum serem referências no conjunto de cidades coloniais brasileiras e se localizarem fora do estado do Rio Grande do Norte. Nesse sentido, dois aspectos foram enfatizados na construção teórico-metodológica

² A primeira edição deste componente curricular rendeu um artigo publicado na *Revista Projetar*, em 2017. A segunda experiência, que ocorreu no período letivo de 2017, foi apresentada no ENSEA 2017 e o artigo publicado no CADERNO 41 da ABEA (Cavalcante; Nascimento, 2017).

da proposta: a transversalidade/integração; o estar no “lugar-cidade colonial brasileira”.

Com relação à integração: no caso das duas edições em questão, além do reforço à importância do experienciar os lugares para o desenvolvimento das atividades relacionadas à apreensão dos espaços e, por conseguinte, das propostas de concepção projetual, optamos pela realização da experiência em cidades localizadas fora do território natalense/potiguar – no caso, as cidades de Olinda, em Pernambuco, e Areia, na Paraíba –, com o objetivo de que os discentes, ao terem contato com outra realidade de cidade, construissem outras percepções/apreensões distintas das práticas que fazem parte dos seus cotidianos. Dessa forma, procuramos a aproximação com outro conceito a ser utilizado na experiência de ateliê: a transversalidade. Segundo Trevisam, Lester e Dicher (2016, p. 5):

[a transversalidade busca] estabelecer uma relação entre apreender conhecimentos teóricos e questões da realidade da vida, que se transforma hodiernamente no que diz respeito às questões sociais e aos processos vividos e debatidos intensamente pela sociedade, numa busca incessante de soluções e alternativas para as questões sobre a vida em sociedade.

Definindo um tema de interesse comum entre estudantes da graduação e da pós-graduação e, por outro lado, de importância relevante na discussão sobre os espaços urbanos históricos das cidades, de forma a alcançar o aspecto da integração, buscamos apresentar alternativas que possibilitassem desconstruir a prática compartimentada dos saberes, como apresenta Morin:

Se uma das funções do ensino superior está na necessidade de produzir conhecimentos que permitam a compreensão ampla do ser humano e da vida em sociedade, faz-se necessário que se pense o problema do ensino considerando “os efeitos cada vez mais graves da compartimentação dos saberes e da incapacidade de articulá-los uns aos outros”, e, ainda, que se leve em conta “que a aptidão para contextualizar e integrar é uma qualidade fundamental humana, que precisa ser desenvolvida e não atrofiada” (Morin, 2010 *apud* Trevisam; Lester; Dicher, 2016, p. 4).

Com relação ao Estar no lugar, como aspecto relacionado ao referencial teórico-conceitual, partiremos da fala de Paulo Freire sobre sua perspectiva de “estar no mundo” e a necessidade de termos atitudes proativas nesse contexto:

O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem não tem nada a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história (Freire, 2011, p. 53).

Trazendo a discussão para a apreensão/percepção/ação sobre a cidade, procuramos reforçar os conceitos utilizados nas duas edições anteriores, tomando a fenomenologia como base conceitual a partir da utilização da produção de autores referenciais acerca do tema, como Yi-Fu-Tuan (1980) e Christian Norberg-Schulz (2008), dialogando também com as falas de autores que corroboram essa forma de “ver o mundo”. Em adição, concordamos, ainda, com Denise Alcântara (2008), quando ela apresenta a *Topofilia* como “a noção do fato social percebido e experienciado, da vida, do cotidiano e do sentido [ou significado] do lugar” (Alcântara, 2008, p. 2-3), bem como ao trazer uma discussão a partir do pensamento de Norberg-Schulz e afirmar que:

A orientação e a identificação do homem com o ambiente e sua conotação simbólica, conferem *caráter* ao lugar, não apenas como simples abrigo, mas como base existencial. Seu propósito é, também, transformar o espaço em um lugar, descobrir os significados potencialmente presentes, valorizar determinado sítio e trazer à luz seu caráter intríseco (Alcântara, 2008, p. 38, grifo nosso).

Reforçando essa argumentação, Bula e Almeida (2017, p. 110) apontam que “na fenomenologia, o sujeito só se torna sujeito a partir dessa sua relação com o mundo, e este só se torna mundo a partir do contato com o sujeito”.

André Duarte Baptista também nos aponta a importância do observar como ação para o desenvolvimento de uma leitura “sensorial e meticulosa” do espaço, enquanto lugar:

A fenomenologia, sendo uma forma de percepção do espaço, não pode restringir-se à sua tridimensionalidade (espaço), é necessário introduzir a 4^a dimensão (tempo): espaço-tempo. Só com o movimento, conseguimos várias perspetivas e uma leitura sensorial e meticulosa do espaço, resultante do contacto directo entre observador e caso de estudo (Baptista, 2013, p. 94).

Portanto, “[...] A interacção entre observador e Lugar é fundamental para o conhecimento da sua Identidade” (Baptista, 2013, p. 88). A realização de discussões acerca das duas variáveis, trabalhadas de modo articulado – a conformação da cidade colonial e do barroco brasileiro, discutidas a partir de uma abordagem fenomenológica (Baeta, 2010), e as questões relacionadas a intervenções em áreas de valor patrimonial, com base na abordagem das escalas contextuais (uniformidade contextual; continuidade contextual; justaposição contextual) (Tiesdell; Oc; Heath, 1996), e dos conceitos de autenticidade e integridade (Kühl, 2006; Vieira-de-Araújo, 2008) – deram suporte às atividades de campo realizadas em uma visita à cidade de Olinda-PE (na terceira edição) e à de Areia/PB (na quarta edição), para identificação e registros dos elementos caracterizadores do sistema articulado barroco (percursos e focos; visão panorâmica; visão localizada), assim como da relação entre os elementos que compõem a morfologia urbana do núcleo (traçado viário, monumentos, espaços públicos, espaços construídos) e arquitetônica dos edifícios religiosos (relação entre elementos externos e internos), dando subsídios para uma proposta de intervenção projetual que prime pela valorização das características inerentes ao lugar (cidade colonial e configuração barroca).

Estar no lugar-Olinda

A atividade de apreensão/reconhecimento e do “estar no lugar”, em Olinda-PE, teve o Centro Histórico como universo de intervenção; durante dois dias os participantes, que não conheciam previamente o local a ser intervencionado, foram incentivados à observação atenta do lugar. A primeira manhã foi dedicada aos percursos e registros gráficos (Figura 2), nos quais foram observados os traçados urbano e das edificações que dão o caráter barroco à cidade: por meio de arruamentos sinuosos que conduzem a pontos focais instalados, ora no cume das colinas ora em praças, num cenário marcado por janelas visuais que se apresentam a cada esquina. Mas também se observaram, entre outras especificidades do sítio, o cotidiano das pessoas que habitam, trabalham ou que são visitantes temporários; a massa vegetal que ocupa os quintais dos lotes; a imagem que se tem do



FIGURA 2 Composição de fotos dos percursos realizados pelas ruas de Olinda.
Fonte: acervo dos autores (2018).

mar e da cidade do Recife; os problemas relacionados à mobilidade nos percursos; e as intervenções que estavam ocorrendo em alguns edifícios e espaços públicos.

À tarde o grupo se reuniu em uma sala no Convento Franciscano, na qual a professora da UFPE Natália Miranda Vieira-de-Araújo, a convite dos professores organizadores da atividade, fez uma explanação sobre o sítio histórico de Olinda, sobre a organização da população residente no sentido da preservação cultural e, por fim, sobre critérios de intervenção em sítios históricos. Em seguida, foi apresentada a dinâmica para elaboração do diagnóstico a partir das observações feitas durante os percursos e dos registros gráficos. O formato da discussão sobre a apreensão do lugar envolveu todos os participantes que, em torno de uma mesa e de posse dos registros gráficos de cada um, deveriam construir um painel-síntese (Figura 3) que fosse capaz de refletir as



FIGURA 3 Composição de fotos do momento de montagem do painel-síntese. Fonte: acervo dos autores (2018).

potencialidades, os problemas e as dinâmicas do espaço Barroco da cidade de Olinda.

Desse modo, os registros gráficos passaram a ser organizados por temática e foram selecionados os que comporiam o painel, ao mesmo tempo em que se discutiam os destaques, as palavras-chave, a que são acrescentados post-its, imagens e palavras recortadas de revistas e até mesmo folhas e flores de plantas, no sentido de registrar ora impressões sobre o lugar ora possibilidades de intervenção. Uma vez concluído, o painel foi apresentado pelo grupo. Após a discussão dessa atividade, os professores revelaram o lugar da intervenção, momento em que todos se manifestaram a respeito dele (Figura 4). A partir de então, a turma foi organizada em 4 grupos que foram formados por quatro estudantes da graduação e um da pós-graduação para proporem uma intervenção a partir do painel-síntese realizado coletivamente.



Na manhã do dia seguinte, os grupos retornaram à área de intervenção de modo a vivenciar e registrar o lugar de forma mais detalhada, entrar em contato com usuários, observar as atividades comerciais e culturais que ali se realizam, bem como os problemas e possibilidades de



FIGURA 5 Composição de fotos dos alunos registrando a área de intervenção.
Fonte: acervo dos autores (2018).

intervenção. Além de realizarem novos registros gráficos e fotográficos (Figura 5).

De volta a Natal, imbuídos de todas as informações coletadas durante a visita de campo, os grupos se reuniram para a realização do Ateliê propositivo. Retomando a narrativa do painel-síntese, deveriam ser desenvolvidas propostas de intervenção utilizando os croquis e as colagens como linguagem. As propostas iniciais foram discutidas ao final da atividade para que fosse dada continuidade no segundo dia de Ateliê (Figura 6).

O envolvimento com o Ateliê e as discussões geradas em torno das propostas, que primou pela ênfase e valorização da discussão teórico-conceitual acerca das práticas intervencionistas em

FIGURA 6 Composição de fotos do Ateliê de proposições. Fonte: acervo dos autores (2018).





FIGURA 7 Composição de fotos dos Painéis propositivos. Fonte: acervo dos autores (2018).

áreas de valor patrimonial, da qual os exemplares representativos de cidade colonial brasileira e a natureza barroca desse núcleo urbano fazem parte, foi de tal ordem que os professores também desenvolveram um painel propositivo a partir da observação e da fala dos grupos (Figura 7).

Estar no Lugar-Areia

Estimulados pelos resultados da terceira edição do Ateliê Caótico e pela repercussão entre os alunos do curso, que passaram a nos questionar quando o componente seria oferecido novamente, construiu-se a ideia de se explorar um contexto particular de implantação de um sítio histórico situado na cumeada da serra da Borborema, no Brejo Paraibano, a cidade de Areia. Com o apoio do escritório técnico do IPHAN, na pessoa da arquiteta Natália Azevedo, e aplicando a metodologia descrita

anteriormente, a turma formada por estudantes da graduação e da pós-graduação realizou a leitura do sítio histórico através de percursos que buscaram identificar e resgatar momentos significativos da história da cidade materializados em ruas, edifícios, elementos naturais e manifestações culturais.

A apreensão do lugar foi registrada, na tarde do primeiro dia, por meio de desenhos que, juntamente a recortes de imagens, textos e desenhos complementares compuseram o painel-síntese. A atividade do primeiro ateliê foi realizada no edifício que abriga a sede do escritório técnico do IPHAN, o Casarão José Rufino (Figura 8). Após a apresentação do painel, a turma foi apresentada à área a ser intervencionada. Na manhã do dia seguinte, percursos realizados no entorno próximo ao local escolhido complementaram as informações necessárias à apreensão do lugar.

O ateliê propositivo ocorreu em Natal, seguindo os mesmos procedimentos utilizados na experiência anterior, em Olinda, com o estabelecimento

FIGURA 8 Exemplo de painel-síntese, elaborado na atividade realizada em Areia-PB. Fonte: acervo dos autores (2019).



de dois produtos-sínteses das atividades: o painel-síntese das apreensões realizadas pelos discentes durante a visita de campo, elaborado de forma coletiva, a partir da construção de nexos entre as narrativas construídas por cada um e painéis com as propostas (no nível de ideias), norteadas pelos nexos estabelecidos pela experiência da visita de campo e materializadas no painel-síntese.

Foram quatro propostas, desenvolvidas pelos grupos, para uma área livre situada próximo à igreja de N. Sra. do Rosário dos Pretos, que buscaram relacionar à situação particular da cidade em que o espaço construído situa-se na cota mais alta e o espaço da encosta se espraiia até o vale coberto por vegetação. Cabe destacar que a turma foi convidada a expor os painéis-síntese e propostas na primeira Feira Literária de Areia (2019), pelo entendimento de que a atividade promoveu uma leitura sensível da cidade por um olhar estrangeiro, mas que buscou identificar o *genius loci* no exercício de apreensão do lugar.

Assim como ocorreu na experiência de Olinda, os professores também apresentaram uma proposta, elaborada a partir das reflexões trazidas pelas discussões que se deram durante as orientações realizadas com os grupos de alunos:

Considerações finais

Os resultados apresentados nessas duas edições foram considerados satisfatórios ao que se buscou a partir do objetivo tratado (enfatizar aspectos relacionados à integração/transversalidade e à experiência de “estar no lugar, fora de seu lugar”), e, tratando-se especificamente da relação entre o âmbito da apreensão do lugar e as propostas de concepção projetual, pudemos observar uma relação direta entre os conceitos discutidos e a aplicação prática destes nas propostas apresentadas. Neste sentido, consideramos que a experiência da integração entre a graduação e pós-graduação, por meio da transversalidade (o contato dos discentes da graduação com a experiência profissional de arquitetos que estão na pós-graduação), e o experienciar processos metodológicos seguidos na atividade, pelos alunos da pós, tornando-se uma contribuição com suas práticas de concepção projetual), alcançou resultado satisfatório, o que nos incentiva a procurar reforçar esse aspecto nas próximas experiências.

Nas duas experiências, colhemos relatos dos alunos, em uma avaliação ao final das atividades e, em conjunto com a produção dos painéis (a síntese e as propostas), pudemos identificar o reforço à importância das experiências de vivenciar/estar no lugar para o desenvolvimento das referidas atividades. Os alunos apontaram que o procedimento metodológico utilizado possibilitou um maior domínio acerca da apreensão do local experienciado, contribuindo positivamente para o processo de concepção projetual, o que podemos relacionar ao pensamento de Unwin, quando este autor afirma que, diante da possibilidade de intervenção no espaço, do “desexo de modificar o mundo, de rearranjar algumas de suas partes, a fim de estabelecer lugares que possam dar abrigo à vida (e também à morte)” (Unwin, 2013, p. 2), é necessário o contato direto com o lugar e com seus usuários e não somente a análise técnica e impersonal de mapas, tabelas e dados.

Ressaltamos também a incorporação, ao longo do desenvolvimento das atividades, da importância de se buscar no sentido do lugar a contribuição para a formulação dos conceitos e, por conseguinte, das propostas resultantes, estabelecendo uma clara relação entre a base teórica utilizada (fenomenologia de Norberg-Schulz; sentido de lugar de Álvaro Siza; as qualidades sensíveis das análises dos lugares de Bula e Almeida) e os resultados obtidos. Tal aspecto revela o sentido de continuidade no âmbito teórico-metodológico, estabelecido entre as duas edições e as experiências iniciais do Ateliê Caótico.

Observamos, ao longo das experiências, que o croqui foi um recurso bem mais utilizado, tanto no âmbito da apreensão, quanto no momento da concepção projetual, por meio dos quais foram estabelecidos os nexos entre as narrativas individuais, gerando os quadros-síntese de montagem, reforçando o entendimento de que o desenho é um recurso essencial ao arquiteto, quer seja no diálogo consigo próprio no processo de materialização e desenvolvimento de ideias, quer seja no diálogo com outros profissionais e/ou usuários.

As experiências têm nos possibilitado reforçar a importância do contato com a cidade para além das possibilidades dos dispositivos digitais. O procedimento metodológico da realização de percursos pelos lugares, o contato com usuários, o vivenciar os problemas e,

por conseguinte, o ter uma melhor apreensão do referido lugar ampliam a percepção do projetista sobre possibilidades de intervenção. No caso das duas edições, a particularidade de ser realizada em um local distante da prática cotidiana dos discentes evidenciou a necessidade de o olhar estar mais atento, no sentido de possibilitar uma percepção mais aguçada desta nova realidade.

Ressaltamos a importância do ateliê de projeto como espaço de discussão, troca de saberes e experiências, de compartilhamento de ideias, de amadurecimento necessário à formação do estudante, da argumentação, do diálogo com outras pessoas, de modo que vem a ser uma preparação para a atuação profissional, uma vez que o processo de elaboração e execução de um projeto/obra é necessariamente partilhado com outros profissionais. Atrelada a essa questão, salientamos e reforçamos a importância do ensino presencial, ao possibilitar e incentivar a realização dessas experiências.

Como desdobramento das experiências, nos propusemos um desafio maior: atravessar o Atlântico e desenvolver a experiência em um outro país. A cidade escolhida foi Torres Vedras, situada a 53km de Lisboa, e que passava, em 2019, por intervenções de regeneração urbana vinculada ao Programa Encosta de São Vicente, que foram objetos de pesquisas dos professores responsáveis pela disciplina “Ateliê Caótico”, em 2018.

Esta atividade, vinculada a uma ação de extensão intitulada “Estar no Lugar: edição Portugal, 2019”, foi desenvolvida de modo a articular os três pilares de atuação da Universidade: ensino, pesquisa e extensão. No que se refere ao ensino, a atividade consiste em um desdobramento do referido componente curricular “Ateliê Caótico”, cujas edições mais recentes foram adaptadas a determinadas demandas, tais como a possibilidade de vinculação a atividades da pós-graduação, o que corresponde a uma das metas institucionais, apresentadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI-UFRN), relativa às “proposições de componentes pedagógicos transversalizados, respeitando-se as especificidades de cada curso” (UFRN, 2010), bem como em seus objetivos, no que concerne a “incorporar, às práticas docentes, uma visão epistemológica que dê conta da natureza complexa dos saberes formais e informais, científicos e tradicionais, e que promova o deslocamento do foco da

atividade de ensino-aprendizagem para a compreensão do ato pedagógico como um processo de formação do educador e do educando” (UFRN, 2010).

A maior contribuição da experiência está vinculada à realização das atividades em outro país, tendo em vista o objetivo de propor aos participantes o desafio de apreensão e posterior proposta de concepção projetual “fora do seu lugar”, salientando que esta edição alargou este processo, possibilitando ao grupo uma experiência no âmbito internacional, o que certamente será uma contribuição importante para as posteriores edições do componente curricular “Ateliê Caótico”.

Referências

- ALCÂNTARA, Denise de. *Abordagem experiencial e revitalização de centros históricos: os casos do Corredor Cultural no Rio de Janeiro e do Gaslamp Quarter em San Diego*. 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- BAETA, Rodrigo. *O barroco, a arquitetura e a cidade nos séculos XVII e XVIII*. Salvador: EDUFBA, 2010.
- BAPTISTA, André Duarte. *O lugar como simbiose: Centro Histórico de Torres Vedras*. 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa, 2013.
- BULA, Natália; ALMEIDA, Maristela. Qualidades sensíveis e o processo de projeto: categorias de análise fenomenológica. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ACADEMIA DE ESCOLAS DE ARQUITECTURA E URBANISMO DE LÍNGUA PORTUGUESA (AEAULP), 2017, Belo Horizonte. Anais [...]. 2017.
- CAVALCANTE, Eunádia; NASCIMENTO; José Clewton do. Ateliê Ca[ó]tico: uma experiência disciplinar para discussão da relação entre sentido e forma na arquitetura. *Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente*, Natal, v. 2, n. 1, p. 44-55, 8 out. 2017a.
- CAVALCANTE, Eunádia Silva; NASCIMENTO, José Clewton do. O Ca[ó]tico Revisitado: desdobramentos de uma experiência de ensino no Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN. *CADERNO abea* 41, Brasília, p. 130-142, 2017b.

- CAVALCANTE, Eunádia; VELOSO, Maísa. Utopia, realidade e criatividade: uma análise da experiência do Grupo Archigram à luz de duas teorias do projeto e da concepção arquitetural. In: SEMINÁRIO PROJETAR, 5., 2011, Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. Restauração hoje: método, projeto e criatividade. *Revista Desígnio*, São Paulo, n. 6, p. 19-34, set. 2006.
- MALAPARTE, Javier. ¡Archigram!, ¡Archigram! Panic in the Attic: reseñas portátiles, 11 fev. 2015. Disponível em: <http://panicattic.blogspot.com.br/2015/01/archigram-archigram.html>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. O fenômeno do lugar. In: NESBITT, Kate (org.). *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)*. 2. ed. rev. São Paulo: Cosac Naify, 2008, p. 443-461.
- TIESDELL, Steven; OC, Taner; HEATH, Tim. *Revitalizing Historic Urban Quarters*. Oxford: Architectural Press, 1996.
- TREVISAM, Elisaide; LEISTER, Margareth Anne; DICHER, Marilu. A transversalidade no ensino superior como via de reforma para uma educação ética e humanitária. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL - SABERES PARA UMA CIDADANIA PLANETÁRIA, 2016, Fortaleza. Anais [...]. Fortaleza: UECE, 2016. Disponível em: https://uece.br/eventos/spcp/anais/trabalhos_completos/247-38409-30032016-213523.pdf. Acesso em: 13 maio 2025.
- TUAN, Yi-Fu. *Topofilia*. São Paulo: Difel, 1980.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Plano de Desenvolvimento Institucional. 2010. Acesso pelo portal UFRN. Disponível em: <https://ufrn.br/resources/documents/pdi/PDI-Novas-Metas.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- UNWIN, Simon. *Exercícios de Arquitetura: aprendendo a pensar como um arquiteto*. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda. Integridade e Autenticidade: conceitos-chave para a reflexão sobre intervenções contemporâneas em áreas históricas. In: ARQUIMEMÓRIA, 3., 2008, Salvador. Anais [...]. Salvador: IAB-BA/UFBA, 2008.

CAPÍTULO 8

Os pressupostos teóricos e suas implicações na prática projetual

O ensino de restauro arquitetônico e urbano na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC Campinas¹

Ana Paula Farah

José Roberto Merlin

Introdução

Este capítulo pretende tratar a experiência da disciplina PROJETO F (Projeto Patrimônio e Técnicas Retrospectivas)², cursadas nos 5º e 6º semestres da graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FAU-PUC-Campinas),

¹ Este texto retoma colocações apresentadas pelos autores em outras publicações, em especial, em: *Patrimonio urbano-architettonico: I presupposti italiani e la loro applicabilità nelle soluzioni progettuali: l'insegnamento del restauro architettonico e urbano nella Facoltà di Architettura e Urbanistica della PUC-Campinas*, San Paolo, Brasile (Farah, 2019); *As Cartas Patrimoniais e suas aplicabilidades no patrimônio urbano* (Farah; Merlin, 2020) e *A implicação entre a teoria e a prática: a experiência da disciplina Projeto Patrimônio na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas* (Farah; Merlin; Mainieri; Leme, 2018).

² Ressalta-se que, quando este artigo foi escrito, a disciplina se denominava PROJETO F (Projeto Patrimônio e Técnicas Retrospectivas), porém houve mudanças no Plano Pedagógico da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo em 2021 e o novo Plano foi implantado em 2022. Esta disciplina corresponde, hoje, ao “Componente Curricular: Atelier de Projeto Integrador - Patrimônio Arquitetônico e Urbano” cursadas nos 5º e 6º semestres da graduação. Nesse formato, é ministrada, atualmente, pelos seguintes professores: Profa. Dra. Ana Paula Farah e Prof. Me. Roberto Silva Leme. Salienta-se que o Prof. Dr. José Roberto Merlin ministrou a disciplina e teve uma contribuição significativa e muito relevante para a mudança da estrutura metodológica (2014-2021) e nas reflexões e críticas deste capítulo, pois foram os aportes e as trocas de conhecimentos entre os professores que resultou no amadurecimento do entendimento da relação entre Arquitetura, Urbanismo e Preservação.

a qual trabalha o projeto arquitetônico (com adição de área construída – construir no construído), enfatizando a relação antigo/novo para a preservação do ambiente construído preexistente.

A disciplina estava configurada como atividade de projeto em edifícios pontuais preexistentes pelo centro histórico de Campinas, a saber: o antigo Solar do Barão de Itapura (PUC Campinas), o Joquey Clube de Campinas, o antigo Solar do Barão de Itatiba, atual Palácio dos Azulejos e a antiga fábrica de máquinas agrícolas Lidgerwood Manufacturing Company, antigo Museu da Cidade. A solução projetual contemplava a relação entre o antigo-novo perante o contexto de cada ambição.

Houve uma mudança, incluindo questões territoriais, com alteração da área de estudo, de modo a permitir uma maior aderência do contexto das intervenções em um conjunto consolidado e incisivo no desenho da cidade de Campinas.

Adota-se a hipótese de que a Arquitetura e Urbanismo desenvolvem sempre um papel fundamental para a construção da identidade de uma sociedade. As condições que a natureza impõe, as modificações dos lugares, as adaptações à vida social são condensadas há vários anos, por meio da presença humana nas obras, monumentos, cidades, edifícios e lugares coletivos. Sendo assim, a sociedade se reconhece nesses espaços, apesar do percurso da construção dessa identidade, própria do ser humano, ser árdua e difícil, porque são feitas por meio de perdas e conquistas, de construções e abandonos.

Nessa perspectiva, a mudança do lugar de estudo para o Complexo Ferroviário da FEPASA aconteceu pelo entendimento e pela importância de se trabalhar tanto o edifício isolado quanto suas articulações com o ambiente construído preexistente, como também pela intensa relação do conjunto com a cidade, caracterizado como um grande organismo vivo e dinâmico.

Premissas

Para se trabalhar em bens culturais e áreas de interesse para a preservação, os instrumentos teórico-críticos e técnico-operacionais têm um papel fundamental tanto para os estudantes – futuros

arquitetos-urbanistas – como também para os próprios profissionais compreenderem a complexidade do ambiente construído preexistente e poderem nele atuar de maneira coesa e satisfatória. Segundo Fabbri (2004, p. 11), é necessário ensinar não somente “como se faz”, mas também a responder questões mais complexas relacionadas às razões “pelas quais se preserva”, “para que se preserva” e “para quem se preserva”. É necessário indagar, portanto, qual o significado que o ambiente construído preexistente tem para nós, hoje, no presente, e como queremos e devemos transmiti-lo, nas melhores condições possíveis, às gerações futuras. Tal premissa faz parte, atualmente, de proposições relativas ao campo da arquitetura e urbanismo e de anseios políticos relativos à memória e ao enraizamento do cidadão em seu território.

Assim a responsabilidade do arquiteto-urbanista vai além do âmbito teórico-crítico e técnico-operacional. Deve-se vincular à ética, à deontologia profissional e precisa ser articulada de modo estreito às razões de se preservar bens culturais, que repercutem naquilo que se identifica como de interesse para a preservação (o que preservar) e nas formas de atuação (como preservar).

A conformação do restauro como campo disciplinar autônomo é algo considerado moderno, estando diretamente relacionado à percepção de ruptura entre passado e presente – com raízes no Renascimento Italiano – na crítica moderna dos séculos XVIII e XIX e passa a se caracterizar como tal, quando as ações sobre os bens culturais aferem razões afastadas do pragmatismo que predominou por séculos (Carbonara, 1997; Kühl, 2008). O campo disciplinar assume características particulares, regulamenta princípios e critérios próprios (referenciais teóricos, metodológicos, técnicos e operacionais), e o restauro passa a ser entendido como *ato de cultura de um presente histórico* (Bonelli, 1959; Kühl, 2008; Pane, 1987).

Desse modo, é necessário estabelecer percursos para alcançar os objetivos da preservação, ditados pelas razões pelas quais se preserva: por razões culturais, por razões científicas e por razões éticas (Kühl, 2008). Segundo Kühl (2008), o processo para o entendimento do restauro como forma de cultura está ligado às mudanças ocorridas das relações entre uma dada cultura e seu passado. Bonelli

(1959) afirmava que o restauro é um processo crítico e criativo (um é inerente ao outro), em que a referência cultural e a concepção arquitetônica se encontram e se sustentam na consciência histórica, na noção de distinção entre o passado e o presente, em que o pensamento crítico permite definir o antigo, reportando-o para a dimensão real da história presente. Essas reflexões deram bases para a forma como o campo do restauro tem sido entendido hoje em dia.

Restauro é método e ato operacional resultante de processo crítico, baseado no juízo crítico e imprescindível para tomadas de decisões referentes ao bem a ser restaurado (Carbonara, 1997, p. 274). Não sendo um campo isolado de outras áreas do conhecimento, o restauro é inevitavelmente multidisciplinar, sendo notável a complexidade desse campo. Nele nos deparamos com vários temas a serem enfrentados, tais como: a formação dos profissionais; a regulamentação profissional; as técnicas de intervenção a serem adotadas (que devem ser resultado de criteriosas análises desenvolvidas por vários campos profissionais); as ações práticas; e, principalmente, as discussões teóricas, em que a reflexão sobre os preceitos são essenciais para as tomadas de decisões sobre as intervenções para que não as tornem arbitrárias (Farah, 2012, p. 45).

Atuar sobre os bens culturais demanda, obrigatoriamente, pautar-se nos instrumentos teóricos – que não são regras fixas, mas princípios e critérios –, que conduzem às soluções adequadas de intervenção, para que, de fato, seja efetivada a preservação dos aspectos documentais, materiais, formais, memoriais e simbólicos do patrimônio edificado e urbano. No âmbito brasileiro, essa percepção do campo como sendo autônomo, com seus princípios teórico-metodológicos e técnico-operacionais, tem ainda vários pontos a serem aprofundados. Permanecem ainda muitas noções equivocadas sobre o tema, resultando em ações ancoradas em concepções oitocentistas, sem grandes interesses nas pesquisas aprofundadas sobre o tema.

Portanto, a prática projetual deve se pautar em adequada fundamentação teórica, abarcando os objetivos que o campo da preservação exige, dispondo de instrumentos teóricos-críticos para que possa promover a efetiva ação para a preservação dos aspectos

documentais, materiais, formais, memoriais e simbólicos do patrimônio construído preexistente.

O arquiteto-urbanista deve ter uma formação que permita exercer sua função de forma socialmente responsável. Como explicita Gustavo Giovannoni (1929), por meio da práxis, pautando-se por posicionamento comprometido com o contexto e considerando todas as implicações obtidas por discussões relacionadas aos vários campos do saber envolvidos na atuação profissional. Faz-se necessária uma interpretação adequada das questões envolvidas, coerente com o conhecimento oferecido pelas disciplinas pertinentes, para estabelecer as bases deontológicas da atuação profissional, cujo horizonte deve apontar para a preservação da memória e a melhoria das condições de vida dos cidadãos.

O profissional arquiteto-urbanista tem a responsabilidade de prestar serviço à sociedade à qual pertence, produzindo uma arquitetura adequada ao espaço e ao tempo presente e que seja social e culturalmente responsável. Competência profissional significa praticar ações vinculadas aos campos da técnica, da ética, da política e da estética, no que concerne ao restauro [arquitetônico e urbano], considerando questões materiais, de conformação, documentais, memoriais e simbólicas. Significa ultrapassar os limites da funcionalidade mecânica e produzir arquitetura de qualidade, mesmo utilizando-se das “condicionantes” e das “limitações” pertinentes ao ambiente construído preexistente.

Nesse sentido, os instrumentos teóricos-críticos e técnicos-operacionais do campo são aplicados na disciplina PROJETO F (Projeto Patrimônio e Técnicas Retrospectivas), cursadas nos 5º e 6º semestres da graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. O escopo principal é a consolidação do entendimento do restauro [arquitetônico e urbano] como campo disciplinar e compreender o instrumental teórico-crítico e seu rebatimento nos procedimentos propositivos, discutindo a relação entre o arcabouço preexistente e a intervenção contemporânea, que são abordados na leitura espacial e territorial do objeto de estudo, como visto em sua ementa:

Trabalha a elaboração do projeto arquitetônico, para reabilitação - com adição de área construída - de edificação de valor histórico reconhecido, a ser preservada. Propõe o desenvolvimento da síntese arquitetônica até o anteprojeto, destacando a relação antigo/contemporâneo e os parâmetros de preservação, como fortes condicionantes para a solução adotada (Plano de ensino de Projeto F – FAU PUC-Campinas, 2022).

Metodologia didática

O exercício é estruturado em dois blocos: o entendimento pormenorizado do lugar e do processo de intervenção através de pesquisas, enfatizando os instrumentos teóricos-críticos do campo disciplinar do restauro [arquitetônico e urbano] e a aplicação do repertório teórico pertinente à proposição espacial. A primeira etapa inicia-se por uma visita ao local seguida por aulas, seminários e pesquisas, configurando todo o escopo teórico. Com isso, ocorre a convergência das várias posturas adotadas nos tratos dos bens culturais, que estabelecem distintos percursos para alcançar os objetivos da preservação, ditados pelas razões de se preservar.

As posturas elucidadas resultam na interpretação das vertentes contemporâneas do campo disciplinar e conduzem a partidos arquitetônicos que correspondem a três escolas distintas no território italiano:³ Crítica-Conservativa-Criativa ou Posição Central, Pura Conservação ou Conservação Integral e Hiper Manutenção ou Repristinação (Kühl, 2008).

Os argumentos teóricos apresentados na disciplina pautam-se, predominantemente, na produção teórica e prática italianas devido à sua representatividade no panorama mundial – pois esses postulados estão presentes nos documentos internacionais, em vigor, de organizações como o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

³ Importante esclarecer que a Itália é o ambiente cultural em que as discussões e reflexões sobre o campo disciplinar do restauro são mais consolidadas, repercutindo numa amadurecida metodologia de aproximação às obras, de sistematização do projeto e de formas de intervenção. Quando se faz uma comparação com os ambientes culturais de outros países, como nos casos francês, inglês e espanhol, é possível verificar que, embora haja diferenças, as principais discussões remetem-se aos postulados teóricos e críticos italianos.

(ICOMOS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) – e, ademais, por ter sido o primeiro país a dispor de uma escola de arquitetura autônoma a consolidar a disciplina de Restauro Arquitetônico no âmbito da graduação (Farah, 2012). Para além das contribuições no cenário internacional, ressalta-se que o debate no país sobre o campo é contínuo, pois são realizadas constantes releituras críticas de suas bases teórico-metodológicas e revisões historiográficas com repercussão no trato dos bens culturais.

A estruturação dos debates na Itália contida nessas três vertentes foi proposta por Gaetano Miarelli Mariani e Giovanni Carbonara; ambos se alinham à vertente Crítica Conservativa Criativa (como denomina Carbonara) ou Posição Central (como interpreta Miarelli Mariani). Carbonara comprehende o restauro como ato de cultura de um presente histórico, em que há o entendimento claro da noção de ruptura entre o passado e o presente (distinguibilidade da ação contemporânea, da matéria original), cuja ação projetual é o instrumento que prefigura e controla as transformações do ambiente preexistente. E, como atividade rigorosamente científica fundada nos conceitos da filologia, o ato crítico torna-se ato criativo, ou vice-versa, concedendo possibilidades de modificação – inovação e acréscimos –, desde que pautados pelo objetivo de preservar e seguindo a metodologia do campo disciplinar. Nessa linha, a restauração é um ato conservativo que, quando necessário, utiliza a criação para atuar com papel articulador dos significados que cada bem possui (Sette, 2006).

Nessa vertente há um amadurecimento do pensamento de Cesare Brandi e do restauro crítico; tem como premissa o rigor científico, como supracitado, baseando-se em pesquisas pormenorizadas, dando atenção aos valores documentais e formais, entendidos como imagem figurada, e comprehende que a restauração evidencia uma conduta conservativa, a qual não implica o congelamento do bem. Propõe, quando necessário, o “ato criativo” (a inovação), cujas ações são indissociáveis, relacionadas às várias demandas envolvidas nos tratos dos bens culturais, ou seja, a solução projetual não pode ser tratada de maneira distinta entre a conservação e

a inovação. Fruto de uma ação conjunta, conservação e inovação devem ser pensadas de maneiras análogas, resultando numa continuidade contextual, conforme interpretada por Vieira-de-Araújo (2014). Nessa perspectiva, comprehende-se que toda e qualquer obra tem uma conformação, e, por consequência, a imagem figurada que se historicizou ao longo do tempo deve ser contemporizada a partir dos aspectos estéticos e históricos-documentais (Kühl, 2008).

Amadeo Bellini e Marco Dezzi Bardeschi expõem os conceitos da chamada Pura Conservação ou Conservação Integral; definem restauro como ato de compreensão que abre novas possibilidades ao conhecimento histórico, que não pode e não deve modificar aleatoriamente o documento histórico. Refere-se ao fato de que a manutenção da matéria é essencial, porém é fundamental a eliminação das patologias existentes no edifício. Segundo Varagnoli,

[...] a autenticidade do edifício não consiste na sua perfeição estética, mas na sua estratificação de extratos sucessivos da história, alguns comprehensivos e coerentes, outros fragmentados, mas, não por isso, menos ricos de informação do nosso passado" (Varagnoli, 2017c, p. 2, tradução nossa).

Nesse sentido, entende-se restauro como ato de conservação da matéria original, favorecendo a instância histórica, a qual deve ser preservada de modo absoluto (Kühl, 2008), aproximando-se da ideia defendida por John Ruskin, de conservação stricto sensu do monumento. Afirmam que o restauro só deve ser admitido se for somente conservação, ou seja, a manutenção da legibilidade e permanência do texto arquitetônico na função documental (Sette, 2006), sendo contraditório e incompatível o restauro e a conservação, pois são coisas totalmente distintas, comprehendendo que projeto (ação) não faz parte do processo de conservação, portanto, a conservação consiste em manter o "fabbricato" no estado em que o bem chegou aos dias atuais, e o projeto necessita assinalar sua marca no tempo sendo totalmente dissonante (distinguibilidade da ação contemporânea), resultando numa justaposição contextual, segundo a interpretação de Vieira-de-Araújo (2014).

Paolo Marconi volta seu pensamento à Hiper Manutenção ou Re-pristinação. Entende o restauro como "o tratamento da obra por

meio de manutenções ou integrações, ordinárias e extraordinárias” (Kühl, 2008, p. 86). Trabalha por meio de analogia das formas e estruturas, usando as mesmas técnicas e retomando as formas, aproximando-se, de certo modo, do ideário de Viollet-le-Duc e seus postulados do século XIX.

Essa vertente considera que o restauro é o restabelecimento do novo, uma reposição da obra marcada pela ação do tempo, readquirindo a exuberância de um novo artefato (Sette, 2006). Esse tipo de atitude pode ser uma ameaça, sobretudo aos bens móveis, uma vez que pode levar à falsificação do bem cultural ao não respeitar o artefato em sua conformação e nem o considerar como documento histórico. Isto é, não comprehende seus extratos ao longo da história e muito menos seus fragmentos, afinal recupera as formas e técnicas do passado, sem revelar a nova intervenção. Coloca-se, assim, de forma veementemente contraria ao estado fragmentário do bem, entendendo que ele somente poderá transmitir seu legado na sua completude (Kühl, 2008).

Segundo Sette (2006), entre várias articulações dessa vertente, há vários profissionais que, por superficialidade ou preguiça, compreendem que o restauro é uma operação de “retorno às origens” (postulados do século XIX), conduzida de maneira a não respeitar a estratificação do tempo e raramente confrontada com o documento histórico, resultando numa falsificação. Esse tipo de interpretação e ação foi uma dinâmica desenvolvida no século XIX, principalmente na figura de Viollet-le-Duc, cujo contexto e suas aplicações não condizem com o momento atual, apreendendo que “a volta ao original”, imaginada, e, por muitas vezes, nunca existente num dado momento, decorre de uma falsa imagem da história, adulterando o texto arquitetônico.

Essa postura tem aumentado consideravelmente em vários países, mas com resultados danosos, muitas vezes desastrosos. Contudo, para que não haja equívocos, a transformação, ou seja, a nova intervenção, pressupõe modificação e necessita se pautar na fundamentação teórica e no rigor metodológico, sem os quais essa prática pode apropriar-se de respostas projetuais errôneas (por não respeitar os aspectos documentais, de composição, materiais, memoriais

e simbólicos), gerando várias imprecisões e ambiguidades desse legado, pois isso acarretará toda uma série de problemas de percepção em relação ao ambiente construído preeexistente.

Devemos nos conscientizar de que, quando se trata de restauração de bens culturais, trabalhamos com várias temporalidades; ou seja, o ato é do tempo presente, mas se reporta a tempos passados, com vistas ao tempo futuro. O propósito é que os bens continuem a ser documentos fidedignos para que sejam efetivos elementos de rememoração e suporte da memória individual e coletiva e portadores de conhecimento de vários campos do saber. Portanto, o restauro (arquitetônico e urbano) como disciplina autônoma desempenha um papel fundamental para que se tenham instrumentos coerentes para intervir nesses bens, dispondo de mecanismos norreadores – teórico-críticos e técnico-operacionais –, para atuar de modo a que os bens culturais sejam, de fato, preservados.

Enunciando todo esse entendimento do campo pela disciplina da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas e as várias interpretações de como, de fato, devem ser os tratos para os bens culturais, os alunos se dividem em grupos para o desenvolvimento do seminário e cada equipe fará análise de cada vertente e a leitura das cartas patrimoniais, a saber: Carta de Veneza (ICOMOS, 1964); Carta de Washington (1987); Conferência de Nara (1994), Declaração de Xi’An sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural (2005); Princípios de La Valletta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos (2011)].

As leituras das cartas trazem à luz uma reflexão contemporânea acerca do arcabouço construído, que configura uma paisagem, em detrimento da ação do homem e da sociedade em um determinado momento da história, marcando, assim, o saber fazer, uma temporalidade e demais fatores que, somados, devem ser conduzidos à intervenção urbana. Considera a materialidade e suas estratificações, compreendendo a concepção do tempo linear (não circular, como em alguns países orientais), ou seja, não se volta a nenhum estado precedente, respeitando os aspectos tangíveis e intangíveis, reconhecendo-o como obra de arte, passível de ser preservada.

A Carta de Veneza (ICOMOS, 1964) amplia a noção do bem cultural e assinala a importância da conservação de áreas e estruturas edificadas (ambiente construído preexistente), alargando o conceito de monumento: criações arquitetônicas isoladas, os conjuntos urbanos e rurais e obras modestas que têm uma significância cultural. É tributária do restauro crítico, o qual possui princípios e critérios pautados na teoria brandiana. Podemos compreender, como expõe Carbonara, que o restauro é um “ato de cultura de um presente histórico” e foi impulsionado pelas necessidades “espirituais” e “memoriais”, não como de conveniência, de uso e econômico. Entende-se que cultura significa valores que perduram no tempo na longa duração, não sendo algo transitório e nem mutável de maneira abrupta. Restauro é um ato que se volta à conservação e à transmissão dos bens ao futuro; a primeira tarefa a ser desenvolvida é o reconhecimento das qualidades de que o bem é portador, ou seja, se o bem possui “valores” – nos dias de hoje, de natureza muito variada, abarcando aspectos formais, documentais, memoriais ou simbólicos – que podem ser transmitidos. Isso, por sua vez, pode ser compreendido por meio do reconhecimento da obra de arte, definindo-os como documento (atribuição dos valores) e imagem (questão formal – estética), no que se refere aos aspectos de materialidade e autenticidade (Carbonara, 1997, p. 272).

Alguns princípios colocados na Carta de Veneza (ICOMOS, 1964) foram enunciados por Brandi e devem ser pensados de forma concomitante e não excludente. O restauro é ato a ser feito no momento metodológico em que se dá esse reconhecimento com vistas à transmissão da obra para o futuro, ou seja, é ato ancorado no presente. Necessita ser “calcado” em questões teóricas, para depois executar qualquer tipo de ação, isto é, primeiro o ato crítico para depois agir na obra de arte. Restauro é o ato histórico-crítico de um presente histórico; não é possível prever quais serão os critérios do futuro, em que as posturas poderão ser diversas; daí a necessidade de agir de modo fundamentado nos instrumentos oferecidos pelo pensamento crítico e científico do próprio presente (Brandi, 2004).

A distinguibilidade da ação contemporânea (para não cometer um falso artístico e um falso histórico) deve ser explicitada, pois

a integração deverá ser sempre e facilmente reconhecível (Brandi, 2004), de vez que o restauro não propõe o tempo como reversível e não pode induzir o observador ao engano de confundir a intervenção ou eventuais acréscimos com o que existia antes, além de dever documentar a si próprio (Brandi, 2004). A retrabalhabilidade deve possibilitar que qualquer intervenção de restauro não torne impossível, mas, antes, facilite as eventuais intervenções (Brandi, 2004). A mínima intervenção se torna preceito necessário, visto que o restauro não deverá destruir o documento histórico, nem mesmo a obra como uma imagem figurada. A compatibilidade de técnicas e de materiais aponta que se deve levar em conta a consistência física do objeto, com a aplicação, para o seu tratamento, de técnicas compatíveis que não sejam nocivas ao bem e cuja eficácia seja comprovada através de muitos anos de experimentação (Kühl, 2008).

A Carta de Washington (1987) – junto com a Declaração de Amsterdã (Conselho da Europa, 1975), documento escrito 12 anos antes, o qual já apontava a relação entre o campo disciplinar e o planejamento urbano – estabelece as questões relativas ao patrimônio urbano (cidades e bairros históricos) – procurando complementar os conceitos da Carta de Veneza (ICOMOS, 1964), e no próprio documento recomendando a utilização dos princípios regidos na carta. Apresenta as medidas necessárias para a proteção, conservação e restauração, bem como o seu desenvolvimento coerente e a adaptação à vida contemporânea, prescrevendo que as novas funções devem ser compatíveis com a vocação do ambiente e estruturada na cidade. O caráter histórico é preservado por meio dos elementos tangíveis e intangíveis (espirituais), das relações entre os diversos espaços urbanos, espaços construídos, espaços abertos e espaços verdes.

A Conferência de Nara (1994) resultou na discussão sobre noções e atributos a respeito de Autenticidade, umas das questões centrais no que se refere à conservação urbana (Ribeiro; Lira, 2012) e teve como tema abordado nesse simpósio de 2019 a Autenticidade em risco. A noção de autenticidade, a qual passou a ser estudada no âmbito da preservação urbana, foi motivada, principalmente, pela Carta de Veneza de 1964, que, segundo Ribeiro e Lira, aponta como característica intrínseca ao patrimônio a ser preservado, aqueles bens culturais

que são reconhecidos como tal, transmitindo seus valores da melhor maneira possível para as gerações presentes e futuras (Ribeiro; Lira, 2012, p. 34). Busca compreender a autenticidade no âmbito das variadas culturas, vinculada à noção de tempo (linear ou circular) de cada sociedade ou grupo social, respeitando todos os aspectos pertinentes ao seu contexto. Hoje, devemos refletir o que, de fato, entende-se por autenticidade. Essas questões estão sendo discutidas no âmbito dos conceitos de autenticidade, integridade e significância cultural tão bem explanadas pela Flaviana Barreto Lira em suas várias publicações (Lira, 2010; 2017).

A Declaração de Xi’An sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural (2005), realizada na China, foi elaborada a partir das reflexões que estavam sendo discutidas no Simpósio Científico da Assembleia Geral, daquele ano, com a ênfase nos Monumentos e os Sítios em seu Entorno – Conservar o Patrimônio Cultural nas Cidades e as Paisagens em Processo de Mudança (Declaração de Xi’An, 2005). O documento comprehende a preservação e a transformação como elementos dialéticos nas conformações das cidades, enfatizando a exigência em responder às rápidas transformações das cidades, das paisagens e dos itinerários do patrimônio cultural (Declaração de Xi’An, 2005), por meio das respectivas ambiências, para que essas sejam controladas e haja a preservação dos valores, do significado, das diversidades, da autenticidade e da sua integridade nesse patrimônio cultural.

Os Princípios de La Valletta a respeito da Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos (2011) é um amadurecimento das prescrições emergentes na Recomendação de Nairóbi (1976) e na Carta de Washington (1987). Suas definições são compostas por elementos tangíveis e intangíveis (espírito do lugar) – que verifica e confirma a identidade do território, elemento fundamental para o reconhecimento como tal – discute a preservação e conservação como bases para o planejamento urbano e o desenvolvimento territorial. Essas premissas já foram colocadas de maneira veemente por Gustavo Giovannoni, no início do século XX, quando apontou que o campo disciplinar e o planejamento urbano são uma única atividade e devem ser interpretados conjuntamente. Outro

aspecto que se discute é um aspecto contemporâneo; como no próprio documento se explica, os “aspectos de mudanças”, ou seja, o documento parte do princípio de abertura de pensar o patrimônio, o qual é passível de mudanças. No documento está implícito que a cidade é um grande organismo vivo e em constante transformações, porém essas mudanças têm que ser prefiguradas para que não comprometam a compreensão e percepção do território, por meio dos “elementos constitutivos da cidade – naturais e humanos, materiais e imateriais (International Council on Monuments and Sites, 2011, p. 24 apud Inoue, 2018, p. 282). E, sempre, vinculados à vocação do território que, se adequada, resultará num espaço de qualidade que pode oferecer, dispondo de todo o repertório histórico, oportunidade de desenvolvimento para aquela determinada zona estabelecida como patrimônio a ser preservado.

Esse processo de reflexão atinge grande consistência e maturidade, que oferecem instrumentação teórico-metodológica (e técnico-operacional) adequada para atuar, no ambiente construído preexistente, de maneira fundamentada, com o intuito de não deturpar ou deformar o documento – texto arquitetônico e urbano – (bem cultural entendido como documento histórico) e a memória, que fazem parte desse processo e do presente histórico.

Nessa perspectiva, a escolha do lugar para o estudo e as proposições espaciais foram pensadas na medida em que é preciso se trabalhar tanto o edifício isolado e suas articulações com o ambiente construído preexistente, como pela intensa relação do conjunto com a cidade, caracterizado como um grande organismo vivo e dinâmico.

As interpretações resultam da análise sobre a área de estudo, no levantamento do processo histórico formativo do território e dos dados urbanísticos atuais para o reconhecimento da área, suas fragilidades, potencialidades e, acima de tudo, do seu arcabouço construído e da paisagem consolidada, além de suas imaterialidades, que são encontradas na ação do homem de outrora e do presente.

A partir desse raciocínio para análise de diagnóstico do território e dos princípios norteadores para a intervenção a ser realizada na área, foram adotados os conceitos de preservação e de planejamento urbano – pensados como uma única atividade, juntamente com a

fundamentação teórica e os paradigmas dos documentos internacionais.

A avaliação consiste na compreensão da teoria e suas implicações e desdobramentos nas soluções projetuais demonstradas em estudos de caso – projetos nacionais e internacionais – que as equipes consideram pertinentes para explicitar o raciocínio teórico apreendido, estabelecendo interpretações e críticas das posturas adotadas para ambientes construídos preexistentes.

A escolha do objeto de estudo

O Complexo Ferroviário da Companhia Paulista de Estrada de Ferro (1867) e da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (1872) na cidade de Campinas foi um centro de importância de maior relevância e proeminência pela função e pelo porte, em que situava o seu centro de Administração Técnica (Kühl, 1998). A implementação das linhas férreas resultou numa morfologia urbana pautada em um sistema de redes, no qual se configurava a escolha para sua localização, lugar estratégico, que articulava Campinas com o resto do Brasil, apropriando-se de uma função centralizadora (Costa, 2010).

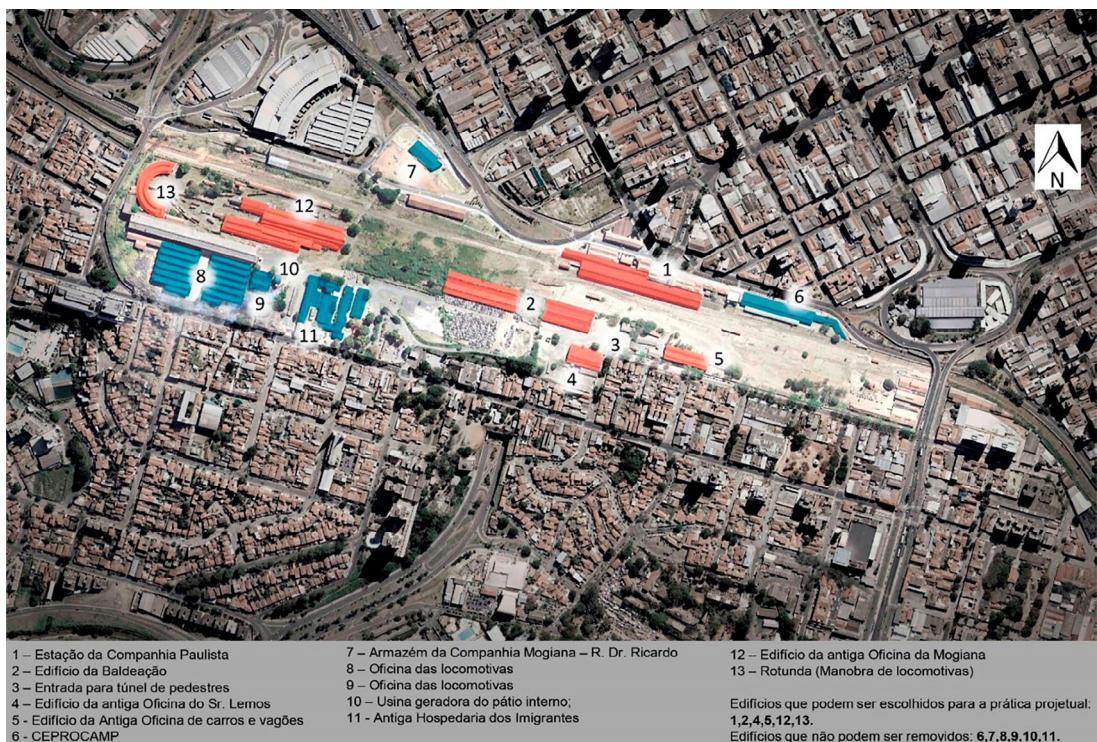
FIGURA 1 Complexo Ferroviário da FEPASA em esquema elaborado pelos discentes: Ana Clara Escuciato, Ana Luiza Devito, Ana Luiza Giovanetti, Julia Scaringi, Laura Mastrodi, Marcelo Gonçalves, Mayara Yumi, Renan AlexTreft (2. semestre de 2016). Fonte: Google Earth, editado pelos discentes (2016).



Esse território, ao longo do tempo, foi fragmentado: de um lado, permaneceu ligado ao centro “histórico”, e do outro, se imiscuiu à periferia da cidade, engendrando, historicamente, diferentes ações e implantações de equipamentos, que sempre valorizaram a área mais central em detrimento da porção além-trilhos. Todo o complexo (pátio) sofreu várias alterações, tanto no que se refere às questões da sua conformação física, estrutural e mudança de usos, quanto nas políticas urbanas adotadas, resultando num protuberante “nó”, um grande “terrain vague” no centro da cidade, sendo um grande obstáculo para o seu desenvolvimento e, contraditoriamente, ao mesmo tempo, oferecendo enormes possibilidades de transformar Campinas numa metrópole no âmbito mundial.

FIGURA 2 Detalhamento da localização dos diferentes edifícios do complexo em esquema elaborado por Ana Clara Escuciato e Renan AlexTreft (2019).

Fonte: Google 45° Imagery 2019.



Pela dimensão e complexidade do Complexo Ferroviário da FEPASA, os alunos são orientados a estudar os edifícios para a proposta de intervenção projetual:

- a. Edifício da antiga Estação Ferroviária – hoje Estação Cultura, marco urbano simbólico da cidade, composto pela cobertura da gare e o corpo principal, e demais volumetrias acrescentadas ao longo do tempo. Atualmente o conjunto funciona como Centro Cultural e sede de alguns órgãos da Prefeitura, como o CONDEPACC – Conselho de Defesa do Patrimônio Artística e Cultural da cidade de Campinas.
- b. Edifício da antiga Oficina da Mogiana – maior edificação do complexo, local onde eram fabricadas as locomotivas da Companhia da Estrada de Ferro Mogiana.
- c. Edifício da Rotunda – de formato semicircular, destinado a manobrar os vagões. Composto por cobertura e um girador deserto no piso.
- d. Edifício da antiga Oficina do Sr. Lemos – um apoio a todos os serviços da época.
- e. Edifício do antigo Armazém de Baldeação – lugar das transações entre trem, devido à diferença de bitola entre os trilhos das diferentes companhias.
- f. Edifícios das Antigas Oficinas de carros e vagões – usada para consertos comuns.

A escolha dessas edificações tem como objetivo estimular a integração física entre as “franjas” do vazio urbano e o tecido existente, de modo a configurar a intervenção arquitetônica como agente atuante na escala da cidade.

Além da desejada requalificação do tecido urbano, os edifícios podem ser agrupados, de modo que os alunos tenham que se apropriar da intervenção proposta do edifício que está ao seu entorno, o que permite estimular a apropriação entre espaços livres, como fator determinante das proposições, criando-se uma articulação de praças, belvederes e a possibilidade de diferentes percursos, que resultam em propostas em que a escala do pedestre é enfatizada como aspecto de requalificação urbana.

Os espaços construídos e livres de uso coletivo devem buscar estimular a conexão entre os dois lados da cidade, historicamente separados pela malha ferroviária, situada no espião geográfico, separando física, social e visualmente os bairros do entorno. Sendo um espaço de cerca de 350.000 metros quadrados com 1.300 metros de extensão e de 120 a 250 metros de largura, acabou dividindo a cidade em duas partes: uma vinculada ao centro, objeto de preocupação e zelo por todas as gestões, e outra, em que se implantaram as atividades urbanas de cunho negativo, gerando uma polarização dentro da própria malha urbana.

O Complexo Ferroviário da FEPASA, situado hoje na área central da cidade, possui um papel fundamental nos aspectos de mobilidade urbana. A nova Rodoviária Interestadual e o Terminal Regional configuram, no setor oeste, uma possibilidade de integração dos fluxos da cidade com o Complexo e a Vila Industrial (bairro histórico). No setor leste, o Terminal Central Cury é o principal terminal de ônibus urbano do centro da cidade e com a implantação do BRT, tanto a Rodoviária quanto o terminal receberão uma subestação.

Criando maior complexidade ao contexto, existe uma proposta do Poder Público – estadual e municipal – para a instalação de uma nova estação ferroviária, para atender – via trilhos – a conexão entre o centro da cidade e a capital do estado, cruzando as cidades de São Paulo, saindo do Terminal Barra Funda, Perus, Franco da Rocha, Francisco Morato, Jundiaí, Louveira, Vinhedo, Valinhos e Campinas – o trem intercidades.

Esse novo cenário propicia que os programas propostos para os projetos de intervenção sejam abrangentes e possuam temáticas que permitam abordar diferentes escalas: impacto local, municipal e até mesmo nacional.

Todo esse contexto evidencia o caráter fundamental que a ferrovia teve no processo de urbanização de Campinas. A situação atual dos leitos ferroviários desativados e em completo abandono permite despertar nos alunos a percepção de que o entendimento das questões urbanas deve gerar projetos arquitetônicos coerentes, coesos e articulados em estruturadas intervenções na escala do município.

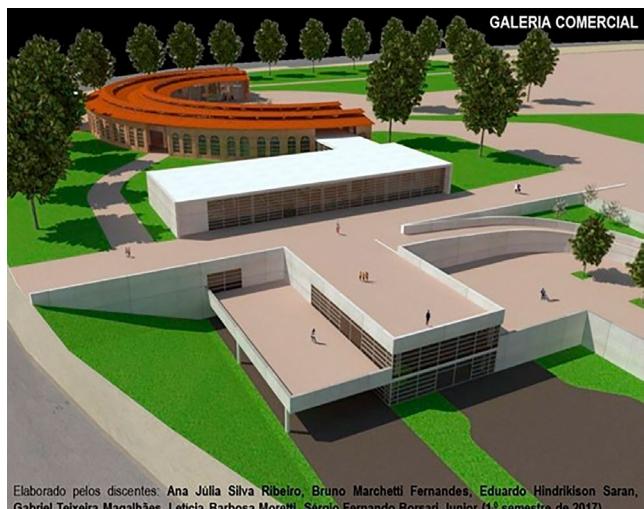
Propostas projetuais

FIGURA 3 Montagem com pranchas do Projeto para o Edifício da Rotunda.
Fonte: Elaborado pelos discentes: Ana Júlia Silva Ribeiro, Bruno Marchetti Fernandes, Eduardo Hindrikison Saran, Gabriel Teixeira Magalhães, Letícia Barbosa Moretti, Sérgio Fernando Borsari Junior (1º semestre de 2017).



Elaborado pelos discentes: Ana Júlia Silva Ribeiro, Bruno Marchetti Fernandes, Eduardo Hindrikison Saran, Gabriel Teixeira Magalhães, Letícia Barbosa Moretti, Sérgio Fernando Borsari Junior (1º semestre de 2017).

FIGURA 4 Projeto no Edifício da Rotunda.
Fonte: Elaborado pelos discentes: Ana Júlia Silva Ribeiro, Bruno Marchetti Fernandes, Eduardo Hindrikison Saran, Gabriel Teixeira Magalhães, Letícia Barbosa Moretti, Sérgio Fernando Borsari Junior (1º semestre de 2017).



Elaborado pelos discentes: Ana Júlia Silva Ribeiro, Bruno Marchetti Fernandes, Eduardo Hindrikison Saran, Gabriel Teixeira Magalhães, Letícia Barbosa Moretti, Sérgio Fernando Borsari Junior (1º semestre de 2017).

FIGURA 5 Projeto na Edifício da Rotunda.
Fonte: Elaborado pelos discentes Grigor Pugliesi Bittencourt, Isabella da Rocha Dacal, Lívia Bicudo Cândido de Jesus e Marina Silva Faria Soares (1º. semestre de 2021).



FIGURA 6 Projeto no Edifício da Rotunda.

Fonte: Elaborado pelos discentes Grigor Pugliesi Bittencourt, Isabella da Rocha Dacal, Lívia Bicudo Cândido de Jesus e Marina Silva Faria Soares (1º semestre de 2021).



Considerações finais

A primeira etapa da disciplina busca e evidencia o fortalecimento de posturas projetuais ligadas às intervenções no ambiente construído preexistente que, após visita guiada inicial ao local para as intervenções, intensificam a pesquisa a respeito da importância dos conceitos teóricos no processo cognitivo das preexistências. Com esses dados do local tratados formal, funcional e historicamente, os estudantes, ao se depararem com as questões pertinentes ao campo disciplinar do restauro (arquitetônico e urbano), passam a ter uma visão crítica do conteúdo e incorporam conceitos e abordagens que irão estruturar a proposta arquitetônica. Normalmente se rompe a visão de campo do restauro atrelada única e exclusivamente à ideia de que restaurar é retornar às formas alegóricas originais, desprezando as transformações temporais por que passou a sociedade. Restaurar normalmente aparecia aos alunos como restabelecer o estado inicial, mesmo que a história impedisse tal ato.

Na segunda etapa da disciplina, conhecendo os conceitos vinculados ao restauro (arquitetônico e urbano) e com o estudo pormenorizado das questões urbanas pertinentes ao Complexo Ferroviário

da FEPASA, traçam-se paralelos entre a situação de Campinas e outras cidades, buscando criar referências e repertório para os estudantes. A tipologia edilícia, o tamanho do espaço escolhido para a intervenção projetual, a análise crítica e o conhecimento do entorno urbano oferecem ao aluno parâmetros para escolher novas funções, enquanto demandas dos dois lados da cidade, buscando sempre reaver o contato entre eles de forma mais generosa e coletiva.

Todo esse contexto evidencia o caráter monumental e fundamental que a ferrovia teve no processo de urbanização de Campinas. A situação atual com os leitos ferroviários desativados e em completo abandono permite despertar nos alunos a percepção de que o entendimento das questões urbanas deve gerar projetos arquitetônicos coerentes, permeáveis, coesos e articulados em estruturadas intervenções na escala metropolitana.

A cada semestre, nota-se uma maior complexidade dos programas e do entendimento simultâneo das diversas escalas do projeto, seja na interface funcional Complexo Ferroviário versus Cidade, seja configuração de relações formais entre a preexistência e a intervenção contemporânea, seja nas relações morfológicas e funcionais adotadas, na intervenção do projeto arquitetônico com o entorno imediato, buscando diálogos, recompondo a semântica entre aspectos filológicos e contemporâneos.

Portanto, todo esse aparato teórico-crítico e técnico-operacional que são próprios do campo disciplinar do restauro (arquitetônico e urbano), junto com os documentos internacionais (cartas patrimoniais), conduz cada aluno a superar os limites físicos da arquitetura como artefato concreto e faz transparecer a linguagem, valorizada como atributo da arte e testemunha da história. Nos resultados dos trabalhos, fica explícita a importância da preservação do patrimônio arquitetônico e urbano e a necessidade de seu desdobramento como memória da história, necessitando de visões multidisciplinares para sua projetação. Assim, a compreensão e a preservação do maior e mais importante espaço da transformação de Campinas, de mero arraial para o centro de uma das mais importantes regiões metropolitanas do país, se revela fundamental, pois a implantação desse Complexo Ferroviário e seus edifícios são

marcos imateriais e materiais indeléveis, reveladores da história e da cultura de toda a região.

Referências

- BONELLI, Renato. Il restauro come forma di cultura. In: BONELLI, Renato. Architettura e restauro. Venezia: Neri Pozza Editore, 1959.
- BRANDI, Cesare. Teoria da restauração. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Coautoria: Ateliê Editorial, 2004.
- CARBONARA, Giovanni. Avvicinamento al Restauro – teoria, storia, monumenti. Milano: Liguori Editore, 1997.
- CONSELHO DA EUROPA. Declaração de Amsterdã. 1975. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterdam%CC%83%201975.pdf>. Acesso em: 28 abril 2024.
- COSTA, Pablo Diego e Souza. Os espaços ferroviários de Campinas: (e) leituras contemporâneas. 2010. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – CEATEC, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2010.
- FABBRI, Rita. Conservare l'antico: la formazione nelle discipline del Restauro Architettonico alla Facoltà di Architettura di Ferrara. In: MAIETTI, Federica (org.). Dalla grammatica del paesaggio alla grammatica del costruito – territorio e tessuto storico dell'insediamento urbano di Stellata. QA – Quaderni di Architettura. Firenze: Nardini Editore, 2004.
- FARAH, Ana Paula. Patrimonio urbano-architettonico: l'applicabilità dei presupposti italiani sul territorio brasileiro. In: La città globale: la condizione urbana come fenomeno pervasivo, 2019, Bologna-IT. La città globale: la condizione urbana come fenomeno pervasivo, 2019.
- FARAH, Ana Paula; MERLIN, José Roberto. As Cartas Patrimoniais e suas aplicações no Patrimônio Urbano. FÓRUM PATRIMÔNIO: AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL (UFMG. ONLINE), v. II, p. on-line, 2020.
- FARAH, Ana Paula; MERLIN, José Roberto; MAINIERI, Pedro Paulo S.; LEME, Roberto Silva. A implicação entre a teoria e a prática: a experiência da disciplina Projeto Patrimônio na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas. In: II Simpósio Científico do ICOMOS BRASIL, 2018, Belo Horizonte. II Simpósio Científico do ICOMOS BRASIL, 2018.

FARAH, Ana Paula. Restauro Arquitetônico: a formação do arquiteto-urbanista no Brasil para preservação do patrimônio edificado – o caso das escolas do Estado de São Paulo. 2012. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GIOVANNONI, Gustavo. *La figura artistica e professionale dell'architetto*. In: Conferenza teunuta al Circulo di Cultura del Sindacato Toscano Architetti. Il 13 gennaio 1929, VII, nell'aula magna della Regia Università di Firenze. Firenze: Felice Le Monnier, 1929.

ICOMOS. Charter for the Conservation of Historic Towns and Urban Areas (The Washington Charter) In: Charters adopted by the General Assembly of ICOMOS, 1987.

ICOMOS. Carta de Veneza sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios. Veneza: ICOMOS, 1964. Disponível em: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/11%20Carta%20de%20Veneza%20-%20ICOMOS%201964.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.

ICOMOS. Resolutions and Declarations (Declaração de Nara). Nara: ICOMOS, 1994. Disponível em: <https://www.icomos.org/en/179-articles-en-francais/resources/charters-and-standards/386-the-nara-document-on-authenticity-1994>. Acesso em 28 abr. 2024.

ICOMOS. Xi'an Declaration on the Conservation of the Setting of Heritage Structures, Sites and Areas (Declaração de Xi'an sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do Patrimônio Cultural). Xi'an: ICOMOS, 2005. Disponível em: <https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/charters/xian-declaration-por.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2024.

ICOMOS. The Valletta Principles for the Safeguarding and Management of Historic Cities, Towns and Urban Areas. (Princípios de La Valletta para a Salvaguarda Gestão das Cidades Históricas e Áreas Urbanas. Valletta, ICOMOS, 2011. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/charters/Valletta_Principles_Portuguese.pdf. Acesso em: 28 abr. 2024.

INOUE, Luciana Massami. O Patrimônio Urbano e as Cartas Patrimoniais. Óculum Ensaios, Campinas, v. 15, n. 2, p. 271-286, 2018.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauros. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Arquitetura do Ferro e Arquitetura Ferroviária em São Paulo. Reflexões sobre a sua preservação. Cotia: Ateliê Editorial/FAPESP/Secretaria da Cultura, 1998.

LIRA, Flaviana Barreto. Da natureza complexa dos bens culturais: a indissociabilidade entre significância cultural, integridade e autenticidade. In: – ARQUIMEMÓRIA – ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE PATRIMÔNIO EDIFICADO, 5., 2017, Salvador. Anais [...]. Salvador: Departamento da Bahia do Instituto dos Arquitetos do Brasil/UFBA, 2017.

LIRA, Flaviana Barreto. Patrimônio cultural e autenticidade: montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento. Recife: Editora UFPE, 2010.

PANE, Roberto; Mauro Civita (org.). Attualità e dialettica del restauro. Chieti: Marino Solfanelli, 1987.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS (PUC-CAMPINAS). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU). Plano de ensino de Projeto F – FAU PUC-campinas, 2022. Campinas: PUC-campinas, 2022.

RIBEIRO, Cecilia; LIRA, Flaviana. Autenticidade, integridade e significância cultural. In: LACERDA, N.; ZANCHETI, S. (org.). Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos. Olinda: CECI, 2012. p. 32-43.

SETTE, Maria Piera. Il Restauro in Architettura: quadro storico. Torino: UTET, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Recomendações de Nairóbi. Nairóbi: Unesco, 1976.

VARAGNOLI, Claudio. Appunti di teoria e storia del restauro: Pluralità di tendenze nel dibattito attuale (1970/2000): la “pura conservazione”. Università degli Studi di Chieti e Pescara. Facoltà di Architettura. Corso Teoria e Storia del Restauro, 2017.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda. Posturas Intervencionistas Contemporâneas e a Prática Brasileira Institucionalizada. In: ENANPARQ - ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, ARQUITETURA, CIDADE E PROJETO: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA, 3., Anais [...]. São Paulo: PPGAU-UPM / POSURB PUC-Campinas, 2014.

CAPÍTULO 9

O desenvolvimento de competências na formação em arquitetura e urbanismo para atuação no campo da preservação¹

Monique Lessa Vieira Olimpio

As competências profissionais do arquiteto e urbanista para a preservação de edifícios e áreas de reconhecido valor patrimonial

Diante dos esforços para a conscientização da necessidade de preservação de elementos representativos do passado, que se destacam pelo “valor de patrimônio” de um povo ou lugar (Tiesdell; Oc; Heath, 1996), lembramos, no âmbito da arquitetura e Urbanismo, a premissa de que a preservação de áreas e edifícios de valor patrimonial está associada à sua usabilidade. Portanto, é imprescindível atentar ao fato de que eles estão sujeitos a intervenções arquitetônicas objetivando sua conservação e seu uso, salientando-se a importância de reflexões sobre as formas de intervir em edifícios e áreas de reconhecido

¹ O presente capítulo resulta da discussão compartilhada ao longo do desenvolvimento da pesquisa de doutorado intitulada *Formação do arquiteto e urbanista para a preservação de áreas e edifícios de valor patrimonial: diálogos entre a teoria e o exercício projetual* (Olimpio, 2020), que objetivava elaborar uma matriz de conhecimentos essenciais que promovesse a capacitação do estudante de Arquitetura e Urbanismo, no Brasil, para a prática projetual em áreas e edifícios de interesse patrimonial. A tese em questão foi desenvolvida (e defendida no ano de 2020) pela autora deste capítulo, sob a orientação da professora Natália Vieira-de-Araújo, no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAU-UFRN).

valor patrimonial e, consequentemente, sobre a formação profissional para esse tipo de atuação, em especial a do arquiteto e urbanista.

Mas quais conhecimentos podem contribuir para o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas para que o futuro profissional atue consciente das responsabilidades de intervir no preexistente de interesse preservacionista? Após a reflexão sobre experiências pedagógicas específicas em várias universidades brasileiras, apresentadas ao longo dos capítulos anteriores, buscamos, neste, a resposta a esse questionamento, tendo como base o documento *Linhas de orientação sobre a educação e a formação em conservação de monumentos, Conjuntos e Sítios Históricos* (ICOMOS, 1993), que lista diversas competências profissionais, aqui consideradas como essenciais para a formação do arquiteto e urbanista, em nível de graduação, no Brasil. Esse documento descreve que a conservação é uma atividade interdisciplinar que “requer a capacidade de observar, analisar e sintetizar”, em que “estão envolvidas muitas competências profissionais e artesanais”. E complementa que os conservadores devem ser capazes de:

- a) Ler um monumento, um conjunto ou um sítio e identificar o seu significado emocional, cultural e utilitário;
- b) Compreender a história e a tecnologia dos monumentos, dos conjuntos ou dos sítios para definirem a sua identidade, o plano para a sua conservação, e interpretar os resultados desta investigação;
- c) Compreender o enquadramento de um monumento, de um conjunto ou de um sítio, os seus conteúdos e vizinhanças, em relação a outros edifícios, jardins ou paisagens;
- d) Encontrar e absorver todas as fontes de informação disponíveis, relevantes para o monumento, conjunto ou sítio que está a ser estudado;
- e) Compreender e analisar o comportamento dos monumentos, conjuntos e sítios como sistemas complexos;
- f) Diagnosticar as causas intrínsecas e extrínsecas da degradação, como base para uma ação apropriada;
- g) Inspecionar e fazer relatórios inteligíveis para leitores não especialistas, sobre monumentos, conjuntos e sítios, ilustrados por meios gráficos tais como desenhos e fotografias;

- h) Conhecer, compreender e aplicar as convenções e recomendações da UNESCO, do ICOMOS e outras Cartas, regulamentos e linhas de orientação reconhecidas;
- i) Fazer julgamentos equilibrados baseados em princípios éticos e aceitar a responsabilidade pelo bem-estar do patrimônio cultural, em longo prazo;
- j) Reconhecer quando deve ser solicitado aconselhamento e saber definir as áreas que necessitam de estudo por especialistas diferentes, por exemplo, pinturas murais, esculturas e objetos de valor artístico e histórico e/ou de estudos sobre os materiais e os sistemas;
- k) Dar parecer especializado sobre estratégias de manutenção, sobre políticas de gestão e sobre o enquadramento da política para a proteção e preservação ambiental dos monumentos e dos seus conteúdos, assim como dos sítios;
- l) Documentar os trabalhos executados e torná-los acessíveis;
- m) Trabalhar em grupos multidisciplinares, usando métodos saudáveis;
- n) Ser capaz de trabalhar com os habitantes, administradores e planejadores para resolver conflitos e desenvolver estratégias de conservação que sejam apropriadas às necessidades, capacidades e recursos locais (ICOMOS, 1993, p. 3).

O documento aponta que os profissionais da conservação devem ser “detentores de elevado nível em profissões manuais, com instrução sobre a história do seu ofício, sobre pormenores e práticas históricas, e sobre a teoria da conservação, conjuntamente com a necessidade de se produzir documentação” (ICOMOS, 1993, p. 4, grifo nosso).

Conclui-se que se preconiza um rigor teórico-técnico que parte do entendimento das competências listadas no documento, destacadas como: a) capacidade de leitura e identificação do “significado emocional, cultural e utilitário” de um monumento, conjunto ou sítio, ou seja, a compreensão dos valores patrimoniais que é fruto da “compreensão histórica e tecnológica”, do “enquadramento de um monumento, de um conjunto ou de um sítio, os seus conteúdos e vizinhanças, em relação a outros edifícios, jardins ou paisagens” e do reconhecimento das práticas tradicionais e dos aspectos simbólicos para uma comunidade; b) todo esse conjunto de informações é obtido por meio de acurada pesquisa, por meio de “todas as fontes

de informação disponíveis”; c) é necessário “conhecer, compreender e aplicar as convenções e recomendações da UNESCO, do ICOMOS e outras Cartas”, além de uma reflexão crítica das teorias da conservação para, então, “fazer julgamentos equilibrados”; e, por fim, “desenvolver estratégias de conservação” que sejam apropriadas.

Portanto, partindo do princípio de que as competências listadas são frutos de uma reflexão teórico-metodológica, é possível fazer uma “divisão” delas em dois momentos-chave: reconhecimento de valores patrimoniais e definição de estratégias de conservação.

Antes de analisar as competências, é importante esclarecer como são interpretadas algumas terminologias recorrentes neste trabalho: “preservação”, “conservação” e “intervenção”. Sobre as duas primeiras, utilizadas como sinônimas, comprehende-se como toda ação (inventários, registros, gestão e tutela, bem como intervenções) que objetiva a transmissão ao futuro de bens de valor patrimonial.

A palavra “intervenção” é compreendida pela conceituação empregada na Portaria Nº 420, de 22 de dezembro de 2010, do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN), que define:

[...] toda alteração do aspecto físico, das condições de visibilidade, ou da ambiência de bem edificado tombado ou da sua área de entorno, tais como serviços de manutenção e conservação, reforma, demolição, construção, restauração, recuperação, ampliação, instalação, montagem e desmontagem, adaptação, escavação, arruamento, parcelamento e colocação de publicidade.

Logo, “conservação” e “preservação” são ações mais amplas. Enquanto “intervenção” engloba toda “ação no aspecto físico” do bem cultural, ou seja, na sua materialidade.

O reconhecimento dos valores patrimoniais

Ao se falar sobre conservação de obras do passado, é necessário remeter ao pioneirismo e à atualidade de uma teoria de valores definida por Alois Riegl (1858-1905). No livro *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e sua origem*, publicado no ano de 1903, o autor aborda a questão dos valores ao consciente interesse pelos monumentos. Conclui que um monumento pode oferecer ao homem

moderno diferentes significados, que são divididos em dois grupos de valores: 1) “valores de memória”, ligados ao passado (subdividido nos valores de rememoração, histórico e de antiguidade); 2) “valores de atualidade”, pertencentes ao presente e que evocam a capacidade do monumento de satisfazer as necessidades sensíveis e espirituais dos homens (subdividido nos valores de uso e de arte).

O valor de rememoração ou comemoração está pautado na noção de monumento intencional. Já o valor histórico está relacionado ao fato de ele representar um estágio evolutivo de uma atividade humana. Destaca-se que quanto mais um monumento tem conservada sua integridade após a construção, ou seja, quanto menos alterado ele esteja, maior é o seu valor histórico (Riegl, 2014).

O valor de antiguidade, considerado mais recente em relação aos anteriores, parte do entendimento de que, quando um objeto ou monumento é construído, inicia-se um processo de “atividade destruidora” da própria natureza, e é pelos traços desse processo que se reconhece que um “monumento não se originou em um tempo recente, mas em um tempo mais ou menos passado e é na percepção desses traços que seu valor de antiguidade repousa”, a exemplo das ruínas (Riegl, 2014, p. 51-53).

O valor de contemporaneidade ou de atualidade engloba o valor de uso prático (utilitário) e o valor artístico, dividido em valor de arte elementar ou de novidade que depende da aparência fresca e intacta das obras; e o valor de arte relativo, que se baseia na possibilidade de que obras de gerações anteriores podem ser apreciadas não só como testemunhos da força criadora dos homens, mas também com respeito à especificidade da sua concepção, forma e cor. O valor de arte é relativo, pois, do ponto vista moderno, não existe um valor de arte absoluto, apesar de que “as obras que datam de muitos séculos são mais valorizadas do que as obras modernas” (Riegl, 2014, p. 79-80). De uma maneira geral, o valor de atualidade exige que o monumento antigo não apresente sintomas de degradação.

Essa reflexão pioneira de Riegl, logo no início do século XX, apenas será mais bem digerida na segunda metade do mesmo século, quando as relações entre sujeitos e bens patrimoniais, a partir da atribuição de valores, se tornam o cerne do pensamento moderno

acerca da preservação. A partir especialmente do 2º Pós-Guerra, começarão a surgir várias reflexões acerca da questão dos valores que dialogarão com as proposições inicialmente formuladas por Riegl.

A respeito do entendimento sobre os valores patrimoniais, é possível afirmar que durante muitos anos o interesse preservacionista esteve voltado quase que exclusivamente ao interesse histórico e/ou estético de bens móveis e imóveis, que eram percebidos devido ao seu caráter de excepcionalidade, relacionados a produtos de cultura erudita. Contudo, surge, principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial, uma ampliação do conceito de patrimônio, que vai legitimar outros bens, reconhecendo neles os seus valores culturais:

No que se refere especificamente ao patrimônio arquitetônico, a sua concepção inicial, muito presa ainda à ideia tradicional de monumento histórico único, vai sendo ampliada: tanto o conceito de arquitetura, quanto o próprio campo de estilos e espécies de edifícios considerados dignos de preservação expandem-se paulatinamente. Assim, ao longo do século XX, vão penetrando no campo do patrimônio conjuntos arquitetônicos inteiros, a arquitetura rural, a arquitetura vernacular, bem como passam a se considerar também etapas anteriormente desprezadas (o ecletismo, o Art Nouveau), e mesmo a produção contemporânea. Aqui, aos critérios estilísticos e históricos vão se juntando outros, como a preocupação com o entorno, a ambientes e o significado. Também a noção de "patrimônio cultural" vai sofrer uma ampliação, principalmente graças ao contributo decisivo da Antropologia, que, com sua perspectiva relativizadora, nele integra os aportes de grupos e segmentos sociais que se encontravam à margem da história e da cultura dominante. Nesse processo, a noção de cultura deixa de se relacionar exclusivamente à chamada cultura erudita, passando a englobar também as manifestações populares e a moderna cultura de massa (Torelly, 2012, p. 16).

A cultura de um povo também passa a ser objeto de interesse, sendo enfatizada outra espécie de bens – os utensílios, procedentes do “fazer popular” e do cotidiano das pessoas, que abarcam a necessidade de preservação desse processo do fazer, enfocando ainda a questão da preservação para o imaterial, na “perspectiva de reconhecimento e valorização das diversificadas e dinâmicas referências culturais de diferentes grupos formadores da sociedade” (IPHAN, 2012, p. 5).

Atualmente, grande parte das discussões sobre conservação estão voltadas para questões da manutenção das características dos

bens e de suas relações imateriais (intangíveis) e simbólicas com a população², conforme descrito nos Princípios de La Valletta:

A preservação do patrimônio intangível é tão importante como a conservação e proteção do ambiente construído. Os elementos intangíveis que contribuem para a identidade e espírito do lugar devem ser definidos e preservados, uma vez que ajudam a determinar o caráter de uma área e do seu espírito (ICOMOS, 2011, p. 6).

A ampliação do campo, abrangendo relações imateriais e simbólicas com a população, é “bem-vinda e necessária”, contudo, não deve ser colocada “como se, a partir desta ampliação conceitual, a materialidade perdesse a sua importância” (Vieira-de-Araújo, 2018, p. 3). Significa que, para a atuação profissional do arquiteto e urbanista, não se deve perder de vista que se age sobre o material e os valores atribuídos a ele, sendo essencial a compreensão histórica e tecnológica do monumento/conjunto/sítio.

Além das questões citadas acima, outras estão sendo levantadas, agregando ainda mais força à temática da preservação patrimonial. Muñoz Viñas (2005, p. 194) afirma que a conservação recorre a outra ferramenta conceitual contemporânea: [o valor de] sustentabilidade:

A definição Brundtland de desenvolvimento sustentável, que é “desenvolvimento que satisfaça as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas necessidades, se reflete no objetivo da conservação do patrimônio cultural, que é transmitir o máximo de significado para as gerações futuras (Staniforth, 2000 *apud* Muñoz Viñas, 2005, p. 194 tradução nossa).³

Cangelli e Tucci (2013, p. 41) apontam a questão da conservação patrimonial como central para o desenvolvimento sustentável, pois

-
- 2 O debate sobre as relações imateriais e simbólicas de um bem patrimonial com a população possui grande influência do espanhol Salvador Muñoz Viñas, professor do Departamento de Conservação da Universidad Politécnica de Valencia, ao publicar, em 2003, a sua *Teoría Contemporanea de la Restauración*.
- 3 No original: “One of the keys to the future, and not just for conservation, is sustainability. The Brundtland definition of sustainable development, which is ‘development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs’, is reflected in the aim of the conservation of cultural heritage, which is to pass on maximum significance to future generations”.

contribui para a redução do consumo do solo, dos efeitos das alterações bioclimáticas e para a eficiência energética”⁴.

Do exposto, tem-se que a competência “compreensão dos valores de um monumento, conjunto ou sítio” é fruto da capacidade de leitura e identificação do “significado emocional [imaterial], cultural e utilitário”, da “compreensão histórica e tecnológica” desses bens, bem como da compreensão de seu enquadramento com “os seus conteúdos e vizinhanças, em relação a outros edifícios, jardins ou paisagens”. Logo, o valor ou a identidade cultural de um bem arquitetônico transcende o aspecto material e agrega outros valores relativos aos bens culturais e ao seu espectro.

Portanto, é essencial que o ensino para preservação patrimonial deixe claro o papel do arquiteto e urbanista, que é viabilizar a conservação dessa gama de valores atribuídos aos edifícios e áreas históricas – aquilo que o documento intitulado Princípios de La Valletta define como “espírito do lugar”, ou seja, “o conjunto dos aspectos tangíveis e intangíveis, físicos e espirituais que conferem à zona a sua identidade, significado, emoção e mistério específicos” (ICOMOS, 2011, p. 3-4), lembrando que as intervenções arquitetônicas podem ou não contribuir para a preservação de tais valores. Nesse sentido, é importante refletir sobre as “estratégias de conservação” apropriadas.

Estratégias de conservação

Sobre a reflexão das estratégias de conservação, destaca-se, nesta segunda metade do século XX, em que entendemos que se desenvolve a moderna concepção de restauro e conservação, o documento intitulado Declaração de Amsterdã (Conselho da Europa, 1975), que contribui para a reflexão sobre a Conservação Integrada, apontando a necessidade de medidas legislativas e administrativas, por meio de uma parceria público-privada, para a conservação do patrimônio cultural.

O documento alerta que a “conservação do patrimônio arquitetônico deve ser considerada não apenas como um problema marginal,

4 No original: “Centrale è il tema del progetto dell'esistente per la riduzione del consumo di suolo (Suolozero), il controllo degli effetti dei cambiamenti climatici (Resilienza urbana ed edilizia) e l'efficientamento energetico [...].”

mas com o objetivo maior do planejamento das áreas urbanas e do planejamento físico territorial” (Conselho da Europa, 1975, p. 2),⁵ pois existe o risco de a sociedade ser privada do seu patrimônio. Acrescenta também que o “patrimônio compreende não somente as construções isoladas de um valor excepcional e seu entorno, mas também os conjuntos, bairros de cidades e aldeias, que apresentam um interesse histórico ou cultural” (Conselho da Europa, 1975, p. 1). E que este “não sobreviverá a não ser que seja apreciado pelo público e especialmente pelas novas gerações” (Conselho da Europa, 1975, p. 2), afirmando a necessidade de programas de educação em todos os níveis.

Dentro da perspectiva global da conservação integrada, o documento propõe estratégias de conservação do patrimônio, que resumidamente são:

- Instaurar órgãos de atividade pública em todos os níveis (centrais, regionais e locais) com especialistas (urbanistas, arquitetos, técnicos, artesãos), que devem ser os responsáveis pelas decisões em matéria de planejamento, ou “plano de salvaguarda”, lembrando que o apoio e participação da população são essenciais em todas as etapas do planejamento;
- Facilitar a formação de associações mantenedoras, por meio de uma parceria financeira público-privada;
- Analisar e organizar inventários das construções, dos conjuntos arquitetônicos e dos sítios, notadamente no que diz respeito às suas estruturas, funções, assim como características arquitetônicas e volumétricas de seus espaços construídos e abertos e, a partir dessa análise, delimitar zonas de proteção;
- Para as áreas em declínio econômico, estimular o incremento de atividades, a fim de sustar o seu despovoamento e contribuir para impedir a degradação das construções antigas;
- Atribuir às construções funções (usos) que respeitem seu caráter e respondam às condições atuais de vida, garantindo, assim, a sua sobrevivência;

5 Apesar de ser originalmente redigido para tratar sobre o patrimônio arquitetônico europeu, o documento tem sido usado como referência para a questão da conservação patrimonial, pois abrange questões estratégicas que podem ser comuns a outros países.

- As ações em bairros antigos devem ser concebidas sem modificações importantes da composição social dos habitantes, de uma maneira tal que todas as camadas da sociedade se beneficiem. Por exemplo, os poderes públicos devem regular as leis do mercado, que podem trazer como consequência a evasão dos habitantes, incapazes de pagar altos valores de aluguéis;
- Propor uma política de regime de incentivos financeiros para conceder, aos cidadãos que decidam reabilitar uma construção antiga, vantagens que, no mínimo, sejam equivalentes a uma construção nova.

Por fim, aponta que a conservação integrada “conclama à promoção de métodos, técnicas e aptidões profissionais ligados à restauração e à reabilitação”, além da necessidade de conservação permanente (manutenção) do patrimônio arquitetônico “que permitirá, em longo prazo, evitar novas operações de reabilitação”, o que dialoga diretamente com o que está exposto nas Linhas de orientação sobre a educação e a formação em conservação de monumentos, conjuntos e sítios históricos, ao afirmar que os profissionais da conservação (arquitetos e urbanistas) devem ser instruídos sobre “a teoria da conservação” (ICOMOS, 1993), o que se entende como uma competência associada às estratégias de conservação apropriadas.

Observa-se, portanto, a necessidade de uma reflexão em princípios-guia para a intervenção arquitetônica em edifícios e áreas de reconhecido valor patrimonial, entendendo a intervenção como uma estratégia de conservação do patrimônio edificado. Tais princípios serão abordados buscando um diálogo entre algumas cartas patrimoniais (recomendações do ICOMOS) e contribuições teórico-metodológicas, pois as orientações dispostas nas cartas foram ancoradas nas teorias sobre conservação/restauração desenvolvidas desde o século XIX e que permanecem ainda atuais nos debates sobre a intervenção.

Princípio 1: respeito a todas as fases de construção de um monumento

Este princípio ganha destaque a partir das críticas à restauração estilística iniciadas por volta dos anos de 1880, com as primeiras formulações

do chamado “restauro filológico”, difundidas pelo italiano Camilo Boito (1835-1914), que considerava uma “lógica impiedosa” a interpretação de que o edifício deveria ser deixado à própria sorte ou “morrer de morte natural” (Boito, 2002, p. 57). Entretanto, apelava, assim como John Ruskin (1819-1900), para a necessidade de realização de manutenções periódicas, para que os bens não chegassem ao estado de ruínas e consequentemente não precisassem ser restaurados.

Sob essa ótica, Boito admitia a possibilidade da restauração, desde que não fosse uma reconstrução arbitrária e falsa, fazendo clara referência a Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879) e à prática restaurativa conhecida como “restauro estilístico”, que objetivava o estabelecimento de um projeto ideal, utilizando complementações e substituições que “corrigiam” os “defeitos” existentes nos edifícios. Tais “correções”, em muitos casos, desrespeitavam a configuração original da matéria e eliminavam os elementos adicionados à obra no decorrer dos anos, visando o restabelecimento da unidade de estilo da edificação.

Anos depois o princípio do “respeito a todas as fases de construção de um monumento” também será defendido por Gustavo Giovannoni (2013)⁶, no verbete restauro dos monumentos, ao destacar que todos os elementos pertencentes a qualquer tempo e detentores de caráter artístico e histórico devem ser conservados, podendo ser eliminados somente os que representam deturpações inúteis, não devendo ser desejo de uma unidade estilística e do retorno à forma primitiva. E no caso das eliminações (liberações), esses elementos devem ser avaliados e não submetidos a juízo pessoal do autor do projeto de restauro (Giovannoni, 2013, p. 198).

Na mesma linha, a Carta de Veneza (ICOMOS, 1964) afirma que a eliminação de uma etapa construtiva de um edifício só se justifica em “circunstâncias excepcionais e quando o que se elimina é de pouco interesse e o material que é revelado é de grande valor histórico, arqueológico ou estético, e seu estado de conservação é considerado satisfatório”.

⁶ Texto publicado originalmente em: “Restauro dei Monumenti” (*In: Enciclopedia Italiana*. Milano: Instituto de la Enciclopedia Italiana (Trecanni), 1936, v. 29, p. 127-130).

*Princípio 2: Distingibilidade da intervenção e respeito
ao caráter e fisionomia do preexistente de valor patrimonial*

De uma forma geral, até o século XVIII, as “restaurações” são guiadas por uma condição de continuidade entre os tempos, sem distinção entre o passado e o presente (a nova intervenção). É somente a partir do século XVIII com a filologia que se iniciam os debates sobre a necessidade de distinção entre o texto antigo e um novo por meio de “sinais” (parênteses, aspas, itálico). Essa disciplina influenciará o campo das artes em geral e da intervenção em edifícios do passado, e contribuirá para o surgimento do chamado “restauro filológico”. Vemos, portanto, que o segundo princípio está intimamente ligado ao primeiro.

Tal proposição será reafirmada por Gustavo Giovannoni no “Verbete restauro dos monumentos” (2013), quando escreve que os acréscimos, quando necessários, devem ter um caráter de simplicidade e um material diverso do primitivo, de modo que o restauro nunca possa induzir ao engano ou representar a falsificação de um monumento histórico. Contudo, enfatiza a necessidade de respeitar as condições ambientais do entorno dos edifícios, não devendo elas serem alteradas por isolamentos inoportunos e por construções de novos edifícios invasivos por volume, cor e estilo nos monumentos (Giovannoni, 2013, p. 198). Ou seja, propõe uma indissociabilidade entre os princípios “distingibilidade da intervenção” e “respeito ao caráter e fisionomia do preexistente de valor patrimonial”.

A Carta de Atenas (1931), que contou com a contribuição de Giovannoni, recomendava respeitar “na construção de edifícios, o caráter e fisionomia da cidade, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais”. Ou seja, valoriza a questão do respeito da nova arquitetura em relação ao contexto em que está inserida.

Também seguindo tal princípio, a teoria de Cesare Brandi (1906-1988) estabelece que a restauração “deverá ser sempre e facilmente reconhecível”, embora não possa “infringir a própria unidade que se visa a reconstruir”, ou seja, a intervenção deve ser invisível a distância, mas facilmente perceptível a uma visão mais aproximada (Brandi, 2004, p. 47). Com isso ele reafirma a necessidade de que a intervenção atual seja reconhecível, sem desconsiderar o respeito à

instância estética da obra de arte para o restabelecimento de sua leitura, de sua fruição estética, ou seja, também aponta a necessidade de correlacionar a “distingibilidade” com o princípio “respeito ao caráter e fisionomia do preexistente de valor patrimonial”.

Ainda é possível destacar a contribuição da Carta de Veneza (ICOMOS, 1964), ao esta ponderar que “[o]s elementos destinados a substituir as partes faltantes devem integrar-se harmoniosamente ao conjunto, distinguindo-se, todavia, das partes originais, a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte e de história” (ICOMOS, 1964, p. 3).

Esses princípios também encontraram eco na Carta de Washington (1987), ao esta falar que existem valores a serem preservados, que “são o caráter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que lhe determinam a imagem”, em especial:

- A forma urbana definida pela malha fundiária e pela rede viária;
 - As relações entre edifícios, espaços verdes e espaços livres;
 - A forma e o aspecto dos edifícios (interior e exterior) definidos pela sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração;
 - As relações da cidade com o seu ambiente natural ou criado pelo homem;
 - As vocações diversas da cidade adquiridas ao longo da sua história
- (ICOMOS, 1987, p. 2)

Semelhantemente, o documento *Principios de La Valletta* afirma que a arquitetura contemporânea deve encontrar sua expressão, mas deve buscar a coerência com a disposição espacial/formal preexistente:

Quando for necessária a construção de novos edifícios ou a adaptação dos já existentes, a arquitetura contemporânea deve ser coerente com a disposição espacial existente nas cidades históricas, assim como no restante ambiente urbano. A arquitetura contemporânea deve encontrar a sua expressão, respeitando a escala do sítio, e deve ter um relacionamento claro com a arquitetura existente e os padrões de desenvolvimento do seu contexto (ICOMOS, 2011, p. 10).

Os princípios aqui destacados são indissociáveis e facilmente aplicáveis tanto à escala da edificação e à realidade individual, quanto à escala do contexto urbano/ambiental. Para a escala do edifício, são apresentados aqui três exemplos que podem ser associados às posturas de intervenção contemporâneas conforme identificadas e nomeadas pelo italiano Giovanni Carbonara: “manutenção-repristinação”,

“crítico-conservativa e criativa” e “pura conservação/conservação integral”, que apresentam diferentes níveis de distinguibilidade entre a intervenção e a preexistência (Carbonara, 1997, 2012).⁷

A primeira corresponde justamente à falta de diferenciação quase que total entre o preexistente e as inserções contemporâneas, postura comum nas formulações teóricas do século XIX, e muitas vezes ainda recorrente até os dias atuais por meio dessa postura específica. Um dos exemplos que pode ser considerado como referência para tal postura foi a reconstrução do campanário da Praça São Marcos em Veneza (Itália), que desabou subitamente no ano de 1902⁸. Sob o comando de Luca Beltrami (1854-1933), a intervenção adotada foi a de reconstrução da torre “como era onde era”, devido à existência de documentação para isso (Figura 1):



FIGURA 1 Vista atual do Campanário da Praça São Marcos, após sua reconstrução. Fonte: Jeú Olimpio (2018).

-
- 7 Ao longo dos capítulos 2 e 3 da Parte I, já foram também comentadas essas posturas do restauro contemporâneo a partir da reflexão italiana. Também foram discutidas, nos capítulos 7 e 10 da Parte II, as posturas identificadas por Carbonara (2011) no que diz respeito à relação antigo e novo, que dialogam com as posturas primeiramente identificadas em Carbonara (1997).
- 8 Para visualizar imagens do desmoronamento do campanário da Praça São Marcos e sua reconstrução, consultar: <https://www.alamy.es/imagenes/collapse-campanile-venice-1902.html?sortBy=relevant>

Já a proposta de intervenção, dos arquitetos David Chipperfield e Julian Harrap, para o Neues Museum de Berlim, pode ser interpretada como uma postura “crítico-conservativa e criativa”, pois relaciona os princípios da "distingibilidade" e “respeito ao caráter e fisionomia do preexistente de valor patrimonial”. A edificação estava parcialmente arruinada, com partes de seu volume faltantes⁹, sendo que a proposta foi ancorada na premissa de “proteger e reparar as partes remanescentes, criar uma configuração compreensível e reconectá-las de volta em um conjunto arquitetônico inteiro”, sem imitar, além de integrar “o novo e o antigo se fortalecendo não em um desejo de contraste, mas à procura de continuidade” (Chipperfield, 2009 *apud* Brendle, 2013). O resultado obtido foi a reconstituição da forma do edifício em que as complementações se diferenciam do preexistente sem, contudo, desrespeitá-lo (Figura 2):

FIGURA 2 Restauro – reintegração da imagem com reconstituição da espacialidade da edificação (em destaque amarelo). Fonte: Natália Vieira (2017).



⁹ Para visualizar a edificação antes da restauração, consultar Brendle (2013).

Já a “pura conservação”, também conhecida como “conservação integral”, defende que não é possível formular um juízo crítico-artístico sobre um edifício, pois o valor da arte não é universal. Consequentemente, não é possível selecionar o que vai permanecer, demolido/liberado ou reconstruído. Logo, a única instância que deve ser levada em consideração é a histórica, respeitando-se todas as fases de um edifício.

Para Marco Dezzi Bardeschi, um dos principais expoentes da chamada “pura conversão” (2004), o “restauro” é a somatória de duas distintas ordens de operação: primeiro, projeta-se para a conservação do existente (como valor herdado) e, depois, acrescenta-se o projeto do novo (como valor adicionado). Contudo, a principal crítica que fazemos a essa postura é a de que a separação entre o conservar e o projetar abre possibilidades para que a nova arquitetura seja totalmente descontextualizada (estética, forma, escala e materiais) daquela preexistente, considerada de valor patrimonial.

O Museu da História Militar (Dresden, Alemanha) do arquiteto Daniel Libeskind pode ser considerado como exemplo de intervenção contemporânea que dialoga com a postura de restauro defendida por Dezzi Bardeschi, segundo a qual a inserção de um novo volume não conversa com o preexistente, interferindo, inclusive, na leitura da edificação histórica. São inserções contemporâneas indiferentes à integridade visual dos edifícios; o preexistente é apenas um pretexto para inserção da “marca do nosso tempo” (Figura 3).

Conclui-se que a distinguibilidade entre o preexistente e o novo prima pelo respeito pela autenticidade do edifício como um texto histórico passível de alterações ao longo dos anos,

FIGURA 3 Museu da História Militar (Dresden, Alemanha). Fonte: Natália Vieira (2019).



entendendo a autenticidade como uma noção que está intrinsecamente ligada às ideias de continuidade, mudança e verdade (a estratificação, ou seja, o reconhecimento das fases de transformação de uma área histórica). Já o respeito ao caráter e fisionomia do preexistente de valor patrimonial dialoga com a integridade que não considera apenas o estado de conservação do bem, mas também a sensação de completude ainda presente na matéria (Jokilehto, 2006). As posturas intervencionistas apresentadas aqui a partir da conceituação de Carbonara (1997) demonstram que existem diferentes níveis de aproximação do princípio de distinguibilidade. Vemos, portanto, que situações muito extremadas, seja para a linha da repriseiração seja para a linha da dissonância, tendem a se afastar da utilização do princípio conservacionista da distinguibilidade de uma maneira em que não se perca de vista a preocupação simultânea com as noções de autenticidade e integridade (Vieira, 2008).

Princípio 3: garantia de continuidade ou adaptação para um novo uso

Este princípio consiste em atribuir às construções usos que respondam às necessidades atuais da vida contemporânea, respeitando seu caráter, garantindo, assim, a sua sobrevivência. Tal princípio é defendido por Viollet-le-Duc e, mais adiante, por Gustavo Giovannoni, ao apontar a necessidade de usos compatíveis com os primitivos, de modo a não produzir grandes alterações no edifício advindas das adaptações necessárias, o que é, também, apontado pela Declaração de Amsterdã (Conselho da Europa, 1975).

A Carta de Veneza institui que os monumentos históricos possuam uma função útil para a sociedade, para que eles sejam conservados. Contudo, alerta que essa destinação não “deve alterar a disposição ou decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se devem conceber e se podem autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes” (ICOMOS, 1964, p. 2). O texto também pondera que:

A conservação de um monumento implica a preservação de um esquema em sua escala. Enquanto subsistir, o esquema tradicional será conservado, e toda construção nova, toda destruição e toda modificação que pode alterar as relações de volumes e de cores serão proibidas (ICOMOS, 1964, p. 2).

Sobre o uso, é necessário ampliar seu significado para as intervenções realizadas em escala urbana e considerar que as novas funções não devem

[...] comprometer a sobrevivência das atividades tradicionais e de tudo o que apoia a vida quotidiana dos habitantes. Tal pode ajudar a preservar a diversidade cultural histórica e a pluralidade, fatores constituintes primordiais neste contexto. Antes de introduzir uma nova atividade, é necessário considerar o número de utilizadores envolvidos, a duração da utilização, a compatibilidade com outras atividades existentes e o impacto sobre as práticas tradicionais locais. Essas novas funções também devem satisfazer a necessidade de um desenvolvimento sustentável, em linha com o conceito de cidade histórica como ecossistema único e insubstituível (ICOMOS, 2011, p. 9).

Ao analisar o conjunto de valores patrimoniais de um monumento, apesar de enfatizar que a ação arquitetônica é material, é importante destacar que essa ação possui impactos sobre aspectos simbólicos/imateriais. Para tanto, tem-se como base o projeto do Terminal Marítimo de Passageiros de Natal (TMP), localizado no Largo da Rua Chile, no bairro da Ribeira, às margens do Rio Potengi. Em face da sua proximidade em relação ao porto da cidade de Natal/RN, a Rua Chile (antiga Rua da Alfândega e do Comércio) adquiriu grande importância comercial para a cidade e hoje possui importância social e cultural, por isso, se encontra dentro da Zona Especial de Preservação Histórica.

Há diversidade de usos na Rua Chile, tais como comércio, serviços e, principalmente, os de caráter lúdico, como cultura e lazer. A rua é cenário de importantes eventos culturais para a cidade, sendo o Largo da Rua Chile um dos principais pontos de encontro, pois sua dimensão facilita sua utilização por parte da população (Figura 4).

FIGURA 4 Imagem aérea do Largo da Rua Chile, com destaque para a grande área livre, comumente ocupada por manifestações culturais. Fonte: Jeú Olímpio, 2024.





FIGURA 5 Terminal Marítimo de Passageiros de Natal, em que se observa a edificação preexistente, o novo bloco ao fundo e o Largo da Rua Chile. Fonte: Jeú Olímpio (2015).

O projeto do TMP faz parte dos investimentos realizados nos portos das cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol Brasil 2014, com o objetivo de oferecer estrutura para o evento e atender à demanda do turismo marítimo. Para tanto, a proposta projetual contemplou a restauração de uma antiga edificação, o acréscimo de um novo bloco e uma intervenção no Largo da Rua Chile (Figura 5) para promover acessibilidade à edificação histórica (com escada e rampa) e prover vagas para estacionamento de veículos.

A solução projetual adotada para a promoção da acessibilidade e de estacionamento foi a ocupação da área do Largo da Rua Chile, inibindo a apropriação da população para as manifestações culturais. Postura inadequada, pois não considera o conjunto de valores da área, reconhecida não só por conservar os aspectos materiais da ocupação mais antiga da cidade, mas por possuir grande relação emocional/cultural/imaterial com a população local.

É indiscutível a necessidade de usabilidade dos monumentos históricos para que eles sejam conservados, considerando, inclusive, a possibilidade de alterações físicas (construção nova, destruição, modificação). Contudo, é necessário respeitar o caráter do lugar, destacando a importância de outro princípio-guia para intervenção nos monumentos, o da mínima intervenção, destacado no próximo item. Considerando também a necessidade de preservação das funções tradicionais, visando, sempre, a permanência da comunidade local de determinada área, mantendo suas práticas e protegendo os residentes e utilizadores locais (ICOMOS, 2011).

Princípio 4: mínima intervenção

Considerando a necessidade de adequação ao uso contemporâneo e ao diálogo entre a arquitetura preexistente e a inserção de novos elementos (tanto na escala do edifício como do entorno e sua paisagem), tal princípio está relacionado à conservação do esquema tradicional, em que toda construção nova, toda destruição e toda modificação que pode alterar as relações de volumes e de cores devem ser evitadas, conforme orienta a Carta de Veneza (ICOMOS, 1964).

O princípio da mínima intervenção tem relação direta com outros dois: uso (adaptação à vida contemporânea) e respeito ao caráter do monumento.

Para o princípio da mínima intervenção na escala urbana, é necessário retomar a contribuição de Giovannoni ao promover uma teoria de intervenção dos centros históricos exposta principalmente em dois escritos – “Il diradamento nei vecchi centri e Vecchie città ed edilizia nuova” – ambos publicados no ano de 1993 na revista *Nuova antologia*. O autor alerta para o perigo dos “svetramentos” (cortes internos na malha urbana das cidades, com o objetivo de modernização) indiscriminados, pois tal prática poderia provocar o cancelamento de partes importantíssimas da história das cidades. Em sua teoria, Giovannoni tinha a intenção de promover uma integração entre a cidade antiga e a moderna, sendo inevitável certa “flexibilização” da cidade antiga para atender a demandas modernas, mas essa modernização deveria preservar sua identidade¹⁰.

¹⁰ Inicialmente as questões relacionadas à preservação estavam voltadas apenas aos edifícios; foi somente a partir da segunda metade do “Ottocento” que o tema da conservação se alarga do edifício às cidades. A bibliografia sobre o assunto relaciona o amadurecimento da preservação das cidades (centros históricos) a alguns aspectos relativos à modernização, como: salubridade, aumento da densidade e tráfego de veículos, que se impostaram diante da estrutura, malha estreita e irregular dos centros históricos, promovendo uma necessidade de adaptação das cidades às demandas ditas modernas. Uma primeira solução (para resolver as demandas da modernização) foi a adotada em Paris, no tempo de Napoleão III: o Barão Haussmann (1809-1891) realizou um vasto programa urbanístico que promovia a abertura de novas estradas retilíneas (Boulevards) no tecido urbano antigo. Este modelo foi seguido por várias cidades europeias, que adotaram a prática do *sventramento*, ou seja, cortes internos na malha urbana da cidade. Durante esse período se desenvolveram várias manifestações contra os princípios de Haussmann, se destacando a figura do austriaco Camillo Sitte (1843-1903), com a publicação do volume *A arte de construir as cidades*, no ano

Princípio 5: reversibilidade/retrabalhabilidade da intervenção

Qualquer ação deve prever a possibilidade de futuras intervenções no momento, com possibilidade de correções ou modificações, sem prejudicar o bem arquitetônico. Este princípio está intimamente ligado à questão da compreensão do restauro como ato crítico e, por isso, sempre passível de futuras alterações (Carbonara, 2012).

Relaciona-se também à abordagem de Cesare Brandi (2004, p. 48), que, ao colocar em questão o futuro, determina que “qualquer intervenção de restauro não torne impossível, mas, antes, facilite as eventuais intervenções futuras”, permitindo, inclusive, sua reversão. Nesse sentido, destaca-se a importância da distinguibilidade e da mínima intervenção, pois só é possível reverter ou promover novas intervenções, se as realizadas anteriormente forem perceptíveis e tiverem afetado minimamente o bem.

Um exemplo desse princípio é a inserção da escada para o mirante do Monumento Nazionale a Vittorio Emanuele II, em Roma/Itália, inaugurado em 1911 (Figura 6).

Princípio 6: compatibilidade de técnicas e materiais

A compatibilidade de técnicas e materiais corresponde à necessidade de que as intervenções sejam

de 1889, e que, apesar de não ser considerado um escrito sobre a conservação das áreas históricas da cidade, mas um tipo de guia para a projetação de novas cidades e das novas periferias, interpretava e objetivava manter vivo o “espírito” da cidade antiga. Contudo, apesar de não tratar a questão da conservação dos centros históricos, a teoria de Sitte vai ecoar em toda a Europa durante esse período de necessidade de renovação das cidades. Um dos autores a quem se atribui a influência dos escritos de Sitte é Gustavo Giovannoni.

FIGURA 6 Montagem com fotos do Monumento Nazionale a Vittorio Emanuele II e da escada para o mirante.
Fonte: Monique Lessa V. Olimpio (2019).



feitas com o emprego de elementos que não causem danos aos elementos preexistentes da edificação, ou seja, não causem alterações químicas ou físicas dos materiais preexistentes (Carbonara, 2012).

Considerações finais: o rigor teórico-técnico para o desenvolvimento das competências profissionais

Dos princípios elencados ao longo deste capítulo, é importante destacar que eles são indissociáveis e que visam a preservação de uma série de elementos que caracterizam as áreas e edifícios de valor patrimonial. Percebe-se a intrínseca relação entre esses e aqueles descritos nos Princípios de La Valletta.

Os elementos a preservar são:

1. A autenticidade e integridade das cidades históricas, cujo caráter essencial é expresso pela natureza e coerência dos seus elementos tangíveis e intangíveis, incluindo:
 - a. Os padrões urbanos definidos pelo traçado dos arruamentos, os lotes de terreno, os espaços verdes e as relações entre edifícios e espaços verdes e abertos;
 - b. "A forma e aparência, interior e exterior, dos edifícios, tal como definido pela sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração";
 - c. "A relação entre a cidade ou área urbana e a sua envolvente, tanto a natural como a criada pelo Homem" (Carta de Washington).
 - d. As várias funções que a cidade ou área urbana adquiriu ao longo do tempo;
 - e. As tradições culturais, as técnicas tradicionais, o espírito do lugar e tudo o que possa contribuir para a identidade de um lugar;
2. As relações entre o sítio na sua totalidade, as suas partes constituintes, o contexto do lugar e as partes que conformam esse contexto;
3. O tecido social, a diversidade cultural;
4. Os recursos não renováveis, minimizando o seu consumo e incentivando a sua reutilização e reciclagem (ICOMOS, 2011, p. 9).

Destacar a importância do rigor teórico-técnico descrito no documento que descreve as “Linhas de Orientação sobre a Educação

e a Formação em Conservação de Monumentos, Conjuntos e Sítios Históricos” (ICOMOS, 1993) parte do entendimento de que as competências listadas nele são ancoradas em contribuições teórico-metodológicas sobre conservação/restauração, que vão se desenvolvendo paulatinamente desde o século XIX e consolidam princípios-guia essenciais à prática contemporânea de intervenção sobre áreas de valor patrimonial, especialmente a partir da segunda metade do século XX.

É, portanto, essencial, para a formação (e atuação profissional), o estímulo a reflexões teóricas sobre as formas de intervir em preexistências de valor patrimonial. Salienta-se que, apesar da intervenção em um bem patrimonial ser um campo subjetivo, e cada projeto ser um caso, devendo, por isso, ser analisado de modo singular, em razão das características de cada bem arquitetônico e de seu transcorrer na história, defendemos, como Kühl (2006, p. 24-25), que não estabelecer dogmas não significa que a intervenção deva ser arbitrária. O papel da teoria é “refletir sobre o método para se chegar ao conhecimento”, ou seja, é necessário resolver um problema subjetivo o mais objetivamente possível (com julgamentos equilibrados), portanto, as reflexões teóricas são um caminho para o alcance dessa objetividade e a identificação dos princípios-guia conservacionistas essenciais para o desenvolvimento de projetos responsáveis sobre a preexistência. Concordamos com Dalla Negra (2020) quando o autor defende que quanto mais as decisões projetuais são guiadas por esses princípios, mais a intervenção se aproxima de uma ação conservativa; quanto menos as decisões são pautadas por tais princípios, mais elas se aproximam de uma ação de reestruturação sem qualquer compromisso com a conservação. Trata-se, portanto, de uma decisão a partir da identificação dos valores presentes na preexistência objeto de intervenção: estamos falando de um projeto conservativo ou de reestruturação?

Retornamos assim aos dois momentos-chave e indissociáveis que visam a preservação de áreas e edifícios de valor patrimonial: o reconhecimento de valores patrimoniais e a definição de estratégias de conservação associada ao respeito aos princípios-guia para a intervenção arquitetônica em edifícios e áreas de reconhecido valor patrimonial.

Referências

- BOITO, Camillo. Os restauradores. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.
- BRANDI, Cesare. Teoria da restauração. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.
- BRENDLE, Maria Betânia Uchôa Cavalcanti. Projeto de restauração e intervenção como projeto de arquitetura: Cesare Brandi e o Neues Museum Berlin. In: PROJETAR- ensino, pesquisa e prática, 6., Salvador, 2013. Anais [...]. Salvador: UFBA, 2013.
- CANGELLI, Eliana; TUCCI, Fabrizio. Near Zero Energy Building. Ar bimestrale dell'ordine degli architetti p.p.c. di roma e provincia, Roma, n. 48, p. 41-44, set./out. 2013.
- CARBONARA, Giovanni. Restauro Architettonico: principi e método. Roma: M.E. Architectural Book and Review S.r.l, 2012.
- CARBONARA, Giovanni. Architettura d'oggi e Restauro – un confronto antico-nuovo. Torino: UTET, 2011.
- CARBONARA, Giovanni. Avvicinamento al restauro. Nápoles: Liguori, 1997.
- CONSELHO DA EUROPA. Declaração de Amsterdã. Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, 1975. IPHAN [Portal da Internet]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterdam%CC%83%201975.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- DALLA NEGRA, Riccardo. Mesa redonda 4: teoria e projeto do restauro. Mediador: Beatriz Mugayar Kuhl. Convidados: Ascensión Hernández Martínez e Ricardo Dalla Negra. Simpósio Icomos Brasil, 2020. Vídeo (2ho6min). Publicado por Ieds Instituto. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DMHCrygiWVE>. Acesso em: 1 ago. 2020.
- DEZZI BARDESCHI, Marco. Il restauro: una nuova definizione per un'antica (ambigua) disciplina. ANARKH, [s. l], n. 41, p. 2-5, mar. 2004.
- GIOVANNONI, Gustavo. Gustavo Giovannoni: textos escolhidos. Tradução de Renata Campello Cabral, Carlos Roberto M. de Andrade, Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2013. (Coleção Artes & Ofícios).
- ICOMOS. Carta de Veneza sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios. Veneza: ICOMOS, 1964. Disponível em: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/11%20Carta%20de%20Veneza%20-%20ICOMOS%201964.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.

ICOMOS. Charter for the conservation of historic towns and urban areas. Washington: ICOMOS, 1987. Disponível em: https://admin.icomos.org/wp-content/uploads/2023/01/towns_e.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022.

ICOMOS. Linhas de Orientação sobre a Educação e a Formação em Conservação de Monumentos, Conjuntos e Sítios Históricos. 10th General Assembly Colombo Proceeding. Sri Lanka, 1993. Disponível em: <http://openarchive.icomos.org/1679/1/AGI1993.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.

ICOMOS. Princípios de La Valletta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos. 17ª Assembleia Geral do ICOMOS, Paris, 2011. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/charters/Valletta_Principles_Portuguese.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022.

ICOMOS. The Athens Charter for the Restoration of Historic Monuments. Athens: ICOMOS, 1931. Disponível em: <https://www.icomos.de/data/pdf/i-0421-1332-10.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.

IPHAN. Patrimônio cultural imaterial: para saber mais. 3. ed. Brasília: IPHAN, 2012. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha_1_parasabermais_web.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022.

IPHAN. Portaria nº 420, de 22 de dezembro de 2010. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_420_de_22_de_dezembro_de_2010.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022.

JOKILEHTO, Jukka. Considerations on authenticity and integrity in World Heritage context. *City & Time*, Recife, v. 2, n. 1. 2006.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Restauração hoje: método, projeto e criatividade. *Desígnio – Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo*, São Paulo, v. n. 6, p. 19-33, 2006.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. *Contemporary Theory of Conservation*. Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann, 2005.

OLIMPIO, Monique Lessa Vieira. Formação do arquiteto e urbanista para a preservação de áreas e edifícios de valor patrimonial: diálogos entre a teoria e o exercício projetual. 2020. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

OLIMPIO, Monique Lessa Vieira; VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda. Intervenção em edifícios de valor patrimonial: a portaria nº 420 (22-12-2010) do Iphan e alguns resultados práticos no centro histórico de Natal-RN. *Revista Projetar - Projeto e Percepção do Meio Ambiente*, Natal, v. 3, p. 64-79, 2018.

RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem*. Tradução de Werner Rothschild Davidsohn, Anat Falbel. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.

TIESDELL, Steven; OC, Taner; HEATH, Tim. *Revitalizing Historic Urban Quarters*. Oxford: Architectural Press, 1996.

TORELLY, Luiz Philippe. Notas sobre a evolução do conceito de patrimônio cultural. *Fórum Patrimônio*, v. 5, n. 2, p. 1-18, 2012.

VIEIRA, Natália Miranda. Integridade e Autenticidade: conceitos-chave para a reflexão sobre intervenções contemporâneas em áreas históricas. In: ARQUIMEMÓRIA – Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado, 3., 2008, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: IAB-BA/UFBA, 2008.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda. O conceito de restauração em Brandi e em Muñoz-Viñas: um debate mal resolvido. In: ENANPARQ - ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 5., 2018, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: UFBA, 2018.

PARTE III

**Desafios para a
preservação
da arquitetura
moderna e do
patrimônio industrial**

Apresentação

Flaviana Barreto Lira

A parte III desta publicação apresenta um conjunto de artigos elaborados por pesquisadores dos programas de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UNB e UFRN e do departamento de Arquitetura e Urbanismo e do programa de pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE. Para além das questões da indissociabilidade necessária entre aprofundamento teórico e desenvolvimento projetual e da questão da formação profissional de arquitetos e urbanistas para a preservação do patrimônio construído, nesta terceira parte da presente publicação, o fio que conecta seus capítulos é o enfrentamento dos desafios e das particularidades de se preservar o patrimônio moderno e da industrialização.

Importa ressaltar que o contato inicial e determinante que a presente autora e a organizadora geral desta publicação tiveram com a temática da conservação do patrimônio moderno remonta, especialmente, ao ano de 2008, quando da estruturação do I Curso Latino Americano sobre a Conservação da Arquitetura Moderna (MARC-AL), 2009-2010, iniciativa conjunta do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI) e International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of the Cultural Property (ICCROM), com apoio do Docomomo-Brasil e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Tratou-se de um curso de

formação para profissionais cujo objetivo era a capacitação no entendimento dos valores da arquitetura moderna, na identificação dos problemas relativos à sua conservação e, consciente das teorias da conservação, na elaboração de planos de conservação e projetos de restauração.

Especialmente a partir dos anos de 1990, com a criação do DOCOMOMO (International Committee for Documentation and Conservation of Buildings Sites and Neighborhoods of Modern Movement), a importância de se documentar e proteger esse patrimônio vem sendo amadurecida. Inicialmente as discussões giravam, especialmente, em torno da pertinência da aplicação do arcabouço teórico e metodológico da teoria da restauração aos edifícios modernos. Entendendo que sim, essa aplicação era pertinente, muitos autores passaram a centrar seus esforços na compreensão das particularidades compostivas e construtivas que esses edifícios imporiam à sua conservação. Generalizações e preconceitos precisaram (e ainda precisam) ser superados para se entender que as motivações éticas e ambientais para se preservar tais edifícios, ainda que muitos deles não passem tão bem pela prova do tempo, suplantaram os argumentos em favor de sua substituição.

Progressivamente a proteção institucional, tanto do patrimônio moderno quanto daquele identificado como patrimônio industrial, também foi avançando. No entanto, lamentavelmente, essa proteção não se dá no mesmo ritmo de sua destruição. A cada dia, em diferentes locais do Brasil, um testemunho da arquitetura moderna e/ou industrial é perdido. A rapidez com que essas perdas se dão, certamente, é hoje o maior desafio à sua preservação.

A proximidade temporal que nos separa do momento de sua construção e a grande quantidade de edifícios modernos ainda presentes em nossas cidades são algumas das razões apontadas por estudiosos do tema sobre a limitada adesão da comunidade à pauta da preservação do moderno. Nesse contexto, o especialista assume um papel central. Documentar, educar, politizar, proteger, teorizar e aplicar essa teoria em sua prática projetual são desafios que competem ao profissional que se dedica à preservação da arquitetura moderna e industrial.

Uma mostra representativa desses desafios está refletida na Parte III desta publicação, que é composta por sete artigos, sendo cinco deles focados no patrimônio moderno e dois em questões mais específicas do patrimônio industrial.

O Capítulo 10, intitulado “Conservacionistas, modernistas e sociedade: acordos necessários à efetiva conservação do patrimônio moderno”, de autoria de George Alexandre Ferreira Dantas e Natália Miranda Vieira-de-Araújo, publicado originalmente no ano de 2012 nos anais do II Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, foca na desafiadora questão da preservação da memória e autenticidade de edifícios modernos frente à necessidade de garantir a sua utilização. Dialogando com estudiosos contemporâneos do campo da conservação do patrimônio, os autores alertam sobre os riscos de se priorizar a integridade da ideia e concepção original do edifício em detrimento de sua autenticidade material. Ao enveredar por essa discussão, lançam luz sobre um certo embate entre especialistas conservadores, que defendem a aplicação completa das abordagens filosóficas existentes para a preservação do moderno, e especialistas historiadores, que estão mais interessados na preservação do projeto enquanto ideia/concepção que na autenticidade da matéria, a qual carrega as marcas da passagem do edifício pelo tempo.

O Capítulo 11, de autoria de George Ferreira Dantas, Natália Miranda Vieira-de-Araújo e José Clewton do Nascimento, intitulado “O IPHAN e o Hotel Internacional Reis Magos: arquivamento do processo de tombamento e retrocesso no reconhecimento do patrimônio moderno”, teve sua primeira publicação no VII Docomomo N/NE, em 2018. Marco da paisagem urbana natalense desde os anos 1960, o Departamento de Patrimônio Material (DEPAM/ IPHAN) entendeu que a falta de “representatividade nacional” desse exemplar era a motivação para o indeferimento da solicitação de tombamento federal. Teria o IPHAN considerado os valores e significados atribuídos pelos atores sociais locais ao hotel? Quais os impactos de negar o reconhecimento institucional a um exemplar altamente representativo da arquitetura moderna no Nordeste do Brasil? Essas são algumas das questões que o artigo se dispõe a responder.

O Capítulo 12, também publicado originalmente no VII Docomomo NNE em 2018, intitula-se “Intervenção na Caixa d’Água de Olinda: valorização e ressignificação do modernismo”, de Natália Miranda Vieira-de-Araújo e Gabriela Souto Maior. Dialogando com a teoria contemporânea da restauração, nomeadamente com a reflexão teórica de Giovanni Carbonara, o artigo discorre sobre a relação antigo versus novo, na intervenção realizada na Caixa d’água de Olinda, projetada por Luiz Nunes no Alto da Sé na década de 1930. Segundo os princípios da restauração para se intervir sobre elementos estruturais e cobogós aliados à linguagem contemporânea adotada no novo volume de elevador e sanitários, as autoras defendem a saudável “abordagem dialética” entre novo e antigo alcançada nessa intervenção.

Os dois capítulos seguintes têm a superquadra do Plano Piloto de Brasília como objeto de estudo. O primeiro, “Apagando testemunhos: o desafio da preservação dos blocos residenciais modernos do plano piloto de Brasília”, de Flaviana Barreto Lira, Ana Clara Giannecchini, Manuella de Carvalho Coêlho e Mariana Leite Melo e Silva, publicado inicialmente no 4º Arquimemória em 2013, trata do progressivo apagamento das características modernas dos blocos residenciais das superquadras brasilienses. O Plano Piloto tem sua proteção institucional pautada na dimensão urbana, o que torna a preservação da arquitetura desses blocos frágil. Buscando lidar com essa lacuna e suas consequentes ameaças, as autoras propõem diretrizes e recomendações de intervenção para os blocos da chamada unidade de vizinhança modelo, constituída pelas superquadras sul 107, 108, 307 e 308, pautadas na compatibilização entre as mudanças necessárias à atualização desses blocos a demandas atuais e aos interesses da preservação.

O capítulo seguinte, de autoria de Beatriz Alcântara Gomes e Flaviana Barreto Lira, tem como título “Faces de uma mesma paisagem: preservação e ressignificação das superquadras de Brasília”, originalmente publicado no 14º Seminário Docomomo Brasil de 2021. Aqui a superquadra é abordada a partir de sua paisagem e espaceialidade, buscando-se desvelar suas ressignificações ao longo do tempo a partir de alterações no uso e ocupação do espaço. As

autoras constatam que os novos significados atribuídos à superquadra proporcionaram a configuração de uma paisagem histórica extremamente contemporânea, marcada pelo alto grau de pertencimento comunitário.

O Capítulo 15, a sua vez, debruça-se sobre a zona portuária de Recife, entrando assim no campo do patrimônio industrial e como este passa a ser alvo de grandes projetos urbanos na cidade contemporânea. Escrito por Natália Miranda Vieira-de-Araújo, Gabriela Souto Maior e Clara Patrício da Silva Araújo, intitulado “Intervindo sobre a preexistência: o projeto “Porto Novo” no Bairro do Recife e a distância entre plano e implementação”, o artigo teve sua primeira versão publicada no V Enanparq em 2018. O projeto sobre a preexistência é novamente tema e aqui a proposta é analisar os projetos desenvolvidos pelo NTOU (Núcleo Técnico de Operações Urbanas), vinculado ao Governo do Estado de Pernambuco e por outros agentes para parte dos armazéns portuários. Além de analisar a implantação do projeto “Novo Recife”, o artigo também busca refletir sobre a medida em que tais intervenções contemporâneas têm, de fato, contribuído para a preservação do núcleo originário da cidade do Recife.

Por fim, o último capítulo, ainda inédito, de autoria de Talys Napoleão, tem como título o “Patrimônio ferroviário enquanto instrumento de requalificação urbana: diretrizes para intervenção em sítios ferroviários obsoletos”. Aqui a autora adentra nesse patrimônio que pode ser compreendido como parte do patrimônio industrial, mas que possui suas especificidades quanto aos desafios que enfrenta. Os leitos e pátios ferroviários desativados, ou sítios ferroviários obsoletos, são tomados como objeto de estudo e a proposta é, partindo de uma caracterização física e espacial prévia desses locais, desenvolver diretrizes de intervenção para a escala urbana estruturadas a partir desses espaços.

Concluída esta breve apresentação, esperamos que o conjunto de artigos aqui reunidos contribua para o amadurecimento da temática e abra caminhos para novas possibilidades de pesquisa e atuação pautadas na preservação da arquitetura da industrialização em suas mais variadas materializações.

CAPÍTULO 10

Conservacionistas, modernistas e sociedade

Acordos necessários à efetiva conservação do patrimônio moderno¹

George Alexandre Ferreira Dantas

Natália Miranda Vieira-de-Araújo

O papel do DOCOMOMO na conservação da arquitetura moderna

A história da conservação da arquitetura moderna está intimamente ligada ao árduo esforço empreendido por estudiosos e especialistas em arquitetura moderna. A constituição do DOCOMOMO (International Committee for Documentation and Conservation of Buildings Sites and Neighborhoods of Modern Movement) é uma evidência desse fato. Fundado na Holanda em 1988 a partir do trabalho de um grupo de docentes da Eindhoven University, o DOCOMOMO Internacional tem como objetivo atuar em ações relativas à documentação, proteção e conservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico modernos. Segundo a Declaração de Eindhoven, estabelecida na conferência de fundação da organização, em 1990, os principais objetivos seriam:

¹ Artigo escrito originalmente para o II Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, realizado em Natal, em setembro de 2012. O incômodo com a supervalorização da integridade (em detrimento da autenticidade e da necessidade de alterações para viabilizar requalificações, reúsos etc.) ao pensar projetos de intervenção para o patrimônio modernista nos motivou então. As reflexões aí contidas seriam aprofundadas e debatidas nos anos seguintes, em ateliers, consultorias de projeto e pareceres técnicos, além do necessário debate público, articulando as noções de “unidade potencial” de Brandi e os diálogos inter-subjetivos entre especialistas e usuários, como defende Muñoz Viñas.

1. Bring the significance of the modern movement to the attention of the public, the authorities, the professionals and the educational community concerned with the built environment.
2. Identify and promote the recording of the works of the modern movement, including a register, drawings, photographs, archives and other documents.
3. Foster the development of appropriate techniques and methods of conservation and disseminate this knowledge throughout the professions.
4. Oppose destruction and disfigurement of significant works of the modern movement.
5. Identify and attract funding for documentation and conservation.
6. Explore and develop the knowledge of the modern movement (Declaração de Eindhoven, 1990 *apud* Ferreira, 2022, p. 90, grifos nossos).²

Para realizar tais ações, essa organização internacional criou uma metodologia de inventário (ISC/Registers) baseada em uma ficha de cadastro (mínima ou completa, a depender da relevância da obra arquitetônica que se registra) que foi utilizada como instrumento de trabalho por pesquisadores de várias partes do mundo. Durante muito tempo, a prática dessa organização internacional concentrou-se muito mais na documentação (segundo objetivo destacado acima) do que na conservação no seu sentido mais amplo, ou seja, considerando a reutilização e a discussão de critérios de intervenção nos edifícios (terceiro objetivo destacado na sua declaração de fundação).

Os extensos inventários arquivados no Netherlands Architecture Institute (NAI), de inestimável valor, constituídos por grupos de trabalhos de diferentes nacionalidades dentro dessa prática atestam tal afirmação. É claro que esses inventários são entendidos também como uma importante forma de preservação. Porém, o que enfatizamos neste artigo é que a discussão de critérios e estratégias de intervenção/conservação propriamente ditos apenas começam a ter maior reflexão mais recentemente. Além disso, a definição desses critérios de intervenção prioritariamente por estudiosos da arquitetura moderna tem levado a certas condições específicas na

² Cabe destacar que os objetivos gerais foram atualizados pelo chamado *Eindhoven-Seoul Statement*, em 2014 (Ferreira, 2022).

argumentação em prol da preservação do patrimônio moderno que precisam ser discutidas e matizadas.

Essa concentração da atuação do DOCOMOMO Internacional no registro e documentação também se repete na prática do DOCOMOMO Brasil, fundado em 1992. O artigo de Elisa Vaz Ribeiro (2012) publicado no IV DOCOMOMO Norte Nordeste comprova essa afirmação. Após a análise de um universo de 430 artigos publicados nos últimos seminários nacionais do DOCOMOMO Brasil,³ Ribeiro (2012) observa que apenas 41 deles tratam de “dificuldades específicas da preservação de exemplares da arquitetura moderna”. A autora destaca ainda que, desses 41, 40 se referem à questão do reconhecimento dos valores da arquitetura moderna (ou da falta dele). Chama atenção o número de 368 artigos, 85,5% do universo analisado, que se concentram em análises históricas de obras e contextos (Ribeiro, 2012).

Naslavsky (2010), ao analisar as fichas de inventário utilizadas pelo DOCOMOMO, destaca que elas vão além do cadastramento e sistematização de informações, trazendo também:

[...] uma avaliação quanto aos aspectos técnicos, sociais, culturais, estéticos, históricos, e ainda, quanto à integridade e conservação da obra em questão, identificando a ocorrência de aspectos inovadores do ponto de vista programático, estético, técnico ou histórico. Portanto, não se restringem a uma descrição sumária da obra, mas contêm análises aprofundadas sobre os motivos de inclusão das obras no inventário, são importantes instrumentos de análise e estabelecimento de juízos de valor uma vez que, ao estabelecerem um método comum para avaliar o patrimônio moderno internacional, possibilitam cruzar informações e situar os exemplares regionais frente aos nacionais e internacionais, revertendo o quadro de desconhecimento da crítica e preenchendo lacunas da historiografia (Naslavsky, 2010, p. 13).

Como as fichas requerem a avaliação de aspectos relevantes das obras e implicam o estabelecimento de juízos de valor sobre a obra arquitetônica ou sítio em questão, Naslavsky (2010) ressalta que a ficha do DOCOMOMO “demanda do avaliador conhecimentos de valores e aspectos da arquitetura moderna, inclusive de cada aspecto

³ A autora analisou todos os artigos que estão disponíveis no site do Docomomo Brasil.

regional e de características específicas de cada local. [...] requerem do pesquisador um conhecimento aprofundado sobre a obra." Também será este pesquisador que elaborará "o argumento chave da síntese que justificaria o tombamento do imóvel ou sítio urbano" (Naslavsky, 2010, p. 16).

O estágio do registro e a sua realização por especialistas da arquitetura moderna é, sem dúvida, essencial ao processo de conservação da arquitetura moderna. Mas e depois? Será apenas essa a visão balizadora das intervenções que poderão ou não ser realizadas em determinado edifício moderno? Quais as necessidades reais de usuários dessas edificações? Quais as orientações elaboradas, experimentadas e amplamente discutidas colocadas pelo campo da restauração e conservação?

Apesar da exaltação e valorização da arquitetura moderna brasileira em seu período de constituição, amplamente registrada na historiografia tanto a nível nacional quanto internacional, nas últimas décadas do século XX, esta produção passou "do prestígio à desvalorização social". "A extrema aceitação da arquitetura moderna, contudo, não foi capaz de garantir sua perpetuação, pois, como outros fenômenos sociais, esse acolhimento se mostrou temporário" (Ribeiro, 2012).

Nas décadas de 1950 e 1960, quando a arquitetura moderna brasileira já gozava de reconhecimento internacional, observa-se uma absorção do paradigma estético modernista que incluía classes dominantes, médias e populares indiscriminadamente (Cavalcanti, 2001). A partir da década de 1970, inicia-se, no Brasil, o processo de desvalorização dessa linguagem que desemboca na nossa atual situação de abandono dos valores da forma modernista, como já pontuou Mahfuz (2002), e o consequente desprezo pelas suas várias expressões na paisagem das cidades brasileiras.

Isso tem tido consequências nefastas para a conservação e manutenção de importantes exemplares desta produção. Como destaca Ribeiro (2012): "A ignorância da população em relação aos valores de tal arquitetura é hoje um caminho aberto para a descaracterização de seus exemplares remanescentes."

Aspectos teóricos do campo da conservação

O argumento que permeia as reflexões que aqui se colocam é o de que a intrínseca relação entre estudiosos da arquitetura moderna e a busca pelo seu reconhecimento, e consequente conservação, têm levado à supervalorização da integridade dessa arquitetura, mesmo que em detrimento de sua autenticidade, contrariando assim pressupostos colocados por diversas reflexões atuais do campo da conservação (Brandi, 2004; Carbonara, 2006; Kühl, 2009, 2006). A partir desse pressuposto, defendemos a inadiável aproximação entre estudiosos do campo da conservação e especialistas da arquitetura moderna como caminho para enfrentar a correlação que se observa entre o destaque dado à integridade do edifício quando a ação de conservação é conduzida prioritariamente por especialistas em arquitetura moderna.

Indo mais a fundo, propomos refletir sobre como enfrentar o desafio “intersubjetivo” proposto por Muñoz-Viñas (2005) sem menosprezar o papel dos especialistas no processo de conservação. Para esse autor, o Intersubjetivismo seria a consequência de acordos entre sujeitos para os quais objetos possuem significado. Esses acordos buscam a conciliação entre o subjetivismo com o campo teórico da conservação e o subjetivismo com o senso comum. Os usuários assumem, assim, papel relevante. Porém, é importante lembrar que são os especialistas que compreendem a linguagem modernista do edifício, nem sempre reconhecível pelo usuário comum. No caso da arquitetura moderna, a necessidade de participação ativa dos especialistas tem se mostrado ainda mais decisiva do que para a conservação de exemplares de outros períodos históricos em consequência do pouco distanciamento temporal desta produção. Esta última afirmativa, entretanto, acreditamos, não deve ser a justificativa para a exclusão dos usuários e sociedade em geral da ação de conservação.

Retomando o arcabouço teórico da conservação, é importante ressaltar a Teoria da Restauração de Cesare Brandi, na qual o autor defende que a restauração de uma obra de arte vai muito além do restabelecimento de uma função, pois esse não é o aspecto central

para uma obra de arte. Na verdade, segundo o autor, devemos buscar o restabelecimento do que este definiu como “unidade potencial”. Aqui percebe-se a centralidade do valor artístico para Brandi. Isso, porém, não faz com que o autor marginalize a condição histórica: “[...] as instâncias histórica e estética devem fixar o limite do que pode ser reestabelecido [...] sem que se cometa um falso histórico ou se perpetue uma ofensa estética” (Brandi, 2004, p. 47). Apesar da contribuição “brandiana” ser de uma importância atualíssima, ela permanece ora incompreendida, ora desconhecida por muitos.

Conforme já comentado no primeiro capítulo, sabemos que existe uma crítica recorrente à teoria brandiana a partir do argumento de que o autor está tratando apenas da restauração de “obras de arte”. De fato, sabemos não fazer mais sentido entender apenas as obras de arte como objetos de conservação diante da conceituação atual do patrimônio cultural. Mas será que essa crítica à teoria tem fundamento? É preciso deixar claro que vários dos conceitos construídos na Teoria da Restauração de Brandi, a exemplo do conceito de “unidade potencial” acima comentado, ainda se constituem como um arcabouço teórico-metodológico essencial para a discussão projetual em edificações com reconhecido valor patrimonial. Essa reflexão nos ajuda, por exemplo, a dar conta da preservação da autenticidade e da integridade de um bem de forma concomitante.

Ressalte-se que aqui estamos trabalhando dentro da abordagem proposta por Stovel (2007), que, apesar de reconhecer a dificuldade em se chegar a um consenso em torno dos termos de autenticidade e integridade, ainda assim, defende a sua importância como “condições qualificadoras” que auxiliam enormemente desde a definição do que é patrimônio da Humanidade até a gestão e monitoramento de tais bens. Stovel ressalta ainda que ambos os conceitos são expressos especialmente por meio da habilidade de um bem cultural transmitir, expressar e comunicar significância.

Como sabemos, a contribuição do espanhol Salvador Muñoz-Viñas, em sua Teoria Contemporânea da Restauração (publicada em espanhol pela primeira vez em 2003), está em grande medida baseada na ideia da “intersubjetividade”: a negociação/relação entre diferentes subjetividades de diferentes atores envolvidos no processo

de conservação (Muñoz-Viñas, 2005). Como o próprio autor ressalta, sua contribuição está inserida em um contexto de ampliação do conceito de patrimônio em que a centralidade anterior dada aos aspectos artísticos e históricos que se faziam representar na noção de Patrimônio Artístico e Histórico passa a uma construção teórica que procura valorizar uma visão mais abrangente e mais bem representada pela noção de Patrimônio Cultural. A preocupação do autor para com a necessidade de uma abordagem que não esteja estritamente ligada à visão do expert é justa e merece atenção. O problema dessa argumentação é basear-se numa suposta superação do que o autor chama de “teorias clássicas”, desconsiderando a grande virada de chave que a abordagem restaurativa sofreu na segunda metade do século xx (Muñoz-Viñas, 2005). Entendemos esse desestímulo a estudar com seriedade os princípios que se consolidaram na segunda metade do século xx, e que chamamos aqui de restauro moderno, como um grande desserviço, especialmente à reflexão sobre o projeto.

Retornamos aqui ao problema específico da conservação da arquitetura moderna que diz respeito ao desconhecimento da população em geral acerca de seus valores. Ou seja, ainda não há significância estabelecida para essa produção que vá além dos especialistas em arquitetura moderna. Que faremos para enfrentar essa questão? A discussão entre especialistas é importante e necessária, mas como incluir todos os sujeitos envolvidos?

Essas perguntas tornam-se ainda mais desconcertantes quando observamos que os fóruns de discussão acerca da conservação da arquitetura moderna, notadamente os encontros nacionais e regionais do DOCOMOMO Brasil, congregam especialistas e técnicos de órgãos de preservação, mas não conseguem fazer eco entre um público mais amplo.

Uma experiência conciliadora: especialistas da arquitetura moderna, teóricos da conservação e população em geral

A restauração do Edifício Pirelli em Milão projetado por Gio Ponti, construído entre 1956 e 1960, é um exemplo instrutivo de reflexão crítica que busca a aproximação entre especialistas da conservação,

especialistas da história da arquitetura moderna e a população lombarda em geral. O processo de restauração foi apresentado de forma bastante detalhada no artigo de Simona Salvo, traduzido por Beatriz Mugayar Kühl e publicado na revista Desígnio (Salvo, 2006).

A autora ressalta esse projeto como um exemplo prático de que não é necessário o desenvolvimento de uma teoria da restauração à parte para tratar do caso específico da arquitetura moderna, como advogam alguns. Na restauração do Pirelli, uma equipe composta por historiadores da arquitetura moderna e especialistas da restauração ficou a cargo do projeto que foi levado a cabo.

Já se trabalhava na perspectiva de uma proposta de “[...] manutenção conservativa, atenta aos valores específicos da obra [...]” (Salvo, 2006, p. 72), quando ocorreu o trágico acidente em que um avião monomotor colidiu com o edifício, em 18 de abril de 2002, matando três pessoas e abrindo uma fenda entre o 26º e o 27º andar. A tragédia levou a uma reaproximação dos cidadãos ao monumento em questão e ampliou a problemática na medida em que não se tratava mais de um simples reparo ou manutenção.

A partir do incidente, foram realizadas propostas de refazimento que defendiam a prioridade a ser dada aos aspectos funcionais “em detrimento do valor cultural das belas e refinadas fachadas autênticas” e colocava que a recuperação do material autêntico seria muito onerosa e de difícil execução. Afirmações realizadas sem a devida pesquisa científica, necessária para que se chegasse a essa conclusão (Salvo, 2006, p. 75). Felizmente, o Governo da Região da Lombardia, proprietário do arranha-céu, decidiu em favor da opção conservativa:

A metodologia adotada pela Comissão, ademais, favoreceu uma aproximação orgânica ao restauro do edifício, com respeito pelo projeto e pela autenticidade dos elementos originais, seja das fachadas contínuas, seja dos revestimentos e de segurança, conforto e economia de energia. Para demonstrar a exequibilidade da intervenção proposta, sugeriu, ainda, proceder à análise direta de um trecho da fachada, com uma superfície de cerca de 10,5m², para elaborar levantamento detalhado e que permitisse examinar a qualidade arquitetônica e tecnológica do sistema e dos componentes singulares, realizar avaliações precisas sobre o estado de conservação efetivo e verificar a exequibilidade e a eficácia dos reparos e das melhorias (Salvo, 2006, p. 77).

Para o tratamento da lacuna remanescente do acidente com o avião monomotor, a decisão foi pela preservação da integridade do edifício em sua leitura da parte externa da fachada, enquanto a diferenciação do material original foi realizada pela parte interna do edifício.

Salvo (2006, p. 78) ressalta ainda o trabalho que foi realizado para a aproximação dos cidadãos em geral com o processo de restauração realizado:

[...] as razões do restauro tinham de ser explicadas a um público não especializado e àqueles que, devendo fazer uma escolha, ademais política e econômica, nutrissem dúvidas em relação ao êxito técnico e estético da opção conservativa. Para tanto, durante duas apresentações públicas foram expostas as motivações culturais da operação, ilustraram-se o valor do edifício e as finalidades que se pretendeu atingir [...]. A exposição convincente e a descrição, através de desenhos, mas também trazendo para a discussão peças originais da fachada (uma junta de ancoragem e um trecho de montante em perfeito estado) por fim persuadiram todos que seria oportuno manter as fachadas em sua autenticidade.

Ao final do processo, a autora pondera que a restauração do edifício resultou numa “indução cultural” que renovou o interesse pelo arranha-céu, por seu autor, Gio Ponti, bem como promoveu “uma maior sensibilidade em relação aos edifícios lombardos do século xx” (Salvo, 2006, p. 82).

É essa sensibilidade que devemos buscar retomar para o reconhecimento e valorização da produção modernista brasileira. É preciso aproximar a discussão da conservação da arquitetura moderna de um público mais amplo que não se resuma aos especialistas, tanto historiadores quanto conservacionistas.

Ademais, uma outra lição que esse caso nos traz é a da adequação entre o arcabouço teórico preservacionista já consolidado e a prática de conservação da produção modernista. Finalizamos este artigo com o balanço realizado por Simona Salvo (2006, p. 81) a esse respeito:

Mas já num primeiro balanço da experiência, percebe-se que o verdadeiro ato de restauro não se concretizou apenas com o êxito – técnico e estético – da intervenção, mas consistiu, essencialmente, em percorrer um processo crítico que, a partir do reconhecimento do valor da obra, através do conhecimento progressivo do edifício, que levou à individualização de soluções que atendiam à instância conservativa e à transmissão

dos valores em sua plena autenticidade; um amadurecimento que ocorreu com base em princípios e metodologias tradicionais da disciplina, que se demonstraram perfeitamente aplicáveis, ‘apesar’ da modernidade do edifício.



FIGURA 1 Edifício Pirelli em Milão projetado por Gio Ponti, (1956-1960).
Fonte: Natália Vieira, 2023.



FIGURA 2 Fachada principal em fotografia recente, o edifício segue em uso e hoje abriga toda a estrutura do órgão legislativo da Região da Lombardia (Consiglio regionale della Lombardia).
Fonte: Natália Vieira, 2023.

FIGURA 3 Vista interna a partir do pano de vidro da fachada no piso mais alto do edifício. Fonte: Natália Vieira, 2023.



FIGURA 4 O edifício abriga uma exposição permanente, detalhada e com esmero na apresentação dos dados, sobre o projeto do edifício e seu processo de restauro após o acidente com a aeronave. Fonte: Natália Vieira, 2023.



Referências

- BRANDI, Cesare. Teoria da Restauração. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.
- CARBONARA, Giovanni. Brandi e a restauração arquitetônica hoje. *Desígnio: Revista de História da Arquitetura e Urbanismo*, n. 6, p. 35-47. São Paulo: Anna Blume Editora: FAU-USP, 2006.
- CAVALCANTI, Lauro. Quando o Brasil era moderno: guia de arquitetura 1928-1960. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.
- FERREIRA, Zara. Expansion & Conflict: 13th International docomomo Conference - Seoul, Korea, 2014. *Docomomo journal*, [S. l.], n. 51, p. 89-91, 2022. Disponível em: <https://docomomojournal.com/index.php/journal/article/view/404>. Acesso em: 15 dez. 2022.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. Restauração hoje: método, projeto e criatividade. *Desígnio – Revista de História da Arquitetura e Urbanismo*, n. 6, p. 19-34. São Paulo: Anna Blume Editora: FAU-USP, 2006.
- MAHFUZ, Edson. O sentido da arquitetura moderna brasileira. Arquitextos, São Paulo, n. 020.01, jan. 2002. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/reviews/read/arquitextos/02.020/811>. Acesso em: 20 maio 2012.
- MUÑOZ-VIÑAS, Salvador. Contemporary Theory of Conservation. Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann, 2005.
- NASLAVSKY, Guilah. Inventário da Arquitetura Moderna. Aula 04 do I Curso Latino-Americano sobre a Conservação da Arquitetura Moderna - MARC/AL. Recife: CECI/ICROM, 2010.
- RIBEIRO, Elisa Vaz. E o moderno ficou chato, mas não se tornou eterno. In: DOCOMOMO NORTE NORDESTE, 4., 2012, Natal. Anais [...]. Natal: UFRN, 2012.
- SALVO, Simona. Arranha-céu Pirelli: crônica de uma restauração. *Desígnio – Revista de História da Arquitetura e Urbanismo*, n. 6, p. 69-86. São Paulo: Anna Blume Editora: FAU-USP, 2006.
- STOVEL, Herb. Effective use of authenticity and integrity as world heritage qualifying conditions. *City & Time*, Recife, v. 2, n. 3, 2007.

CAPÍTULO II

O IPHAN e o Hotel Internacional Reis Magos

Retrocessos no reconhecimento do patrimônio moderno¹

George Alexandre Ferreira Dantas
Natália Miranda Vieira-de-Araújo
José Clewton do Nascimento

Sobre os fragmentos de um debate

Havia inegavelmente várias escalas e esferas de discussão relacionadas ao tema da preservação, requalificação ou demolição do Hotel Internacional Reis Magos (HIRM). Em especial, a possibilidade de tombamento e suas repercussões e consequências exacerbaram ainda mais os conflitos, os equívocos, confusões e eventuais diferenças de entendimento, quer propositais ou não, relativas ao tema.

Apesar do desfecho com a demolição do HIRM, em janeiro de 2020, as questões permanecem e devem servir para continuarmos a pensar as relações entre patrimônio, significância, possibilidades de desenvolvimento urbano sustentável e gestão. Afinal, as pulsões de falsificações históricas e de destruição dos patrimônios, do meio ambiente, das áreas de ocupação popular não só permanecem como se agravaram.

¹ Em fevereiro de 2017, o pedido de tombamento do HIRM havia sido indeferido e, em consequência, o processo arquivado. Após considerações do IAPHACC, o processo foi reaberto e as discussões foram retomadas no âmbito do DEPAM/IPHAN. Este capítulo, portanto, foi escrito originalmente nesse contexto, em meados de 2018, em formato de parecer para subsidiar as respostas às questões formuladas pela Câmara Setorial de Arquitetura e Urbanismo do DEPAM/IPHAN, conforme ata da reunião de 16 de maio daquele ano. Aproveitamos o ensejo e o adaptamos para o VII Seminário DOCOMOMO Norte Nordeste, realizado em Manaus, em agosto de 2018, no qual foi apresentado e discutido. Para este livro, o texto foi revisado e atualizado (incluindo, claro, o tempo verbal), considerando o desfecho do caso com a demolição do Hotel, em janeiro de 2020.

Depois de praticamente vinte anos de abandono e alguns anúncios esporádicos sobre propostas de reabertura do HIRM, em fins de 2013, o Grupo Hotéis Pernambuco divulga, por meio da imprensa local, a sua intenção de demolição do edifício para substituição por uma galeria comercial. É partir desse momento que se daria a construção de um intenso debate acerca dos rumos a serem tomados para o futuro do HIRM e da área na qual se inseria. Com momentos de maior efervescência e outros mais silenciosos, a discussão acumulou uma série de abordagens e contribuições que se complementam.

Entre estas contribuições ao debate, é importante destacar os vários artigos produzidos por professores do Departamento de Arquitetura da UFRN (Dantas; Nascimento; Vieira-de-Araújo, 2016a, 2016b; Nascimento; Vieira-de-Araújo; Nobre, 2016; Trigueiro et al., 2014) e também por pesquisadores do PPGAU e PPEUR/UFRN (Assis; Ferreira, 2016; Costa; Cruz; Pinheiro, 2016; Galindo, 2015; Oliveira; Liberalino, 2014), com abordagens variadas, ora tratando dos argumentos levantados pelas peças dos processos judiciais sobre o caso, ora discutindo as possibilidades de aplicação de instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade como caminho para viabilizar a preservação do HIRM, ora buscando a compreensão do HIRM como parte da construção da paisagem daquela região e até mesmo procurando identificar as diversas falas da comunidade e como essas se reconhecem no debate que se desenvolve.

Além desses artigos, destacamos também a dissertação produzida por Monique Graziella de Medeiros Ribeiro Maia, intitulada *Hotel Internacional dos Reis Magos: quais os obstáculos à sua conservação?*, que nasce das inquietações da autora após ter participado de parte deste debate ao trabalhar no IPHAN-RN como consultora (Cooperação Técnica Internacional IPHAN/UNESCO) para acompanhamento de obras do PAC Cidades Históricas, de 2013 a 2014 (Maia, 2018).²

Mais recentemente, Andreza Cruz Silva atualizou as minudências das discussões em torno da questão do tombamento do HIRM em sua dissertação de mestrado, intitulada *Preservação ou demolição do Hotel*

² Esse trabalho foi orientado pela professora Nelci Tinem (PPGAU-UFPB) e coorientado pela professora Natália Miranda Vieira-de-Araújo (MDU-UFPE e PPGAU-UFRN), coautora deste artigo.

Internacional Reis Magos, focando as peças processuais, em especial as que tramitaram no âmbito da justiça federal, e os atores sociais – especialistas, moradores, grupos de referência cultural e visitantes (Silva, 2020).³

O ponto de partida desta discussão foi a decisão do IPHAN que pretendia arquivar o processo de tombamento do HIRM a partir do parecer negativo emitido em fevereiro de 2017 (DEPAM/IPHAN, 2017). Felizmente, o Instituto dos Amigos do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural e da Cidadania do Estado do Rio Grande do Norte (IAPHACC) conseguiu reverter esse arquivamento por meio de um pedido de reconsideração, fazendo com que o parecer fosse para reanálise, quando poderia ser revisto ou referendado pela Câmara Especializada de Arquitetura do IPHAN.

Este artigo é, portanto, fruto desse contexto, escrito originalmente como parecer que dialogava com a negativa do DEPAM e voltava a reiterar os valores que justificariam o tombamento do HIRM em âmbito federal. Assim, pontuamos algumas considerações sobre as noções de patrimônio e gestão mobilizadas. Ao final, organizamos algumas notas sobre o desfecho do processo – com a demolição do HIRM em janeiro de 2020.

Dessa maneira, o artigo está dividido em seções, em que serão tratados pontos que consideramos fundamentais para o entendimento do HIRM como bem representativo no âmbito da produção da arquitetura modernista brasileira, assim como a necessidade de se discutirem os desafios de sua preservação a partir do contexto – social, econômico e cultural – em que se inseria. Trataremos dessas questões a partir da seguinte estruturação: o HIRM como equipamento vinculado à estrutura turística moderna para o Nordeste e Brasil; o HIRM como bem representativo da produção média da arquitetura moderna brasileira, considerada como de alta qualificação; e os desafios do tombamento e a gestão do patrimônio à luz do caso HIRM. Em cada uma dessas seções, procuramos dialogar e questionar as considerações, a nosso ver, equivocadas ou mesmo simplistas, realizadas no parecer do IPHAN emitido em fevereiro de 2017, que entendia que o processo de tombamento do HIRM deveria ser arquivado (DEPAM/IPHAN, 2017).

³ Defendida em março de 2020 e orientada pela professora Renata Campello Cabral, junto ao MDU-UFPE.

A constituição de uma rede hoteleira no contexto do “Brasil Grande”

Partimos do princípio de que a importância histórica do HIRM não estava contida apenas em sua construção *per se*, nem tão somente na constatação da implantação de uma rede hoteleira em cidades fora do eixo definido por cidades já consolidadas no âmbito desenvolvimentista (eixo Sul-Sudeste). Notadamente, esses aspectos fazem parte do contexto, que deve ser abordado em uma escala mais ampla, relacionada a um ideário notabilizado a partir do período Pós-Guerra, que já encontra indício a partir de Juscelino Kubitschek. Esse governo primou por planos e propostas que visaram a modernização do país, tendo em vista a aceleração e desenvolvimento econômico, considerando a necessidade de “expansão dos serviços básicos de energia e transportes, industrialização de base, racionalização da agricultura e planejamento regional e urbano” (Maia, 2018, p. 46).

Nesse âmbito, a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959 foi um fator importante para abrir a possibilidade de estados do Nordeste captarem recursos públicos federais para investir na melhoria de infraestruturas (estradas, aeroporto, hotéis, na instalação da rede elétrica e telefônica) e dessa forma entrarem de maneira direta nesse processo de cunho modernizante.

Em se tratando do assunto “rede hoteleira”, é de se salientar que durante esse período podem-se observar ações reivindicatórias partindo das empresas aéreas que fizeram rotas para Natal, direcionadas ao governo do Estado do Rio Grande do Norte, visando a melhoria da infraestrutura de aeroportos e hotéis instalados para fins militares, reivindicações essas que geraram providências a fim de evitar que grandes companhias de aviação se retirassem da capital potiguar (Trigueiro et al., 2014).

Ainda sobre o assunto, Monique Maia (2018) observa que foi nesse período

[...] quando foram construídos aeroportos e disponibilizados recursos de infraestrutura de apoio aos voos, além de recursos humanos com técnicos bem treinados e qualificados, que a Viação Aérea Rio-Grandense (rebatizada de Varig) – que obteve concessão para explorar os serviços aéreos brasileiros ainda em 1927 – viu uma oportunidade para iniciar sua expansão para o norte e nordeste brasileiro (Maia, 2018, p. 54).

Podemos identificar assim a forte relação do ideário de integração, modernização e desenvolvimento nacional evidenciado pelos projetos governamentais à época – a política do “Brasil Grande” – com as estratégias capitaneadas pela Varig, no sentido de consolidar a atividade hoteleira em determinadas localidades do país.

Paiva (2014) identifica que esse período é marcado por ações governamentais que primaram por estabelecer incentivos financeiros e fiscais direcionados para o turismo, por meio da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur). Uma das ações consistiu no credenciamento da Companhia Tropical de Hotéis a receber investimentos fiscais para a construção de hotéis, conforme o “Decreto 62.006 de 1967 – que regulamenta os incentivos ao turismo” (Paiva, 2014, p. 02), fato que é materializado ao longo das décadas de 1960 e 1970, período em que a Companhia Tropical de Hotéis, subsidiária da Varig, cumpriu um papel importante na consolidação da empresa aérea, “uma vez que construía meios de hospedagens para abrigar a tripulação da empresa em serviço, em lugares estratégicos e longínquos, criando hotéis que eram também atrativos em si” (Paiva, 2014, p. 02).

A atuação da Companhia Tropical de Hotéis no âmbito dessa consolidação se deu sob duas formas: 1. Arrendamento de hotéis já construídos; 2. Contratação de projetos e construção de hotéis em diversas cidades do Brasil, ampliando o raio de atuação do setor aeroviário privado no país. No primeiro caso, temos como exemplos o Hotel da Bahia (1952) em Salvador e o Hotel Internacional dos Reis Magos em Natal (início da construção em 1962 e inauguração em 1965); no segundo, estão: o Tropical Hotel Tambaú em João Pessoa/PB (1970), o Tropical Hotel de Santarém no oeste do Pará (1973), bem como também propostas arquitetônicas para o Tropical Hotel de Manaus (1963/1970) e para o Hotel Tropical de Recife, que não foram executados.

Um dos pontos em comum a esses dois grupos é o fato de que todos os edifícios apresentam feições notadamente modernistas, como se vê nas Figuras 1 a 3, e foram projetados por arquitetos de formação moderna, manifestada durante a sua trajetória profissional (Paiva, 2014).⁴

4 O Hotel da Bahia em Salvador é de autoria de Diógenes Rebouças e Paulo Antunes; o projeto do Hotel Internacional Reis Magos, em Natal, foi elaborado pelos arquitetos pernambucanos Waldecy Pinto, Antônio Didier e Renato Torres; O Tropical Hotel Tambaú foi projetado pelo arquiteto Sérgio Bernardes, que também é o autor das propostas do Tropical Hotel de Manaus e do Hotel Tropical de Recife (não executados); o Tropical Hotel de Santarém é projeto de Arnaldo Furquim Paoliello.



FIGURA 1 Hotel Internacional dos Reis Magos, 1962-1965, Natal-RN, de autoria dos arquitetos Waldecy Pinto, Antonio Didier e Renato Torres. Fonte: Acervo Waldecy Pinto [19--] doado ao HCurb/UFRN.

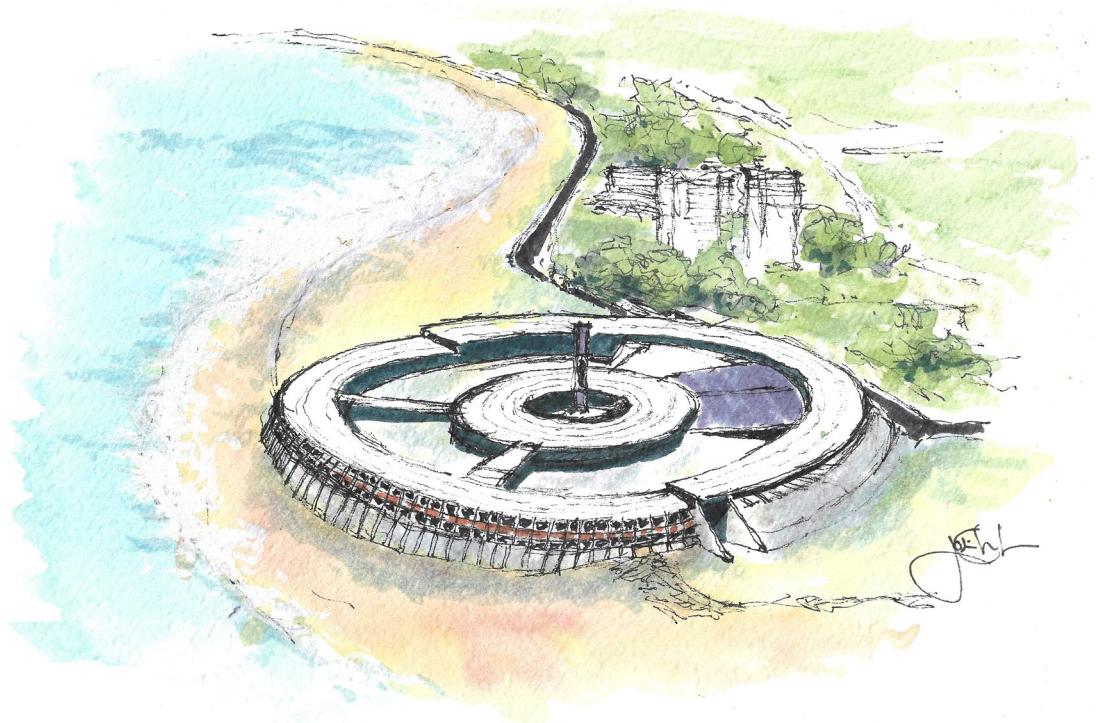


FIGURA 2 Hotel Tambaú, 1970, João Pessoa-PB, de autoria de Sergio Bernardes. Fonte: croqui realizado por José Clewton do Nascimento (2024).

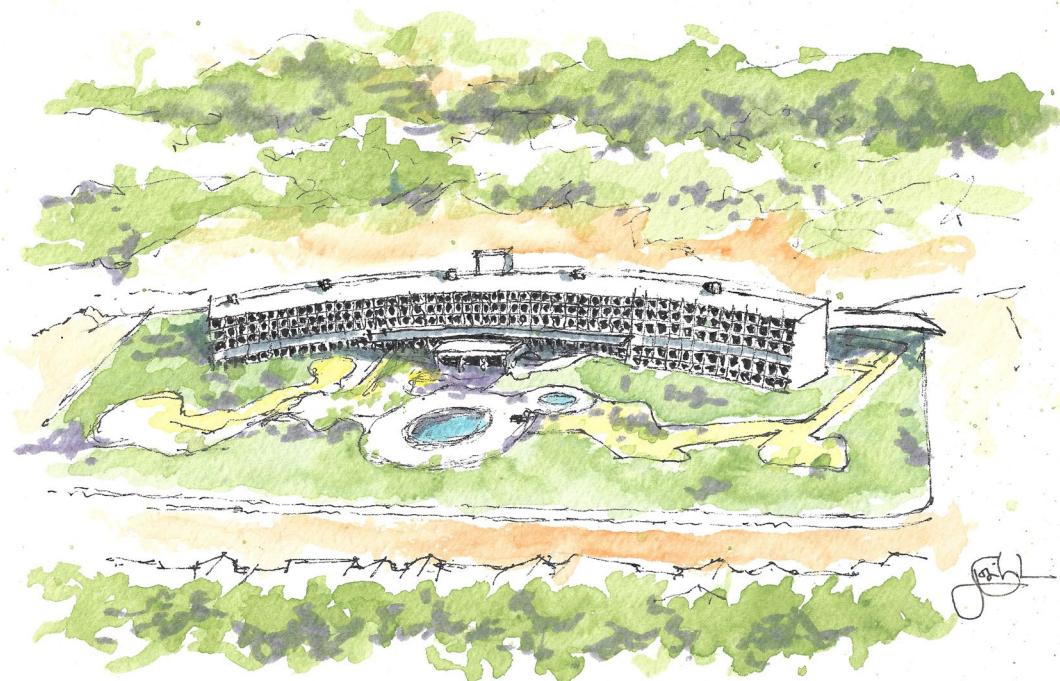


FIGURA 3 Tropical Hotel, 1973, Santarém-PA, de autoria de Arnaldo Furquim Paoliello. Fonte: croqui realizado por José Clewton do Nascimento (2024).

O Hotel Internacional Reis Magos, portanto, se insere como bem representativo desse conjunto, como pode bem afirmar Maia (2018):

Embora o projeto do Hotel Internacional dos Reis Magos, de 1962, tenha sido uma resposta às exigências das empresas aéreas e sua construção, em 1965, tenha sido financiada com recursos federais, sua arquitetura e arrojo construtivo acompanhava o padrão dos hotéis administrados pela Companhia Tropical de Hotéis, que era a empresa subsidiária da Varig, responsável pela administração dos hotéis da companhia aérea, e que administrou o Hotel International dos Reis Magos de 1980 a 1995 (Maia, 2018, p. 56-57, grifo nosso).

Nesse sentido, reafirmamos o valor do edifício sob ponto de vista histórico, valor este vinculado ao reconhecimento de que o bem é parte integrante de um conjunto de hotéis construídos em um período marcado por ações governamentais no âmbito federal que primaram pelo incentivo à expansão da

atividade hoteleira no país, vinculado ao ideário do “Brasil Grande”. Salientamos que a expressão “Brasil Grande” costuma se referir às grandes obras de infraestrutura, mas pressupõe também a arquitetura para a construção e suporte das redes da modernização e centralização estatal e também para fomento da iniciativa privada. Salientamos também que a construção do HIRM foi um aspecto importante para a decisão tomada para a instalação de alguns equipamentos/infraestruturas nacionais importantes, como é o caso do complexo da Barreira do Inferno (Bentes Sobrinha, 2001).

Além do mais, reforçamos o aspecto evidenciado por Bentes Sobrinha e Veloso (2002), de que a arquitetura hoteleira desempenha papel fundamental na transformação da paisagem urbana das cidades vinculadas à atividade turística, como é o caso de Natal, aspecto analisado em diversas publicações que discutem o assunto (Nascimento; Vieira-de-Araújo; Nobre, 2016; IPHAN/RN, 2017; Maia, 2018) (Figura 4).

FIGURA 4 O Hotel Internacional Reis Magos (HIRM) como elemento desencadeador do processo de transformação da paisagem da Praia do Meio, em Natal. Fonte: acervo Waldecy Pinto [19--] doado ao HCURB/UFRN.



O despacho do IPHAN Nacional, emitido em fevereiro de 2017, reconhece a qualidade da contextualização do valor do HIRM no âmbito brasileiro e nordestino da produção modernista. Entretanto, contraditoriamente, conclui que a edificação não possui valor nacional, demonstrando uma visão limitada que já parecia haver sido superada nas práticas do IPHAN:

Há que se mencionar que o património cultural prescinde uma seleção. Nem tudo que tem valor cultural tem necessariamente que ser tombado. E, ainda, nem tudo que pode ser preservado por meio do instrumento do tombamento precisa sê-lo no âmbito federal. E parece ser o caso do HIRM que, muito embora tenha sido muito bem contextualizado em cenário mais amplo do modernismo brasileiro e, do Nordeste em especial, está mais relacionado aos aspectos da urbanização da cidade de Natal e das motivações econômicas de incremento do turismo no Estado, resultando em valores regionais municipal e estadual (DEPAM/ IPHAN, 2017).

O “caráter excepcional” como condição para elevar o bem ao status de tombamento é uma prerrogativa que tem sido cada vez menos evidenciada como elemento determinante nos processos relativos à preservação do patrimônio. A perspectiva de possibilidade de ampliação do próprio conceito do que seja patrimônio passível de preservação já consta desde a Carta de Veneza, datada de maio de 1964, quando em seu artigo 1º afirma que:

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estendem-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (ICOMOS, 1964, p. 1).

As próprias ações do IPHAN demonstram o direcionamento que reforça essa nova perspectiva. Vale salientar que o Sítio Histórico de Natal/RN foi reconhecido como Patrimônio Nacional – ou seja, pelo próprio IPHAN – em 2010, não pelo fato de ser considerado de natureza excepcional, mas por representar, na sua diversidade arquitetônica, uma situação em se pode atestar o processo de criação e transformação de um núcleo urbano brasileiro.

Por fim, como forma de articular a temática desta seção com a subsequente, nos reportaremos a uma afirmação de Paiva (2014), acerca do valor desta produção arquitetônica referente à tipologia hoteleira, reforçando mais uma vez o seu valor nacional, no contexto da arquitetura modernista brasileira:

É interessante notar a contribuição da arquitetura moderna brasileira à tipologia de hotéis, não exclusivamente as soluções consagradas nos grandes centros urbanos e nas regiões francamente mais desenvolvidas, mas também nos lugares marginais que, marcados por certas idiossincrasias, passaram a ser pretextos para expressar soluções distintas e representar a diversidade da arquitetura moderna brasileira. (Paiva, 2014, p. 2-3)

Consideramos que o HIRM, como exemplar da produção modernista hoteleira, enquadra-se nesse âmbito. É do que tratamos na sequência.

A alta qualidade da “produção média” da arquitetura moderna brasileira

O que significa, hoje, discutir o atributo “nacional” no âmbito da historiografia da arte, da arquitetura e do urbanismo e, mais ainda, no que poderíamos chamar de sua “dimensão operativa”, i.e., os usos da história na legitimação e na tomada de posições projetuais, de políticas públicas e/ou de gestão?

Além de ressoar visões “monumentalistas” em sua formulação, o parecer do DEPAM, ao mobilizar o tema do “valor nacional” como um dos argumentos centrais para negar a solicitação de tombamento do HIRM, evoca também, ainda que de maneira não intencional, certas leituras hagiográficas e homogeneizantes acerca da produção arquitetônica no Brasil que acreditávamos superadas em grande medida. Afinal, a própria noção do “nacional” se deu, por óbvio, em um contexto de disputas e de formação de novas centralidades econômicas e sociais desde o final do século XIX, ao menos, e ao longo do século XX, de deslocamentos de lógicas de poder e influência regionais, de construção dos sentidos da tradição e da legitimidade para contar uma determinada história (em detrimento ou em relação de hierarquia com outras histórias).

Reconhecer essa condição não implica desconsiderar as trajetórias dos chamados “grandes mestres” que fundamentam as hagiografias – inclusive, pelo papel decisivo que tais personagens teriam como “vetores” culturais, desbravando e alargando as possibilidades da produção modernista em suas múltiplas vertentes pelo contexto brasileiro diverso geográfica e culturalmente. Implica, sim, antes de mais nada, nos desfazermos da armadilha historiográfica de confundir o tema do nacional com as obras dos profissionais que entraram e foram consagrados no panteão dos mestres reconhecidos do modernismo (ou de determinado modernismo).

Essa relação não é imediata, muito ao contrário. Basta lembrarmos da produção relevante de diversos profissionais, pouco conhecidos para além de pesquisas monográficas, que atuaram nos programas e projetos arquitetônicos e urbanísticos de alcance inegavelmente nacional de órgãos como os Institutos de Aposentadoria e Pensões e seus congêneres, dos Correios e Telégrafos ou mesmo do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Produção significativa do ponto de vista quantitativo e, em vários casos, qualitativo, conquanto de maneira geral fosse composta pelo que poderia ser caracterizado como “modesto” e não singular ou não monumental. Ainda assim, de alcance e impacto nacionais, indubitavelmente.

Assim, caberia perguntar: em que momento certas obras-chaves dos mestres, de localizadas e contextualizadas regionalmente, se tornaram “nacionais”? Essa adjetivação escapa ou apenas reforça certas tendências historiográficas de mitificação e/ou homogeneização? E, talvez pior, pouco ajuda a explicar o fenômeno da grande e profunda disseminação da arquitetura modernista, em vários níveis de circulação e apropriação, pelo Brasil. Deixemos essas questões de lado, por ora.

Em meio às disputas de interpretação sobre os sentidos do moderno no Brasil – disputa que está relacionada também aos sentidos do que é centro e do que é periferia, do que é nacional e do que é regional, portanto, – é inegável que um dos pontos-chave destacado, principalmente pelo “olhar estrangeiro”, seria a disseminação de uma produção de qualidade para além dos grandes mestres. Essa noção já presente na organização do catálogo da exposição “Brazil Builds”, em

1943, se consolidaria nos anos seguintes, como bem o demonstra o prefácio de Siegfried Giedion ao livro de Henrique Mindlin (1956).

É certo que o texto de introdução de Siegfried Giedion ao livro de Henrique Mindlin, *Modern Architecture in Brazil*, publicado em 1956, conquanto curto (1 página e meia), é ainda muito sugestivo – e tem sido muito discutido (cf. Oliveira, 2005; Martins, 1999, e.g.). A afirmação de que “há algo de irracional” no surgimento da arquitetura brasileira tinha um tanto de retórica e um tanto de genuíno espanto eurocêntrico, é verdade. Ainda assim, servia para delinear uma questão central (reafirmando questões já colocadas por Goodwin mais de uma década antes): como poderia florescer arquitetura tão diversificada e de tanta qualidade num país ainda predominante agrário e pouco desenvolvido industrialmente? Como era possível esse “prodígio da arquitetura brasileira [que] floresce como uma planta tropical” (Giedion, 1956, p. 17 apud Xavier, 2003, p. 156)?

A metáfora da arquitetura que se espalha como uma planta tropical é sedutora e, de certo modo, enganosa: evoca o espanto do olhar estrangeiro com a exuberância e a miríade de cores dos trópicos. Uma exuberância que parece brotar por si, sem maiores planos, talvez, da ordem da natureza e não do racional (afinal, há algo de irracional, podemos lembrar). Giedion manipula certas representações antigas dos trópicos em poucas linhas, mas sua abertura do texto lembra outro fator fundamental (para explicar o porquê de países como o Brasil e Finlândia serem expoentes da arquitetura mais inovadora e de qualidade no contexto Pós-Segunda Guerra): o papel dos bons clientes e, em especial, do poder público no fomento à experimentação e consolidação de uma nova linguagem formal e espacial.

Embora não tão contundente e um pouco anterior, a reflexão do alemão Walter Gropius, em “Um Vigoroso Movimento”, aportaria no mesmo sentido. Apesar de, certo modo, questionar também o encaminhamento que alguns arquitetos tomam no sentido de um formalismo que distancia a arquitetura da lógica da racionalização da produção, Gropius ressalta a importância dos brasileiros, que “desenvolveram uma arquitetura moderna com caráter próprio”, chamando atenção também para o fato de que “é grande o número de arquitetos genuinamente capacitados para responder

aos desafios". Concluindo, o arquiteto afirma que esta produção não se trata de uma moda passageira, mas sim de "um vigoroso movimento" (Gropius, 1954, p. 154 *apud* Xavier, 2003, p. 153-154).

De maneira geral, diversos autores e textos ressaltaram as adaptações operadas pela produção modernista no Brasil (cf. Tinem, 2002). Para uns, as adaptações maculam o projeto original modernista, pau-tado principalmente na lógica da racionalidade. Para outros, como Giulio Carlo Argan, em *Arquitetura moderna no Brasil*, é nessa adaptação que reside a principal contribuição da arquitetura moderna brasileira. A esse respeito, Argan lança mão de um comparativo com o que ocorreu acerca dos desdobramentos da arquitetura clássica – entre os gregos e os romanos – para ressaltar a importância desses desdobramentos para a própria continuidade da arquitetura:

Parece-nos, porém, mais adequado o exemplo da arquitetura romana, que decerto deduz muitas de suas formas da arquitetura grega e toda-via distancia-se da sua pura, metafísica proporcionalidade para exprimir ou manifestar, por meio de uma monumentalidade mais grave e maciça, a autoridade e a estabilidade das instituições civis (Argan, 1954, p. 48 *apud* Xavier, 2003, p. 170).

Se é certo que a noção de nacional não é apenas o somatório de fenômenos e realizações locais e regionais (inclusive porque há, claro, ações de alcance e pretensões nacionais, independentemente da qualidade, singularidade e/ou monumentalidade das obras), a discussão e as possibilidades de uso do termo passam necessariamente pelo reconhecimento dessa diversidade de contextos geográficos e sociais.

A construção do HIRM, afirme-se mais uma vez, se inseriu nesses movimentos nacionais de modernização e fomento ao desenvolvimento das diversas regiões que compõem o Brasil. É expressão material de um momento importante, que se explica, claro, em termos locais, municipais e estaduais, mas também e principalmente, na lógica de estruturação do território e de uma logística de escala nacional.

O tombamento e a gestão do patrimônio

O entendimento do tombamento enquanto congelamento é algo ultrapassado e que precisamos superar na prática diária da preservação

do patrimônio cultural. Na realidade, o instrumento do tombamento delimita os valores essenciais que devem ser os norteadores do tipo de intervenção que pode ser realizada no bem reconhecido como detentor de valor patrimonial. Para a arquitetura, esses valores devem ressaltar os aspectos plásticos e espaciais que são essenciais à sua compreensão e que, certamente, são parte importante dos motivos para o seu reconhecimento enquanto patrimônio cultural. Portanto, além de ações e projetos de restauro, o bem tombado é passível de atualização e reforma, admitindo acréscimos, anexos, alterações, se necessários.

Podemos citar, por exemplo, a incorporação do elevador metálico, na Caixa d'Água de Olinda, edifício modernista tombado pelo IPHAN, e a proposta de adaptação realizada em edifícios modernista e neoclássico, para abrigar o Museu de Artes do Rio de Janeiro (MAR).

Para viabilizar a gestão de um bem patrimonial, a questão do uso é central, portanto, intervenções precisam ser consideradas no sentido de atualização de usos e incorporação do bem na dinâmica urbana contemporânea. Ao ser tombado, o que muda nessa equação é que o bem terá um norteador para as intervenções que podem ou não ser realizadas a partir dos valores identificados no referido bem. O HIRM, como exemplar representativo da produção modernista brasileira, carregava consigo características espaciais e construtivas que poderiam, inclusive, tornarem-se aliadas desse necessário processo de atualização: uma estrutura construtiva e espacial flexível que permitia inclusive adaptações para novos usos e funções.

O caso específico da Caixa d'Água de Olinda, que será detalhadamente comentado no próximo capítulo, é significativo, pois não se trata apenas da restauração do edifício, mas de uma intervenção mais ampla que conta com a inserção de dois novos volumes: um elevador panorâmico e um bloco de sanitários. Entretanto, as adequações que foram feitas pelos arquitetos responsáveis para obter a aprovação do projeto demonstram, desde o início, uma apropriação grande por parte dos responsáveis dos valores essenciais do edifício moderno bem como dos princípios basilares para a restauração e inserção das novas estruturas no projeto. A intervenção consegue

iliar a inserção de novos elementos e de um novo uso à permanência de características essenciais ao edifício moderno (Marques; Naslavsky, 2012). O projeto em questão tem a grande qualidade de reinserir a Caixa d'Água na atual dinâmica do sítio histórico de Olinda, ressignificando-a e incorporando-a ao uso cotidiano, tornando-a muito mais do que um elemento de infraestrutura urbana.

Os debates contemporâneos em torno da conservação reforçam a necessidade de que as questões relacionadas ao reconhecimento e ações de preservação do patrimônio saiam da esfera dos “experts/profissionais”, ultrapassando, assim, uma leitura “exclusivamente técnica” e envolvendo um número mais representativo de segmentos da sociedade. Por esse motivo, ações de aproximação e apropriação de exemplares modernistas por parte da população em geral são fundamentais, como vimos no caso da Caixa d'Água de Olinda.

No caso do processo relativo ao HIRM, a articulação entre vários segmentos da sociedade, incluindo aí o papel decisivo das Associações de Bairro, buscou, desde o início, construir um processo mais amplo acerca dos rumos do desenvolvimento urbano a partir da possível reforma e requalificação do HIRM. Obviamente, a estrutura do HIRM se encontrava bastante deteriorada, em razão do abandono e incúria do grupo proprietário por décadas e da inação do poder público municipal em fazer valer os instrumentos urbanísticos. Contudo, a estrutura era passível de recuperação, sim, como se depreende claramente dos documentos e pareceres técnicos estruturais.⁵

O parecer do IPHAN que defendeu o arquivamento do processo de tombamento do HIRM apresenta as preocupações para com a gestão do bem como argumentos para essa decisão:

Tendo em vista a necessidade de gestão mediata do imóvel após o tombamento e, diante do mal estado de conservação do HIRM devido ao

5 Em meio aos esforços finais para tentar proteger o HIRM em âmbito estadual, entre dezembro de 2019 e janeiro de 2020, o Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia (Ibape-RN) publicou extenso e fundamentado relatório atestando as plenas condições de recuperação da estrutura do edifício. Nas considerações finais, apontou: “Todas as peças estruturais estáveis podem ser recuperadas, e as consideradas instáveis estruturalmente podem ser reforçadas, desde que as intervenções ocorram com brevidade” (Ibape-RN, 2020, p. 34).

seu abandono desde 2002 e, ainda, pelo fato de se tratar de prédio de grandes dimensões, com cinco pavimentos e volumes anexos, recuos frontais e de fundos, setorizados, respectivamente com atividades de entretenimento e serviço/estacionamento, caberia a SR-RN apresentar diretrizes de gestão mais claras, inclusive com articulações prévias com representantes do Estado e do município, e mesmo com o proprietário do imóvel, a respeito das responsabilidades de cada ente sobre a gestão do bem. A pressão modernizante sempre atuou sobre os meios urbanos, no entanto, o IPHAN não pode agir de forma isolada na proteção e conservação do patrimônio cultural das cidades. Cada vez mais se impõe a necessidade de atuação conjunta com os poderes públicos da esfera estadual, municipal, e com grupos representativos da sociedade. E essa responsabilidade conjunta que toma profícuas as ações de preservação (DEPAM/IPHAN, 2017).

Os aspectos levantados no despacho são relevantes para a compreensão dos desafios que temos à frente para o enfrentamento da preservação do HIRM, mas não podem se converter em justificativa para o não reconhecimento enquanto patrimônio nacional.

O IPHAN poderia ser um catalizador, como órgão federal menos afeito às disputas locais e, portanto, com mais autonomia técnica e política, de discussões e busca de soluções que articulassem valorização do patrimônio e desenvolvimento urbano sustentável social e economicamente. O caso do HIRM tornou-se mais uma oportunidade perdida para avançarmos nessa perspectiva, num quadro que só se agravaria nos últimos anos, com o enfraquecimento dos órgãos de proteção e preservação.

Uma nota final: apagamentos físicos e simbólicos da história da cidade

No início de 2019, por meio de um despacho sumário assinado pelo então presidente do IPHAN, o processo de tombamento do HIRM foi indeferido e, assim, arquivado em definitivo.

Dessa maneira, os esforços se voltaram para a tentativa de transformar em definitivo o tombamento “provisório” emitido pela Fundação José Augusto (FJA), órgão de cultura vinculado ao governo estadual, ainda em 2014. Esforços que se deram em um contexto

político conturbado tanto em plano nacional quanto local. De um lado, as pressões e mudanças do governo Bolsonaro que levaram ao enfraquecimento ou mesmo desmonte dos órgãos de preservação e salvaguarda ambiental e cultural, atingindo IPHAN e IBAMA e conselhos representativos, por exemplo; do outro, o início de fato do processo de revisão do Plano Diretor de Natal, no primeiro semestre de 2019, que reavivou as pressões para alterações substanciais nas normativas de proteção urbanística e paisagística de toda a orla da cidade, em especial no coeficiente de aproveitamento, no gabarito e nos raios das visuais da Praia do Meio, onde se localizava o HIRM, e Forte dos Reis Magos, além das Zonas Especiais de Turismo e Áreas Especiais de Interesse Social.⁶

O Conselho Estadual de Cultura, órgão consultivo vinculado à FJA, tornou-se assim uma arena de embate mais imediato. Embora sem poder de vinculação, o Conselho poderia ratificar e assim legitimar a decisão de tombamento, em meio a uma nova onda de discussão pública (em rádios, jornais e blogs) sobre o caso do HIRM que, mais uma vez, apagava todas as discussões construídas desde 2014, repetindo os mesmos equívocos já denunciados e desconsiderando inclusive a participação popular em diversas ações e debates, além do silêncio sobre os documentos técnicos que delineavam os valores históricos, urbanísticos e artísticos.

Em meio a esse imbróglio, a Procuradoria Geral do Estado do RN, por meio da Procuradoria do Patrimônio e da Defesa Ambiental, preparou extenso parecer, com mais de 80 páginas e despachado em abril de 2019, opinando favoravelmente pelo tombamento

6 Há importante bibliografia recente, em pesquisas, textos acadêmicos e científicos, além de intervenções no debate público, com especial destaque para a atuação do Fórum Direito à Cidade (projeto de extensão vinculado aos Depto. de Arquitetura e de Políticas Públicas da UFRN), que problematizam essa questão e apontam o agravamento da pressão imobiliária sobre a orla de Natal, encampada também pela Prefeitura Municipal de Natal, desconsiderando em grande medida os territórios populares, as áreas ambientalmente protegidas e as áreas de interesse histórico e turístico que a estruturam. Veja-se, por exemplo: Andrade (2019) e Bracchi e Cavalcante (2020), além da pesquisa de mestrado de Rodrigo Silva, intitulada *Tinha uma praia no meio do caminho*: a retenção especulativa do solo urbano em faixas litorâneas de Natal submetidas ao controle de gabarito estabelecido pela ZET-3, sob orientação da profa. Ruth Ataíde junto ao PPGAU/UFRN (Silva, 2022).

definitivo do HIRM em âmbito estadual e ressaltando que a preservação não impediria as possibilidades de requalificação do edifício e mesmo a expansão e o seu eventual reuso. Em reunião tensa e conturbada, em junho desse mesmo ano, ainda sem parecer do relator do processo, o Conselho Estadual de Cultura indeferiu o pedido de tombamento. Posteriormente, em documento de 2 de julho de 2019, o parecer foi anexado. Quatro páginas e meia sem menção ao parecer da Procuradoria ou aos estudos, repetindo informações sem qualquer base factual (que o imóvel servia de “prostíbulo” e “hospedaria de usuários de drogas”) ou que eram responsabilidade do proprietário e da prefeitura, que não fizera valer o seu poder de fiscalização contra o acúmulo de lixo, por exemplo. Pior, um parecer que negava a história do próprio HIRM e suas relações com a estruturação urbana de Natal na segunda metade do século XX e formação dos territórios populares da e na orla.

Sem a proteção do tombamento “provisório”, a pressão pela liberação do alvará de demolição apenas aumentou no segundo semestre de 2019, vis-à-vis o entusiasmo pelos discursos “modernizantes” de um novo Plano Diretor que acabaria, como afirmou o prefeito várias vezes, com a orla “favelizada” e “desabitada”.⁷ Afirmar que a orla era e é desabitada diz muito das matrizes desses discursos de renovação urbana.

Por fim, não deixa de ser significativo – nessa história de apagamentos físicos e simbólicos da história de Natal (e do Brasil) – que a demolição do HIRM tenha se iniciado no dia 8 de janeiro de 2020, dois dias depois do feriado municipal das festas dos Reis Magos. Foi-se abaixo mais um importante exemplar da arquitetura modernista brasileira, mas fica ainda (de maneira mais urgente e imperativa) a necessidade de articularmos o nosso patrimônio, modesto ou monumental, tombado (institucionalmente) ou não, aos modelos e projetos de desenvolvimento urbano social e ambientalmente sustentáveis.

⁷ Mais recentemente, comemorando a aprovação do PD Natal, voltaria a repetir essa ideia (NOSSA [...], 2022).

FIGURA 5 Estado de degradação do HIRM avançando, com pano de cobogós deteriorado da fachada oeste.
Fonte: Monique Maia (2018).



FIGURA 6 Estado de degradação do HIRM avançando - Vista da lateral a partir da rua Feliciano Coelho.
Fonte: Monique Maia (2018).



FIGURA 7 Estado de degradação do HIRM avançando, com detalhe do pano de cobogós e emparedamento das aberturas originais da fachada oeste.
Fonte: Monique Maia (2018).



FIGURA 8 HIRM em demolição. Fonte: Fred Luna (2020).





FIGURA 9 HIRM em demolição.

Fonte: Marjorie Madruga (2020).



FIGURA 10 HIRM em demolição.

Fonte: Marjorie Madruga (2020).

É significativo e digno de destaque que agora, dezembro de 2024, quase cinco anos após a concretização da demolição, o terreno permaneça vazio em uma característica espera de mudança de parâmetros urbanísticos (ainda) mais permissivos à verticalização seguindo a linha de todas as pressões e transformações que vêm ocorrendo na legislação urbana recente do município de Natal.

FIGURA 11 Terreno vazio onde antes estava localizado o Hotel Reis Magos. Fonte: Danilo Vieira, 2024.



FIGURA 12 Terreno vazio onde antes estava localizado o Hotel Reis Magos. Fonte: Jeú Olimpio, 2024.

Referências

- ANDRADE, Ion de. Proposta de verticalização da orla de Natal atende aos interesses do mercado imobiliário [entrevista a Cesar Sanson]. Revista IHU On-Line, Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, 18 out. 2019. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/593563-proposta-de-verticalizacao-da-orla-de-natal-atende-aos-interesses-do-mercado-imobiliario-entrevista-especial-com-ion-de-andrade>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- ASSIS, Flávia L. C. de; FERREIRA, Raissa C. Salviano. Hotel Internacional Reis Magos: estudo de aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade para a preservação do patrimônio histórico modernista em Natal/RN. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO DOCOMOMO BRASIL - O CAMPO AMPLIADO DO MOVIMENTO MODERNO, II., 2016, Recife. Anais [...]. Recife: DOCOMOMO BR/MDU-UFPE, 2016.
- BENTES SOBRINHA, Maria Dulce Picanço. Patrimônio público, gestão do território e direito ao meio ambiente: os bens da União e dos Estados na implantação hoteleira e turística no litoral leste do Rio Grande do Norte (1930-1990). 2001. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- BENTES SOBRINHA, Maria Dulce Picanço; VELOSO, Maísa. Do grande hotel aos palaces & resorts: os empreendimentos hoteleiros na transformação da estrutura e da paisagem urbanas de Natal/RN (1940-2000). In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, v. 7, n. 1, 2002, Salvador. Anais [...]. Salvador: UFBA, 2002.
- BRACCHI, Brisa; CAVALCANTE, Saulo. Como Álvaro Dias orquestrou a demolição do Hotel Reis Magos e pressiona pela verticalização da Orla. Saiba Mais, agência de reportagem, Natal, 09 jan. 2020. Disponível em: <https://saibamais.jor.br/2020/01/como-alvaro-dias-orquestrou-a-demolicao-do-hotel-reis-magos-e-pressiona-pela-verticalizacao-da-orla/>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- COSTA, Andrea V. F.; CRUZ, Luana Honório; PINHEIRO, Maria Géssica R. As contribuições da pesquisa histórica para a preservação do patrimônio edificado: o caso do Hotel Internacional Reis Magos. Natal/RN. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO DOCOMOMO BRASIL - O CAMPO AMPLIADO DO MOVIMENTO MODERNO, II., 2016, Recife. Anais [...]. Recife: DOCOMOMO BR/MDU-UFPE, 2016.
- DANTAS, George Ferreira; NASCIMENTO, José Clewton do; VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda. O cavalo de batalha moderno: [r]existências, debates

e possibilidades em torno do caso do Hotel Internacional Reis Magos. *Revista CPC (USP)*, São Paulo, v. jul./dez., p. 37-69, 2016a.

DANTAS, George Ferreira; NASCIMENTO, José Clewton do; VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda. Modernos, Antigos e Atrasados: a questão do valor patrimonial e a querela do Hotel Reis Magos (Natal-RN). In: SEMINÁRIO NACIONAL DO DOCOMOMO BRASIL - O CAMPO AMPLIADO DO MOVIMENTO MODERNO, II., 2016, Recife. Anais [...]. Recife: DOCOMOMO BR/MDU-UFPE, 2016b.

DEPAM/IPHAN. Memorando nº 117/2017 - DEPAM, datado de 21/02/2017. Processo nº 1689-T-2014, relativo ao tombamento do Hotel Reis Magos, situado na Praia do Meio, Natal/RN. [documento assinado por Celma de Souza Pinto].

GALINDO, Vinícius. Hotel Reis Magos: descascando o debate superficial do patrimônio cultural. *Minha Cidade*, São Paulo, ano 15, n. 176.06, mar. 2015. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/14.176/5469>. Acesso em: 25 mar. 2015.

IBAPE/RN. Parecer técnico de inspeção localizada: edificação com estrutura de concreto armado [HIRM]. Natal, IBAPE-RN, 2020. 36 p. [laudo assinado pelos engenheiros Esp. Luiz Claudio dos Santos Lima, PhD Flávio Costa Pereira e Esp. Tarcísio Medeiros Lima].

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Carta de Veneza sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios. Veneza: ICOMOS, 1964. Disponível em: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/11%20Carta%20de%20Veneza%20-%20ICOMOS%201964.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.

IPHAN-RN. Estudo para o Tombamento do Hotel Internacional Reis Magos – Natal/RN. Natal, 2017.

MAIA, Monique Graziella de Medeiros Ribeiro. Hotel Internacional dos Reis Magos: quais os obstáculos à sua conservação? 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

MARQUES, Sonia; NASLAVSKY, Guilah. Open Plan: The unbearable lightness of cobogó. In: 12TH DOCOMOMO INTERNACIONAL CONFERENCE: THE SURVIVAL OF MODERN. THEMATIC SESSION: PRESERVING INFRAESTRUCTURE AND EQUIPMENT, 2012, Finland. Anais [...]. Finland: DOCOMOMO Internacional, 2012. p. 123-130.

MARTINS, Carlos Alberto Ferreira. “Hay algo de irracional...”. Block, Buenos Aires, n. 4, p. 8-22, dez. 1999.

MINDLIN, Henrique E. *Modern Architecture in Brazil*. Rio de Janeiro, Amsterdã: Colibris, 1956.

NASCIMENTO, José Clewton do; VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda; NOBRE, Paulo José Lisboa. O Hotel Internacional Reis Magos e a (Des)Construção da Paisagem da Praia do Meio em Natal-RN. In: 4º COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO - DESAFIOS E PERSPECTIVAS, 4., 2016, Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte: IEDS/FAU UFMG, 2016.

NOSSA orla estava favelizando, diz prefeito de Natal sobre revisão do plano diretor. Portal de Notícias G1 - Rio Grande do Norte, 11 mar. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2022/03/11/nossa-orla-estava-favelizando-diz-prefeito-de-natal-sobre-revisao-do-plano-diretor-da-cidade.ghtml>. Acesso em: 14 dez. 2022.

OLIVEIRA, Emanuelle; LIBERALINO, Cíntia. Cartão postal às avessas: Hotel Reis Magos, o retrato do abandono. Análise da percepção ambiental do Hotel Internacional dos Reis Magos pela população de Natal/RN a partir de depoimentos nas redes sociais. In: III ENANPARQ – ARQUITETURA, CIDADE E PROJETO: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA, 3., 2014, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: PPGAU-UPM / POSURB PUC-Campinas, 2014.

OLIVEIRA, Fabiano L. Siegfried Giedion e o caso brasileiro: uma aproximação historiográfica. In: 6º ENCONTRO DOCOMOMO BRASIL, 6., 2005, Niterói. Anais [...]. Niterói: UFF, 2005.

PAIVA, Ricardo. Tropical Hotel Santarém, de Arnaldo Furquim Paoliello: Uma “pérola” moderna na Amazônia. Arquitextos, São Paulo, n. 175.03, portal Vitruvius, dez. 2014. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.175/5378>. Acesso em: 22 junho 2018.

SILVA, Andreza Cruz Alves da. Preservação ou demolição do Hotel Internacional Reis Magos. 2020. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

SILVA, Rodrigo. Tinha uma praia no meio do caminho: a retenção especulativa do solo urbano em faixas litorâneas de Natal submetidas ao controle de gabarito estabelecido pela ZET-3. 2022. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

TINEM, Nelci. O alvo do olhar estrangeiro: o Brasil na historiografia da arquitetura moderna. João Pessoa: Manufatura, 2002.

TRIGUEIRO, Edja; DANTAS, George; NASCIMENTO, José Clewton do; LIMA, Lui-za; PEREIRA, Marizo V.; VELOSO, Maísa; VIEIRA, Natália M. O Hotel Internacional Reis Magos e sua importância histórica, simbólica e arquitetônica. Natal, s.n., 2014. [parecer técnico entregue ao Ministério Público Estadual-RN].

XAVIER, Alberto (org.). Depoimento de uma geração: arquitetura moderna brasileira. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

CAPÍTULO 12

Intervenção na Caixa d'Água de Olinda

Valorização e ressignificação do modernismo¹

Natália Miranda Vieira-de-Araújo

Gabriela Souto Maior

A preservação do patrimônio moderno e os princípios teóricos da restauração

A preservação da produção modernista reconhecida enquanto patrimônio cultural, apesar de apresentar especificidades, também deve considerar os princípios básicos construídos ao longo de mais de um século de reflexão teórica do campo da restauração (Vieira-de-Araújo; Dantas, 2012). Entre esses princípios, gostaríamos de destacar, primeiramente, a necessidade premente de manutenção da edificação em condições de uso e incorporada à dinâmica urbana contemporânea. Este aspecto é dos poucos pontos pacíficos no complexo debate acerca da preservação. Entre os diversos teóricos do restauro, mesmo entre autores que possuem divergências substanciais, observa-se o reconhecimento da importância fundamental do uso para a preservação. Isso vale também para a produção modernista, que

¹ Artigo escrito originalmente para o VII Seminário DOCOMOMO Norte Nordeste, realizado em Manaus, em agosto de 2018, no qual foi apresentado e discutido. A análise aqui apresentada é parte das reflexões da pesquisa desenvolvida no Departamento de Arquitetura da UFPE, integrando o Laboratório de Urbanismo e Patrimônio (LUP-UFPE), intitulada “Intervenções contemporâneas sobre a preexistência de valor patrimonial: teoria, projeto e inserção no contexto urbano” sob a coordenação da primeira autora e com participação da segunda autora na condição de aluna de iniciação científica.

enfrenta dificuldades específicas nessa tentativa de atualizações de uso. Se, por um lado, o princípio moderno de flexibilidade espacial pode facilitar a adaptação de uso ao longo do tempo, por outro, projetos extremamente funcionalistas e desenvolvidos de forma muito particular para um uso específico podem dificultar sua preservação sem grandes alterações que prejudiquem a sua leitura enquanto produção modernista.

A prática projetual em áreas históricas nem sempre é tratada com o rigor metodológico que ela exige. Não se pode tomar decisões que visam enfrentar o desafio de buscar a conciliação entre as necessidades de adaptação aos usos contemporâneos e a preservação dos valores patrimoniais identificados em um bem ou em um sítio sem se conhecer todo o instrumental teórico-metodológico que o campo da preservação construiu, especialmente ao longo dos dois últimos séculos.

Por outro lado, entender esse tipo de projeto como o espaço para a aplicação de um receituário pré-estabelecido ou de uma linha dogmática a ser seguida não é a solução. Este tipo de postura também tem gerado distorções no entendimento do projeto sobre a preexistência de valor patrimonial, levando à falsa afirmativa de que não há espaço para o exercício da criatividade nesse tipo de projeto. O desenvolvimento da sensibilidade projetual para os procedimentos metodológicos do campo da preservação, não abrir mão da qualidade espacial do projeto contemporâneo que se constrói, bem como a reflexão sobre como se dá a inserção deste no contexto urbano, é, na nossa compreensão, o caminho a ser buscado (Kühl, 2006; 2008).

O conhecimento da teoria do restauro não é garantia de qualidade projetual e respeito à cidade e ao patrimônio moderno, mas, com certeza, constitui-se um importante passo para a tomada de decisões conscientes que resultem da formação de um juízo crítico (Brandi, 2004) fundamentado na significância do bem e nos valores identificados. Por outro lado, é preciso lembrar que tão importante quanto o conhecimento teórico-metodológico é o (re)conhecimento do sítio onde se insere o bem que se deseja preservar (Vieira-de-Araújo, 2017a).

O debate acerca da intervenção no patrimônio edificado aponta a existência de grupos com posturas bastante distintas, em que se destacam alguns princípios básicos que já podem ser considerados como uma referência consolidada no campo, especialmente nas atuações inseridas dentro do restauro crítico-criativo: o princípio da distinguibilidade, da reversibilidade (ou retrabalhabilidade) e a mínima intervenção (Carbonara, 2017).

Buscando contribuir para o aprofundamento do tema, a partir da reflexão teórica de Giovanni Carbonara, pretendemos aqui analisar o caso da intervenção na Caixa d'Água de Olinda, exemplar de destaque no modernismo brasileiro, projetado por Luiz Nunes no Alto da Sé em Olinda, no início da década de 1930. A intervenção em questão foi realizada entre 2008 e 2011 e teve como arquitetos responsáveis Ronaldo L'Amour e Felipe Campelo, do escritório Grau Arquitetura.

O teórico italiano Giovanni Carbonara possui extensa bibliografia discorrendo e refletindo a respeito de posturas intervencionistas sobre a preexistência de valor patrimonial, acerca das reflexões do campo do restauro e, mais especificamente, quanto ao chamado “restauro crítico-criativo” (Carbonara, 1997, 2017). Em um de seus mais recentes livros, o autor propõe categorias específicas para identificar o confronto entre o novo e o antigo na prática projetual contemporânea, sempre relacionando essa reflexão ao contexto urbano onde se inserem os bens. As categorias apresentadas pelo autor vão da “autonomia/dissonância”, passando pela “abordagem dialética/reintegração da imagem” até a “assimilação/consonância” (Carbonara, 2013, p. 109).² A nossa interpretação para tais categorias passa pelo seu entendimento dentro de uma “noção de escala”³ que vai de uma postura a outra, passando necessariamente por vários

2 O autor ainda subdivide cada uma dessas categorias em 3 subcategorias, entretanto, a distinção entre elas se torna muito tênue ou até mesmo questionável e, por esse motivo, concentraremos nossa análise utilizando a denominação das 3 categorias principais. Como o próprio autor ressalta, trata-se de uma primeira classificação que não se pretende definitiva e está aberta a novas reflexões (Carbonara, 2013).

3 Essa *noção de escala* já havia sido desenvolvida por Vieira-de-Araújo (2014) anteriormente utilizando como referência outros autores que também tratam de posturas intervencionistas. Nenhum dos autores analisados, entretanto, coloca esses conceitos/posturas/categorias em forma de escala; essa é uma interpretação de Vieira-de-Araújo (2014).

FIGURA 1 Noção de escala para confronto antigo – novo. Fonte: Esquema elaborado pelas autoras.



níveis intermediários. No esquema da interpretação em uma “noção de escala” (ver Figura 1), desenvolvido pela primeira autora a partir dos conceitos de Carbonara (2013), a variação do cinza representa os diferentes graus de “capacidade de compreensão e respeito pelo preexistente” previstos pelo autor (quanto mais escura, maior esta capacidade, na nossa interpretação).

É possível fazer uma relação entre essas posturas de confronto do novo com o antigo e as correntes de atuação contemporânea no campo do restauro na Itália, também identificadas por Carbonara (1997), observando-se uma aproximação da postura de “assimilação/consonância” com os princípios defendidos pela corrente do restauro de “mímese/repristino”, da postura de “relação dialética” com a corrente do restauro “crítico-criativo” e, finalmente, da postura de “autonomia/dissonância” com a corrente de restauro denominada como de “conservação integral”.⁴

Utilizaremos esses conceitos desenvolvidos por Carbonara (1997, 2013) como referência para avaliação e classificação da intervenção na Caixa d’Água de Olinda, tanto para a análise da restauração quanto para a identificação da relação entre os novos elementos inseridos e o monumento modernista preexistente.

4 Apesar de não ser uma unanimidade internacional, entendemos como de destacada importância o aprofundamento sobre o debate italiano contemporâneo no campo da restauração, visto que na Itália há, historicamente arraigada, uma aproximação entre prática intervencionista e reflexões teóricas (Vieira-de-Araújo, 2017b).

A Caixa d'Água de Olinda enquanto monumento moderno e as intervenções anteriores a 2003

Projetada pelo jovem arquiteto Luiz Nunes, em 1936, é finalizada a construção da Caixa d'Água de Olinda, este grande monumento moderno que materializa os principais preceitos modernistas em franca expansão naquele momento no Brasil e no mundo. Sua representatividade logo será reconhecida a nível mundial ao fazer parte do famoso catálogo que coloca a produção modernista brasileira em posição de destaque internacional: o *Brazil Builds* (Goodwin, 1943).

Recém-formado na Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro (em 1933), Nunes será responsável por um momento-chave e pioneiro do modernismo em Pernambuco em sua breve e paradigmática passagem pelo estado. Mas sobre essa história já existe uma extensa e destacada bibliografia que deve ser consultada e dispensa maiores comentários no presente artigo (Marques; Naslavsky, 2002, 2011, 2012; Comas, 2006; Bruand, 2002, entre outros).

FIGURA 2 Caixa d'Água de Olinda, projetada por Luiz Nunes e construída em 1937. Fonte: Digital image, The Museum of Modern Art, New York/Scala, Florence.

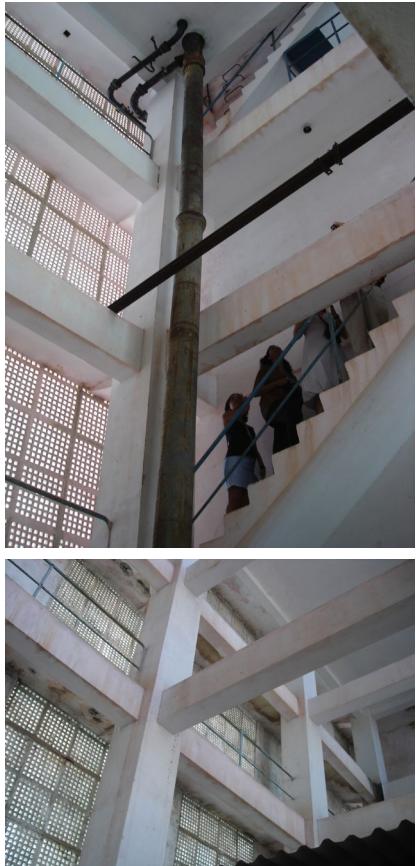


Interessa aqui observar como será o processo de “envelhecimento” desse monumento moderno, construído para atender a uma demanda de infraestrutura da cidade. Marques e Naslavsky (2012) destacam como o reconhecimento de seus valores específicos enquanto produção modernista ainda são alvo de uma incompreensão que está diretamente ligada a sua inserção no coração do sítio histórico de Olinda, este reconhecido como Patrimônio Mundial pela UNESCO por suas características barrocas. As autoras avançam em suas reflexões destacando as características essenciais da composição volumétrica do edifício:

A Caixa d’Água é um excelente exemplo de disposição volumétrica composta por dois blocos: um paralelogramo vertical que contrasta com a esplanada horizontal. Os dois volumes não se tocam completamente, uma vez que são conectados através de um pavimento de pilotis, o que garante a leveza da composição. A imagem resultante – solução de composição dos dois volumes – é, como dissemos acima, próxima a do Ministério da Educação (MES) no Rio de Janeiro, o que é possível de ser verificado a partir dos primeiros esboços do MES, até o seu desenho final. Esta composição volumétrica - paralelogramo vertical e esplanada horizontal – adotada, no mesmo período em ambos os edifícios, tornar-se-ia paradigmática na arquitetura moderna, em vários países (Marques; Naslavsky, 2012, p. 124, tradução nossa).

Variados autores, ao se referirem a esse exemplar, destacam ainda a clara definição estrutural baseada no concreto armado e os painos de fachadas de cobogó, que são a grande marca compositiva da Caixa d’Água de Olinda. Não é preciso destacar a importância do cobogó para a produção modernista nacional. Como sabemos, ele se tornará uma referência em nossa produção tropical:

Na Caixa d’Água de Olinda, no entanto, o cobogó desempenha um papel ainda mais impressionante, na medida em que a sua adoção, além das questões técnico-construtivas e de custos devem-se sobretudo a razões de composição. O efeito estético provocado pela cortina de renda atua como um elemento pele, como descrito na teoria de Gottfried Semper. Este efeito, aliás, não escapou a Joaquim Cardozo, pois este que mais tarde se tornaria o grande engenheiro das notáveis obras de Oscar Niemeyer comentou precocemente sobre o assunto: “[...] Estas superfícies de combogó atuando nas fachadas muito ensolaradas como verdadeiro ‘brise-soleil’, produzem desenhos caprichosos de sombra e



FIGURAS 3 E 4 Visão da estrutura em concreto armado e do vazio interno do volume da Caixa D'Água antes da intervenção dos anos 2000. Fonte: Natália Vieira (2006).

luz, de bom efeito decorativo” (sic) (CARDOZO, 1939 apud SANTANA, 1997, p. 13). Portanto, o desenho deste elemento pioneiro, invenção pernambucana, para proteção da intensa luminosidade e necessidade de ventilação, tem repercussões eficazes na componente espacial, foi registrado desde a publicação de Brazil Builds [...] (Marques; Naslavsky, 2012, p. 125-126, tradução nossa).

Internamente ao volume prismático vertical, se forma um interessante vazio delimitado pelo fechamento em cobogó e pelas paredes cegas, onde se encontram a pequena e estreita escada lateral que leva ao volume do reservatório, que ocupa os dois últimos pavimentos desse edifício vertical. Toda a área abaixo do reservatório se apresenta como um grande vazio através do qual se pode observar a bela estrutura em concreto armado iluminada pelos raios que atravessam o painel de cobogó (ver Figuras 3 e 4). Esse vazio não era acessível ao público em geral antes da intervenção realizada.

Apesar de todos esses aspectos acima comentados, que não deixam dúvidas sobre a importância do edifício enquanto patrimônio modernista nacional, o edifício segue sem reconhecimento individual⁵ e tem sido alvo de ações preservacionistas por estar inserido no perímetro do

5 O processo de reconhecimento oficial do patrimônio moderno, como sabemos, ainda é incipiente. Hoje, dos 37 bens modernistas reconhecidos como patrimônio nacional pelo IPHAN, temos apenas 04 situados nas regiões norte e nordeste, estando dois deles localizados em Recife: o antigo Pavilhão de Verificação de Óbitos da Escola de Medicina de Recife também projetado por Luiz Nunes (hoje identificado pelo IPHAN como “Pavilhão Luiz Nunes” e onde funciona a sede do IAB-PE cujo processo de tombamento se arrastou de 1986 até 1998), e o conjunto de Jardins de Burle Marx na Cidade de Recife (reconhecido em 2008 como resultado de um trabalho intenso desenvolvido pelo Laboratório da Paisagem da UFPE).

Polígono de Tombamento do Município de Olinda, mais especificamente no Setor A - Área Urbana de Preservação Rigorosa segundo a Notificação Federal 1155/79 (Informação No. 18/CR/03 – IPHAN 19a Sub-regional/Olinda de 15/09/2003). A preocupação parece estar muito mais direcionada ao sítio em seu entorno do que ao edifício modernista em si.

A própria inserção moderna nesse ambiente barroco colonial incomoda muitos leigos que por ali passam. Essa inserção da década de 1930, naquele contexto, pode ser facilmente classificada como um exemplo de “autonomia/dissonância”, para utilizar a nomenclatura estabelecida por Carbonara (2013) para a análise do confronto entre o novo e o antigo. Para esse autor, essa “É a linha que busca a discordância arquitetônica, linguística e espacial. Em alguns casos, de abordagem mais ‘violenta’, herança, de certo modo, das experiências artísticas de vanguarda” (Carbonara, 2013, p. 111). Postura essa recorrente na produção modernista em geral. Aqui seria interessante destacar a análise desenvolvida por Comas (2006) sobre a Caixa d’Água de Olinda, na qual ele argumenta no sentido de ressaltar a intencionalidade de Luiz Nunes, no que diz respeito à intervenção na paisagem, ao projetar para um local emblemático, no coração do Alto da Sé de Olinda, entre a Catedral da Sé e o antigo Palácio Arquiepiscopal. O autor interpreta a inserção e definição do partido em função de sua localização, defendendo que a autonomia linguística não significa desconsideração do contexto em questão. Interpretando as intenções de Luiz Nunes, Comas (2006) coloca que:

Não há documento que formule as intenções do autor, mas é plausível que o partido se tome em função da situação urbana, e que se escolha essa geometria para não rivalizar com a torre da igreja, fazendo, ao mesmo tempo, contraponto à dupla de pequenos torreões que se destacam na ponta oposta do casarão. O reservatório participa de dois quadros. Na vista em escorço, caminhando em direção à igreja, integra-se ao casarão, que vira então uma travessa entre torres, paráfrase laica do frontispício da Sé. Isolado em vista mais oblíqua, vira a baliza mais alta em torno da qual se equilibram em diagonal o casarão e a igreja (Comas, 2006, p. 41).

O edifício permanece sendo utilizado até os dias atuais como reservatório de água e é responsável pelo abastecimento de boa

parte do sítio histórico de Olinda, estando sob a responsabilidade da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa). Assim, sua manutenção ao longo de várias décadas se deu muito mais em função da continuidade de seu uso enquanto equipamento infraestrutural/caixa d'água do que por compreensão de seu valor enquanto patrimônio modernista.

Na década de 1970, foi realizada uma intervenção significativa que visava o enfrentamento da corrosão da estrutura de concreto armado e a inserção de um restaurante em seu primeiro pavimento. Nesse momento, alguns vãos da fachada foram fechados para reforço estrutural e foi realizado o encamisamento de vigas e colunas (ver Figuras 5 e 6). O uso de restaurante mostrou-se incompatível com o edifício:

FIGURAS 5 E 6 Pilotis com colunas “encamisadas” e abertura do projeto original fechada no primeiro pavimento como resultados da intervenção na década de 70, e inserção de diversas antenas na laje de cobertura no finalzinho dos anos 90 e início 2000
Fonte: Natália Vieira (2006).

[...] tanto pelo perigo iminente de contaminação da água como pela descaracterização da obra original através do fechamento do vão do primeiro pavimento com esquadrias de madeira e vidro no paramento da fachada e pela instalação de imenso letreiro em toda a extensão deste mesmo pavimento (L'Amour; Campelo, 2003).



Concordamos plenamente com Marques e Naslavsky (2012), quando as autoras afirmam que essa intervenção atacou diretamente aspectos centrais do edifício, que vinham sendo destacados por vários autores desde 1943 (ver Figuras 5 e 6): “A elegância e ousadia da estrutura de concreto foi parcialmente negada pelo alargamento dos pilares do pavimento de pilotis, a fim de proteger a estrutura de concreto da corrosão” (Marques; Naslavsky, 2012, p. 128, tradução nossa).

Em parecer datado de setembro de 2003, a então diretora da 19^a Sub-Regional/Olinda do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Claudia Rodrigues, destaca que antes do projeto de restauração que estava então sendo elaborado, a edificação já havia sofrido uma série de intervenções irregulares no decorrer dos anos, e entre elas destaca as intervenções realizadas com a autorização da Compesa para a instalação de 16 antenas em sua laje de cobertura (ver Figura 6), além de

obras internas para viabilizar o uso de equipamentos de telefonia móvel (como construção de laje de piso e de um volume interno para abrigar equipamentos da empresa de telefonia móvel TIM, instalação de tubulações de interligação entre este volume e as antenas) [...] (Informação No. 18/CR/03 - IPHAN 19a Sub-regional/Olinda de 15/09/2003).⁶

Finalmente, durante o ano de 2003, uma ação compartilhada entre IPHAN, COMPESA e Prefeitura de Olinda levará ao desenvolvimento de um projeto de intervenção que será, este sim, baseado nas especificidades deste patrimônio moderno.

6 Ao longo do ano de 2002, vários documentos foram trocados entre IPHAN-PE e COMPESA no sentido de solucionar tal situação, num processo que envolveu inclusive o Ministério Público Federal a partir de denúncia realizada pelo IPHAN através do Procedimento Administrativo n. 1.26.000.001349/2002-77. Todo este processo chegou a uma solução por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta onde o IPHAN concordou em estudar a possibilidade de abrir uma exceção para a instalação de antenas (com caráter revogável) em troca de ações com grandes benefícios para o município. Assim, a COMPESA ficou responsável pelo pagamento para a elaboração do Projeto de Restauro e de Readequação Funcional da Caixa d'Água de Olinda (que deveria prever a inclusão da antena de forma imperceptível) enquanto a TIM, em parceria com a prefeitura, arcaria com a execução.

O projeto de intervenção e restauração da Caixa d'Água de Olinda de 2003

O material utilizado para a presente análise corresponde ao projeto aprovado pelo IPHAN-PE em dezembro de 2003, que o identifica como “Restauração e Readequação funcional da Caixa d’Água de Olinda” (Ofício N. 444/2003/5a. SR/IPHAN/MinC de 11/11/2003).⁷ Portanto, não se trata apenas da restauração do edifício, mas de uma intervenção mais ampla que contará com a inserção de dois novos volumes: um elevador panorâmico e um bloco de sanitários. O ofício de aprovação ressalta o esforço dos arquitetos no atendimento a solicitações anteriormente realizadas pelo órgão no sentido de

aproximação das massas entre a Caixa d’Água e o elevador e a redução da altura da torre em estrutura metálica, *minimizando, assim, o impacto da intervenção no conjunto arquitetônico do Sítio Histórico de Olinda*, obtendo, portanto, a aprovação desta Regional (Ofício da 5^a SR/IPHAN/ MINC de n. 497/2003, grifo nosso).

Apesar do parecer de aprovação destacar as adequações que foram feitas pelos arquitetos responsáveis para obter a aprovação do projeto, a análise dos vários documentos que compõem o processo de aprovação demonstra, desde o início, uma apropriação grande por parte dos responsáveis dos valores essenciais do edifício moderno, bem como dos princípios basilares para a restauração e inserção das novas estruturas no projeto. Destaca-se também que a preocupação central das solicitações de adequações realizada pelo IPHAN concentra-se no impacto sobre o sítio histórico de Olinda e não sobre o edifício moderno, conforme demonstram nossos grifos na citação acima.

No documento explicativo intitulado “Projeto Arquitetônico de Restauração da Caixa d’Água de Olinda”, composto pelos itens “apresentação, histórico, proposta arquitetônica” e assinado pelos arquitetos responsáveis, identificamos vários trechos que destacam a compreensão dos valores essenciais da edificação. Sobre as intervenções ocorridas para a instalação de equipamentos de empresas de telefonia, também ressaltadas no parecer do IPHAN, os arquitetos são taxativos:

⁷ Todo o material referente a este projeto e seu processo de aprovação no IPHAN-PE (plantas e ofícios) foi consultado e copiado com a autorização do Escritório Técnico de Olinda do IPHAN-PE (19^a Sub-Regional) para o desenvolvimento da presente pesquisa.

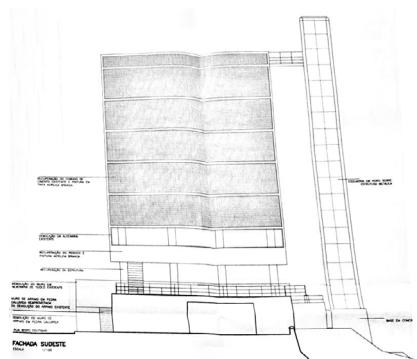


FIGURA 7 Fachada sudeste - projeto Grau Arquitetura aprovado em dezembro de 2003. Fonte: acervo do IPHAN-PE - Escritório de Olinda (19^a Sub-Regional) [200-].

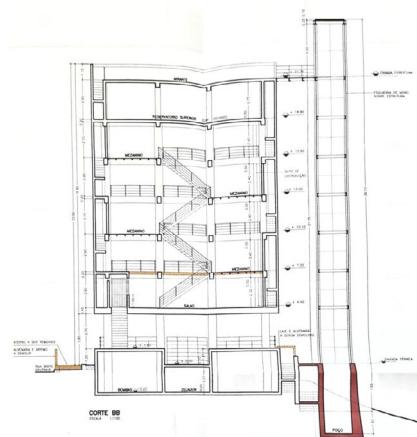


FIGURA 8 Corte do projeto de intervenção, em vermelho elementos a serem construídos e em amarelo elementos a serem retirados. Fonte: acervo do IPHAN-PE - Escritório de Olinda (19^a Sub-Regional) [200-].

Equivocadamente, há pouco anos, foi acrescido um novo uso ao edifício, que nos parece em todos os aspectos desastroso: a instalação de equipamentos de telefonia na laje do segundo pavimento. [...] Propomos, por conseguinte a sua demolição. Mais grave, porém, é o que fica visível e agride o monumento: a instalação de uma floresta de antenas de telefonia celular em sua cobertura. Tal quadro descaracteriza não só o monumento, como todo o conjunto do Alto da Sé (L'Amour; Campelo, 2003).

Na restauração foi reaberto o grande vão do primeiro pavimento na fachada de cobogó sudoeste (voltada para a Igreja da Sé) (ver Figura 7) e também foi demolida a laje construída no vazio interno para instalação do equipamento de telefonia (ver Figura 8).

Para a restauração dos cobogós danificados, optou-se pelo refazimento de toda a pele, aspecto que parece ir de encontro à perspectiva geral adotada pelos arquitetos, que prima pelo princípio da distinguibilidade ao longo de toda a proposta. A questão da reconstituição da forma e imagem sem a preservação do material remanescente é uma atitude bastante comum no tratamento de restauração de edifícios modernos, especialmente por serem construídos com materiais e técnicas ainda usualmente utilizados.

Aqui gostaríamos de chamar atenção para um caso exemplar que demonstra a possibilidade de atitudes diversas: a restauração do Edifício Pirelli em Milão, projetado por Gio Ponti, construído entre 1956 e 1960 e restaurado no início dos anos 2000 após o trágico acidente em que um avião monomotor colidiu com o ele, em 18 de abril de 2002, matando três pessoas e abrindo uma fenda entre o 26º e o 27º andar.

As primeiras propostas se caracterizavam pelo refazimento, defendendo a prioridade a ser dada

aos aspectos funcionais “em detrimento do valor cultural das belas e refinadas fachadas autênticas” e colocava que a recuperação do material autêntico seria muito onerosa e de difícil execução (Salvo, 2006, p. 75). Felizmente, o que foi realizado, pela equipe liderada pela italiana Simona Salvo, foi um belo exemplo de reflexão crítica, com respeito pelo projeto e pela autenticidade dos elementos originais (Salvo, 2006). Para o tratamento da lacuna remanescente do acidente com o avião monomotor, a decisão foi pela preservação da integridade do edifício em sua leitura da parte externa da fachada, enquanto a diferenciação do material original foi realizada pela parte interna do edifício. Esse caso demonstra a adequação entre o arcabouço teórico preservacionista já consolidado e a prática de conservação da produção modernista. Ao final do processo, a autora pondera que a restauração do edifício resultou numa “indução cultural” que renovou o interesse pelo arranha-céu e por seu autor – Gio Ponti –, bem como promoveu “uma maior sensibilidade em relação aos edifícios lombardos do século xx” (Salvo, 2006, p. 82).

Para as inserções contemporâneas realizadas no projeto para a Caixa d’Água de Olinda, visando a sua utilização agora também como mirante, os arquitetos propuseram duas intervenções significativas:

- internamente, a inserção de escadas mais confortáveis que as existentes, que são:

[...] estrategicamente situadas no vão central do prédio, de modo a proporcionar simultaneamente, a melhor leitura possível de sua inovadora estrutura em concreto, calculada pelo então jovem engenheiro Joaquim Cardozo, e a apreciação das vistas do sítio histórico fragmentadas pelos panos de cobogó (L’Amour; Campelo, 2003, grifos nossos).

- e externamente, a inserção de um elevador panorâmico que, ao se posicionar por trás da edificação, “procura minimizar o impacto da sua vista desde o largo da Sé, ao mesmo tempo em que descortina as perspectivas para o horto” (L’Amour; Campelo, 2003) (ver Figuras 9 e 10).

Mais uma vez concordamos com Marques e Naslavsky (2012), quando as autoras afirmam que essa intervenção consegue aliar a inserção de um novo elemento e de um novo uso à permanência

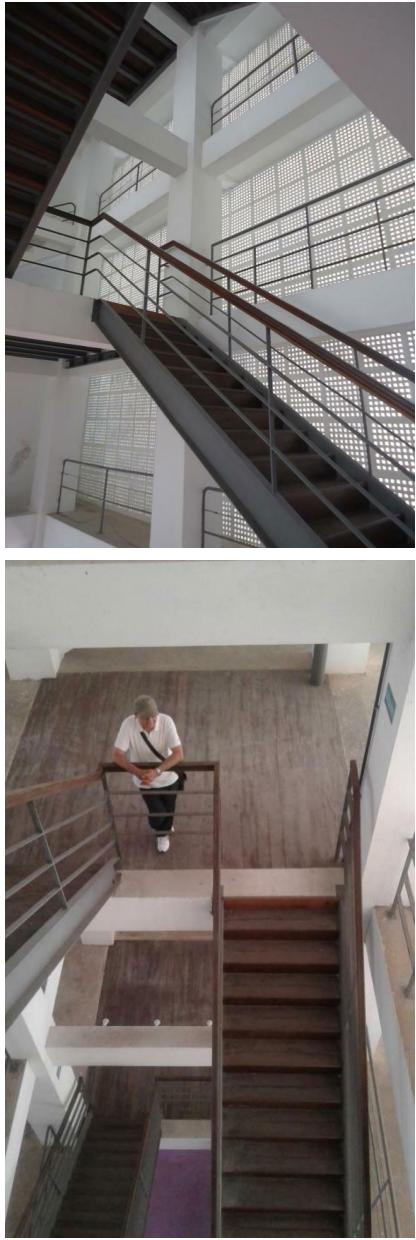


FIGURAS 9 E 10 Vista da Caixa d'Água de Luiz Nunes a partir do Antigo Palácio Arquiepiscopal e a partir da rua lateral a Igreja da Sé após a inserção do elevador panorâmico, comprovando a inserção deste em posição estratégica que minimiza seu impacto na paisagem.
Fonte: Natália Vieira (2014).

da possibilidade de leitura do vazio central que se constitui enquanto elemento e característica essencial do edifício moderno. Além da escada interna, foram prolongados os patamares, ora à esquerda e ora à direita do vão central, criando quatro mezaninos intercalados, garantindo a legibilidade do vazio central (ver Figuras 11 e 12).

[...] intervenção foi muito bem sucedida na colocação de pisos intermediários de madeira. Estes – embora inexistentes da concepção original – criaram espaços que possibilitam a contemplação da promenade architecturale, permitindo ao público a oportunidade de experimentar e apreciar o espaço arquitetônico gerado pelo plano livre e pela gaiola de concreto, nos moldes da *promenade architecturale* evocada por Le Corbusier (Marques; Naslavsky, 2012, p. 128, tradução nossa).

O discurso dos arquitetos novamente ressalta a preocupação com o princípio da distinguibilidade: para o elevador, definem que “a caixa corrida desse, estruturada em perfis metálicos com fechamento de vidro, enfatiza seu caráter contemporâneo em contraponto ao concreto armado utilizado no monumento”; e para as escadas, inseridas no vazio interno, os arquitetos ressaltam “o intuito de distinguir claramente a nova intervenção”, utilizando



FIGURAS 11 E 12 Vista Interna da Caixa d'Água após a inserção da escada e mezaninos internos, distinguibilidade e valorização do vazio e leitura da estrutura. Fonte: Natália Vieira (2014, 2016).

novos materiais como madeira e ferro, que permitem o novo uso “sem contudo interferir na leitura de sua estrutura primordial em concreto” (L’Amour; Campelo, 2003). Percebe-se, assim, o firme propósito dos arquitetos em permanecerem sempre atentos à questão da distinguibilidade, mas também aos valores essenciais do edifício moderno.

A partir dessas observações, é possível identificar o confronto entre novo e antigo como um caso claro de busca por uma “abordagem dialética/reintegração da imagem”, classificada por Giovanni Carbonara como a linha que “[...] desenvolve o tema, próprio do restauro, da exaltação da preexistência em termos de qualidade figurativa e de rigor metodológico do novo, colocado ao serviço do antigo” (Carbonara, 2013, p. 118).

Na documentação referente ao processo de aprovação do projeto de restauro e readequação funcional da Caixa d’Água de Olinda, nos chamou atenção um pedido dos órgãos preservacionistas que bem exemplifica a sua compreensão voltada para o sítio histórico de Olinda e não para com o monumento moderno. Trata-se do resultado de uma reunião conjunta entre IPHAN, Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe) e Secretaria do Patrimônio e Cultura de Olinda (Sepacc/PMO), realizada em 16 de outubro de 2003, em que se decide por enviar aos arquitetos responsáveis a solicitação de “um estudo sobre a viabilidade de instalar o elevador internamente ao volume do prédio da caixa d’água”. O documento prevê ainda que, caso não seja possível atender a esta solicitação, segundo a qual deveria ser estudada a possibilidade de inserção de novas passarelas que deveriam dar acesso aos mezaninos criados internamente. Tal solicitação é

motivada pelo objetivo de tornar os mezaninos internos acessíveis a todos e reduzir o impacto do elevador na paisagem do sítio (Ofício No. 424/2003/5a.SR/IPHAN/MinC, 30/10/2003).

Essa solicitação reforça a pouca atenção para com as características essenciais ao edifício moderno e de seu reconhecimento enquanto patrimônio cultural. A inserção de um elevador no vazio interno comprometeria a leitura da bela estrutura livre em concreto armado de forma muito mais agressiva à espacialidade que se deseja preservar (será que se deseja?). Felizmente, os arquitetos responsáveis tiveram o apoio da Compesa, que informaram a impossibilidade de atendimento a essa solicitação, que comprometeria de forma significativa a capacidade do reservatório elevado (redução de $\frac{1}{3}$ do volume original), que ainda desempenha papel fundamental no abastecimento do sítio histórico e o tornaria mais vulnerável “a riscos de contaminação” (CT/compesa DP No. 773/2003 de 30/10/2003).

O então presidente do IPHAN-PE, Frederico Almeida, insiste na solicitação à Compesa, argumentando que o volume de redução proposto para o reservatório é inferior ao que a COMPESA imaginava (redução de 8.000 litros e não de $\frac{1}{3}$ do volume original) e pergunta se essa redução seria admissível, visando “minimizar a interferência visual na paisagem urbana daquela cidade - Patrimônio Nacional e da Humanidade”⁸ e torná-lo completamente acessível (Ofício nº. 444/2003/5a. SR/IPHAN/MinC de 11/11/2003). A Compesa, entretanto, mantém sua decisão, informando que essa redução também seria comprometedora e informando que “não aceita a proposição de alterar o projeto para instalação do elevador no interior do edifício” (CT/COMPESA DP nº. 881/2003 de 26 de dezembro de 2003).

8 Apesar dessa solicitação do IPHAN, é preciso lembrar que esta não é uma visão unânime dentro do órgão, uma vez que, no documento elaborado pela diretora da 19ª Sub-Regional/Olinda do IPHAN, ela destaca que “quanto à interferência que o volume do elevador possa causar no entorno, em face de sua locação e exposição externa, penso que em pouco se soma à interferência do volume existente da própria Caixa d’Água”. A diretora Cláudia Rodrigues demonstra uma compreensão do sítio com a incorporação do monumento moderno nem sempre presente nas análises do IPHAN. O documento ainda chama atenção para a “melhor utilização social do prédio” e avalia que o projeto do elevador foi realizado “sem que para a sua instalação tenha sido preciso destruir a integridade da estrutura original do edifício” (Informação Nº. 18/CR/03 - IPHAN 19ª Sub-Regional/Olinda de 15/09/2003).

No documento de encaminhamento final do projeto que finalmente será aprovado pelo IPHAN-PÉ em dezembro de 2003, os arquitetos comentam e argumentam sobre as solicitações de alterações realizadas (Protocolo/5a SR IPHAN/Registro nº. 1151/2003 de 05/12/2003):

- Sobre a solicitação de redução de altura do elevador externo, os arquitetos alcançam uma redução de 1,55m por meio da proposta de um equipamento hidráulico;
- Sobre a solicitação de aproximação das massas da torre do elevador e da Caixa d'Água, os arquitetos propõem uma redução da distância de 4,00m para 2,85m, “medida suficiente para resguardarmos a escada existente de acesso ao pavimento semienterrado e a largura de 1,50m para o hall de acesso ao elevador”;
- Sobre as exigências de acessibilidade, “propomos uma rampa de acesso da calçada aos pilotis da Caixa d'Água e uma plataforma de circulação vertical para deficientes, que articula os pilotis ao primeiro pavimento do edifício”.

No que diz respeito a este último ponto, os arquitetos justificam a decisão com base na atenção dispensada a qualidades específicas do edifício moderno:

Quanto ao acesso aos mezaninos propostos no projeto, para que isso ocorra, teríamos que destruir todas as escadas localizada na empena que define o percurso original proposto pelo arquiteto Luiz Nunes e que ao nosso ver deveria ser resguardado como memória de sua funcionalidade primordial. Além disso, como os mezaninos propostos são alternados e ocupam apenas ½ do vão livre existente, com o justo propósito de não impedir a leitura do vazio interno do edifício, a acessibilidade a estes pisos teria que ser feita ou com mais passarelas internas ou deslocando todos esses pisos para apenas um lado do vazio central. Estas alternativas foram por nós descartadas por comprometerem a qualidade do projeto de intervenção proposto já que descaracterizam irremediavelmente um edifício de valor para a história da arquitetura (Protocolo/5a SR IPHAN/Registro nº. 1151/2003 de 05/12/2003, grifos nossos).

Os trechos grifados ressaltam os princípios projetuais baseados no reconhecimento, de forma concomitante, do edifício moderno e do sítio onde ele se insere, ambos enquanto patrimônio cultural. Além disso, percebe-se ao longo da argumentação dos autores sobre o projeto que ele foi elaborado tendo em conta, na maior

parte das decisões,⁹ princípios básicos do restauro crítico-criativo, como a atenção para com a distinguibilidade e mínima intervenção, sem perder de vista a conservação da leitura espacial e estética do conjunto, agregando a este contribuições de uma produção arquitetônica contemporânea pensada a partir da preexistência. Como lembra Carbonara (2017, p. 15): “[...] Se restaura arquitetura fazendo arquitetura. [...] um modo de projetar fortemente guiado por uma sólida consciência e atenção histórica.”

Além do elevador panorâmico externo e da inserção das escadas e mezaninos no vazio interno, o projeto também conta com a proposição de um discreto volume de apoio que abriga os banheiros públicos. Esse volume reforça a composição volumétrica que se deseja valorizar, dando continuidade ao volume horizontal e se destacando, de forma muito discreta, como uma intervenção nova (ver Figuras 13, 14 e 15).¹⁰

Os arquivos do IPHAN-PE ainda registram uma série de tentativas de pequenas alterações no projeto por parte da prefeitura no ano de 2006 (verificadas em pranchas apresentadas ao IPHAN sem a assinatura dos arquitetos responsáveis), todas elas recusadas pelo IPHAN, que mantém a sua posição de aprovação do projeto aprovado em 2003, que finalmente será executado entre 2008-2011.

Identificamos ainda uma modificação realizada nesse projeto, em resposta às exigências do Corpo de Bombeiros no que diz respeito à segurança contra incêndio, que corresponde à inserção de uma escada externa no trecho onde se encontra o reservatório propriamente dito (ver Figuras 16 e 17). No projeto original, esse acesso, nesse trecho específico ao lado do reservatório, seria feito apenas pela escada original existente entre as empenas cegas e o reservatório, escadas

9 Apenas a decisão pelo refazimento dos panos de cobogó sem aproveitamento do material remanescente indica uma postura mais aproximada do chamado restauro de “mí-mese/repristino”.

10 Segundo a então diretora da 19a Sub-Regional/Olinda do IIPHAN, Claudia Rodrigues, a definição do projeto do bloco de banheiros como um prolongamento da base do prédio já foi uma solicitação recebida a priori pelo escritório de arquitetura responsável visando a substituição após demolição de outro bloco de banheiros construído irregularmente pela prefeitura de Olinda no terreno entre a Caixa d’Água e o antigo Palácio Arquiepiscopal, hoje Museu de Arte Sacra de Olinda (Informação No. 18/CR/03 - IPHAN 19a Sub-Regional/Olinda de 15/09/2003).



FIGURAS 13 E 14 Vista geral da Caixa d'Água após restauro e inserção dos novos volumes, distinguibilidade e valorização da leitura geral do “paralelogramo vertical que contrasta com a esplanada horizontal” (Marques; Naslavsky, 2012). Na figura 14, percebe-se a inserção do bloco de banheiros, solto, mas ao mesmo tempo dando continuidade ao volume da “esplanada horizontal”. Fonte: Natália Vieira (2016).

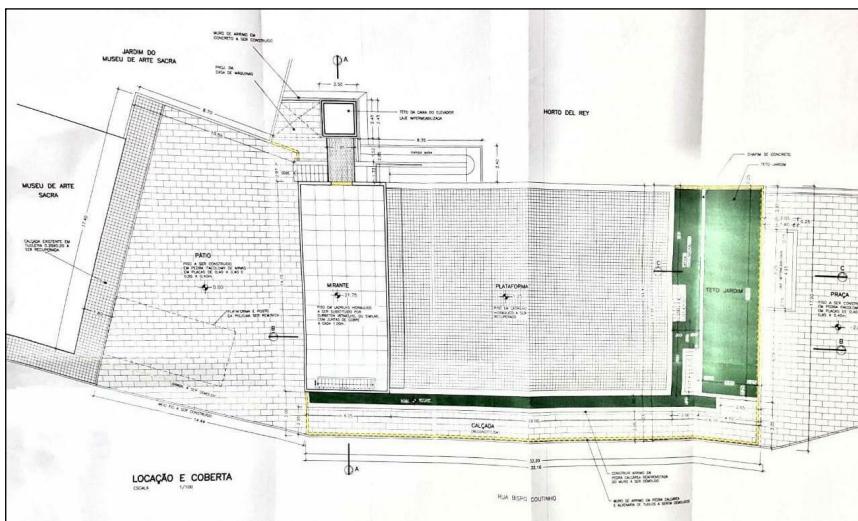


FIGURA 15 Planta de locação e coberta - projeto Grau Arquitetura aprovado em dezembro de 2003. Fonte: acervo do IPHAN-PE - Escritório de Olinda (19^a Sub-Regional).



FIGURAS 16 E 17 Elevador panorâmico da Caixa d'Água após a inserção da escada exigida por questões de segurança (incêndio). Fonte: Natália Vieira (2014); Natália Vieira (2016).

com apenas 0,65m. Essa decisão estava calcada no firme propósito de deixar a leitura do edifício prismático da Caixa d'Água o mais livre possível da interferência do novo volume que, no projeto original, apresentava apenas a passarela de conexão ao terraço (ver Figura 7).¹¹ Essa adequação ilustra as diversas variáveis que precisam ser levadas em conta no desenvolvimento de um projeto de restauro e intervenção. Os valores identificados são o ponto de partida, mas concessões precisam ser realizadas para a viabilidade geral do projeto sem perder de vista a sua essência.

O projeto em questão tem a grande qualidade de reinserir a Caixa d'Água na atual dinâmica do sítio histórico de Olinda, ressignificando-a e incorporando-a ao uso cotidiano, tornando-a muito mais do que um elemento de infraestrutura urbana (ver Figuras 18 e 19). Como vimos aqui, essa “atualização” é essencial para qualquer ação de preservação. No caso de um exemplar da arquitetura moderna, talvez esse aspecto seja ainda mais importante, tendo em que vista que, muitas vezes, o reconhecimento de seu valor patrimonial ainda permanece restrito aos meios técnicos e de especialistas da arquitetura e da preservação. Tal aspecto é ressaltado tanto por profissionais da preservação quanto por especialistas da arquitetura moderna.

O Conselho de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda (CPSHO), na reunião ordinária que aprova (com algumas ressalvas) o projeto de intervenção na Caixa d'Água de Olinda, reconhece:

[...] a importância da intervenção no edifício ora em análise, pelo seu valor como exemplar da arquitetura moderna e pela possibilidade de adaptação a novos usos que contribuem para a divulgação dos valores culturais do Patrimônio de Olinda, restaurando seu projeto original, através da demolição de intervenções irregulares, bem como retirando elementos estranhos a este projeto original. Ressaltamos que esse atual projeto, possibilita adaptação do prédio a uma utilização adicional do mesmo, contribuindo para divulgação dos valores culturais de Olinda.

¹¹ Não foram identificadas as pranchas de projeto com esta modificação. A informação aqui apresentada foi fornecida pelo próprio arquiteto Ronaldo L'Amour, à primeira autora desse artigo, por ocasião da visita técnica realizada, em dezembro de 2016, por um grupo de alunos do Mestrado Profissional em Arquitetura Projeto e Meio Ambiente da UFRN, sob coordenação dos professores José Clewton do Nascimento e Natália Vieira-de-Araújo e com a apresentação *in loco* do projeto por um de seus autores.

Por outro lado, o projeto vem equacionar problemas atuais existentes no Sítio Histórico, quais sejam a inexistência de equipamentos urbanos de apoio às atividades turísticas (Resolução No. 09/2003 de 05/08/2003-CPSHO).

Mais uma vez, Marques e Naslavsky (2012) reconhecem a importância da nova dinâmica de usos para a preservação e ressignificação deste patrimônio modernista:

A reforma recente da Caixa d'Água não previu espaços úteis no interior do edifício, nem em seu topo. No entanto, a intervenção ofereceu à comunidade a oportunidade de desfrutar da riqueza do plano aberto iluminado pela enorme cortina de renda de cobogó, como uma *fenêtre en longueur* na fachada livre aos moldes de Le Corbusier usados aqui em uma escala monumental. Além disso, a introdução de um elevador externo realmente conseguiu atrair mais visitantes que poderão desfrutar do terraço jardim e do belo belvedere (Marques; Naslavsky, 2012, p. 128).

Considerações finais

O exemplo de restauro e intervenção na Caixa d'Água de Olinda, exemplar modernista de destaque na produção recifense, reforça o nosso entendimento sobre a pertinência dos princípios do restauro crítico-criativo e de uma abordagem dialética como auxílio e ferramental importante para lidar com as demandas, muitas vezes conflitantes, no enfrentamento da conservação e atualização de uso para exemplares modernistas.

Apesar dos vários pontos de convergência entre a análise de Marques e Naslavsky (2012, p. 129) e a nossa, conforme pontuado ao longo do artigo, discordamos do “aparente paradoxo” sugerido pelas autoras em sua conclusão: “Se fizermos um balanço, os resultados das intervenções poderiam



FIGURAS 18 E 19 Caixa d'Água em plena utilização enquanto mirante e a possibilidade agregada de percurso por dentro da estrutura de concreto armado projetada por Joaquim Cardozo. Fonte: Natália Vieira (2014); Natália Vieira (2016).

conduzir-nos a um aparente paradoxo: quanto mais agressivas e inautênticas foram as intervenções, mais bem sucedidas elas foram. Seria isto verdade?" As autoras, entretanto, se perguntam sobre a validade dessa afirmação. Procurando contribuir com a reflexão, conforme já analisado, entendemos que o que pode parecer "agressivo" na verdade se configura uma saudável "abordagem dialética" entre novo e antigo (aqui considerando o edifício moderno como "o antigo") que preserva as características essenciais do edifício moderno sem perder de vista a produção contemporânea da arquitetura. Sobre o aspecto "inautêntico" do refazimento dos cobogós, entendemos que outras possibilidades podem ser consideradas, como foi demonstrado com o caso do Edifício Pirelli em Milão. Talvez nosso maior empecilho para o alcance de práticas que se caracterizem pelo respeito ao material autêntico sejam os custos necessários a uma operação que parte da sua recuperação. Além, é claro, da problemática do reconhecimento enquanto patrimônio, sempre presente quando falamos da produção modernista.

Os novos elementos inseridos, como o elevador panorâmico em estrutura metálica, bem como as escadas que dão acesso ao mirante e aos mezaninos, foram executados com vista a marcar sua contemporaneidade e dar condições de atualização do uso, trazendo-o para mais perto das pessoas. Vale ressaltar mais uma vez que essa distinção está subordinada à leitura das principais características do edifício moderno, sem nenhuma intenção de empalidecer a preexistência reconhecida como ponto de partida do projeto de intervenção. É importante ressaltar aqui as dificuldades de manutenção que já se fazem perceber

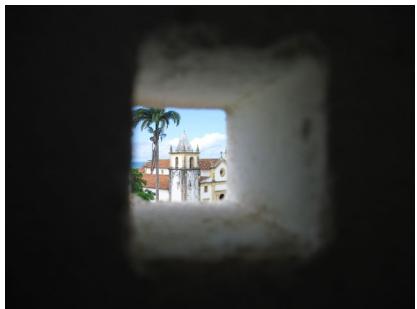
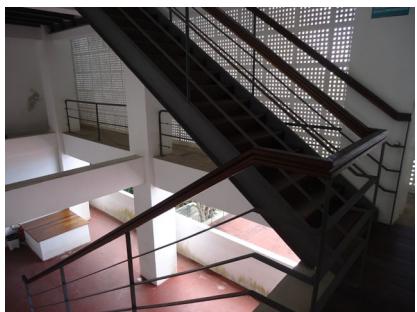


FIGURAS 20 E 21 Sinais de corrosão da estrutura metálica. Fonte: Natália Vieira (2014); Natália Vieira (2016).

na estrutura metálica depois de tão pouco tempo de construída (obra concluída em 2011 e com sinais de corrosão já em 2014).

Também é uma pena que se perceba que a escadaria interna que passou a permitir o contato de qualquer usuário com a grande estrutura de concreto armado encontre-se novamente totalmente fechada (desde a visita em 2018 até hoje) para o acesso público. Mesmo com a restrição de acessibilidade total aos mezaninos criados¹², devidamente justificadas pelos autores do projeto, se entendermos e reconhecermos a fruição desse grande vazio e estrutura como o valor principal da intervenção interna, a solução de promover a acessibilidade total até o primeiro pavimento garante tal fruição por todos, sem exceção (ver Figura 22). A última visita técnica que fizemos em que esse acesso ainda era permitido aconteceu em 2016. Na visita técnica realizada em 2018, ele não é mais possível, mas o mirante continuava sendo acessado pelo elevador. Na verdade, atualmente, em 2022, todo o mirante encontra-se fechado e mesmo o elevador está sem uso. Isso acontece porque a empresa que por licitação ganhou a possibilidade de administrar o espaço faliu e até agora não foi aberta uma nova licitação.¹³ Uma grande perda para a valorização e reconhecimento do prédio por todos enquanto patrimônio moderno.

FIGURAS 22 E 23 Uso interno. Primeiro pavimento para o qual o projeto propunha a inserção de plataforma de acessibilidade, dando a possibilidade de fruição do vazio interno a todos e exemplo de visão do sítio histórico através dos cobogós.
Fonte: Natália Vieira (2014).



¹² O projeto previa a utilização desses mezaninos como espaços expositivos, o que nunca chegou a se concretizar, entretanto, apenas a própria possibilidade de percorrer a estrutura interna já era um valor agregado pela intervenção que se perdeu com seu fechamento recente de acesso ao público.

¹³ Esse assunto foi discutido no grupo do Conselho de Preservação do Sítio Histórico de Olinda em novembro de 2022, levantando-se a necessidade de abertura de uma nova licitação para gestão do equipamento.

Por fim, gostaríamos de mais uma vez pontuar a recorrente visão entre os órgãos preservacionistas, voltada para o sítio histórico de Olinda e não necessariamente para os valores do edifício moderno. Essa limitação, em alguns momentos, gerou solicitações descabidas do ponto de vista da conservação do monumento moderno. Entretanto, é preciso destacar a clareza dos arquitetos responsáveis quanto aos valores do edifício moderno, o que nos possibilitou ter hoje um belo exemplo de restauro e intervenção que pode nos auxiliar a amadurecer ainda mais as reflexões voltadas para as especificidades de preservação da produção modernista.

Referências

- BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2004. (Coleção Artes & Ofícios, n. 5).
- BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. Tradução de Ana M. Goldeberger. 4. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.
- CARBONARA, Giovanni. *Il restauro fra conservazione e modificazione: principi e problemi attuali*. Napoli: artstudiopaparo, 2017.
- CARBONARA, Giovanni. *Architettura d'oggi e Restauro: un confronto antico-nuovo*. Torino: UTET Scienze Tecniche, 2013.
- CARBONARA, Giovanni. *Avvicinamento al restauro: teoria, storia, monumenti*. Napoli: Liguori, 1997.
- COMAS, Carlos Eduardo. Rio, Pernambuco, Rio Grande e Minas: Contextualismo e heteromorfismo na arquitetura moderna brasileira. In: I SEMINÁRIO DOCOMOMO NORTE/NORDESTE, 1., 2006, Recife. Anais [...]. Recife: UNICAP/UFPE, 2006.
- GOODWIN, Philip Lippincott. Brazil builds: architecture new and old, 1652-1942. Manhattan: MOMA, 1943. p. 158. Disponível em: https://www.moma.org/documents/moma_catalogue_2304_300061982.pdf?utm_medium=website&utm_source=archdaily.com.br. Acesso em: 14 dez. 2022.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos do restauro*. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Restauração hoje: método, projeto e criatividade. *Desígnio – Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo*, São Paulo, n. 6, p. 19-33. São Paulo, set. 2006.

L'AMOUR, Ronaldo; CAMPELO, Felipe. Projeto arquitetônico de restauração da Caixa D'água de Olinda. Recife: Grau Arquitetura, 2003.

MARQUES, Sonia; NASLAVSKY, Guilah. Open Plan: The unbearable lightness of cobogó. In: 12TH DOCOMOMO INTERNACIONAL CONFERENCE: THE SURVIVAL OF MODERN. THEMATIC SESSION: PRESERVING INFRAESTRUCTURE AND EQUIPMENT, 12., 2012, Finlândia. Anais [...]. Finlândia: Docomomo Internacional, 2012. p.123-130.

MARQUES, Sonia; NASLAVSKY, Guilah. Eu vi o modernismo nascer... foi no Recife. *Vitruvius*, São Paulo, abr. 2011. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.131/3826>. Acesso em: 10 maio 2016.

MARQUES, Sonia; NASLAVSKY, Guilah. La Réception du Modernisme à Recife. In : 7TH DOCOMOMO INTERNATIONAL CONFERENCE, 7.,2002, Paris. Anais [...]. Paris: DOCOMOMO International, set/2002.

SALVO, Simona. Arranha-céu Pirelli: crônica de uma restauração. *Desígnio – Revista de História da Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, n. 6, p. 69-86. São Paulo: Anna Blume Editora: FAU-USP, 2006.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda. O Novo e o Antigo: pluralidade de posturas e a importância do (re)conhecimento da área objeto de intervenção. Comunicação Especial. In: ENCONTRO INTERNACIONAL ARQUIMEMÓRIA 5 SOBRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO, 5., 2017, Salvador. Anais [...]. Salvador: IAB-BA e FAU-UFBA, 2017a.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda. Ressonâncias teóricas entre pesquisadores brasileiros e as correntes contemporâneas do restauro na Itália: e a prática? Simpósio Temático. In: ENCONTRO INTERNACIONAL ARQUIMEMÓRIA 5 SOBRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO, 5., 2017, Salvador. Anais [...]. Salvador: IAB-BA e FAU-UFBA, 2017b.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda. Posturas intervencionistas contemporâneas e a prática brasileira institucionalizada. In: III ENANPARQ ARQUITETURA, CIDADE E PROJETO: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA, 3., 2014, Campinas. Anais [...]. Campinas: Universidade Presbiteriana Mackenzie e Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2014.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda; DANTAS, George F. Conservacionistas, modernistas e sociedade: acordos necessários à efetiva conservação do patrimônio moderno. In: II ENANPARQ - TEORIAS E PRÁTICAS NA ARQUITETURA E NA CIDADE CONTEMPORÂNEAS, 2., 2012, Natal. Anais [...]. Natal: Editora da UFRN, 2012.

Documentos consultados no Arquivo do IPHAN-PE (Escritório de Olinda)

CT/COMPESA DP NO. 773/2003 de 30/10/2003.

CT/COMPESA DP NO. 881/2003 de 26 de dezembro de 2003.

Informação NO. 18/CR/03 - IPHAN 19a Sub-Regional/Olinda de 15/09/2003.

Ofício NO. 424/2003/5a.SR/IPHAN/MinC de 30/10/2003.

Ofício N. 444/2003/5a. SR/IPHAN/MinC de 11/11/2003.

Ofício da 5^a SR/IPHAN/MINC de n. 497/2003 de 15/12/2003.

Protocolo/5a SR IPHAN/Registro NO. 1151/2003 de 05/12/2003.

Resolução NO. 09/2003 – CPSHO de 05/08/2003.

CAPÍTULO 13

Apagando testemunhos

O desafio da preservação dos blocos residenciais modernos do plano piloto de Brasília

Flaviana Barreto Lira

Ana Clara Giannecchini

Manuella de Carvalho Coelho

Mariana Leite Melo e Silva

Introdução

Brasília é fruto da aplicação mais significativa em todo o mundo dos princípios do Movimento Moderno na Arquitetura e Urbanismo. Capital do Brasil, a cidade é a síntese e o marco de um momento histórico, relacionado à construção de uma cidade capital e monumento no interior do país.

O valor do seu conjunto urbanístico foi, em diferentes momentos, reconhecido como patrimônio e isso se encontra materializado nos diferentes níveis de proteção que incidem sobre o Plano Piloto: no nível distrital, por meio do Decreto nº 10.829 de 14/10/1987, no federal com a Portaria nº 314 do SPHAN de 08/10/1992 e no global, sendo reconhecido como patrimônio da humanidade pela UNESCO (Inscrição nº 445 de 07/12/1987).

Como não poderia deixar de ser, a gestão urbana do Conjunto Urbanístico de Brasília é complexa e envolve articulações institucionais entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Governo do Distrito Federal (GDF). A UNESCO, por meio de seus ciclos de Relatório Periódicos (*periodic reports*), monitora periodicamente a conservação e gestão do conjunto, tecendo críticas e sugerindo recomendações aos órgãos gestores locais.

A Portaria nº 315/1992 do IPHAN e o Decreto nº 10.829 de 14/10/1987 do GDF, que possuem redação idêntica, são as principais normas que ditam as balizas de conservação e o fazem a partir da definição de regras para preservação das características essenciais das chamadas escalas urbanísticas (monumental, residencial, gegária e bucólica) que compõem o Plano Piloto. São orientações gerais que visam à preservação do caráter urbanístico do conjunto, baseadas na definição de taxas de ocupação, número máximo de pavimentos, taxa de áreas verdes, entre outros.

Além da proteção do Conjunto Urbanístico de Brasília, muitos edifícios, a exemplo dos palácios (Alvorada, do Planalto, Itamaraty, da Justiça) possuem tombamentos individualizados que visam a garantir a preservação de suas características formais e compostivas. Tal nível de proteção, todavia, não se estende aos blocos residenciais que compõem a escala residencial do Plano Piloto, ainda que entre esses haja exemplares excepcionais, a exemplo daqueles projetados pelo arquiteto Oscar Niemeyer para a superquadra sul 107. É nesse ponto que se situa a problemática a ser discutida neste artigo.

O fato de o tombamento de Brasília ser de natureza urbanística torna possível a realização de intervenções nos blocos residenciais do Plano Piloto sem compromisso com a conservação de suas características originais, pois os parâmetros legais exigem exclusivamente que seja mantida a volumetria original e que se respeitem as taxas definidas para ocupação dos pilotis e do subsolo.

Face ao processo de descaracterização dos blocos residenciais e, principalmente, reconhecendo o valor arquitetônico, urbanístico e paisagístico a ser preservado, no ano de 2009, o GDF tombou a Unidade de Vizinhança formada pelas superquadras sul 107, 108, 307 e 308. Reconhecida como unidade de vizinhança modelo, por se manter mais próxima à concepção de viver e de morar proposta pelo arquiteto e urbanista Lucio Costa para Brasília, o conjunto de quatro superquadras, incluindo os blocos residenciais, seus espaços livres, edifícios públicos e comércio local foi tombado individualmente por meio do Decreto nº 30.303/2009. No ano de 2009, a referida UV foi também inventariada pela Superintendência do IPHAN

no Distrito Federal, a partir da aplicação da metodologia do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão para bens imóveis.

O reconhecimento da relevância histórica dessa unidade como conceito habitacional e de edificações pioneiras, todavia, não tem sido suficiente para garantir a preservação de suas características, que a afiliam a um momento da arquitetura e urbanismo modernos. Com aproximadamente sessenta anos de construção, grande parte dos blocos residenciais constituintes da UV apresenta sinais de desgaste, envelhecimento e obsolescência. Os condomínios vêm empreendendo intervenções que produzem perda significativa de sua linguagem arquitetônica original, com o objetivo de “atualizar” a aparência e o desempenho das instalações, desconsiderando-se, em grande parte das vezes, o fato de estarem lidando com exemplares da arquitetura moderna. Assim, os blocos vêm progressivamente perdendo suas características originais.

Alterações nos materiais de revestimento das fachadas e do piso e pilares de seus pilotis, modificações na composição dos brises, com o fechamento com grades ou mesmo com alvenaria sem qualquer padronização, a colocação de grades de proteção e toldos nos vãos das esquadrias e a limitação de utilização pública dos pilotis por meio da instalação de cancelas e grades para controlar o acesso a estacionamentos localizados em área pública são algumas das intervenções que vêm sendo realizadas nesses blocos e que põem em risco sua originalidade. Além disso, ameaçam um dos princípios centrais do plano de Lucio Costa para superquadra, os pilotis livres.

Uma das consequências dessas seguidas obras de “renovação” nos blocos residenciais da UV foi a condução de ações de embargo no ano de 2011 por parte da Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. A motivação dos embargos deveu-se à ausência de aprovação dos projetos no órgão federal de preservação. Uma dessas obras, entretanto, havia sido aprovada pelo Governo do Distrito Federal, mas suas análises se limitavam principalmente às alterações de área construída no nível dos pilotis.

Em resposta a essa problemática, foi instituído no ano de 2012 pela Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Brasília (IPHAN/DF) um grupo de trabalho (GT)

interinstitucional com o objetivo de promover a articulação dos diversos atores na definição e na realização de atividades de valorização desse conjunto. Entre tais atividades, constavam a elaboração de cartilhas temáticas, a funcionar como um manual prático com orientações para intervenção em cada superquadra, incluindo (i) seus edifícios residenciais, (ii) seus edifícios educacionais e institucionais, (iii) seus espaços livres públicos e o (iv) do comércio das entrequadras da uv. O GT foi descontinuado e no ano de 2015 o IPHAN/DF publicou uma cartilha intitulada “Superquadra de Brasília: preservando um lugar de viver”, cujo objetivo era “estimular o sentimento de cidadania e sensibilizar o cidadão sobre sua responsabilidade com a preservação do patrimônio cultural e urbanístico da cidade” (Reis, 2015, p. 11). Com caráter mais amplo e histórico, essa publicação não possui relação com os estudos elaborados pelo GT interinstitucional, cujo objetivo era não só o educativo, mas principalmente a construção de diretrizes e recomendações de intervenção.

Diante desse contexto, o estudo e a valorização dos blocos residenciais dessa UV apresentam-se especialmente necessários. Esse argumento torna-se particularmente relevante quando se considera que a natureza urbanística dos tombamentos de Brasília torna possível a realização de intervenções nos demais blocos residenciais do Plano Piloto sem compromisso com a conservação de suas características originais.

Em face do exposto, este artigo tem por objetivo geral apresentar os desafios que se impõem atualmente à conservação dos blocos residenciais do Plano Piloto, em especial os blocos que compõem a uv modelada constituída pelas superquadras sul 107, 108, 307 e 308, bem como apresentar e discutir as recomendações de conservação que foram elaboradas no contexto do GT, mas não publicadas pelos organismos envolvidos. Para atendê-lo, os seguintes objetivos específicos devem ser atendidos: contextualizar a problemática da conservação da arquitetura moderna, em especial a da arquitetura residencial multifamiliar; analisar, por meio de pequenos estudos de caso de intervenções nos blocos residenciais do Plano Piloto, em que medida a linguagem arquitetônica moderna está sendo

preservada ou apagada; discorrer sobre o processo de proposição e os resultados preliminares da construção das recomendações de conservação para os blocos da UV propostas pelo GT de 2012.

Desafios da conservação da arquitetura moderna

Segundo Jukka Jokilehto (2003), a arquitetura da modernidade não configura um estilo, mas uma abordagem cultural que penetrou todas as regiões do mundo e se expressou por meio de uma variedade de formas. É essa pluralidade de expressões que representa nosso patrimônio recente. Discutir o tema da arquitetura moderna hoje, e os desafios impostos à sua conservação, demanda um entendimento, ainda que preliminar, do contexto de seu advento e de sua consolidação no mundo.

A arquitetura moderna foi se firmando em uma sociedade que começava a se familiarizar com as inovações técnicas advindas da Revolução Industrial, com a introdução de novos materiais e de novos modos de produção. Ainda na segunda metade do século XIX, a vida urbana foi apresentada à energia elétrica e às suas formas de distribuição e de aplicação.

As inovações tecnológicas trouxeram consigo uma nova visão sobre os métodos construtivos, introduzindo o aço e o concreto como elementos estruturais nas construções. Junto aos novos materiais que possibilitavam novos arranjos estruturais e construtivos, vieram as mudanças na infraestrutura das cidades, com a melhoria nas redes de saneamento e de abastecimento.

Foi no bojo dessas grandes inovações possibilitadas pela industrialização que a arquitetura moderna foi se firmando e sendo produzida. E é também nesse aspecto, que resultou numa produção arquitônica diversa, inovadora e experimental, que se encontra grande parte dos desafios de conservação da arquitetura moderna hoje.

Susan MacDonald (2009) aponta um aparente paradoxo entre o que foi a arquitetura moderna enquanto construção intelectual e sua materialização na realidade. Segundo a autora, no âmbito das ideias, baseou-se em nova visão da abstração artística, uma nova compreensão das qualidades espaciais, utilizou novas tecnologias,

inovações estruturais e novos materiais. A produção em massa e a pré-fabricação deveriam fornecer a infraestrutura de uma nova sociedade, elevar os níveis de higiene, comodidade e padrões de vida. A arquitetura foi considerada uma ferramenta poderosa na reforma social. O canteiro de obras, a sua vez, era, na maioria das vezes, afetado pela desqualificação da indústria da construção e pela necessidade de economia, resultando em mão de obra deficiente e resultados de baixa qualidade correspondentes.

A mesma autora, em seu artigo “20th Century Heritage: recognition, protection and practical challenges” (MacDonald, 2003), ao buscar clarear as dificuldades impostas pela arquitetura moderna à sua conservação, identifica sete aspectos: (i) projeto e funcionalismo; (ii) tempo de vida das construções; (iii) materiais; (iv) detalhamento; (v) manutenção; (vi) pátina do tempo; (vii) reconhecimento do valor da arquitetura moderna.

Em relação ao projeto da arquitetura moderna, remete-se às plantas livres, que permitem variados usos ao espaço criado. Questiona-se, então, de que forma pode-se adaptar prédios para novos usos e novos sistemas de uso de energia. É recorrente a preocupação com a sustentabilidade, pois trata-se de uma necessidade diante dos grandes gastos com energia.

Em face disso, serão necessárias alternativas que compatibilizem os usos das transparências de prédios modernos, por exemplo, com as inovações em vidro, que permitem uma otimização do uso da energia. Muitas vezes, o aspecto original das construções se perde com a substituição de vidros ou incorporação de novos elementos que tratam do sistema de ganho e perda de energia dentro do espaço útil dos prédios. Parafraseando John Allan (2007), cada caso precisará encontrar seu “ponto de equilíbrio” entre perdas e ganhos:

Mudanças sensíveis que mantenham os recursos significantes e prevejam mudanças futuras, em razão da funcionalidade está em constante modificação no tempo, afastará a obsolescência ao mesmo tempo em que se atenderá aos objetivos da preservação (Prudon, 2008, p. 34).

Outro aspecto que se relaciona ao projeto de edifícios modernos diz respeito à especificidade funcional de muitos tipos construtivos, que os tornam mais difíceis de adaptar e mais rapidamente

obsoletos, como nos informa Prudon (2008). Sobre esse ponto, MacDonald (2009) é categórica ao defender que lugares que estão socialmente, tecnicamente ou funcionalmente ultrapassados de outras épocas enfrentam os mesmos problemas que os modernos. Prisões dos séculos XVIII e XIX, manicômios e locais industriais, à sua época social e arquitetonicamente progressistas, podem agora ser redundantes e difíceis de adaptar sem grandes intervenções.

O uso de novos materiais ou mesmo dos tradicionais aplicados de formas inovadoras, bem como a forma como muitos edifícios foram projetados, muitas vezes sem atenção aos detalhes construtivos, são características do movimento moderno. Além disso, na era fiscalmente austera do pós-guerra, os arquitetos tinham orçamentos muito limitados e a escassez de aço, madeira e outros materiais significava que, em alguns casos, a qualidade do edifício era comprometida. Como decorrência, MacDonald (2009) aponta que muitos edifícios do século XX não resistiram bem ao teste do tempo e sua incapacidade de envelhecer graciosamente desafiou princípios de conservação como “a mínima intervenção” e a “reversibilidade”.

O uso de pré-fabricados é outro fator que dificulta os meios como serão feitos os programas de conservação de um prédio. Muitas vezes, esses sistemas estruturais estão obsoletos e não contam com peças que possam substituir aquelas com irregularidades. Como afirma MacDonald (2003), o que deveria ser um sistema utilizado para trazer economia à obra acaba trazendo mais custos com a necessidade de personalizar a produção das peças em falta. Existem ainda construções que utilizaram materiais que hoje se sabe que são prejudiciais à saúde. A substituição necessária desses elementos influencia a autenticidade desses prédios, o que se torna um problema de conservação patrimonial.

Alguns autores apontam, portanto, que as construções modernas sofrem de uma dupla obsolescência precoce, a funcional e a material. Generalizações e crenças muito categóricas nesse sentido acabam por se chocar com evidências de que alguns arquitetos valorizaram muito a criação de edifícios duradouros e bem construídos, com grande atenção ao seu desempenho a longo prazo, como nos lembrou MacDonald (2009).

Outra particularidade apontada acerca dos prédios modernistas está relacionada ao fato de que, muitas vezes, suas marcas do tempo e do uso diário, manifestadas na forma da pátina, não serem vistas como algo positivo e com potencial valor. Para Prudon (2008), em certos edifícios, a pátina e as marcas do tempo podem “corromper” a intenção projetual original, enquanto em outros, pode ser bem aceita. Em alguns materiais, igualmente, a pátina é mais aceitável que em outros. Para qualquer dos casos, ações contínuas de manutenção são recomendadas.

A última particularidade referente à conservação da arquitetura moderna apontada por MacDonald (2003) diz respeito aos desafios de reconhecimento e valorização dos bens desse período. Andrew Saint (1996) entende que as obras do século XX ainda não têm o apelo emocional de obras de outros momentos, uma vez que não houve tempo suficiente para tanto:

Mesmo que necessitemos ser filósofos, só teremos sucesso em garantir um futuro para o patrimônio arquitetônico moderno quando puderemos ter certeza de que não apenas seus edifícios nos movem, mas que os outros também possam ser movidos por eles (Saint, 1996, p. 28).

Reconhecer a significância cultural de edifícios do movimento moderno é o maior desafio à sua conservação. A ausência de consciência patrimonial está relacionada tanto à falta de conhecimento sobre os significados históricos e artísticos dos bens, como à inexistência de um sentimento de identificação e pertencimento das pessoas para com eles. É necessário conscientizar a comunidade por meio de programas de educação e de divulgação de suas características e de seus significados, e para tanto o especialista tem papel central. Apenas por meio dessa mobilização é possível alcançar o apoio político necessário para se proceder à sua conservação.

Quando essa problemática é rebatida nos edifícios residenciais multifamiliares, objeto deste artigo, a questão assume ainda outras particularidades. Nesse caso, o regime condominial domina as ações a serem tomadas para reformas e reparos da edificação. Amorim (2012), em seu artigo “Das (im)possibilidades da conservação de edificações em regime condominial”, apresenta os desafios da conservação dos edifícios verticais de interesse patrimonial em duas

esferas, uma das propriedades intrínsecas ao objeto arquitetônico e outra das propriedades extrínsecas.

Do ponto de vista das propriedades próprias à arquitetura, tem-se a discussão do envelhecimento dos sistemas internos de infraestrutura e estruturais de forma precoce, assim como destacamento de elementos das fachadas como revestimentos e outros substratos. Com um ciclo de vida que apresenta aos olhos marcas do tempo rapidamente, surge a necessidade de projetos de reforma, que extrapolam as capacidades de manutenção dos preceitos da arquitetura moderna. Aparecem, então, as dificuldades diante das propriedades extrínsecas, que fogem da arquitetura e partem para o lado mais prático de um prédio com regime de condomínio que conta com a participação de usuários com diferentes intenções quanto ao espaço comum.

A necessidade de preservação e conservação das obras modernas é indiscutível. É necessária a aproximação da sociedade com o produto da discussão. O prédio moderno é um elemento do cotidiano do ser humano que se aproxima muito de sua realidade, de seu mundo contemporâneo e, por isso, surge a urgência de alertar a importância da conservação da arquitetura moderna para que ela mantenha seus padrões de vanguarda, seus ideais de racionalismo e funcionalismo:

Mas, depois de todos os argumentos éticos e técnicos, certamente há uma outra recompensa a ser ganha com a conservação da arquitetura moderna. Tem a ver com redescobrir seu sentido original de otimismo - sua expressão de uma crença na possibilidade de progresso e melhoria humana. O velho modernismo foi visto por muito tempo como a expressão de esperança falha, na qual as falhas adquiriram mais proeminência do que a esperança. Mas quando os cépticos olham de novo para o que é bem conservado - isto é, "bem adaptado" - o Modernismo é capaz de se transformar e até mesmo eles podem começar a apreciá-lo (Allan, 2007, p. 44, tradução nossa).

Considerando essa problemática inicial sobre a arquitetura moderna e os desafios que sua conservação impõe, parte-se para a seção seguinte, quando serão apresentados pequenos estudos de casos de como os blocos residenciais do Plano Piloto de Brasília vêm progressivamente perdendo suas características compostivas modernas em decorrência de alterações sucessivas conduzidas pelos condomínios.

Os blocos residenciais do plano piloto de Brasília: apagando testemunhos

Para falar dos blocos residenciais das superquadras de Brasília, é necessário discorrer brevemente sobre os cinco pontos da arquitetura moderna de Le Corbusier, neles parcialmente presentes. Os pilotis elevados sobre o chão dão ao pedestre o poder de passear por entre os edifícios e fazer seu próprio caminho. Os moradores das superquadras são donos de um espaço aéreo e não da terra, são as chamadas projeções, que substituem o lote da cidade tradicional. O andar térreo é ambiente compartilhado entre os moradores, os visitantes e aqueles que estão apenas de passagem.

A planta livre, ponto que não é comum a todos os blocos residenciais das superquadras, é assim chamada por não ser necessário no projeto do edifício que a planta dos ambientes de um andar coincida com aquela do andar logo acima ou abaixo. As paredes divisorias dos espaços são independentes, não têm vínculo estrutural com os pilares e vigas, a alvenaria se torna apenas elemento de vedação.

Como consequência da quebra do vínculo entre paredes e estrutura, a fachada pode também ser livre, os pilares podem ficar recuados para o interior do edifício, podendo não aparecer nas fachadas. Pode-se, assim, estabelecer os mais variados ritmos nesse plano sem que os elementos estruturais participem.

A fachada livre nos permite, então, chegar ao quarto ponto, janelas em fita, isso porque as dimensões da abertura para a janela podem ser aumentadas sem trazer implicações à estrutura do edifício. Com isso, os apartamentos ficam mais arejados e com aspecto de assepsia, característica importante para o movimento moderno, que queria fugir da sensação de caos que a rua representava e dar à cidade e às casas maior salubridade.

A fachada livre e a janela em fita estão presentes em muito blocos residenciais brasilienses, nas asas sul e norte, por meio de um tipo particular de cortina de vidro na qual parte inferior ou peitoril da esquadria é pintada de uma cor específica, a exemplo do que se vê na superquadra sul 308 (ver Figura 1).

As coberturas dos blocos representam o último ponto de Corbusier, o terraço-jardim. Esse seria um espaço de lazer e contato com o verde.



FIGURA 1 Montagem com fachadas livres na SQS 308, Brasília, DF. Fonte: Flaviana Lira (2022).

Em Brasília, nem todos os blocos seguem esse ponto, alguns as utilizam para lazer, mas nem sempre incorporam o elemento verde como integrante ao ambiente.

Com a cidade tendo completado sessenta anos de construção, muitos dos blocos residenciais das superquadras de Brasília apresentam hoje um estado de conservação que necessita de intervenção e de reformas. Alguns dos projetos que contemplam essas demandas estão no sentido de troca dos materiais de revestimento das fachadas e dos pilotis, pois estão desgastados e envelhecidos; passaram por alterações nas instalações prediais visando a melhor desempenho ou pela instalação de toldos e fechamento de brises para atender questões de conforto ambiental e de higiene e, ainda, por “revitalizações” de fachada com o objetivo de atualizar a sua aparência. Muitas dessas intervenções, porém, vêm sendo feitas de maneira a não se preservar o projeto original do edifício, o que pode ter como motivador a inexistência de parâmetros legais e/ou recomendações de órgãos capacitados para tal.

Como já disposto, a proteção patrimonial de Brasília se dá em três níveis: no distrital com o Decreto nº 10829 de 14/10/1987, no federal com a Portaria nº 314 do SPHAN de 08/10/1992 e no internacional com a inscrição nº 445 de 07/12/1987 na UNESCO, sendo reconhecida como patrimônio mundial. Nessas regulamentações encontram-se

indicações do que é possível ser feito na cidade, usando-se de parâmetros como taxa de ocupação e número máximo de pavimentos. Os valores atribuídos nos três níveis de proteção foram exclusivamente de natureza urbanística quando se tratou das superquadras. Nesse sentido, a arquitetura dos blocos nunca foi valorada. A proteção institucional de edifícios individuais voltou-se àqueles excepcionais, como os palácios do Itamaraty e da Alvorada.

Os blocos residenciais das superquadras do Plano Piloto, no entanto, não possuem mecanismos de proteção próprios. A legislação existente trata esses edifícios apenas atentando para a manutenção da volumetria e porcentagem de ocupação dos pilotis e do subsolo. Sendo assim, as mais diversas intervenções arquitetônicas podem ser realizadas pelos condomínios sem que eles sofram penalidades legais, ainda que impliquem perda da linguagem arquitetônica moderna.

A superquadra norte 302 (SQN 302) passou há aproximadamente 10 anos por uma grande reforma em todos os seus blocos. Por ter seus prédios destinados aos parlamentares da Câmara dos Deputados, a SQN 302 é conhecida como “a quadra da Câmara”. Os blocos originais apresentavam fachada principal em pano de vidro e esquadria metálica, fachada de serviço em cobogós e empenas cegas revestidas de pastilhas nas cores bege e marrom-claro assentadas de maneira aleatória sem criar nenhuma espécie de desenho. A autoria do projeto original era de Eduardo Villemor Amaral Negri.

Com a total reformulação dos edifícios, as fachadas tiveram seus revestimentos completamente alterados. Os cobogós foram retirados e agora esquadrias de alumínio juntamente com pastilhas esmaltadas revestem a fachada posterior. Nessas, não apenas o revestimento sofreu modificação, mas também sua identidade não foi preservada na medida em que, originariamente, os cobogós fechavam inteiramente o plano da fachada e o ritmo era ditado apenas pela alternância entre os painéis de cobogó e as caixas de escada externas ao bloco (Figuras 2 e 3). Um peitoril de alvenaria foi construído na fachada frontal, eliminando parte do pano de vidro característico do projeto original. Nesse caso, ao menos as cores do peitoril permaneceram semelhantes (Figuras 4 e 5). A dualidade frente-fundo, que um dia fora exigida pelo código de obras, passa a quase não existir mais.



FIGURAS 2 E 3 Fachada posterior do bloco E da SQN 302 prestes a ser reformado e fachada posterior do bloco H da SQN 302 depois de reformado. Fonte: Flaviana Lira (2012).

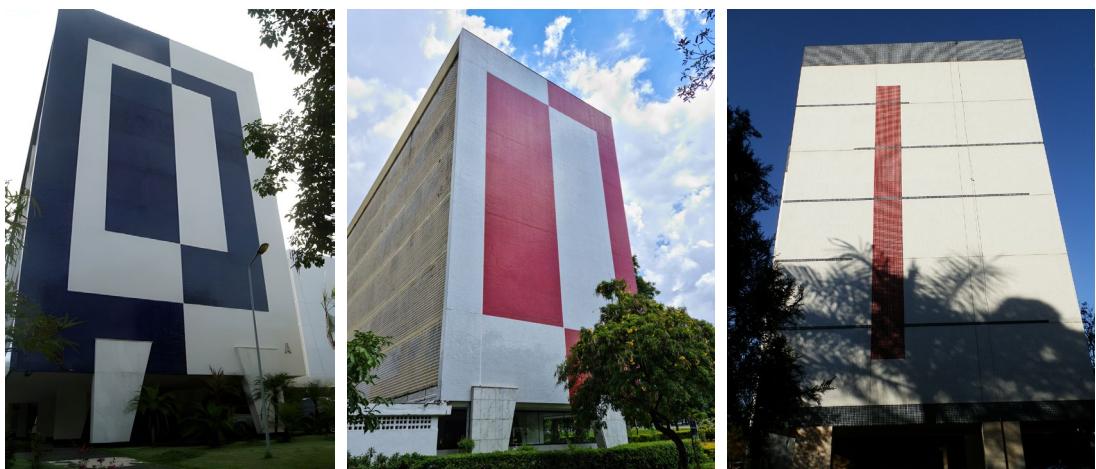


FIGURAS 4 E 5 Fachada frontal do bloco E da SQN 302 prestes a ser reformado e fachada frontal do bloco B da SQN 302 depois de reformado. Fonte: Flaviana Lira (2012).

As empenas também sofreram alterações. Antes as pastilhas faziam um jogo na leitura cromática, ao olhar de longe percebíamos uma única cor, bege, mas de perto vemos que as cores colocadas de maneira aleatória brincavam com nossos olhos, era uma imagem em pixels. No projeto novo, essa empesa ganha uma cor mais clara, causando ofuscamento pela luz do sol.

Esse tipo de intervenção na empesa cega é muito comum. Feita apenas com um cunho estético, não está em desacordo com nenhuma normativa vigente, já que não altera a volumetria do prédio. Exemplos abaixo mostram intervenções comuns a muitos blocos residenciais das asas sul e norte do Plano Piloto, com verdadeiros mosaicos cerâmicos recobrindo as empenas laterais, originalmente monocromáticas (Figuras 6, 7 e 8).

FIGURAS 6, 7 E 8 Empena lateral cega do bloco A da sqs 208, empena lateral cega do bloco K da sqs 208 e empena lateral cega do bloco I da sqs 307. Fonte: Flaviana Lira (2022).



Como se observa nesses exemplos, alterar o revestimento, mudando profundamente o esquema de cores das empenas e fazendo delas painéis para instalação de grafismos, interfere não apenas na preservação do próprio bloco, mas também na unidade de toda a superquadra, na relação de um edifício com o outro e na relação do edifício com a rua.

O bloco B da SQS 107, localizado na Unidade de Vizinhança modelo, apresenta outra descaracterização recorrente nos prédios residenciais das superquadras: o fechamento de brises. Assim como mais quatro blocos na SQS 107 e mais um na SQS 106, o projeto AFB-2 de autoria de Oscar Niemeyer vem sendo alterado no sentido do fechamento da abertura acima das janelas resultante da presença de brises horizontais e verticais (Figura 9). O fechamento acontece com grades ou até mesmo com alvenaria. O argumento dos condomínios para tal intervenção geralmente se dá pelo incômodo causado pelo acúmulo de sujeira em razão da dificuldade de limpeza, pela entrada de insetos e pela permanência de pombos que ali constroem seus ninhos.

Mais uma vez a fachada é prejudicada; quando há preenchimento de alvenaria (Figura 10), a relação de cheios e vazios é alterada e o desempenho bioclimático dos apartamentos é reduzido, por diminuir a área para entrada de luz e circulação de ar; quando o fechamento é feito por grades (Figura 11), o problema é a não padronização, que interfere na unidade plástica da fachada, além de ser um elemento novo acrescido ao projeto original. Em muitos outros blocos, as grades aparecem também fechando as aberturas das janelas.

FIGURAS 9 E 10 Projeto AFB-2 ainda com os *brises* abertos, da SQS 108; projeto AFB-2 com fechamento dos *brises* em alvenaria, da SQS 108. Fonte: Flaviana Lira (2013, 2021).





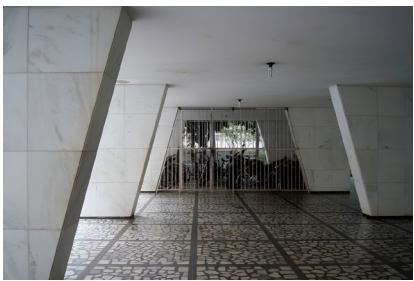
FIGURAS 11 E 12 Projeto AFA-2 com fechamento dos brises e das janelas em grades, bloco A da sqs 107; toldos desarmonizados na fachada do bloco G da sqs 208. Fonte: Flaviana Lira (2021).

Além das grades, existe a ocorrência de toldos nas janelas. Eles interferem na leitura da fachada, bem como desarmonizam a unidade estética, já que na maioria das vezes são instalados pelo próprio morador, sem nenhum tipo de padronização. Essa descaracterização é bem percebida no bloco G da sqs 208 (Figura 12).



FIGURAS 13 E 14 Materiais de revestimento nos pilotis alterados, bloco F da sqs 308; pilotis originais preservados com marcopiso preto, pilares com pastilha branca e base preta e guarita em madeira, sqs 308. Fonte: Flaviana Lira (2013).

Nos pilotis as descaracterizações podem ser divididas em: modificação dos revestimentos e arranjo dos elementos construídos. Na alteração dos revestimentos, o que mais ocorre é uma “aplicação nem sempre ponderada e circunspecta, de materiais considerados nobres, como mármores,



FIGURAS 15 E 16 Salão de festas no pavimento térreo bloqueando passeio e visual de pedestres, bloco C da SQS 107; bicicleário no pavimento térreo interferindo na permeabilidade dos pedestres, bloco A da SQS 108. Fonte: Flaviana Lira (2013).

granitos, cerâmicas esmaltadas, vidros temperados, etc." (Ficher et al., 2009, p. 261). O bloco F da SQS 308 passou por uma reforma de pilotis que alterou os revestimentos originais: o piso passou de preto fosco para mármore preto brilhante, assim como os pilares passaram de pastilha branca fosca para a branca brilhante (Figura 13).

Na direção do rearranjo dos elementos construídos, o bloco B da SQS 107 apresenta hoje um salão de festas no térreo que não existia no projeto original. Sendo fechado em vidro com aplicação de serigrafia, a caixa funciona como uma barreira visual e obstáculo para pedestres, indo de encontro ao preceito dos pilotis livres, central ao projeto de Lucio Costa para Brasília (Figura 15). Dentro do programa de atividades permitida no térreo, ainda há bicicleário (Figura 16), apartamento para zelador, dependência para funcionário, depósito de lixo etc. Apesar de responderem a demandas contemporâneas de uso e segurança, a depender da forma como forem executadas, tais adaptações e renovações podem interferir na preservação dos blocos.

Alguns blocos são mais ousados ao apresentarem lajes para fora da área da projeção e utilizarem esse espaço juntamente com os pilotis, ou parte dele, para uso de garagem para os moradores. É o

FIGURA 17 Garagem privativa aos moradores fora da projeção em bloco da Asa Sul. Foto: Flaviana Lira (2013).



caso de muitos edifícios da SQS 208 e do bloco J da SQS 107 (Figura 17). Por não disporem de um nível no subsolo para uso de garagem privativa, muitos condomínios tentam solucionar tal problema reservando áreas que deveriam ser de uso público para uso privado. Arquitetonicamente essa é uma solução que contribui para reduzir a acessibilidade do pedestre dentro da superquadra, alterando radicalmente a intenção original.

Como se pode observar, muitas são as descaracterizações que ocorrem nos blocos residenciais e, é importante ressaltar, outras tantas não foram descritas neste artigo. O desafio de conservar a linguagem arquitetônica moderna desses edifícios não é fácil e, possivelmente, não será alcançado em grande parte desses exemplares. Como já exposto, a natureza do tombamento do Plano Piloto de Brasília, assim como a necessidade de adaptar a estrutura desses edifícios às demandas da vida contemporânea, constituem desafios reais.

Nesse contexto, o estudo e a valorização dos blocos residenciais da UV constituída pela SQS 107, 108, 307 e 308, tombada em nível distrital, tornam-se especialmente necessários. Na seção seguinte será discutido o processo de construção de uma proposta de diretrizes de conservação para os blocos residenciais da UV em questão.

A construção das recomendações de conservação para os blocos residenciais

A construção das recomendações de conservação para os blocos residenciais da Unidade de Conservação impôs um desafio teórico e metodológico inicial ao Grupo de Trabalho interinstitucional criado pelo IPHAN em 2012: seria a teoria que fundamenta a conservação do patrimônio de períodos anteriores aplicável às obras da Arquitetura Moderna no plano piloto?

Partiu-se da premissa que sim, mas que essa não seria uma aplicação direta, uma vez que os edifícios modernos rompem a lógica projetual e construtiva tradicional, ao introduzir novas concepções arquitetônicas, novos materiais, novas tecnologias e novas estruturas (Lira, 2010a).

Assim, esses edifícios impõem, de acordo com a Teoria da Restauração de Cesare Brandi (2004), publicada pela primeira vez em

1963, duas instâncias que precisam ser consideradas ao se discutir medidas de preservação: uma estética, por meio da qual é obra de arte, e uma histórica, pois foi realizada pelo homem em certo tempo e em certo lugar. Além dessas, enquanto obras de arquitetura, os edifícios impõem também a instância utilitária, uma vez que “o fim principal dos artefatos arquitetônicos e urbanísticos é fornecer abrigo ao homem na realização das diversas atividades necessárias à sua vida em sociedade” (Lira, 2010b, p. 167).

Com relação à instância estética, o que se objetivou preservar no tempo foram as características compositivas que revelam a linguagem moderna desses edifícios: a horizontalidade da composição, o tratamento em planos, a sobriedade na utilização de cores e materiais, os brises e cobogós como elementos para promover o conforto térmico e luminoso e os pilotis livres. A instância histórica impunha a manutenção, tanto quanto possível, do valor historiográfico dos materiais construtivos, como também a manutenção da linguagem arquitetônica moderna (nesse ponto se aproxima da estética). A utilitária demandava a compatibilização dos interesses de preservação do patrimônio com a necessidade de atualizar tanto as instalações prediais existentes, como o programa das áreas comuns dos blocos (construção de guarita, salão de festa, bicicletário e zeladoria).

A construção das diretrizes foi balizada, portanto, por essas três instâncias, visando a uma relação de equilíbrio entre elas. O GT buscou também não perder de vista dois aspectos relevantes sobre os blocos residenciais: ainda que alguns deles tenham valor arquitetônico mais expressivo, não se trata de edificações excepcionais, como são os palácios localizados no Eixo Monumental, por exemplo; a permanência do uso residencial é condição primeira para que as superquadras se mantenham autênticas e fiéis à concepção do Plano Piloto; por essa razão, é imprescindível conciliar as demandas por reformas e adequações por parte dos condomínios aos interesses de preservação. Ressalta-se que esse entendimento está em sintonia com as cartas patrimoniais publicadas desde a Carta de Veneza de 1964 (Cury, 2000), que defendem a continuidade de uma função útil à sociedade como condição imprescindível para a conservação do bem (Lira, 2010a).

Além disso, como dispõe a Declaração de Amsterdã de 1975 (Cury, 2000), o patrimônio precisa ser tratado como parte integrante da cidade, que tem uma função social a cumprir. Manter a vida e a conservação de determinadas partes da cidade implica não só fazê-la cumprir sua função social, mas também possibilitar que a cultura urbanística e arquitetônica impressa na malha não seja apagada (Lira, 2010a).

Definidas as premissas teóricas, buscou-se identificar quais as intervenções mais recorrentes nos blocos. Observou-se que, de uma forma geral, elas se repetiam ainda que os blocos possuíssem características distintas. Como já apresentado, alterações nos materiais de revestimento das fachadas e do piso e pilares de seus pilotis, modificações na composição dos brises, com o fechamento com grades ou mesmo alvenaria, a colocação de grades de proteção e tolidos sem padronização nos vãos das esquadrias e a limitação de acesso aos pilotis por meio de cancelas e grades instaladas para controlar o acesso a estacionamentos localizados em área pública foram as intervenções mais frequentemente observadas. Como se pôde constatar, do modo como vêm sendo realizadas, essas intervenções estão pondo em risco a originalidade da linguagem modernista desses blocos e ameaçando um dos princípios centrais do plano de Lucio Costa para a superquadra, os pilotis livres.

Mais recentemente, a partir agosto de 2020, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do DF instituiu o Selo CAU/DF como reconhecimento do “valor histórico” de edificações de caráter não monumental do Distrito Federal. O prêmio avalia entre outros pontos: o respeito à arquitetura original; a manutenção adequada das fachadas; o respeito às linhas gerais de composição do edifício; a manutenção dos tipos de revestimento e cores originais, sempre que possível; a manutenção de elementos originais, se não for possível, critério na reconstituição/substituição; a manutenção dos pilotis livres, sem cercamento; a ausência de ocupações excessivas dos pilotis, e, se houver intervenções, que respeitem a autenticidade do edifício; a acessibilidade; a adoção de práticas sustentáveis.

Observa-se, portanto, nessa iniciativa do CAU, uma abordagem educativa e de estímulo à conservação das características originais

dos blocos residenciais do Plano Piloto, ainda que não aponte de forma mais operacional como arquitetos e condôminos devem fazê-lo. Nesse sentido, revisitar e atualizar a importante contribuição do GT, descontinuada em função de mudanças na gestão, é a iniciativa que motiva a revisão deste artigo, pois as descaracterizações são progressivas, muitas vezes irreversíveis e seguem um padrão que parece ter se consolidado especialmente a partir dos anos 2000.

Em termos metodológicos, entendendo que o patrimônio é constituído de atributos físicos e imateriais aos quais conferimos valores, o GT buscou identificar quais eram os atributos mais relevantes do conjunto analisado que precisariam ser mantidos no tempo para que continuássemos atribuindo valores a ele. O lastro metodológico para a construção dos atributos foi dado pela tese de doutoramento intitulada “Patrimônio cultural e autenticidade: montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento” (Lira, 2010b), desenvolvida por uma das autoras deste artigo e representante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB no GT, que teve como objeto a construção de uma ferramenta para identificar indicadores de autenticidade do patrimônio cultural. Assim, uma primeira lista de atributos foi identificada:

1. *Espacialidade*: característica garantida pela relação entre área verde e edifícios (blocos residenciais e institucionais), pela permeabilidade entre espaços públicos e os pilotis dos blocos, pelo paisagismo (área pavimentadas, áreas verdes, espelhos d’água) e pela malha urbana que atende às recomendações do Relatório do Plano Piloto;
2. *Tipologia edilícia*: caracterizada pelos pilotis livres, pelo gabarito de até seis pavimentos mais pilotis, pela horizontalidade das linhas das fachadas, tratadas como grandes planos, e pela relação entre cheios e vazios também da fachada;
3. *Técnicas e materiais construtivos*: presentes nos pisos, paredes e pilares dos pilotis, nas empenas (textura, cor e acabamento), nas bordas e frisos das fachadas principal e posterior, no tipo (material, tipo de abertura) e cor das esquadrias, no fechamento das fachadas posteriores (cobogós pintados de branco);

4. Pátina: a forma como as superfícies vão envelhecendo no tempo e revelando seu valor histórico e de antiguidade. De acordo com a Carta do Restauro de 1972 (Cury, 2000), a pátina, entendida como o efeito da passagem do tempo nas superfícies dos objetos, deve ser conservada por razões históricas, estéticas e técnicas. No caso dos edifícios modernos, não é consenso a manutenção da pátina, especialmente quando se argumenta que eles não foram projetados para envelhecer (Lira, 2010a). Nas discussões do GT, o entendimento foi de que o fundamental nesse atributo é a utilização de materiais que proporcionem um envelhecimento das superfícies semelhantes aos originais;
5. Usos e práticas sociais: considera-se que a manutenção do uso residencial é condição fundamental para a garantia da autenticidade desse conjunto e dado balizador para a definição dos critérios de preservação do conjunto. Além disso, o conceito de unidade de vizinhança previa uma combinação mínima de usos de apoio ao residencial, como o de escola, infantário, biblioteca, posto policial, cinema, entre outros, que precisa ser mantida para se garantir que a ideia de Lucio Costa não se esmoreça no tempo.

Partindo desses atributos, foram construídas recomendações e diretrizes gerais para futuras intervenções nos blocos residenciais das superquadras sul 107, 108, 307 e 308. Importa ressaltar que tais recomendações têm potencial de ser rebatidas em blocos de outras superquadras de Brasília, haja vista haver similaridade em termos de partido e materiais construtivos entre muitos deles. A descontinuidade da atuação do GT, todavia, não possibilitou o aprofundamento e a reflexão à luz da prática pelo IPHAN, fato que poderia ter aperfeiçoado as diretrizes iniciais. Nesse sentido, a contribuição aqui apresentada deve ser tomada como uma primeira, ainda passível de refinamento e complementação.

Como forma de tornar mais clara a leitura, tais recomendações serão expostas na forma de uma tabela (ver Tabela 1):

TABELA 1 Recomendações gerais a serem realizadas nos blocos residenciais da uv

ATRIBUTOS	RECOMENDAÇÕES
Espacialidade das superquadras	Relação entre áreas vazias, verdes e edificadas Manter a relação entre cheios e vazios, com taxa de ocupação de 15% na superquadra e cinta arborizada de contorno de 20m. O projeto de paisagismo da sqs 308, de Burle Marx, deverá ser preservado em sua composição paisagística, incluindo vegetação, mobiliário e traçados.
	Permeabilidade entre espaços públicos e pilotis dos blocos (relacionada à ausência de estacionamento, cancelas, grades, cercas vegetais, jardineiras) Manutenção da permeabilidade entre espaços públicos e pilotis dos blocos.
	Instalação de grades, cercas vegetais e jardineiras nos pilotis Instalação de grades só é aceitável quando houver desnível que ameace a segurança dos usuários. Jardineiras e cercas vivas não devem ser aceitas, pois reduzem a permeabilidade entre os espaços públicos e os pilotis dos blocos.
	Malha urbana Preservação da malha urbana particular de cada superquadra, bem como dos acessos e agenciamentos segundo o projeto original, qual seja: acesso único e separação da circulação de pedestre daquela de veículos. Eventuais necessidades de adaptações e/ ou correções que visem à preservação do conjunto deverão ser estudadas.



ATRIBUTOS	RECOMENDAÇÕES
Tipologia edilícia	<p>Gabaritos característicos da tipologia</p> <p>Manutenção dos gabaritos existentes: 6 pav. sobre pilotis e 4 pav. sobre pilotis para o bloco D da SQS 308.</p>
	<p>Volumetria característica da tipologia</p> <p>Manutenção da implantação dos blocos no terreno e a das projeções residenciais, conforme disposição urbana original, sem conformação de varandas, tendo a fachada como limite da projeção, uma vez que a projeção define o perímetro máximo em que devem estar contidas as fachadas do edifício.</p>
	<p>Ocupação das coberturas</p> <p>Manutenção da coberta plana sem ocupação, excetuando-se os volumes prismáticos derivados das instalações prediais, como reservatórios d'água, escadas e casas de máquina de elevadores. Excepcionalmente, nos casos em que não seja possível ampliação nos pilotis, a cobertura pode ser utilizada com ocupação máxima de até 10%, além da área já ocupada pelas instalações prediais.</p>
	<p>Uso e ocupação dos pilotis</p> <p>A fim de manter a permeabilidade visual e livre mobilidade urbana, alterações no <i>layout</i> dos pilotis devem observar as recomendações e alternativas propostas. A cartilha tratará modelos de intervenção nos pilotis específicos para as diferentes tipologias encontradas em cada superquadra. Pela heterogeneidade de características e de representatividade arquitetônica de cada superquadra, o GT estuda a possibilidade de estabelecer taxas de ocupação diferenciadas, mas sempre respeitando o limite máximo estipulado pelas leis distritais.</p>



ATRIBUTOS	RECOMENDAÇÕES	
Materiais e elementos construtivos	Textura, cor e acabamento das empenas das fachadas	Utilização de materiais originalmente especificados ou com propriedades plásticas semelhantes a esses e que proporcionem superfícies semelhantes às originais.
	Textura, cor e acabamento das bordas e dos frisos das fachadas	Utilização de materiais originalmente especificados ou com propriedades plásticas semelhantes a esses e que proporcionem superfícies semelhantes às originais.
	Tipo (forma de abertura, cor e acabamento) das esquadrias	Manutenção das esquadrias originais. Nos casos em que a funcionalidade está comprometida, proceder à substituição por peças com mesma cor, acabamento e tipo de abertura das originais.
	Material, cor e acabamento do material utilizado na fachada posterior	Manutenção dos cobogós pintados de branco.
	Material, cor e acabamento do material utilizado nos halls de acesso ao bloco localizados nos pilotis	Utilização de materiais originalmente especificados ou com propriedades plásticas semelhantes a esses e que proporcionem superfícies semelhantes às originais. Quando originais, não deve ser autorizada substituição de painéis de azulejo.
	Material, cor e acabamento do material utilizado nos pilares dos pilotis	Utilização de materiais originalmente especificados ou com propriedades plásticas semelhantes a esses e que proporcionem superfícies semelhantes às originais.
	Material, cor e acabamento do material utilizado no piso dos pilotis	Utilização de materiais originalmente especificados ou com propriedades plásticas semelhantes a esses e que proporcionem superfícies semelhantes às originais.



ATRIBUTOS		RECOMENDAÇÕES
	Materiais e dimensões dos passeios públicos que contornam os blocos	Manter desenho e materiais originais, sujeito às modificações necessárias e à acessibilidade.
	Forma, material e cor dos brises, prateleiras e outros elementos de iluminação e ventilação das fachadas	Mantê-los em sua cor, textura e formas originais. Estuda-se a possibilidade de permitir fechamento com material leve das prateleiras de iluminação das fachadas para se evitar a formação de ninhos
	Caixas de ar-condicionado e condensadores	Preferencialmente utilizar a refrigeração por meio dos dutos e fossos existentes. Caso não seja viável, estudar elemento na fachada posterior. Evitar a destruição de esquadrias, brises, empenas, platibandas e demais elementos de fachada. Esses equipamentos deverão, obrigatoriamente, ser apresentados no projeto, em quantidade, dimensionamento e localização.
	Telas e grades de proteção nas esquadrias	Evitar seu uso. Caso necessário, serão aceitas telas ou grades padronizadas para todas as esquadrias, com desenho discreto, interferindo minimamente na aparência e unidade da fachada.
Usos	Usos	Manutenção do uso residencial e dos usos de apoio.
Pátina	Alteração na textura e forma dos materiais das fachadas e dos pilotis resultantes do uso contínuo e do intemperismo.	Nos casos de substituição dos materiais originais, utilizar outros que proporcionem um envelhecimento das superfícies semelhantes ao original.

Fonte: adaptada e atualizada a partir da produção não publicada do GT Valorização e Preservação da Unidade de Vizinhança (IPHAN-DF, 2012a, 2012b, 2012c, 2012d, 2012e, 2012f).

Como se pode observar, tais recomendações visam a estimular a manutenção das características configurativas dos blocos e, quando isso não for possível, que a substituição de materiais ou elementos compositivos seja sempre realizada com respeito à composição original, utilizando materiais análogos aos originais. A renovação completa das fachadas e pilotis, como vem sendo executada na maioria das vezes, corrompe os valores estéticos, históricos e historiográficos desses blocos, que são testemunhos de uma forma de concepção e construção típicos do modernismo brasiliense e testemunhos fundantes da cidade.

Considerações finais

Este artigo buscou trilhar um caminho estruturado para discorrer sobre a problemática da conservação da arquitetura moderna. Discutiu questões gerais, de fundo teórico, comuns a distintos exemplares arquitetônicos desse período, partiu para exemplos práticos de ameaças à conservação, até chegar à proposição de diretrizes que objetivam garantir melhores termos de conservação para os blocos residenciais modernos do Plano Piloto de Brasília.

O processo de proposição das diretrizes em si também demandou uma discussão prévia acerca de questões centrais à conservação do patrimônio cultural do século XX, buscando mostrar que, embora muito se fale da precoce obsolescência formal e material dos edifícios modernos e dos desafios que tal traço impõe à sua conservação, muitos são os “argumentos éticos e técnicos”, utilizando as palavras de John Allan (2007, p. 44), para garantir a preservação dos bens desse período para as gerações futuras.

Quanto às recomendações de conservação propriamente ditas, como se buscou mostrar, a medida para se julgar o equilíbrio entre as instâncias estética, histórica e utilitária é dada pelo entendimento de que o uso e a apropriação social desse espaço pelos moradores e usuários são partes significativas de sua autenticidade. Por isso, não seria compatível com as características do conjunto recomendações que não permitissem atualizações programáticas e de instalação necessárias à continuidade do uso habitacional, de acordo com os padrões e necessidades da vida contemporânea.

Constata-se, por fim, que os resultados preliminares apresentam um conjunto consistente de recomendações de conservação. Espera-se que a elaboração de orientações objetivas de conservação para os blocos residenciais da UV formada pelas superquadras sul 107, 108, 307 e 208 tenha potencial de promover intervenções nos demais blocos do Plano Piloto mais comprometidas com a manutenção de sua linguagem arquitetônica moderna.

Referências

Fontes primárias

- DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987. Regulamenta o art. 38 da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960, no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/15139/Decreto_10829_14_10_1987.html. Acesso em: 27 nov. 2023.
- IPHAN. Portaria nº 314, de 8 de outubro de 1992. Trata da proteção do conjunto urbanístico tombado do Plano Piloto. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_314_de_8_de_outubro_de_1992.pdf. Acesso em: 27 nov. 2023.
- IPHAN-DF. Informação Técnica 026/2011 CTEC IPHAN DF, Flaviana Lira. Arquivo da Superintendência do Iphan no Distrito Federal, 2012a.
- IPHAN-DF. Informação Técnica 036-B/2011 CTEC IPHAN DF, Ana Clara Giannecchini, de 02/02/2011. Arquivo da Superintendência do Iphan no Distrito Federal, 2012b.
- IPHAN-DF. Informação Técnica 48/2011 CTEC IPHAN DF, Ana Clara Giannecchini, de 16/03/2011. Arquivo da Superintendência do Iphan no Distrito Federal, 2012c.
- IPHAN-DF. Informação Técnica 251/2010 CTEC IPHAN DF, Ana Clara Giannecchini, de 21/03/2011. Arquivo da Superintendência do Iphan no Distrito Federal, 2012d.
- IPHAN-DF. Parecer 012/2011 CTEC IPHAN DF, Ana Clara Giannecchini, de 06/05/2011. Arquivo da Superintendência do Iphan no Distrito Federal, 2012e.
- IPHAN-DF. Plano de Trabalho do Grupo Interinstitucional Valorização e Preservação da Unidade de Vizinhança. Coordenação Técnica. Brasília, 06/05/2012. Arquivo da Superintendência do Iphan no Distrito Federal, 2012f.

UNESCO. World Heritage List nº 445. Advisory Body Evaluation. ICOMOS, 1987. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/445/documents/>. Acesso em: 23 out. 2023.

Fontes secundárias

ALLAN, John. Points of balance: patterns of practice in the conservations of Modern Architecture. In: MACDONALD, Susan; NORMANDIN, Kyle; KINDRED, Bob. *Conservation of Modern Architecture*. Shaftesbury: Donhead, 2007.

AMORIM, Luiz. Das (im)possibilidades da conservação de edificações em regime condominial. In: II ENANPARQ – ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO: TEORIAS E PRÁTICAS NA ARQUITETURA E NA CIDADE CONTEMPORÂNEAS – COMPLEXIDADES, MOBILIDADE, MEMÓRIA E SUSTENTABILIDADE, 2., 2012, Natal. Anais [...]. Natal: Editora da UFRN, 2012.

BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cota: Ateliê Editorial, 2004.

COSTA, Lucio. Relatório do Plano Piloto. Brasília: GDF, 1991.

COSTA, Lucio. *Brasília Revisitada*. Anexo 1, Decreto nº 10.829 de 14 de outubro de 1987. Brasília: GDF 1987. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnpibpcajpc-glclefindmkaj/http://www.seduh.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/10_BSB_Revisitada_MontagemRepublicacao.pdf.

CURY, Isabelle (org.). *Cartas Patrimoniais*. Brasília: IPHAN, 2000.

FERREIRA, Marcílio Mendes; GOROVITZ, Matheus. A invenção da superquadra: o conceito de Unidade de Vizinhança em Brasília. Brasília: IPHAN, 2007.

FICHER, Sylvia; et al. Os blocos residenciais do Plano Piloto de Brasília. In: LEITÃO, Francisco (org.). *Brasília 1960-2010: passado presente e futuro*. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009.

JOKILEHTO, Jukka. Continuity and change in recent heritage. In: VAN OERS, R.; HARAGUCHI, S. (org.). *Identification and Documentation of Modern Heritage*. Paris: UNESCO, World Heritage Center, 2003. World heritage papers, n. 5.

LIRA, Flaviana Barreto. As recomendações internacionais e a arquitetura moderna: limitações e possibilidades de aplicação nas ações de conservação e restauração. In: DOCOMOMO NO/ NE, 3., Anais [...]. João Pessoa, UFPB, 2010a.

LIRA, Flaviana Barreto. Patrimônio cultural e autenticidade: montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento. Recife: Editora UFPE, 2010b.

MACDONALD, Susan. 20th Century Heritage: recognition, protection and practical challenges. *Heritage at Risk Journal 2002/2003*, Parramatta, 2003. p. 223-229. Disponível em: <https://journals.ub.uni-heidelberg.de/index.php/heritage/article/download/21220/14989>. Acesso em: 14 dez. 2022.

MACDONALD, Susan. Materiality, monumentality and modernism: continuing challenges in conserving twentieth-century places. Austrália ICOMOS [Portal da Internet], 2009. Disponível em: http://www.icomos.com/wp-content/uploads/2009_UnlovedModern_Macdonald_Susan_Materiality_Paper.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022.

MACHADO, Marília Pacheco. Escala residencial: superquadra – pensamento e prática urbanística. In: LEITÃO, Francisco (org.). *Brasília 1960 2010: passado, presente e futuro*. Brasília: Secretaria de Estado e Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – GDF, 2009.

PRUDON, Theodore H. M. *Preservation of Modern Architecture*. New Jersey: John Wiley and Sons Inc., 2008.

REIS, Carlos Madson. Superquadras de Brasília: uma nova maneira de morar. In: RIBEIRO, Sandra Bernardes; REIS, Carlos Madson; PINTO, Francisco Ricardo Costa (org.). *Superquadra de Brasília. Preservando um lugar de viver*. Brasília: IPHAN, 2015. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ck-finder/arquivos/cartilha_unidade_vizinhanc%CC%A7a_iphan_df.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022.

SAINT, Andrew. Philosophical Principles of Modern Conservation. In: MACDONALD, Susan (org.). *Modern Matters: Principles and Practice in Conserving Recent Architecture*. Shaftesbury: Donhead, 1996.

SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO DISTRITO FEDERAL. *Inventário da Unidade de Vizinhança*. Brasília: IPHAN/superintendência do Iphan no Distrito Federal, 2009.

CAPÍTULO 14

Faces de uma mesma paisagem Preservação e ressignificação das superquadras de Brasília¹

Beatriz de Oliveira Alcantara Gomes

Flaviana Barreto Lira

O porquê do estudo e como ele se desenvolve

Apesar de possuir agenda própria e estar em constante mutação, a cidade contemporânea tem raízes em períodos anteriores que, com o decorrer do tempo, foram se acumulando em camadas históricas que hoje fazem parte da identidade desses espaços urbanos (Secchi, 2006). Algumas dessas camadas podem mostrar-se tão representativas à identidade do sítio que passam a ser reconhecidas como elementos valorados importantes à significância da paisagem cultural urbana. Assim, a agenda da cidade passa a incorporar a preocupação com a salvaguarda de aspectos históricos que integram a paisagem contemporânea. Apesar de essenciais à integridade da paisagem urbana, os valores atribuídos a determinada camada histórica podem ser alterados a depender do contexto. Essa característica dinâmica possibilita a ressignificação do bem ou da paisagem cultural (Lira, 2020).

¹ Artigo originalmente desenvolvido para o 14º Seminário Docomomo Brasil, realizado em Belém, entre 27 e 29 de outubro de 2021, como parte integrante da Área Temática proposta “Documentar, preservar, conservar: o patrimônio moderno e seus usos e reússos”. Em consonância com a proposta geral do simpósio de refletir sobre o presente e futuro do legado da arquitetura moderna no Brasil, este trabalho explora desdobramentos de aspectos da configuração espacial moderna na paisagem contemporânea de Brasília, partindo do estudo específico da Superquadra.

No caso dos espaços urbanos de raízes modernas, soma-se um desafio à identificação das ressignificações: a curta distância temporal que separa a cidade contemporânea do patrimônio urbano moderno dificulta, ainda mais, o reconhecimento dos valores e a identificação dos atributos (Prudon, 2008). Ao passo que denuncia o obstáculo, a consciência de tal particularidade moderna aponta para a urgência da interpretação dessas paisagens como meio de se garantir a preservação de seus aspectos patrimoniais.

Com base nessas premissas, busca-se compreender neste trabalho em que medida a espacialidade livre e fluida importa à preservação do espírito moderno na paisagem da superquadra e como essa espacialidade vem sendo ressignificada ao longo dos anos. O ponto de partida é a compreensão conceitual da proposta da disposição espacial urbana moderna. Para tal, recorre-se a teóricos com Bruno Zevi (2009) e Bernardo Secchi (2006), além da análise de trechos da versão da Carta de Atenas publicada por Le Corbusier. Em seguida é explorada a relevância do valor espacial moderno para a paisagem contemporânea das superquadras do Plano Piloto de Brasília.

Posteriormente, com a pesquisa histórico-documental, investiga-se como foram ressignificadas as espacialidades modernas que marcam a paisagem da superquadra. Além da revisão de algumas críticas marcantes a Brasília, como as de Zevi (1971), Gorelik (2005) e Holston (1993), é feita a consulta a documentos primários que esclarecem como, desde a sua concepção, foi reconhecida e tratada a espacialidade da superquadra. Dentre os escritos consultados, estão as versões de “Brasília Revisitada” de Lucio Costa e as Portarias Iphan nº 314/1992 e nº 166/2016, marcos importantes da regulação do tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB).

Como forma de rebater tais críticas sobre um objeto empírico, uma superquadra brasiliense foi selecionada, a SQS 210. A escolha se deu em razão dos seguintes fatores: a sua inserção na Asa Sul, parcela da escala residencial onde melhor se observa a execução e manutenção das características modernas das superquadras; a paisagem do local, marcada pela presença da escala bucólica consolidada e fluida; e a informação das intervenções posteriores que incidiram sobre a configuração espacial moderna do sítio. Assim, partindo da

análise comparativa de fotografias da superquadra SQS 210 em momentos anterior e posterior a intervenções de ampliação de garagens, registram-se os efeitos práticos decorrentes da alteração na paisagem. Por fim, exploram-se brevemente perspectivas para a espacialidade moderna das superquadras a partir de possíveis mudanças trazidas pela pandemia da Covid-19.

Da proposta espacial moderna à paisagem contemporânea de Brasília

Segundo Bernardo Secchi (2006), a primeira metade do século XX trouxe, com o movimento moderno, significativas transformações para o campo do urbanismo. Ele pondera que, desde o fim do século XIX, já vinham ocorrendo esforços de reconhecimento e autoafirmação do urbanismo enquanto uma ciência provida de objeto de estudo próprio e específico. Então, no período aproximado entre as décadas de 1920 e 1950, esses estudos emergentes culminaram no aprofundamento do urbanismo enquanto campo científico estruturado, provido de conceitos e linguagem bem delimitados. Para Secchi, esse fenômeno possibilitou o ápice do seu prestígio e, com isso, veio também a segurança na fundamentação e eficácia das bases teóricas do urbanismo moderno. Os planos e projetos urbanísticos que dele derivavam também eram reconhecidos como solução aos problemas da cidade. Com isso, o urbanismo foi institucionalizado e a ele foi atribuída a utópica missão de esgotar os problemas da cidade por meio de planos e projetos modernos.

Para além da observação da linguagem arquitetônica moderna tantas vezes reconhecida pelas formas puras e pela ausência de ornamentos, é imprescindível perceber as transformações trazidas pelo movimento moderno para a configuração da espacialidade urbana. A compreensão da arquitetura ou da cidade a partir da realidade vivida dos seus espaços constituídos, e não apenas da observação pragmática dos seus volumes, é o que, segundo Bruno Zevi (2009), torna possível o seu real significado enquanto elemento imbuído de espírito arquitetônico. O valor espacial dado à obra é, portanto, o que essencialmente a define, ainda que seja complementado por outros

valores, a exemplo do decorativo, que também poderão ser considerados na sua interpretação. Nesse sentido, Zevi defende que o espaço moderno é configurado a partir “do estudo minucioso da arquitetônica, não dentro do qual se pode inserir o elemento dinâmico, mas como consequência de uma reflexão social” (Zevi, 2009, p. 123).

Na sequência, Zevi defende que a espacialidade moderna parte da sobreposição da funcionalidade ao desejo estético, podendo ser dividida em duas correntes: a funcionalista e a orgânica. Enquanto a primeira, tendo em Le Corbusier o seu maior representante, entende anular o valor decorativo da sua espacialidade, restringindo seu enfoque aos valores espaciais e volumétricos; a segunda se mostra mais flexível e entende o valor decorativo como importante ferramenta para a humanização da arquitetura puramente funcional e racional proposta pela primeira corrente (Zevi, 2009).

As diretrizes para fazer e pensar a arquitetura e o urbanismo desenvolvidas e compiladas ao longo do IV CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), ocorrido em 1933, foram reafirmadas na versão da Carta de Atenas publicada, em 1941, por Le Corbusier. O arquiteto franco-suíço que foi, segundo Zevi (2009), o maior representante da corrente espacial funcionalista, foi também a personalidade que mais marcou o IV CIAM (Frampton, 2008). O Congresso, que tinha por tema “A cidade funcional”, mostrou-se alinhado às questões caras à vertente funcionalista do movimento moderno.

Assim, fundamentada em um ideário de bem-estar social e comprometida com a técnica, a Carta de Atenas encontrou sua forma urbana no zoneamento racional marcado pela amplidão dos espaços e pela arquitetura de formas puras. A segunda parte do documento, na qual se discutem as “críticas e remédios” para as cidades de traçado tradicional do século XIX, traz reflexões e argumentos em prol da constituição de novos espaços urbanos menos adensados, mais livres e permeáveis, especialmente quando se trata de setores habitacionais:

A manutenção ou a criação de espaços livres são, portanto, uma necessidade e constituem uma questão de saúde pública para a espécie. Esse é um tema que constitui parte integrante dos postulados de urbanismo e ao qual os edis deveriam ser obrigados a dedicar toda a sua atenção.

Justa proporção entre volumes edificados e espaços livres, eis a única fórmula que resolve o problema da habitação (Le Corbusier, 1993, p. 37).

O trecho citado evidencia ainda um outro aspecto dessa nova proposta urbana: a habitação como um dos pontos focais, onde os espaços livres e verdes deveriam ser ainda mais presentes, assegurando moradias salubres e integradas aos espaços verdes de lazer. Em suma, uma paisagem que pode remontar à ambiência bucólica, realidade diversa da que se observava até então na maior parte dos grandes centros urbanos. Assim, partindo de uma proposta social simpática à evolução tecnológica, os sítios modernos assumem uma nova disposição espacial formal que rechaça a configuração urbana da cidade compacta tradicional: “os volumes edificados serão intimamente amalgamados às superfícies verdes que os cercam [...] a textura do tecido urbano deverá mudar; as aglomerações tenderão a tornar-se cidades verdes” (Le Corbusier, 1993, p. 39).

Aliado à ampliação do uso de espaços livres, a Carta de Atenas trouxe a segregação dos caminhos pedonais das vias automobilísticas e a setorização da cidade de acordo com as funções como premissas fundamentais à realização de um projeto urbano moderno vinculado à corrente espacial funcionalista. Tal corrente viria a ser criticada não apenas na Europa, mas também fora dela, em países como Índia e Brasil, onde os preceitos do movimento moderno foram postos em prática na segunda metade do século XX, quando os questionamentos acerca da adequabilidade da espacialidade funcionalista já eram recorrentemente considerados ultrapassados (Frampton, 2008). Ainda que correntes críticas, a exemplo das de Yves Bruand e Adrián Gorelik, defendam que esses países tenham incorporado características próprias e autênticas ao seu modo de projetar os espaços, é comum o entendimento de que eles mantiveram forte vínculo com o traçado moderno. É esse o caso do Plano Piloto de Brasília, que antes mesmo da sua inauguração, em 1960, já era objeto de críticas ferrenhas de diferentes agentes, dentre eles o próprio Bruno Zevi, que a considerava símbolo da crise que vivia o movimento moderno e a concepção espacial funcionalista (Daufenbach, 2019).

A despeito das críticas negativas como a de Zevi, a parcela da cidade que derivou do projeto de Lucio Costa – o Plano Piloto –

sobreviveu marcada por seu traçado moderno que permanece em destaque, ainda hoje, na paisagem urbana. Em parte, a preservação do traçado se deu em razão do tombamento inovador, porém precoce, do sítio urbano em 1990.² Com base em quatro escalações urbanas, a monumental, a gregária, a residencial e a bucólica, preconizadas por Costa, o Plano Piloto foi tombado mais afeito ao plano teórico de espacialidade funcional idealizada e menos aos seus aspectos estéticos, formais e históricos efetivamente constituídos:

Tal pensamento, preso a um passado idealizado, centra-se na manutenção dos ideais e signos contidos na concepção da cidade. Assim, alheio à realidade urbana, busca obsessivamente preservar a representação simbólica embutida em seu projeto, mostrando-se impermeável à historicidade do espaço (Reis, 2016, p. 116).

Portanto, interpretar a ressignificação da espacialidade moderna tombada inserida na paisagem contemporânea de Brasília mostra-se fundamental tanto a uma reflexão crítica dos motivos que fundamentaram inicialmente o tombamento da cidade; quanto ao debate das possibilidades de preservação do patrimônio urbano moderno, aqui representado pelas superquadras.

A contribuição das superquadras ao traçado moderno

Reconhecido enquanto um dos principais produtos dos ideais corbusianos, o projeto urbano de Lucio Costa para a capital brasileira nunca deixou de despertar o interesse. Na década de 1980, o Plano Piloto de Brasília recebeu uma de suas mais comentadas e controversas críticas quando James Holston publicou *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. Outros críticos, como Adrián Gorélik (2005) e Frederico de Holanda (2002), mencionam o caráter retórico da crítica de Holston, que interpreta Brasília se apoiando em

² O Conjunto Urbanístico de Brasília é protegido em três instâncias distintas: Governo do Distrito Federal, Governo Federal e UNESCO. A referência ao tombamento, em 1990, diz respeito à proteção ocorrida em nível federal em 14 de março de 1990. O tombamento na esfera distrital ocorreu alguns anos antes, em 14 de outubro de 1987. Em sequência veio a inscrição de Brasília na Lista do Patrimônio Mundial, em 7 de dezembro de 1987.

situações imagéticas superficiais da cidade. Contudo, é proveitoso perceber como em um dos capítulos da publicação de Holston são abordados, de forma didática, aspectos da transformação da espacialidade urbana das cidades modernas como Brasília. Ele explica tais aspectos contrapondo a configuração urbana da cidade pré-industrial, onde a rua delimita o espaço público e privado por meio das fachadas contínuas dos edifícios; à configuração da cidade moderna, que rompe com o sistema de espaços públicos estabelecidos pela rua-corredor, em uma tentativa de abolir as distinções existentes entre eles e os espaços privados.

Para Holston (1993), a rua-corredor – típica da paisagem das cidades pré-industriais adensadas – é entendida como um espaço livre que tem a sua imaterialidade moldada pelos contornos das fachadas dos edifícios dispostos de forma contínua na paisagem. No caso dessas cidades, o espaço livre de volumes, vazio (rua), assume o papel de uma forma que se destaca sobre um fundo construído, cheio (edifício), que permeia a malha urbana.

Assim como outras cidades modernas, o Plano Piloto rompe com tal lógica, ao buscar espaços mais livres como uma resposta aos problemas identificados na cidade industrial. Dessa forma, acaba por inverter a malha urbana, que passa a assumir a espacialidade moderna. Ao ser inaugurada no início da década de 1960 com a missão de sintetizar simbolicamente as transformações que vinham ocorrendo no cenário nacional, Brasília encontrará nessa nova disposição espacial o caminho para a “expressão cultural de uma vontade nacionalista produzida pelo Estado e assumida como própria pela sociedade” (Gorelik, 2005, p. 166).

Conforme mencionado anteriormente, Brasília foi inicialmente concebida com base no plano, de inspiração corbusiana, de Lucio Costa. Todavia, o traçado urbano buscou reinterpretar a proposta moderna com base em um contexto nacional, incorporando conceitos próprios que superaram o urbanismo funcionalista corbusiano. O Plano Piloto é, portanto, parte de um movimento nacional que escolheu “a figuração modernista como um estilo histórico para compor com ele resoluções formais, tipológicas e funcionais dirigidas a uma vontade diferente da do modernismo clássico” (Gorelik, 2005, p. 160, grifos nossos).



FIGURA 1 Escala residencial entremeada pela escala bucólica, superquadra SQS 308 em primeiro plano. Fonte: Valmor Pazos e Valmor Pazos Filho, 2024.

O debate acerca da idealização das escalas que guiaram a configuração do traçado do Plano Piloto já teria, por si só, muito a esclarecer com relação à originalidade do conceito urbano da capital. Contudo, em decorrência da complexidade e extensão do tema, opta-se aqui por empenhar esforços nas duas escalas que se relacionam diretamente com a superquadra: a residencial e a bucólica.

Enquanto o nome dado à primeira escala ajuda a antecipar o seu propósito, o da segunda carrega certo mistério que reflete a dificuldade, ainda atual, de defini-la. Assim, confirma-se a impressão inicial de que a escala residencial possui um caráter setorial e se refere às parcelas da cidade destinadas predominantemente à habitação. Já a escala bucólica, não se refere tanto a setores, mas a um atributo intrínseco à cidade que, de forma transversal, permeia todas as outras três escalas. Associada principalmente a espaços naturais, a escala bucólica caracteriza os generosos espaços livres da paisagem do Plano Piloto. Ao descrever a cidade como “ao mesmo tempo derramada e concisa, bucólica e urbana, lírica e funcional” (IPHAN, 2018, p. 40), Lúcio Costa expressa tanto a sua filiação moderna corbusiana quanto a sua superação

por meio da ênfase no bucólico, no uso da abordagem paisagística como instrumento de projeto.

Além de ser a principal forma de organização urbana dos setores habitacionais do Plano Piloto, a superquadra é exemplo de sítio marcado pela espacialidade moderna própria e, portanto, símbolo da originalidade do traçado da cidade. Criada a partir da inspiração nas unidades de vizinhança propostas por Clarence Perry, a superquadra pode ter o seu projeto descrito de forma superficial, como uma área quadrangular de aproximadamente 240 metros. O sistema viário em forma de árvore estabelece um acesso único ao interior de cada superquadra, onde ficam dispostos, sobre dominante fundo verde generosamente arborizado, blocos residenciais de projeção majoritariamente retangular esbelta. Esses edifícios possuem de três a seis pavimentos e são quase sempre construídos sobre pilotis. Além de alguns equipamentos comunitários de proporção e gabarito reduzidos presentes no seu interior, cada superquadra conta com uma área comercial linear, de acesso viário independente, em uma de suas extremidades. O restante do solo, marcado pelo cenário arborizado, é livre e público.

Um conjunto de quatro superquadras formam uma área de vizinhança que deveria suprir as necessidades básicas daquele coletivo, criando, em conjunto com a sua paisagem bucólica, um ambiente comunitário, “uma tentativa de ‘recuperação da vida urbana’ em polêmica com o funcionalismo estrito dos primeiros modelos CIAM” (Gorelik, 2005, p. 171). O resultado alcançado não foi exatamente o esperado. Afinal, a cidade, na prática, não foi, como se imagina, estritamente fiel ao projetado. Alguns críticos como Zevi (2012) e Holston (1993) questionaram a sensação de impessoalidade e anonimato causada nesses setores residenciais pela “maré dos superblocks” e pelas áreas verdes frias.

No caso de Zevi, é possível inferir que a sua crítica, estabelecida em 1960, a uma cidade ainda embrionária, dificilmente se aplica à cidade de décadas depois. A sua percepção da espacialidade da superquadra não contava, por exemplo, com a fundamental consolidação da escala bucólica, o que dava à cidade aspecto muito mais árido. O mesmo não pode ser dito sobre a crítica de Holston escrita

já em 1989. Dentre outros aspectos, ele queixou-se da estranheza que as enormes áreas verdes sem destinação específica causavam na população acostumada com cidades tradicionais. Sobre essa crítica, o próprio Holston expressa em seu texto situações que indicam outras interpretações desses espaços:

[...] adolescentes e crianças em geral consideram os espaços de recreio das superquadras muito acessíveis e agradáveis. A segurança e a facilidade de acesso desses espaços dão às crianças um senso de camaradagem e independência durante a infância que os próprios pais tendem a julgar como o lado mais positivo e desejável na vida das superquadras (Holston, 1993, p. 181).

Essa sensação de urbanidade provocada pela escala bucólica das superquadras expressa na citação tem sido reafirmada por estudos mais recentes como o de Holanda (2002) e Manuela Souza Ribeiro (2013), que demonstram a vivência própria dos espaços livres das superquadras. Os diferentes cenários expostos pelas críticas desde Zevi até Ribeiro indicam não apenas diferentes leituras da espacialidade da superquadra, mas uma transformação dessa paisagem ao longo dos anos que aponta para uma maior familiarização da população com o espaço moderno, que é também reconhecido como patrimônio cultural tombado por ser parte do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB). A superquadra, enquanto parcela desse patrimônio, vem sendo ressignificada, e em dimensões muito sensíveis, como é o caso da sua escala bucólica de raízes modernas que ambienta a vida contemporânea.

A questão do tombamento e a preservação da espacialidade

Realizado menos de 40 anos após a inauguração da cidade, o tombamento de Brasília surgiu vinculado às expectativas projetuais de Lucio Costa. A constatação de tal filiação pode ser verificada a partir do fato que o texto “Brasília revisitada 1985/87” (Costa, 1987), escrito em 1987 pelo próprio Lucio Costa, fundamentou o tombamento distrital ocorrido no mesmo ano. Em 1990, o texto é apresentado em um novo formato resumido, como uma carta endereçada a Ítalo Campofiorito na ocasião do tombamento federal da cidade (Costa,

2012). O uso dos textos como fundamentação ao tombamento demonstra como a imagem da cidade permanecia vinculada principalmente ao seu projetista. Os textos, que trataram de defender o tombamento a partir da perspectiva exclusiva do urbanista, já não poderiam assumir, por sua origem, o lugar múltiplo desejável à avaliação dos critérios de preservação.

Apesar de inquestionável o domínio de Lucio Costa sobre o projeto, o objeto candidato ao tombamento não era mais a ideia proposta por ele, e, sim, uma cidade construída complexa, composta por vários agentes.

Outra complicação que envolve o tombamento de Brasília é o seu caráter precoce quando comparado ao de outros conjuntos urbanos. De forma inédita, o sítio foi reconhecido como patrimônio sem que a ele fosse atribuído o valor do acúmulo das camadas históricas (Perpétuo, 2017). Tal característica dificultou o reconhecimento dos atributos valorados do bem. Isso, em conjunto com a intenção de se resguardar a proposta urbana original que vinha sendo rapidamente alterada, levou ao inovador tombamento do Plano Piloto. As quatro escadas – monumental, gregária, residencial e bucólica – foram então utilizadas como base para a proposta de se resguardar o traçado urbano moderno. Com base nelas foi estabelecida também a primeira normativa federal que tratava de regular o bem, a Portaria Iphan nº 314/1992.

Retomando a questão do valor espacial associado à arquitetura, chama a atenção que as quatro escadas propostas por Costa possuam estreita relação com o valor espacial estabelecido Zevi (2009), pois tratam justamente da percepção e vivência dos espaços. O caráter amorfo da dimensão espacial já indica o quanto complexo se torna um tombamento nela baseado. Além de parâmetros urbanos do traçado moderno, o tombamento por escadas tentou inicialmente assegurar as expectativas simbólicas depositadas no espaço urbano. Como resultado, a Portaria Iphan nº 314/1992 mostrou-se imprecisa e teve dificuldades em atender satisfatoriamente às necessidades da cidade real (Castro, 2017).

Olhando especificamente para a superquadra e sua escala bucólica, é possível constatar o relatado acima por meio da observação

dos acontecimentos que orbitam o “enquadramento arborizado” previsto, desde 1957, no “Relatório do Plano Piloto de Brasília”, como característica essencial da superquadra. Tal atributo continuou a ser entendido por Lucio Costa como elemento essencial na composição urbana da superquadra até, pelo menos, 1990, quando, ao delimitar os pontos da cidade que deveriam ser preservados em “Brasília Revisitada”, estabeleceu:

A manutenção do conceito de superquadra como espaço residencial aberto ao público, em contraposição ao de condomínio privativo fechado; da entrada única; do *enquadramento arborizado*; do gabarito uniforme de seis pavimentos sobre pilotis livres, com blocos soltos no chão (Costa, 2012, p. 293, grifo nosso).

Na realidade, imagens aéreas da grande maioria das superquadras consolidadas revelam rapidamente que, na prática, a arborização de porte se estendeu do enquadramento delimitado para o interior da área quadrangular, formando uma malha verde que permeia os blocos residenciais de forma bastante homogênea. Portanto, ao finalizar o documento explicando que os pontos estabelecidos tratavam de preservar aquilo que “de válido sobreviveu”, o urbanista invocou a expectativa do seu projeto ignorando a realidade que pouco a pouco se impunha.

A dificuldade de Lucio Costa em analisar a cidade que vinha se configurando talvez tenha a ver com seu olhar externo de quem projetou, mas pouco vivenciou os espaços da cidade. Nesse sentido, é interessante observar que “Brasília revisitada” baseou-se em um estudo técnico desenvolvido em 1985 pelo Governo do Distrito Federal sob o nome de “Brasília-57/85 (do plano piloto ao Plano Piloto)”. Apesar de contar com olhares talvez mais familiarizados com a cidade concretizada, o estudo era coordenado pelo próprio Lucio Costa. Ao se ler o documento, torna-se evidente que ali também se destacava o plano piloto como o objetivo a ser alcançado, o que prejudicou a análise dos espaços constituídos. Ao consultar a parcela do documento que se refere ao enquadramento arborizado da superquadra, fica clara a vinculação ao projeto:

4.1. Completar a arborização sistemática das faixas verdes que delimitam as Superquadras com renques regulares de árvores de copa densa -

sobretudo na Asa Norte, e sem deixar de plantar uma árvore em cada vértice do quadrado, à exceção dos cortados pela duplicação das "tesourinhas" (Brasil, 1985, p. 117).

E ainda:

A arborização das faixas de 20 metros de largura marcando o perímetro quadrado das Superquadras, embora sugerida já na memória descriptiva do plano-piloto, só há relativamente pouco tempo começa a ser feita de maneira sistemática; durante anos e anos e solicitação do autor do plano neste sentido se renovava, esbarrando sempre numa negativa surda e tenaz, difícil de se entender (Brasil, 1985, p. 101).

O último trecho se mostra particularmente interessante por colocar em evidência a tentativa expressa de Lucio Costa de concluir parte do seu plano ainda não executado. No fim, os renques foram finalmente implantados, porém, como mencionado, não em conformidade com o que foi previsto pelo tombamento e pela Portaria Iphan nº 314/1992³. O descompasso entre normatива regulatória patrimonial e cidade real foi somente atenuado com a publicação da Portaria Iphan nº 166/2016. Apesar de manter a fundamentação nas quatro escalas, passou a considerar outros aspectos e valores do CUB (Castro, 2017). Nela o valor histórico se fez presente pela primeira vez, o que indica a distância temporal que vem sendo alcançada e, com ela, uma maior clareza com relação aos atributos do bem. Do detalhamento técnico da nova portaria se destaca o seguinte trecho:

Como se vê, o que se denomina de Conjunto Urbanístico de Brasília é, na realidade, um organismo urbano amplo, disperso, rarefeito e heterogêneo em sua morfologia, temporalidade e valorização para a história do urbanismo mundial. Portanto, qualquer normativa para sua preservação deve considerar essa multiespacialidade e avançar na formulação de uma abordagem preservacionista própria, distinta da utilizada em centros históricos já estratificados pelo tempo (Brasil, 2016a).

O trecho reflete a desmistificação da Brasília cristalizada no plano piloto de Lucio Costa e, aos poucos, toma-se consciência da

3 A Portaria Iphan nº 314/1992 dispõe que: "Cada Superquadra, nas alas sul e norte, contará com um único acesso para transporte de automóvel e será cercada, em todo o seu perímetro, por faixa de 20,00m (vinte metros) de largura com densa arborização".

constante ressignificação à qual está sujeita a superquadra. Nesse sentido, a Portaria nº 166/2016 também inicia a desconstrução da ideia do cinturão verde bem delimitado e reconhece a paisagem de espírito moderno pelos atributos que ela de fato possui. Apesar do documento manter certa referência à “faixa verde circundante, disposta em todo o perímetro [da superquadra] e provida de densa arborização”, ela também passa a incorporar que “a implantação de garagens subterrâneas além dos limites da projeção não poderá suprimir árvores ou reduzir o percentual de áreas verdes da superquadra, devendo ocorrer preferencialmente sob áreas pavimentadas” (Portaria nº 166/2016).

Novas perspectivas para a superquadra

O estudo dos processos de alteração dos espaços urbanos e a identificação das ressignificações mostram-se essenciais à preservação das paisagens urbanas históricas e à perpetuação da vivência e funcionalidade desses espaços (Secchi, 2006). Contudo, é preciso atentar-se a práticas que acabam por descharacterizar de forma ilegítima – pois representam demandas particulares que não se traduzem em interesse público – a paisagem consolidada.

No caso da superquadra, observam-se algumas recentes intervenções que interferem nos espaços livres, fluidos e arborizados que, como visto, traduzem o espírito moderno da paisagem contemporânea da superquadra⁴. Como exemplo, é possível analisar a expansão de garagens subterrâneas de blocos residenciais da superquadra SQS 210.

Analisando as fotografias aéreas de momentos anteriores e posteriores às intervenções, é possível constatar os “furos” que surgem na malha urbana homogênea decorrentes da supressão das árvores. O amplo descampado que passa a caracterizar o espaço contrasta com configuração usual dos espaços livres da superquadra.

⁴ Apesar de ser reconhecida a existência de superquadras que foram consolidadas de forma diversa – algumas mais recentes nem mesmo chegaram a implantar grandes quantidades de árvores –, trata-se aqui da paisagem típica da maior parte das superquadras consolidadas do Plano Piloto.

O resultado percebido em apenas um bloco não parece alarmante, mas o que ocorre caso a intervenção seja replicada em todos os blocos? Provavelmente a configuração de uma paisagem semelhante a uma das quadras do Noroeste.

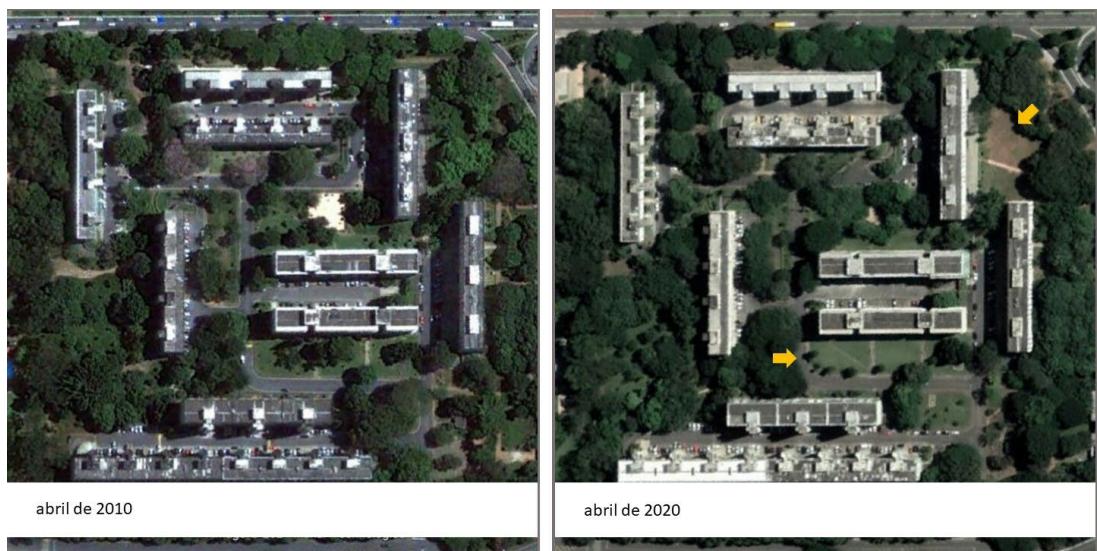


FIGURA 2 Montagem comparativa de antes e depois das intervenções na superquadra SQS 210. Fonte: elaboração dos autores, a partir de imagens de satélites extraídas do Google Maps (2021).

O Noroeste, setor residencial mais recente de Brasília, possui algumas características que se assemelham às superquadras projetadas por Lucio Costa. São áreas aproximadamente quadrangulares com blocos residenciais retangulares de seis pavimentos sobre pilotis permeados por grandes áreas livres. Contudo, a ambiência desses espaços pouco se assemelha à das superquadras. Com a ausência da malha contínua de árvores de grande porte, a escala bucólica torna-se outra. Aliás, no caso do Noroeste, é possível compreender um pouco da crítica de Zevi (2012, p. 68) à paisagem árida percebida na Brasília de 1960, a “maré dos superblocs”. Essa imagem mostra-se tão desvinculada da espacialidade das superquadras atuais que a recente Portaria nº 166/2016 veda a implantação e avanços de garagens quando demandam a



FIGURA 3 Vista aérea da quadra SQNW 108, localizada no Noroeste. Fonte: elaboração dos autores, a partir de imagens de satélites extraídas do *Google Maps* (2021).

supressão de árvores. Afinal, além de descaracterizar a paisagem, a intervenção torna-se irreversível, uma vez que a camada de terra que resta sobre a laje das garagens não é adequada ao crescimento de árvores de grande porte.

Se por um lado registrou-se esse tipo de intervenção indesejável à preservação e vivência da superquadra, por outro, observou-se que a ressignificação da espacialidade moderna desses sítios levou à configuração de uma paisagem histórica extremamente contemporânea. Como observou Gorelik, as superquadras permanecem ocupadas:

[...] Brasília não teve seu Pruitt Igoe, aquele conjunto de Arata Isozaki que foi dinamitado nos Estados Unidos pelos níveis de deterioração social e que tornou Jencks célebre, datando na explosão a partida de morte do modernismo. Ou seja, não houve em Brasília necessidade de dinamitar nenhuma superquadra porque elas se converteram em lugares de altíssima qualidade de vida com um grande sentido de pertencimento desenvolvido (Gorelik, 2005, p. 173).

Diante da constatação do acolhimento contemporâneo do espírito urbano moderno da superquadra e do reconhecimento do papel da ressignificação na preservação desse patrimônio, resta fazer aqui uma breve reflexão sobre o futuro e novos desafios que se apresentam.

Com a recente pandemia da Covid-19, as expectativas com relação às cidades devem ser reavaliadas. Nessa perspectiva, Nabil Bonduki (2021), em texto publicado no jornal Folha de São Paulo, alerta sobre a possível “maior alteração na vida urbana desde a consolidação das grandes cidades modernas”. Ele explica que epidemias sempre geraram grandes transformações nas cidades, o que provavelmente não será diferente agora. Então,

em 22 pontos, Bonduki especula os principais impactos na vida urbana após a Covid-19 e as demandas por maiores distanciamentos e espaços mais amplos.

São muitas as discussões que podem ser suscitadas a partir da leitura dos pontos, mas aqui interessam duas conjecturas centrais levantadas pelo autor. A primeira, entende que a habitação irá acumular funções e, ao se tornar o centro da vida familiar, profissional e social, demandará espaços maiores, mais qualificados, funcionais e silenciosos. A segunda possibilidade é a de que os espaços livres e abertos vinculados à habitação se tornarão importantes objetos de desejo. Ambos os prognósticos remetem inevitavelmente à configuração espacial da superquadra, o que permite supor que, caso esse cenário se confirme, muito provavelmente esse patrimônio moderno continuará a preservar o seu lugar na cidade.

FIGURA 4 Escala bucólica da superquadra e edifício da superquadra SQS 308. Fonte: Flaviana Lira, 2021.



Com a expectativa das cidades retomarem alguns dos preceitos modernos, cabe concluir este estudo alertando que talvez seja o momento das superquadras e outros espaços do Plano Piloto serem colocados no centro das discussões acerca das possibilidades para as cidades do amanhã. Olhar para esse patrimônio cultural e compreender as suas particularidades urbanas significa hoje estar atento ao futuro tanto quanto ao passado.

Referências

- BONDUKI, Nabil. Saiba quais serão os impactos da pandemia no futuro das cidades. Folha de S. Paulo, São Paulo, 24 abr. 2021. Caderno Ilustríssima. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/04/saiba-quais-serao-os-impactos-da-pandemia-no-futuro-das-cidades.shtml>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- BRASIL. Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP). Brasília 57-85: do plano piloto ao Plano Piloto. Brasília: TERRACAP, 1985.
- CASTRO, André Luiz de Souza. Notas sobre as inovações da portaria nº 166/2016-Iphan para a preservação do conjunto urbanístico de Brasília. In: RIBEIRO, Sandra Bernardes; PERPÉTUO, Thiago (org.). Patrimônio em transformação: atualidades e permanências na preservação de bens culturais em Brasília. Brasília: IPHAN, 2017.
- COSTA, Lucio. Brasília revisitada 1985-87. In: DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987. Regulamenta o artigo 38 da Lei 3751, de 13 de abril de 1960, no que se refere a preservação da concepção urbanística de Brasília. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, 14.out.1987. Disponível em: http://www.seduh.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/2-decreto-10_829-1987.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022.
- COSTA, Lucio. Diretrizes para a Preservação da Integridade do Plano Piloto. In: XAVIER, Alberto; KATINSKY, Julio (org.). Brasília: antologia crítica. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- DAUFENBACH, Karine. O capítulo brasileiro: Bruno Zevi e a narrativa por uma arquitetura orgânica. Arquitextos, São Paulo, ano 19, n. 228.00, maio 2019. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/19.228/7390>. Acesso em: 14 dez. 2022.

- FRAMPTON, Kenneth. *Storia dell'architettura moderna*. Tradução de Silvia Milesi. 4. ed. Bologna: Zanichelli editore s.p.A, 2008.
- GORELIK, Adrián. Brasília, o museu da vanguarda, 1950 e 1960. In: GORELIK, Adrian. *Das vanguardas a Brasília: cultura urbana e arquitetura na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- HOLANDA, Frederico de. *O espaço de exceção*. Brasília: Editora UnB, 2002.
- HOLSTON, James. *Cidade modernista: uma crítica de Brasília e de sua utopia*. Tradução de Marcelo Coelho. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- IPHAN. Relatório do Plano Piloto de Brasília. 4. ed. Brasília: IPHAN, 2018. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/lucio_costa_mio-lo_2018_reimpressao_.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022.
- IPHAN. Conjunto Urbanístico de Brasília. Complementação e detalhamento da Portaria Iphan nº 314/1992. Documento Técnico. Brasília, 2016a.
- IPHAN. Portaria nº 166, de 11 de maio de 2016. Estabelece a complementação e o detalhamento da Portaria nº 314/1992 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília-DF, ano 153, n. 91, 13 maio 2016b. Seção 1, p. 31. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria_166_consolidada_2018_com_mapas.pdf. Acesso em: 5 maio 2021.
- IPHAN. Portaria nº 314, de 8 de outubro de 1992. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília-DF, ano 130, n. 195, 9 out. 1992. Seção 1, p. 14302. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_314_de_8_de_outubro_de_1992.pdf. Acesso em: 5 maio 2021.
- LE CORBUSIER. *A carta de Atenas*. Tradução de Rebeca Scherer. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1993.
- LIRA, Flaviana Barreto. Desafios contemporâneos da significância cultural, integridade e autenticidade do patrimônio cultural: teoria e prática. *Oculum Ensaios*, Campinas, v. 17, p. 1-22, 2020.
- PERPÉTUO, Thiago. Revisitando o processo de tombamento de Brasília: uma contribuição historiográfica para novas interpretações do objeto protegido. In: RIBEIRO, Sandra Bernardes; PERPÉTUO, Thiago (org.). *Patrimônio em transformação: atualidades e permanências na preservação de bens culturais em Brasília*. Brasília: IPHAN, 2017.
- PRUDON, Theodore H. M. *Preservation of Modern Architecture*. New Jersey: John Wiley and Sons Inc., 2008.

REIS, Carlos Madson. Conjunto Urbanístico de Brasília: da preservação e outros demônios. In: RIBEIRO, Sandra Bernardes; PERPÉTUO, Thiago (org.). Patrimônio em transformação: atualidades e permanências na preservação de bens culturais em Brasília. Brasília: IPHAN, 2016.

RIBEIRO, Manuela Souza. Habitar, trabalhar, recrear e circular: possibilidades e limitações nas superquadras de Brasília. 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SECCHI, Bernardo. Primeira lição de urbanismo. São Paulo: Perspectiva, 2006.

ZEVI, Bruno. Brasilia troppo in fretta: capitale di plastici ingranditi. In: ZEVI, Bruno. Cronache di architettura. Bari: Laterza, 1971. v. 3, p. 244.

ZEVI, Bruno. Saber ver a arquitetura. Tradução de Maria Isabel Gaspar e Gaetan Martins de Oliveira. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

ZEVI, Bruno. Seis perguntas sobre a nova capital sul-americana. In: XAVIER, Alberto; KATINSKY, Julio (org.). Brasília: antologia crítica. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

CAPÍTULO 15

Intervindo sobre a preexistência

O projeto “Porto Novo” no Bairro do Recife e a distância entre plano e implementação¹

Natália Miranda Vieira-de-Araújo

Gabriela Souto Maior

Clara Patrício da Silva Araújo

O Bairro do Recife, sua identidade portuária e o destino de seus armazéns

O Bairro do Recife, importante núcleo histórico da cidade, tem seu valor patrimonial diretamente associado à condição portuária da área que corresponde ao núcleo urbano inicial da capital pernambucana. O bairro teve papel central no desenvolvimento da cidade até o início do século xx. O processo de modernização vivido a partir dos anos 1950 e a criação do Complexo Industrial Portuário de Suape nos anos 1970² (com início de funcionamento em 1982)

1 Artigo escrito originalmente para o V Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, realizado em Salvador, em 2018. Aqui se retoma o tema da relação entre os projetos e sua implementação e as mudanças que ocorrem nesse processo. Assim como o capítulo anterior, a análise aqui apresentada também é um resultado parcial da pesquisa desenvolvida no Departamento de Arquitetura da UFPE, integrando o Laboratório de Urbanismo e Patrimônio (LUP-UFPE), intitulada “Intervenções contemporâneas sobre a preexistência de valor patrimonial: teoria, projeto e inserção no contexto urbano” sob a coordenação da primeira autora e com participação da segunda autora na condição de aluna de iniciação científica e da terceira autora como aluna de estágio institucional.

2 No site do Porto do Recife, é possível verificar todo esse processo de transformação do Porto do Recife por meio de uma “Linha do tempo”, que coloca os principais momentos dessa história (SUAPE, [20-]).

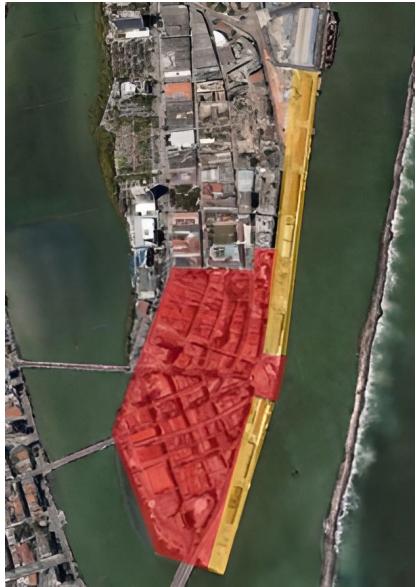


FIGURA 1 Em vermelho, a poligonal de tombamento federal do Bairro do Recife; em amarelo, a linha dos Armazéns 7 a 14. Fonte: Google Earth, editado por Clara Patrício (2017).

foram fatores decisivos para o esvaziamento e consequente degradação dessa área central. Os anos 1980 vão inaugurar as primeiras ações (planos e regulamentações) que visam à requalificação da área e seu reconhecimento enquanto patrimônio cultural. Será o Plano de Revitalização do Bairro do Recife, na década de 1990, que inaugurará uma nova etapa e direcionamento para as intervenções na área, buscando o objetivo simultâneo da preservação aliada à sua exploração econômica (Lacerda, 2007; Vieira, 2007).

Será também no final da década de 1990 que o Bairro do Recife alcançará a condição de sítio histórico tombado pelo IPHAN.³ Entretanto, chama atenção o fato de que o reconhecimento da área não engloba sua característica linha de armazéns portuários e nem a frente de água que o compõe (Figura 1). Obviamente que o valor dos armazéns portuários não se encontra em sua excepcionalidade ou característica arquitetônica particular e sim enquanto parte constituinte da paisagem portuária do bairro e sua ambiência geral. Tal fato trará consequências graves para o tratamento da área enquanto conjunto de valor patrimonial. A implantação das “torres gêmeas pernambucanas” é resultado de um desses lapsos de legislação, nesse caso no bairro vizinho, o bairro de São José, e demonstra as graves consequências para a leitura da paisagem de uma área histórica (Figuras 2 e 3) (Melo, 2009; Lapa, 2011).

³ No processo de implementação do Plano de Revitalização do Bairro do Recife, é realizado todo um esforço para o alcance desse reconhecimento nacional que significará a possibilidade, depois concretizada, do Bairro do Recife ser uma das áreas de atuação do Programa MONUMENTA-BID. Parte do Bairro do Recife é tombado a nível federal pela Portaria nº 263 em 23 de julho de 1998 (IPHAN, [20--]).



FIGURAS 2 E 3 No canto direito da primeira imagem e ao centro da segunda, observa-se a presença de duas torres residenciais construídas na borda d'água do Bairro de São José, tirando proveito de uma brecha na legislação patrimonial, que ferem a leitura da paisagem histórica da área central do Recife. Vista a partir do Pina e a partir de Molhe de Arrecifes. Fonte: Natália Vieira (2013); Betânia Brendle (2017).

Dentro desse contexto mais amplo de revitalização do bairro e com uma maior ênfase nos armazéns do porto que tiveram sua funcionalidade original perdida, foi lançado, em 2012, o projeto que foi posteriormente batizado de “Projeto Porto Novo”, desenvolvido pelo Núcleo Técnico de Operação Urbana (NTOU) no âmbito da Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão do Governo do Estado de Pernambuco. O projeto previa uma revitalização desde o Armazém 7, no Bairro do Recife, até o edifício Pescado Silveira, no bairro de São José, ao longo da linha d’água dessa área central.

A área proposta para intervenção abarca o conjunto de armazéns que vão do Armazém 7 ao Armazém 14, numa faixa de 1.300 metros de cais marítimo que é protegido das ondas por um molhe artificial construído sobre a barreira de arrecifes naturais. Essa área é formada a partir dos aterros sucessivos realizados nos séculos XVIII e XIX. Para os Armazéns 7, 10 e 11, foram contratados escritórios de arquitetura específicos para o desenvolvimento dos projetos, que deveriam seguir os princípios gerais estabelecidos pelo plano geral desenvolvido pelo NTOU.⁴ Já os Armazéns

⁴ O Armazém 7 foi projetado para abrigar o Terminal Marítimo de Passageiros, com projeto desenvolvido pelo escritório

9, 12, 13 e 14 tiveram projeto arquitetônico totalmente desenvolvido pela própria equipe do NTOU, composta por um corpo técnico multidisciplinar, e chegaram a ser registrados e aprovados nos órgãos licenciadores locais:

[...] o NTOU redesenhou a área portuária não-operacional com o objetivo de abrigar *um complexo de turismo, cultura e lazer, de escala metropolitana, a ser executado pela iniciativa pública e com uso cedido a particulares*, nos termos da lei. [...] O objetivo do NTOU foi estabelecer *diretrizes de desenho urbano, ressaltando a oferta qualitativa de espaços públicos, e desenvolver uma intervenção sobre a paisagem, considerando o contexto pré-existente* (Brandão; Borba; Carvalho, 2012, p. 110-112 *apud* Brandão, 2012, p. 110, grifos nossos).

Esse processo de esvaziamento da área central e das estruturas portuárias não é uma particularidade de Recife, mas um processo que se repete em várias cidades do Brasil e do mundo. A mesma afirmação vale para o tipo de solução que se tem buscado por meio das propostas que investem na criação de uma nova imagem para essas áreas com vistas a sua inserção na dinâmica turística e a valorização imobiliária de seu estoque construído. No Brasil, destaca-se o recente caso do “Porto Maravilha” no Rio de Janeiro, que já conta com diversas reflexões críticas. Para a concepção do projeto voltado para a área portuária carioca, houve todo um investimento no sentido de legitimar, frente à opinião pública em geral, a pertinência desse tipo de intervenção. A publicação intitulada “Porto Maravilha: Rio de Janeiro + 6 casos de sucesso de revitalização portuária”, financiada pelo Governo Municipal do Rio de Janeiro e publicada em 2010, ilustra de forma exemplar o processo de construção de uma imagem positiva e moderna para a proposta em desenvolvimento. Chama atenção a qualidade gráfica e abundância de ilustrações da publicação (Andreatta, 2010).

local Andrade & Raposo Arquitetos. Como Brendle e Vieira (2011) identificam no artigo “Cais do Sertão Luiz Gonzaga no Porto Novo do Recife: destruição travestida em ação de conservação”, o Armazém 10 foi demolido para dar lugar ao Museu Cais do Sertão projetado pelo escritório paulista Brasil Arquitetura, apesar de haver uma lacuna urbana adjacente ao Armazém, o Pátio do Moinho, que poderia abrigar a nova edificação. No caso do Armazém 11, o arquiteto Carlos Augusto Lira foi o responsável pelo projeto, onde foi instalado o Centro de Artesanato de Pernambuco.

No caso do Recife, apesar das críticas que se podem fazer ao modelo geral, chama atenção a tentativa de enfrentamento de um dos principais desafios para o alcance do equilíbrio nas chamadas parcerias público x privadas: o investimento na criação de um corpo técnico, o NTOU, que faria o planejamento geral da área para que esse planejamento fosse o norte da atuação dos investidores privados, o que deveria garantir a permanência das rédeas da situação com o poder público, com vistas ao tratamento adequado do patrimônio cultural da região e à atenção para com a população local.

Entretanto, apesar da elaboração desses projetos pelo NTOU, no decorrer do processo de implementação do projeto maior, decidiu-se pela elaboração de um edital de licitação para a exploração dos armazéns, segundo o qual as empresas vencedoras do processo licitatório poderiam reelaborar seus próprios projetos. A justificativa para tal decisão se baseou na defesa de que assim seria possível um planejamento mais adequado às atividades que seriam realizadas em cada edificação. Com isso, abriu-se espaço para intervenções que passaram a ter, em muitos pontos, uma maior atenção aos aspectos relacionados à melhor exploração econômica dos imóveis do que aos critérios de intervenção na preexistência desenvolvidos pelo NTOU, colocando, assim, a preservação do patrimônio em segundo plano (Mendonça, 2014). Ressaltamos ainda que não deveria ser necessário escolher entre a preservação do patrimônio e sua exploração econômica, ambas as coisas devem caminhar de forma conjunta e complementar. Esse permanece sendo o nosso desafio.

O presente capítulo visa identificar o caráter arquitetural das intervenções realizadas nos armazéns do Porto do Recife, que fizeram parte do Projeto Porto Novo, e sua relação com o contexto urbano onde estão inseridos. Por meio das plantas e perspectivas divulgadas pelo NTOU e dos projetos executivos disponibilizados pela Secretaria-Executiva de Controle Urbano (SECON) – tanto os desenvolvidos pelo NTOU, como os que foram de fato executados – foi possível estabelecer uma análise comparativa, observando as características e divergências entre as propostas iniciais e os projetos executados. Para essa análise, faz-se uso das categorias de intervenção propostas pelo italiano Giovanni Carbonara (2011) para

identificar o confronto entre o novo e o antigo na prática projetual adotada (“autonomia/dissonância”, “assimilação/consonância” e “abordagem dialética / reintegração da imagem”).⁵

Um breve comentário sobre o confronto novo vs. antigo

No livro *Architettura d'oggi e restauro: un confronto antico-nuovo*, Carbonara (2011) desenvolve o que ele próprio identifica como uma “primeira classificação”, – que não deve ser tomada como definitiva pela natureza complexa do tema – por meio da qual procura desenvolver as características gerais das possíveis relações entre a preexistência de valor patrimonial e a produção contemporânea da arquitetura. Carbonara (2011, p. III, tradução nossa) destaca que nessa proposta de classificação as categorias se propõem a apresentar:

[...] Não uma progressão em termos de qualidade ou de coerência, portanto, em cada categoria é possível encontrar soluções diferentes e adequadas, mas obviamente, em um crescente em termos de capacidade de compreensão e de respeito do preexistente, todavia, sem comprometer o resultado formal da intervenção.

Em sua tese de doutorado, Patrícia Nahas (2015) também se utiliza das categorias proposta por Carbonara (2011) e as sintetiza da seguinte maneira:

- I. Autonomia/Dissonância: “intervenções que vão da discordância linguística entre antigo e novo, inserções que assemelham-se a contaminações ou convivência parasitária à total autonomia entre a arquitetura do passado e a nova arquitetura. Em geral, essas mudanças são pautadas na mudança de uso do monumento original e em menor respeito pelas instâncias estética e histórica” (Nahas, 2015, p. 79);
- II. Assimilação/Consonância: “apreensão do repertório linguístico fornecido pelo passado através do repristino, da recuperação dos princípios compositivos ou do arquétipo linguístico do monumento. Nesses casos, há uma prevalência da manutenção do uso original do edifício [...]” (Nahas, 2015, p. 79);

⁵ Nesse artigo, portanto, não nos debruçaremos sobre as questões relativas ao instrumento “operação urbana consociada” e nem ao desenho geral da proposta que está focada, principalmente, na exploração cultural e turística dos armazéns. Esses temas merecem o desenvolvimento de uma outra reflexão igualmente cuidadosa.

- III. Relação dialética/Reintegração da imagem: “maior rigor na integração antigo-novo; as intervenções são fundamentadas na correta leitura do monumento, na compreensão da sua história e seus valores estéticos” (Nahas, 2015, p. 80);
- IV. Intervenção não direta: “ações de caráter minimalista, onde a intervenção edilícia sobre o monumento é quase inexistente” (Nahas, 2015, p. 80);
- V. Casos particulares: Intervenções na preexistência de caráter especial que não se inserem nas categorias anteriores.

As três primeiras categorias, cada uma delas divididas pelo autor em subcategorias, resumem as principais atitudes frente ao antigo. As duas últimas, na verdade, tratam de casos específicos que mereceriam uma outra reflexão que não a proposta neste artigo. Temos trabalhado com as três primeiras categorias propostas por Carbonara (2011) a partir do entendimento dessas não como noções estanques, mas no sentido de construção de uma “escala” (conforme Figura 1, já apresentada no capítulo 12) em que o confronto antigo vs. novo pode ser classificado.

O NTOU, sua criação e seus objetivos gerais

Em 2007 foi criado o Núcleo Técnico de Operações Urbanas (NTOU), órgão pertencente à Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado de Pernambuco (SEPLAG) e responsável pelo desenvolvimento de estudos que visavam à construção de operações urbanas consorciadas locais de interesse do governo. A atuação do NTOU, que durou de 2007 a 2010, foi registrada no livro Núcleo Técnico de Operações Urbanas: Estudos 2007 – 2010, organizado por Zeca Brandão (2012), então secretário executivo de Operações Urbanas do Governo do Estado de Pernambuco. Nesse relato, destaca-se que a intenção alegada para criação do NTOU foi:

[...] a constatação, em avaliações de governos recentes, do baixo impacto que grandes obras e investimentos econômicos têm na qualidade de vida das cidades e consequentemente da população. Observa-se que diversas intervenções urbanas contemporâneas mostraram-se pontuais e desarticuladas, não respondendo às esperadas vantagens

sociais (mesmo na presença de grandes inventivos fiscais e econômicos) (Brandão, 2012, p. 8).

Desse modo o Núcleo Técnico serviria para articular e planejar as intervenções, sendo um órgão de caráter propositivo e consultivo. O NTou desenvolveu vários estudos urbanos e alguns deles foram implementados pelo Governo do Estado, como o que deu origem à Cidade da Copa, em São Lourenço da Mata, e Projeto Porto Novo na área portuária do Recife (objeto específico de nossa análise), ambos tidos como parte da preparação realizada na Região Metropolitana do Recife para receber a Copa do Mundo da FIFA de 2014 e desenvolvidos, entre outros, com recursos do governo do estado e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Brandão (2012, p. 9) ressalta que:

[...] nenhum desses projetos pode ser tecnicamente considerado uma operação urbana consorciada, uma vez que além de não serem conduzidos pelo poder municipal, e sim estadual, não foram objetos de lei municipal específica, conforme recomenda o Artigo 32º do Estatuto da Cidade.

Entretanto, o autor continua defendendo que, apesar disso, os objetivos, estratégias e metodologias dessas propostas se encontravam em “total consonância com o ideal do Estatuto da Cidade”. Veremos, no desenrolar do artigo, como se dará parte do processo de implementação do Projeto Porto Novo e se este permanecerá fiel ao planejamento realizado.

Como dito anteriormente, neste artigo, nossa reflexão se concentrará na intervenção sobre a arquitetura dos armazéns e no seu papel na paisagem do bairro. Não analisaremos, aqui, o ideário de planejamento usado como norteador do projeto urbano como um todo.⁶ Entretanto, precisamos pontuar a preocupação para com as estratégias centrais muito concentradas na população flutuante e a pouca atenção que parece existir nas intervenções realizadas no Bairro do Recife para com a área onde está concentrado o uso residencial no bairro: a área do Pilar, ocupada especialmente pela

⁶ Uma visão bastante crítica sobre o instrumento das “Operações Urbanas Consorciadas”, por exemplo, pode ser encontrada em Maricato e Ferreira (2002).

Comunidade do Pilar, uma ocupação de baixa renda e com graves problemas de habitabilidade.

A Comunidade do Pilar está aí instalada há mais de 40 anos, tendo o início de sua ocupação datado de meados de 1970, na área que havia sido desapropriada pelo Porto do Recife S.A., no entorno da Igreja Nossa Senhora do Pilar, para a construção de uma estrutura de retroporto que nunca foi de fato efetivada; deixando, assim, 6 quadras demolidas e/ou destelhadas que posteriormente foram ocupadas pela população que ficou conhecida inicialmente pela alcunha de Favela do Rato (Giustina, 2010). Obviamente que não seria um projeto voltado para os armazéns do Porto que deveria enfrentar o problema da Comunidade do Pilar, mas está claro que ele se alinha com perspectiva geral da revitalização em andamento no Bairro do Recife, que parece se importar pouco com o destino da Comunidade do Pilar (Jordão, 2017). A própria maquete eletrônica do programa disponibilizada no site do Porto do Recife, ao apresentar os novos armazéns “revitalizados”, “apaga” da imagem a comunidade.⁷

Brandão (2012, p. 116, grifos nossos), entretanto, ressalta que alguns aspectos da proposta geral não deveriam ser “negociáveis”:

Se concessões devem ser feitas para que o projeto seja atraente do ponto de vista econômico, *algumas restrições devem ser impostas* - o cerne conceitual da proposta é a valorização do caráter público do lugar, a *possibilidade da população usufruir os espaços costeiros*, os usos poderem *propiciar uma vivência democrática e permanente da cidade* e que a intervenção extrapole a importância local e potencialize a revalorização da região central da Região Metropolitana como um todo.

Como veremos adiante, não foi bem assim que as coisas se concretizaram.

Foi estabelecido um programa para a área que envolveria comércio, serviço, escritórios, lazer, turismo, convenções e estacionamento; permanência das atividades náuticas e apoio hoteleiro, além da sugestão para instalação de equipamentos culturais. Também foram

⁷ Na galeria de fotos intitulada “Projeto Porto Novo”, disponibilizada no site do Porto do Recife, está a imagem de uma maquete eletrônica do Bairro do Recife com os Armazéns e com tarja cinza sobre a área da Comunidade do Pilar. Disponível em: https://www.portodorecife.pe.gov.br/tim/tim.php?src=https://www.portodorecife.pe.gov.br/images/galeria/galerias/hgt1-00_geral.jpg&w=1366.

desenvolvidos os conceitos e diretrizes gerais para intervenção na escala edilícia, que será o foco de análise do presente artigo.

As diretrizes gerais do Projeto Porto Novo definem que “as estruturas arquitetônicas devem ser mantidas, garantindo a originalidade e o caráter de intervenção sobre o existente” (Brandão, 2012, p. 118) e nos casos de remoção (demolição) as novas construções devem dialogar com o contexto preexistente ao mesmo tempo em que devem apresentar elementos que demarquem sua contemporaneidade. Assim, percebe-se que todo o discurso construído se alicerça no respeito às estruturas preexistentes sem que isso signifique a impossibilidade de inserções contemporâneas. O NTOU estabeleceu três modelos de ocupação para a intervenção nos armazéns. Para o primeiro modelo, no qual se enquadravam os Armazéns 9, 12 e 13, era previsto o acréscimo de elementos na estrutura preexistente e a possibilidade de mudanças nas volumetrias e nas fachadas para que pudesse abrigar os novos usos. A condição essencial para o modelo era a permanência da “leitura de galpão”, por meio de artifícios como a manutenção da volumetria geral e do pé-direito duplo em seus acessos. O segundo modelo, referente ao Armazém 14 e ao edifício do Pescado Silveira, previa “ocupação apenas do interior do edifício, com manutenção e restauração da volumetria e das fachadas originais” (Brandão, 2012, p. 126). E finalmente, o terceiro modelo previa a “ocupação por substituição de estruturas”, em referência à demolição do Armazém 15, localizado no Bairro de São José. Esse terceiro modelo trata de um caso bem específico. Aqui o NTOU propõe a substituição do armazém por um “conjunto de edifícios que remetam ao padrão de ocupação do cais antecipado pelo Pescado Silveira (torre sobre pódio), considerando-se, porém, a relevância de se manter a permeabilidade visual e física no pavimento térreo” e justifica a ação argumentando que um empreendimento desse porte, que abrigaria o programa do hotel-marina, garantiria a revitalização do Pescado Silveira, elevando-o “[...] à condição de patrimônio preservado”, além de não representar uma perda da memória de padrão arquitetônico, pois o Armazém 15 seria “uma repetição do mesmo modelo dos anteriores” (Brandão, 2012, p. 119). Esse terceiro modelo não será analisado no presente capítulo.

Percebe-se, assim, que as diretrizes gerais e os modelos de ocupação se preocupam com a leitura da paisagem urbana portuária e destacam, inclusive, a necessidade de preservação do “desenho do skyline na área quando visto da água”, visando “[a]o resgate da paisagem urbana, descrita pelos documentos históricos de portugueses e holandeses como a grande entrada da cidade” e à garantia de “manutenção da memória portuária”, aqui entendida como “a conservação da paisagem consagrada no imaginário da cidade” (Brandão, 2012, p. 120-21) (imagem dos armazéns, ideia de cais, etc.). Para tal conservação da paisagem, entretanto, não se entendem os armazéns como estruturas intocáveis, mas passíveis de intervenção desde que mantenham a leitura da paisagem portuária (Figuras 4, 5 e 6).

FIGURA 4 Maquete física da intervenção proposta pelo NTOU. Fonte: Brandão (2012, p. 129).



FIGURAS 5 E 6 Ilustração sobre imagem obtida por satélite definindo os armazéns objeto de intervenção no Bairro do Recife e a Maquete física geral da intervenção proposta pelo NTOU. Fonte: Brandão (2012, p. 127-128).



Os projetos desenvolvidos pelo NTOU para os Armazéns 9, 12 e 13

O NTOU enquadrou os Armazéns 9, 12 e 13 no primeiro modelo de ocupação desenvolvido, em decorrência da semelhança do padrão tipológico e morfológico dessas edificações, aplicando as mesmas diretrizes para os três. Aqui, o acréscimo de elementos na estrutura preexistente, a possibilidade de mudanças nas volumetrias e nas fachadas são admitidas visando à adequação aos novos usos. A permanência da leitura de galpão é a condição essencial para as mudanças. Diante dessa condição, o NTOU estabeleceu que esses armazéns poderiam ter até dois pisos úteis e utilizar arranjos flexíveis, a exemplo do uso de pé-direito duplo e de mezaninos, para um melhor aproveitamento da altura da edificação. Além disso, seria possível substituir o fechamento em alvenaria, com balcões em balanço e decks avarandados, sendo explorados como avanço volumétrico além da linha de fachada, desde que houvesse respeito à estrutura original. O projeto tinha como proposta um programa que abrigasse bares, restaurantes, lojas e equipamentos de lazer no térreo, enquanto nos pavimentos superiores e mezaninos estariam dispostos escritórios (Figura 7).

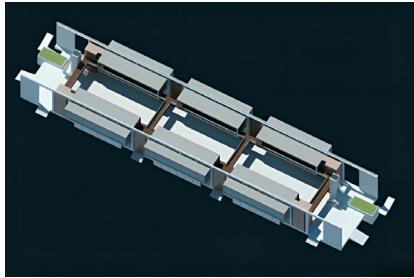


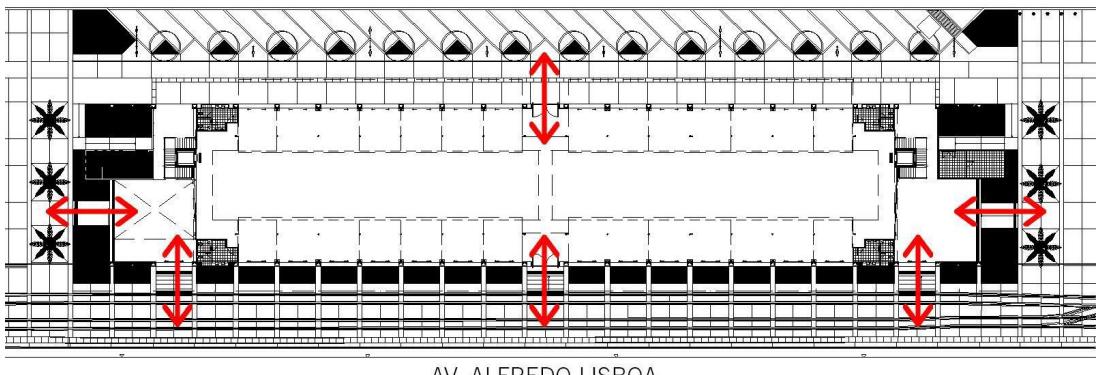
FIGURA 7 Perspectiva interna explicitando os volumes sacados para um melhor aproveitamento do pé-direito. Fonte: Brandão (2012, p. 130).

A proposta realizada pelo NTOU previa projetos bastante semelhantes para os três armazéns, se diferenciando basicamente pela questão da funcionalidade. O NTOU definiu o Armazém 9 como um edifício de escritórios, enquanto aos Armazéns 12 e 13 foram destinados os mesmos usos: bares, restaurantes e outros equipamentos de lazer no térreo e escritórios nos pavimentos superiores.

É importante destacar que o NTOU priorizava que os usos de maior permanência e contemplação estivessem voltados para o rio, por causa do potencial paisagístico, enquanto os usos que necessitam de uma maior facilidade de acesso deveriam ser direcionados para a Avenida Alfredo Lisboa, como forma de garantir a vitalidade da via. Ademais, apesar dos diferentes usos, em todos os casos o NTOU buscou um layout flexível que trouxesse permeabilidade e permitisse uma futura adaptação a diferentes serviços.

Dessa forma, os projetos abriam os armazéns para a população, proporcionando acesso do público em geral por meio de três grandes entradas voltadas para a avenida. Além disso, a entrada central também constituía um elemento conector com as margens do rio e também foram estabelecidas entradas nas extremidades com pé-direito duplo (Figura 8). Essa concepção de vários acessos permitia

FIGURA 8 Planta baixa do Armazém 9 e seus acessos. Fonte: Brandão (2012, p. 131).



AV. ALFREDO LISBOA

a criação de um grande passeio interno no sentido transversal e garantia grande permeabilidade aos armazéns, conectando a Avenida Alfredo Lisboa às margens do rio, buscando vitalidade por meio da diversidade de usos e integrando de fato o projeto ao Bairro do Recife.

A proposta também explora bastante o uso de elementos sacados interligados por passarelas no pavimento superior, acarretando uma mudança na volumetria original, porém sem interferir na já consolidada imagem de armazém. Com esse artifício, foi possível um melhor aproveitamento da altura, ao mesmo tempo em que havia manutenção da leitura da espacialidade interna de galpão com o pé-direito duplo em boa parte da edificação, indo além das extremidades dos armazéns (Figura 9).

O projeto também insere um lanternim que, apesar de modificar a imagem da coberta original e, consequentemente, sua volumetria, seria um importante artifício para proporcionar maior iluminação e conforto térmico, estabelecendo melhores condições para o uso dos bens patrimoniais. Nessa medida, a opção por se respeitar a leitura volumétrica interna trouxe grandes mudanças na fachada, sendo ela bastante modificada, inclusive com substituição do material, explicitando que se tratava de uma intervenção contemporânea que preza pela leitura do conjunto, mas que não entende o valor do armazém representado pela sua arquitetura específica, e sim muito mais pela espacialidade gerada (Figura 10).

Por meio das análises acima, é possível traçar um paralelo dos projetos com as categoriais da relação antigo-novo propostas por Carbonara (2011). Fica evidente a preocupação do NTOU em garantir o equilíbrio entre as instâncias estética e histórica, estabelecendo uma relação dialética que possibilita um resultado projetual amadurecido, através da conservação da leitura da espacialidade de galpão característica dos armazéns. Entretanto, mesmo garantindo a leitura espacial, a proposta não deixa de explicitar a marca do nosso tempo, ficando bem claro que se trata de uma intervenção contemporânea.

Dessa forma, as propostas desenvolvidas pelo NTOU se aproximam da categoria “relação dialética/reintegração da imagem”, a qual o autor considera que:

Trata-se do tema, próprio do restauro, da exaltação da pré-existência em termos de qualidade figurativa e de rigor metodológico do novo, colocado



FIGURA 9 Perspectiva interna explicitando a manutenção da espacialidade interna.
Fonte: Brandão (2012, p. 132).



FIGURA 10 Volumetria geral dos armazéns.
Fonte: Brandão (2012, p. 132).

ao serviço do antigo. Aplica-se nos dois termos clássicos da conservação do antigo e o aprimoramento da beleza (*venustas / vetustas*), já destacados pelos autores do século XVII e depois retomados na dialética brandiana entre as instâncias histórica e estética (Carbonara, 2011, p. 118).

Entretanto, se destacarmos o tratamento dado à fachada, que diverge bastante da situação original, podemos apontar (dentro da noção de escala anteriormente apresentada) numa direção da linha da “autonomia-dissonância”, porém ainda muito aproximada da escala intermediária. Conforme já dito anteriormente, o valor dado aos armazéns está ligado à ideia de conjunto que compõe a paisagem e não à questão arquitetônica individual de cada galpão. O NTOU estava preocupado em estabelecer uma intervenção que estivesse integrada com toda a área, assim, todas as suas decisões estavam voltadas para a conservação do conjunto como um todo e, apesar das transformações dos materiais, o projeto sempre esteve subordinado a uma conservação mais geral como forma de garantir a leitura dos armazéns na paisagem, bem como da paisagem com os armazéns.

O projeto executado para o Armazém 9

Com a mudança no processo de licitação para exploração dos armazéns, o escritório Jerônimo da Cunha Lima Arquitetos passa a ser o responsável pela criação da nova proposta que veio a ser executada para o Armazém 9. Nessa nova proposta, que virá a ser de fato executada, o projeto do Armazém 9 deixou de ser semelhante aos dos Armazéns 12 e 13, conforme previam os modelos de ocupação propostos pelo NTOU. Apesar de manter a mesma



FIGURA 11 Fachada atual do Armazém 9.

Fonte: Clara Patrício (2018).

funcionalidade, visto que também se destina ao uso de escritórios, apresenta uma proposta bastante divergente da do NTOU.

Em primeiro lugar, abriu-se mão do artifício do uso de elementos sacados e, consequentemente, a solução dada apresentou um maior respeito pela volumetria externa e fachada da edificação. Dessa forma, o tratamento dado conserva mais a fachada quando comparado ao projeto anterior, preservando o ritmo da composição original (Figura 11).

Por outro lado, o projeto realizado adota uma solução bastante agressiva ao definir o uso de três pavimentos, indo totalmente de encontro ao que o NTOU propunha: máximo de dois pavimentos com arranjos flexíveis. A decisão tomada levou à compartimentação de toda a área interna, com desenho de planta baixa pouco flexível e sem uso do pé-direito duplo, comprometendo completamente a leitura da espacialidade de galpão característica do armazém. A situação se agrava ainda mais pelo fato de ter sido alocado um estacionamento privado no pavimento térreo, tornando o acesso restrito a funcionários e impossibilitando o uso do armazém pelo público em geral, o que isolou bastante a edificação, desconectando-a do bairro.

A questão do acesso restrito e a consequente relação distanciada do Armazém 9 com o Bairro do Recife constituem dois dos pontos mais críticos desse projeto. O uso aqui é direcionado a uma empresa privada que leva ao comprometimento da área com maior potencialidade para integrar o edifício ao bairro, que seria o térreo, convertendo-o em uma função (estacionamento) que não estabelece relação alguma com a área urbana que se deseja requalificar. Dessa forma, a permeabilidade, que era uma das características mais fortes do projeto do NTOU, não foi estabelecida e o armazém se fechou para o restante do bairro, sem proporcionar uma conexão entre a avenida e as margens do rio.

Com o estudo da atual situação do Armazém 9, nota-se que, no caso do projeto implementado, a compartimentação da área interna que não conserva a leitura espacial do armazém elimina importantes elementos, necessários para a compreensão da edificação. Procurando estabelecer uma relação com as categorias propostas por Carbonara (2011), observamos que, apesar da conservação da composição da fachada (assimilação-consonância?), a área interna é trabalhada com uma compartimentação que não demonstra respeito algum para com a estrutura preexistente (autonomia-dissonância?). Não nos sentimos confortáveis para enquadrar o projeto em uma das categorias propostas pelo autor italiano, uma vez que a relação entre o antigo e o novo demonstra uma incoerência projetual, parecendo ter como principal finalidade a exploração do uso e não a conservação do bem, aliada a sua reutilização.

O projeto executado para os Armazéns 12 e 13

O escritório Jerônimo da Cunha Lima Arquitetos também será o responsável pelo novo projeto que veio a ser executado para os Armazéns 12 e 13. Aqui permanece a ideia do NTOU de criar projetos semelhantes para ambos os armazéns, com pequenas diferenças nas áreas técnicas. Como ocorre com o Armazém 9, o novo projeto dos Armazéns 12 e 13 estabelece um maior respeito pela volumetria externa e fachada, havendo uma continuidade do tratamento da fachada, que explora a utilização de materiais contemporâneos para evidenciar a nova intervenção (Figuras 12).



FIGURA 12 Situação atual do Armazém 13.
Fonte: Clara Patrício (2018).

Tratando-se dos usos, a nova proposta, assim como a do NTOU, também abriga escritórios nos pavimentos superiores e equipamentos de lazer no térreo. Contudo, os equipamentos de lazer são concebidos exclusivamente como bares e restaurantes, de forma que o layout proposto não permite uma mudança futura para diferentes usos. Também é importante destacar a homogeneidade do tipo de serviço oferecido: todos destinados a um público de poder aquisitivo mais elevado, favorecendo a configuração de uma bastante segregada.⁸

É preciso destacar, ainda, que o desenho da planta baixa criou acessos exclusivos para esses bares e restaurantes pela fachada voltada para a frente

⁸ Obviamente que esse aspecto não é definido pelo projeto arquitetônico e faz parte de uma reflexão que precisa ser desenvolvida sobre a gestão e sobre os princípios do planejamento para a área.



FIGURAS 13 E 14 Único acesso voltado para a Av. Alfredo Lisboa e a Fachada voltada para a Av. Alfredo Lisboa do Armazém 12. Fonte: Clara Patrício (2018).

d'água, existindo apenas uma entrada que conecta a Avenida Alfredo Lisboa às margens do rio. Essa entrada é também o único espaço que conservou o pé-direito duplo (Figura 13). A área interna foi, então, bastante compartimentada, sem a manutenção do pé-direito duplo, alterando-se completamente a leitura espacial de galpão que havia.

Assim, apesar de respeitar a fachada, o faz de forma frágil, pois não utiliza a mesma diretriz para a conservação da espacialidade interna. Ademais, a fachada que se volta para a avenida é completamente fechada pelos elementos publicitários dos estabelecimentos, concebendo apenas uma relação do armazém com as margens do rio, o que pode fragilizar a vitalidade da área, sem integrar de fato os armazéns ao Bairro do Recife (Figura 14).

Ao analisar esses projetos a partir das categorias de Carbonara, assim como no caso do projeto do Armazém 9, temos as mesmas dificuldades. Há uma aproximação da corrente “assimilação/consonância” no que diz respeito ao tratamento das fachadas, que, inclusive, buscam alguns elementos miméticos, a exemplo do friso do frontão. Infelizmente, o uso desse detalhe é bastante crítico, com falhas graves de acabamento (Figura 15).



FIGURA 15 Friso do Armazém 12, em destaque a falha na junção do friso das fachadas menores com as fachadas maiores. Fonte: Clara Patrício (2018).

Mais uma vez, podemos perceber que a intervenção proposta se concentra numa ideia de fachadismo, em que a diretriz utilizada para a fachada não se reflete na área interna, que tem a sua espacialidade completamente modificada. Dessa forma, o projeto dos armazéns não se integra à área, ao se fechar para o restante do Bairro do Recife, não permitindo uma utilização que promova a vitalidade no espaço público do bairro pela valorização das conexões com ele. O que ocorre, de fato, é a subordinação do projeto a questões pragmáticas e funcionais no projeto arquitetônico fechado em si mesmo, que não preza pela conservação dos armazéns como conjunto que conforma uma paisagem.

O Armazém 14 e seus projetos

No edifício do Armazém 14, de 2000 a 2011, funcionou o Teatro Armazém, que dava espaço à produção cultural independente local e era administrado pela atriz e produtora Paula de Renor, quando foi entregue para a intervenção. Nas discussões prévias constantes no livro do NTOU, é constatado que, diferentemente dos outros armazéns, que:

[...] apresentam características tectônicas semelhantes (construídos com estrutura pré-fabricada mista de concreto aparente e metal, fechamento em alvenaria simples e coberta montada sobre treliças metálicas), o armazém 14 apresenta todas as fachadas decoradas com motivos ecléticos, típicos de finais do século XIX e início do século XX (Brandão, 2012, p. 113).

Por esse motivo, a diretriz requerida pelo IPHAN solicitou que as fachadas fossem restauradas e não sofressem alterações projetuais. A análise do NTOU “[...] considera necessária a manutenção do pé direito único na entrada principal do equipamento, para garantir a leitura espacial do galpão” (Brandão, 2012, p. 129), além de o uso proposto ser o de lazer e cultura, levando em consideração que “a edificação já funciona como um teatro” (Brandão, 2012, p. 125).

Assim, no projeto apresentado pelo NTOU, o uso proposto era o de um cinema com duas salas, uma menor com acesso pelo térreo e semienterrada devido ao desnível vertical das fileiras da plateia, e outra com acesso pelo piso do primeiro andar, com inclinação



FIGURA 16 Corte longitudinal do Armazém 14. Fonte: Pranchas desenvolvidas pelo NTOU e disponibilizadas por Zeca Brandão a partir de seu arquivo pessoal.

vertical, onde o nível mais baixo chegaria até o nível do chão. Duas entradas previstas, nas portas centrais das fachadas longitudinais, e com pé direito único entre uma e outra: de um lado do armazém ficaram as salas de cinema, do outro uma laje separando o primeiro pavimento do térreo e mais algumas salas (Figura 16).

Para a área imediatamente adjacente ao armazém, que dá para um dos acessos ao bairro, o acesso de quem vem pela antiga Ponte Giratória e onde se inicia a Avenida Alfredo Lisboa, o projeto previa uma praça com canteiros para árvores, bem como espaços de área verde. O desenho da praça, uma área de convivência comum, é coerente com a proposta do NTOU de trazer vitalidade urbana a essa área do bairro, ressaltando a oferta qualitativa de espaços públicos (Figura 17).

FIGURA 17 Desenho para a área adjacente ao Armazém 14 no projeto do NTOU. Fonte: Pranchas desenvolvidas pelo NTOU e disponibilizadas por Zeca Brandão.





FIGURA 18 Fachada longitudinal do projeto do NTOU para Armazém 14, com os três coroamentos. Fonte: Pranchas desenvolvidas pelo NTOU e disponibilizadas por Zeca Brandão.

Assim, levando em conta a diretriz do IPHAN de que as fachadas fossem restauradas e não sofressem alterações projetuais, devido a suas características particulares em relação às dos outros armazéns, o que acontece é que as fachadas – o invólucro – no projeto seriam restauradas a fim de manter o estilo eclético. Cabe salientar que Daniella Esposito (2017), em sua dissertação de mestrado, identifica que um dos coroamentos da fachada, presente nesse projeto – e mais adiante veremos que também no projeto que foi o executado – não estava presente no edifício quando da época da intervenção, o que aponta para uma possível busca de um estado ideal que pode nunca ter existido, nos moldes de Viollet-le-Duc (Figura 18)⁹.

Com o arrendamento dos armazéns pela iniciativa privada, mais uma vez, o escritório Jerônimo da Cunha Lima Arquitetos¹⁰ foi contratado pela produtora de cervejas Itaipava, pertencente ao Grupo Petrópolis, e ficou responsável por desenvolver

9 Vale salientar que Esposito (2017) não apresenta a informação se este coroamento era do projeto original do armazém.

10 Cabe notar que na ocasião de divulgação do lançamento do novo espaço, em 2017, as notícias apresentavam apenas o arquiteto Humberto Zirpoli como responsável pelo projeto (ao que parece foi dele a ambientação do local), e algumas das imagens apresentadas do resultado final das obras no interior do edifício diferem das encontradas nos projetos presentes nos processos de aprovação consultados, havendo uma maior ocupação do primeiro pavimento (CASA..., 2017). Entretanto, a análise aqui empreendida toma como base os projetos registrados e aprovados pela prefeitura, estes com assinatura do escritório de Jerônimo da Cunha Lima, disponível no acervo da Arquivo da 1ª Gerência Regional SECON da PCR.

um novo projeto para o edifício. A proposta da Itaipava foi a de transformar o estabelecimento numa casa de eventos, nomeada “Itaipava 14”.

Neste projeto, que também passou por processo de aprovação junto ao IPHAN e à Prefeitura, a fachada foi recomposta, em decorrência da prerrogativa do IPHAN, e com o mesmo acréscimo de um coroamento previsto no projeto do NTOU. Respeitado o desenho, houve introdução de novos materiais como portas de vidro e o símbolo da marca de cerveja: a contemporaneidade da intervenção é visível, mas não se vê o contraponto dos elementos preexistentes. Como diz uma reportagem do JC Online, quando da ocasião do lançamento do novo espaço, em tom entusiasmado: “Do passado, só ficou o nome Armazém Frigorífico” (CASA..., 2017), uma referência às palavras presentes em sua fachada de quando o espaço ainda funcionava como frigorífico do porto.

Retirou-se a maioria das paredes internas do armazém, mantendo-se uma divisão do espaço em três ambientes, com entradas independentes, e são mantidos blocos de banheiro e salas técnicas sobre eles. Esses banheiros, juntamente com as divisórias dos três vãos, são elementos que parecem estranhos à configuração espacial anterior, mas, segundo a representação nas pranchas encontradas na SECON, já eram existentes quando da data da intervenção. Temos, assim, um projeto que se baseia apenas na retirada de elementos que interferiam no uso desejado e na manutenção dos banheiros para a viabilidade dos eventos.

A recuperação da fachada tem como diretriz central a preservação da preexistência, propondo inclusive o completamento de partes faltantes, pretendendo-se, então, ser uma ação de restauro. A área interna é trabalhada nos termos da manutenção da leitura de galpão e é beneficiada pelo vão livre com pé-direito duplo, que é criado atendendo, assim, a uma das diretrizes estabelecidas para os projetos do NTOU.

Na área adjacente ao Armazém, foi projetado e realizado apenas um estacionamento, abrangendo toda a área e composto de dois níveis, um semienterrado e outro um pouco acima do nível do chão, nomeado de “Estacionamento Porto Recife”. Assim, diferentemente

da proposta do NTOU, esse elemento do projeto cria um afastamento do entorno de duas ordens: o físico, por estar em nível diferente dos que passam na rua e calçada, e o prático, por dar lugar a um uso que não favorece a convivência e usufruto do espaço público e que é destinado a uma minoria da população.

Tanto o projeto do NTOU quanto o projeto posteriormente desenvolvido e executado partem da restauração da fachada principal do Armazém 14, não cabendo, portanto, aqui, a utilização das categorias de classificação quanto ao confronto antigo vs. novo, propostas por Carbonara (2011) e utilizadas neste artigo como referência para a análise. No que diz respeito à intervenção na área interna, ambas mantêm a leitura essencial de galpão característica de armazém e se utilizam de materiais contemporâneos, aproximando-se, assim, de uma “relação dialética-reintegração da imagem”.

A grande divergência entre o planejado pelo NTOU e o executado, no caso do Armazém 14, se encontram na forma de utilização do terreno contíguo a ele. O tratamento dado para a área externa no projeto executado corrobora a leitura de que, em consonância com os prováveis desejos de seu cliente, a Itaipava, o projeto foi guiado pelo pragmatismo e visava à melhor exploração econômica da área. As preocupações para com o provimento de um espaço público acessível a todos e a maior relação entre a área e o bairro como um todo, presentes na proposta do NTOU, parecem ter desaparecido. Esse é um grande risco sempre presente quando se cedem áreas urbanas, juntamente com liberdade de desenvolvimento de seu próprio projeto, ao interesse privado.

Considerações finais

Conforme delimitado desde o início deste artigo, o objetivo aqui proposto foi o de analisar as intervenções (planejadas e implementadas) nos armazéns da área portuária do Bairro do Recife no que diz respeito à relação entre antigo e novo. Não entramos aqui na discussão do modelo de planejamento geral proposto para a área, baseado no ideal das chamadas “operações urbanas consorciadas” e focada,

principalmente, na exploração cultural e turística dos armazéns. Este aspecto merece uma reflexão própria.

Vale salientar o investimento realizado pelo Governo do Estado para montar uma estrutura técnica própria para desenvolver esses planos e projetos baseados nos ideais das operações urbanas: o NTOU. No caso do Projeto Porto Novo, objeto de nossa análise, observa-se o desenvolvimento de uma proposta que pensa em todo o conjunto de forma integrada ao Bairro do Recife, estabelecendo princípios de intervenção claros e coerentes com o que os técnicos identificam como os valores norteadores da intervenção. A elaboração de um plano urbano geral pela equipe do próprio poder público aponta no sentido de uma tentativa interessante para a condução de uma parceria público-privada que teria como norte um plano definidor dos aspectos que não deveriam ser negociáveis.

As análises desenvolvidas demonstram que é possível traçar um paralelo entre os projetos do NTOU e as categoriais da relação antigo-novo propostas por Carbonara (2011). O NTOU se preocupou em garantir o equilíbrio entre as instâncias estética e histórica, estabelecendo uma relação dialética cujo resultado projetual preza pela conservação da leitura da espacialidade de galpão característica dos armazéns. Entretanto, mesmo garantindo a leitura espacial, a proposta não deixava de explicitar a marca do nosso tempo, deixando claro que se trata de uma intervenção contemporânea. Dessa forma, as propostas desenvolvidas pelo NTOU se aproximam da categoria “relação dialética-reintegração da imagem”, na medida em que há um cuidado em se restaurar a espacialidade dos armazéns, sem deixar de lado a expressão contemporânea.

Já na análise dos projetos que foram de fato executados, nota-se que há uma menor preocupação com a questão patrimonial. Nos projetos realizados pelo Escritório Jerônimo da Cunha Lima Arquitetos, há uma grande compartimentação da área interna, responsável por não preservar a linguagem espacial dos armazéns, sem o restauro da espacialidade propriamente dita e com uma ênfase clara na melhor utilização do espaço em termos de sua exploração econômica.

Destaca-se ainda que todos os projetos desenvolvidos pelo NTOU já se encontravam devidamente detalhados e aprovados pelos

órgãos municipais responsáveis pelo controle urbano da cidade quando se modificam as regras do jogo, permitindo que novos projetos arquitetônicos sejam desenvolvidos pelos empreendedores privados vencedores da licitação para a exploração dos armazéns. Assim, todo o investimento público no sentido de desenvolver um planejamento amplo, em que os projetos para os armazéns partem da reflexão sobre seu papel para o Bairro do Recife como um todo, é desconsiderado e substituído por projetos arquitetônicos com objetivos e atenção muito mais limitada à exploração econômica dos referidos armazéns, sem a reflexão de como elas podem contribuir para o bairro de forma mais integrada.

Não se trata de colocar o trabalho desenvolvido pelo NTOU como algo isento de críticas. Porém, apesar da questionável vinculação excessiva do plano geral às atividades de cultura e lazer, trata-se, sem sombra de dúvida, de uma proposta coerente, com princípios de intervenção arquitetônica claramente definidos, a partir de diretrizes baseadas nos aspectos considerados essenciais para a preservação. Coerência essa que não aparece nos projetos posteriormente realizados.

Mais uma vez, como em tantas situações de tentativa de utilização de parcerias público-privadas, vimos o poder público abrir mão de seu papel de gestor, que deve conduzir o processo em nome do interesse público, para poder atrair os investidores privados. Essa inversão de papéis tem trazido resultados bastante questionáveis ao colocar os investidores privados como os grandes condutores das ações, priorizando assim os seus interesses próprios em detrimento do interesse público. Parece que ainda temos um longo caminho a percorrer para o alcance de uma real complementariedade entre o público e o privado. Será essa complementariedade uma possibilidade real?

Referências

ANDREATTA, Verena (org.). Porto Maravilha: Rio de Janeiro + 6 casos de sucesso de revitalização portuária. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

BRANDÃO, Zeca. Núcleo Técnico de Operações Urbanas: estudos 2007 - 2010. Recife: Cepe, 2012.

BRASIL. Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007. Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11483.htm. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRENDLE, Betânia; VIEIRA, Natália. Cais do Sertão Luiz Gonzaga no Porto Novo do Recife - Destruição travestida em ação de conservação. In: XIV SAL – SEMINÁRIO DE ARQUITETURA LATINO-AMERICANA, 14., 2011, Campinas. Anais [...]. Campinas: PUC Campinas, 2011.

CASA de eventos no Bairro do Recife será inaugurada com show de Diogo Nogueira. Jornal do Commercio, Recife, 20 de julho de 2017. Disponível em: <http://jconline.uol.com.br/canal/cultura/musica/noticia/2017/07/20/casa-de-eventos-no-bairro-do-recife-sera-inaugurada-com-show-de-diego-nogueira-296395.php>. Acesso em: 10 abr. 2018.

CARBONARA, Giovanni. Architettura d'oggi e restauro: un confronto antico-nuovo. Torino: UTET Scienze Tecniche, 2011.

ESPOSITO, Daniellla Felipe. Intervenções no Bairro do Recife sob a ótica do city marketing: o caso do Projeto Porto Novo. 2017. 186 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

GIUSTINA, Lêda Bernardi Della. O Pilar que ficou: um estudo de conservação em bens patrimoniais a partir do conceito de valor: o caso da Igreja do Pilar do Recife. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

IPHAN. Recife (PE). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [Portal da Internet], [20--]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/352/>. Acesso em: 15 dez. 2022.

JORDÃO, Manoela. Fora de Portas: a comunidade do Pilar no planejamento urbano do Bairro do Recife. 2017. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

LACERDA, Norma. Intervenções no Bairro do Recife e no seu entorno: investigações sobre a sua legitimidade. Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 3, p. 621-646, set./dez. 2007.

LAPA, Tomás Albuquerque. Grandes cidades constroem-se com edifícios grandes? Recife: Editora da UFPE, 2011.

MARICATO, Errminia; FERREIRA, João Sette Whitaker. Operação urbana consorciada: diversificação urbanística participativa ou aprofundamento da desigualdade? In: OSÓRIO, L. M. *Estatuto da Cidade e reforma urbana: novas perspectivas para as cidades brasileiras*. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 2002.

MELO, Raphael Ferraz Almeida de. Edifícios novos em sítios históricos: análise dos impactos sobre a autenticidade e integridade do patrimônio construído. 2009. 140 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

MENDONÇA, Adriana. Grandes projetos urbanos e gestão pública: a renovação da área portuário do Recife. 2014. 179 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

NAHAS, Patrícia. *Antigo e novo nas intervenções em preexistências históricas: a experiência brasileira (1980 - 2010)*. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

SUAPE. Conheça SUAPE. Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros [Portal da Internet], [20--]. Disponível em: <https://www.suape.pe.gov.br/pt/news/mat.php?id=27>. Acesso em: 15 dez. 2022.

SOTO, José Luis Lalana; GANGES, Luis Santos. Retos metodológicos en el estudio, evaluación y tratamiento del patrimonio ferroviario. In: CONGRESO PARA LA CONSERVACIÓN DEL PATRIMONIO INDUSTRIAL Y DE LA OBRA PÚBLICA EN ESPAÑA, 6., 2013, Madrid. Anais [...]. Madrid, 2013.

VIEIRA, Natália Miranda. Gestão de sítios históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos nas fases de formulação e implementação de programas de revitalização em áreas históricas. Recife: Editora da UFPE, 2007.

CAPÍTULO 16

Patrimônio ferroviário enquanto instrumento de requalificação urbana Diretrizes para intervenção em sítios ferroviários obsoletos¹

Talys Napoleão Medeiros

Introdução

No âmbito brasileiro, a partir da década de 1960, a ascensão do processo institucionalizado de desmonte do sistema ferroviário – atrelado a questões políticas e econômicas e concomitante à expansão do rodoviarismo – provocou a precarização do modal e o gradual encerramento das atividades em várias estradas de ferro.

Posteriormente, nos anos 1990, a privatização da Rede Ferroviária Federal SA (RFFSA)² agravou a decadência desse meio de transporte, introduzido no Brasil em meados do século XIX. Com a concessão à iniciativa privada, visando à exploração do transporte de cargas, as empresas demonstraram interesse em operar apenas algumas estradas de ferro. Essa situação levou à completa desativação e abandono de muitas ferrovias, as quais, atualmente, possuem remotas perspectivas de reativação.

1 Este capítulo apresenta reflexões oriundas da dissertação intitulada *Requalificação urbana a partir de sítios ferroviários obsoletos: o caso da Estrada de Ferro Central de Pernambuco*, desenvolvida entre os anos de 2019 e 2021 no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, sob orientação da professora Natália Miranda Vieira-de-Araújo.

2 Empresa estatal criada em 1957, vinculada ao governo federal, que centralizou a administração de 18 companhias ferroviárias regionais em todo o país.

Nesse contexto, diversos elementos que compõem a infraestrutura ferroviária – edifícios, como estações, oficinas e armazéns; leitos e pátios ferroviários; obras correntes e especiais, como pontilhões, pontes, viadutos e túneis; e bens móveis, como locomotivas e vagões – tornaram-se inoperantes e perderam sua função original, sendo afetados, de modo geral, por um grave processo de degradação generalizada.

Entre tais elementos, o presente estudo debruça-se especificamente sobre os leitos e pátios ferroviários desativados situados em meio urbano – denominados como sítios ferroviários obsoletos – correspondentes aos espaços outrora destinados à circulação dos trens. Os elementos encontrados nesses sítios são a via permanente, composta pelos trilhos, dormentes e lastro, os equipamentos de manobra e de sinalização e as obras correntes e especiais (Figura 1).

FIGURA 1 Leito ferroviário em Sertânia (PE), com destaque para os vestígios materiais da via permanente. Fonte: Talys Medeiros (2021).



Fisicamente, os sítios ferroviários configuram-se como eixos contínuos, de largura reduzida e grande extensão, dispostos de forma linear no tecido urbano, atravessando áreas centrais e periféricas. Devido aos impactos da desativação, tornaram-se verdadeiras cicatrizes nas cidades, que detêm remanescentes materiais relacionados à sua função original e podem ancorar valores e significados atribuídos pelas pessoas.

Os pátios distribuem-se pontualmente ao longo dos sítios ferroviários, situando-se, normalmente, nas proximidades de estações e armazéns. Diferenciam-se do leito ferroviário propriamente dito por serem mais largos, visto que abrigam uma quantidade maior de vias férreas a fim de permitir a realização de cruzamentos, ultrapassagens e demais manobras pelos trens (Figura 2).

De modo geral, as ferrovias exerceram importante papel como vetor indutor para o estabelecimento

FIGURA 2 Pátio ferroviário nas proximidades da estação de Arcoverde (PE), com destaque para a ampla largura e maior quantidade de vias. Fonte: Taly Medeiros (2021).



de assentamentos humanos, a ocupação do território e a integração de regiões, além de promoverem o desenvolvimento social, econômico e cultural por meio dos avanços no âmbito do transporte de passageiros, cargas e informações, adquirindo relevância como marcos simbólicos e elementos significativos da paisagem e da memória. Além disso, também foram parte essencial da gênese, estruturação e evolução do espaço urbano.

Os sítios ferroviários e seus vestígios materiais são, portanto, parte do legado ferroviário, o qual, enquanto infraestrutura de transporte diretamente relacionada às dinâmicas industriais, está inserido no legado da industrialização – o que os reveste de expressiva importância.

Partindo dessa perspectiva, aponta-se, portanto, para o reconhecimento dos sítios ferroviários obsoletos como bens de interesse histórico-cultural, independentemente do seu reconhecimento oficial como bens patrimoniais, pelos órgãos de preservação. Vale ressaltar que a abordagem do patrimônio ferroviário por essas instituições no contexto nacional ainda está distanciada das especificidades desse legado, priorizando a salvaguarda de determinados elementos em detrimento dos demais, como será aprofundado mais adiante.

Os sítios ferroviários obsoletos em meio urbano apresentam uma série de situações em comum relacionadas ao processo de degradação generalizada, tais como deterioração natural, depredação e furto dos vestígios materiais, destinação como áreas de descarte irregular de resíduos sólidos e efluentes, ocorrência de ocupações ilegais e completa ociosidade. Por outro lado, também há a atribuição informal de usos pela população, tornando-os áreas de convívio, pequenos jardins, percursos alternativos para pedestres e ciclistas, além de propiciar a circulação e do estacionamento de veículos; acrescentam-se, ainda, algumas intervenções predominantemente fragmentadas, conduzidas pelas municipalidades, para a implantação de espaços livres públicos de lazer e recreação ou de sistema viário formal.

Boa parte das situações mencionadas compromete a integridade física dos vestígios materiais da via permanente e a leitura do caráter ferroviário do sítio. A negligência com a preservação e adequada destinação de uso dos sítios ferroviários obsoletos favorece a

consolidação de um cenário de fragilidades e interferências, marcado por descaracterizações e perdas do legado ferroviário. Trata-se de uma problemática em constante agravamento e comum aos núcleos urbanos afetados por ferrovias desativadas.

Os aspectos negativos são numerosos, mas contrapõem-se às possibilidades identificadas nesses sítios, dentre as quais destaca-se a disponibilidade de uma área de domínio público, extensa, inserida em meio urbano e livre de ocupação física para a atribuição de novos usos. Esse cenário aponta o potencial desses espaços como elementos estruturadores para processos de requalificação urbana, levando em conta seu porte e sua inserção estratégica nas cidades, com notável caráter articulador.

Nesse sentido, questionam-se as estratégias de reutilização e de reversão da degradação dos sítios ferroviários obsoletos, que devem levar em conta as preexistências e o interesse histórico-cultural, tirar proveito das potencialidades, em escala urbana, e contribuir para o desenvolvimento urbano das localidades onde estão inseridos, como parte de uma abordagem que articule a salvaguarda do patrimônio ferroviário e o planejamento urbano.

Esse ensaio, então, tem como objetivo desenvolver diretrizes para intervenção em sítios ferroviários obsoletos, inseridas em processos de requalificação urbana estruturados a partir desses espaços. Para tanto, serão abordados as especificidades e os desafios para a salvaguarda do patrimônio ferroviário, a compatibilidade entre reutilização e preservação de diferentes vertentes de intervenção, bem como a configuração espacial dos sítios ferroviários obsoletos e sua relação com o tecido urbano.

Especificidades do legado ferroviário e sua salvaguarda no contexto brasileiro

O período do segundo pós-guerra, no contexto europeu, foi marcado por relevantes amadurecimentos teórico-conceituais no campo do patrimônio cultural, como a ampliação do seu próprio conceito e a consolidação da noção de patrimônio urbano, os quais, somados ao avanço da obsolescência e desativação de instalações industriais,

provocaram o interesse sobre esse legado e a preocupação com a sua perda (Kühl, 1998; Rahóla, 2007; Cordeiro, 2011; Rufinoni, 2013).

Essas mudanças de paradigma foram fundamentais para o percurso que levou ao progressivo reconhecimento de interesse histórico-cultural nos bens relacionados ao legado da industrialização. A gradual difusão e consolidação de conceitos relativos ao patrimônio industrial, bem como o estabelecimento de associações dedicadas à sua salvaguarda – com destaque para o Comitê Internacional para Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH), fundado em 1978 – culminaram, apenas após a virada para o século XXI, na publicação de documentos de referência internacional sobre a temática, que são a Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial, de 2003, e os Princípios Conjuntos do ICOMOS-TICCIH para a Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens de Patrimônio Industrial (Princípios de Dublin), de 2011.

De acordo com a definição da Carta de Nizhny Tagil, para além do transporte ferroviário, o legado da industrialização abarca uma série de campos:

Estes vestígios [da cultura industrial] englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, *meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas*, assim como os locais onde se desenvolveram actividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação (TICCIH, 2003, grifos nossos).

Em geral, o patrimônio industrial possui especificidades relacionadas a fatores como: grande extensão e ampla escala dos seus bens, o que destaca a necessidade de articulação da sua salvaguarda com o planejamento urbano; diversidade de elementos que o compõe; lógica espacial e funcional específica; origem relativamente recente ou até mesmo contemporânea; e ocorrência de processos de obsolescência e desativação, que provocam pressões especulativas, sobretudo em áreas urbanas (Rahóla, 2004, 2007; Kühl, 2008; Soto; Ganges, 2009; Rufinoni, 2013).

Especificamente sobre o patrimônio ferroviário, acrescentam-se particularidades devido à sua configuração linear, estruturada

por um eixo físico contínuo ao longo do qual encontram-se distribuídos e articulados todos os seus elementos (Soto; Ganges, 2013; Soto, 2016), além do fato de abranger não apenas edificações, mas também obras de infraestrutura, bens móveis e os extensos espaços ocupados pela infraestrutura de circulação, ou seja, leitos e pátios ferroviários, entre outros.

Essa complexidade evidencia a necessidade de entendimento do patrimônio ferroviário como conjunto, ou seja, dos elementos que o compõem enquanto parte de um todo, e não de forma dissociada entre si. Entretanto, no âmbito dos órgãos brasileiros de preservação do patrimônio cultural, predomina uma abordagem fragmentada do legado ferroviário, que, de modo geral, desconsidera a complexidade, as especificidades e as inter-relações espaciais e funcionais entre os elementos, vistos de forma descontextualizada e isolada (Kühl, 2010; Freire, 2017).

Tais dificuldades interpretativas relacionam-se à carência de adequada assimilação e aplicação de teorias e conceitos essenciais do campo do patrimônio ferroviário nas práticas institucionalizadas vigentes, com impactos negativos no reconhecimento de interesse histórico-cultural e na preservação de seus bens.

O tombamento de bens ferroviários no Brasil ganhou corpo a partir da década de 1980, contemplando elementos isolados, especificamente estações. Nas décadas seguintes, houve a tendência de abranger também os conjuntos ferroviários edificados e outros elementos, em menor escala (Oliveira, 2020), sem esclarecer a articulação funcional das diversas partes e deixando de lado os leitos ferroviários e linha férrea propriamente dita, entre outros elementos.

Como um desdobramento da Lei nº 11.483/2007, que incumbiu o IPHAN de “[...] receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RFFSA, bem como zelar pela sua guarda e manutenção” (Brasil, 2007), foi implantada pelo órgão, em 2010, a Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário (LPCF), com o objetivo de estabelecer um novo instrumento de proteção, mais ágil e flexível e menos complexo que o tombamento, de difícil aplicabilidade na escala do patrimônio ferroviário (Kühl, 1998; Cavalcanti Neto; Carneiro; Giannecchini, 2012).

Entretanto, a quantidade e diversidade de elementos ferroviários são um desafio para o IPHAN, que enfrenta dificuldades operacionais, burocráticas, metodológicas e conceituais acerca da LPCF (Cavalcanti Neto; Carneiro; Giannecchini, 2012). Os critérios para a inscrição de bens na Lista priorizam questões de gestão e uso e, além disso, a efetividade da proteção dos bens listados é baixa (Prochnow, 2013).

Observa-se a dificuldade de constituição de uma política de salvaguarda do patrimônio ferroviário brasileiro em conformidade com a noção de conjunto e demais especificidades. Acrescenta-se, ainda, o distanciamento das ações de preservação e destinação de uso de bens ferroviários em relação ao massivo avanço do processo de desativação ocorrido após a privatização da RFFSA, nos anos 1990, com clara influência no estado de degradação atualmente observado. Ainda que os instrumentos vigentes demonstrem, em certa medida, o empenho das instituições em prol da salvaguarda do patrimônio ferroviário, a proteção ainda é superficial e limitada.

Em geral, são priorizadas as estações como bens a serem protegidos – como comprovam os vastos estudos realizados no âmbito do Projeto Memória Ferroviária, sintetizados em Oliveira (2020) –, dissociadas do contexto funcional e espacial em que se inserem, em detrimento dos demais tipos de bens ferroviários. As ações de salvaguarda e de atribuição de novos usos, apesar de serem relevantes, são pontuais e dispersas, limitadas à escala arquitetônica e a uma classe específica de edificações.

Não se trata de desprestigar essas ações ou a relevância das estações como parte do sistema; tampouco de almejar a salvaguarda da totalidade dos vestígios materiais existentes, visto que é necessária uma seleção adequada e criteriosa dos bens a serem protegidos para que não seja perdida a lógica do sistema. No entanto, a ênfase em elementos isolados mostra-se insuficiente e incoerente, pois, sozinhos, eles não são capazes de representar plenamente os valores do conjunto em que se inserem. Como afirmam Soto e Ganges (2009, p. 12, tradução nossa), a estação, assim como os demais elementos ferroviários, “[...] é apenas uma parte de um complexo espacial maior, e deve ser interpretada, sempre, como uma peça dentro do conjunto”.

Especificamente nos sítios ferroviários obsoletos, esse cenário ameaça e provoca a perda dos remanescentes materiais, passíveis de valoração e proteção pelas gerações atuais ou futuras, antes mesmo de se proceder com seu registro e análise. Ademais, as intervenções nesses espaços tendem a ser guiadas por critérios e interesses incompatíveis com a sua preservação.

É necessária uma mudança de paradigma em prol da preservação do patrimônio ferroviário, por meio de uma abordagem articulada, ampla e sistêmica (Kühl, 2010; Soto, 2012). A compreensão da lógica espacial e funcional inerente ao sistema ferroviário é condição fundamental para o adequado entendimento dos seus elementos e a efetiva tutela desse legado. Desse modo, não se deve considerar nenhum elemento à margem do conjunto com o qual se relaciona: trata-se de um desafio no sentido de não persistir em práticas preservacionistas fragmentadas e excludentes.

Além do reconhecimento de interesse histórico-cultural, urge a necessidade de entendimento dos sítios ferroviários obsoletos como parte indissociável desse conjunto, os quais abrigam a linha férrea propriamente dita, espinha vertebral em função da qual dispõem os diversos elementos e estrutura-se esse amplo e complexo sistema.

Reutilização e respeito pelas preexistências: um caminho para a preservação

Como abordado, os sítios ferroviários obsoletos sofrem as consequências negativas da desativação ao mesmo tempo em que enfrentam a falta de reconhecimento como bens de interesse histórico-cultural. Por isso, não é desejável que esses espaços permaneçam na condição em que se encontram, o que instiga a busca por possibilidades de reutilização e de reversão da degradação.

Por serem espaços naturalmente livres de ocupação física e, atualmente, caracterizados pela ausência de uso, é possível compreender os sítios ferroviários obsoletos enquanto “espaços livres potenciais”. Essa categoria é definida por Sá Carneiro e Mesquita (2000, p. 29) como “[...] espaços livres disponíveis na malha urbana que não são mantidos pelo poder público e que poderão ser utilizados para

implementar e dar coerência à distribuição dos sistemas de espaços livres [...]. De acordo com as autoras, são exemplos de espaços livres potenciais: infraestruturas desativadas e espaços residuais relacionados a elas, áreas degradadas ou em processo de deterioração, margens de corpos d'água, espaços de convívio e recreação informais, terrenos vazios e espaços com relevância ambiental e paisagística, entre outros (Sá Carneiro; Mesquita, 2000).

Esse direcionamento indica a possibilidade de conversão dos sítios ferroviários obsoletos em espaços livres públicos de lazer e recreação, inseridos em uma perspectiva sistêmica. Tal estratégia de reutilização pode contribuir para a melhoria das condições do espaço urbano, beneficiando o interesse coletivo por meio da ampliação da oferta de praças e parques, além de modificar a significação negativa decorrente da degradação dos sítios ferroviários ao inseri-los nas dinâmicas urbanas de modo que atendam a novas demandas e estabeleçam novas relações com a cidade e as pessoas. Considerando a inserção no meio urbano, o caráter estruturador e a “natureza potencialmente sistêmica”, podem, ainda, promover uma ampla articulação do tecido urbano e do sistema de espaços livres públicos (Queiroga, 2011, p. 35).

Vale ressaltar que, apesar de terem perdido a finalidade para a qual foram concebidos, esses sítios não são desprovidos de preexistências materiais, significados, valores e memórias relacionados ao uso original – aspectos que não devem ser marginalizados no processo de reutilização. Ademais, a condição atual de degradação não pode abrir margem para a arbitrariedade e o desrespeito pelas preexistências nas intervenções.

Diante da desativação de numerosos sítios industriais, a reutilização tornou-se uma prática recorrente e relevante. A Carta de Nizhny Tagil e os Princípios de Dublin trazem considerações sobre a reutilização desses sítios, abarcando, também, os espaços ferroviários. Segundo tais documentos, a atribuição de novos usos, aspecto importante para a conservação e manutenção dos bens, é desejável desde que seja compatível ou até mesmo evoque os usos originais, respeite valores, elementos significativos, aspectos funcionais e espaciais, e preze pela reversibilidade das intervenções, entre outros

fatores (TICCIH, 2003; ICOMOS-TICCIH, 2011). A intenção de integrar o patrimônio à vida contemporânea precisa, então, estabelecer um diálogo entre o legado do passado e as dinâmicas do presente pautado pelo efetivo respeito às preexistências.

O presente estudo também aborda a temática da requalificação urbana, a qual é compreendida como processo abrangente que envolve melhorias nos aspectos físicos e condições de uso dos espaços públicos, a relação com as dinâmicas socioeconômicas locais, a atribuição de novas funções e o respeito pelas preexistências e características dos lugares, de modo que desempenhem impactos positivos na qualidade de vida das pessoas e atendam às expectativas dos diversos grupos sociais (Encontro luso-brasileiro de reabilitação urbana, 1995; Moura et al., 2006; Moreira, 2007).

A escala e inserção estratégica dos sítios ferroviários obsoletos no meio urbano permite que a requalificação operada a partir deles não seja vista de forma limitada e restrita ao espaço em si, mas sim de forma ampliada e estruturadora, com a possibilidade de catalisar impactos positivos para além do leito ferroviário propriamente dito. Esses sítios podem se articular com bens de interesse histórico-cultural, ferroviários e de outras naturezas; diferentes porções do tecido urbano, sejam em centralidades ou zonas periféricas; espaços livres públicos de lazer e recreação; redes de mobilidade ativa; e elementos naturais, como vegetação urbana e cursos d'água.

Os entendimentos acima apresentados, portanto, convergem com a busca pela conciliação entre preservação e reutilização nas intervenções em leitos e pátios ferroviários desativados e com as possibilidades que apresentam enquanto espaços livres potenciais. Cabe reforçar que a interpretação do termo “requalificação” aqui adotada parte do propósito de dotar esses espaços de condições adequadas para que cumpram novas funções e desprendam-se do estado de degradação e obsolescência, levando em conta, fundamentalmente, as preexistências, ou seja, as suas qualidades.

É fundamental que os processos de requalificação urbana estruturados a partir de sítios ferroviários obsoletos tenham como ponto de partida a efetiva compreensão desses espaços – com seus vestígios materiais, significados, valores e memórias – como bens de

interesse histórico-cultural. Trata-se de etapa primordial e essencial no processo de discussão das possibilidades de reutilização dos vazios urbanos ferroviários, para que, em função disso, se proceda com a definição das diretrizes para as intervenções.

O instrumento da requalificação urbana aplicado aos espaços ferroviários obsoletos é uma estratégia integrada de reutilização e preservação desses sítios, que articula as demandas da salvaguarda do patrimônio ferroviário e do planejamento urbano em um mesmo escopo. Assim, o legado da infraestrutura ferroviária deve ser visto como permanência no tecido urbano, a ser preservado para as gerações do presente e futuras enquanto vestígio material e suporte de significados simbólicos, e não como elemento a ser transformado ou, até mesmo, eliminado.

Sítios ferroviários obsoletos: configuração espacial e relação com o meio urbano

A caracterização sobre a configuração espacial e a relação dos sítios ferroviários com tecido urbano em que se inserem foi desenvolvida a partir do caso da Estrada de Ferro Central de Pernambuco (EFCP), enquanto objeto empírico de análise. Tal contextualização é necessária para embasar a construção de diretrizes de intervenção nesse tipo de espaço, as quais não são aplicáveis apenas ao contexto da ferrovia estudada, tendo em vista as semelhanças que são identificadas em sítios análogos, afetados pela desativação de outras estradas de ferro. A seguir, será brevemente apresentado o percurso histórico da EFCP, seguido de considerações gerais acerca da implantação de ferrovias nas proximidades de assentamentos preexistentes.

A EFCP foi o terceiro tronco ferroviário implantado a partir do Recife em direção ao interior do estado, cujo trecho inicial foi entregue em 1885 (IBGE, 1954). Ao longo de diversas fases administrativas, públicas e privadas, a EFCP foi prolongada de forma intermitente até alcançar, em 1962, a cidade de Salgueiro, no sertão pernambucano, atravessando 25 municípios e totalizando 607 km de extensão (IPHAN, 2009).

Inserida no contexto nacional de precarização do modal, a EFCP sofreu com o declínio e sucateamento da sua infraestrutura e redução na circulação de trens de passageiros e de carga, sobretudo entre os anos 1980 e 1990. Com a privatização, passou a ser administrada pela Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN), a qual encerrou o tráfego comercial remanescente ainda no início da concessão, em 1998. Em 2000, o Trem do Forró, percurso de caráter turístico e sazonal entre as cidades de Recife e Caruaru, foi suspenso, marcando a completa desativação da EFCP (Maciel Júnior, 2012).

O desinteresse da concessionária pela operação e manutenção da EFCP somou-se, nos anos seguintes, aos impactos da implantação da Ferrovia Transnordestina. A princípio, o traçado estabelecido para essa ferrovia em Pernambuco reutilizaria a EFCP, porém, devido a incompatibilidades técnicas, optou-se pela construção de uma nova estrada de ferro paralela à existente (Maciel Júnior, 2012), o que consolidou o abandono da EFCP pela CFN e pelo poder público. Há mais de duas décadas, essa infraestrutura segue inutilizada e em contínua degradação, sem perspectivas de reativação para o transporte comercial de passageiros e cargas.

De modo geral, as ferrovias foram construídas de forma tangencial em relação aos assentamentos preexistentes, nos seus limites ou para além deles, a uma distância que viabilizava a conexão, mas, ao mesmo tempo, evitava interferências (Ganges, 1998; Alvarez-Palau; Asensi, 2012). Após implantadas, as estações atraíram em sua direção os movimentos de expansão desses núcleos e consolidaram-se, juntamente com seu entorno imediato, como novas centralidades. A linha férrea propriamente dita, no entanto, apresentou a tendência de conter o movimento de expansão em um dos seus lados (Alvarez-Palau; Asensi, 2012).

Em muitos casos, esse limite foi gradualmente superado pela expansão urbana, o que gerou dificuldades de transposição da ferrovia no sentido transversal e consolidou o efeito barreira. A cidade “absorveu” a ferrovia em seu meio, mas, ao mesmo tempo, lhe deu as costas, o que provocou a descontinuidade e a fragmentação do tecido urbano. Desse modo, a linha férrea pode ser considerada, em diferentes graus de intensidade, como um eixo de segregação socioespacial (Queiroga, 2011).

Em função da superação da linha férrea pelo tecido urbano ou da sua condição como limite do urbano, podem ser identificadas duas situações de inserção do leito ferroviário: no primeiro caso, pode estar situado entre fundo de lotes e glebas, atravessando o centro das quadras, ou adjacente às vias públicas, em posição lateral ou central; e no segundo caso, confronta-se em apenas um dos seus lados com fundos de lotes e glebas ou vias públicas (Figura 3).

FIGURA 3 Seções esquemáticas da inserção do leito ferroviário no meio urbano. Fonte: Taly Medeiros (2021).



Aos tipos de inserção da ferrovia no tecido urbano, acrescenta-se a influência da implantação topográfica, pois o leito ferroviário pode se situar no mesmo nível do entorno imediato, elevado em aterros ou viadutos, ou rebaixado em trincheiras (Figura 4). A combinação entre esses dois fatores gera diferentes tipos de configuração espacial do sítio ferroviário, influenciando, por exemplo, a facilidade de acesso ao sítio ou a acentuação do efeito barreira. Nos sítios da EFCP situados nas 17 sedes de município do interior pernambucano cortadas por

FIGURA 4 Seções esquemáticas da situação topográfica do leito ferroviário em relação ao entorno imediato. Fonte: Taly Medeiros (2021).

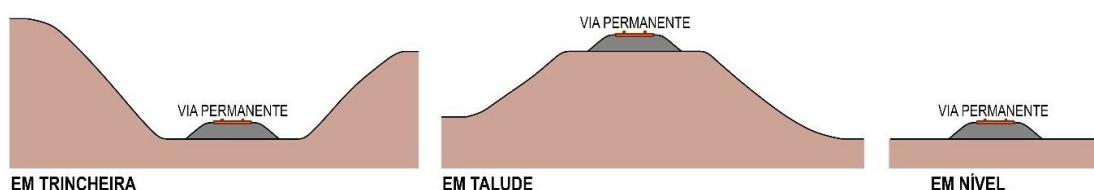




FIGURA 5 Sítio ferroviário adjacente à via pública e elevado em aterro, em Sertânia (PE). Fonte: Talys Medeiros (2021).



FIGURA 6 Sítio ferroviário entre fundo de lotes e rebaixado em trincheira, em Vitória de Santo Antão (PE). Fonte: Talys Medeiros (2021).



FIGURA 7 Detalhe da via permanente, com dormentes em madeira e trilhos. Fonte: Talys Medeiros (2021).



FIGURA 8 Ponte ferroviária sobre o Rio Tapacurá, em Vitória de Santo Antão (PE). Fonte: Talys Medeiros (2021).

essa estrada de ferro³, é possível identificar as seguintes configurações espaciais: sítio ferroviário adjacente às vias públicas, no mesmo nível do entorno ou elevado em aterro (Figura 5); e sítio ferroviário entre fundo de lotes, no mesmo nível do entorno ou rebaixado em trincheira (Figura 6). Essas configurações resultam na maior largura e permeabilidade dos trechos adjacentes às vias públicas e no mesmo nível do entorno; e na menor largura, confinamento, segregação e dificuldade de acesso aos segmentos rebaixados e/ou que atravessam o centro das quadras.

Nos núcleos urbanos analisados, o comprimento dos sítios ferroviários varia de 1 a 12,5 quilômetros, com maior recorrência na faixa entre 2 a 4 quilômetros de extensão. A largura é relativamente constante, apresentando, em média, de 10 a 15 metros, com maior amplitude nos pátios ferroviários. Entre os vestígios materiais, além da via permanente e dos elementos de manobra e sinalização, há obras correntes e especiais, como pontilhões, pontes e muros de contenção (Figuras 7 e 8).

Traçando um paralelo entre a configuração espacial e as situações em que os sítios ferroviários são atualmente encontrados após a desativação, é possível identificar as inter-relações discutidas abaixo.

A inserção do sítio adjacente às vias públicas e no mesmo nível do entorno imediato concentra boa parte das apropriações espontâneas pela população – seja como áreas de convívio, lazer e

3 Os sítios da EFCP foram estudados nas seguintes sedes de município: Vitória de Santo Antão, Pombos, Gravatá, Bezerros, Caruaru, São Caetano, Tacaimbó, Belo Jardim, Sanharó, Pesqueira, Arcoverde, Sertânia, Afogados da Ingazeira, Carnaíba, Flores, Serra Talhada e Salgueiro. Essa delimitação contempla os núcleos urbanos que correspondem às sedes de município efetivamente atravessadas pela EFCP.



FIGURA 9 Utilização espontânea do leito ferroviário, em Pesqueira (PE). Fonte: Talys Medeiros (2021).

recreação (Figura 9) ou como estacionamentos – e das intervenções realizadas pelas municipalidades para a implantação de espaços livres públicos de lazer e recreação, devido à maior permeabilidade física e visual e facilidade de acesso.

A utilização informal como percurso alternativo por pedestres, ciclistas, motociclistas e motoristas de veículos de maior porte é mais recorrente nos trechos que não são adjacentes às vias públicas e que se situam no mesmo nível do entorno imediato, permitindo o acesso às edificações lindeiras e estabelecendo significativa relação de complementaridade com o sistema viário formal. As pontes e os pontilhões, inclusive, chegam a ser incorporados como parte desses percursos.

Por outro lado, nos segmentos situados entre fundos de lotes, predomina a ociosidade, ou seja, a escassez da atribuição de novos usos, informais ou formais. Essa situação também é verificada nos trechos rebaixados em trincheira – adjacentes às vias públicas ou atravessando o centro das quadras –, nos quais o desnível acentua a segregação e a dificuldade de acesso. Em sítios ferroviários com tal configuração espacial, também

FIGURA 10 Descarte de resíduos sólidos em trecho do leito ferroviário rebaixado em trincheira, em Belo Jardim (PE). Fonte: Talys Medeiros (2021).



há tendência para o descarte irregular de resíduos sólidos e efluentes (Figura 10), além da prática de delitos e atividades ilícitas.

Os usos espontâneos e formais acima citados cumprem importante papel ao reprimir, ainda que parcialmente, a ocorrência de construções irregulares na faixa de domínio da ferrovia – área de propriedade de União – e de outras situações de caráter degradante. As ocupações irregulares, em sua maioria, encontram-se consolidadas e são residências, normalmente habitadas por pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, registrando-se, ainda, construções que abrigam estabelecimentos de comércio e serviço, principalmente nas regiões mais centrais das cidades.

A implantação de espaços dotados de itens como bancos, mesas para jogos, parques infantis, equipamentos de ginástica, pistas de caminhada, ciclovias e áreas para eventos, entre outros, é relevante por inserir esses sítios nas dinâmicas urbanas (Figura 11). Além disso, demonstra o aproveitamento enquanto espaço livre potencial, considerando as demandas da população e a formalização de usos já consolidados como área de

FIGURA 11 Via Parque, espaço livre público de lazer e recreação implantado no sítio ferroviário, em Caruaru (PE). Fonte: Talys Medeiros (2021).



convívio, lazer, recreação e circulação por meio de modais ativos – evidenciando uma importante tendência de reutilização a ser explorada.

No entanto, essas intervenções, além de realizadas por poucas municipalidades, são, predominantemente, de pequeno porte, desarticuladas entre si e tiram pouco proveito do caráter estruturador do eixo ferroviário. Nelas, é recorrente a fragmentação e/ou a ocultação dos vestígios materiais da via permanente.

Cabe mencionar, ainda, os impactos negativos em maior intensidade provocados pela transformação formal do sítio ferroviário em vias para a circulação e o estacionamento de veículos, predominantemente situados nos trechos que atravessam áreas centrais das cidades. Essa é uma alternativa de reutilização bastante crítica sob o ponto de vista da preservação, pois provoca a completa erradicação dos remanescentes materiais.

Para além das implicações provocadas pelas intervenções, os vestígios materiais também têm sua integridade física afetada por fatores como ação natural do tempo, vandalismo, furtos, acúmulo de camadas de sedimentos e resíduos sólidos e asfaltamento nas interseções com o sistema viário. Essa conjuntura provoca, em diferentes graus, a descaracterização do espaço e a perda da legibilidade do seu uso original, traçado em relação com os demais elementos ferroviários, além de conformar um panorama antagônico à salvaguarda desse legado.

O espaço ocupado pelos sítios ferroviários em meio urbano é, portanto, uma significativa permanência enquanto eixo contínuo e livre de ocupações (Figura 12), ainda que afetado por vulnerabilidades e perturbações de diversas ordens que comprometem seus remanescentes materiais.

FIGURA 12 Leito ferroviário em Arcoverde (PE), com destaque para a permanência do espaço e a escassez de vestígios materiais legíveis. Fonte: Taly Medeiros (2021).



Possibilidades e experiências de intervenção: de espaços ferroviários a parques lineares

Entre as possibilidades de reutilização de sítios ferroviários obsoletos, identificam-se duas vertentes gerais: reaproveitamento da infraestrutura para o transporte urbano sobre trilhos ou o tráfego de trens turísticos e reaproveitamento do espaço ocupado pelos leitos e pátios ferroviários, destinando-o à implantação de sistema viário ou de infraestruturas lineares com equipamentos de lazer, recreação e mobilidade ativa.

O reaproveitamento da infraestrutura pode ser compatível com a salvaguarda do legado ferroviário, mas há algumas restrições na sua aplicabilidade. A reutilização para o transporte urbano requer análises que considerem fatores como a inserção do traçado da ferrovia no tecido urbano, demandas e diretrizes de deslocamento, relação com outros modais, necessidade de atualização tecnológica e adaptação funcional e investimentos financeiros estimados para implantar, manter e operar esse tipo de sistema. A reutilização para o transporte turístico, por sua vez, além de também demandar análises de viabilidade específicas, sofre com a baixa aderência de possíveis investidores e operadores, principalmente fora das regiões Sul e Sudeste do país, ainda que haja um potencial latente em determinados trechos.

Como já abordado, o reaproveitamento do espaço dos sítios ferroviários para a implantação de sistema viário implica a completa erradicação dos vestígios materiais da ferrovia. Trata-se de um tipo de destinação inadequado, pois desconsidera totalmente as preexistências e distancia-se de intenções preservacionistas, com benefícios que se restringem majoritariamente aos usuários de veículos motorizados individuais.

Por sua vez, o reaproveitamento do espaço para a implantação de infraestruturas lineares com equipamentos de lazer, recreação e mobilidade ativa também pode ser compatível com a salvaguarda do patrimônio ferroviário. Esse tipo de reutilização mostra-se alinhado ao entendimento desses sítios como espaços livres potenciais e ao aproveitamento da sua escala, inserção e caráter estruturador no meio urbano. Suas raízes remontam aos “caminhos verdes”,

definidos como “[...] percursos verdes públicos multifuncionais implantados ao longo do traçado de linhas ferroviárias desativadas [...] utilizados por diversos tipos de usuários [...] tanto para os deslocamentos cotidianos [...] como para a recreação” (Senes et al., 2004, p. 86, tradução nossa, grifos do autor), que se consolidaram a partir da década de 1980 nos Estados Unidos da América e em países europeus.

As particularidades dos leitos ferroviários instigam sua conversão em caminhos verdes, tais como: suavidade de curvas, inclinações modestas e regulares e segregação em relação ao sistema viário, favorecendo a circulação em modais não motorizados e condições adequadas de acessibilidade; propriedade pública, indicando a atribuição de novo uso com caráter público e eliminando entraves relacionados à desapropriação; e diversidade de ambientes atravessados, em zonas urbanas e rurais (Senes et al., 2004).

Ao longo dos caminhos verdes situados em meio urbano, além dos percursos destinados a pedestres e ciclistas, podem ser encontrados equipamentos de lazer e recreação e elementos naturais, como a vegetação. Isso permite compreendê-los como parques lineares, que se diferenciam dos parques urbanos tradicionais pela sua característica filiforme e maior permeabilidade, uma vez que se desenvolvem ao longo de um eixo contínuo.

A reutilização dos sítios ferroviários obsoletos como espaços livres públicos linearmente distribuídos e destinados ao lazer, recreação e mobilidade ativa representa uma postura favorável para o reconhecimento de interesse histórico-cultural nos sítios ferroviários, a permanência e preservação dos seus vestígios materiais, convergindo para a compreensão da lógica espacial e funcional do legado ferroviário e a salvaguarda dos seus elementos para além da escala arquitetônica.

Nas últimas décadas, têm sido realizadas numerosas conversões de sítios ferroviários obsoletos em parques lineares no âmbito internacional: dos projetos mais emblemáticos e reconhecidos, como Promenade Planteé em Paris, e High Line Park, em Nova Iorque (Figura 13), aos mais ordinários, alcançando, inclusive, a América Latina, com o Parque Lineal Ferrocarril de Cuernavaca, na Cidade do México (Figura 14). No Brasil, esse tipo de intervenção ainda é incipiente,

FIGURA 13 High Line Park, com trecho da via permanente aparente e a incorporação da vegetação espontânea.
Fonte: Taly Medeiros (2021).



FIGURA 14 Parque Lineal Ferrocarril de Cuernavaca, localizado no centro da quadra e com múltiplos usos atribuídos.
Fonte: Taly Medeiros (2021).



mas pode ser exemplificado pelos projetos das Orlas Morena e Ferroviária, em Campo Grande (MS), e da Via Parque, em Caruaru (PE).

De modo geral, essas intervenções apresentam diferentes posturas no que concerne ao nível de respeito às preexistências e ao interesse histórico-cultural dos sítios ferroviários e à consideração do seu caráter estruturador; além de não necessariamente estarem vinculadas a políticas de preservação do patrimônio ferroviário. Verifica-se, então, a necessidade de contínua maturação sobre esse tipo de intervenção, incluindo o desenvolvimento de diretrizes que aproximem, de fato, reutilização e preservação.

Orientações projetuais para intervenção

A conversão dos sítios ferroviários obsoletos em espaços destinados ao lazer, recreação e mobilidade ativa, ou seja, parques lineares, fundamenta-se, primordialmente, na sua compreensão como bens de interesse histórico-cultural. Esse direcionamento é respaldado pela relação destes sítios, como componentes do sistema ferroviário, com a conformação e/ou a consolidação dos núcleos urbanos em que se inserem; pelos vestígios materiais que possuem, os quais são parte do legado ferroviário e da industrialização; e pelos aspectos simbólicos aos quais estão associados, como valores, significados e memórias.

Sendo assim, a concepção e o desenvolvimento dos projetos de intervenção devem ser guiados pelas seguintes diretrizes gerais, a serem aplicadas de forma concomitante: (a) manter e consolidar os vestígios materiais remanescentes; (b) evidenciar e contextualizar as relações espaciais e funcionais entre o sítio e os demais elementos que compõem a infraestrutura ferroviária; (c) valorizar o sítio ferroviário como espaço contínuo e livre ocupações; (d) tirar proveito do caráter integrador e articulador do sítio ferroviário no meio urbano.

A primeira diretriz, sobre a preservação dos vestígios materiais, aponta para a valorização das preexistências do sítio, que remetem ao uso original. Os elementos que caracterizam o sítio ferroviário e o dotam de singularidade, como a via permanente, a sinalização e as obras correntes e especiais, devem ser respeitados e mantidos, recebendo o tratamento necessário para sua consolidação – com possibilidade futura de serem contemplados por instrumentos de salvaguarda do patrimônio ferroviário. No caso específico das pontes e pontilhões, o tratamento também deve considerar sua utilização efetiva como elemento de travessia, inserindo-os nos percursos dos parques lineares.

Devido à deterioração e às frequentes perdas, pode haver a substituição dos dormentes – sobretudo daqueles em madeira, bastante afetados pela ação natural do tempo – pois são necessários para a adequada fixação dos trilhos. Nos trechos em que a via permanente estiver ocultada, coberta por camadas de sedimentos e de resíduos sólidos, seus elementos devem ser resgatados e revelados, para que assumam o devido protagonismo no espaço.

Nos segmentos em que houver remoção da via permanente, devem ser agregadas à intervenção referências sobre o seu posicionamento original, a partir de fontes como fotografias, ortofotocartas e plantas. Essas referências podem ser materializadas por meio da utilização de diferentes materiais no piso, destacando o local originalmente ocupado pelos trilhos e dormentes.

A fragmentação e/ou ocultação da via permanente nos trechos que já tiverem sofrido intervenções para a implantação de espaços livres públicos de lazer e recreação constitui-se ponto de especial atenção. Nesses trechos, deve-se revelar a via permanente e oferecer condições adequadas de visibilidade e destaque para ela, com a finalidade de resgatar o caráter ferroviário do sítio e reverter os impactos provocados pelas intervenções.

A segunda diretriz, acerca das relações espaciais e funcionais do legado ferroviário, é fundamental para evidenciar a lógica e a noção do conjunto no qual o espaço e seus bens se inserem. Desse modo, é possível avançar em direção à compreensão do legado ferroviário de modo articulado e sistêmico, distanciando-se da abordagem reducionista vigente no contexto brasileiro.

A disposição de elementos informativos ao longo dos parques lineares, como painéis, totens, placas direcionais, mapas esquemáticos e outros itens de sinalização, é uma das estratégias que podem contribuir para a compreensão do contexto no qual o sítio se insere e das relações espaciais e funcionais do legado ferroviário.

Os elementos informativos devem esclarecer para as pessoas aspectos como: a inserção do núcleo urbano no percurso da ferrovia como um todo, identificando o traçado e as demais localidades alcançadas pela estrada de ferro; o histórico da ferrovia e a sua relação com a cidade, demonstrando a importância para a conformação, consolidação e estruturação do núcleo urbano e os seus vínculos com a população local; a apresentação do material rodante que operava na estrada de ferro; e a articulação dos demais elementos ferroviários existentes na cidade, apontando as inter-relações e a sua localização ao longo do eixo físico – tais como estações, armazéns, oficinas, pátios, vilas operárias, pontes, pontilhões, caixas d'água e tanques de combustível, além de instalações diretamente ligadas à

ferrovia, como plantas industriais e centrais de armazenamento e distribuição de cargas.

Nesse mesmo sentido, podem ser posicionados, ao longo do sítio, outros itens ferroviários – desde que garantidas condições adequadas de manutenção para eles – tais como peças e equipamentos de maior porte e até mesmo vagões, os quais podem ser utilizados como pontos de apoio. Almeja-se, ainda, que as edificações ferroviárias também sejam envolvidas em processos de reutilização e preservação, atribuindo usos que possam, por exemplo, ser complementares e de suporte às atividades a serem desenvolvidas nos parques lineares.

Tal diretriz apresenta forte ligação com a elucidação do caráter ferroviário do sítio e o fortalecimento da consciência histórica e patrimonial sobre a ferrovia e a própria cidade, consolidando-o como lugar de ancoragem de memórias, relacionado à identidade e ao senso de pertencimento individual e coletivo. A permanência dos vestígios materiais da ferrovia nos parques lineares, associada à contextualização espacial e funcional do legado ferroviário, em conformidade com o seu entendimento como conjunto, compõem um encadeamento fundamental para a valorização das preexistências e do interesse histórico-cultural.

A terceira diretriz, sobre a valorização da continuidade e ausência de ocupações do sítio ferroviário, alinha-se ao aproveitamento dessas características espaciais pelos parques lineares e evoca a legibilidade do traçado da ferrovia. A distribuição de equipamentos e edificações de pequeno porte destinados às atividades de lazer e recriação ao longo do eixo ferroviário deve evitar a concentração de ocupações físicas em determinados trechos, para não comprometer a assimilação da linearidade do sítio – que se constitui como uma das particularidades do legado ferroviário e é importante para o entendimento da sua lógica espacial e funcional.

As interseções em nível com o sistema viário também devem ser tratadas para evitar rupturas na percepção da continuidade do sítio ferroviário e do parque linear, além de garantir visibilidade e acesso a ele. Ademais, sua distribuição deve buscar a melhoria da conectividade entre os dois lados da ferrovia e a minimização do efeito barreira.

Por fim, a quarta diretriz, relativa ao caráter integrador e articulador, alarga a abrangência da intervenção para além do sítio ferroviário propriamente dito e está diretamente relacionada ao seu potencial enquanto instrumento de requalificação urbana. Apesar de se desenvolver em um eixo ao longo do qual se dispõem os equipamentos de lazer e recreação e os percursos destinados à mobilidade ativa, deve haver a busca pela transversalidade, por meio de conexões físicas evidentes, estabelecidas com equipamentos urbanos, centralidades, outros espaços livres públicos de lazer e recreação e pontos de interesse para a coletividade, situados em diferentes regiões da cidade.

As conexões físicas devem ser estruturadas segundo uma perspectiva sistêmica, sobretudo no que diz respeito aos espaços livres públicos de lazer e recreação (Figura 15). É fundamental que sejam compostas por uma rede de mobilidade ativa, contando com infraestrutura adequada para pedestres e ciclistas em passeios, ciclovias e

FIGURA 15 Croqui esquemático da articulação da intervenção no eixo ferroviário através das conexões transversais. Fonte: Ilustração elaborada por Thiago Pinheiro (2021).



ciclofaixas, em consonância com o eixo de circulação não motorizada constituído pelo parque linear, espinha dorsal da intervenção.

Essa rede de conexões e os pontos interligados por ela devem ser informados para as pessoas por meio de itens de sinalização, como os mencionados na segunda diretriz. Assim, evidenciam-se as rotas de circulação e as possibilidades de deslocamento envolvendo a intervenção no sítio ferroviário, as quais adquirem caráter utilitário e de uso cotidiano.

O incentivo aos modais ativos certamente acarreta impactos positivos na mobilidade urbana, por reduzir a utilização de modais motorizados e instigar a compacidade dos núcleos urbanos, além de mostrar-se alinhado a estratégias de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, deve ser considerada a implantação de sistemas de compartilhamento de bicicletas atrelados ao eixo principal da intervenção e à sua rede de conexões, fomentando os deslocamentos por meio desse modal, bem como a relação dos percursos destinados à circulação não motorizada com outros modais.

Além disso, a intervenção no sítio ferroviário também deve ser acompanhada pela dinamização do seu entorno imediato. Os marcos legais urbanísticos devem dispor de instrumentos para buscar a diversificação do uso do solo e a vitalidade urbana nas áreas adjacentes ao sítio ferroviário e ao longo da sua rede de conexões com o tecido urbano.

Como as conexões estabelecidas pelo parque linear se dão nos sentidos longitudinal e transversal, há significativos avanços em prol da maximização da permeabilidade entre os dois lados da ferrovia e da acessibilidade do sítio. Desse modo, é possível modificar a condição desse espaço como barreira física que segmenta o tecido urbano do ponto de vista socioespacial, devido à atribuição de novo uso que o valoriza como elemento integrador, para o qual a cidade e as pessoas são estimuladas a se voltarem. Ademais, ao instigar a utilização e a apropriação do sítio pelas pessoas, a intervenção favorece o reconhecimento do seu interesse histórico-cultural, tendo em vista a postura adotada face às preexistências e especificidades do legado ferroviário.



FIGURA 16 Croqui esquemático da implantação dos percursos paralelos à via permanente. Fonte: Thiago Pinheiro (2021).

A seguir, serão discutidas outras diretrizes a serem consideradas nas intervenções, sendo elas mais voltadas a soluções e aspectos projetuais.

É essencial que os percursos destinados à circulação de ciclistas e de pedestres sejam implantados de forma paralela à via permanente e não sobrepostos a ela. A destinação de uma faixa exclusiva para a linha férrea, livre de calçamento e ocupações, evidencia e valoriza as preexistências do sítio, principais referências sobre seu uso original, uma vez que se encontram presentes em toda sua extensão (Figura 16).

A sobreposição dos percursos à via permanente é admissível em situações excepcionais com limitações na largura do espaço, ou seja, em trechos cuja configuração espacial dificulte a acomodação e continuidade dos percursos. A título de exemplo, essas situações são frequentes em pontes, pontilhões e nos segmentos rebaixados em trincheiras. Deve haver especial atenção com tal sobreposição,

para que não seja afetada a legibilidade do caráter ferroviário do sítio, evitando a ocultação completa de trilhos e dormentes.

A padronização da linguagem projetual favorece o entendimento das intervenções realizadas nos diferentes núcleos urbanos atraçados pela mesma ferrovia como partes coerentes da mesma concepção, bem como da percepção da continuidade e da noção de conjunto da infraestrutura ferroviária existente em cada localidade como parte do todo, em ampla escala. Vale ressaltar que tal padronização não representa a desconsideração de questões extremamente relevantes, como a configuração espacial do sítio ferroviário, sua relação com o tecido urbano, as demandas da população e demais particularidades de cada trecho.

O desenho e mobiliário urbanos, com seus componentes tais como bancos, lixeiras, postes, itens de sinalização, balizadores, guarda-corpos, bicicletários, canteiros e percursos, entre outros, devem harmonizar-se com os atributos do sítio, fazendo alusão aos materiais, cores, formas e texturas dos vestígios da ferrovia. A reutilização de remanescentes como fragmentos de trilhos e dormentes na composição do mobiliário deve ser estimulada; bem como a interação de alguns elementos com a via permanente, tirando proveito da possibilidade de movimentação através dos trilhos.

Podem ser agregadas ao projeto referências sobre o período durante o qual o espaço esteve em condição de obsolescência – não apenas nos já citados elementos informativos, mas também no próprio desenho da intervenção. Esses “lembretes” da desativação registram a ocorrência dessa fase e podem favorecer a compreensão e a valorização do papel cumprido pela intervenção no sentido de reutilizar um sítio de interesse histórico-cultural.

Acerca da configuração espacial do sítio ferroviário, a diferença de nível em relação ao entorno imediato, seja nos trechos elevados em aterros ou rebaixados em trincheiras, de modo geral, deve ser mantida. Tais desníveis devem ser trabalhados por meio de soluções projetuais que enriqueçam a intervenção sob o ponto de vista da fruição espacial, evitando modificações adversas que descaracterizem o espaço. Para tanto, é necessário considerar a adequada distribuição dos pontos de conexão entre os diferentes níveis, como escadas e rampas,



FIGURA 17 Croqui esquemático da conexão entre o leito ferroviário em trincheira e o entorno imediato. Fonte: Thiago Pinheiro (2021).

e, no caso específico das trincheiras, de condições de visibilidade que favoreçam a utilização do espaço (Figura 17).

Ademais, a ausência de interseções em nível com o sistema viário é um atributo a ser explorado nos trechos situados em níveis distintos em relação ao entorno imediato, pois minimiza a fragmentação e favorece a continuidade dos parques lineares. Entretanto, a permanência dos trechos elevados em aterros deve ser avaliada em função das consequências negativas, como barreiras físicas e visuais no sentido transversal, buscando o equilíbrio entre a manutenção das características e dos vestígios materiais do leito ferroviário e da melhoria na sua relação com o entorno.

Para além das considerações já expostas sobre a relação entre a intensidade das ocupações físicas e a legibilidade da continuidade e linearidade do sítio, os equipamentos previstos, como os percursos, pontos de apoio, áreas de alimentação, convívio, recreação e prática de atividades esportivas devem ser dispostos tanto em função da disponibilidade

de largura do sítio ferroviário como de fatores como demanda, usos existentes no entorno imediato e relação com a rede de conexões estabelecida com o tecido urbano.

Acerca das funções contempladas pela intervenção, deve-se considerar a participação ativa da comunidade na construção do programa de necessidades e do desenho urbano, seguindo o escopo principal relacionado à sua conversão em espaço livre público de lazer, recreação e mobilidade ativa, bem como nas questões relacionadas à verificação dos valores atribuídos pelos moradores aos bens da ferrovia. Nesse processo, devem ser atendidas as demandas dos diferentes grupos sociais, estimulando a interação e o convívio entre eles, a apropriação do espaço público e do patrimônio ferroviário.

Por se tratar de intervenções que estimulam a circulação não motorizada das pessoas, seja a pé ou sobre bicicletas, patins, patinetes e skates, dentre outros, com fins utilitários e recreativos, deve-se buscar a harmonia na utilização do espaço. Nos trechos com maior intensidade de movimentação e possibilidade de conflitos entre os variados tipos de usuários, devem ser previstas as seguintes soluções: adequação da largura dos percursos ao fluxo de pessoas; distinção clara entre os percursos de pedestres e ciclistas por meio de materiais e sinalização; segregação física dos percursos, através de distanciamento, desníveis, vegetação e outras barreiras; criação de desníveis e curvas suaves em trechos planos e retilíneos, para reduzir a velocidade dos ciclistas; além de iniciativas como campanhas educativas sobre a utilização do espaço.

Entretanto, algumas dessas orientações nem sempre podem ser seguidas, devido às limitações da largura do sítio e da preferência pela implantação dos percursos de forma paralela, e não sobreposta, à via permanente, o que pode exigir o compartilhamento dos percursos destinados a diferentes tipos de usuário. De modo geral, devem ser garantidas condições adequadas de utilização para os diferentes modais e para todas as pessoas, incluindo aquelas com mobilidade reduzida.

Nos trechos em que a utilização informal do sítio ferroviário representar a única forma de acesso às edificações lindeiras, esse uso deve ser mantido, considerando a aplicação de estratégias típicas de

ruas compartilhadas, tais como: nivelamento do piso do passeio e do leito carroçável; utilização de balizadores, sinalização e diferentes materiais no piso; restrição do acesso de veículos, apenas com caráter local; redução da velocidade de circulação; e limitação das áreas de estacionamento.

No caso de núcleos urbanos que possuírem trechos do sítio ferroviário já contemplados pela conversão em espaços livres públicos de lazer e recreação, é necessário minimizar os impactos nos vestígios materiais, como colocado pela primeira diretriz geral, e avaliar criticamente o alinhamento dos demais aspectos das intervenções em relação às orientações aqui desenvolvidas, as quais devem ser incorporadas. Como as intervenções existentes são predominantemente de pequeno porte e fragmentadas, elas devem ser articuladas entre si e/ou expandidas ao longo do eixo ferroviário.

Os segmentos que possuírem usos informalmente atribuídos pela população como áreas de convívio, lazer e recreação devem ser envolvidos pelas propostas de implantação de parques lineares. A permanência e consolidação desses usos é importante, tendo em vista a relação de pertencimento já constituída entre as pessoas envolvidas com sua implantação e manutenção.

Sobre as ocupações irregulares situadas nos sítios ferroviários, devem ser constituídas estratégias de relocação, com atenção especial para os numerosos casos de habitações de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Apesar da perda consumada dos vestígios materiais, a realocação das ocupações é fundamental para recuperar a propriedade pública do sítio ferroviário e a legibilidade da sua continuidade, além de permitir a implantação das intervenções.

Ademais, antes mesmo de se proceder à atribuição de novos usos, é importante evitar que novas ocupações irregulares, descaracterizações, degradações e perdas continuem ocorrendo nos sítios ferroviários. Para tanto, as municipalidades e a União, como proprietárias desses espaços, devem trabalhar de forma conjunta, assumindo as suas responsabilidades e evitando o avanço de tais situações.

A permeabilidade e facilidade de acesso dos trechos adjacentes às vias públicas e no mesmo nível do entorno – somada à relação com áreas centrais e periféricas, com distintos padrões de ocupação,

densidade e graus de consolidação – favorecem a conversão desses sítios ferroviários em parques lineares a ampla aplicação das diretrizes. Entretanto, para outros tipos de configuração espacial, são necessárias algumas orientações específicas.

Devido ao confinamento e dificuldade de conectividade, a inserção entre fundo de lotes exige o tratamento especial das interseções com o sistema viário, que são os únicos pontos de visibilidade e acesso ao sítio, e a atenção com a vitalidade do espaço, buscando combinar atratividade e dinamização com permeabilidade física e visual no sentido longitudinal. O posicionamento em trincheiras, por sua vez, representa uma configuração espacial ainda mais desafiadora devido à segregação física, pois demanda a constante necessidade de conexão entre os diferentes níveis, ao passo que as limitações decorrentes da largura do sítio dificultam a atribuição de outros usos para além dos percursos destinados à mobilidade ativa.

Nos casos acima mencionados, é possível considerar desvios pontuais do eixo estruturador da intervenção para vias paralelas ou espaços lineares compatíveis. Nesses desvios, deve ser assegurada a efetiva continuidade física da intervenção, mantendo, pelo menos, os percursos de mobilidade ativa; e podem ser incorporados outros espaços livres potenciais no seu entorno imediato para a implantação de equipamentos.

Sobre o posicionamento periférico do sítio ferroviário, nas bordas dos núcleos urbanos e afastado das áreas centrais, a dificuldade de conexão e articulação deve ser minimizada pela atribuição de usos que favoreçam a atratividade e a vitalidade do sítio como espaço livre público – ainda que o seu caráter estruturador e integrador não seja expressivo – e da constituição de consistentes conexões com as demais porções do núcleo urbano.

O percurso vislumbrado para a realização das intervenções deve se iniciar com o levantamento e registro dos trechos ferroviários em meio urbano e seus vestígios materiais, compondo um inventário. Em seguida, são necessários diagnósticos e análises em diferentes níveis de complexidade e aprofundamento, envolvendo o sítio ferroviário e o núcleo urbano, além da participação ativa da população, a fim de embasar a elaboração dos projetos. Paralelamente, é

necessário obter a cessão da faixa de servidão da ferrovia ao Dnit e SPU, órgãos que atualmente detêm sua propriedade. Devido à extensão dos sítios, a execução pode ser faseada em etapas, permitindo a gradual apropriação do espaço pelas pessoas. Por fim, completando o ciclo, devem ser previstas avaliações contínuas dos projetos executados, favorecendo o constante amadurecimento e aprimoramento da conversão de sítios ferroviários obsoletos em parques lineares.

As orientações aqui desenvolvidas e detalhadas, ainda que concebidas a partir das situações observadas nos sítios obsoletos da EFCP enquanto objeto empírico de análise, constituem-se um significativo subsídio para intervenções em sítios análogos, igualmente afetados pela desativação, desde que sejam feitas adaptações dos princípios gerais às especificidades de cada contexto.

Considerações finais

A conversão de sítios ferroviários urbanos obsoletos em espaços livres públicos de lazer, recreação e mobilidade ativa, linearmente distribuídos e estruturadores de processos de requalificação urbana, mostra-se compatível com a salvaguarda do legado ferroviário e com o aproveitamento do potencial relacionado à escala e à inserção desses sítios em meio urbano. Além disso, amplia e democratiza o acesso a equipamentos, infraestruturas e serviços urbanos em áreas muitas vezes desprovidas de espaços públicos qualificados, contribuindo para minimizar desigualdades socioeconômicas e melhorar a qualidade de vida da população.

É urgente a difusão dessa estratégia de reutilização e preservação, pois trata-se de uma relevante forma de enfrentamento à problemática da desativação da infraestrutura ferroviária, cujo contínuo avanço pode vir a inviabilizar esse tipo de proposta. A divulgação do tipo de intervenção, juntamente com diretrizes, orientações e um repertório de soluções projetuais deve envolver conjuntamente as diversas municipalidades que são atravessadas por uma mesma ferrovia, vislumbrando a constituição de planos regionais com ações locais coerentes e coordenadas entre si, atentas às particularidades

de cada contexto, direcionadas com o mesmo propósito e em conformidade com a escala do bem em que se intervém.

Ainda que a concepção e execução das intervenções superem a dependência em relação ao reconhecimento e à salvaguarda dos sítios ferroviários obsoletos e seus vestígios materiais como bens patrimoniais pelos órgãos de preservação do patrimônio cultural, é essencial o alinhamento das propostas às orientações aqui desenvolvidas para que esses espaços não sejam tratados como *tabula rasa*. Além disso, são pertinentes os aprimoramentos e as adequações nos instrumentos e marcos legais de proteção e destinação do patrimônio ferroviário vigentes, não apenas para que os sítios ferroviários sejam contemplados pelas políticas de salvaguarda como também para que a preservação dos demais bens ocorra de modo articulado e sistêmico, superando reducionismos e limitações.

Por fim, a conciliação de diferentes demandas em um mesmo escoço evidencia como o planejamento urbano pode incorporar a preservação do patrimônio ferroviário simultaneamente aos benefícios de caráter social, econômico e ambiental decorrentes da reutilização de sítios ferroviários obsoletos. A partir do tipo de intervenção discutido neste estudo, demonstrou-se que os sítios ferroviários estão aptos a se integrarem às dinâmicas urbanas atuais, desde que sejam entendidos em consonância com as preexistências, o interesse histórico-cultural e a noção de conjunto do legado ferroviário.

Referências

ALVAREZ-PALAU, Eduard; ASENSI, Mireia. La infraestructura ferroviaria como condicionante del crecimiento de la trama urbana em ciudades medianas catalanas a principios del siglo xx. In: CONGRESO DE HISTORIA FERROVIARIA, 6., 2012, Vitoria-Gasteiz. Anais [...]. Vitoria-Gasteiz: Fundación de los Ferrocarriles Españoles, 2012.

CAVALCANTI NETO, José Rodrigues; CARNEIRO, Fernanda Gibertoni; GIANNECHINI, Ana Clara. Avanços e desafios na preservação do patrimônio ferroviário pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. In: COLÓQUIO LATINO AMERICANO SOBRE RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, 6., 2012, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Comitê

Brasileiro para a Preservação do Patrimônio Industrial (TICCIH) | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012.

CORDEIRO, José Manuel. Desindustrialização e salvaguarda do patrimônio industrial: problema ou oportunidade? *Oculum Ensaios*, Campinas, v. 13, p. 154-165, jan./jun. 2011.

ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE REABILITAÇÃO URBANA. *Carta de Lisboa sobre a reabilitação urbana integrada*. Lisboa: Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana, 1995.

FREIRE, Maria Emilia Lopes. Patrimônio ferroviário: a preservação para além das estações. 2017. 263 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

GANGES, Luis Santos. Ferrocarril y forma urbana: los casos de Burgos, Palencia y Valladolid. In: *CONGRESO DE HISTORIA FERROVIARIA, I.*, 1998, Alicante. Anais [...]. Alicante: Fundación de los Ferrocarriles Españoles, 1998.

IBGE. *1 Centenário das estradas de ferro no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1954.

ICOMOS-TICCIH. Princípios conjuntos do ICOMOS-TICCIH para a conservação de sítios, estruturas, áreas e paisagens de patrimônio industrial. Dublin: ICOMOS-TICCIH, 2011.

IPHAN. Inventário do Patrimônio Ferroviário em Pernambuco. v. 2. Recife: IPHAN, 2009.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro*. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

KÜHL, Beatriz Mugayar. O legado da expansão ferroviária no interior de São Paulo e questões de preservação. In: *SEMINÁRIO DE PATRIMÔNIO AGROINDUSTRIAL, 2.*, 2010, São Carlos. Anais [...]. São Carlos: IAU-USP, 2010.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. Cotia: Ateliê Editorial, 1998.

MACIEL JÚNIOR, Artur Barbosa. *Requalificação de ativo público em obsolescência tecnológica: a Ferrovia Tronco Centro de Pernambuco*. 2012. 188 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012.

MOREIRA, Maria das Graças. *Requalificação urbana: alguns conceitos básicos*. Artitextos, Lisboa, n. 5, p. 117-129, dez. 2007.

MOURA, Dulce et al. A revitalização urbana: contributos para a definição de um conceito operativo. *Cidades, comunidades e territórios*, Lisboa, n. 12/13, p. 15-34, dez. 2006.

OLIVEIRA, E. O patrimônio do transporte ferroviário no Brasil: contribuições da arqueologia industrial ao registro e preservação do sistema ferroviário. In: OLIVEIRA, E. (org.). *Memória ferroviária e cultura do trabalho: balanços teóricos e metodologia de registros de bens ferroviários numa perspectiva multidisciplinar - II*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020.

PROCHNOW, Lucas Neves. *O IPHAN e o patrimônio ferroviário: a memória ferroviária como instrumento de preservação*. 2013. 163f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2013.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. Do vazio ao espaço público: requalificando paisagens, reestruturando territórios. *Paisagem e Ambiente: Ensaios*, n. 28, p. 21-40, 2011.

RAHÓLA, Eusebi Casanelles. Nuevo concepto de patrimonio industrial: evolución de su valoración, significado y rentabilidad en el contexto internacional. *Bienes culturales*, Madrid, n. 7, p. 59-70, 2007.

RAHÓLA, Eusebi Casanelles. Recuperación y uso del patrimonio industrial. *Cuadernos del CLAEH*, Montevideo, v. 29, n. 88, p. 57-64, 2004.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. Preservação e restauro urbano: intervenções em sítios históricos industriais. São Paulo: Edusp, 2013.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; MESQUITA, Liana de Barros. *Espaços livres do Recife*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife: Editora UFPE, 2000.

SENES, Giulio et al. Le greenways come rete di mobilità alternativa: il recupero dei sedimi ferroviari dismessi come greenways. In: ISFORT. *Ferrovie, territorio e sistema di greenways*. Roma: ISFORT, 2004.

SOTO, José Luis Lalana. Peculiaridades del patrimonio ferroviario y su presencia en la Lista del Patrimonio Mundial. *Mirada Ferroviaria*, Ciudad de México, n. 27, p. 5-27, maio/ago. 2016.

SOTO, José Luis Lalana. Los ferrocarriles y el patrimonio mundial: del monumento al paisaje cultural. In: CONGRESO DE HISTÓRIA FERROVIARIA, 6., 2012, Vitoria-Gasteiz. Anais [...]. Vitoria-Gasteiz: Fundación de los Ferrocarriles Españoles, 2012.

SOTO, José Luis Lalana; GANGES, Luis Santos. Las fronteras del patrimonio industrial. *Llámpara: patrimonio industrial*, Logroño, n. 2, p. 7-20, 2009.

TICCIH. *Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial*. Nizhny Tagil: TICCIH, 2003.

PARTE IV

Gestão de sítios históricos: preservação e política urbana

Apresentação

Natália Miranda Vieira-de-Araújo

A quarta e última parte desta publicação se concentra em questões ligadas à gestão dos sítios históricos e em como o alcance de resultados consistentes do ponto de vista da preservação dependem, em grande medida, de como se constitui a política urbana de cada cidade. Os desafios destacados nas partes que precedem a quarta parte desta publicação, especialmente nas Partes I e III, que tratam, respectivamente, da relação entre a teoria preservacionista e a prática projetual e dos desafios particulares da preservação do patrimônio moderno e industrial, podem ser mais bem enfrentados a depender de como tais desafios são incorporados na política urbana das cidades.

As reflexões aqui reunidas foram desenvolvidas em parceria com antigos orientandos de diversos níveis de formação, a partir de um trabalho de graduação, uma dissertação de mestrado e duas teses de doutorado desenvolvidos, respectivamente, no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE e na Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN. Trata-se, portanto, de capítulos desenvolvidos em parceria comigo e que estão intimamente ligados aos resultados desses trabalhos de pesquisa de maior fôlego dos autores principais de cada capítulo (Clemente, 2017; Medeiros, 2014; Jordão, 2017; Ferreira, 2017). Os capítulos dão conta de realidades

específicas de gestão de sítios históricos em diferentes capitais do Nordeste brasileiro: João Pessoa, Natal e Recife.

Desde a pesquisa desenvolvida por ocasião da tese de doutorado da presente autora (Vieira, 2008) que o tema da gestão dos sítios históricos tem sido uma preocupação constante, em especial as relações e distanciamentos entre os projetos desenvolvidos e seus processos de implementação. A oportunidade de continuar refletindo sobre o tema por meio das diversas orientações realizadas, algumas delas tendo levado ao desenvolvimento dos capítulos aqui apresentados, sempre refletindo sobre a importância dada aos diferentes valores dos sítios em questão, especialmente aos valores culturais e econômicos, tem sido bastante instigante e renovadora. Todos os autores presentes nesta Parte IV compartilham da preocupação de que as ações de preservação patrimonial não deveriam negligenciar a necessária inter-relação e interdependência dessas com o planejamento urbano das cidades, como preconizado pela conservação integrada.

Abrimos a Parte IV com o capítulo 17, intitulado “Reabilitação urbana e segregação social no centro histórico de João Pessoa”, de autoria principal de Anna Cristina Andrade Ferreira, em parceria com a presente autora, cuja primeira versão foi publicada no XVIII ENANPUR em 2019. Em seguida temos o capítulo 18, intitulado “O abismo entre as práticas preservacionistas e a garantia do direito à moradia digna: o emblemático caso da Comunidade do Pilar no Bairro do Recife”, de autoria principal de Manoela Jordão e também em parceria com a autora desta apresentação, tendo sua primeira versão sido publicada no V ENANPARQ em 2018. Esses dois capítulos concentram sua reflexão na relação entre as políticas de preservação, a reabilitação urbana e a política urbana voltada à questão da habitação, em especial à garantia de permanência de antigos moradores em situação de vulnerabilidade econômica em áreas consideradas como os “centros históricos” de cidades capitais do Nordeste brasileiro. A discussão da política habitacional como parte indissociável da política urbana preservacionista, apesar da ênfase dada em dezenas de cartas patrimoniais e reflexões acerca da preservação patrimonial sobre o papel da habitação nas áreas centrais históricas

para a sua requalificação de forma sustentável, parecem ainda não ser uma realidade para as áreas estudadas. As duas situações em tela, em cidades diferentes, são o caso da comunidade do Porto do Capim em João Pessoa e o caso da Comunidade do Pilar em Recife, onde, infelizmente, observa-se a impressionante semelhança entre os aspectos negativos de ambos os casos. Estamos falando de projetos, ora chamados de requalificação, ora chamados de revitalização, que priorizam ações voltadas à exploração turística e econômica dos centros históricos e que, apesar de colocarem em seus planejamentos a importância do tratamento da habitação social nessas áreas, no momento da implementação das ações sempre caminham por estradas diferentes e muitas vezes opostas à valorização da permanência dessas comunidades no espaço “revitalizado”.

Nos capítulos 19 e 20, entraremos em questões ligadas à construção das legislações de preservação patrimonial. Quantas vezes acreditamos que o que nos faltava para o alcance de práticas preservacionistas mais sustentáveis era o reconhecimento e a delimitação de um sítio enquanto patrimônio nacional? As análises que seguem nesses dois últimos capítulos problematizam os resultados de tal reconhecimento institucional para a efetiva conservação dos sítios históricos a partir de análises específicas voltadas ao centro histórico de Natal e ao de João Pessoa, ambos tombados a nível nacional.

No capítulo 19 a reflexão se voltará para o caso do centro histórico de Natal e seu processo de reconhecimento enquanto patrimônio nacional. Em “O sítio histórico de Natal agora é tombado como patrimônio nacional. E daí?”, Elaine de Albuquerque Medeiros e a autora que ora vos fala, desenvolve uma problematização sobre o principal instrumento normativo que possuímos até hoje para o reconhecimento do patrimônio construído, o tombamento instituído pelo Decreto-Lei nº 25/1937, discutindo como ele é aplicado no centro histórico de Natal. A primeira versão desse capítulo foi publicada nos Anais do Arquimemória 4, realizado em Salvador em 2013, e foi revisada e atualizada para a presente publicação. Aqui realizamos uma leitura morfológica dos bairros da Cidade Alta e da Ribeira, que compõem o núcleo tombado de Natal, para então relacionar tal leitura com a poligonal de tombamento vigente e com os

aspectos defendidos no Processo de Tombamento. A poligonal de fato representa o que se desejava nesse processo?

Por fim, o capítulo 20 fecha esta quarta parte com “O devir da morte: a legislação patrimonial e sua relação com o arruinamento de imóveis no centro histórico de João Pessoa”, de autoria principal de Juliana Carvalho Clemente, em parceria com Fernanda Rocha de Oliveira e a presente autora. Aqui a provocação está voltada a observar qual o papel que a legislação patrimonial possuiu no processo de arruinamento dos bens culturais no caso do centro histórico de João Pessoa. O capítulo passa primeiramente por uma discussão sobre a problemática urbana de “esvaziamento” de áreas centrais enquanto fenômeno que acomete diversas realidades, depois realiza um breve histórico sobre a política patrimonial brasileira e sua relação com a normatização específica do caso do centro histórico de João Pessoa, para finalmente apresentar algumas das reflexões finais de Clemente (2017) sobre a contribuição das normativas de proteção de áreas centrais históricas para a permanência ou mesmo o aumento de ruínas urbanas nessas localidades.

Assim, fechamos esta publicação, em quatro partes, procurando atentar para várias facetas de uma problemática que vai da teoria ao projeto, conforme anunciado no título do livro. Nessa quarta parte questões ligadas à gestão procuraram ser contempladas como parte do trabalho de um grupo de pesquisa em constante ebulação e renovação.

Referências

CLEMENTE, Juliana Carvalho. Ruínas Urbanas no centro histórico de João Pessoa-PB: uma análise a partir da normativa de proteção do patrimônio. 182 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

FERREIRA, Anna Cristina Andrade. Casa sem pessoas para pessoas sem casa: a reabilitação de áreas históricas e o uso habitacional na realidade brasileira, 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

JORDÃO, Manoela. *Fora de Portas: a Comunidade do Pilar no planejamento urbano do Bairro do Recife*. 2017. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

MEDEIROS, Elaine de Albuquerque. A releitura de um documento: o processo de tombamento do centro histórico de Natal (RN). 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

VIEIRA, Natália Miranda. *Gestão de sítios históricos: valor cultural e valor econômico em programas de revitalização em áreas históricas*. Recife: Editora da UFPE, 2008.

CAPÍTULO 17

Reabilitação urbana e segregação social no centro histórico de João Pessoa¹

Anna Cristina Andrade Ferreira

Natália Miranda Vieira-de-Araújo

Evolução e decadência do centro histórico de João Pessoa

João Pessoa, capital da Paraíba, é a terceira cidade do Brasil fundada já com esse status. Sua importância histórica motivou o tombamento de parte do seu centro antigo a nível estadual, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) em 1982, e a revisão e ampliação desse perímetro em 2004. O tombamento a nível federal, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ocorreu em 2007 (Figura 1).

A área central da cidade de João Pessoa mantém nos dias de hoje uma predominância do uso comercial, vocação que pode ser percebida desde sua fundação, sobretudo na porção denominada cidade

¹ Este capítulo foi desenvolvido como parte da pesquisa de doutorado intitulada *Casa sem pessoas para pessoas sem casa: a reabilitação de áreas históricas e o uso habitacional na realidade brasileira*, desenvolvida no âmbito do PPGAU/UFRN pela primeira autora, sob a orientação da segunda autora. Apresentamos uma primeira versão deste capítulo no XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, realizado em Natal, em 2019. Tendo como objeto empírico de análise o caso do centro histórico de João Pessoa (PB), que desde a década de 1980 tem recebido ações de reabilitação, sempre aplicadas de forma pontual e almejando a expansão das atividades turísticas em detrimento dos aspectos sociais, questionamos a falta de instrumentos de promoção da habitação, especialmente a social, entre as ações implementadas.

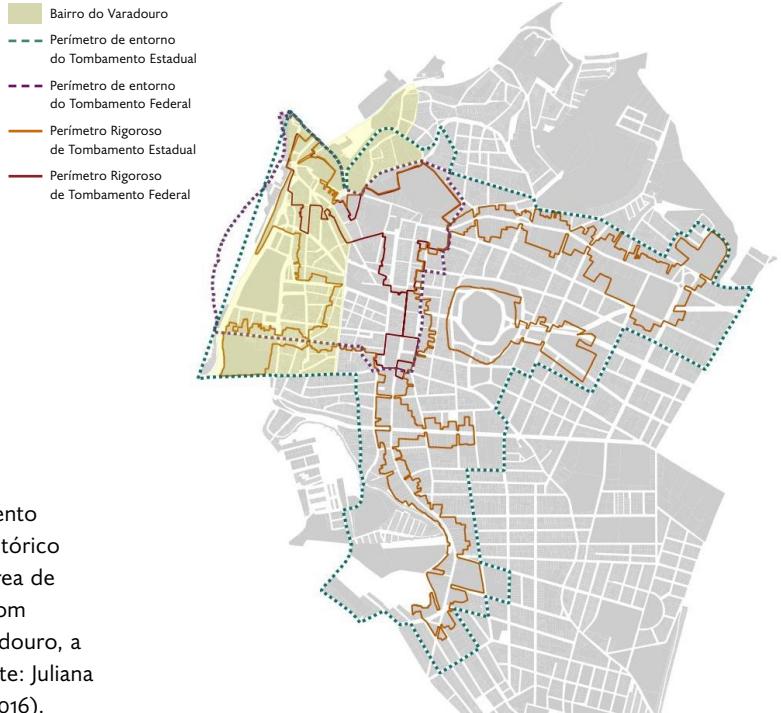


FIGURA 1 Perímetro de tombamento federal e estadual do centro histórico de João Pessoa, mostrando a área de proteção rigorosa e entorno, com destaque para o bairro do Varadouro, a área mais antiga da cidade. Fonte: Juliana Carvalho sobre Base da PMJP (2016).

baixa, onde se situa o bairro do Varadouro, sendo a cidade alta ocupada por usos mais diversificados, com a maioria das residências e edifícios institucionais. Essas duas porções que compõem o centro histórico, e que foram delimitadas pela topografia acidentada da cidade, passaram por períodos de estagnação econômica, esvaziamento e decadência, sendo alvo da atuação dos órgãos de preservação cultural no sentido de reverter esse quadro. Assim, para um melhor entendimento dessas ações e seus objetivos, faz-se necessário um breve apanhado histórico da evolução urbana da cidade, com foco nos períodos de prosperidade e decadência, entendendo as causas da sua situação atual.

A ocupação da capitania da Paraíba se efetuou em 5 de agosto de 1588, mesma data de fundação da cidade, com nome de Filipeia de Nossa Senhora das Neves. A topografia privilegiada do

sítio favorecia a visualização e o controle do território circundante e seguia os preceitos empregados em outras povoações da Coroa portuguesa. Na parte alta do núcleo inicial da cidade, foram instalados os edifícios oficiais, determinantes na delimitação do traçado urbano, e na parte mais baixa teve início a construção do Porto do Varadouro, instalado na margem esquerda do rio Sanhauá, afluente do rio Paraíba, único canal de entrada para a cidade a partir do litoral (Mello, 1978; Reis Filho, 2000). No início do século XVII, havia uma distinção entre o sistema de arruamento implantado na porção mais alta, com aspecto mais reticular, e na mais baixa da cidade, apontada como irregular e orgânica (Raynaud, 2006).

Moura Filha (2012) menciona que da segunda metade do século XVII até parte do século XVIII houve uma tímida evolução urbana na cidade, influenciada pela estagnação econômica em que se encontrava, “a cidade ia sendo reconstruída sobre as estruturas pré-existentes, não se expandindo para além do pequeno núcleo de ‘povoação’ definido no passado” (Moura Filha, 2012, p. 318). Apesar da precariedade, no início do século XVIII, muitos lotes passaram a ser doados nas principais ruas da cidade e a zona portuária do Varadouro se consolidou por meio do funcionamento do Porto do Capim, da Alfândega, do Tesouro Provincial e dos armazéns de mercadorias (Scocuglia, 2010).

Assim era a cidade até a primeira metade do século XIX, período marcado por eventos políticos, como a Proclamação da Independência, em 1822, que desencadeou uma fase de melhoramentos urbanos, como abertura e alargamento de vias. Porém, em 1859 a cidade ainda se apresentava como “um aglomerado urbano acanhado; pequeno e pobre como, no império, as outras capitais das províncias de pequeno porte” (Almeida, 1982, p. 39). Nesse período foi realizado um mapeamento das construções e logradouros, que resultou em um plano de abertura de novas vias, a construção de um cais e a melhoria das vias de acessos da capital ao interior (Rodríguez, 1961). Nos anos de 1884 e 1885, ocorre a implantação da estação ferroviária e a urbanização da antiga Praça da Estação, e em 1886 a inauguração da linha de bondes da Ferro-Carril Paraibana, que circulava por todo o centro da cidade (Dieb, 1999).

Até a chegada do século XX, a cidade possuía poucas ruas calçadas, serviços urbanos precários e um conjunto edilício bastante modesto. Já se percebia uma expansão espontânea em algumas áreas, produzida pelo prolongamento de ruas, sendo a primeira expansão planejada realizada por volta da década de 1910, com a criação do bairro de Jaguaribe. A partir de 1913, foi lançado um plano urbanístico que modificou a fisionomia do Centro, propondo o alargamento, alinhamento e a abertura de novas ruas para a reestruturação viária, além de intervenções de ordem estética nos espaços públicos (Vidal, 2004). Também tiveram início as primeiras operações visando a expansão urbana do Centro, ações que apresentavam um caráter higienista e elitista, pois as novas áreas abrigariam grandes moradias, em lotes generosos para famílias abastadas. Na década de 1920, junto com o início das obras de expansão do Centro, houve a tentativa de construção de um novo porto no Varadouro para receber embarcações maiores. As obras chegaram a ser iniciadas, mas logo o projeto foi abandonado e a atividade portuária deslocada para o município de Cabedelo (Scocuglia, 2010). Nesse período a administração pública redirecionou seus interesses para a formulação da primeira legislação urbana visando regularizar as construções futuras. Segundo Vidal (2004), houve uma conjunção de esforços das três esferas do governo, que realizaram obras portuárias, obras de saneamento, correções nos alinhamentos de ruas e alargamento das principais vias, abertura de ruas e ligação entre as existentes, além do embelezamento de trechos degradados, gerando inúmeras desapropriações e demolições (a exemplo da demolição da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, uma edificação barroca secular, para a construção da Praça Vidal de Negreiros). Surgiram novas legislações urbanas, como o Decreto nº 32 de 4 de janeiro de 1921, “que delimitava os perímetros urbanos e suburbanos e instituía normas disciplinadoras para futuras construções nas áreas por ele delimitadas” (Vidal, 2004, p. 22-23).

A partir de 1935, foi posto em prática um plano de remodelação e extensão da capital paraibana, que contemplou uma série de melhorias urbanas e a demolição de imóveis para a abertura e o alargamento de avenidas, a criação de novos logradouros e praças

(Scocuglia, 2010). O poder público implementou a urbanização da Lagoa dos Irerês, atual Parque Sólon de Lucena, e, no plano de expansão urbana, a cidade já se apresentava quase duplicada (Vidal, 2004). Na década de 1940, João Pessoa apresentava uma estrutura urbana modernizada, mais extensa e com novos bairros, porém as melhorias e os serviços públicos não se estendiam a todas as áreas da cidade. Os moradores expulsos das áreas centrais se alojavam no entorno do centro, que a modernização não alcançou, como afirma Vidal (2004, p. 73), “Os mocambos expulsos das áreas centrais continuaram a proliferar nos arredores da cidade, e neles a precariedade continuava a ser regra”.

A partir de 1954, há uma intensificação no êxodo de moradores e instituições do Centro para as novas áreas, abrindo espaços para a expansão dos setores de comércio e serviços. Em 1963 a cidade contava com mais de 29 mil habitações, das quais só 3% eram formalmente destinadas ao funcionalismo público e a população de menor renda (Cavalcanti, 1999, p. 25), porém nesse momento ainda não havia se iniciado o processo de periferização da cidade.

Cavalcanti (1999) ressalta que as maiores transformações em João pessoa só foram percebidas a partir das mudanças estruturais realizadas na década de 1960, como a implantação das BRS 101 e 230, do Distrito Industrial e do Campus Universitário da UFPB, efetivando a expansão e ocupação ao sul. Em 1967 se iniciou a construção dos grandes conjuntos habitacionais na periferia, financiados pelo então recém-criado Banco Nacional de Habitação (BNH), para onde a população de menor renda foi relocada (Cavalcanti, 1999).

Antes da inserção dos conjuntos habitacionais, as diferentes camadas sociais da população se mesclavam, mesmo que em proporção diferente, e moravam próximo ao Centro. Os projetos do BNH geraram uma redistribuição social da população nos diferentes assentamentos da cidade, ocasionando a periferização da pobreza. Além da construção de conjuntos populares afastados do centro e com pouca infraestrutura, as modalidades de financiamento de unidades individuais de domicílios, localizados nos novos bairros ou próximos à orla e voltados para a população de média e alta renda, intensificou o processo de seletividade do espaço urbano da cidade, gerando uma forte exclusão social.

As opções de crédito e as melhorias implementadas pelo BNH, ao mesmo tempo em que combateram o déficit habitacional, ajudaram a acelerar o processo de abandono da área central por parte dos moradores, passando a predominar na área os usos de comércio e serviço. Outro problema urbano ocasionado pelo BNH foi o aumento da especulação imobiliária em todas as áreas que possuíam uma boa infraestrutura urbana, inclusive os bairros mais antigos, o que intensificou o abandono e degradação do conjunto edificado, devendo à dificuldade de reinserção de usos e aos altos custos de compra e aluguel de imóveis.

Desde a década de 1940, ocorreu a ocupação de alguns setores da área antiga por uma população de menor renda, sendo uma das mais antigas a comunidade Porto do Capim, no Bairro do Varadouro, situada na margem do rio Sanhauá, inicialmente com a fixação de famílias de pescadores, imigrantes da zona rural e trabalhadores portuários, se expandindo ao longo dos anos e gerando novos assentamentos² (Scocuglia, 2010).

A ocupação informal do centro antigo se intensificou durante os anos 1970, quando ocorreu o que Cavalcanti (1999, p. 28) classificou como uma “aceleração do processo de favelização na cidade”, engrossada por inadimplentes do BNH que encontraram nos edifícios e áreas abandonadas a possibilidade de fugir dos altos custos de aluguel e das dificuldades de infraestrutura e deslocamento dos assentamentos periféricos.

Na mesma década de 1970, o Projeto Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (CURA) iniciou uma série de obras de infraestruturas, voltadas principalmente às unidades habitacionais periféricas, que ajudaram a valorizar todo espaço entre a área urbanizada e os conjuntos mais distantes, gerando novos bairros residenciais. Essas ações, segundo Castro (2006, p. 5), aceleraram ainda mais a evasão da população do Centro antigo, não só por moradores,

² Durante a década de 1960, essa comunidade se consolidou e se expandiu, dando origem a um novo assentamento, denominado de comunidade XV de Novembro, e, na década de 1990, tem início a ocupação irregular de uma nova área de expansão, próxima à Estação Ferroviária, surgindo a Vila Nassau (Scocuglia, 2004). Em abril de 2014, a prefeitura cadastrou 314 famílias que vivem nessas áreas, em 252 unidades habitacionais (PMJP, 2014).

mas também por instituições comerciais, antecipando seu processo de degradação. Além disso, segundo Scocuglia (2004), tornaram-se comuns durante a década de 1980 a prática de demolições de edifícios antigos, que geraram vazios urbanos ou abriram espaço para a inserção de edifícios contemporâneos. Mesmo após a criação do órgão estadual de preservação, o IPHAEP, que cadastrou e gerou um tombamento provisório de vários edifícios na área, essas ações continuaram, motivadas pela valorização imobiliária.

Reabilitação urbana e segregação social no centro histórico de João Pessoa

Diante do cenário em que se encontrava o centro histórico da cidade, foram formuladas algumas ações voltadas a reverter o caráter de abandono da área, recuperando seus elementos físicos e seu desenvolvimento socioeconômico, sendo a primeira delas a delimitação de uma área de preservação histórica na cidade de João Pessoa, definida em 1975, quando a prefeitura estipulou a poligonal de preservação rigorosa por meio da Lei Municipal nº 2.102, de 31 de dezembro de 1975, instituída pelo primeiro Plano Diretor da cidade implantado em 1974.

Desde 1937 já havia edificações tombadas pelo IPHAN na cidade, então, para além de conter as mudanças e a degradação que se instalou, a delimitação de um perímetro de tombamento no Centro antigo foi vista como uma forma de alavancar a economia local, através de investimentos na recuperação dos bens tombados, na inserção de usos culturais, de lazer e infraestrutura, voltados para a implementação do turismo.

Para facilitar a gestão dos investimentos e ações no centro histórico, foi criada uma rede de preservação cultural local, iniciada em 1974 com o funcionamento do IPHAEP³, órgão estadual de preservação histórica responsável pelo tombamento e gestão do patrimônio local. Durante os primeiros anos, o órgão realizou um trabalho de

³ Vale ressaltar que o IPHAEP havia sido criado por decreto em 1971, seguindo as deliberações dos Encontros de Governadores, expostas no Compromisso de Brasília (1970) e no Compromisso de Salvador (1971), mas a efetivação dessa criação só ocorreu em 1974.

inventário e reconhecimento, tentando evitar as demolições que vinham ocorrendo. Para auxiliar na elaboração dos projetos de intervenção, foi criada em 1987 a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa (CPDCHJP), órgão também ligado ao governo estadual e mantido por meio de um convênio com a Agência de Cooperação Internacional da Espanha (AECI). A CPDCHJP era responsável por elaborar o Programa de Estudos de Revitalização nos Centros Históricos Ibero-americanos, que guiaria as obras de restauração dos monumentos e as de recuperação de espaços urbanos e do meio ambiente (Castro, 2006, p. 37).

O convênio com o governo espanhol para a realização de ações nos centros históricos terminou por volta de 2010, o que acabou causando o desmonte do corpo técnico da CPDCHJP, responsável pelo projeto, devido à falta de financiamento e interesse do governo do estado. É interessante observar que houve a criação de uma estrutura técnica paralela e temporária para a implementação das ações no centro histórico, em vez de se garantir o fortalecimento do IPHAEP enquanto órgão de proteção local. Isso contribuiu para enfraquecer a imagem do órgão frente a opinião pública. O IPHAEP e a Comissão tinham a premissa de atuar no centro histórico de João Pessoa, cuja delimitação foi estabelecida pelo Decreto Estadual nº 9.484 de 10 de maio de 1982, porém a atuação da CPDCHJP se concentrava apenas na cidade baixa e na porção mais antiga da cidade alta.

A partir do trabalho de inventário, análise e diagnóstico realizado pela CPDCHJP, criou-se uma tipificação da área de preservação do centro histórico de João Pessoa, que foi dividida em Área de Preservação Rigorosa (APR), Área de Preservação do Entorno (APE) e Setores Homogêneos (SH). Essas diretrizes foram aprovadas pelo Decreto Estadual nº 25.138, de junho de 2004, que estabeleceu uma nova delimitação para o perímetro tombado a nível estadual, excluindo alguns trechos já descaracterizados, mas aumentando a área de atuação do IPHAEP (Figura 1). Em 2008, foi aprovado o tombamento nacional do centro histórico de João Pessoa pelo IPHAN, por meio do processo 1501-T-02, considerando o perímetro de atuação da CPDCHJP, por englobar a maior parte dos monumentos tombados individualmente a nível nacional e se configurar como a implantação inicial da cidade (Figura 1).

Ainda em 1987, após a delimitação do primeiro perímetro de tombamento, a CPDCHJP elaborou o Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, que continha uma série de ações estruturantes e pontuais (Quadros 01 e 02). Os objetivos do projeto de revitalização se focavam principalmente na recuperação econômica da área, sobretudo pela implementação do turismo, mas também se voltavam para a questão da habitação, apontando a necessidade de se garantir a habitabilidade da área, buscando manter antigos moradores e atrair novos (CPDCHJP, 2004).

O projeto foi estruturado em quatro fases, que deveriam ser concluídas até 1992. A primeira era informativa, com a realização de um levantamento da estrutura urbana e das características dos edifícios do centro histórico de João Pessoa, considerando dados históricos, sociais, econômicos e ambientais. A segunda consistia em um diagnóstico dos fatores de degradação da área, tanto físicos quanto socioeconômicos. A terceira englobava o zoneamento das intervenções propostas para os espaços públicos e edificações consideradas estratégicas para a revitalização da área. E a última fase se focava na elaboração de normas gerais de preservação (Leandro, 2006, p. 78). Vale ressaltar que até esse momento não havia nenhuma legislação urbana municipal que considerasse os aspectos da preservação do patrimônio histórico. Mesmo com a delimitação de um perímetro de proteção histórica em João Pessoa tendo ocorrido em 1982, as normativas específicas para as áreas foram implementadas apenas em 1992, após a reformulação e aprovação do Plano Diretor, que passou a destacar o centro histórico como uma Zona Especial de Preservação (ZEP), e em 1995, com a inclusão dos aspectos normativos referentes ao controle da publicidade comercial na área tombada no Código de Posturas do Município (CPDCHJP, 2004, p. 9).

QUADRO 1 Intervenções realizadas no Centro Histórico de João Pessoa

INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS			
BEM	LOCAL	AÇÃO	ANO
Antigo Hotel Globo	Varadouro	Restauração/Revitalização	1995
Igreja de São Bento	Varadouro	Restauração/Revitalização	1996



Tribunal de Justiça do Estado (1ª etapa)	Centro	Restauração/Revitalização	1998
Biblioteca Pública	Centro	Restauração/Revitalização	1998
Coreto da Praça Venâncio Neiva	Centro	Restauração/Revitalização	1999
Estação Ferroviária	Centro	Restauração/Revitalização	1999
Casarão dos Azulejos (Sobrado Santos Coelho)	Varadouro	Restauração/Revitalização	2000
Igreja de São Frei Pedro Gonçalves	Varadouro	Restauração/Revitalização	2002
Memorial da Arquitetura Paraibana - Prédio nº. 02	Varadouro	Restauração/Revitalização	2002
Igreja da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba	Centro	Restauração/Revitalização	2002
Antiga Fábrica de Vinho de Caju Tito Silva & Cia	Varadouro	Restauração/Revitalização	2003
Grupo Escolar Thomás Mindello	Centro	Restauração/Revitalização	2006
Theatro Santa Roza (6ª etapa)	Centro	Restauração/Revitalização	2016
Sobrados da Rua João Suassuna	Varadouro	Restauração/Revitalização	2018
INTERVENÇÕES URBANAS			
BEM	LOCAL	AÇÃO	ANO
Praça São Francisco e Adro do Conjunto Franciscano	Centro	Recuperação do espaço público	1989
Praça Antenor Navarro	Varadouro	Recuperação do casario e requalificação do espaço público	1998
Faixa de domínio da Linha Férrea (1ª etapa)	Varadouro	Propiciar a integração paisagística com o conjunto de praças do Varadouro, do Antigo Porto e do rio Sanhauá	2001
Largo e a Ladeira de São Frei Pedro Gonçalves	Varadouro	Requalificação do espaço público	2001
Praça Rio Branco	Centro	Requalificação do espaço público	2010

▼

BEM	LOCAL	AÇÃO	ANO
Requalificação do Parque Sólon de Lucena	Centro	Recuperação do espaço público, visando a consolidação do parque como um equipamento social, cultural e turístico de grande expressão estadual, regional e nacional	2016
Rua João Suassuna	Varadouro	Revitalização dos espaços públicos e restauração do casario	2018

Fonte: CPDCHJP (2007, p. 3, atualizado).

QUADRO 2 Intervenções Previstas para o CHJP

INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS PREVISTAS		
BEM	LOCAL	AÇÃO
Antiga Alfândega	Varadouro	Restauração e requalificação para instalação do Museu Histórico da Cidade de João Pessoa – Unidade Colônia.
Superintendência da Antiga Alfândega	Varadouro	Restauração e requalificação para instalação da Estação-Escola de Televisão Digital e Polo de Produção Áudio Visual.
Antiga Fábrica de Gelo	Varadouro	Restauração e requalificação para instalação do Centro de Apoio ao Turista.
Antigo Galpão do Porto	Varadouro	Restauração e requalificação para instalação de novos equipamentos sociais.
Antigo Curtume	Varadouro	Restauração e requalificação para instalação de novos equipamentos sociais.
Antiga Fábrica de Cimento Nassau	Varadouro	Restauração e Requalificação para abrigar a sede do Parque Ecológico Sanhauá.



BEM	LOCAL	AÇÃO
Implantação da Praça Porto do Capim e reurbanização da ribeira do rio Sanhauá	Varadouro	Relocação da Comunidade Porto do Capim, reurbanização da área transformando-a em praça para eventos e contemplação, e a execução de um píer flutuante.
Praça xv de Novembro	Varadouro	Requalificação do espaço público.
Praça Álvaro Machado	Varadouro	Requalificação do espaço público.
Praça Napoleão Laureano	Varadouro	Requalificação do espaço público.
Ruas Visconde de Inhaúma, Porto do Capim e Frei Vital. Terreno da “PROSERV”	Varadouro Varadouro	Melhoria da infraestrutura e requalificação dos espaços públicos. Requalificação para inserir habitações de interesse social.

Fonte: CPDCHJP (2007, p. 3).

A primeira versão do Plano Diretor de João Pessoa (PMJP, 1992) estabelecia que a área do centro histórico da cidade se configurava como uma Zona Especial de Preservação (ZEP) e apontava diretrizes e mecanismos de regularização específicos, como a criação de políticas para o controle das intervenções nos imóveis e da substituição de usos, preconizando a aplicação de incentivos fiscais, a utilização de vazios urbanos em projetos de interesse social e a restrição ao tráfego de veículos para estimular sua preservação. Uma revisão realizada em 2009 inseriu novos pontos, semelhantes aos anteriores, que mantinham a especificidade do centro antigo, porém consideravam o aumento do perímetro de preservação e a resolução de problemas que afetavam todo o trecho, a exemplo do esvaziamento populacional.

A partir da década de 1990, o processo de reabilitação do centro histórico de João Pessoa passou a contar com as esferas de governo federal, estadual e municipal, estabelecendo parcerias público-privadas, além da vinculação das ações a agentes financiadores. Nesse

momento teve início a formação de uma imagem para o centro histórico, com a utilização de estratégias de marketing turístico por parte do poder público. Essas ações midiáticas, aliadas a uma forte divulgação, atraiu o interesse de intelectuais e de parcerias públicas e privadas, inclusive de pequenos empresários (Scocuglia, 2010).

As primeiras ações realizadas na área previam, além da restauração dos monumentos religiosos, a recuperação das edificações e espaços públicos mais representativos do final do século XIX e início do século XX, período em que ocorreram as ações de embelezamento da cidade, estando essas áreas situadas no bairro do Varadouro. Os primeiros espaços públicos a passarem por obras de recuperação foram a Praça Anthenor Navarro e o Largo de São Frei Pedro Gonçalves (cujos trabalhos foram concluídos em 1997), que se configuravam como espaços de boemia no início do século XX, e sua restauração procurou fomentar o resgate aos diferentes usos e temporalidades do bairro do Varadouro e reverter a imagem de prostituição e marginalidade ali instaurada (Scocuglia, 2004).

Após a recuperação do espaço, a prefeitura e os órgãos de preservação implantaram um sistema de parcerias com os pequenos empresários para instalação de bares e estabelecimentos de comércio voltados para uma população de renda média e alta, cujos aluguéis eram negociados com a mediação dos órgãos de patrimônio e dos governos municipal e estadual (Scocuglia, 2010). Essas parcerias foram o primeiro passo da operacionalização do projeto de revitalização, porém não mantiveram resultados a longo prazo, devido à falta de ações complementares para a melhoria da segurança e da dinâmica social no Varadouro; no início dos anos 2000, os estabelecimentos se deslocaram para outras áreas da cidade, fazendo com que os casarões restaurados voltassem a ficar sem uso.

Apesar do caráter elitista das ações e do foco no turismo, elas ajudaram a chamar a atenção para os problemas sociais do Varadouro, inclusive para a realidade das comunidades de menor renda. Com a conscientização de que as comunidades precisavam ser inseridas no processo e se beneficiar com as melhorias, três associações se formaram em função do projeto de revitalização, voltadas a garantir uma maior participação popular, sendo elas: a Associação

Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa, criada no início do projeto, em 1991, como uma estratégia de atuação da AECI, com a missão de profissionalizar os jovens de menor renda, a partir dos ofícios ligados à restauração, inserindo-os no processo de recuperação do centro histórico, a Associação Centro Histórico Vivo (ACEHRVO), que começou a ser organizada efetivamente em 2000, e reunia comerciantes, moradores, representantes de movimentos sociais, jornalistas, artistas locais, universidades e entidades estaduais ligadas aos direitos humanos, à cultura e à educação, e o projeto Folia Cidadã, ligado à Associação Folia de Rua, que buscava o resgate social de crianças e adolescentes da Comunidade Porto do Capim desde de 2001, por meio de oficinas de arte, ligadas às atividades carnavalescas (Scocuglia, 2010).

Vale destacar que a criação da Oficina Escola foi uma das poucas medidas adotadas no processo de reabilitação do centro histórico de João Pessoa que surtiram efeito positivo a longo prazo, pois, ao mesmo tempo em que ela diminuiu o risco social para os jovens moradores da área, desenvolveu um trabalho multiplicador de sensibilização desse grupo, que passa a contribuir no debate e disseminação da preservação do patrimônio cultural. Outro aspecto positivo foi a formação de um corpo técnico especializado para a realização das ações de restauração dos edifícios, formado por moradores da área habituados com o canteiro de obras, o que tem garantido um nível de qualidade técnica nas intervenções realizadas e expressivos resultados, pela quantidade e diversidade das obras realizadas. Essa ação tem ajudado a manter esses jovens no local, que se configura como uma fonte de trabalho para essa mão de obra estratégica que se tornou parte importante no processo de reabilitação.

Em 1997 a CPDCHJP estipulou uma série de ações para o bairro do Varadouro listadas no Projeto de Revitalização do Varadouro e Antigo Porto do Capim.⁴ Vale ressaltar que o conceito de revitalização é questionável, já que, de acordo com a Carta de Lisboa (CARTA [...], 1995, p. 1), “Revitalização urbana: Engloba operações destinadas

4 O projeto desenvolvido pela Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa (CPDCHJP) em 1997 está disponível no link https://centrohistoricojp.blogspot.com/2012_03_11_archive.html

a relançar a vida económica e social de uma parte da cidade em decadência”, pois, embora o bairro do Varadouro apresentasse um aspecto de degradação, inclusive do ponto de vista económico, apesar da predominância do uso comercial, as áreas onde insidiavam as principais ações do projeto eram ocupadas por comunidades de menor renda, mas que transbordavam de convívio social em seu cotidiano, mantendo relações de convivência entre si e com o lugar. Existe na área um esvaziamento por parte de visitantes e moradores, fora das comunidades, e esses usos precisavam ser retomados, porém não é possível negar a vitalidade do bairro.

Esse projeto tinha como justificativa integrar e potencializar estratégias voltadas a “entender o Centro Histórico como turístico e Cultural, um Centro de oportunidade e referência em qualidade de vida” (CPDCHJP, 2007, p. 4). O objetivo seria a requalificação associada da área urbana do antigo Porto do Capim, transformando-o em um polo de lazer e diversão, e da função económica, pelo turismo histórico-cultural e ecoturismo, sob o pretexto de garantir o resgate do vínculo rio/cidade. O projeto propunha, ainda, promover o desenvolvimento social da Comunidade Porto do Capim, deslocando os moradores para um novo núcleo habitacional, com condições dignas de habitabilidade, a ser instalado em lotes próximos ao antigo cais, associando a isso ações de capacitação em atividades como a pesca tradicional, artesanato, prestação de serviços, entre outras, visando a inserir os moradores na nova dinâmica econômica da área, sobretudo a turística (CPDCJP, 2007).

A partir dos anos 2000, após uma série de discussões entre o poder público e os atores privados interessados, os moradores na comunidade Porto do Capim começaram a exigir sua participação nas decisões, questionando a equipe técnica da Comissão sobre as ações pensadas para o Varadouro e como afetariam a vida de quem ali residia. A preocupação principal dos moradores se voltava para a relocação das moradias e os problemas de saúde pública na área, pois, apesar de terem conhecimento sobre o processo de intervenção, nunca tinham sido consultados, ou sequer conheciam o projeto. Foi desse movimento que surgiu a Associação de Mulheres do Porto do Capim, formada por mulheres residentes no Porto do

Capim, xv de Novembro e Vila Nassau, que, junto a entidades religiosas, como a Pastoral da Criança, buscaram garantir os direitos e a participação da comunidade.

Também em 2000, foi iniciada a articulação com dois programas de desenvolvimento, o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) e o Programa MONUMENTA/BID. Sua ação conjunta promoveu a elaboração do Plano Estratégico para a Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, que resumia as diretrizes necessárias para a realização das obras e ações de revitalização do patrimônio e de fomento ao turismo. A lógica dos programas era de que deveria haver uma participação ativa da iniciativa privada e da sociedade civil nos processos de planejamento, o que estimulou a realização de oficinas de planejamento participativo, cujos trabalhos se centraram na análise da situação atual, com a conceituação dos problemas e objetivos a serem alcançados e suas consequências, assim como na análise das alternativas de atuação possíveis. Após essas discussões, o plano estipulou como princípios para o desenvolvimento do centro histórico de João Pessoa “a atratividade de usos e ações, a diversidade de funções urbanas e a acessibilidade aos bens turístico-culturais” (CPDCHJP, [20--], p. 5).

Embora o uso habitacional seja mencionado no projeto de revitalização como algo essencial para a recuperação efetiva do centro histórico de João Pessoa, as ações voltadas para implementação de moradia têm sido negligenciadas ao longo dos anos, em detrimento de soluções pontuais voltadas para o turismo, ou para a atração do setor terciário, mantendo a vocação tradicional da área, mas que dificilmente conseguem causar mudanças consideráveis em relação aos problemas sociais ou à melhoria de vida da população residente.

A primeira ação com o intuito de promover o uso habitacional no centro histórico de João Pessoa foi realizada em 2002, quando o governo municipal firmou com a Caixa Econômica Federal (CEF) um Termo de Adesão ao Programa de Revitalização de Sítios Históricos (PRSH), que intencionava desenvolver projetos de adaptação de parte dos casarões abandonados do centro histórico em unidades de habitação mista e comerciais, visando, ao mesmo tempo, a garantir o uso do patrimônio e diminuir o déficit habitacional da

cidade. Uma das premissas do PRSH era que, além da recuperação física dos edifícios, deveriam ser realizadas mudanças sociais que pudessem garantir a sustentabilidade das ações. Nesse sentido, Castro (2006) ressalta que a adoção do uso misto, com inserção de comércios e serviços locais nos térreos dos edifícios, foi um aspecto de preocupação em relação à população remanescente, tanto no sentido de atender às suas necessidades cotidianas quanto no da promoção do desenvolvimento socioeconômico, com vistas a manter essa população no local. Outro diferencial do programa foi que, ao contrário do que ocorria com os conjuntos habitacionais instalados na periferia, os aspectos referentes à habitabilidade eram uma preocupação e uma obrigação incorporada pela CEF, assim como a participação dos vários níveis da gestão pública (Castro, 2006).

Os trabalhos foram iniciados com a ação conjunta da Gerência de Desenvolvimento Urbano (GIDUR) da CEF e da Secretaria do Planejamento do Município (SEPLAN), sob orientação de consultores do governo francês, outra parceria do PRSH, para a realização de um estudo quantitativo e qualitativo dos edifícios disponíveis, estando eles subutilizados, abandonados ou em ruínas, aplicando-se diferentes alternativas habitacionais. Foram escolhidos os trinta imóveis que seriam alvo da intervenção, com tipologias diversas, considerando suas características, como época da construção, composição, localização, frequência e uso (Castro, 2006, p. 49). Após se constatar a dimensão do processo de subutilização, abandono e arruinamento no centro histórico de João Pessoa, a potencialidade dos edifícios, a aceitação dos usuários e as linhas de financiamento disponíveis, observou-se a necessidade de se ampliar a atuação do PRSH. Assim, foi delimitado um Perímetro de Reabilitação Integrada (PRI), que ampliava o alcance do PRSH por meio de uma intervenção urbana mais completa, envolvendo edificações, quadras, ruas e praças, possibilitando a reabilitação de toda uma porção da cidade com foco para a habitabilidade, considerando a infraestrutura e os serviços de vizinhança e estimulando a reocupação da área central (Melo, 2013). Não há informações sobre a efetiva adaptação dos edifícios, apenas da realização de estudos de viabilidade. Segundo Clemente (2012), até 2012, 14 dos 30 imóveis selecionados ainda se

encontravam sem uso e em estado de conservação igual, ou pior, que na época do levantamento do PRSH.

Ainda dentro dessa perspectiva de promoção da habitação, em 2006 foi implementado pela prefeitura o Projeto Moradouro, que se voltava para a reabilitação de sete casarões públicos localizados na Av. João Suassuna no bairro do Varadouro. O projeto previa a inserção de 35 unidades de habitação⁵ de interesse social no interior dos edifícios, formando um conjunto unitário, porém preservando a feição original das fachadas. A proposta chegou a ser aprovada pelos órgãos de patrimônio e CEF, mas a execução não foi adiante por falta de empresas habilitadas nos processos licitatórios abertos (Melo, 2013). O motivo do desinteresse das empresas parece se focar no fato das unidades serem voltadas para moradores de menor renda, com baixo valor de execução e pouca perspectiva de lucro, fato que se comprovou quando o projeto foi reformulado em 2012, voltando-se para atender à faixa 2 do PMCMV, quando o processo de licitação contou com a participação de várias empreiteiras locais.

Em 2013 a prefeitura retomou o projeto para reabilitação dos casarões no bairro do Varadouro. Após novos estudos de compatibilidade, foi retomada a ideia inicial de inserção das unidades habitacionais nos oito casarões (Figuras 2 e 3), porém não mais voltada para HIS. A mudança de postura se deu em função de questões de custo e financiamento para adequação dos casarões (Machado; Lopes; Monteiro, 2016, p. 3), porém, devido ao caráter turístico e de lazer de outros projetos que começaram a ser implementados nas áreas adjacentes, seria mais interessante, para a imagem e a vitalidade econômica do bairro, contar com moradores com características socioeconômicas mais elevadas e em condições de consumir o novo espaço.

5 O financiamento das unidades foi viabilizado pela CEF, através do PAR, e atenderia famílias com renda de zero até 3 salários mínimos. Inicialmente as unidades habitacionais teriam de 52 a 68 m². As unidades teriam um programa básico comum, com dois quartos, algumas com uma suíte, sala única, cozinha, área de serviço e banheiro.



FIGURAS 2 E 3 Vila Sanhauá. Os oito casarões na Av. João Suassuna, Varadouro – João Pessoa/PB. A situação anterior e após a obra de revitalização, no dia da entrega dos imóveis aos proprietários. Fonte: Anna Cristina Andrade Ferreira (2017) e https://pt.wikipedia.org/wiki/Varadouro_%28Jo%C3%A3o_Pessoa%29, 2019.

A nova proposta recebeu o nome de Vila Sanhauá e buscou atrair uma população de renda média, entre 3 e 6 salários mínimos. Além da criação das unidades habitacionais, a proposta previa a inserção de comércios e serviços nos térreos dos casarões, seguindo o modelo sugerido desde a atuação do PRSH. As soluções empregadas buscavam garantir as condições de habitabilidade para os novos moradores, buscando, também, melhorar a situação dos já residentes, garantindo uma nova dinâmica de uso comercial e de serviços (Machado; Lopes; Monteiro, 2016). Interessante observar que as ações voltadas para reinserção do uso habitacional nas áreas com maior evasão da população estavam previstas em todos os planos e projetos elaborados para o centro histórico de João Pessoa e sempre foram consideradas ações estruturantes do processo. Porém, ao contrário das ações de restauração dos monumentos tombados e da recuperação dos espaços boêmios da cidade, que foram realizadas rapidamente, os projetos para habitação parecem estar sempre sendo protelados e enfrentando as maiores dificuldades para implantação.

Mesmo havendo um consenso sobre a importância de priorização dos moradores no processo

de reabilitação para garantir a dinâmica cotidiana das áreas históricas, a visão econômica dos projetos prioriza ações voltadas para o turismo em detrimento das questões sociais. A ideia de recuperação dos casarões pensando na diminuição do déficit habitacional não é recente, vem sendo debatida desde a década de 1990, na elaboração dos primeiros projetos para o centro histórico de João Pessoa. Os estudos de viabilização existem desde o início dos anos 2000, elaborados pelo PRNH, porém só mais de uma década depois vê-se a realização de um projeto nesse sentido, que inclusive desde a primeira versão esbarrou em uma série de burocracias que só dificultaram o processo e ainda modificaram o seu aspecto de assistência social, para atender aos anseios da especulação imobiliária. E esse não é o único exemplo no centro histórico de João Pessoa.

A promoção da moradia no Varadouro é uma das estratégias prevista no Projeto de Revitalização do Varadouro e Antigo Porto do Capim, elaborado em 1997. O projeto foi retomado em 2010, com o novo título de Proposta de Requalificação do Porto do Capim e Parque Sanhauá, no contexto das ações do PAC das Cidades Históricas (PAC-CH). As ações estipuladas para a capital foram desenvolvidas de acordo com os principais problemas identificados e a maioria já havia sido sinalizada no projeto de revitalização elaborado na década de 1990 e na versão anterior do Plano de Ação, o que demonstra a ineficiência dos programas criados ao longo de décadas, que, embora realizassem diversos levantamentos e estudos de viabilidade para elaboração de ações, essas nunca se concretizaram. Assim, os principais problemas identificados diziam respeito à desvalorização e deterioração da área, que gerava o desestímulo de investimentos privados, a diminuição do índice habitacional. Nos aspectos urbanos, a principal questão era a insegurança, agravada pela falta de pessoas circulando em determinados horários e a manutenção das áreas verdes (IPHAN-PB, 2010).

O centro histórico de João Pessoa é visto por parte da população local como uma área degradada e marginalizada, ocupada pela atividade de comércio. Os espaços que conseguem manter um convívio social são aqueles que passaram por requalificação, empreendidas de forma pontual, que, embora sejam consideradas como

estratégicas em um projeto maior de recuperação urbana, carecem de continuidade entre si, o que faz com que pareçam espaços de exceção no todo do centro histórico. É importante frisar que a prefeitura nunca normatizou o uso dos mecanismos presentes no Estatuto das Cidades, que poderiam auxiliar na reversão do quadro de abandono e na inserção de novos usos, a exemplo do IPTU progressivo. Trata-se de uma decisão puramente política, pois vai ao encontro de interesses dos proprietários e investidores, que veem na degradação do conjunto edilício a possibilidade de inserção de novos edifícios ou de negociação dos terrenos.

Entre as ações estratégicas previstas pelo PAC-CH, estavam a elaboração de um plano de gestão e conservação integrada, a implantação de um plano de circulação e mobilidade urbana para a área central, obras de melhoria da infraestrutura, estudos de recuperação ambiental para o rio Paraíba, elaboração de planos de recuperação e manutenção do uso habitacional, criação de linhas de financiamento para recuperação dos imóveis privados, projetos de reabilitação das áreas urbanas, restauração e manutenção dos bens tombados e com inserção de novos usos. Boa parte das ações se voltavam para o projeto de Requalificação do Porto do Capim, que, ao mesmo tempo que previa a remoção da população residente para criação de um parque ecológico e inserção de elementos voltados para o turismo (píeres e praça de evento), solicita a implantação de creches e escolas profissionalizantes na área.

As ações pensadas para transformar a área do Porto do Capim em um polo turístico, removendo toda a população residente, gerou uma série de críticas advindas de associações de moradores do Varadouro, grupos socioculturais locais, universidades e de técnicos do próprio IPHAN, que elaboraram um projeto paralelo, a partir do “Dossiê: Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau”, criado em 2012 para questionar as ações propostas e as consequências que elas trariam do ponto de vista antropológico e paisagístico, por não respeitarem as interações culturais imateriais ali existentes, além de decisões que pioravam o projeto original (Braga et al., 2012).

O projeto pensado para o Varadouro considerou a existência da população residente, mas não o vínculo desses moradores com o local que ocupam, no qual construíram um habitat e estabeleceram relações culturais. A proposta de relocação não correspondeu aos anseios e necessidades de todos os moradores, tendo em vista a forma incisiva como afeta as relações de convivência social e o vínculo estabelecido com o lugar, inclusive de trabalho e renda, além da diferença de área, em alguns casos, entre a moradia atual e a que seria oferecida, era de se esperar que alguns não quisessem ser removidos (Braga et al., 2012). Vale ressaltar que, embora uma das justificativas seja a de que as casas ocupam e degradam o mangue, e a dificuldade de realizar ações de saneamento devido ao local onde se encontram, o projeto da praça de eventos ocupava exatamente a mesma área, sem apresentar nenhum recuo em relação ao manguezal ou à proposta de recuperação da mata ciliar.

O dossiê elaborado pelo grupo de trabalho formado por técnicos do IPHAN propôs alterações físicas ao projeto⁶, inserindo soluções pensadas em parceria com as associações de moradores locais, buscando manter aqueles que quisessem permanecer, em consonância com a criação de áreas de lazer, praças arborizadas, equipamentos de auxílio turístico e de atenção social, além da requalificação do patrimônio edificado.

A área de implantação do projeto compreende as comunidades do Porto do Capim, xv de Novembro e Vila Nassau, situadas às margens do rio Sanhauá. A ressignificação da área como berço de nascimento da cidade, que ocorreu na década de 1990 com a elaboração do projeto de revitalização, fez com que os órgãos de preservação patrimonial ensejassem a retomada de um vínculo rio-cidade de um ponto de vista paisagístico, elaborando uma série de soluções para a reabilitação da área, mas nunca considerando a permanência dos moradores, que são, inclusive, tidos como danosos para a preservação da área do Varadouro, do ponto de vista histórico e ambiental.

Em 2014 o projeto para o Porto do Capim passou por uma reformulação para viabilizar sua implantação, após anos de estudos e espe-

⁶ O dossiê completo com a proposta do grupo foi disponibilizado pelo no link https://issuu.com/pablohonoratonascimento/docs/dossie_porto_do_capim_e_vila_nassau.

culações. As intervenções mantiveram o enfoque no turismo, prevendo ações pontuais nos imóveis do entorno, como a restauração da antiga Alfândega (implantação do Museu da Cidade), da antiga Superintendência da Alfândega (implantação do Centro de Cultura Popular) e da antiga Fábrica de Gelo (implantação do Centro de Apoio a Eventos e Visitantes), além da requalificação da área do antigo cais do Porto do Capim, onde será construída uma “Arena de Eventos e Cultura”, melhoria das “Vias de Acesso a Arena de Eventos e Cultura”, e a implantação do “Parque Ecológico do Rio Sanhauá” (Figura 4) (Portaria nº 383, de 20 de agosto de 2013). Embora o texto faça referência à elaboração de planos de recuperação e manutenção do uso habitacional, entre as ações solicitadas não há nenhuma que, de fato, se remeta a essa intenção.

FIGURA 4 Requalificação do Porto do Capim e criação do Parque Sanhauá na área ocupada pelas comunidades Porto do Capim, xv de Novembro e Vila Nassau. Fonte: adaptado por Anna Cristina Andrade Ferreira (2014).



Algumas moradias da área se encontram em condições insalubres, instaladas em áreas atingidas pelas cheias do rio, em assentamentos precários dentro dos galpões Nassau e sobre o mangue; nesses casos, mesmo em se falando de HIS com dimensões mínimas, as condições de vida seriam melhores que as atuais, mas as moradias mais antigas e já consolidadas se configuraram como edificações sólidas. Instaladas na área de aterro do antigo porto, essas famílias possuem tradições enraizadas e delas partiram as inquietações quanto à mudança imposta. A inserção de equipamentos voltados para o turismo também não é combatida em sua totalidade, pois, se pensados de forma sustentável e abrangente, podem gerar melhorias econômicas para a população residente.

A última versão, desenvolvida em 2014, demonstra a previsão de inserção de equipamentos turísticos na área da Comunidade do Porto do Capim, como a praça de eventos e praça de alimentação. Em um pequeno trecho, a norte, previu-se a relocação da escola primária e do centro comunitário, fora dos limites de visualização turística. O projeto propunha, ainda, a recuperação ambiental na área compreendida entre a Vila Nassau e a Ponte Sanhauá visando ao turismo ecológico, com a criação do “Parque Sanhauá”. Como se vê, são uma série de elementos com vista à captação de recursos dos visitantes com pouca utilidade na vida cotidiana dos moradores e da população residente na cidade.

Em 2014 o Centro de Referência em Direitos Humanos da UFPB (CDRH) elaborou um relatório de violação de direitos, apontando que não houve nenhum tipo de participação popular no processo. Os pesquisadores constataram, após visitas técnicas e reuniões com o poder público, que as ações de substituição de uma população residente, há pelo menos 50 anos por equipamentos turísticos, causando a completa modificação de uma paisagem consolidada e a perda de elementos culturais, se caracteriza como uma ação antidemocrática e higienista, que promoverá a gentrificação local (CDRH, 2014). O documento denuncia a falta de comunicação e hostilidade para com as comunidades, a ausência de estudos que viabilizem alternativas de menor impacto social e na descaracterização da paisagem, da qual a comunidade ribeirinha é parte integrante. Além disso, há o

questionamento quanto à qualificação da aglomeração urbana mais antiga como comunidade tradicional, visto o tempo de ocupação e a relação que os moradores estabeleceram com o rio.

Ainda sobre essa questão, em 2015 o Ministério Público Federal (MPF) encaminhou ao IPHAN o Parecer Técnico Antropológico nº 03/2015, afirmado que, embora o projeto tente justificar a retirada da população, apontando-a como causadora da degradação ambiental e da poluição do rio, esses problemas se dão pela ausência de saneamento básico e pelo despejo direto de dejetos, problema esse que cabe ao poder público solucionar, bem como garantir ações de educação patrimonial. Dessa forma, a comunidade não pode ser completamente responsabilizada a ponto de se colocar que a única solução viável é a remoção da população ribeirinha. Além disso, o modelo de residência oferecido, unidades multifamiliares com apartamentos de 42m², destoa da realidade de boa parte dos moradores, hoje proprietários de

FIGURA 5 Procissão anual de Nossa Senhora da Conceição, cujo percurso engloba as ruas do Varadouro e o rio Sanhauá, tradição e espaços de vivência consolidados. Fonte: Camila Leal (2007).



casas térreas, e seriam suficientes para alterar o modo de integração social criado ao longo dos anos, então, do ponto de vista antropológico, a remoção contribuiria para distinguir referências sociais, econômicas e culturais (MPF, 2015). Assim, o parecer reconhece os moradores do Porto do Capim como componentes de uma comunidade tradicional, mais especificamente como comunidades ribeirinhas, por manterem saberes e tradições ao longo do tempo, possuírem uma relação de subsistência com os elementos naturais e atuarem na manutenção da área, e afirma a ilegalidade de se desenvolver um projeto de reabilitação da área sem que eles sejam consultados.

Considerando os aspectos de paisagem cultural do bairro do Varadouro, o espaço habitado pelas comunidades é o que apresenta alguma vivência cotidiana; apesar da implantação precária, ali ocorrem trocas sociais e culturais constantes, que não podem ser subtraídas como um elemento secundário para dar lugar a uma população sazonal. É preciso respeitar o aspecto de habitat antes do aspecto de exploração comercial, sobretudo em áreas históricas, pois, como já dito, a permanência de usos e existência de uma população nessas áreas é requisito principal para reverter, ou evitar, um estado de degradação e abandono.

Considerações finais

Toda a trajetória de desenvolvimento e decadência do centro histórico de João Pessoa demonstra a importância da área para a cidade, como ponto inicial do desenvolvimento urbano, econômico e cultural, testemunho de um modo de vida ancestral e de uma paisagem evoluída. A área possui características físicas privilegiadas, como a proximidade com o rio Sanhauá e a topografia em dois níveis distintos, que ditaram os tipos de ocupação ali empregados, a tipologia das edificações e as mudanças urbanas. Sua paisagem peculiar vem sendo modificada ao longo dos anos, seja pela subutilização de seu casario, estando alguns edifícios em estado de ruínas, pela predominância do uso comercial, que limita os horários de ocupação dos logradouros e as atividades cotidianas; seja pela atuação do poder público, com ações que promovem o embelezamento e comercialização do patrimônio cultural, muitas vezes fomentando a segregação social.

Com relação às intervenções de reabilitação urbana, percebe-se uma postura semelhante às já realizadas em outras cidades brasileiras, como Salvador e Recife, inclusive com a intenção da remoção de comunidades de menor renda para inserção de espaços voltados para o turismo. Esse tipo de ação, focada no viés econômico e com pouca consideração social, remete a um modelo já testado e que não surtiu efeito positivo. As melhorias pontuais voltadas para atrair uma população de maior renda podem ocasionar uma segregação social na utilização desses espaços, devido ao custo dos serviços oferecidos, ou contribuir para a especulação imobiliária, e, em vez garantir a utilização efetiva e constante do centro histórico, acabam por expulsar a população que ainda a utiliza, instaurando os efeitos da gentrificação.

É interessante observar que, embora as ações de reabilitação em áreas históricas se baseiem em um discurso de sustentabilidade continuada, a preocupação principal continua a recair mais na exploração econômica dessas áreas por meio do turismo e da especulação imobiliária do que na manutenção e promoção da moradia, sobretudo quando se trata de HIS, cujos projetos ainda se inserem à margem da vida urbana, pois mesmo programas que procuram garantir uma maior habitabilidade para os moradores, com a premissa de mantê-los no centro histórico, buscam fazê-lo da forma que menos “prejudique” a imagem da cidade, ou que cause menos prejuízo ao mercado imobiliário.

Desde os primeiros documentos elaborados para promover a reabilitação no centro histórico de João Pessoa, vê-se a repetição das mesmas ações, que até hoje não foram implementadas. Isso é um reflexo da falta de uma política patrimonial eficiente. Assim como ocorreu em outras cidades, a participação popular nas decisões tomadas para a capital paraibana foi mínima ou nenhuma, de modo que os principais interessados, a população atingida diretamente no processo, mal tem conhecimento sobre as ações executadas, o que inibe uma maior adesão da população nos programas, principalmente os de financiamento e só prolonga os problemas de degradação do centro histórico.

Enfim, também se percebe a falta de interesse político no processo. Muitas das propostas estruturantes para a reabilitação urbana do centro não são implantadas devido às mudanças de governo, que preferem propor novos planos de reabilitação. Parece imprescindível para a política patrimonial brasileira o desenvolvimento de mecanismos legais que possam assegurar a continuação do processo, mesmo com mudanças na gestão pública, inclusive com garantia de recursos.

Por fim a atuação das políticas patrimoniais em João Pessoa é uma repetição de erros já cometidos em outras cidades. Primeiro pela persistência em se manter o turismo como foco principal do projeto de reabilitação, o que parece ser uma das principais causas do atraso na realização das ações. É preciso, antes de tudo, garantir as condições de habitabilidade dos centros históricos, mantendo a diversidade de usos e a mescla social, em que tanto a população de menor renda, quanto de média e alta possam usufruir do espaço, diminuindo a segregação social. A recuperação econômica sustentável de uma área urbana não pode ser alcançada por meio, apenas, de investimentos em lazer e equipamentos culturais.

Referências

- ALMEIDA, Maurílio de. *A presença de D. Pedro II na Paraíba*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.
- BRAGA, Emanuel Oliveira et al. Dossiê: proposta de requalificação das áreas urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau. João Pessoa: Grupo de Trabalho Porto do Capim e Vila Nassau, 2012. Disponível em: https://issuu.com/pablohonoratonascimento/docs/dossie_porto_do_capim_e_vila_nassau. Acesso em: 17 ago. 2015.
- CARTA de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada. Lisboa: 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana, 21 a 27 de outubro de 1995. Disponível em: https://culturanoorte.gov.pt/wp-content/uploads/2020/07/1995_carta_de_lisboa_sobre_a_reabilitacao_urbana_integrada-1%C2%BA_encontro_luso-brasileiro_de_reabilitacao_urbana.pdf. Acesso em: 7 set. 2014.
- CASTRO, Amaro Muniz. Centro Histórico de João Pessoa: ações, revitalização e habitação. 106 f. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, UFPB, João Pessoa, 2006.

CAVANCANTI, Jovanka Baracuhi. *A política habitacional do BNH no Brasil pós-64 e seus reflexos na expansão urbana de João Pessoa*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1999.

CDRH. *Relatório de Violação aos Direitos Humanos no Processo de Implantação do PAC – Cidades Históricas e PAC – Sanhauá na Comunidade do Porto do Capim*. João Pessoa: CRDH/UFPB, 2014.

CLEMENTE, Juliana Carvalho. *Vazios urbanos e imóveis subutilizados no Centro Histórico tombado da cidade de João Pessoa*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana e Ambiental, UFPB, João Pessoa, 2012.

CPDCHJP. *Revitalização do Varadouro e Antigo Porto do Capim*. João Pessoa: CPDCHJP/AECI, 2007.

CPDCHJP. *Dados atualizados do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa*. João Pessoa: PMJP/Governo do Estados/IPHAEP/AECI/IPHAN, 2004.

CPDCHJP. *Planejamento Participativo*. João Pessoa: PMJP/ Governo do Estados/AECI/ IPHAN, [20--].

DIEB, Marilia Azevedo. *Áreas verdes públicas da cidade de João Pessoa: diagnóstico e perspectiva*. 1999. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFPB, João Pessoa, 1999.

FERREIRA, Anna Cristina Andrade. *Casa sem pessoas para pessoas sem casa: a reabilitação de áreas históricas e o uso habitacional na realidade brasileira*. 2017. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

IPHAN-PB. *Plano de Ação do PAC das Cidades Históricas para o Centro Histórico de João Pessoa*. João Pessoa: IPHAN/CPDCHJP/PMJP, 2010.

LEANDRO, Aldo Gomes. *O turismo em João Pessoa e a construção da imagem da cidade*. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

MACHADO, Pascal; LOPES, Yuri Duarte; MONTEIRO, Raissa Gonçalves. Reabilitação de patrimônio edificado como estratégia de requalificação urbana: os casarões da rua João Suassuna. In: V SEMINÁRIO INTERNACIONAL URBICENTROS: CENTRALIDADES PERIFÉRICAS - PERIFERIAS CENTRAIS, 5., 2016, João Pessoa. Anais [...]. João Pessoa: UFPB, 2016.

MELO, Tadeu de Brito. *A galera e poder público: processos de significação do centro de João Pessoa*. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/7499/2/arquivototal.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2016.

MELLO, José Octávio de Arruda. *Capítulos de história da Paraíba*. Campina Grande: Grafset, 1978.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. *De Filipeia à Paraíba: uma cidade na estratégia de colonização do Brasil (séculos XVI-XVIII)*. João Pessoa: IPHAN/superintendência na Paraíba, 2012.

MPF. Parecer Técnico Antropológico nº 03/2015. João Pessoa: Ministério Público Federal/Procuradoria da República na Paraíba, 04 de novembro de 2015. Disponível em: https://issuu.com/pablohonoratonascimento/docs/laudo_antropol_gico_porto-do-capim. Acesso em: 7 nov. 2016.

PARAÍBA. Decreto nº 9.484, de 10 de maio de 1982. Dispõe sobre a delimitação do Centro Histórico Inicial de João Pessoa e dá outras providências. Disponível em: https://adelmodemedeiros.blogspot.com/2007/12/paraba-legislao-estadual-de-tombamento_14.html. Acesso em: 1º jan. 2018.

PARAÍBA. Decreto nº 25.138, de 28 de junho de 2004. Homologa a Deliberação nº 5/2004, do Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais - CONPEC, Órgão de Orientação Superior do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP, aprova o Tombamento do Centro Histórico Inicial da Cidade de João Pessoa, deste Estado, e dá outras providências. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/doe/2005/fevereiro/diario-oficial-20-02-2005.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA (PMJP). Plano Diretor de João Pessoa. Lei Complementar N.º 3, de 30 de dezembro de 1992. João Pessoa: PMJP, 1992. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2012/04/PMJP-PlanoDiretor.pdf?x15821>. Acesso em: 3 jan. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA (PMJP). Relatório do Cadastro Social. João Pessoa: PMJP/SEMHAB, 2014.

RAYNAUD, Flaviana Vieira. O Rio Sanhauá e a Cidade de João Pessoa. In: COSTA, Lucia Maria Sá Antunes (org.). *Rios e Paisagens Urbanas: em cidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley: Ed. PROURB, 2006.

REIS FILHO, Nestor Goulard. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Edusp, 2000.

RODRIGUEZ, Walfredo. *Roteiro sentimental de uma cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy Cavalcanti. *Imagens da Cidade: Patrimonialização, cenários e práticas sociais*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy Cavalcanti. *Revitalização Urbana e (re) invenção do centro histórico na cidade de João Pessoa (1987- 2002)*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2004.

VIDAL, Wylnna Carlos Lima. *Transformações urbanas: a modernização da capital Paraibana e o desenho da cidade, 1910-1940*. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.

CAPÍTULO 18

O abismo entre as práticas preservacionistas e a garantia do direito à moradia digna

O emblemático caso da Comunidade do Pilar no Bairro do Recife¹

Manoela Jordão

Natália Miranda Vieira-de-Araújo

Introdução

A história da Comunidade do Pilar, instalada no coração do Bairro do Recife, núcleo inicial de formação da capital do estado, é marcada por um intenso conflito de interesses entre diversos atores sociais e já contabiliza 43 anos desde a primeira ocupação da área. Sob a ótica do planejamento urbano inclusivo e democrático, analisaremos neste artigo os projetos elaborados pelo poder público – entre os anos de 1975 e 2012² – para a área onde está localizada a Comunidade do Pilar.

A análise dos projetos será realizada a partir da observação de 4 aspectos centrais: o processo de ocupação do território pelos moradores do Pilar; a conjuntura política e social de cada um

¹ O presente artigo resulta do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *Fora de Portas: a Comunidade do Pilar no planejamento urbano do Bairro do Recife*, desenvolvido em 2017, pela primeira autora, sob a orientação da segunda autora, no âmbito do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE. Publicamos uma primeira versão deste artigo no V Encontro Nacional da Associação Nacional de Arquitetura e Urbanismo (V Enanparq) realizado em Salvador em 2018.

² O recorte temporal foi definido da seguinte forma: o ano de 1975 marca o surgimento da ocupação inicialmente denominada de “Favela do Rato” (que passará a ser reconhecida como Comunidade do Pilar a partir de 1998), e o ano de 2012 corresponde a data para a qual era prevista a conclusão do Programa de Requalificação e Inclusão Social da Comunidade do Pilar (PRISCP).

dos períodos abordados; as estratégias de intervenção das propostas elencadas pelo poder público em cada período; a concepção de planejamento urbano, teórica e metodológica, utilizada pelos gestores.

Ao longo do recorte temporal analisado, foi possível perceber uma grande variação de posturas e de estratégias de intervenção. Enquanto alguns gestores optaram por priorizar as políticas de preservação e conservação do sítio histórico em detrimento da estruturação de uma política habitacional, outros propuseram a construção de moradias cuja tipologia e implantação acabaram afastando os moradores do Pilar da dinâmica e do cotidiano do bairro. Se, por um lado, alguns gestores foram favoráveis à permanência da comunidade no sítio, outros viam em sua relocação a possibilidade de atrair investimentos, gerar renda e construir novas edificações no “Recife Antigo”.

São exatamente essas especificidades, de cada fase analisada, que procuraremos compreender, identificando como (e se) a existência da Comunidade do Pilar, suas carências e demandas foram levadas em consideração pelos planos urbanísticos, de conservação e projetos arquitetônicos concebidos para a área da Comunidade do Pilar e também para o Bairro do Recife como um todo. Essa população de baixa renda, como parte integrante do sítio histórico, foi considerada no desenvolvimento dos planos urbanísticos para o bairro? Se sim, como?

De uma forma geral, o que se percebe é a grande dificuldade para a construção de um processo que, de fato, se baseie no conceito de Conservação Integrada.³ Trabalhar as questões preservacionistas, a partir de uma visão integrada em que estas estejam inseridas em uma visão de planejamento mais ampla, permanece sendo um desafio.

A discussão da política habitacional deveria ser parte indissociável da política urbana preservacionista para o Bairro do Recife. Apesar da ênfase dada, em dezenas de cartas patrimoniais e reflexões acerca da preservação patrimonial, ao papel da habitação nas áreas centrais históricas para a sua requalificação de forma sustentável,

³ Entendemos o conceito de Conservação Integrada a partir de como o ele é registrado na Declaração de Amsterdã de 1975 (Conselho da Europa, 1975) e das diversas contribuições e reflexões desenvolvidas no Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI - <http://www.ct.ceci-br.org/ceci/>).

essa discussão integrada parece ainda não ser uma realidade no Bairro do Recife. O esvaziamento sofrido, especialmente a partir da década de 1970, pelos centros históricos do Brasil dificilmente será superado sem a discussão e incorporação do uso habitacional nas ações de requalificação urbana (CARTA [...], 1995; Ferreira, 2017).⁴

Identificamos 3 fases principais que remetem a diferentes momentos políticos que marcaram a prática do planejamento urbano no Recife e, mais especificamente, no bairro em análise, com a constituição de planos específicos para a área. A primeira fase corresponde ao período que vai de 1975 a 1989 e é marcada pelo Plano de Reabilitação do Bairro do Recife (PREABBR); a segunda fase vai de 1990 a 2000 e corresponde ao Plano de Revitalização do Bairro do Recife (PRBR); e, por fim, a terceira fase vai de 2001 a 2012, período do Programa de Requalificação e Inclusão Social da Comunidade do Pilar (PRISCP).⁵

4 De acordo com a Carta de Lisboa (CARTA [...], 1995), o processo de *revitalização urbana* corresponde a operações que têm como objetivo reativar a vida econômica e social de um território em processo de decadência. O conceito de *reabilitação urbana*, por sua vez, consiste em requalificar territórios por meio de iniciativas que exaltem as potencialidades socioeconômicas e funcionais existentes, vislumbrando a melhoria da qualidade de vida da sua população residente. Já o conceito de *requalificação urbana* se aplica a operações que visam dotar territórios de infraestrutura necessária para dar suporte à habitação. Todos os conceitos anteriores partem da premissa da preservação do estoque construído com pequenas intervenções de adequação aos novos usos propostos, já o conceito de *renovação urbana* corresponde a operações que preveem a demolição do patrimônio edificado de um território para a implementação de tipologias arquitetônicas contemporâneas e novos usos.

5 As fontes utilizadas foram: 1. Pesquisa documental no acervo da atual Autarquia antiga Empresa de Urbanização do Recife (URB), onde foram consultados: diagnósticos socioeconômicos, memoriais descritivos, pareceres técnicos, apresentações, planos e demais registros e documentos oficiais relacionados aos projetos desenvolvidos para o bairro do Recife, e, para a Comunidade do Pilar em cada uma das referidas fases. A Autarquia de Urbanização do Recife tem como função executar e acompanhar projetos estruturadores e serviços de engenharia na cidade do Recife, sendo responsável por obras de infraestrutura como: canais, vias, pontes, viadutos, sistemas de drenagem; de habitação; de paisagismo: parques e praças; mitigação de riscos: contenção de encostas, barreiras etc. 2. Entrevistas semiestruturadas realizadas com os profissionais, em sua maioria de arquitetura e urbanismo, envolvidos no processo de elaboração e implementação dos planos e projetos estudados. Para a definição dos entrevistados, foram selecionados aqueles profissionais que tiveram maior protagonismo em cada uma das 3 fases identificadas.

Antecedentes históricos: a área *fora de portas* e a modernização do Bairro do Recife no início do século xx

O interesse em ocupar o Bairro do Recife se deu em função de sua localização estratégica, próximo ao Rio Capibaribe e ao Oceano Atlântico. Considerado uma espécie de porto natural pelos exploradores, recebeu a função portuária e teve sua ocupação iniciada em meados do século XVI. Com a chegada dos holandeses em 1630, o isolamento do núcleo urbano foi reforçado por “[...] trincheiras e bastiões que substituíram a velha paliçada portuguesa, com apenas três portas dando acesso natural a cidadela, seguindo o modelo convencional de defesa das cidades medievais” (Cavalcanti, 1977, p. 61). A “povoação do Recife” se conectava a outras localidades, então, por meio de três Portas: a Porta do Mar, da Balsa e da Terra. Esta última abria caminho para a área onde hoje se situa a Comunidade do Pilar, na parte norte da ilha, que, não por acaso, foi denominada de Fora de Portas. Os portugueses foram responsáveis pela demolição das portas, que logo foram substituídas por construções em formato de arco, como o Arco do Bom Jesus, erguido no mesmo lugar da antiga Porta da Terra.

Quando os holandeses chegaram ao Recife em 1630, a área de Fora de Portas se configurava por uma faixa esguia de terra onde se situavam apenas o Forte do Brum e o Forte de São Jorge, erguidos pelos portugueses. Tratava-se de um areal “praticamente desabitado, que servia de caminho entre o Recife e Olinda” (Giustina, 2010, p. 104). Pouco a pouco, o bairro começou a se expandir em direção ao norte. No ano de 1680, sobre as ruínas do Forte de São Jorge, o proprietário das terras de Fora de Portas, João do Rêgo Barros, construiu a Igreja da Nossa Senhora do Pilar e fixou residência nas proximidades (Giustina, 2010), dando início à ocupação dessa área.

Mesmo com as portas derrubadas, as diferenças entre as áreas de Fora de Portas e do núcleo urbano original permaneceram e foram relatadas e analisadas por alguns autores da literatura e da academia. A pesquisadora Nancy Neri aponta que o bairro “desde o início de sua formação, até hoje, apresenta uma diferença no padrão socioespacial dos comerciantes e das famílias moradoras de um e do outro lado das ‘portas’” (Nery, 2012, p. 22). O literato Sylvio

Rabello foi morador de Fora de Portas. Em seu livro de memórias *Tempo ao tempo*, relata como foi a chegada de sua família a essa região, que não era “propriamente na cidade, mas, como diziam os moradores, em Fora de Portas” (Rabello, 1979, p. 15). O autor destaca a diferença entre tipologias arquitetônicas de imóveis localizados numa mesma rua, a rua de São Jorge, que é, na realidade, a continuação de uma das ruas mais antigas e um dos principais pontos turísticos do Bairro do Recife nos dias atuais – a rua do Bom Jesus. A primeira se encontra no território de Fora de Portas, já a segunda se situa na área do núcleo urbano. Enquanto a primeira, de acordo com a descrição do autor, apresentava tipologias mais simples, a segunda, que ficava mais próximo à Porta da Terra, apresentava tipologias mais sofisticadas.

Na passagem entre os séculos XIX e XX, a demanda pela melhoria da infraestrutura portuária associada ao “frenesi” do momento político nacional – marcado pelas grandes obras de modernização da capital federal do país, o Rio de Janeiro – permitiu que as propostas para o reaparelhamento do porto, existentes desde 1887⁶, evoluíssem, alavancando também o debate acerca de um novo desenho urbano para todo o Bairro do Recife (Moreira, 1994). Assim, surge, em 1909, o Novo Projeto de Melhoramentos do Porto, que viria a ser executado em consonância com um plano mais abrangente: a Reforma Urbana do Bairro do Recife. Os serviços de reaparelhamento do porto se estenderam até meados de 1920, ao passo que a implementação do projeto da Reforma Urbana se deu rapidamente, entre os anos 1909 e 1914. Boa parte do casario e alguns importantes monumentos, como a Igreja do Corpo Santo e o Arco de Santo Antônio, foram demolidos para dar lugar a um novo traçado urbano moderno e salubre. A transformação do antigo bairro em um “centro moderno” foi entendida como um projeto de grupos particulares locais, comerciais e financeiros. Para que fosse possível

6 Data de 1887 o primeiro “Plano de Melhoramentos do Porto”, encabeçado pelo engenheiro Alfredo Lisboa. Este plano, que não chegou a ser executado, tinha como objeto de intervenção a área portuária, no entanto, já previa modificações para o tecido urbano do bairro, a exemplo da abertura de uma via margeando o cais, que mais tarde viria a ser construída e batizada com o nome do engenheiro (Moreira, 1994).

construir “uma nova imagem para a cidade” (Lubambo, 1991, p. 20), vislumbrada pelas elites e viabilizada pelas ações do Estado. Entre 3 e 5 mil pessoas foram desalojadas do Bairro do Recife entre 1910 e 1911 (Lubambo, 1991), sob a perspectiva da ocupação dos imóveis por “novos” usos e “novos” proprietários. Como esperado, de 1911 a 1918, instituições bancárias, repartições federais, companhias de seguros e entidades vinculadas ao comércio importador e exportador aos poucos foram adquirindo lotes e edificando suas sedes no local, dando início a um processo de “elitização na apropriação dos terrenos” (Lubambo, 1991, p. 123). E assim teve início o processo de diminuição do uso habitacional no bairro. Diante da valorização dos lotes, grande parte dos comerciantes e residentes foram buscar moradia nos bairros vizinhos como São José e outras áreas da cidade. Houve, portanto, um esvaziamento significativo da população residente, que registrou uma diminuição, entre 1910 e 1923, da ordem de 75,7% (Leite, 2004). Dos anos 1930 aos 1960, esse processo de esvaziamento apenas se amplia.

A partir dos anos 1960, agravando-se nas décadas de 1970 e 1980, esse esvaziamento atinge também outros usos, além do residencial, por consequência das mudanças na dinâmica urbana geral e criação de novas centralidades, tendo como uma de suas consequências a desvalorização dos imóveis do Bairro do Recife. Ainda na década de 1960, o Porto do Recife S.A começou a desapropriar e adquirir quadras inteiras no bairro e, em 1975, dando continuidade aos seus planos de expansão, desapropriou “uma população predominantemente residencial, em seis quadras na área compreendida entre o Moinho Recife, a Fábrica Pilar e as Ruas de São Jorge e do Brum” (Giustina, 2010, p. 141). Mais uma vez o Porto do Recife foi responsável por mudanças drásticas na configuração urbana do bairro, desatelhando e demolindo imóveis em 6 quadras no entorno da Igreja Nossa Senhora do Pilar, sob a justificativa da construção de uma estrutura de retroporto que nunca saiu do papel. Vale ressaltar que a maioria das edificações demolidas, que se situavam justamente em Fora de Portas, eram, em sua maioria, térreas, mais humildes que as edificações ecléticas que foram produto da Reforma de 1910. Nesse mesmo ano de 1975, inicia-se a ocupação das calçadas e dos

logradouros públicos dessa área adquirida pelo porto, para fins de moradia, de forma bastante precária.⁷ Passa a existir, assim, a ocupação que ficou conhecida como a Favela do Rato.

O arquiteto Romero Pereira⁸ ressalta que, com a Reforma de 1910, o Bairro do Recife se desequilibrou em termos de ocupação. Houve uma concentração populacional e de atividades nos eixos das avenidas Rio Branco e Marquês de Olinda. Enquanto isso, a ocupação da área de Fora de Portas se encontrava mais rarefeita. Sendo assim, para o Porto s.A, adquirir essas quadras não foi tarefa muito difícil. Pereira lembra também que, naquele período, as áreas portuárias eram consideradas como de “segurança nacional”, logo, “não precisavam pedir licença a ninguém”, uma vez que eram tidas como “áreas de exceção” pela legislação urbanística do período.

Assim, após um longo período de crescente esvaziamento e consequente degradação de toda a área central do Recife, ainda mais acentuado no Bairro do Recife, a partir da década de 1980, começa-se a identificar uma série de iniciativas do poder público focadas na reativação da dinâmica urbana do bairro ou, simplesmente, o “Recife Antigo”, como passou a ser identificado.

Do plano de preservação de sítios históricos ao plano de reabilitação do Bairro do Recife: a primeira fase, de 1975 a 1989

Na década de 1960, importantes instituições (Banco do Brasil, CitiBank, Bandepe, Prefeitura do Recife, Votorantim e Sindicato dos Despachantes Aduaneiros) construíram suas sedes no bairro, algumas

7 A demolição dos sobrados na área Fora de Portas realizada pelo Porto do Recife se deu de maneira singular. Devido ao grande número de edificações e ao alto custo de sua demolição, o porto precisou desenvolver uma estratégia para impedir que os imóveis fossem ocupados antes da finalização das demolições. A solução encontrada foi retirar os telhados, deixando só as fachadas dos edifícios de pé, contando que o tempo agisse sobre as estruturas (Giustina, 2010). Posteriormente, muros foram erguidos ao redor das quadras como medida de proteção. Mesmo assim, não se conseguiu impedir a ocupação e, aos poucos, moradores foram levantando seus barracos nas calçadas e logradouros, surgindo a Favela do Rato (Giustina, 2010).

8 Arquiteto e Urbanista que integrou a equipe do Escritório do Bairro do Recife e participou ativamente do processo de planejamento do Bairro na década de 1990. Entrevista realizada pela primeira autora deste artigo em 06/02/2017.

delas nas imediações do Cais do Apolo, que havia sido ampliado por meio de aterramento. O “Bairro do Recife viu sua escala ser profundamente alterada” (Vieira, 2008, p. 100), uma vez que as novas edificações-sede, além de bastante verticalizadas, atingindo até 12 pavimentos, detinham tipologias completamente diversas dos edifícios ecléticos à moda parisiense e dos poucos sobrados que resistiram à Reforma de 1910.

A construção dessas edificações deu início ao debate acerca da preservação do centro histórico do Recife, pois esses novos elementos ameaçavam descharacterizar a paisagem urbana do bairro. Nesse contexto inicia-se, em 1974, o processo de discussão do Plano Metropolitano de Preservação de Sítios Históricos (PPSH), iniciativa pioneira no tocante à preservação. Tal plano, coordenado pelo arquiteto Geraldo Gomes, propôs um processo de preservação que tivesse como ponto de partida o conceito de sítio e de “conjunto edificado”, não se restringindo aos monumentos isoladamente, o que, para aquele momento, tratava-se de uma visão avançada. Foram identificados 109 sítios históricos em toda a região metropolitana do Recife (Gomes, 1995). Segundo a arquiteta Amélia Reynaldo,⁹ foi exatamente temendo a possível preservação de algumas áreas do Bairro do Recife pelo PPSH que o porto demoliu, às pressas, várias quadras na área Fora de Portas. Reynaldo esteve à frente da elaboração da versão municipal do PPSH, que foi regularizada pela lei 13.957 e sancionada em 1979 (Recife, 1979, 1983).

No ano de aprovação da lei do PPSH, a demolição do porto já havia comprometido boa parte da estrutura dos imóveis situados nas quadras próximas à Fábrica do Pilar. Ainda assim, os técnicos que elaboraram essa legislação incluíram 4 dessas quadras na chamada Zona de Preservação Rigorosa, limitando o tipo de intervenção a ser feita na área, mesmo se tratando de um trecho onde as edificações haviam sido extremamente comprometidas e descharacterizadas, restando apenas algumas fachadas e ruínas. Ainda assim, os

⁹ A arquiteta e urbanista foi importante protagonista do poder público municipal nesta primeira fase, tendo sido gerente do Plano de Reabilitação do Bairro do Recife de 1987 e gestora na Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC) por muitos anos. Entrevista realizada pela primeira autora deste artigo em 04/04/2017.

parâmetros previstos para essa área foram os mesmos de outras em que os sobrados se mantiveram intactos.

É interessante perceber como a opinião dos especialistas acerca da aplicabilidade dessa lei é heterogênea. Enquanto uns veem na lei a esperança de conservar as características formais do bairro, outros apontam para a possibilidade do congelamento de futuras atividades nele por conta dos parâmetros da lei. Sílvio Zanchetti (1995, p. 103), arquiteto e urbanista que viria a se tornar um dos protagonistas da próxima fase, afirma ter se instaurado um paradoxo após a aprovação da lei do PPSH em Recife. Para ele, ao passo que se inaugura um instrumento legal que se propõe a orientar a conservação do centro histórico, ocorre uma evasão de investidores do mercado imobiliário, desinteressados em construir novas edificações ou reformar as preexistentes diante das inúmeras restrições impostas pela lei. O autor destaca que, para a área, que já vinha sofrendo esvaziamento, esse fator acabou contribuindo para o agravamento da condição de degradação e abandono do bairro nos anos que sucederam (Zanchetti, 1995, p. 103).

Nesse contexto de discussão de estratégias para a preservação, surge o primeiro plano específico para o Bairro do Recife: o Plano de Reabilitação do Bairro do Recife (PREABBR). A tônica dada ao Plano tem profunda relação com a inclinação ideológica da gestão municipal do período,¹⁰ que, comprometida com as causas populares, foi responsável, por exemplo, pela estruturação da lei do Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS) e pelo projeto “Prefeitura nos Bairros” – importante canal de articulação entre poder público e sociedade civil. O PREZEIS é reconhecido como uma importante vitória conquistada pelas lideranças comunitárias na luta pela garantia de moradia digna e acesso à terra urbana em comunidades de baixa renda.

A orientação política do PREABBR era bastante clara: o objetivo era reabilitar o bairro para seus próprios habitantes (Leite, 2004). Entre os 7 objetivos do plano, 3 tinham relação direta com a questão da população residente, “preservar a população existente, promover o

¹⁰ Trata-se da primeira gestão de Jarbas Vasconcelos como prefeito de Recife, que tinha como *slogan*: “É povo de novo”.

uso habitacional para as camadas populares e estabelecer uma gestão democrática do espaço”. Enquanto os outros 4 já marcavam um posicionamento em relação ao tipo de intervenção que deveria ser feita no sítio histórico, visando o resgate de sua vitalidade perdida por meio do “aproveitamento máximo da estrutura funcional e física existente” (Lira, 2004, p. 53).

Segundo Rogério Proença Leite, o PREABBR possuía duas características marcantes: identificou o processo de degradação do centro e as péssimas condições às quais sua população residente estava submetida e advogou que a reabilitação se apresentasse como um “instrumento de ação política”, que objetiva restaurar o uso habitacional no bairro. Para ele, “talvez pela primeira vez uma ação governamental, reconhecendo seus moradores como cidadãos, tinha como principal meta desenvolver essa função no bairro, que sempre foi visto como um local típico de comércio e negócios” (Leite, 2004, p. 162).

A professora Virgínia Pontual (2007) lembra que: “enquanto o PPSH apresenta caráter normativo, este é um plano de intervenção”. Ou seja, o PREABBR focou diretamente no levantamento das condições físicas do bairro, na proposição de recomendações para sua preservação e na concepção de projetos arquitetônicos que viriam a suprir as carências do bairro e da Favela do Rato, identificadas através do diálogo com a população.

Buscamos aqui identificar, nos planos para o Bairro do Recife, as propostas para a área da Comunidade do Pilar, sendo assim, focaremos nas alternativas elencadas para essa porção específica do território. No PREABBR, o eixo de discussão central não era única e exclusivamente a questão da preservação do patrimônio do “Recife Antigo”, abarcando também a questão da melhoria das condições e da oferta de serviços para sua população residente. Todavia, quem eram os moradores do bairro nesse período? Em um encarte feccionado pela equipe que elaborou o PREABBR, no qual constam as propostas e parte do processo que levou a sua formulação, há uma breve caracterização da área expondo um paradoxo interessante:

O Bairro do Recife é 100% abastecido d’água, possui 100% de rede de energia elétrica. Entretanto, é o bairro menos populoso dos 5 bairros do centro, tendo, pelo censo de 80, uma população de 604 habitantes.

É a população mais pobre do centro, onde 68,1% dos habitantes ganham de 1 a 3 salários mínimos, além de 12,9% dos moradores que não apresentam qualquer tipo de renda (URB, 1988).

De acordo com Amélia Reynaldo, encontrar a Favela do Rato no ano de 1987, já estabelecida dentro de edificações arruinadas ou em barracos edificados ao redor dos muros que circundavam as quadras demolidas pelo porto, foi, para os técnicos do Escritório do Bairro do Recife,¹¹ uma grande surpresa. Leite (2004) fez um estudo dos dados do censo de 1980 em busca de conclusões sobre os habitantes moradores do agora chamado “Recife Antigo” naquele período. No que concerne à distribuição da população por sexo, identificou-se a predominância de mulheres no bairro: 441 em oposição a apenas 128 homens. Percebeu-se que a maioria dos habitantes do bairro (441 de um total de 569) moravam em outros tipos de domicílios, como pensionatos e cortiços.¹² O dado “nível de instrução da população residente de 10 anos ou mais, por sexo” (IBGE, 1980 apud Leite, 2004) revela que apenas 190 mulheres de um total de 441 possuíam idade maior do que 10 anos, sendo 251 menores que 10 anos. Tratava-se, portanto, de uma população marcada pela presença em massa de mulheres e crianças, de imigrantes de outras zonas rurais ou urbanas, com baixo poder aquisitivo, morando em cortiços ou habitações compartilhadas, com pouca instrução, e formada, em sua maioria, por prostitutas (Leite, 2004). Segundo Leite:

Na década em que se inicia a primeira fase de sua revitalização, o Bairro do Recife apresentava um perfil complexo, envolvendo uma população desassistida e ruas que refletiam o desgaste dos equipamentos e da infra-estrutura urbana. Não havia mais escola, nem posto de saúde, a segurança era precária (Leite, 2004, p. 173).

Dessarte, a ideia central do Projeto Memória em Movimento (MEM), lançado em 1988, parte integrante do PREABBR, residiria na busca pelo reconhecimento da população por meio de sua história

¹¹ O Escritório do Bairro do Recife foi criado nessa gestão municipal como um braço da prefeitura que atuaria mais próximo da realidade do bairro e de forma mais acessível aos moradores, ficando sediado no próprio bairro do Recife.

¹² Esse dado surgiu da análise do número de homens e mulheres vivendo em domicílios particulares (em famílias) ou em outros tipos de domicílios (Leite, 2004).

oral, da consolidação de um canal de articulação entre moradores e a equipe técnica responsável pela elaboração do plano. A definição dos projetos que viriam a ser implementados também partiria das discussões travadas nos encontros do MEM. O objetivo era garantir que as intervenções propostas fossem correspondentes aos anseios e demandas dos moradores. No entanto, também houve participação dos comerciantes e empresários do bairro, interessados nas reformas das calçadas e na pintura dos sobrados – previstas pelo plano. Observa-se que “a metodologia da proposta estava voltada, por assim dizer, a uma política de contra-enobrecimento da área” (Leite, 2004, p. 163). A equipe via nesse programa uma possibilidade de embasar a reabilitação e documentar a história habitantes do Bairro do Recife, na década de 1980, por meio de um processo de escuta. A população foi convidada para participar dos 42 encontros de escuta e dessa experiência nasceu o livro *Bairro do Recife: porto de muitas histórias* (1989), que abriga 8 das 30 entrevistas realizadas com os moradores pelo MEM.

De acordo com Antônio Torres Montenegro, integrante do MEM e autor do prefácio do livro, tratava-se de “oitenta e três famílias morando em barracos, quando dezenas de casarões se descobrem desocupados” (Montenegro; Sales; Coimbra, 1989), a situação da Favela do Rato era muito mais alarmante do que aquela dos sobrados demolidos pela Portobrás. Para estas quadras, onde houve demolição, não seria permitida a construção de edificações contemporâneas se elas não seguissem os parâmetros da Lei do PPSH, havendo também a possibilidade de elas se transformarem em área non aedificandi (Lira, 2004, p. 53). No entanto, o PREABBR não propôs nada especificamente para as referidas quadras, haja vista que ao longo de toda sua concepção os terrenos permanecem como propriedade do porto, sem possibilidade de negociação.

Um dos projetos propostos pelo PREABBR era o de um restaurante popular que se situaria num imóvel desapropriado na Rua do Brum. Após identificar a preexistência dessa atividade pulverizada em vários pontos do bairro, a equipe propõe condensar todas as 47 pessoas que serviam refeições para os trabalhadores, visitantes e demais usuários do bairro numa mesma edificação. Dentro do

imóvel, seriam instalados 47 boxes que constituiriam o “Restaurante Popular do Bairro do Recife”. A equipe via nesse empreendimento a possibilidade de atrair mais pessoas para o bairro.

De todos os projetos propostos pelo PREABBR, o “Núcleo de Vida cooperativa/Obra Escola” talvez tenha sido o mais inovador. Segundo Reynaldo, o projeto seria realizado em parceria com a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e consistiria em recuperar o conjunto de 7 edifícios conhecido como “Chanteclair”, para que ali funcionasse uma escola de capacitação para os moradores da Favela do Rato. O núcleo começaria com a implementação do Obra Escola no primeiro e segundo andar de dois prédios integrantes do Chanteclair, lá seria ensinado o ofício do restauro para os moradores do Bairro. A ideia de capacitar os próprios moradores para que eles mesmos pudessem restaurar o Chanteclair pode ser considerada como a primeira proposta na direção de uma participação ativa da comunidade no processo de implementação das propostas do plano, deixando de ser apenas o público-alvo das ações para se tornarem os responsáveis pela execução do projeto (URB, 1989, p. 27).¹³

Também foram pensados projetos para “habitações coletivas”, que iriam contemplar públicos-alvo distintos (moradia para prostitutas que não praticavam mais seu ofício; trabalhadores do porto que costumam pernoitar e moradia para famílias da Favela do Rato)¹⁴ (URB, 1989). A estratégia utilizada por esse plano para intervir no sítio histórico, segundo Pontual (2007) e Leite (2004), remete à experiência do modelo de Bolonha: “A principal característica da experiência de Bolonha foi justamente a adequação do patrimônio histórico às necessidades emergentes de habitação, em decorrência do esgotamento dos níveis de crescimento da cidade” (Leite, 2004, p. 164).

Conforme se sabe, Bolonha foi um dos casos de requalificação que inspiraram a definição conceitual da Conservação Integrada,

13 Esse projeto contemplaria também: oficina de trabalhos manuais, do corpo e da mente (ginástica, expressão corporal e educação de adultos), desenho e impressão, arte culinária, datilografia, cabeleireiro, atividades que surgiram a partir do diálogo e do desejo dos moradores.

14 Adaptação de imóveis para abrigar unidades habitacionais variando em proporção e número de cômodos a partir da quantidade de habitantes das famílias com áreas de 40 a 50m², com o número de quartos variando entre 2 e 5.

registrada posteriormente na Declaração de Amsterdã em 1975 (Conselho da Europa, 1975). Caracterizado pelo tratamento do casco antigo a partir da preocupação com o social, visando a consolidação da população residente local e buscando a restauração das infraestruturas existentes sob o forte controle do poder público, o caso de Bolonha parece ter sido uma forte fonte de inspiração para a formulação do PREabBR. Vale lembrar que o conceito de Conservação Integrada pressupõe também que a preservação patrimonial é uma responsabilidade coletiva e, para alcançar os resultados esperados, deve buscar a articulação entre municipalidades e iniciativa privada, sob o controle da primeira.

Esse aspecto de complementariedade entre iniciativa privada e poder público não será alcançado pelo PREabBR que, diante da fragilidade econômica do poder público, não conseguirá ser de fato implementado, e seus projetos bem construídos a partir da participação efetiva da população, infelizmente, permanecem engavetados.

Do plano de revitalização do Bairro do Recife ao primeiro habitacional para a Comunidade do Pilar: a segunda fase, de 1990 a 2000

No ano de 1988, Joaquim Francisco ganha as eleições para prefeito da cidade do Recife, ficando por apenas 2 anos no cargo em face de sua eleição para o governo do estado de Pernambuco. Assim como Roberto Magalhães e Jarbas Vasconcelos, que se candidataria novamente em 1992, o político era filiado ao um partido de direita e durante 10 anos a gestão pública municipal foi pautada pelo ideário do liberalismo econômico e do empresariamento urbano. Como afirma Zanchetti, tratava-se de “uma nova composição de forças políticas, mais compromissada com os setores empresariais da cidade” (Zanchetti, 1995, p. 104).

Concebido entre os anos de 1991 e 1993, o Plano de Revitalização do Bairro do Recife (PRBR) foi elaborado sob a coordenação do professor Silvio Zanchetti, por 3 empresas de consultoria através de encomenda do Governo do Estado de Pernambuco – na época chefiado por Joaquim Francisco. Na introdução do documento, a

equipe já ressalta que o objetivo do Governo do Estado ao investir nesse plano era o de transformar o Bairro do Recife num polo de atividades turísticas. Observa-se, portanto, que assim como em várias outras cidades, com exemplos de destaque internacional como Baltimore nos EUA e Barcelona na Europa, o poder público pernambucano já enxergava o potencial do patrimônio cultural local para a dinamização da economia do estado. Dessa maneira, seguindo as tendências internacionais do planejamento urbano do mundo globalizado, uma das finalidades do plano seria “aumentar o tempo de permanência dos turistas”, ou seja, dos usuários solventes, na cidade (Zanchetti; Marinho; Lacerda, 1998, p. 3).

O final das décadas de 1970 e 1980 foi marcado pelo processo de globalização e pela ascensão do empresariamento urbano enquanto prática em várias gestões municipais. Crescia no Brasil e no mundo o número de intervenções urbanas orientadas pelo princípio do planejamento estratégico de cidades. Borja e Castells (1996) acompanharam de perto o processo de Planejamento Estratégico de Barcelona, durante a Copa de 1992, e fizeram várias considerações acerca da aplicabilidade desse novo método pelo poder público – evidenciando o protagonismo das cidades em um contexto de globalização.

Para esses teóricos, a cidade agora passaria a configurar um “ator social e político” que se manifesta “na medida em que realiza uma articulação entre administrações públicas (locais ou não), agentes econômicos públicos e privados, organizações sociais e cívicas, setores intelectuais e profissionais e meios de comunicação social” (Borja; Castells, 1996, p. 152). Segundo eles, em resposta à crise de 1970, o poder público e os diversos atores urbanos reagiram com políticas para atrair investimentos, gerar emprego e renovar a base produtiva das cidades, assumindo o compromisso de promovê-las. O poder local, portanto, passa a adquirir o papel de promotor, de fomentar a imagem de uma cidade robusta, dotada de infraestrutura e serviços, capaz de atrair investidores.

Não foi diferente em Recife. O PRBR seguiu uma ordem lógica que em muito se assemelhou à metodologia proposta pelo receituário estratégico. Partindo de um diagnóstico urbanístico, apontando potenciais e carências do bairro, foram elaboradas as intenções

para um novo projeto de bairro, alicerçado em sua conservação e potencial de renovação.

A proposta contabiliza um total de 9 projetos estruturadores e 2 projetos de impacto. Suas estratégias de implementação se dariam por meio de componentes institucionais e de articulação, componentes financeiros, componentes de implantação e de projeto. O maior diferencial desse plano, bem como sua maior semelhança com o ideário do planejamento estratégico, foi seu dimensionamento, o último item. Como veremos adiante, houve um forte empenho em apresentar uma proposta com viabilidade econômica. Firmou-se um compromisso em fechar um plano de negócios com orçamento, cronograma e acordos de responsabilidade, comprometidos com a reativação do Bairro do Recife e a captação dos recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O PRBR inicia abordando minuciosamente o processo de ocupação do Bairro do Recife, contando com um levantamento acerca da situação socioeconômica, físico-estrutural e urbanística do bairro no início da década 1990. Ao analisar o processo de esvaziamento e degradação da área, apesar de reconhecê-lo, identifica também que a economia do bairro, mesmo no período de decadência do centro no qual foi elaborado o PRBR, ainda tinha um peso importante no contexto metropolitano. Contudo, apesar da rica documentação levantada pela equipe de elaboração do PreabBR e pelo projeto MEM nos anos que antecederam, o novo plano se valeu apenas de dois parágrafos para caracterizar a população residente, falando pouco ou quase nada da Favela do Rato e dos demais moradores do bairro (Zanchetti; Marinho; Lacerda, 1998).

Nesse momento inicial, também foram expostos os condicionantes de infraestrutura urbana e foram feitas várias considerações acerca do padrão de ocupação do bairro: a conformação de seu tecido urbano, a sua paisagem e, principalmente, seus potenciais. Estes últimos foram compreendidos em duas categorias: potencial do ambiente construído e potencial imobiliário. Para melhor trabalhar o potencial do ambiente construído, a diretriz proposta foi conservar as “qualidades tipológicas, morfológicas e iconográficas que distinguem [o bairro] do restante da cidade” (Zanchetti; Marinho;

Lacerda, 1998, p. 27). Já para segunda categoria, a do potencial imobiliário, propunha-se renovar a estrutura do bairro e a legislação que incidia sobre ele. O objetivo era simples: possibilitar a criação de “estímulos para que o investidor imobiliário se sinta atraído para nele investir” (Zanchetti; Marinho; Lacerda, 1998, p. 29) livre das tantas restrições. Como mencionado anteriormente, para alguns especialistas como Zanchetti, a Lei do PPSH “engessava” o bairro, principalmente no que dizia respeito ao investimento de agentes privados:

A legislação atual é mais apropriada para uma parcela do bairro: a da reforma de 1910/13. Entretanto, no que tange a outras áreas, as normas existentes são bastante impeditivas e desestimuladoras de novos investimentos imobiliários. As restrições ao adensamento construtivo e ao remembramento de lotes estão a afastar da área empreendedores imobiliários, que poderiam recuperar as edificações quanto a sua volumetria, fachada e ornamentos. Existe praticamente um congelamento construtivo que elimina qualquer potencial de expansão (Zanchetti; Marinho; Lacerda, 1998, p. 29).

O PRBR propunha em seus objetivos centrais a consolidação do Bairro do Recife enquanto “centro regional”, pressupondo a mudança de usos do bairro e a concentração da oferta de serviços em sua área de influência. Essa característica está profundamente relacionada ao conceito de economia de aglomeração e ao modelo das cidades globais amplamente estudado pela socióloga Saskia Sassen em 1991, um ano antes do lançamento do PRBR. Curiosamente, também a Reforma Urbana de 1910 tinha como principal objetivo a transformação do Bairro do Recife num centro regional. Entretanto, os métodos utilizados pelos dois planos foram diametralmente opostos. Enquanto um fez uso da estratégia de renovação urbana, que implicou a demolição do antigo bairro, o outro alicerçou-se nas práticas de revitalização do estoque construído.

O PRBR apontava para a transformação do bairro num polo de concentração de “novas funções urbanas” divididas em 5 categorias: atividades de apoio ao turismo, atividades de cultura e lazer, comércio varejista, habitação e “serviços modernos”. No que diz respeito ao uso habitacional, o de maior interesse para este artigo, a equipe

sinaliza a “introdução da habitação” como um “elemento fundamental” para a estratégia de revitalização. Sugere a ocupação dos sobrados antigos como uma das estratégias para fomentar esse uso. Também aponta para a construção de novas edificações de uso misto nas quadras demolidas pelo porto (Zanchetti; Marinho; Lacerda, 1998, p. 38). No entanto, não é mencionado em nenhum momento a quais faixas de renda esses empreendimentos seriam direcionados, nem de onde viria o recurso para a construção das habitações, tampouco se os moradores da favela também iriam habitá-los.

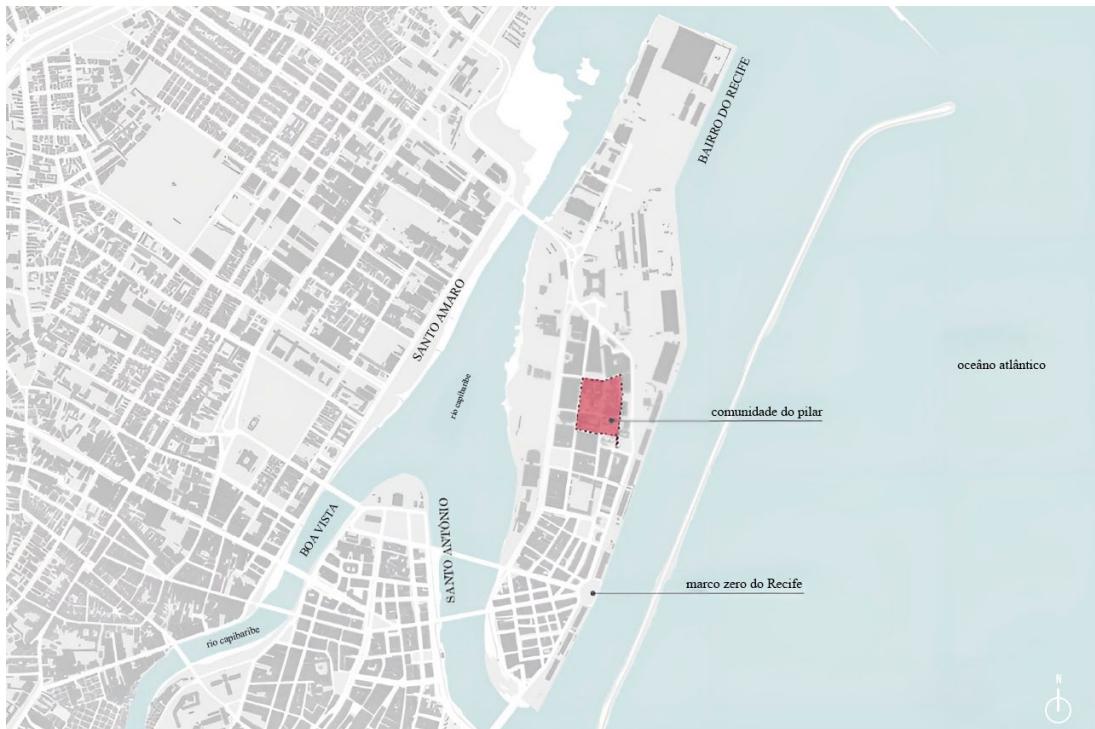
O foco central seria consolidar nesse bairro, por meio do zoneamento, “seu constante processo de transformação que mantém os registros de todas as suas épocas históricas” (Zanchetti; Marinho; Lacerda, 1998, p. 33). O método adotado para definir as formas de intervenção sobre o patrimônio edificado e a “organização espacial das atividades” no bairro foi, portanto, o da setorização. Buscou-se “estabelecer um compromisso entre tradição e mudança”, associando tipos de intervenção, parâmetros urbanísticos e usos às potencialidades e especificidades inerentes a cada porção do bairro. Fazia parte da estratégia denominada de “especialização parcial”, que resultaria de um processo de preponderância de uma atividade em um edifício, lote, quadra ou setor urbano (Zanchetti; Marinho; Lacerda, 1998, p. 40).

Foram estabelecidos 3 setores e para cada um deles uma linha de ação associada à implementação de usos específicos. O setor de revitalização urbana compreendeu o núcleo mais antigo do bairro, na parte sul da ilha. Os usos previstos seriam os serviços modernos, o comércio varejista e a habitação. O setor de consolidação urbana engloba boa parte das áreas que sofreram intervenções mais recentes, no norte da ilha, nas proximidades do Cais do Apolo. Os usos previstos para esse setor seriam institucionais, mantendo a tendência de ocupação das grandes edificações “isoladas no lote”. O setor de renovação urbana abarcou a área de Fora Portas, que se encontrava completamente descaracterizada. Nessa área, o cenário contava com a presença de ruínas e algumas poucas edificações como o Sindicato dos Estivadores, que continua de pé até hoje, estando os moradores da Favela do Rato assentados nas calçadas e logradouros.

Os usos previstos para esse setor seriam comércio varejista, serviços tradicionais, habitação e “os remanescentes do comércio atacadista e da indústria”. Os idealizadores do plano enxergaram um grande potencial na área onde se encontra a Comunidade do Pilar (Figura 1), a ponto de afirmar que “o cerne da nova proposta de padrão de ocupação está na transformação do setor de renovação” (Zanchetti; Marinho; Lacerda, 1998, p. 39).

Para Zanchetti, nessa área seria incentivada “a reconstrução do espaço urbano, permitindo um aumento da densidade de construção e aumento do valor do solo” (Zanchetti, 1995, p. 106). Logo, a possibilidade de pleitear a “inovação” tipológica se encontrava no território onde hoje, não por acaso, se encontra o Conjunto Habitacional da Comunidade do Pilar – construído quase 20 anos após a elaboração desse plano, conforme comentaremos a seguir.

FIGURA 1 Localização Comunidade do Pilar no Bairro do Recife. Fonte: Lais Domingues (2014).



Os planejadores desse período apontavam para soluções divergentes do habitacional que está sendo hoje construído. Para esse setor, imaginou-se a construção de blocos de uso misto com alta densidade e tipologia contemporânea. Para que a proposta fosse viabilizada, seria preciso modificar a legislação vigente, alterando os coeficientes de aproveitamento e ocupação dos lotes. Consta no plano que o setor de renovação teria um incremento de seu potencial construtivo de 219.000 m² com a modificação da lei, o que totalizaria 539.000 m² para todo o bairro, se somados aos 41.000 m² do setor de revitalização e aos 122.000 m² do setor de consolidação (Zanchetti; Marinho; Lacerda, 1998, p. 43). Tratava-se, portanto, de um grande “projeto estruturador” para o setor de renovação: o Centro Múltiplo do Pilar:

A proposta de utilização de cinco quadras do Pilar para um centro de atividades de apoio às atividades do porto exige uma reconstrução desse espaço. [...] As atividades de comércio, serviços e habitação a serem instaladas nesta área fornecerão serviços de apoio ao porto e outros negócios. O projeto de reforma e reconstrução vem na direção de recuperar uma área física e socialmente degradada, visando aumentar a eficiência econômica do espaço físico do bairro. Esta reconstrução será definida através de um plano de ocupação (plano de massa) a ser elaborado pela Prefeitura da Cidade do Recife. O sucesso deste projeto estará na dependência da realocação da Favela do Rato (Zanchetti; Marinho; Lacerda, 1998, p. 47).

Assumiu-se o compromisso de orientar a ação dos investidores no bairro por meio de projetos estruturadores que viriam a incentivar e consolidar novas atividades e usos no bairro – através de empreendimentos imobiliários e iniciativas de restauro. Foram sinalizados 7 projetos estruturadores, distribuídos entre três Polos de atuação definidos: o Polo Bom Jesus, o Polo Pilar e o Polo Alfândega (Figura 2). A maioria desses projetos unia atividades culturais e turísticas a atividades comerciais, como o Centro de Animação Cultural, Lazer e Comércio do Polo Bom Jesus, o Centro Múltiplo do Pilar, o Terminal Marítimo de Passageiros e o Shopping Cultural Alfândega. Também estavam previstas habitações nos galpões do Porto e um “Percurso da Memória”, como uma espécie de “waterfront”.

Os referidos projetos foram agrupados em duas categorias para que sua implementação fosse coordenada. A execução do primeiro conjunto, de acordo com o plano, seria a responsável pela criação da “principal área de atração cultural e de lazer do bairro”. Faziam parte desse grupo: a reforma da praça do Arsenal da Marinha, a revitalização da Torre Malakoff, a construção do Terminal Marítimo de Passageiros, a reforma da praça do Marco Zero e a instalação dos quarteirões de animação da rua do Bom Jesus. O segundo conjunto demandaria uma maior mobilização de recursos, pois as ações incluíam: a elaboração de uma nova legislação de uso e ocupação do solo para o setor de renovação, a construção dos apartamentos nos armazéns revitalizados, a urbanização da Avenida Alfredo Lisboa e a recuperação das quadras do Pilar para a implantação do Centro Múltiplo do Pilar – cujo projeto deveria ser definido por meio de um concurso nacional de

FIGURA 2 Mapa dos polos de interesse da Lei do Plano Específico da Zeph 9. Fonte: Manoela Jordão (2018).



propostas (Zanchetti; Marinho; Lacerda, 1998, p. 48). Apenas após o enfrentamento dos desafios colocados pelo Polo Pilar, deveria se passar a atuar no Polo Alfândega. Porém, veremos que a implementação não ocorreu conforme planejado.

Para os idealizadores do plano, essa segunda bateria de projetos, se executada, seria capaz de “reverter a imagem de área degradada” que se tinha do Bairro do Recife neste período. Uma vez expostas as propostas, a equipe faz uma ressalva, afirma que o plano só poderia ser efetuado “quando o problema da realocação do assentamento da Favela do Rato for objeto de um projeto específico” (Zanchetti; Marinho; Lacerda, 1998, p. 48). Sempre que o nome da Favela do Rato é mencionado no plano, vem seguido dessa mesma ressalva. Não está explícito em nenhuma seção do documento se os moradores da comunidade seriam realocados para dentro ou para fora do bairro, tampouco foram pontuadas estratégias para a consolidação dessa população no território, que no período já habitava o bairro há, pelo menos, 18 anos. Logo, a solução a ser dada para a moradia dos habitantes da Favela do Rato ficaria a cargo da Prefeitura (Zanchetti; Marinho; Lacerda, 1998, p. 42). Desse modo, os idealizadores do PRBR se isentaram de um posicionamento acerca da saída ou permanência dos moradores da localidade, delegando aos técnicos da municipalidade a responsabilidade pela tomada dessa decisão.

O PRBR seguiu uma linha diferente daquela sugerida pelo plano anterior, o PREabBR, especialmente no que diz respeito ao público-alvo de suas ações. A ideia era estimular atividades de modo a atrair pessoas de dentro e de fora do Recife para frequentar o bairro revitalizado. Para Virgínia Pontual, a prioridade do plano era bastante clara:

No Plano de Revitalização a prioridade ao enfoque econômico está conferida ao ser dado relevância aos investimentos privados impulsores do turismo. Daí estar afirmado como objetivo do Plano o de recuperação da função de centro econômico para o Bairro do Recife, com a incorporação de novas atividades, o estímulo à diversidade e a complementaridade econômica. Isto é, implantar serviços modernos, principalmente aqueles relacionados à cultura e ao lazer; atrair novos investidores, em especial os ligados às atividades de turismo e entretenimento; e trazer novos usuários sejam eles de âmbito local, nacional e internacional (Pontual, 2007).

O Modelo de Regulação do Plano de Revitalização do Bairro do Recife foi elaborado entre 1994 e 1996 e consistiu em um anteprojeto de lei específica para a Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural 9 (ZEPH9). Vislumbrava regulamentar o uso e a ocupação do solo do Bairro do Recife, tomando como referência dois “pressupostos centrais”: a questão da garantia da conservação do estoque construído e a viabilização de atividades e usos que endossassem a valorização e a manutenção do bairro. Convencionou-se que o processo de revitalização deveria ser encarado como “um grande investimento, seja do ponto de vista dos esforços e benefícios públicos, seja do ponto de vista dos negócios imobiliários”, logo, sua concretização só seria possível se ele fosse levado adiante “como uma ação empreendedora da municipalidade, compreendendo simultaneamente suas faces jurídica, econômica e política” (Zanchetti; Marinho; Lacerda, 1998, p. 68).

Esse estudo, coordenado pelos arquitetos e urbanistas Milton Botler e Geraldo Marinho do escritório ARRUAR, resultou na aprovação da Lei 16.290/97 (Recife, 1997), que instituiu o Plano Específico da ZEPH 9. A maior preocupação desse modelo de regulação foi, sem dúvida, o impacto das novas edificações na paisagem urbana do sítio histórico. Assim, a equipe fez uma simulação da inserção de novos edifícios nessa paisagem, encontrando nos silos e em outras edificações mais verticalizadas, como o prédio da Prefeitura do Recife, sua referência para definir o gabarito das edificações a ser permitido no Setor de Renovação. A finalidade era manter a escala urbana do conjunto existente. O Setor de Renovação, no entanto, teria uma outra função nesse estudo. Passaria a “servir de suporte à dinamização das áreas de maior restrição, localizadas no Setor de Intervenção Controlada”. Um de seus “novos” objetivos seria “oferecer, através da diversificação de usos e atividades, suporte à revitalização da ZEP como um todo” (Zanchetti; Marinho; Lacerda, 1998, p. 71).

Em entrevista, Botler lembra que a equipe analisou e estudou vários casos internacionais, como o de Baltimore, EUA, e pôde perceber que a grande maioria dos casos contava sempre com dois setores, um de renovação e outro de requalificação. No setor de renovação, “se tinha uma forte dinâmica imobiliária” que geraria os recursos

necessários para investir nas obras de restauração e adaptação das edificações contidas no setor e requalificação, que seriam as obras mais custosas. Foi justamente por conta dessa nova função, a de gerar recursos, que o Setor de Renovação ganhou nesse modelo de regulação um ensaio urbanístico só para ele. Como mencionado, a área de Fora de Portas, inserida no Setor de Renovação e no Polo Pilar, nesse momento, passa a ser a “galinha dos ovos de ouro” do planejamento do Bairro do Recife, pois começa a configurar o território de onde viria o retorno financeiro para investir em outras obras do bairro.

As propostas de uso de instrumentos urbanísticos poderiam viabilizar boa parte das iniciativas no Setor de Renovação. O Modelo propunha a utilização de dois instrumentos-chave: a transferência do direito de construir e o solo criado. A utilização sincronizada desses instrumentos implicaria áreas ou setores que transfeririam seu direito de construir, enquanto outros estariam recebendo seu potencial construtivo por meio do solo criado. No caso do Bairro do Recife, o Polo Pilar concentraria “as possibilidades de se realizar operações compensatórias, servindo como área receptora de potenciais transferíveis dentro do bairro” e os demais polos e setores, onde a lei não permitia o adensamento, seriam os “exportadores de potencial”. Essa exportação poderia atingir a escala da cidade, levando potencial construtivo, inclusive, para outros bairros do centro e do Recife (Botler; Pereira; Jurema, 1995, p. 40).

Percebe-se que, apesar da existência da Favela do Rato, com um total de 371 famílias assentadas no Setor de Renovação, pouco ou quase nada se fala sobre a destinação desses moradores, tampouco existem propostas direcionadas para eles até 1998. Não fica claro em nenhum momento se eles seriam incorporados às propostas das novas quadras do modelo de regulação.

Em novembro de 1991, a URB fez um novo levantamento socioeconômico da Favela do Rato que já apontava para o crescimento considerável da população residente. Os arquivos da URB comprovam que inicialmente ocupavam o local apenas 44 famílias. Já no levantamento realizado pelo DPSH em 1987, o número de ocupações já passava para um total de 78 barracos de madeira e 38 restaurantes populares voltados para o atendimento dos trabalhadores do porto.

Em 1991, o número de famílias chegava a 371, uma minoria ocupando as ruínas dos sobrados e a maioria ocupando os passeios públicos em seus “barracos”. Grande parte desses imóveis, um total de 54,2%, eram de madeira aproveitada de entulhos, ao passo que as casas construídas em alvenaria totalizavam apenas 9,5% dos imóveis de toda Favela (URB, 1991).

Mesmo tendo sido gerados pela URB, no mesmo período em que estava sendo elaborado o PRBR, nenhum desses dados constam no volume final do plano. O tópico dedicado à caracterização da população do Bairro do Recife apresenta uma tabela com o número de habitantes do bairro de 1910 até 1991 (Zanchetti; Marinho; Lacerda, 1998). Junto a ela se encontra apenas uma breve descrição acerca da situação da Favela do Rato e dos residentes do bairro nos primeiros anos da década de 1990:

Na atualidade, os seus habitantes concentram-se na Favela do Rato (Comunidade do Pilar). Existem poucos imóveis destinados à habitação familiar. Os outros moradores vivem em pensões e casas de cômodos. A grande maioria das famílias existentes no bairro é de baixa renda e tem ocupação em atividades informais e no subemprego (Zanchetti; Marinho; Lacerda, 1998, p. 12).

A falta de interesse em abordar de forma mais consistente a situação da Favela do Rato é um sinal de que os objetivos do plano estão voltados essencialmente para outras questões.

Diferentemente do que havia sido previsto para o Polo Pilar no PRBR e na Lei da ZEPH 9, a partir de 1998, ainda na gestão do prefeito Roberto Magalhães, os técnicos da URB Recife, através da Diretoria de Projetos Urbanos, começaram a discutir o primeiro projeto para o conjunto habitacional que viria a abrigar os moradores da Favela do Rato. A primeira proposta, que foi apresentada ao IPHAN em 1998, foi rejeitada. A versão apresentada previa edificações de 4 pavimentos a serem construídas na quadra 45. O IPHAN, por sua vez, considerava que nas quadras próximas à Igreja do Pilar, como a quadra 45, o gabarito deveria ser de apenas 2 pavimentos assim como previsto pelo PPSH desde 1979.

Em face da redução drástica dos números de unidades habitacionais, caso fosse acatada a recomendação do órgão de preservação, a

prefeitura iniciou um processo de negociação com o Porto do Recife e conseguiu adquirir a quadra 55 para que pudessem ser construídas todas as unidades habitacionais necessárias. No entanto, esse conjunto habitacional seria destinado a apenas 50% dos habitantes da Favela. Segundo parecer da URB, encaminhado em 1999, um cadastro realizado em março de 1988 havia identificado por meio de entrevistas com os moradores que metade da população residente da Favela não gostaria de continuar morando no Bairro do Recife. Logo, o conjunto contaria com um total de 180 unidades habitacionais, metade do número total de barracos existentes no período. Aqueles que não tivessem demonstrado interesse em permanecer em Fora de Portas teriam “suas benfeitorias indenizadas, visto que a área ocupada era de propriedade da união” (URB, 1999).

Um acontecimento marca a transição entre a primeira e segunda fases relatadas neste artigo: a modificação do nome Favela do Rato, que completava 25 anos de uso, para Comunidade do Pilar. A nomenclatura anterior tinha relação direta com as precárias condições de vida de seus habitantes e era considerada por eles um termo pejorativo. A iniciativa para a modificação do nome partiu da própria comunidade. Os moradores solicitaram à prefeitura, mediante Decreto 18.570/2000, a modificação do nome Favela do Rato para Comunidade Nossa Senhora do Pilar (Nery, 2012, p. 57).

É importante destacar que é também nesse período, dentro do contexto de implementação do PRBR, que, em 1998, o bairro terá seu valor patrimonial reconhecido nacionalmente por meio da delimitação de um perímetro pelo IPHAN registrado na Portaria nº 263 em 23 de julho de 1998. A área ocupada pela Comunidade do Pilar ficará contígua ao perímetro tombado.

Essa fase será reconhecida como o momento quando as ações previstas de fato conseguiram os recursos para a sua implementação. O tipo de objetivo proposto para o alcance de retorno econômico através da exploração do patrimônio cultural e sua utilização para atividades voltadas ao turismo e lazer atraíram os investimentos privados. Entretanto, esse tipo de investidor não se interessa pelo enfrentamento de desafios sociais como a questão da HIS no Polo Pilar, sendo esta área a última a conseguir recursos financeiros,

invertendo a ordem de prioridades estabelecida no PRBR. É impressionante como, apesar de contígua à área tombada a nível federal no Bairro do Recife, a Comunidade do Pilar permanece completamente desconectada da dinâmica urbana do local, passando absolutamente despercebida pelos novos usuários do bairro revitalizado, o afamado “Recife Antigo”.

O programa de requalificação e inclusão social da Comunidade do Pilar: a terceira fase, de 2001 a 2012

Com a eleição, em 2001, de um político novamente ligada às preocupações sociais, a Prefeitura do Recife experienciou uma gestão focada na melhoria das condições de vida da população marginalizada e relegada a segundo plano pelas políticas públicas municipais implementadas no final dos anos 1990.¹⁵

A orientação política da gestão influenciou a remodelação do habitacional que havia sido proposto pela URB Recife no final da década de 1990. O projeto de 1998, que antes tinha como objetivo abrigar apenas 180 moradores em blocos de uso misto, dispostos em duas quadras, ganharia outra proporção e abordagem, num projeto que demandaria um total de 6 quadras situadas entre as ruas de São Jorge e Brum. Após longo processo de negociação, as quadras que viriam a abrigar os blocos habitacionais e equipamentos urbanos da nova proposta já eram de propriedade do município e foram enumeradas para facilitar sua identificação. Até hoje esses números são utilizados pelos próprios moradores como indicadores de localização das quadras: 40, 45, 46, 55, 60 e 25, assinaladas na Figura 3.

Em 2002, saiu a primeira proposta do Programa de Requalificação e Inclusão Social da Comunidade do Pilar (PRISCP), todavia, vários foram os entraves que comprometeram o processo de

¹⁵ João Paulo Lima e Silva é o prefeito eleito que promoverá ações como: a criação da Secretaria de Saneamento Integrado, voltada para o enfrentamento do baixíssimo índice de saneamento de áreas de ocupação precária; a criação do Programa Guarda Chuva para lidar com a questão da moradia em áreas de risco; a substituição da Secretaria Ordinária de Articulação com os Municípios pela Secretaria de Orçamento Participativo e de Gestão Cidadã, que visava a implementação do Orçamento Participativo, entre outras políticas públicas de cunho popular.

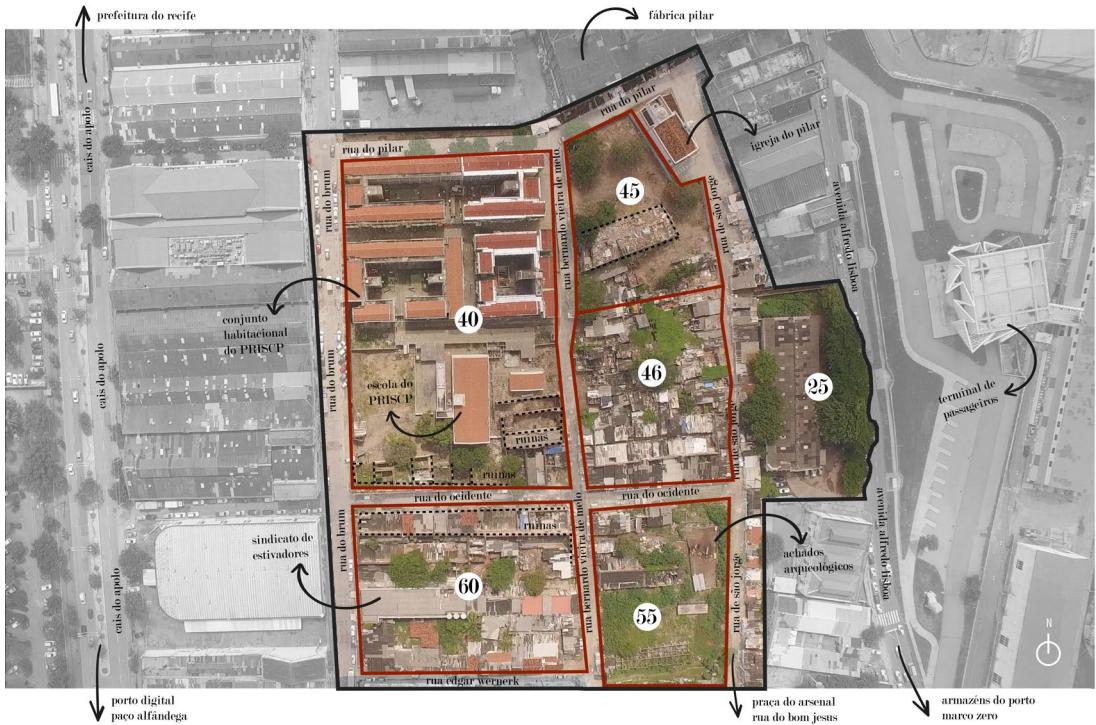


FIGURA 3 Mapa falado das quadras do Pilar. Fonte: edição da autora em cima de fotograma do filme Pilar, realizado em junho de 2018 por Pedro Severien, Maria Cardoso, Nilton Cavalcanti e Ayla de Oliveira.

implementação do PRISCP, que continua em andamento. Num primeiro momento, foi o “entrave fundiário” que dificultou a implementação. Entre 2002 e 2007, várias negociações foram travadas entre o Porto do Recife, Governo do Estado e o Município. A prefeitura já havia adquirido, ainda na gestão anterior, as quadras 45 e 55 para a implementação da primeira versão do conjunto habitacional (projeto de 1998). De 2002 em diante, já haviam sido negociadas as quadras 46 e 60, porém a quadra que foi objeto de maior discussão foi, paradoxalmente, a primeira a ter sua obra iniciada, em 2010: a quadra 40.

A quadra 40, voltada para a rua do Brum e para rua de São Jorge, é uma das quadras mais caras ao PRISCP, pois ali se assentaria a escola (cuja obra continua em andamento desde 2010) e o posto de saúde do Pilar (cuja obra foi estimada para começar e terminar até o fim de 2018, mas não foi nem

iniciada). A proposta inicial da prefeitura não só abarcava a referida quadra, como se encontrava “assegurada por um acordo entre as gestões: municipal, estadual e Porto do Recife” (Nery, 2012, p. 66) no qual se convencionou que o Porto trocaria a quadra por outra de seu interesse. Ainda em 2002, ele foi desfeito pelo Porto do Recife e pelo Governo do Estado no período comandado por Jarbas Vasconcelos e o Porto imediatamente instalou dois silos para armazenagem de trigo na referida quadra. Para Nery:

Ficariam caracterizados, naquele momento, outros interesses por parte do Governo do Estado e do Porto do Recife, que não contemplavam a realização do Programa de Requalificação do Pilar. Do que ficou claro o antagonismo e o conflito entre os interesses econômicos e interesses ligados à vida humana ao invés de buscar a cooperação entre eles (Nery, 2012, p. 67).

É importante ressaltar, mais uma vez, que o Porto do Recife continuou se mostrando um ator de grande influência no planejamento urbano do Bairro, mesmo após a mudança de boa parte das atividades portuárias para o Complexo Portuário de SUAPE. Em função da instalação dos silos na quadra 40, o projeto, por sua vez, precisou ser adaptado para que fosse assentado o mesmo número de habitantes em apenas 4 quadras. Em função disso, durante o período de 5 anos, a elaboração do programa ficaria suspensa e as negociações seguiriam seu curso.

Foi apenas em dezembro de 2007 que outros terrenos foram cedidos ao município, incluindo o da quadra 40, e, desse momento em diante, o PRISCP passaria a ter nas quadras 40, 45, 46, 55, 60 e 25 o cenário de sua implantação. Diante do sucesso de iniciativas do PRBR, houve um crescimento populacional expressivo da Comunidade do Pilar entre os anos de 1997 e 2007. Os eventos de rua, os bares e restaurantes que atraíram tantos turistas e cidadãos recifenses para os eventos culturais e para a noite no “Recife Antigo” na década de 1990 findaram por atrair também novos moradores para a comunidade.

Foi realizado novo diagnóstico socioeconômico, no qual se identificou quase as mesmas condições de habitabilidade apontadas pela maioria dos cadastramentos realizados até então pelo poder público

local. A área ainda não havia recebido infraestrutura urbana, contava com abastecimento de água e energia clandestinas e não havia esgotamento sanitário, situações já identificadas desde 1980. Em diagnóstico elaborado no ano de 2001, a equipe da URB narra o processo de aumento populacional da Comunidade do Pilar:

O crescimento do assentamento vem sendo significativo, potencialmente atrelado ao sucesso do processo de revitalização do bairro nos últimos anos. Uma primeira pesquisa realizada em 1987, apontou a presença de 89 barracos. Em 1995 o número havia aumentado para 268 e em 1998 para 370 barracos. Hoje, foram coletadas informações em 463 imóveis (URB, 2001).

Já em 2007, a URB realiza novo cadastro para contabilizar as famílias que seriam contempladas pelo PRISCP. O projeto, que outrora seria apenas um habitacional, foi remodelado e ampliado, transformando-se em um programa, totalizando 588 unidades habitacionais em blocos inteiramente residenciais, com térreo mais três e dois pavimentos, dispostos em quatro quadras residenciais, contando com uma quadra mista e uma quadra-praça. O programa assumiria como estratégia propiciar não só a moradia, mas a capacitação dos trabalhadores e moradores do Pilar, vislumbrando a criação de oportunidades de trabalho e renda dentro do Bairro do Recife (Nery, 2012). Diferentemente do que havia sido pensado para os moradores de Fora de Portas pelo poder público até o referido momento, a metodologia de aplicação do programa, segundo Nery, foi dividida em três linhas de atuação: inclusão socioespacial, requalificação urbanística e valorização do patrimônio. Percebe-se que o apelo às questões sociais, também presente nas propostas pleiteadas durante a primeira fase relatada neste artigo, é retomado agora em consonância com a questão patrimonial.

Para que a questão da inclusão fosse bem trabalhada, foi elaborado o “Projeto de Trabalho Técnico Social” (PPTS). O PPTS consiste em “um trabalho de reconhecimento do existente e de preparação dos moradores para o uso dos novos equipamentos a serem construídos” (Nery, 2012, p. 75). De acordo com Nery (2012), se tratava de uma exigência do PAC, em conjunto com os órgãos financiadores dos programas habitacionais. O orçamento do PRISCP foi fechado

em total de R\$ 38.000,000 advindos do PAC e “repassados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDS) e pela Caixa (CEF)” (Nery, 2012, p. 76).

Na linha de atuação de *requalificação urbanística*, as metas se dividiam entre propostas de construção de novas edificações e usos e propostas de urbanização do território. O projeto prevê um total de 5 equipamentos públicos: uma escola com quadra poliesportiva, uma creche, um posto de saúde, um mercado público e uma praça. Esta última tinha como principal objetivo “abrir a perspectiva” do transeunte que passa pela Alfredo Lisboa para a Igreja do Pilar, bem como possibilitar a visualização do mar para quem está dentro da comunidade, hoje impossibilitada em face da existência de galpões da Ogmo.

Já o mercado, cuja gestão seria compartilhada, foi pensado para a quadra 60 e teria como principal objetivo fornecer uma alternativa aos boxes de comércio que tomavam as calçadas da localidade. O mercado deveria contar com comércio e serviços voltados para o dia a dia dos moradores e ainda com aqueles para o atendimento ao turista (Nery, 2012, p. 70). O referido projeto também se propunha a atrair outros usuários da cidade, atuando como um equipamento dinamizador da área, buscando integrar a comunidade à dinâmica do bairro.

Por último, a linha de atuação da valorização do patrimônio cultural consistiu em metas relacionadas ao restauro da Igreja de Nossa Senhora do Pilar, ao ganho de visibilidade para o Forte de São Jorge, à garantia do acompanhamento das atividades de prospecção arqueológica das ruínas existentes e à integração das novas intervenções com os demais elementos do sítio histórico (Nery, 2012). Esta última meta, mesmo que relacionada diretamente à questão da preservação, detinha importância ímpar para o processo de inclusão social dos moradores no bairro, que ainda continuavam à margem da dinâmica urbana do referido sítio histórico. Assim como a quadra 40, a quadra 60 é uma das que possui mais preexistências, além de contar com o Sindicato dos Estivadores, ainda possui duas ruínas de porte significativo. As paredes laterais e a fachada dessas ruínas, no projeto aprovado pelo IPHAN em 2009, funcionavam como elemento definidor da volumetria do mercado, que se desenvolveria dentro dos limites da ruína. A recomendação para a utilização de edificações de

dois pavimentos no entorno imediato da igreja adveio de conversas periódicas com o IPHAN, que apontavam para uma frequente preocupação com a relação da Igreja e um possível novo conjunto de edificações verticalizadas, em face do seu tamanho reduzido.

O programa propunha a capacitação dos trabalhadores e moradores do Pilar, vislumbrando a criação de oportunidades de trabalho e renda (Nery, 2012). O antigo superintendente do IPHAN-PE, Frederico Almeida, em entrevista, relatou a experiência do processo de restauração da Igreja do Pilar, parte integrante do projeto de educação patrimonial “Onde Eu Vou Morar?”, encabeçado pela Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC) no âmbito do poder municipal. A Prefeitura do Recife, junto ao IPHAN e à ONG CTC (Centro de Trabalho e Cultura), realizou cursos em 5 ofícios tradicionais: carpintaria, alvenaria, pintura, ferragens e cantaria, e parte da restauração do imóvel ocorreu pelas mãos dos próprios moradores.

É importante ressaltar também a diferença gritante entre essa proposta do PRISCP para ocupação de Fora de Portas e o Ensaio Urbanístico para o Polo Pilar, realizado pelo escritório Arruar em 1995. Enquanto o estudo previa edificações de até 12 pavimentos, com pilotes e uso misto no térreo, galerias e diversidade de usos, o conjunto habitacional tem uso quase que exclusivamente habitacional, contando com a presença de alguns equipamentos públicos de suporte para a habitação.

Existe grande resistência, quase sempre por uma questão de recursos financeiros, em elaborar projetos de HIS com mais do que quatro pavimentos, especialmente no Recife, em função da obrigatoriedade da instalação de elevadores prevista pela LUOS de 1996. Mesmo diante dessas limitações, os técnicos responsáveis pelo projeto ainda conseguiram consolidar uma tipologia diferenciada. No entanto, cabe pontuar que a falta de usos que agreguem pessoas de outros lugares da cidade à proposta de ocupação das quadras de Fora de Portas só fortaleceu a “guetificação” da Comunidade do Pilar, que continua escondida e frequentada apenas pelos seus moradores até os dias de hoje (Figura 4).

De todo o projeto previsto no PRISCP, apenas uma quadra de habitação foi de fato construída. A escola, que começou a ser



FIGURA 4 Foto do cruzamento da Rua do Ocidente com a Rua Bernardo Vieira de Melo visto de cima, tirada de dentro de um apartamento do conjunto habitacional da quadra 40, nela se veem as ruínas da quadra 40 e ao fundo o mar e os armazéns do porto. Fonte: Laís Domingues (2014).

construída em 2012, continua em processo de conclusão. Mais uma vez, temos um projeto socialmente bem construído com dificuldades de alcançar a implementação.

Considerações finais

A Comunidade do Pilar vive hoje o processo de revisão do PRISCP com vistas a sua adequação ao Minha Casa Minha Vida. No final de 2017, as quadras 45 e 60 foram licitadas, estando a primeira em execução e a última com o processo suspenso por conta da insatisfação dos moradores com o redesenho proposto. As quadras 55, 25 e 46 se encontram em processo de licitação por outra linha de financiamento, estando a primeira com a situação indefinida em consequência dos achados arqueológicos que foram identificados em seu perímetro e não foram totalmente retirados do local. Hoje, nessa mesma quadra 55, convivem os achados arqueológicos do século 17 e uma espécie de curral montado pelos moradores que ali criam animais

para seu próprio sustento. Essa quadra exemplifica bem o tipo de desafio diante do qual estamos colocados.

Já se foram 43 anos de planejamento do “Recife Antigo” e 20 anos desde a elaboração do primeiro projeto de um conjunto habitacional pensado para o Pilar, passando por 7 gestões municipais, com diferentes inclinações ideológicas, e a Comunidade do Pilar ainda aguarda a implementação real de um programa que consiga efetividade na requalificação da área. Em pleno 2022, os moradores ainda convivem com esgoto a céu aberto, ruas sem calçamento e têm dificuldade de acessar serviços básicos, encontrando-se isolados física e funcionalmente do sítio histórico no qual se inserem.

Entendendo que cada fase resultou em soluções que são reflexos dos posicionamentos teóricos-ideológicos de cada período, que as dinâmicas de crescimento populacional não esperam pelos prazos institucionais, que a descontinuidade de projetos políticos é uma realidade brasileira que torna refém uma parcela da sociedade que precisa de obras de urbanização e habitação, e que, finalmente, intervir em sítios históricos demanda um tempo de negociação maior entre diversos atores, nos resta pensar quais foram as falhas ou lacunas dos processos relatados acima.

Como vimos, em cada fase houve uma abordagem diferente na forma de pensar as soluções para a área, por parte de planejadores e gestores, com uma grande variação no grau de reconhecimento da comunidade e da importância de sua inserção no processo de recuperação do bairro. Na primeira fase, com o PREABBR, viu-se uma proposta com um forte apelo para as questões sociais. O plano não só reconhece a comunidade como a coloca no centro da problemática do bairro. Quanto às suas propostas, percebeu-se uma maior preocupação dos técnicos com a elaboração de projetos pontuais e obras de melhoria, distanciando-se da discussão do sítio histórico no aspecto legislativo e do planejamento do bairro numa escala metropolitana. Esse plano, por outro lado, mostrou-se economicamente inviável.

Enquanto isso, já na segunda fase, o foco foi quase que exclusivamente voltado à questão econômica, à dinamização do bairro pelo seu potencial turístico, histórico e paisagístico e em sua

operacionalização por meio de uma legislação urbanística. A leitura do território no plano foi feita na perspectiva da complementaridade pelo zoneamento, em que o Polo Pilar serviria como a principal fonte de recursos para a implementação das ações do PRBR. Entretanto, os moradores da Comunidade do Pilar não eram sequer reconhecidos pelo diagnóstico que antecedeu as propostas do plano, que dirá contemplados pelas suas iniciativas. As intervenções realizadas pelo PRBR tiveram efetividade no que diz respeito à revitalização do bairro, porém, a Comunidade do Pilar certamente não coube no ideário do “Recife Antigo” enquanto “centro moderno”.

Na terceira e última fase, que se arrasta até o presente momento, percebeu-se o visível interesse do poder público em dar aos moradores da Comunidade do Pilar a tão prometida moradia digna, pela qual esperavam desde o final da década de 1980. Todavia, a política que se estabeleceu para o PRUISP não teve relação alguma com as iniciativas direcionadas ao bairro – que continua experienciando mudanças em seu tecido em face de outros programas como, por exemplo, o Projeto Porto Novo. Os equipamentos previstos pelo PRUISP, que teriam como objetivo estreitar os laços entre comunidade e o bairro, são: a praça, na quadra 25, que abriria a visão para a Avenida Alfredo Lisboa e seu Terminal de Passageiros, que ainda não saiu do papel; e o Mercado Público, na quadra 60, que seria o principal ponto de correspondência entre as atividades portuárias/turísticas e o comércio na comunidade. Este último, hoje, corre o risco de ser diminuído pela metade no recente redesenho proposto pela PCR, um dos aspectos que vem sendo questionado pela comunidade.

O Projeto Porto Novo, por sua vez, evidencia uma retomada do mesmo tratamento dado pelo PRBR à Comunidade do Pilar. Na maquete eletrônica do programa, onde aparecem os novos armazéns do porto “revitalizados”, a comunidade foi simplesmente apagada da imagem que é até hoje veiculada na mídia.¹⁶ Curioso é perceber que as únicas pessoas que circulam no bairro nos 3 turnos, que

¹⁶ No site do Porto Recife há uma galeria de fotos intitulada Projeto Porto Novo onde se vê a maquete eletrônica do Bairro do Recife com tarja cinza sobre a área da Comunidade do Pilar. Disponível em: https://www.portodorecife.pe.gov.br/tim/tim.php?src=https://www.portodorecife.pe.gov.br/images/galerias/hgt1-00_geral.jpg&w=1366.

o utilizam como local de moradia, foram apagadas de seu cenário cotidiano pelos idealizadores do programa. Pelo Censo do IBGE de 2010, a população do setor censitário que incorpora a área da Comunidade do Pilar é de 592 pessoas residentes, enquanto isso, no setor censitário que corresponde ao resto do bairro, foram contabilizados apenas 10 moradores (IBGE, 2010). A comunidade representa, portanto, 98,34% da população residente no Bairro do Recife. Afinal, a população residente é ou não é importante para as práticas preservacionistas? Ou essa importância está restrita ao poder aquisitivo dessa população residente?

Sabendo que um dos principais motivos pelos quais os centros brasileiros se encontram em processo de esvaziamento e degradação é a falta do uso habitacional, e, passando pela experiência das 3 fases relatadas, permanece em aberto a questão central que move este artigo: como se construir um processo de conservação de sítios históricos em que a política pública de habitação para comunidades de baixa renda seja parte indissociável e tenha o mesmo destaque que aspectos como a exploração turística e econômica dessas áreas? Onde começa e onde termina o direito à cidade e a moradia digna das comunidades de baixa renda na esteira das iniciativas de preservação do patrimônio histórico? A gentrificação desse tipo de população é um processo natural ou é condição de existência para uma agenda conservacionista? Concluem-se os projetos, ficam as perguntas.

Referências

- ARRUAR. Plano de Massa – Zona de renovação urbana Bairro do Recife. ARRUAR - Assessoria de Urbanização Popular. Recife, 1995.
- BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. As cidades como atores políticos. Revista Novos Estudos, São Paulo, n. 45, p. 152-166, jul. 1996.
- BOTLER, Milton; PEREIRA, Romero; JUREMA, Sílvia. Estratégias recentes e perspectivas de revitalização do Bairro do Recife. In: ZANCHETTI, S.; MARINHO, G.; MILET, V. (org.). Estratégias de intervenção em áreas históricas. Recife: Mestrando em Desenvolvimento Urbano - UFPE, 1995. p. 36-41.
- CARTA de Lisboa. 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana Lisboa, 21 a 27 de outubro de 1995. Disponível em: <https://www.culturanorte>.

pt/fotos/editor2/1995__carta_de_lisboa_sobre_a_reabilitacao_urbana_integrada-1%C2%BA_encontro_luso-brasileiro_de_reabilitacao_urbana.pdf. Acesso em: 10 fev. 2018.

CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. *Recife do Corpo Santo*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977.

CONSELHO DA EUROPA. *Declaração de Amsterdã*. Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, IPHAN, 1975. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2022.

EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE (URB). *Comunidade do Pilar - Parecer das Dependências da CEF*. Recife: PCR, 1999.

FERREIRA, Anna Cristina Andrade. *Casa sem pessoas para pessoas sem casa: a reabilitação de áreas históricas e o uso habitacional na realidade brasileira*. 2017. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

GIUSTINA, Lêda B. D. *O Pilar que ficou: um estudo de conservação em bens patrimoniais a partir do conceito de valor: o caso da Igreja do Pilar do Recife*. Recife: Editora da UFPE, 2010.

GOMES, Geraldo. *Por que o Bairro do Recife?* In: ZANCHETTI, Silvio; MARINHO, Geraldo; MILET, Vera (org.). *Estratégias de intervenção em áreas históricas*. Recife: Mestrado em Desenvolvimento Urbano da UFPE, 1995. p. 84-94.

IBGE. *Censo, Demográfico 2010*. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 fev. 2018.

JORDÃO, Manoela. *Fora de Portas: a Comunidade do Pilar no planejamento urbano do Bairro do Recife*. 2017. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

LEITE, Rogério Proença. *A reabilitação da área central do Recife: planejamento estratégico e gestão urbana*. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

LIRA, Flaviana Barreto. *Bairro do Recife: o patrimônio cultural e o Estatuto da Cidade*. Recife: Editora da UFPE, 2004.

LUBAMBO, Cátia Wanderley. *O bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1991.

MONTENEGRO, Antônio Torres; SALES, Ivandro da Costa; COIMBRA, Sílvia Rodrigues. *Bairro do Recife: porto de muitas histórias*. Recife: Recife Gráfica, 1989.

MOREIRA, Fernando Diniz. *A construção de uma cidade moderna: Recife (1909-1926)*. Recife: Editora da UFPE, 1994.

NERY, Nancy s. Inclusão socioespacial de comunidades pobres: Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar, Bairro do Recife-PE. Recife: Editora da UFPE, 2012.

PONTUAL, Virginia. Práticas urbanísticas em áreas históricas: o Bairro do Recife, Brasil. Biblio 3W, Barcelona, 12, 752, 5 outubro 2007. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-752.htm>. Acesso em: 15 jun. 2017.

RABELLO, Sonia. *Tempo ao tempo*. Rio de Janeiro; Brasília: Civilização Brasileira/Instituto Nacional do Livro, 1979.

RECIFE. Lei nº 14.511, de 17 de janeiro de 1983. Define diretrizes para o uso e ocupação do solo, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/>. Acesso em: 15 jun. 2017.

RECIFE. Lei nº 16.290 de 29 de janeiro de 1997. Aprova o plano específico de revitalização [do] sítio histórico do Bairro do Recife. [Texto original]. Diário Oficial do Recife, Recife, 29 jan. 1997. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/ai/pe/r/recife/lei-ordinaria/1997/1629/16290/lei-ordinaria-n-16290-1997-aprova-o-plano-especifico-de-revitalizacao-da-zona-especial-de-preservacao-do-patrimonio-historico-cultural-09-sitio-historico-do-bairro-do-recife-estabelece-condicoes-especiais-de-uso-e-ocupacao-do-so-lo-cria-mecanismos-de-planejamento-e-gestao-e-das-outras-providencias-1997-01-29-ver-sao-original>. Acesso em: 15 junho 2017.

RECIFE. Lei nº 13.957, de 26 de setembro de 1979 - Institui normas gerais de proteção a sítios, conjuntos antigos, ruínas e edifícios isolados... [Texto original]. Diário Oficial do Recife, Recife, 26 setembro 1979. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/ai/pe/r/recife/lei-ordinaria/1979/1396/13957/lei-ordinaria-n-13957-1979-institui-nor-mas-gerais-de-protectao-a-sitios-conjuntos-antigos-ruinas-e-edificios-isolados-cujas-ex-pressoes-arquitetonicas-ou-historicas-tenham-real-significado-para-o-patrimonio-cultural-da-cidade-do-recife-disciplina-a-preservacao-desses-bens-autoriza-o-prefeito-a-declarar-zonas-especiais-de-interesse-dessa-preservacao-cultural-e-das-outras-providencias-1979-09-26-versao-original>. Acesso em: 15 jun. 2017.

URB-Empresa de Urbanização do Recife. Pólo Pilar - Diagnóstico socio-eco-nômico, comunidade Nossa Senhora do Pilar. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 2001.

URB-Empresa de Urbanização do Recife. Diagnóstico do Bairro do Recife. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1991.

URB-Empresa de Urbanização do Recife. Relatório de Atividades - Memória em Movimento. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1989.

URB-Empresa de Urbanização do Recife. Plano de Reabilitação do Bairro do Recife [Encarte]. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1988.

VIEIRA, N. M. Gestão de sítios históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos nas fases de formulação e implementação de programas de revitalização em áreas históricas. Recife: Editora da UFPE, 2008.

ZANCHETTI, Sílvio. Revalorização de áreas centrais - a estratégia do Bairro do Recife. In: ZANCHETTI, Sílvio; MARINHO, Geraldo; MILET, Vera (org.). Estratégias de intervenção em áreas históricas. Recife: Mestrado em Desenvolvimento Urbano - UFPE, 1995. p. 100-109.

ZANCHETTI, S.; MARINHO, G.; LACERDA, N. (org.). Revitalização do Bairro do Recife: plano, regulação e avaliação. Recife: Editora da UFPE, 1998.

CAPÍTULO 19

O sítio histórico de Natal agora é tombado como patrimônio nacional. E daí?¹

Elaine de Albuquerque Medeiros
Natália Miranda Vieira-de-Araújo

Introdução

A cidade de Natal-RN foi fundada em 1599 no atual bairro da Cidade Alta, se expandido posteriormente para o bairro da Ribeira, bairros esses que delimitaram a cidade por pelo menos dois séculos e meio. Na segunda metade do século xx, Natal passou por um processo de transformação que visava à sua modernização em oposição a sua estrutura colonial, que ainda se fazia presente. Apesar do surgimento da cidade remeter ao século xvi, é apenas no século xx que Natal entra em um grande período de transformações, a fim de substituir a originária cidade colonial por uma nova cidade, moderna e progressista (IPHAN, 2008).

As várias iniciativas visando à modernização e ao progresso da cidade, bem como o fim da Segunda Guerra Mundial, contribuíram

¹ Este capítulo é decorrente da pesquisa de dissertação desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN pela primeira autora sob a orientação da segunda autora. As reflexões aqui apresentadas foram desenvolvidas em parceria para a publicação e apresentação primeira realizada no Seminário sobre o Patrimônio Edificado - Arquimemória 4, realizado em 2013 em Salvador. O capítulo gira em torno da discussão sobre o tombamento enquanto instrumento de preservação por meio da análise de sua aplicabilidade no sítio histórico da cidade Natal (RN).

paulatinamente para o crescente esvaziamento dos bairros da Cidade Alta e da Ribeira, fazendo com que eles adentrassem em um processo de estagnação de suas funções primárias, decadência e esvaziamento.

Apesar dos bairros da Cidade Alta e da Ribeira compartilharem uma mesma problemática, consequência da perda de suas funções originais e do surgimento de novas centralidades ocasionadas pela expansão da cidade, o processo de retrocesso e declínio dos dois bairros ocorreu de maneira diferenciada. O bairro da Ribeira iniciou o processo de perda de suas funções com o fim da Segunda Guerra Mundial e posteriormente com o deslocamento do comércio atacadista e varejista, bem como do terminal rodoviário de passageiros (Ferreira et al., 2008). Já o bairro da Cidade Alta teve a substituição da função habitacional pela do comércio, impulsionada pela migração da elite potiguar para outros bairros que haviam sido criados (Petrópolis e Tirol), devido à implantação do Porto e da Ferrovia no bairro da Ribeira, necessários ao escoamento da produção do estado (Ferreira et al., 2008).

Em 1990 entrou em vigor a primeira lei municipal elaborada com a finalidade específica de proteger o patrimônio histórico remanescente na cidade de Natal. A Lei Municipal nº. 3.942 definiu a Zona Especial de Preservação Histórica (ZEPH), que abarcava o bairro da Ribeira, uma porção do bairro da Cidade Alta e trecho do bairro das Rocas. A ZEPH tinha como objetivo “[...] a preservação dos prédios e sítios notáveis pelos valores históricos, arquitetônicos, culturais e paisagísticos” (Nesi, 2002 apud Melo; Silva Filho, 2007, p. 13). Com a instituição da ZEPH, foram proibidas demolições sem autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional (IPHAN) e fixados gabaritos para toda a área. Hoje, é senso comum que a vigência dessa lei contribui decisivamente para impedir o processo de substituição dos exemplares arquitetônicos antigos da cidade.

Especialmente a partir do começo do século XXI, o bairro da Ribeira tem sido alvo de projetos de revitalização, destacando-se o Plano de Reabilitação de Áreas Centrais – Ribeira² (PRAC-Ribeira).

² O PRAC-ribeira foi publicado em 2005 em parceria com a prefeitura da cidade de Natal e o Ministério das Cidades. Integrou as ações do Programa de Apoio à Elaboração de Planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais do governo federal. O plano tinha

ra, 2005) e o Projeto REHABITAR (2007)³, que visavam, entre outras coisas, à inserção de habitação no bairro, como forma de reutilizar os edifícios históricos fechados ou subutilizados do bairro e que se configuravam como estoque de habitação. Apenas algumas ações pontuais que estavam previstas nesses planos foram realizadas, sem a consideração dos planos na íntegra.

Em 2006, um trabalho de pesquisa foi iniciado pela Sub-Regional do IPHAN do Rio Grande do Norte juntamente com uma equipe contratada pelo IPHAN. A pesquisa objetivava elaborar um dossiê para o pedido do tombamento a nível federal do Centro Histórico de Natal, que inicialmente abrangia o bairro da Cidade Alta e uma pequena parte do bairro da Ribeira. Em 23 de julho de 2010, foi publicado no Diário Oficial da União o Tombamento provisório do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do município de Natal.

A partir do contexto apresentado acima, o presente artigo visa a discutir o instrumento de tombamento, ainda utilizado como principal ferramenta regulatória de preservação do patrimônio brasileiro, e a sua aplicação, utilizando como estudo de caso o processo de tombamento do centro histórico de Natal.

O marco regulatório brasileiro para a preservação patrimonial

No Brasil, desde a década de 1920, observa-se uma movimentação no sentido de se construir uma legislação que se destine à preservação

como objetivos: a) definir as áreas que seriam reabilitadas; b) estabelecer ações, estratégias e projetos de intervenções integradas nas áreas centrais necessárias para a requalificação de espaços urbanos; c) Identificar custos e prazos para a concretização das ações a serem implementadas e d) Definir os programas necessários para promover a reabilitação de áreas centrais (Tinoco; Bentes Sobrinha; Trigueiro, 2008, p. 2).

3 Programa elaborado pela prefeitura da cidade de Natal em conjunto com a Caixa Econômica Federal e a Cooperação Francesa. O programa tinha como objetivos: a) Incentivar a recuperação e preservação do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico e ambiental urbano; b) iniciar um processo mais amplo de melhoria da qualidade de vida e condições urbanas da área, inclusive dos moradores de habitações de interesse social; c) resgatar o investimento público instalado em áreas pouco utilizadas; d) promover a reabilitação de uma área urbana, compreendendo os bairros da Ribeira e Cidade Alta, instituindo o uso dos imóveis para habitação social; e) promover a adaptação dos imóveis não utilizados e subutilizados, priorizando a diversidade de usos mistos com habitação de interesse social (Natal, 2004, p. 1).

patrimonial e urbanística por meio de tentativas tanto no âmbito do governo federal quanto no dos governos estaduais – especialmente Minas Gerais, Bahia e Pernambuco –, que, em resposta à demanda de intelectuais pela preservação patrimonial, criaram Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos (Fonseca, 1997). Sem o apoio de uma legislação federal, entretanto, não era possível aos estados assegurar a proteção de seu patrimônio (Vieira, 2000). A primeira iniciativa no âmbito federal se deu com a proposição de um anteprojeto de lei para a defesa do patrimônio histórico e artístico nacional idealizado por Alberto Childe. No entanto, a proposta foi considerada inviável por atrelar a legislação de proteção patrimonial à desapropriação e a questão da propriedade privada (Fonseca, 1997).

Após vários movimentos importantes em busca do apoio federal, finalmente, em 30 de novembro de 1937, a partir do anteprojeto desenvolvido por Mário de Andrade a pedido do então ministro da educação, Gustavo Capanema, é promulgado o Decreto-lei nº. 25, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Na verdade, o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), como parte da estrutura ministerial do Ministério da Educação, foi aprovado por Getúlio Vargas em 19 de abril de 1936 e começou, desde então, a funcionar de forma experimental sob o comando de Rodrigo Melo Franco de Andrade, indicado por Mário de Andrade. A primeira tarefa realizada pelo órgão foi exatamente a confecção do anteprojeto de lei federal, que foi encaminhado em 23 de julho de 1936. Após um longo debate político; finalmente, em novembro de 1937, é promulgado o Decreto-lei nº. 25.

Fonseca (1997, p. 114) pondera que o objetivo central do Decreto-lei era garantir ao órgão que acabara de nascer os meios legais para atuação no campo da questão da propriedade, algo complexo e que se tornou o principal entrave à institucionalização da proteção do patrimônio nacional durante algum tempo, tornando-se possível a partir da Constituição de 1934, que estabeleceu limitações ao direito de propriedade. Enquanto o anteprojeto de Mário de Andrade se caracterizava por um aspecto mais conceitual e organizacional, o Decreto-lei preocupava-se com as possibilidades de execução das incumbências propostas ao recém-criado órgão. O Brasil passa

a ser, então, o primeiro país da América Latina a possuir uma entidade oficial, a nível federal, para a preservação do patrimônio histórico e artístico e “O tombamento surgia, assim, como uma fórmula realista de compromisso entre o direito individual à propriedade e a defesa do interesse público pela preservação de valores culturais” (Fonseca, 1997, p. 105). Sônia Rabello (2009) aponta que, devido à força do tombamento e ao fato dele ter se constituído como o principal instrumento de preservação, durante muito tempo chegou-se a confundir-se tombamento com preservação, e as duas ações passaram a ser consideradas sinônimos.

Em 2001, após 10 anos de luta do Movimento Nacional pela Reforma Urbana e outros setores da sociedade, é aprovada a Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, chamada de “Estatuto da Cidade”, que regulamenta o capítulo da “Política Urbana” da Constituição Brasileira (Silva, 2003). Agora, a luta passa a ser pela possibilidade de utilização dos instrumentos criados pelo Estatuto da Cidade, que objetivam garantir a “função social da propriedade” prevista em nossa Constituição Federal. Este novo marco regulatório apresenta instrumentos que são de grande importância para a preservação patrimonial, a exemplo da Transferência do Direito de Construir, do IPTU progressivo no tempo, da utilização compulsória, entre outros. A utilização desses instrumentos é algo não somente possível como viável, visto que apenas 10% das cidades com sítios tombados pelo IPHAN não possuem Plano Diretor (IPHAN, 2010, p. 28). Apesar disso, continuamos a observar que a prática regulatória da preservação patrimonial permanece muito limitada ao reconhecimento e à utilização do instrumento do tombamento em várias cidades brasileiras.

O instrumento do tombamento como ferramenta de preservação e gestão patrimonial

Segundo Rabello (2009, p. 46), o “Decreto-lei 25/37 foi um instrumento instituído por meio de lei federal para a proteção de determinados bens de valor cultural”. Segundo o referido Decreto-lei:

Art. 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis ou imóveis, existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

[...] § 2º - Equiparam-se os bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (Brasil, 1937).

Observa-se no texto da referida legislação o reconhecimento ao tombamento de sítios urbanos, ou seja, o tombamento coletivo de bens. Essa visão demonstra o avanço do Decreto-lei 25/37 em relação à abordagem monumentalista defendida pela Carta de Atenas (1931) e passa a incorporar e antecipar o entendimento de preservação estendido aos conjuntos urbanos, defendidos a partir da Carta de Veneza (ICOMOS, 1964).⁴

Segundo Gasparini (2004 apud Gasparini, 2005, p. 51), juridicamente o tombamento é “a submissão de certo bem, público ou particular, a um regime especial de uso, gozo, disposição ou destruição em razão de seu valor histórico, cultural, artístico, turístico ou paisagístico [...]”, ou seja, esse regime especial configura-se como restrições jurídicas aos atributos (uso, gozo e disposição), que configuram o direito individual de propriedade, fato esse que até hoje é questionado por parte dos proprietários de imóveis tombados ou inseridos em poligonais de tombamento, e que causa grande resistência e pedidos de impugnação durante os processos de tombamento. Para o autor,

Os proprietários de imóveis considerados patrimônio histórico pelo órgão competente sofreram importantes implicações em seu direito de

4 A *Carta de Atenas* (1931) é o primeiro documento a defender a necessidade de preservar monumentos de sua destruição. No entanto, apresenta uma conceituação de patrimônio restritiva e seletiva, incorporando apenas a preservação aos edifícios isolados e monumentos em detrimento dos conjuntos urbanos, fazendo com que ela tenha um caráter de preservação monumentalista. Já a *Carta de Veneza* (1964) amplia a conceituação de preservação patrimonial, estendendo-a ao sítio urbano ou rural, tratando inclusive esses territórios sob uma perspectiva de gestão, em que o que deve ser preservado e mantido é a ambiência do conjunto.

propriedade [...]. Os três atributos do direito do proprietário (usar; gozar e dispor) são expressamente relativizados (Gasparini, 2005, p. 38).

De acordo com Rabello (2009, p. 128), o instrumento do tombamento tem como principal efeito, “[...] transformar em interesse jurídico os valores culturais contidos na coisa [a ser tombada]”. Assim, o ato administrativo do tombamento tem como finalidade a conservação do patrimônio cultural brasileiro, de forma que sua aplicação garanta a permanência e preservação dos valores identificados e atribuídos ao bem patrimonial, seja ele uma edificação ou um sítio histórico, e que foram a motivação para seu tombamento.

É preciso salientar que a limitação do direito de propriedade de proprietários de imóveis históricos por meio da aplicação do instrumento do tombamento tem como objetivo garantir e preservar uma cultura social, ou seja, um bem que deverá servir a toda a sociedade. Sendo assim, o direito coletivo passa a se sobrepor e ter prioridade em relação ao direito individual.

Em relação à competência do tombamento a nível federal, o referido Decreto-lei 25/37 expõe que a decisão do ato do tombamento cabe ao Conselho Consultivo do Patrimônio, o que não exclui a participação de outros órgãos durante o processo. Por conseguinte, Rabello (2009, p. 54) expõe que:

O ato do tombamento, portanto, é praticado pelo Conselho, através de deliberação coletiva, a ser submetido à homologação ministerial. O Conselho Consultivo é o órgão competente para esta decisão, conforme previsto na lei, o Decreto-lei 25/37, complementado pelo que dispõe a Lei 6.292/75.

Segundo o supracitado Decreto-lei, a aplicação do instrumento do tombamento poderá ser realizada de forma voluntária ou compulsória. O tombamento voluntário é aplicado quando o próprio proprietário do bem o solicitar ou quando o proprietário anuir por escrito à notificação recebida de tombamento de seu imóvel ou de um sítio histórico em que o imóvel esteja localizado dentro de uma das poligonais (de entorno ou de tombamento). Já o tombamento compulsório ocorre quando, após receber a notificação de tombamento, o proprietário do bem não o aceita, entrando com o pedido de impugnação do tombamento. Os pedidos de impugnação

por parte dos proprietários costumam solicitar o cancelamento da aplicação do instrumento do tombamento em seu imóvel ou a sua retirada de dentro da poligonal de tombamento. Esse pedido deve ser realizado dentro do prazo de 15 dias, contados da data do recebimento da notificação, prazo esse previsto na legislação para que os proprietários se manifestem a respeito do tombamento. Juntamente com o prazo citado anteriormente, o Decreto-lei 25/37 prevê também mais dois prazos, ambos ligados aos processos de impugnação. São eles: prazo de 15 dias, após recebimento dos processos, para que o órgão responsável pela iniciativa do tombamento sustente seu parecer em relação aos pedidos de impugnação e envie todo o processo ao Conselho Consultivo; prazo de 60 dias após recebimento do processo de tombamento pelo Conselho Consultivo, para que ele possa decidir a respeito do tombamento e das impugnações, submetendo a sua decisão à homologação ministerial. Após a homologação ministerial, o sítio passa a estar sob tombamento provisório, migrando para o tombamento definitivo após a sua inscrição em um dos livros do tombamento.⁵

Segundo o Arquivo Noronha Santos,⁶ atualmente o Brasil conta com 1.362 bens tombados a nível nacional, sendo 557 bens inscritos no livro histórico, 119 no livro arqueológico, etnográfico e paisagístico, 682 no livro de belas artes e quatro bens inscritos no livro de artes aplicadas. Esses números demonstram a grande força e importância que o instrumento do tombamento tem como principal ferramenta reguladora da preservação de bens culturais no Brasil.

No entanto, a Cartilha de Normatização de Cidades Históricas (IPHAN, 2010, p. 18-19), elaborada pelo IPHAN em parceria com o Ministério da Cultura, ressalta o fato de que durante todo o tempo de atuação do IPHAN na questão que se refere à preservação dos bens tombados, eles tiveram apenas como documento para a sua preservação o Decreto-lei 25/37:

5 São eles: livro do tombamento arqueológico, etnográfico e paisagístico; livro do tombamento histórico; livro do tombamento das belas artes e livro do tombamento das artes aplicadas.

6 Consulta realizada em novembro de 2012.

Em relação à preservação física das áreas tombadas, ao longo de seus mais de 70 anos de atuação, o IPHAN teve como documento base para a ação e cumprimento destas responsabilidades apenas o Decreto-lei nº 25/37, e mais especificamente seus artigos 17 e 18, que versam, respectivamente, sobre as coisas tombadas e sua vizinhança:

Artigo 17 - As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser separadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

Parágrafo único: Tratando-se de bens pertencentes à União, aos Estados ou aos Municípios, a autoridade responsável pela infração do presente artigo incorrerá pessoalmente na multa.

Artigo 18 - Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.

Não há dúvidas de que a instituição do instrumento do tombamento em 1937 constituiu um importante e pioneiro movimento no sentido de estabelecer ferramentas operacionais que garantissem a efetividade da preservação patrimonial. No entanto, passados 75 anos, após todas as reflexões e revisões teóricas acerca da preservação patrimonial que temos vivenciado ao longo desses anos, podemos dizer que é, no mínimo, estranho que o órgão federal de preservação permaneça tendo como principal instrumento ainda o mesmo Decreto-lei nº 25/37. Dessa forma, tal gestão se torna um verdadeiro desafio diante das mudanças políticas que ocorrem de tempos em tempos e dos antiquados instrumentos de proteção patrimonial que continuamos a utilizar na atualidade.

É necessário destacar um passo recente e importante, em direção a uma abordagem mais dinâmica do patrimônio cultural construído brasileiro. Trata-se da aprovação da Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018, visado à instituição de uma Política de Patrimônio Cultural Material. Entretanto, apesar de seu texto inovador, ao chegar

ao capítulo sobre o reconhecimento, a portaria reafirma o tombamento como o instrumento principal e acrescenta que, para casos específicos, existem outras formas de reconhecimento: o Cadastro, a ser aplicado aos bens arqueológicos; a Valoração, a ser atribuída aos bens ferroviários da extinta Rede Ferroviária Federal; a Chancela, a ser aplicada às paisagens culturais; e a Declaração, a ser aplicada aos lugares de memória (Brasil, 2018). Apesar dos princípios estabelecidos e da tentativa de articular os diferentes instrumentos criados ao longo do tempo pelo IPHAN para tratar do patrimônio material, a Portaria nº 375/2018, mais uma vez, tem o tombamento como único instrumento a ser aplicado a qualquer bem material. Vale salientar que a portaria foi lançada no apagar das luzes de um momento de progressivo amadurecimento do órgão federal em relação às práticas preservacionistas inclusivas e participativas, tendo o país mergulhado, especialmente a partir da presidência iniciada em 2019, em um período de assustador e crescente obscurantismo na política federal em geral. Esperemos pela retomada desse amadurecimento com as mudanças que virão a partir de 2022.

Um importante exemplo da atualização e criação de novos instrumentos de gestão urbana com potencialidade para articular política de preservação e política urbana é ainda a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade. Essa lei apresenta uma gama de instrumentos jurídicos que podem ser aplicados aos sítios tombados, auxiliando sua gestão e fortalecendo sua preservação, de forma que a combinação de tais instrumentos pudesse realmente garantir e efetivar a preservação do patrimônio histórico e cultural. No entanto, após mais de uma década da aprovação da referida Lei e da sua aplicação na gestão urbana brasileira, ainda são poucos os municípios e gestores que conseguem fazer a transposição e a aplicação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade para a realidade dos sítios históricos tombados. Cabe ao município prever nos Planos Diretores a área tombada a nível federal e determinar os instrumentos urbanísticos que devem ser aplicados a tal área:

Percebe-se, portanto, que é competência dos municípios, através de políticas urbanas, ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Isso quer dizer que, como instrumento da política urbana, deve atuar de forma conjunta aos outros trinta instrumentos colocados no Estatuto da Cidade, da prática do planejamento municipal. Ou seja, é no governo municipal que as políticas públicas de ordenamento do espaço – e, portanto, também da preservação do patrimônio cultural – convergem, porque por ele elas são instrumentalizadas, cabendo ao IPHAN dar diretrizes para sua elaboração. (IPHAN, 2010, p. 21).

O tombamento tem sido apropriado pela sociedade brasileira de forma diferente e, nesse sentido, pode ser considerado de forma positiva ou negativa. Ter um bem de sua cultura tombado pode significar, para grupos econômica e socialmente desfavorecidos, benefícios de ordem material e simbólica, além de demonstração de poder político. Os tombamentos de bens representativos da presença negra no Brasil [...] foram conduzidos por grupos vinculados aos movimentos negros como verdadeiras lutas políticas. [...] Quanto às cidades históricas, o tombamento, ao assegurar a manutenção de sua feição tradicional, pode significar uma alternativa economicamente lucrativa para a população, através do turismo [...] Já em centros históricos degradados, como era o caso do Pelourinho, sua restauração implicou um remanejamento e eventual saída dos moradores de menor renda. (Fonseca, 1997, p. 180).

Como abordado anteriormente, o tombamento pode ser de um bem individual ou de um conjunto urbanístico. No caso do conjunto urbanístico, “[...] têm-se a poligonal de tombamento definindo a área tombada, sobre a qual incidem regras e legislação específicas e diferenciadas que devem ser aplicadas a tudo que estiver dentro da poligonal” (IPHAN, 2010). Quanto às definições de conjunto e poligonal de tombamento, a Normatização de Cidades Históricas (IPHAN, 2010, p. 15) as define respectivamente como:

A série de bens, territorialmente contínua ou descontínua, que compartilham da mesma argumentação para a proteção, argumentação esta relacionada à totalidade dos bens ou ao espaço onde estão inseridos, e não aos bens individualmente. Área claramente delimitada com o objetivo de preservar uma paisagem urbana perceptível e diretamente relacionada com a motivação do tombamento.

A poligonal de tombamento é utilizada no caso do tombamento de áreas urbanas para delimitar e definir precisamente a área a ser protegida. Essa delimitação é realizada em mapas e por meio da

demarcação de pontos georreferenciados que são descritos no documento do tombamento, de forma que não haja dúvidas a respeito da delimitação proposta. Segundo a Normatização de Cidades Históricas (IPHAN, 2010, p. 11),

[...] para chegar a essas delimitações, devem ser analisados aspectos relativos à trajetória histórica do bem, evolução urbana e implantação do acervo arquitetônico, e a identificação de aspectos como o local de fundação, relação com o território, eixos de expansão, áreas de centralidade, setores funcionais, pontos de observação, entre outros, que ajudem a compreender e contextualizar o objeto.

Assim, as poligonais devem refletir de maneira clara a motivação do tombamento, incluindo todos os elementos a que foram atribuídos valores e que justificam a proposta de aplicação do referido instrumento. No entanto, observa-se que em nenhum momento do Decreto-lei 25/37 a questão da poligonal de tombamento é abordada. Aliás, não há nenhuma regulamentação que trate da definição dessas áreas. Certamente, ao tratar das poligonais de tombamento, a cartilha sobre Normatização de Cidades Históricas inova, apresentando um entendimento avançado e moderno a respeito das definições de poligonal de tombamento e que, se colocado em prática nos casos pertinentes, pode contribuir para melhorar a tensão entre o IPHAN e os proprietários locais:

Esta definição [da poligonal de tombamento], que deriva diretamente da motivação do tombamento, pode resultar na identificação de conjuntos, contíguos ou não, no tecido urbano. E nesses casos, entendemos que um conjunto pode denotar algo fisicamente vinculado (ligado, conjugado), ou também algo adjacente, contíguo, próximo, não sendo determinante a necessidade de que as partes estejam conformadas num mesmo limite físico. Assim, entendemos que um “conjunto” pode ser formado por mais de uma poligonal de tombamento, ou por uma poligonal e edificações isoladas, desde que partilhem da mesma motivação, não configurando um tombamento isolado (IPHAN, 2010, p. 12).

A cartilha defende que a opção pelo tipo de poligonal de tombamento a ser aplicada em cada sítio depende da caracterização desses, obtida pelos estudos realizados, e que antecedem o pedido de tombamento federal. Caso os elementos a que se visa proteger apresentem uma ligação contínua, deve-se optar pela poligonal

contínua; no entanto, caso não haja essa relação de continuidade, ambiência ou ligação espacial, a opção pode se dar por poligonais descontínuas ou por uma poligonal combinada com o tombamento individual de algumas edificações.

Outra questão, que sempre vem à tona, refere-se à verificação de que o tombamento, como aplicação do Decreto-lei 25/37, não tem evitado a degradação dos sítios tombados. Isso decorre também da ausência de legislações reguladoras que estabeleçam claramente os critérios de intervenções a serem aplicados e como se dará a gestão dessas áreas. Entende-se que a aplicação do instrumento do tombamento e a demarcação de sua poligonal de abrangência de nada adiantam se não existir uma legislação específica de gestão da área que subsidie a aplicação do instrumento, fortalecendo-o. Dessa forma, sítios urbanos são tombados com certa frequência, sem, no entanto, esclarecerem as questões norteadoras das intervenções em seus conjuntos tombados e da gestão da área, gestão essa que define como se dará a preservação dos referidos espaços demarcados pelo IPHAN. Essa problemática foi abordada pela cartilha de Normatização de Cidades Históricas (2010), que constatou que:

[...] menos de 10% das áreas tombadas em nível nacional dispõe de normas eficientes capazes de nortearem as intervenções nos conjuntos históricos, o que dificulta a ação eficaz e transparente, tanto na análise dos projetos de intervenção, quanto na fiscalização dos locais não normatizados (IPHAN, 2010, p. 5).

Assim, por ter uma ligação intrínseca com o ato do tombamento, é ideal que a definição das diretrizes para a preservação do sítio já sejam delineadas quando da elaboração do processo de tombamento, para que ao mesmo tempo em que se defina o que se vai preservar e porque, se defina também como essa preservação vai ser feita (IPHAN, 2010, p. 11).

Assim, apesar de o Decreto-Lei nº 25/37 ser auto-aplicável, torna-se desejável a elaboração das Normas de Preservação (juridicamente entendida como uma regulamentação dos seus artigos 17 e 18) em atenção aos princípios da publicidade e transparência, uma vez que é através deste documento que serão explicitados os critérios segundo os quais os projetos para intervenção nos edifícios e espaços públicos das cidades serão analisados, e que embasarão tanto a análise e aprovação das propostas, quanto o próprio trabalho de fiscalização. E ainda conforme orientação da Procuradoria Jurídica do IPHAN, o formato

mais adequado para essa regulamentação é, efetivamente, através da publicação de uma Portaria, que após a elaboração dos estudos técnicos, tornará públicos os critérios específicos de intervenção para cada sítio tombado, por meio de sua publicação em Diário Oficial da União (IPHAN, 2010, p. 19)

Logo, a inexistência de normas de preservação é usada e entendida pelos proprietários e população em geral como falta de critérios nas análises de processos, o que os leva a rotular as análises como algo subjetivo e dependente da percepção de cada analista, quando na verdade o que existe é um entendimento do órgão a respeito de determinadas questões, que se sobrepõe ao “subjetivismo” do analista. Portanto, por mais que os pareceres se apresentem galgados em justificativas técnicas, a elaboração e aplicação de normas de preservação aos sítios tombados continua sendo indispensável.

Processo de tombamento federal do sítio histórico de Natal

Os estudos para o processo de tombamento a nível federal do Centro Histórico de Natal tiveram início no ano de 2006 e foram realizados pela equipe da Sub-Regional do IPHAN do Rio Grande do Norte e equipe técnica contratada para o Plano de Ação 2006 (Processo de Tombamento nº 1558-T-08, v. I, f. 8). Segundo o documento: “A pesquisa permitiu a identificação e documentação, em meios apropriados, das edificações que já foram tombadas isoladamente e as de interesse de preservação, visando o conhecimento do processo de formação e evolução da cidade de Natal”.

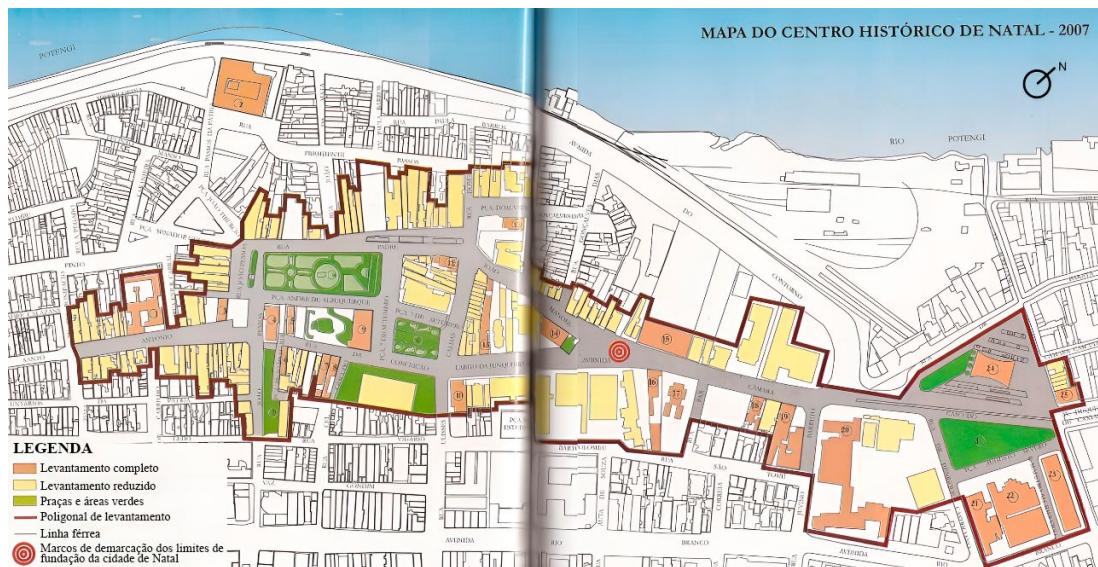
O processo de tombamento do Centro Histórico de Natal é composto por três volumes e mais de 300 páginas, contendo entre outras coisas o levantamento técnico realizado para subsidiar a proposta de tombamento. Os estudos foram realizados pela equipe técnica do IPHAN/RN, que utilizou a metodologia do Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos (INBI-SU) do Departamento de Documentação do IPHAN:

O INBI-SU é uma metodologia de inventário de sítios urbanos tombados, desenvolvida pelo IPHAN, que se desenvolve com três abordagens

distintas e inter-relacionadas: a pesquisa histórica, coletando informações gerais sobre a formação e o desenvolvimento do sítio; os levantamentos físico-arquitetônicos, registrando as características e condições físicas de cada edificação; e através das entrevistas com os moradores e usuários, abordando dados sócio-econômicos e registrando as opiniões sobre a cidade onde vivem (Ribeiro; Nóbrega, 2010).

O INBI-SU utiliza uma metodologia desenvolvida no IPHAN, tendo à frente a equipe do seu Departamento de Identificação (DID) em conjunto com a UNESCO, visando ao levantamento e à organização de um conjunto de informações sobre sítios urbanos tombados pelo IPHAN. No método do INBI-SU, existem duas abordagens: a pesquisa histórica (informações sobre a formação e desenvolvimento sobre o sítio) e a pesquisa de campo (características do lote, características arquitetônicas, estado de conservação e questionários socioeconômicos). O critério utilizado no INBI-SU determina que seja efetuado o levantamento de todos os dados de todas as edificações inseridas

FIGURA 1 Mapa da primeira proposta de poligonal de tombamento para o centro histórico de Natal com a marcação das edificações de acordo com o tipo de levantamento realizado. Fonte: Melo; Silva Filho (2007).



no perímetro do sítio tombado pelo IPHAN. São registradas as informações das edificações tombadas, das de interesse histórico e/ou artístico, e daquelas cujas arquiteturas não apresentam valor algum (Ribeiro; Nóbrega, 2010).

Segundo a publicação Centro Histórico de Natal, que reúne os principais resultados e a sistematização do material levantado na pesquisa com o INBI-SU, foram realizados dois tipos de levantamento das edificações durante os estudos para o pedido de tombamento: levantamento completo e levantamento reduzido (Figura 1).

O completo foi adotado para as edificações de notáveis méritos históricos e/ou artísticos e que ainda mantinham íntegras as suas principais características; já o resumido foi adotado para o restante do sítio, abrangendo inclusive as edificações contemporâneas (Melo; Silva Filho, 2007, p. 36).

O processo de tombamento defende que a configuração dos quarteirões ainda se mantém tal qual como nos séculos XVII e XVIII e ressalta que:

O Centro Histórico de Natal [...] possui características que remontam aos primeiros séculos da história do Brasil, nele evidenciando-se importantes aspectos que caracterizam a ação colonizadora portuguesa. Desse, talvez o mais relevante seja o traçado urbano irregular, típico das cidades coloniais portuguesas, em oposição aos padrões geométricos espanhóis (Holanda, 1989 *apud* IPHAN, 2008, v. I, f. 9).

Segundo consta no processo supracitado, a motivação para o pedido de proteção federal ao sítio histórico de Natal apoia-se sob o fato de que a área mantém:

[...] significativa concentração de edificações de expressão. [...] com alguns remanescentes da arquitetura modesta [...] e que precisam ser urgentemente ser preservados. Este conjunto, que concentra edificações históricas, de expressão e modestas, são os objetos de arte da cidade, caracterizadores do tecido urbano em que se encontram, contando parte significativa da sua história, merecendo por isso serem preservados (IPHAN, 2008, v. I, f. 11).

Quanto ao processo de definição e delimitação das poligonais de tombamento, o mesmo ocorreu em dois momentos, com a definição de duas poligonais distintas. A primeira proposta de poligonal

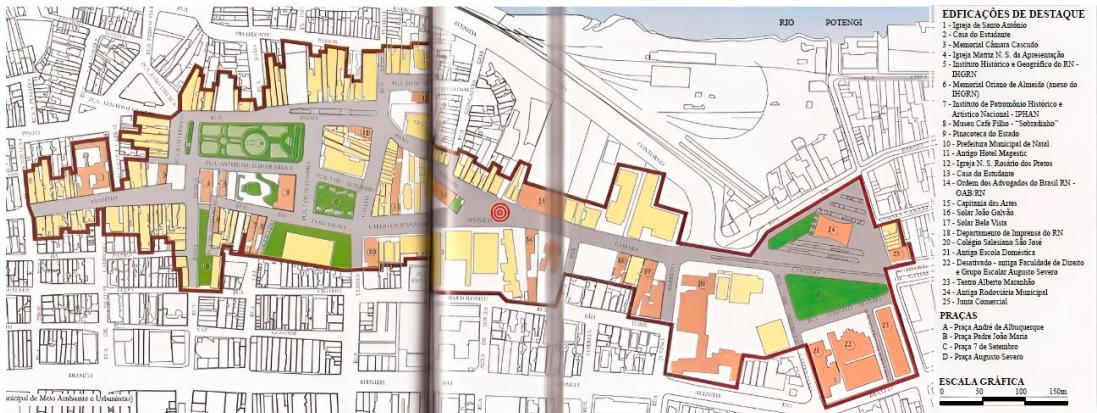


FIGURA 2 Mapa da primeira proposta de poligonal de tombamento para o centro histórico de Natal. Fonte: Melo; Silva Filho (2007).

de tombamento apresentava como embasamento a definição de sítio histórico utilizado na Carta de Petrópolis e tinha como objetivo:

[...] selecionar a “área crítica” da cidade que melhor concentra a história de Natal – o seu núcleo urbano inicial -, e que ainda conserva os testemunhos históricos, seja no traçado urbano, na divisão de lotes, na conformação dos logradouros, no tratamento dos espaços livres, na sua arquitetura etc. (IPHAN, 2008, v. 1, f. 44).

A primeira proposta (Figura 2) foi pensada em cima da área conhecida como Corredor Cultural de Natal, que, segundo o Processo de Tombamento (nº 1558-T-08, vol. I, fl. 44) “apesar de não ser legalmente delimitado, vem sendo alvo de discussões preservacionistas desde 1991, quando foi apresentado no Congresso Brasileiro sobre Patrimônio Histórico e Cidadania, em São Paulo”.

A delimitação acima possui uma área de aproximadamente 182.045 m², com a inserção de cerca de 150 imóveis (Melo; Silva Filho, 2007, p. 7). Observa-se na proposta de traçado dessa poligonal que ela se concentra nas edificações monumentais e no eixo de fundação da cidade de Natal, abrangendo grandes espaços públicos, como é o caso das praças André de Albuquerque, 7 de

setembro e Augusto Severo. Com exceção do final do trecho da Rua Vigário Bartolomeu, da Rua São Tomé e da área correspondente ao bairro da Ribeira, essa primeira proposta passa sua linha divisória no meio das quadras, atitude essa que é considerada positiva devido à falta de lógica em se tombar apenas um lado de uma rua, deixando outro lado desprotegido, como se os lados não se complementassem e não conformassem uma ambiência. O traçado dessa poligonal apresenta-se bastante recortado e irregular. Percebe-se que a delimitação protege apenas um corredor de edificações monumentais implantadas em lotes que não se caracterizam como o padrão do bairro. Observando-se essa proposta de poligonal, fica evidente que o seu objeto de proteção está voltado para o grande largo formando pelas praças citadas anteriormente e para a Avenida Câmara Cascudo. Nessa proposta, as edificações não monumentais parecem atuar como área de entorno do principal foco de proteção. Por conseguinte, pode-se afirmar que a poligonal apresentada se baseia no patrimônio monumental edificado (únicas edificações que tiveram levantamento completo) e no espaço público e coloca em segundo plano as questões relativas à constituição morfológica do bairro.

Segundo relato de Maria Isabel Braga da Camara, no Parecer nº 09/2009 que compõe o volume II do processo de tombamento do Centro Histórico de Natal, durante o andamento do processo de tombamento, foi sugerido que o bairro da Ribeira passasse a integrar a poligonal de tombamento:

Em novembro de 2008, em visita a Natal e reunião com a superintendente Jeanne Fonseca Leite Nesi, a arquiteta Heliana Lima de Carvalho, o historiador Romero de Oliveira e Silva e Filho, a arquiteta Heliana Mendes dos Santos e eu, concluímos pela necessidade de incluir a Ribeira na área proposta para tombamento. A análise do bairro da Ribeira chegou ao setor em 06/08/2009 (IPHAN, 2008, v. II, f. 170).

Porquanto, a segunda proposta de poligonal de tombamento, atualmente vigente, estende-se para o bairro da Ribeira, excluindo, no entanto, trechos do bairro da Cidade Alta que se encontravam protegidos pela primeira poligonal proposta:

Como resultado da análise desses estudos, conjugadamente à avaliação direta do sítio, sugerimos uma nova proposta de poligonal de tombamento,

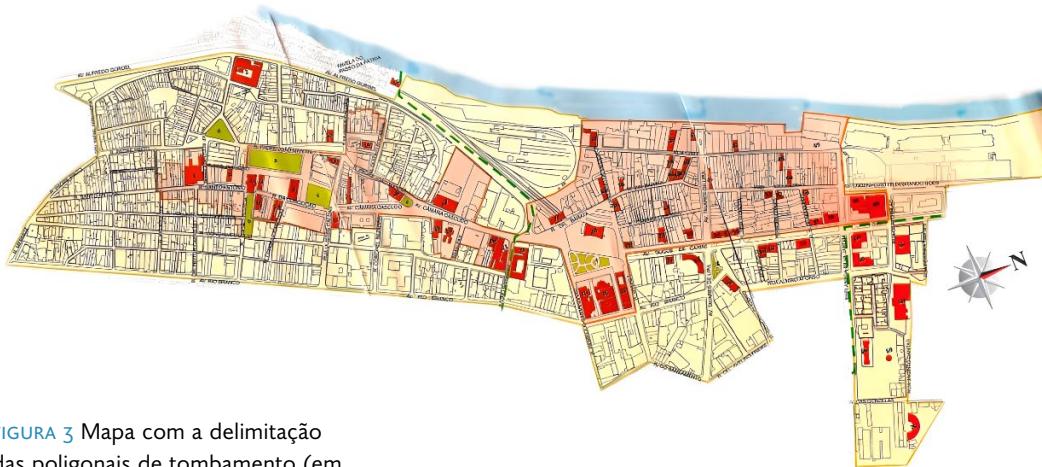


FIGURA 3 Mapa com a delimitação das poligonais de tombamento (em vermelho) e de entorno (em amarelo) atualmente vigentes. Fonte: IPHAN (2010).

com a exclusão de partes da Cidade Alta, onde o casario está muito alterado, e, na Ribeira, concentramos a proposta na área de ocupação mais antiga [...]. Resumidamente, optou-se por concentrar a proposta de proteção ao sítio que na Cidade Alta, ainda guarda a configuração urbana mais original e inclui as edificações de importância histórica e arquitetônica já protegidas isoladamente pelo IPHAN ou pelo estado, e, na Ribeira, à área onde prevalece a configuração urbana colonial, o casario apresenta maior harmonia volumétrica e se concentram as edificações de maior destaque pelo seu estilo arquitônico (IPHAN, 2008, v. II, f. 170-171).

Observa-se que a ampliação da poligonal de tombamento para o bairro da Ribeira ocorreu de forma mais regular, em oposição à porção da poligonal encontrada na Cidade Alta, que, após a retirada de alguns de seus trechos da poligonal de tombamento, passou a ter uma linha ainda mais recortada. Decorrente disso, observa-se que a poligonal traçada no bairro da Ribeira concentra-se na preservação da morfologia urbana do bairro, enquanto a poligonal da Cidade Alta está focada na preservação da arquitetura, sem considerar/valorizar o tecido urbano; ao contrário, tal proposta

de poligonal acentua a ideia de circundar edificações específicas, as de caráter monumental.

Vale salientar o fato de que a proposta de poligonal localizada na Cidade Alta apresenta a poligonal de entorno consideravelmente maior do que a poligonal de tombamento, enquanto na porção da Ribeira essa proporção se inverte, sendo a poligonal de tombamento maior. Essa definição das poligonais pensada da maneira como foi, sem se preocupar com uma proporção entre a área a ser protegida e a área destinada à preservação da ambiência da área tombada, dificulta o processo de gestão urbana do referido sítio, pois a excessiva área da poligonal de entorno da Cidade Alta deixa de lado conjuntos arquitetônicos que não foram inseridos na poligonal de tombamento devido ao fato de ela concentrar-se, predominantemente, em edificações monumentais.

No entanto, o Memorando nº 201/2010/JKEA/Proteção/DEPAM, integrante do processo de tombamento (IPHAN, 2008), defende que o valor arquitetônico do Centro Histórico de Natal não está nos monumentos isolados, mas sim no seu conjunto:

Ao falarmos de valor arquitetônico do conjunto não estamos rigorosamente identificando-lhe um mérito artístico que o distinga como bem “de excepcional valor artístico”, para usarmos os termos do art. 1º do Decreto-Lei 25/37. No conjunto, há valor suficiente para se proceder a inscrição no Livro do tombo histórico, mas não para justificar a sua inclusão no Livro das belas artes, já que a proteção daquele bem não é relevante para a história da arte no país, no caso de Natal, considerada a arquitetura do conjunto. Sempre se deve buscar o valor arquitetônico nos bens e conjuntos históricos, para se assegurar a necessária ligação entre o imóvel e o fato ou processo histórico que ele representa, mas a inscrição no Livro das belas artes requer, mais do que isto, a identificação de uma excepcionalidade artística e arquitetônica, o que não é o presente caso (IPHAN, 2008, v. II, f. 197).

A importância e o reconhecimento do valor do traçado urbano do Centro Histórico de Natal também estão presentes no histórico de Natal e é reforçada no Parecer nº 012/2011 do DEPAM/IPHAN:

Aprovado por unanimidade, o tombamento do Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do município de Natal baseou-se em três principais

considerações: a heterogeneidade não foi considerada relevante a ponto de afetar o interesse de sua proteção federal; *a valorização da forma de organização do traçado urbano, algumas vezes, prevalece sobre a arquitetura* que, nesses casos, figura como complemento; e também que o tombamento de um sítio urbano deve ser principalmente fundamentado em seus *valores urbanísticos e paisagísticos* que, por sua vez, representam os mais importantes parâmetros para a definição de critérios de intervenção no casario (IPHAN, 2008, v. III, f. 471, grifos nossos)

As argumentações apresentadas nos pareceres que constam no processo de tombamento reafirmam não só que o tombamento de um sítio urbano deve ser fundamentado em seus valores urbanísticos, como também que:

O traçado urbanístico do centro histórico de Natal encontra-se praticamente inalterado, as ruas, a configuração dos quarteirões e dos lotes mantém ainda as características de sua época de fundação e de suas primeiras expansões, de modo que permanecem no traçado contribuições dos seguidos séculos de história [...]. Assim, preservar o traçado urbano da área é preservar a própria história da cidade. (Processo de Tombamento nº 1.558-T-08, fl. 207). [...] Quanto à implantação das construções no lote, percebemos em alguns trechos [da Cidade Alta] a permanência da morfologia colonial, com o casario formando a rua [...] (IPHAN, 2008, v. II, f. 179).

Questiona-se o porquê da poligonal de tombamento referente ao bairro da Cidade Alta ter sido traçada e definida apenas em cima de valores arquitetônicos, deixando em segundo plano os valores urbanísticos tão importantes para a cidade e tão frisados durante o processo de tombamento como os principais e fundamentais valores a serem protegidos.

Conformação da morfologia urbana dos bairros da Cidade Alta e da Ribeira

O núcleo urbano da cidade de Natal surgiu no bairro da Cidade Alta, onde hoje se localiza a Praça André de Albuquerque, em 25 de dezembro de 1599 (Miranda, 1999). Segundo Miranda (1999), a implantação da cidade de Natal não fugiu à regra de um modelo de implantação colonial, em que: “Elevações, acidentes geográficos e físicos orientaram e induziram o seu crescimento espontâneo. Ruas estreitas,

terrenos com testada mínima em torno de 6m, acompanhando a curva de nível da elevação [...]” (Miranda, 1999, p. 46).

O esboço abaixo demonstra a origem da cidade de Natal com implantação típica do traçado colonial: estrutura das ruas e dos lotes organizados em um traçado orgânico e estruturação da cidade em torno de uma praça principal, no referido caso, a Praça André de Albuquerque. Em relação à morfologia da implantação, podemos perceber quadras retangulares, de grande extensão, no entanto com uma implantação que não apresenta nenhuma ortogonalidade.

A análise dos mapas históricos, sobretudo o da década de 1690, demonstra o começo da expansão da cidade de Natal no sentido dos bairros Cidade Alta - Ribeira, ou seja, a implantação da cidade na porção mais elevada e sua posterior expansão para a cota mais baixa, em direção às margens do Rio Potengi (Miranda, 1999).

O mapa de 1690 demonstra o começo da expansão da cidade (inicialmente no bairro da Cidade Alta) em direção ao seu limite norte, dando início à formação do bairro da Ribeira. Na representação cartográfica, o chamado “Caminho da Fortaleza” se apresenta já consolidado, com a implantação e definição de algumas quadras.

A observação do mapa de 1690 permite-nos tecer alguns comentários a respeito da diferença da implantação e do traçado urbano dos bairros da Cidade Alta e da Ribeira. A implantação do bairro da Ribeira apresenta um traçado mais racional e ortogonal que o da Cidade Alta, que apresenta ruas bastante estreitas nos entre quadras, o que deu origem a vários becos no bairro.

A expansão de Natal no sentido Cidade Alta – Ribeira não se deu devido à aglomeração e saturação do bairro inicial da cidade. Até 1716, quando é construído o primeiro caminho que liga os dois bairros, eles mantiveram-se isolados um do outro, tendo como um dos fatores para esse isolamento as características topográficas do terreno. O bairro da Cidade Alta encontra-se em um platô elevado, enquanto o bairro da Ribeira encontra-se numa cota topográfica mais baixa, no nível do Rio Potengi. Além disso, entre os dois bairros encontrava-se naquela época o braço do rio supracitado, que formava o Alagado da Ribeira e que certamente dificultava a comunicação entre os dois aglomerados da cidade.

A leitura do mapa de 1790, ou seja, do mapa realizado um século após a primeira representação cartográfica da cidade, permite-nos observar as mudanças nos dois bairros, com o crescimento de cada um de forma independente e a respectiva ocupação da porção que se localizava entre eles. A ocupação ocorrida entre os dois bairros foi estimulada pela construção da ponte que os ligava, tendo ocorrido apenas no ano de 1732. Outro mapa que se tem da cidade de Natal remonta ao ano de 1840, já em meados do século XIX. Comparando-se com o mapa anterior, de 1790, percebe-se que não houve modificações em relação à morfologia do bairro da Ribeira. Ao contrário, sua implantação mais racional se intensificou e suas quadras continuaram sendo implantas em um tamanho maior do que as encontradas na Cidade Alta. Já em relação ao bairro da Cidade Alta, ele cresceu ainda mais em direção ao seu limite leste, com um traçado bastante irregular, inclusive no tamanho das quadras.

Leitura morfológica dos bairros da cidade alta e da ribeira e a poligonal de tombamento vigente

A leitura morfológica dos bairros da Cidade Alta e da Ribeira foram feitas utilizando-se a metodologia dos mapas de figura-fundo, conhecidos como mapas de Nolli. Como o objetivo da leitura é identificar valores morfológicos que não se encontram protegidos pela poligonal de tombamento, a leitura morfológica foi realizada considerando os dois bairros em sua totalidade, recorte esse mais amplo do que a da poligonal de tombamento. Foram eleitas, então, duas⁷ categorias de análise: a quadra e a rua.

Analisando-se o mapa de figura-fundo referente à implantação das quadras dos bairros da Cidade Alta e da Ribeira, percebe-se que o bairro da Cidade Alta apresenta três grandes áreas de homogeneidade morfológica relacionada à implantação e forma de suas quadras.

⁷ Inicialmente tinha-se a intenção de analisar neste artigo também a categoria morfológica referente às tipologias de implantação dos lotes. No entanto, devido à inexistência dessa categoria de análise na base cartográfica de Natal à qual se teve acesso (2006), a referida categoria foi abandonada.



FIGURA 4 Mapa de figura-fundo dos bairros da Cidade Alta e da Ribeira, com ênfase na implantação das quadras. Fonte: SEMURB (2006), modificado pelas autoras.

A primeira área, denominada no mapa como área 1, caracteriza-se por possuir implantação de quadras bastante irregulares, sem tamanho e forma definidas e de extensão considerável. As quadras possuem pouco espaçamento entre si, característica essa da implantação de cidades no período colonial brasileiro, que não tinham a rua como elemento fundamental da cidade e sim apenas como local de passagem (Reis, 2000). Essa área corresponde ao platô mais elevado do bairro da Cidade Alta, de onde se pode ter a visão para o Rio Potengi, tendo sido esse rio o que motivou a indicação do centro histórico de Natal para ser tombado também como conjunto paisagístico:

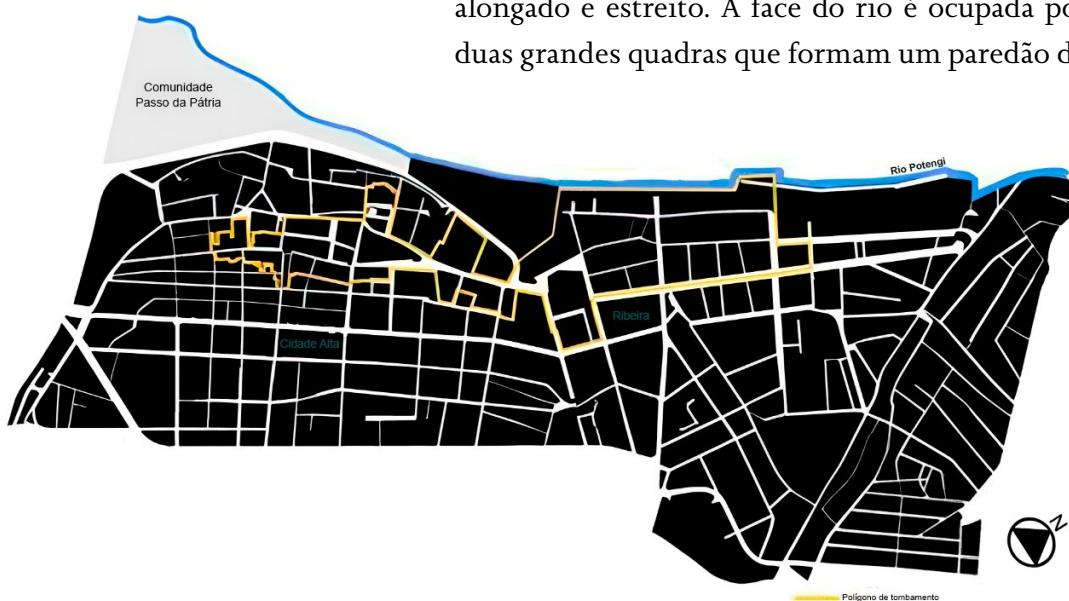
Parece-me indiscutível a importância histórica do rio Potengi para a escolha do sítio onde se edificou a cidade, como via de acesso e ligação, bem como por sua participação na paisagem local. [...] Reafirmamos, então, que o exercício compartilhado de preservação do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Natal deve garantir a preservação da relação entre rio e cidade. [...] Cumpridas

todas as etapas de instrução técnica, recomendando o tombamento do “Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico da cidade de Natal” [...] (IPHAN, 2008, v. II, f. 188).

A área nomeada como área 2 no mapa apresenta uma transição entre a área 1 e a área 3, podendo-se observar a presença de uma implantação mais ortogonal e regular, tanto no que diz respeito à forma das quadras, como também a sua dimensão. Já a área 3 estabeleceu-se de forma completamente regular e ortogonal, com uma malha urbana cartesiana, resultado de sua expansão durante a segunda fase de colonização do Brasil, que tinha como moldes a implantação de um traçado cartesiano (Reis, 2000).

Já o bairro da Ribeira foi agrupado em apenas uma área, devido ao fato de a implantação de suas quadras apresentarem uma morfologia irregular em todo o bairro, tanto no que diz respeito ao padrão e tamanho dos lotes, como também em relação às suas formas. Suas quadras possuem grande extensão, caracterizando-se por um formato alongado e estreito. A face do rio é ocupada por duas grandes quadras que formam um paredão de

FIGURA 5 Mapa de figura-fundo dos bairros da Cidade Alta e Ribeira. Destaque para a implantação das quadras com a poligonal de tombamento vigente. Fonte: SEMURB (2006), modificado pelas autoras.



edificações, não permitindo a sua visão por quem está na rua. Além disso, essa característica demonstra um bairro que foi implantado de costas para o rio. Algumas vezes as testadas das quadras localizam-se no sentido paralelo ao Rio Potengi e em outras, no sentido perpendicular a ele.

Fazendo a leitura do mesmo mapa de figura-fundo, no entanto com a inserção da poligonal de tombamento, conclui-se que a porção da poligonal localizada no bairro da Ribeira dá conta e consegue preservar a unidade morfológica do bairro, principalmente na porção fronteiriça ao rio, onde está localizada a Rua Chile, rua de maior importância do bairro da Ribeira. Ao fazer essa análise na parte da poligonal que se encontra no bairro da Cidade Alta, no entanto, concluímos que o mesmo não ocorre. Devido aos grandes recortes existentes nessa parte da poligonal, ela não consegue proteger nenhuma unidade morfológica do bairro, ficando essa função a cargo da poligonal de entorno, que, como se sabe, configura-se apenas como uma área de amortização entre a área tombada e o resto da cidade, tendo como objetivo a preservação da ambiência e da visibilidade da área tombada e não a preservação/conservação dos valores que se encontram nela. A poligonal de tombamento poderia ter sido pensada de forma que fosse mais alongada no sentido noroeste-sudoeste, de forma que conseguisse proteger a implantação inicial da estrutura colonial e não apenas o arruamento na qual a cidade de Natal foi fundada, como expressa pela poligonal.

Já em relação à análise morfológica das ruas, consequência direta da implantação das quadras, o bairro da Cidade Alta também foi dividido em três zonas distintas de leitura morfológica e o bairro da Ribeira subdividido em duas. Como o traçado das ruas é influenciado pela implantação das quadras, as características das divisões dos setores de leitura morfológica do bairro da Cidade Alta são praticamente os mesmos. A área 1 apresenta um traçado bastante irregular e de ruas estreitas, a área 5 apresenta um traçado mais regular, com ruas que cortam o bairro no sentido sudeste-sudoeste e a área 4 que apresenta vias já em um sistema de implantação bastante cartesiano, com longas ruas que cruzam uma das avenidas principais. No entanto, no bairro da Ribeira, percebeu-se que, em relação ao traçado das ruas,

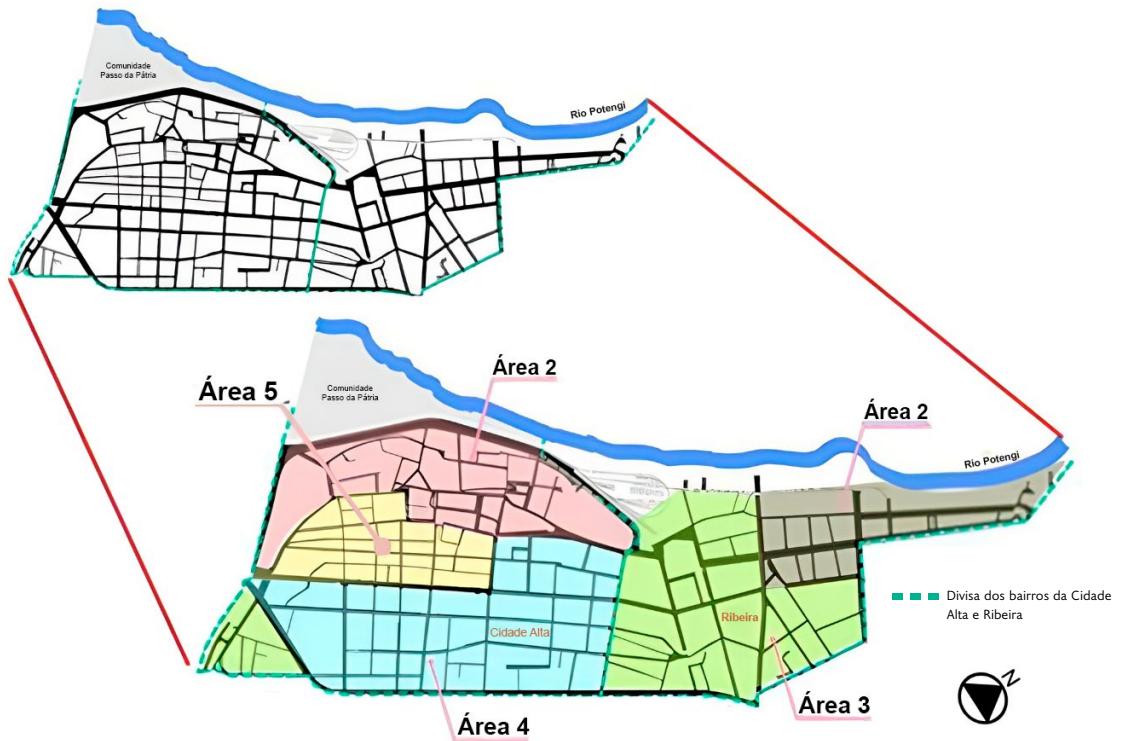


FIGURA 6 Mapa de figura-fundo dos bairros da Cidade Alta e Ribeira. Destaque para a implantação ruas. Fonte SEMURB (2006), modificado pelas



FIGURA 7 Mapa de figura-fundo dos bairros da Cidade Alta e Ribeira. Destaque para a implantação ruas com a poligonal de tombamento inserida no mapa. Fonte: SEMURB (2006), modificado pelas autoras.

existem duas morfologias distintas. A primeira, localizada na área 3, com grandes ruas que se encontram perpendiculares ao Rio Potengi e à área 2, definida por uma rua principal e por várias vielas, atualmente os becos da Ribeira, que fazem a ligação entre as duas ruas principais dessa parte do bairro. A área localizada na Ribeira e definida como área 2 apresenta um sistema de vias cuja hierarquia encontra-se paralelamente ao rio. Já na área 3, essa hierarquia localiza-se em sentido perpendicular ao rio Potengi, apresentando-se pouco articulado e com pouca conectividade entre seus elementos.

A análise do mapa de figura fundo de estruturação de vias com a poligonal de tombamento nos permite duas leituras diferenciadas. A primeira, relacionada à Cidade Alta, cuja poligonal de tombamento não apresenta nenhuma lógica de preservação das unidades morfológicas. A referida poligonal na porção referente ao bairro da Cidade Alta só começa a ter algum sentido e ser coerente a partir do momento em que inserimos a análise arquitetônica e as edificações monumentais dentro dela. Já a poligonal do bairro da Ribeira apresenta uma lógica de preservação de unidade morfológica. No caso do mapa acima, fica claro que ela buscou preservar a estruturação hierarquizada de vias que se encontram paralelas ao rio e que são ligadas através dos becos, tão presentes e característicos do bairro da Ribeira. Aliás, a formação desses becos devido às ruas demasiadamente estreitas é característica relevante da implantação do urbanismo colonial.

Talvez a explicação para um traçado tão diferente da poligonal de tombamento nos dois bairros esteja no fato de que:

Analisando os dois bairros, dentro da poligonal proposta para tombamento, a Cidade Alta ainda mantém uma ocupação mais arejada, proporcionada pelos espaços abertos das praças, ruas, pátios e quintais. Quanto à implantação das construções no lote, percebemos em alguns trechos a permanência da morfologia colonial, com o casario formando a rua, e em outros, em terrenos maiores, afastamentos laterais e taxas de ocupações menores. Em contraponto, o bairro da Ribeira é adensado com uma configuração urbana predominantemente colonial (IPHAN, 2008, v. II, fl. 179).

No entanto, diante de tudo que já foi exposto, a poligonal de tombamento traçada pelo IPHAN continua a parecer contraditória em relação aos diversos pontos de argumentação presentes no processo de tombamento, que colocam como fator primordial e de

suma importância a preservação do traçado urbano colonial. Isso está presente não somente no bairro da Ribeira, como também no bairro da Cidade Alta.

Considerações finais

Após a análise dos mapas de figura-fundo e da leitura morfológica dos bairros que constituem o centro histórico tombado de Natal, fica clara a necessidade de uma revisão na demarcação da poligonal de tombamento, principalmente quando se cruza essa delimitação com a extensa argumentação desenvolvida no processo de tombamento quanto aos valores a serem preservados e protegidos pelo tombamento. Até o presente momento, a principal divergência encontrada entre a argumentação supracitada e a poligonal traçada diz respeito à proteção da estrutura urbana colonial presente nos bairros. Estrutura essa que se encontra protegida apenas no bairro da Ribeira.

É fato que as análises morfológicas precisam ser cruzadas com as análises tipológicas encontradas nos bairros, no entanto, a partir dos resultados apresentados neste momento, é pouco provável que as análises arquitetônicas venham a refutar os resultados oferecidos pelas análises morfológicas. Ao contrário, acredita-se que as análises tipológicas irão subsidiar e afirmar o que se observou na análise morfológica. Uma rerratificação da poligonal de tombamento proposta seria essencial para que os valores identificados e reafirmados ao longo de toda a argumentação, como de grande importância, não se percam no tempo e fiquem desprotegidos.

Outra questão de suma importância diz respeito à importância de legislação específica para a área tombada. Segundo parecer de Maria Isabel Braga da Camara, que compõe o processo de tombamento:

[...] a preservação do Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico da cidade de Natal, de fato, só se efetivará se adotada uma legislação municipal adequada, isto é, que considere critérios e normas de intervenções definidos pelo IPHAN [...] (IPHAN, 2008, v. II, fl. 186).

A dificuldade de compreensão dos valores que se deseja preservar a partir das delimitações realizadas (perímetro tombado e área de entorno) é um dos aspectos que têm dificultado no avanço da

definição de diretrizes de intervenção. No entanto, as diretrizes só poderão ser bem definidas a partir da ratificação do perímetro tombado e da área de entorno, pois de pouco adiantará uma legislação embasada numa poligonal que não consegue proteger todos os valores a que se propõe.

Além disso, ficamos sempre nos perguntando o que significa, de fato, tomar o centro histórico. Mesmo que a norma específica para a área tombada já estivesse pronta, ela é suficiente para dar conta da gestão da preservação dessa área? Não será necessário complementá-la e articulá-la a instrumentos regulatórios do município? Por que os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade ainda não foram considerados na política de desenvolvimento urbano de Natal? A necessidade de aproximação entre legislação municipal e federal, além de trabalho complementar de fiscalização e controle, é fundamental para a gestão dessas áreas.

Nesse trabalho, nos concentramos na reflexão sobre a argumentação apresentada no processo de tombamento e como os valores identificados no argumento foram transpostos para a poligonal de tombamento. A pergunta que nos colocamos é se essa poligonal dá conta dos valores que se deseja preservar. Porém, vale salientar que outra pergunta também deve ser colocada em trabalhos futuros: esses valores são reconhecidos pela população natalense?

Na análise empreendida até o momento, incomoda a ação pouco participativa da população “não técnica” nesse processo, principalmente no que diz respeito ao reconhecimento do sítio histórico de Natal como detentor de valores a serem preservados. Alois Riegl (2006) insere, desde o começo do século xx, o homem como ator direto do processo de reconhecimento do patrimônio histórico, sendo esse um bem passível de preservação justamente porque os homens lhe atribuem e reconhecem valores. O que se observa na Declaração de interesse no tombamento do Sítio de Natal é que grande parte das assinaturas advém da comunidade acadêmica (professores e alunos), ou seja, de parte de uma população que possui um saber técnico e, por isso, um olhar diferenciado e que não necessariamente corresponde aos desejos e anseios da população de uma forma geral. Sem este reconhecimento, será difícil chegar a algum resultado com um mínimo de sustentabilidade.

Referências

- BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 16 dez. 2022.
- BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=361399. Acesso em: 15 maio 2025.
- BRASIL. Ministério da Cultura; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria3752018sei_iphan0732090.pdf. Acesso em: 15 maio 2025.
- FERREIRA, Angela de A.; EDUARDO, Anna Rachel B.; DIAS, Ana Caroline de C. D.; DANTAS, George A. F. *Uma cidade sã e bela: a trajetória do saneamento de Natal (1850-1969)*. Natal: CREA-RN, IAB-RN, 2008.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-IPHAN, 1997.
- GASPARINI, Audrey. *Tombamento e direito de construir*. Belo Horizonte: Imprensa/Fórum, 2005.
- ICOMOS. *Carta de Veneza sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios*. Veneza: ICOMOS, 1964. Disponível em: <https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/11%20Carta%20de%20Veneza%20-%20ICOMOS%201964.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- ICOMOS. *The Athens Charter for the Restoration of Historic Monuments*. Atenas: ICOMOS, 1931. Disponível em: <https://www.icomos.de/data/pdf/i-0421-1332-10.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- IPHAN. *Normatização de cidades históricas: orientações para a elaboração de diretrizes e normas de preservação para áreas urbanas tombadas*. Brasília: IPHAN, 2010.
- IPHAN. *Processo de Tombamento nº 1.558-T-08*. Natal: IPHAN, 2008. 3 v.

MEDEIROS, Elaine de Albuquerque. A releitura de um documento: o processo de tombamento do centro histórico de Natal (RN). 2014. 167f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

MELO, Carina Mendes dos Santos; SILVA FILHO, Romero de Oliveira e (org.). *Centro Histórico de Natal*. Natal: IPHAN, 2007.

MIRANDA, João Maurício Fernandes de. *Evolução Urbana de Natal em 400 anos: 1599-1999*. Natal, 1999.

NATAL. Prefeitura Municipal. Lei nº 3.942/1990. Dispõe sobre a Zona Especial de Preservação Histórica – ZEPH.

NATAL. Prefeitura Municipal. Lei nº 5.567, de 2 de julho de 2004. Institui no âmbito do município do Natal o Programa REHABITAR, e dá outras providências.

RABELLO, Sonia. *O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

REIS, Nestor Goulart. *Evolução urbana do Brasil 1500/1720*. São Paulo: Pini, 2000.

RIBEIRO, Rosinha Trevisan Martins; NÓBREGA, Cláudia. Gestão do patrimônio através do inventário. O caso do sítio urbano da praça xv/rio de Janeiro – Brasil. *Revista Fórum Patrimônio*, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://www.forumpatrimonio.com.br/print.php>. Acesso em: 27 dez. 2012.

RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese*. Tradução: Elaine Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentine. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

SILVA, Éder Roberto da. *O movimento nacional pela reforma urbana e o processo de democratização do planejamento urbano no Brasil*. 2003. 143 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Departamento de Engenharia Urbana, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.

TINOCO, Marcelo Bezerra de Melo; BENTES SOBRINHA, Maria Dulce Picanço; TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria. *Ribeira: plano de reabilitação de áreas urbanas centrais PRAC/ribeira*. EDUFRN: Natal, 2008.

VIEIRA, Natália Miranda. *O lugar da história na cidade contemporânea: bairro do Recife x Pelourinho*. 2000. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2000.

CAPÍTULO 20

O devir da morte

A legislação patrimonial e sua relação com o arruinamento de imóveis no centro histórico de João Pessoa¹

Juliana Carvalho Clemente

Fernanda Rocha de Oliveira

Natália Miranda Vieira-de-Araújo

Introdução

O nosso objetivo primeiro, com este texto, é a apresentação dos principais resultados obtidos na pesquisa de doutorado intitulada *Ruínas urbanas no Centro Histórico de João Pessoa-PB*: uma análise a partir da normativa de proteção do patrimônio, de autoria de Juliana Clemente (2017), com orientação de Natália Vieira-de-Araújo. Contudo, é uma ação esperada, por parte das autoras, que leitoras e leitores possam perceber a correlação de informações e conclusões aqui apresentadas com outras realidades urbanas, de modo que os debates possam ser estendidos e adaptados a outros sítios históricos.

Alguns fenômenos (de naturezas cultural, urbana e política) são recorrentes em diferentes áreas centrais brasileiras: de um lado, o

¹ Este capítulo é decorrente de uma tese de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN. Foi construído a partir de uma parceria entre a autora da citada pesquisa (primeira autora), uma doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano – UFPE (segunda autora) e a orientadora da tese em questão (terceira autora). Trata-se de um trabalho inédito que, diante da proposta do presente livro de mergulhar em debates e realidades que traduzem especificidades e desafios do campo preservacionista brasileiro, buscou trazer reflexões sobre uma temática que integra o arcabouço da gestão de sítios históricos e seu rebatimento na política urbana: o papel que a legislação patrimonial possui no processo de arruinamento de bens culturais.

histórico movimento de “esvaziamento”² de alguns desses espaços urbanos, sobretudo a partir da segunda metade do século xx; de outro, as transformações dos mecanismos de atribuição de valor e de patrimonialização de bens culturais, que passou a incidir não apenas em monumentos isolados, mas em conjuntos urbanos. Porém, na soma desses fatores, a conta não fecha, uma vez que o processo de “esvaziamento” acarreta o abandono de muitos imóveis, sendo alguns deles considerados patrimônios culturais. Desse modo é gerado um conflito, já que o propósito das políticas de patrimonialização é o de preservar os elementos de valor cultural, mantendo seu papel de evocação simbólica junto à sociedade que os construiu.

Diante desse conflito, a legislação patrimonial tem papel significativo, uma vez que é ela quem dita o que pode e o que não pode ser feito tanto nos imóveis considerados de valor cultural quanto nos que estão no seu entorno. Se, por um lado, sua função é a de contribuir para a manutenção dos suportes de memória e de identidade de uma dada sociedade, por outro, pode acabar contribuindo, de alguma forma, com ações de destruição e de abandono desses bens culturais.

Diante do exposto, o capítulo está organizado em três tópicos de reflexão: no primeiro deles, é apresentado um resumo sobre a problemática urbana de “esvaziamento” de áreas centrais enquanto fenômeno que acomete diversas realidades, mas também suas especificidades no caso de João Pessoa-PB; no segundo foi realizado um breve histórico sobre a política patrimonial brasileira e sua relação com a normatização do Centro Histórico de João Pessoa-PB; no terceiro e último tópico, foram apresentadas as reflexões finais de Clemente (2017) sobre a contribuição das normativas inerentes a perímetros de proteção de áreas centrais históricas para a permanência e para o aumento de ruínas urbanas nessas localidades.

2 Embora termos como esvaziamento e abandono sejam muito comumente associados aos fenômenos urbanos relativos às áreas centrais, é importante destacar o uso deles, aqui, entre aspas. Se considerarmos que houve, em fato, uma permuta de grupos sociais (como colocado por Villaça, 1998), não houve um total esvaziamento dessas áreas. Contudo, a existência de muitos imóveis vazios é digna de nota, assim como a falta de valorização dessas áreas por parte de muitos grupos sociais, de modo que os termos ainda parecem ser adequados ao uso.

“Esvaziamento” de áreas centrais: um problema de muitos

Zonas industriais, portuárias e ferroviárias, assim como áreas centrais, têm apresentado diversos imóveis vazios. Esses tipos de áreas, brasileiras ou não, vêm sendo estudadas para entendimento dos fatores que podem contribuir para a geração dessas realidades.

Segundo Clemente (2017), entre as reflexões surgidas ainda no século XX, a desfuncionalização de áreas apresentou papel significativo no surgimento de vacâncias de terrenos e edifícios urbanos, uma vez que levou à perda de uso ou de função de diversos imóveis. Do ponto de vista das áreas centrais, a autora citou alguns estudos que ajudam a entender ações e atores sociais que contribuíram para esses processos.

Para Villaça (1998), esse processo envolveu a troca de classes sociais (saída das camadas de alta renda e chegada das classes mais populares, de modo a ter sido popularmente rotulado como “deca-dência” ou “deterioração”) e foi possibilitado pelo aumento da mobilidade espacial (decorrente da intensificação do uso do automóvel), estimulando a produção de um novo espaço urbano. Somam-se, a esse argumento, as análises de Maricato (2002) e Cardoso e Ribeiro (1994): como a política habitacional do Banco Nacional de Habitação (BNH), praticada entre 1964 e 1986, gerou um modelo de implantação periférica dos seus conjuntos, contribuiu para expandir as cidades de modo extensivamente horizontal (Maricato, 2002); a instalação, por parte do poder público, de infraestruturas para atendimento dessas novas áreas valorizou os espaços intersticiais entre o centro e a periferia, esvaziando as áreas centrais (Cardoso; Ribeiro, 2009).

Mas para se falar em processos de (re)produção do espaço urbano, não se pode deixar de lado a influência da mentalidade de cada geração nas escolhas feitas, por cada uma delas, ao longo dos tempos. Nesse sentido, não se pode desvincular dos fenômenos urbanos ocorridos o papel que o ideário da modernização teve (sobretudo no período após a Segunda Guerra Mundial), uma vez que o “abandono” das áreas centrais implicou a desvalorização (ao menos parcial) das funções simbólicas desempenhadas pelos suportes de memória e identidade ali existentes.

Esse conjunto de fatores que vêm contribuindo para a geração de vazios urbanos em áreas centrais foi sintetizado por Rolnik e Botler (2004) e ilustrado por Clemente (2017):

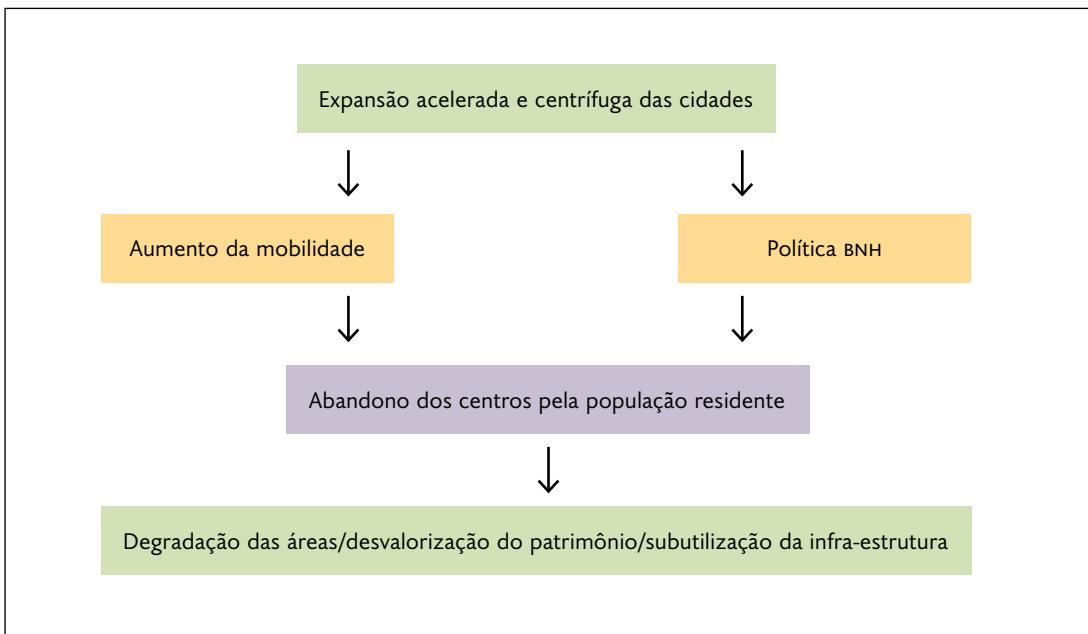


FIGURA 1 Esquema resumo do processo de “esvaziamento” dos centros históricos. Fonte: Clemente (2017, p. 89).

Além dos fatores já citados, mas também em decorrência deles, outra explicação ajuda a compreender o “esvaziamento” das áreas centrais: diante das expansões ocorridas para outras áreas da cidade, foram surgindo novas centralidades e, com elas, a perda de importância dos chamados centros principais.

Embora as colocações feitas até aqui possam dizer respeito a diferentes realidades urbanas, cabe destacar as correlações cabíveis sobre uma localidade específica: a do município de João Pessoa-PB, que, como apresentado por Clemente (2017), não fugiu à regra brasileira do ponto de vista do processo de “abandono” pela população outrora residente em seu centro histórico:

A expansão urbana deslocou grande parte de sua população, que ocupava o espaço correspondente ao centro atual, para a área litorânea (setor leste) e para os setores sul e sudeste da cidade. A urbanização da antiga Lagoa dos Irerês, futuro Parque Sólon de Lucena, posteriormente a abertura da Praça da Independência, da Av. Getúlio Vargas e da Av. Epitácio Pessoa, concluída na década de 1950, foram episódios singulares na expansão urbana de João Pessoa que contribuíram para atração da população de melhores condições financeiras para esses novos eixos de crescimento da cidade, num processo crescente de abandono do centro histórico, principalmente para o uso habitacional (Clemente, 2017, p. 90).

Diante da abertura dos citados eixos de crescimento da cidade, as políticas de habitação contribuíram para a consolidação das novas áreas por meio da implantação massiva de moradias em conjuntos habitacionais (sobretudo por meio de financiamentos do BNH) para as classes de média e alta renda, contribuindo para a transformação do uso do solo no centro histórico: deixando de ser, cada vez mais, residencial, para ter funções predominantes de comércio. E junto a essa mudança começaram a ser percebidos processos de abandono de edifícios considerados de valor cultural, ou mesmo ações de reforma e de demolição – essas últimas, muitas vezes pautadas nos já citados ideários de modernização típicos do século XX.

Mas para entender as contribuições da pesquisa de Clemente (2017) quanto a outros fatores que ajudam a explicar essa problemática urbana, é preciso contextualizar mais uma esfera: a das políticas de patrimônio cultural.

Transformações conceituais, instrumentos e embates do campo do patrimônio cultural com o direito de propriedade: impactos da política nacional em João Pessoa-PB

No capítulo “A proteção jurídica do patrimônio histórico e cultural no Brasil: o embate entre o público e o privado” da tese de Clemente (2017), são apresentadas informações e reflexões sobre o viés jurídico da transformação da proteção do patrimônio no cenário nacional, contemplando os dispositivos constitucionais relacionados ao

patrimônio, aos direitos de propriedade e de construção, e à função social da propriedade.³

A respeito dos impactos e novos paradigmas estabelecidos por esses marcos jurídicos, cumpre destacar que a criação do instrumento do tombamento, em 1937, só foi possível porque, mesmo que de maneira “vaga”, o conceito da função social da propriedade tinha começado a ser materializado na Constituição de 1934. E embora o termo aparecesse, explicitamente, a partir da Constituição de 1967, é na Constituição de 1988 que se trabalha mais profundamente a relação entre os direitos e garantias individuais e coletivos: permite-se o direito à propriedade privada, desde que essa cumpra sua função social.

Do ponto de vista das políticas de patrimônio, essa ampliação dos mecanismos conceituais e instrumentais de proteção jurídica de bens de valor cultural caminhou paralelamente a debates teóricos do campo e transformou-se ao longo de décadas de maneira sintonizada com políticas urbanas e contextos econômicos. A já consolidada periodização de Sant’Anna (1995, 2004) sobre as políticas patrimoniais em nível nacional (cidade-monumento; cidade-documento; cidade-atração) é um exemplo de trabalho que dá um panorama sobre isso.

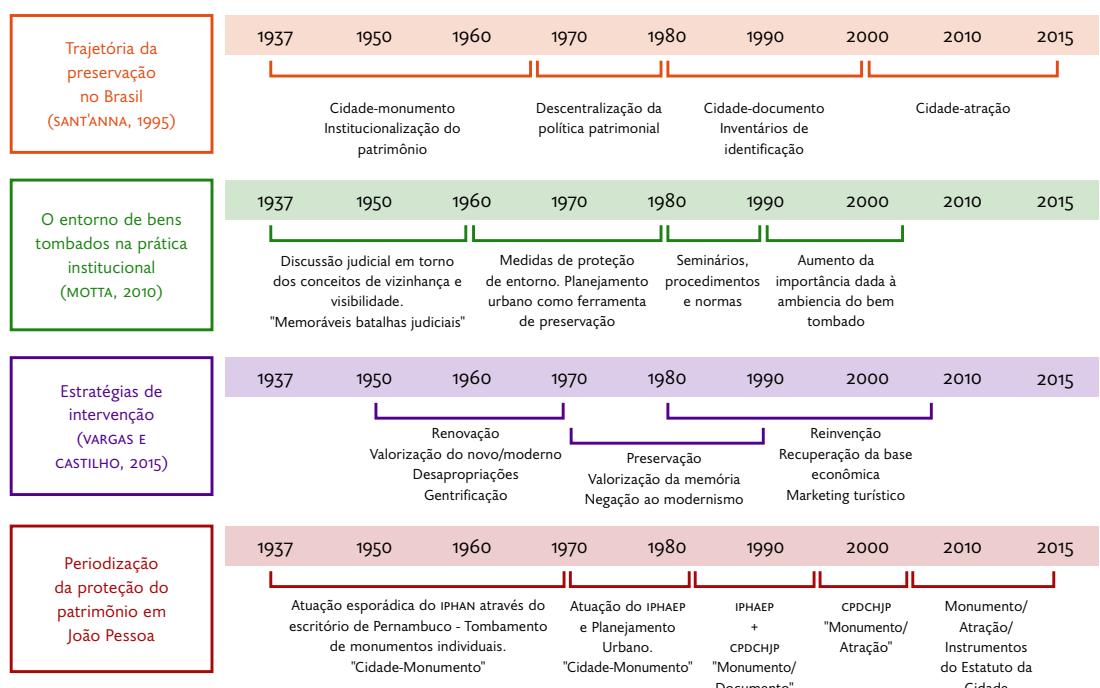
Outro marco importante nas transformações das políticas patrimoniais brasileiras foi a realização dos Compromissos de Brasília (Costa, 1970) e de Salvador (MEC; IPHAN, 1971). Numa intenção de descentralização das práticas preservacionistas, esses compromissos induziram a criação de órgãos estaduais de preservação, a exemplo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), criado pelo decreto estadual nº 5.255, de 31 de março de 1971.

Apesar da descentralização de grande parte das operações de conservação, de acordo com Sant’Anna (2004, p. 28), “[...] suas regras continuaram emanando da instituição federal”. Não é sem razão que, por exemplo, a periodização da normativa incidente em João Pessoa (urbanística e patrimonial), feita por Clemente (2017), se deu em três momentos que dialogam com a já citada classificação

³ Sobre o assunto, vale destacar um artigo que trata, especificamente, das contribuições da tese a esse tema. Nele é feita a análise do decreto de criação do instrumento de preservação mais utilizado ao longo dos anos – o tombamento –, as consequências jurídicas que ele gera aos proprietários de bens particulares, bem como o conflito entre este e outro dispositivo constitucional: o direito de propriedade (Clemente; Oliveira; Vieira-de-Araújo, 2020).

das cidades-monumento, documento e atração: da criação do IPHAEP (1971) a 1986, período em que a norma priorizava a monumentalidade dos bens; de 1987 a 2002, época caracterizada pelo embate entre os processos de expansão urbana e de preservação patrimonial, tendo como projeto emblemático o de revitalização do centro histórico da cidade; e de 2002 a 2015, quando houve alterações normativas baseadas em recomendações do Estatuto da Cidade. A Figura 2 contextualiza as periodizações supracitadas e suas correlações entre si e com os estudos sobre entorno de bens tombados e sobre estratégias de intervenção em bens culturais, debatidos por autores em nível nacional⁴.

FIGURA 2 Esquema visual de cronologia por autores e periodização estudada em João Pessoa. Fonte: Clemente (2017, p. 171).



4 Embora a discussão não tenha sido trazida para o presente capítulo, Clemente (2017) incorpora, na análise feita em sua tese, a classificação de Lia Motta (2010) sobre o entorno de bens tombados, bem como as contribuições de Vargas e Castilho (2009) sobre os diferentes tipos de intervenção em centros históricos de acordo com seus objetivos e estratégias.

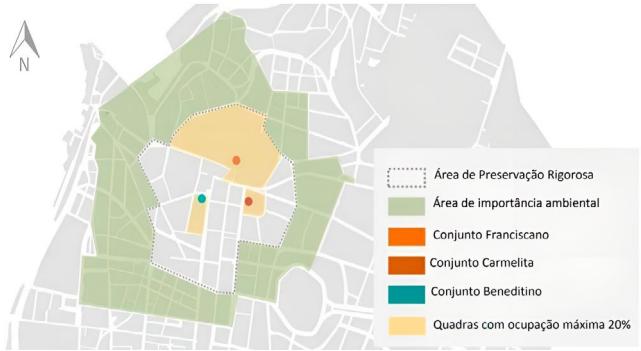


FIGURA 3 Reconstituição do mapa de delimitação da área de preservação rigorosa e ambiental do Plano Diretor de João pessoa – 1976. Fonte: Clemente (2017, p. 66).

A incorporação da preocupação com a preservação de bens culturais em legislação começou, em João Pessoa, pela esfera urbana. O código de Urbanismo de 1975 estipulou uma área de interesse histórico e artístico, dividida entre Área de Preservação Rigorosa e Área de Importância Ambiental (ver Figura 3). Embora, nesse período, o IPHAEP já tivesse sido criado, a primeira regulamentação sobre a proteção de bens no estado da Paraíba ocorreu apenas em 1978, a partir da qual foram criados e aplicados os instrumentos do cadastro e do tombamento. (Clemente, 2017).

Nessa década de 1970, os debates do Conselho do IPHAEP voltavam-se para a arquitetura, sob uma ótica de monumentalidade dos edifícios, considerando os aspectos históricos de sua localização e priorizando edificações religiosas. A reconstituição do mapa de delimitação da primeira poligonal de interesse histórico e artístico da cidade, feita por Clemente (2017), dá indícios disso:

Nesse período da gestão da área central pessoense, Clemente (2017) observou duas questões. A primeira é que a prática de preservação do IPHAEP se dava a partir da valorização de monumentos, uma vez que o órgão gerou 45 decretos de tombamento, em 1980, contemplando apenas imóveis ou conjuntos deles. A segunda é que a incorporação

do interesse cultural na gestão urbana não ocorreu de modo sintonizado entre os instrumentos existentes. Por exemplo, as disposições do Código de Obras (Paraíba, 1971) permitiam que imóveis alocados no setor comercial (alguns deles se sobreponham à área de interesse cultural) tivessem um índice de aproveitamento 4,0 – é dizer, seus proprietários poderiam construir uma área equivalente ao quádruplo da área do seu lote. Isso gerou uma série de problemáticas, entre elas, o distanciamento das práticas de preservação em relação a contingências reais relativas aos bens culturais da cidade.

O aparecimento da cidade como evidência documental foi iniciado somente nos anos 1980. Em 1982 foi oficialmente delimitado o centro histórico inicial de João Pessoa, de modo a ser criada uma área de atuação do IPHAEP. A delimitação ampliava a área criada na década anterior, passando a abarcar: a margem do Rio Sanhauá e os núcleos da Cidade Alta e Cidade Baixa (formados no século XVI); as áreas de expansão da Lagoa (Parque Sólon de Lucena), da Bica (Parque Arruda Câmara) e dos bairros formados ao longo de outros eixos de expansão e de desenvolvimento econômico da cidade até o século XX. Também foram valorados, nesse período, elementos que não foram considerados merecedores de proteção na ótica do IPHAN – mas ainda assim, privilegiando-se exemplares arquitetônicos pertencentes a grupos da elite pessoense (Clemente, 2017).

Processo divisor de águas nas políticas patrimoniais pessoenses foi o da celebração, em 1987, do Convênio de Cooperação Brasil-Espanha, que inseriu o centro histórico da cidade no Programa de Preservação do Patrimônio Cultural da Ibero-América. A partir desse convênio foi criado o Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, envolvendo etapas de cadastro técnico, estudos tipológicos, elaboração de plano de etapas e criação de um escritório de gestão: a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa (criada pelo decreto estadual nº 12.239/1987). Com isso, o foco da proteção estava na “[...] recuperação das raízes culturais comuns entre Brasil e Espanha [...]” (CPDCH-JP, 2000, p. 108-109 apud Clemente, 2017, p. 97). E talvez por seu interesse muito específico na relação entre Brasil e Espanha, a poligonal

de atuação dessa comissão não correspondia à delimitação de proteção criada, em 1982, pelo IPHAEP.

Cumpre destacar que, quando da análise da situação urbana da cidade nesse período, Clemente (2017) constatou que a maior incidência de vazios e imóveis em arruinamento se dava nas áreas mais antigas da cidade: Cidade Alta e Varadouro (cidade baixa). O trecho abaixo exemplifica uma análise sobre uma delas.

Na Cidade Alta, as atuais Avenidas General Osório e Duque de Caxias, antigas Rua Nova e Rua Direita, passam por um processo de mudança de classes sociais nas primeiras décadas do século XX, pois as casas das famílias mais ricas se deslocam para os novos eixos de expansão da cidade, sob o lema "circular, sanear e embelezar" que constituía o ideário da época, e a Cidade Alta começa a ser ocupada pela classe média. Com a substituição do comércio mais refinado da área por um mais popular, muitos imóveis são descaracterizados, substituídos e abandonados (Clemente, 2017, p. 102).

Tal realidade fez que com um dos objetivos do Projeto de Revitalização (já citado) fosse a recuperação emergencial dos monumentos abandonados, com previsão de conclusão das obras até 1992. Desse modo, mesmo que a norma tivesse ampliado a ótica de valorização de bens (cidade como documento), as práticas de conservação pareceram privilegiar os bens individuais, valorizados no contexto da cidade-monumento. Segundo Clemente (2017), a adesão ao modelo de desenvolvimento pautado na indústria do turismo, nos anos 1990, contribuiu com o enfraquecimento da ótica de cidade-documento nas políticas patrimoniais (Clemente, 2017).

Apesar dos investimentos ocorridos em prol do patrimônio cultural pessoense, a política urbana municipal não incorporou, totalmente, mecanismos de proteção aos bens culturais da cidade. Embora a poligonal elaborada pelo IPHAEP (em 1982) tenha figurado no Plano Diretor de João Pessoa de 1992, não houve integração das políticas de preservação e de regulamentação urbana, uma vez que não foram aplicados, na área de proteção do IPHAEP, índices urbanísticos específicos e de acordo com o objetivo de preservação dos valores culturais. Em meio a esse tipo de conflito, proprietários privados passaram a se sentir prejudicados por falta de diretrizes claras e coerentes entre si (Clemente, 2017).

Outro fator que contribuiu para o descontentamento em donos de imóveis do centro histórico de João Pessoa foi que os incentivos fiscais lançados ainda na década de 1990 (voltados ao auxílio na revitalização de elementos de significância patrimonial) estavam atrelados às escolhas do que seria ou não preservado, por parte do órgão de preservação. Como algumas obras, mais modestas, não estariam contempladas, sobre alguns proprietários recaíram apenas o ônus da limitação trazida pelo órgão de preservação, sem qualquer incentivo ou resarcimento (Clemente, 2017).

Diante de fatos como esses, Clemente (2017) entende que é preciso refletir mais sobre a culpabilização, automática, da figura do proprietário como o principal agente causador da obsolescência e da degradação do centro antigo. Sem deixar de considerar que esses atores sociais podem ter, a depender do caso, parcela maior ou menor de responsabilidade no arruinamento de bens culturais, a autora pondera que práticas seletivas como essas (dos incentivos fiscais) aliadas à falta de caminhos plausíveis para a conservação de imóveis, por parte do poder público, podem ter contribuído para a permanência de muitos imóveis em estado de ruína.

É somente a partir de 1997 (segunda fase do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa) que as práticas de preservação estatais passam a ter como foco não apenas a restauração física de bens isolados, mas a reabilitação integral de áreas com interesse cultural. Nesse período se buscou promover a participação social e a revitalização econômica a partir do estímulo a um uso turístico desse conjunto (CLEMENTE, 2017). Iniciava-se, pois, o período da cidade-atração, tendo como ação mais emblemática a intervenção feita na Praça Antenor Navarro, que converteu o espaço antes ocupado por um posto de combustível em um ponto de encontro da sociedade, contando com “[...] estabelecimentos de gastronomia, lazer e eventos culturais, de forma que a Praça passasse a representar um novo cartão postal da cidade” (Clemente, 2017, p. 118).

O ano de 2002 foi considerado um novo marco na política patrimonial pessoense, pois foi quando foram iniciados os estudos do Programa de Revitalização de Sítios Históricos, um programa nacional que passou a focar nas questões relativas à subutilização, ao

abandono e ao arruinamento de parte do patrimônio público e privado das regiões mais antigas das cidades. Nesse contexto foram apresentados programas de arrendamento residencial e políticas de incentivo ao uso dos centros históricos, incluindo financeiros (Clemente, 2017).

Clemente (2017) ainda destaca que, em 2004, foi criado o Decreto Estadual nº 25.138, que ampliou a área de atuação do IPHAEPE, dividindo-a entre Área de Preservação Rigorosa (APR) e Área de Preservação de entorno (APE). Porém, alguns dados trazidos pela autora chamam atenção: até o momento da sua pesquisa, 10% dos imóveis que apresentavam maior grau de preservação de seus elementos de valor cultural encontrava-se em estado de conservação “ruinoso”; muitos imóveis foram reclassificados⁵ quanto ao seu grau de preservação por terem perdido elementos de valor cultural ao longo dos anos.

Como denuncia a autora, contentar-se em culpabilizar os proprietários não é o caminho mais produtivo. Para ela, embora a normativa inerente a perímetros de proteção de áreas centrais históricas tivesse como objetivo garantir sua conservação, acabou por contribuir para a permanência e para o aumento de ruínas urbanas nessas localidades. O tópico a seguir irá destrinchar as conclusões da pesquisa a partir da hipótese defendida pela autora.

O devir da morte: a legislação patrimonial e sua relação com o arruinamento de imóveis

Primeiramente, cabe o registro feito por Clemente (2017) de que seu trabalho partiu do desafio de entender a relação entre dois temas que já são complexos se debatidos separadamente (a normativa de

5 De acordo com o Decreto nº 25.138/2004 (Paraíba, 2004), os imóveis são classificados de acordo com o grau de preservação de seus elementos culturais: imóveis de conservação total são aqueles que mantêm, em grande parte, interna e externamente, elementos de valor cultural; imóveis de conservação parcial são os que mantêm parte dos elementos de valor cultural; imóveis de renovação não possuem valor cultural. Os imóveis de renovação podem ser totais (se localizados na APE) ou controlados (se localizados na APR). São exemplos de reclassificação: imóveis que eram de conservação total e, após descaracterizados internamente, passaram a ser de conservação parcial; ou imóveis que eram de conservação parcial, mas, após arruinamentos, passaram a ser vistos como de renovação (total ou controlada).

proteção do patrimônio histórico e a permanência de ruínas urbanas nas áreas centrais brasileiras). Constituem problemas palpáveis que são, na opinião da autora, tratados muitas vezes com descaso pelo poder público e com desinteresse por parte da população.

Apesar das possíveis limitações que essa tentativa de relacionar as duas temáticas numa pesquisa poderia trazer (uma vez que englobava diferentes áreas de conhecimento, atores sociais e interesses diversos), a autora considerou que estudar as ruínas urbanas enquanto materialização visível e palpável de diversos processos urbanos, políticos e sociais (sob o ponto de vista da normativa) traria uma contribuição diferenciada ao estudo do patrimônio.

Como destacou nas considerações finais da sua pesquisa, para dar conta de temas tão complexos, precisou estabelecer recortes que viabilizassem a elaboração de uma tese, de modo que tentou unir, de um lado, um conjunto de informações que é fragmentário e heterogêneo na cidade de João Pessoa; de outro, o debate teórico e a demonstração de situações reais, baseada em dados e informações minuciosas.

Tais opções metodológicas correspondem à defesa que Clemente (2017, p. 168) fez sobre a necessidade de “[...] complementaridade e mesmo a multiplicidade de olhares sobre uma realidade tão complexa”, de modo que, embora tenha evitado fragmentar os objetos analisados, buscou observá-los por diversas óticas. Por isso analisou não apenas a normativa, mas buscou unir teoria e prática em uma discussão coesa.

A hipótese da tese de Clemente (2017, p. 169) foi a de que “[...] a normativa inerente a perímetros de proteção de áreas centrais históricas, apesar de ter como objetivo garantir a conservação dessas áreas, de alguma forma contribuiu, ao longo do tempo, para a permanência e o aumento de ruínas urbanas nessas áreas”. E, nas suas reflexões finais, a autora provoca: “[...] seriam as ruínas urbanas ‘ruruturas’⁶ produzidas pela normativa de patrimônio?” Para a autora, pode-se dizer que sim, mas não apenas por ela.

6 Termo incorporado de Santos (1986).

Sim, porque tivemos uma evolução constitucional marcada, intrinsecamente, pelo caráter individualista do direito de propriedade, que, embora assegure a garantia da conservação do patrimônio cultural e, recentemente, do cumprimento da função social da propriedade, os conflitos de interesse entre o sujeito individual e o sujeito coletivo ainda gera dificuldades na conservação devido à priorização do privado em detrimento do público. Poderíamos dizer também que, em alguns momentos, a não aplicação da normativa, devido à baixíssima fiscalização e precariedade dos órgãos de patrimônio em João Pessoa, também foi um fator que contribuiu para o quadro de arruinamento de imóveis no Centro Histórico (Clemente, 2017, p. 169).

Outro argumento apresentado pela autora foi que, quando a normativa priorizou e se baseou, quase que unicamente, no instituto do tombamento como forma de proteção, pode ter contribuído negativamente para a conservação do patrimônio, porque “[...] fez crescer a percepção dos proprietários de imóveis de que o tombamento seria uma imposição excessiva de ônus e obrigações e que teria caráter apenas punitivo e descompromissado com o jogo imobiliário” (Clemente, 2017, p. 169⁷).

E para se falar sobre os fatores que contribuem para criar, nos proprietários, resistências em relação às normativas patrimoniais e omissões na conservação de seus imóveis (que geram descaracterização desses bens), não se pode deixar de relacionar o debate aqui apresentado com o direito de propriedade no Brasil. Há, para Clemente (2017), um descompasso decorrente da individualidade que esse conceito ainda carrega, conflituoso com a ideia de direitos coletivos sobre a qual o campo do patrimônio muito se apoia.

Esse quadro torna-se agravado quando constatado o descompasso entre as políticas urbanas e patrimoniais, uma vez que gerou normativas isoladas que não se apoiavam mutuamente. E esse problema, ocorrido em João Pessoa, diz respeito a uma realidade nacional: no âmbito do patrimônio, práticas de proteção que se baseiam, quase que em sua totalidade, no instrumento do tombamento (Brasil, 1937); e, no planejamento urbano, a adoção de modelos funcionalistas que, por serem baseados em critérios de infraestrutura e

⁷ Com base nas contribuições de Fernandes e Alfonsin (2010).

densidade, não observaram "a intricada teia de relações econômicas, sociais e culturais que marca a vida urbana e que caracteriza o seu patrimônio" (Castriota, 2009, p. 174).

Como visto ao longo do capítulo, o problema das ruínas urbanas não se restringe à normativa de proteção, mas a uma série de processos, dentre os quais podem ser destacados: a dissociação entre a rápida expansão urbana, a forma como se deram as intervenções e as evoluções do conceito de patrimônio e das legislações urbana e patrimonial; mudanças de uso do solo; modelos de intervenções urbanas nas áreas centrais, além da utilização de critérios de monumentalidade e excepcionalidade para conservação de bens; limitações dos órgãos de proteção; etc.

Sem embargo, Clemente (2017) aponta alguns avanços e caminhos possíveis diante desse cenário:

[...] em um contexto de tensões e conflitos na evolução do tratamento de patrimônio nas constituições federais, dos avanços do conceito de patrimônio cultural e dos instrumentos de proteção, desponta-se de forma bastante positiva, a partir da década de 1990 e, sobretudo com o Estatuto da Cidade, a tendência de municipalização das políticas de proteção, de democratização dos processos decisórios (ainda que de forma pontual e incipiente), de adoção de medidas compensatórias que convergem para a articulação entre as políticas de planejamento urbano e de proteção patrimonial que pode contribuir com o cumprimento da função social e a proteção do patrimônio (Clemente, 2017, p. 170).

No caso específico de João Pessoa, objeto empírico da análise de Clemente (2017), a autora salienta que não pretendeu tomar partido ou justificar o descompromisso dos proprietários de imóveis com o tratamento do patrimônio, mas acredita que algumas problemáticas, por parte do poder público, precisam ser destacadas: a perspectiva limitada da cidade-monumento norteou muitas ações de conservação do patrimônio, durante um longo período de tempo; a normativa ali incidente carece de uma atualização de seus conteúdos; o tombamento e as delimitações de poligonais de proteção foram utilizados de modo não sintonizado com as questões imobiliárias das áreas; não houve medidas compensatórias aos proprietários de imóveis; percebeu-se a ausência de investimentos públicos

e privados; faltou vontade política e individual na conservação etc. Diante disso, a autora alerta para algumas consequências:

[...] a normativa – enquanto reflexo desse contexto político – com suas prioridades, ambiguidades, contradições, conflitos e, principalmente, desatualizações – e enquanto elemento que alicerça e direciona decisões, tem sua parcela de contribuição com o fato de atualmente, haver no Centro Histórico de João Pessoa 139 Ruínas, sendo 90 na Área de Preservação Rigorosa e 49 na Área de Preservação de Entorno. [...] Teríamos em João Pessoa, um cenário de permanência de imóveis em ruínas, permanência essa considerada por Rossi (2001, p. 56) como patológica, pois se configura por ser isolada da evolução técnica e social e, um aumento, ao longo do tempo do número de ruínas urbanas (Clemente, 2017, p. 171).

PERÍODOS	RECORTE ESPACIAL OBSERVADO	CARACTERIZAÇÃO DAS RUÍNAS
1971-1982	Delimitação do Código de Urbanismo	06 ruínas na PR (1975 02 na AIA)
1982-1996	Poligonal da CPDCHJP	28 ruínas (1987) 68 edificações vazias
1996-2002		
2004-2015	Poligonal IPHAN	38 ruínas 47 edificações vazias
	Poligonal da CPDCHJP	63 ruínas 19 demolições/terrenos 128 edificações vazias
	Poligonal do IPHAEP	342 terrenos vazios, imóveis fechados e pavimentos desocupados 139 ruínas (90 na APR e 49 na APE)

FIGURA 4 Quadro-Resumo dos recortes observados e quantidade de ruínas no Centro Histórico de João Pessoa. Fonte: Clemente (2017, p. 172).

Os dados apresentados por Clemente (2017), como constam na citação e no quadro anteriores, mostram a importância de se debater o tema. Sendo a normativa apenas um dos vários elementos que interferem no abandono das áreas centrais históricas brasileiras, Clemente (2017) aponta algumas questões como urgentes para uma efetiva política de proteção do patrimônio cultural:

[...] o aprimoramento do instituto do tombamento e sua articulação com os instrumentos urbanos de uso, ocupação, a criação de áreas especiais de conservação, a adoção de medidas compensatórias como incentivos fiscais, utilização compulsória de bens tombados e uma série de outros instrumentos já existentes que, se bem articulados podem promover o cumprimento da função social da propriedade (Clemente, 2017, p. 172).

Além desses pontos, a autora defende: a repartição do ônus entre a iniciativa privada (proprietários) e o poder público, como medida de compensação; medidas de conservação de restauro conduzidas pelo Poder Público de forma democrática e participativa; investimento em políticas de educação patrimonial, havendo a consideração dos seus frutos na prática de intervenção; e utilização da iniciativa privada como parceira (Clemente, 2017).

Corroboramos a autora no entendimento de que seu trabalho deixou uma contribuição ao debate proposto, demonstrando empiricamente relações já discutidas no âmbito acadêmico. E entre as perspectivas de pesquisas que poderiam ser aprofundadas, por indicação da autora, convém destacar a necessidade de estudo da utilização da Transferência do Direito de Construir, instrumento previsto no Estatuto das Cidades, como estratégia para conservação. Outro tema passível de investigação é a visão dos proprietários de imóveis em áreas tombadas em João Pessoa, ou mesmo de outras cidades, para melhor compreensão da ótica desses atores sociais.

Cumprido nosso objetivo de apresentação dos principais resultados obtidos pela pesquisa – ainda que resumidamente – aqui destrinchada, esperamos que as reflexões aqui destacadas unam-se aos debates de realidades urbanas outras, aumentando o corpo tanto de soluções possíveis para reversão do quadro de arruinamento de bens considerados representativos das nossas cidades, quanto de novos horizontes para que as políticas patrimoniais e urbanas caminhem juntas e de maneira coletivamente construída.

Referências

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro: Casa Civil, 1937.

BRASIL. Casa Civil. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 6 maio 2025.

BRASIL. Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 6 maio 2025.

BRASIL. Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6 maio 2025.

CARDOSO, A. L.; RIBEIRO, L. C. de Q. Planejamento urbano no Brasil: paradigmas e experiências. In: SILVA, Luís Octávio da (org.). *Espaço & debates 37: Revistas de estudos regionais e urbanos: cidade Brasileira, século xx*. volume 37. São Paulo: NERU, 1994.

CASTRIOTA, L. B. Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CLEMENTE, J. C. Ruínas Urbanas no centro histórico de João Pessoa-PB: uma análise a partir da normativa de proteção do patrimônio. Orientadora: Natalia Miranda Vieira de Araújo. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFRN, Natal, 2017.

CLEMENTE, J. C.; OLIVEIRA, F. R. de; VIEIRA-DE-ARAÚJO, N. M. A proteção jurídica do patrimônio histórico e cultural no Brasil: o embate entre o público e o privado. *Cadernos Proarq*, n. 34, p. 128-139, jul. 2020. Disponível em: https://cadernos.proarq.fau.ufrj.br/public/docs/Proarq34_Art08_pag_128_139.pdf. Acesso em 04 jun. 2022.

COSTA, Lúcio. Compromisso de Brasília. In: ENCONTRO DOS GOVERNADORES DE ESTADO, SECRETÁRIOS ESTADUAIS DA ÁREA CULTURAL, PREFEITOS DE MUNICÍPIOS INTERESSADOS, PRESIDENTES E REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES CULTURAIS, I., 1970, Brasília. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>. Acesso em: 6 maio 2025.

FERNANDES, E.; ALFONSIN, B. (org.). Revisitando o instituto do tombamento. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

JOÃO PESSOA. Lei nº 1.347 de 27 de abril de 1971. Institui o Código de Obras do Município de João Pessoa e dá outras providências. Disponível em: <https://>

sapl.joaopessoa.pb.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1971/9444/w.codigo_de_obra.pdf. Acesso em: 6 maio 2025.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC); INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Compromisso de Salvador. In: ENCONTRO DE GOVERNADORES PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, ARQUEOLÓGICO E NATURAL DO BRASIL, 2., 1971, Salvador. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Salvador%201971.pdf>. Acesso em: 6 maio 2025.

MARICATO, E. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOTTA, L. Entorno de bens tombados. Rio de Janeiro: IPHAN: DAF: Copedoc, 2010. Série Pesquisa e Documentação do IPHAN, 4.

PARAÍBA. Palácio do Governo. Decreto Estadual nº 5.255, de 31 de março de 1971. Cria na Secretaria de Educação e Cultura o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba. Disponível em: <https://iphaep.pb.gov.br/legislacoes-e-decretos/legislacao-do-iphaep-1.pdf>. Acesso em: 6 maio 2025.

PARAÍBA. Palácio do Governo. Decreto Estadual nº 12.239, de 24 de novembro de 1987. Cria Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico do Município de João Pessoa na fora do Convênio de Cooperação Técnica nº 006/87/Minc-MDU-ESTADO DA PARAÍBA-Prefeitura Municipal de João Pessoa, e determina outras providências. Disponível em: <https://iphaep.pb.gov.br/legislacoes-e-decretos/legislacao-do-iphaep-1.pdf>. Acesso em: 6 maio 2025.

PARAÍBA. Palácio do Governo. Decreto estadual nº 25.138, de 28 de junho de 2004. Homologa a Deliberação nº 05/2004, do Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais - CONPEC, Órgão de Orientação Superior do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP, aprova o Tombamento do Centro Histórico Inicial da Cidade de João Pessoa, desse Estado, e dá outras providências. João Pessoa, 2004.

ROLNIK, R.; BOTLER, M. Por uma Política de Reabilitação de Centros Urbanos. Revista Oculum, Campinas, 2004.

SANT'ANNA, M. A cidade-atração: a norma de preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 90. Orientadora: Ana Fernandes. 2004. 415f. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFBA, Salvador, 2004.

SANT'ANNA, M. *Da cidade-monumento à cidade-dокументo: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)*. Orientador: Paulo Ormindo D. de Azevedo. 1995. 283f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFBA, Salvador, 1995.

SANTOS, C. N. F. dos. Preservar não é tombar, renovar não é por tudo abaixo. Projeto, São Paulo, n. 86, p. 59-63, abr. 1986.

VARGAS, H. C.; CASTILHO, A. L. H. de (org.). *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. 2. ed. Barueri: Manole, 2009.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio NOBEL, 1998.

À guisa de conclusão

O amadurecimento da ação projetual no campo preservacionista no Brasil como uma construção contínua

Natália Miranda Vieira-de-Araújo

Flaviana Barreto Lira

Acreditamos que o conjunto de reflexões reunidas na presente publicação demonstram com clareza o quanto o amadurecimento da ação projetual no campo preservacionista no Brasil se configura em uma construção processual, contínua, com avanços, mas, também, com retrocessos, ao longo do tempo. Estamos falando de uma construção árdua, de grande complexidade, pois envolve, necessariamente, um grande esforço de reflexão teórica associado ao enfrentamento dos desafios para a formação profissional na atuação do campo e o mergulho nas questões relacionadas à busca de uma gestão urbana que não dissocie o planejamento urbano das cidades de suas exigências preservacionistas.

A proposta, desenvolvida nas 4 partes centrais desta publicação, objetivou demonstrar algumas das questões nevrálgicas que vêm sendo enfrentadas por pesquisas desenvolvidas no Laboratório de Urbanismo e Patrimônio Cultural do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE e mais especificamente no âmbito do Grupo de Pesquisa “Patrimônio Cultural: Teoria, Projeto e Ensino” em destacada parceria com colegas das Pós-graduações em Arquitetura e Urbanismo da UnB e UFRN.¹

¹ A vice-líder do grupo de pesquisa, Flaviana Lira, é professora do PPGAU-UnB e a líder do grupo de pesquisa, Natália Vieira, foi professora permanente do PPGAU-UFRN até 2015

O campo preservacionista no Brasil: da teoria ao projeto procurou explorar a necessidade, já muito bem destacada pelo professor Giovanni Carbonara (em texto escrito em 2008 e recém-traduzido para o português), de irmos além de discussões apressadas, superficiais e pouco frutíferas acerca do tema do intervir sobre a materialidade construída estratificada de nossas cidades através do projeto. Ao comentar sobre o uso político do tema da preservação no ambiente italiano, o autor faz um comentário que poderia ser perfeitamente aplicável a muitas outras parte do mundo, incluindo o Brasil:

O tema do patrimônio cultural e aquele da sua recuperação são tão conclamados quanto substancialmente ignorados ou mistificados; isto apesar das fortes implicações econômicas para o futuro, cada vez menos industrial e manufatureiro de nossa nação, e cada vez mais baseado na oferta de serviços qualificados, entre os quais, em primeiro lugar, aqueles relacionados ao turismo cultural. Cidade e território, em essência, exigem um esforço de verdadeira e extensa requalificação: estética, formal, funcional, ambiental e também de qualidade de vida (Carbonara, 2023 [2008], p. 191, grifos nossos).

A discussão possibilitada pelo conjunto de artigos aqui apresentados permitiu retomar a reflexão tão pioneira e ainda atual de Cesare Brandi (2004), que pontua a ação do restauro como evento histórico, situado no presente, que não pode presumir o tempo passado como reversível, como atuava Viollet-le-Duc, nem a abolição da história, como nas ações de reprise. Recorrendo à contribuição de Kühl (2007, p. 2009), a autora sintetiza a teoria brandiana da seguinte forma:

O restauro (no sentido brandiano), a conservação e a preservação de bens culturais, em seu sentido lato, são, pois, motivados pelo reconhecimento da obra como dado cultural. O ato histórico-crítico, sobre o qual se baseia a teoria brandiana e o restauro crítico, deve ser entendido como a análise da obra (alicerçada no “reconhecimento” da teoria brandiana), de sua conformação, de seus aspectos materiais e de sua transformação ao longo do tempo, pelo método fundamentado nos instrumentos de reflexão oferecidos pela filosofia e pela história. Desse

e permanece até 2024 como professora colaboradora. É significativo o número de capítulos da presente publicação que foram desenvolvidos no âmbito do PPGAU-UFRN e que motivaram a constituição do grupo de pesquisa como ele ora se apresenta.

modo, utilizam-se meios mais refinados para analisar a relação dialética entre os valores documentais e formais da obra. Não mais se recorre aos “bons olhos, bom critério, boa experiência, bom balanceamento e muito boa vontade de pesar tudo, também os escrúpulos, com ânimo desprovido de paixão e desinteressado” de Camillo Boito (1893, p. 22), nem ao “bom senso e sentido estético” de Louis Cloquet (1902, p. 42).

O restauro deve, assim, buscar restituir a unidade potencial do bem cultural (colocado originalmente como obra de arte, por Cesare Brandi, e atualizado por vários autores contemporâneos pela ideia de bem cultural), proporcionalmente à permanência formal remanescente em seus fragmentos. Riccardo Dalla Negra, arquiteto italiano atuante e importante pensador do restauro na contemporaneidade, reinterpreta a ideia de unidade potencial da seguinte forma:

[...] o edifício que se torna objeto do nosso projeto de restauração deve ser compreendido na sua "realidade" arquitetônica, que não é apenas material, figurativa ou estrutural, é uma realidade orgânica onde os componentes não podem ser divididos entre eles. Uma "realidade" arquitetônica a ser investigada não tanto pelas ideias que a produziram (que é um campo de estudo do mais alto interesse, mas que pouco tem a ver com restauração), mas por ser o "produto final" de uma, mais ou menos longa, elaboração ao longo do tempo e que com o "tempo" tem que lidar (Dalla Negra, 2015).

A ideia de unidade potencial aparece também na reflexão de Giovanni Carbonara (2023 [2008], p. 174-175) a partir de analogia da arquitetura a um texto literário, sendo a ação do restauro direcionada a torná-lo inteligível:

[...] a tarefa do nosso tempo não é “copiar ou refazer o verso” adotando as modalidades estilísticas do passado, mas captar as marcas, reinterpretar as características em uma chave da linguagem de hoje e, enfim, conduzir para novas sínteses as sugestões provocadas pela estrutura figurativa da preexistência. Substancialmente, trata-se de propor formas aptas a responder seja às exigências modernas de uso seja àquelas de “escuta” dos valores do contexto evocado.

Ainda, Carbonara coloca mais diretamente nesse mesmo texto o seu entendimento sobre a restauração: “A restauração é um problema de equilíbrio e ponderação: é mais escuta do que externalização e proposição” (Carbonara, 2023 [2008], p. 177).

Mas, talvez, o mais importante seja o destaque que deve ser dado ao fato de que essa reflexão é importante não apenas para lidarmos com os conjuntos patrimoniais de destaque reconhecidos por legislações preservacionistas, mas para o desenvolvimento de uma sensibilidade projetual que atenta aos valores da cidade consolidada. Como destacam vários autores italianos, como Giovanni Carbonara, Claudio Varagnoli, Ricardo Dalla Negra, Maria Rosario Vitale etc., a nossa busca deve ser pela superação da cisão criada entre uma “cultura do restauro” e uma “cultura do projeto”.

Trata-se, portanto, de intervir sobrepondo o presente ao passado num esforço para fundir antigo e novo em uma verdadeira unidade (Bonelli, 1995, p. 31 *apud* Carbonara, 2023 [2008], p. 176).

Não é um problema de projeto especializado mas *de sensibilidade e de método*; talvez seja também um problema de pesquisa e trocas entre competências diferentes, mas sempre com base em **sólidas capacidades projetuais** (Carbonara, 2023 [2008], p. 186, grifos nossos).

O autor segue, nesse mesmo texto, oferecendo vários exemplos de inserção de projetos contemporâneos em contextos históricos, e mesmo aqueles que não sejam exatamente “projetos de restauro”² devem partir daquilo que nossos colegas Lúcia Veras e Bruno Lima, professores de projeto do 1º ano do curso de Arquitetura e Urbanismo na UFPE, chamam de “o limite do gesto” em um processo de “educar o olhar e desenvolver a sensibilidade”³:

São necessárias, portanto, atenção, paciência, capacidade de escuta do sítio e clareza metodológica; qualidades longe de serem difusas, muitas vezes substituídas por abordagens gestuais e emotivas, superficiais ou fundadas em banais efeitos de contraste, majoritariamente ligados a modismos ultrapassados. No campo dos projetistas, mas antes de tudo

-
- 2 E aqui surge mais uma vez a difícil questão já levantada no prefácio desta publicação entre os termos/conceitos restauração, preservação e conservação e, por consequência, entre os termos “projeto de restauro” e “projeto de intervenção”. Sugerimos observar as colocações desenvolvidas no prefácio.
- 3 Palavras registradas a partir de nossas conversas em banca de trabalho final de graduação e pelos corredores da escola. Vale salientar que aqui os professores do 1º ano estão trabalhando com o tema da “requalificação” e, apesar de não estarem intervindo em uma área de reconhecido valor patrimonial, estão promovendo o desenvolvimento desse olhar sensível sobre a área objeto de intervenção, independentemente da existência de exigências legais de preservação.

das escolas de arquitetura, se observa de fato uma formação demasia-
da incerta e apressada com relação aos temas do projeto em presen-
ça do antigo: não se ensina e quase se rejeita com desconforto aquele
exercício de paciência na escuta e na compreensão dos testemunhos
histórico-artísticos do passado aos quais já nos referimos (Carbonara,
2023 [2008], p. 177).

Conforme destacado desde o prefácio desta publicação, inde-
pendentemente de estarmos falando de um “projeto de restauro”
ou de um “projeto de intervenção” acreditamos na importância de
estarmos sempre ancorados nos princípios teórico-metodológicos
do campo do restauro.⁴

Tais preocupações estão no âmago de nosso grupo de pesqui-
sa, que foca tanto nessa relação indissociável entre teoria e pro-
jeto, quanto na preocupação para com nosso papel de professores
de cursos de Arquitetura e Urbanismo no desenvolvimento dessas
habilidades específicas. Afinal, sem negar toda a complexidade do
tema da preservação e a necessidade indiscutível de uma aproxi-
mação interdisciplinar, ao cabo, o profissional responsável por tra-
duzir essa reflexão no âmbito do projeto, que afetará diretamente a
materialidade e a estratificação histórica da cidade, será o arquiteto.
Especialmente os capítulos reunidos na segunda parte desta publi-
cação se concentram em tal questão. Sobre as competências especí-
ficas do profissional de arquitetura, vale a pena observar o comen-
tário realizado pela professora Beatriz Mugayar Kühl (2022, p. 53):

A visão sobre o espaço de um geógrafo, de um antropólogo e de um
arquiteto, por exemplo, são distintas e oferecem contribuições que de-
vem ser levadas em conta. Mas um arquiteto não deve ser um antropó-
logo amador; precisa, porém, ter compreensão suficiente das questões
envolvidas para estabelecer o diálogo, sem renunciar às suas próprias
competências. O intuito é assegurar que as diversas vozes sejam ouvi-
das, incluindo as bases fundamentais trazidas pela arquitetura, que têm
sido desvalorizadas em tempos recentes.

4 O grau de rigor, e também a definição de hierarquia entre eles, com que serão apli-
cados os princípios de mínima intervenção, distinguibilidade, retrabalhabilidade e com-
patibilidade de materiais dependerá da análise específica de cada preexistência objeto
de intervenção.

A consideração acima destacada faz parte de uma publicação recente sobre o tema o ensino para a preservação do patrimônio, que é um dos resultados do esforço concentrado no desenvolvimento de um seminário ocorrido em 2021, organizado em parceria entre PPGAU-UFF, ICOMOS Brasil e Rede PHI. O resultado dessas reflexões foi sistematizado em um livro organizado especialmente sobre o ensino de patrimônio e os conteúdos mínimos do ensino de patrimônio na graduação em Arquitetura e Urbanismo intitulado “Patrimônio cultural na Contemporaneidade: Volume 1 - Ensino”.⁵ No capítulo de fechamento da segunda parte do livro, ao tensionar questões levantadas pelos capítulos que compõem essa parte do livro, Nery e Vieira-de-Araújo (2022, p. 121-122) entendem que o desafio central para a formação está no seguinte “nó”:

[...] o principal nó da temática aqui tratada que se constitui na tensão gerada entre três questões: a obrigatoriedade da formação no campo da preservação do patrimônio cultural; a exclusividade da atribuição para intervenção em preexistências com interesse de preservação; e a enorme flexibilidade e irregularidade dos componentes curriculares do gigantesco número de cursos de arquitetura e urbanismo em todo Brasil. Os questionamentos fundantes nos parecem ser: o quê, como e quanto se deve garantir para capacitar e habilitar um profissional arquiteto urbanista que, sem nenhuma obrigatoriedade de alguma formação complementar, terá atribuição para atuar no campo da preservação?

As autoras seguem apontando para a necessidade de enfrentar o desafio de uma formação que garanta “a forma transversal em que as questões do campo atravessam todas as disciplinas do curso num diálogo constante entre as várias áreas de saber e o campo da preservação”.

Considerando a urgência da agenda da arquitetura e do urbanismo no século XXI, o excesso construído de nossas cidades e a premente necessidade de “construir no construído” o caminho, parafraseando o caro professor Pasqualino Magnavita, não seja o “ou” e sim o “e”. Talvez a

5 O livro conta com a organização geral de José Pessoa e Andrea Sampaio, da UFF, e de Flávio Carsalade, da UFMG e atual presidente do ICOMOS Brasil (todos integrantes da Rede PHI - Rede Ibero-americana de Patrimônio Histórico que objetiva a troca de experiências para o ensino de projeto de intervenção) e conta com a contribuição de duas autoras da presente publicação.

mais adequada estratégia para qualificar a formação em arquitetura e urbanismo no campo da preservação seja, concomitantemente, termos disciplinas específicas que garantam maior consistência na compreensão e apropriação dos conhecimentos do campo da preservação do patrimônio cultural, conjuntamente à transversalidade do tema, durante todo o curso, pautado no pressuposto que a agenda do século XXI impõe a prerrogativa de lidar com a preeexistência (Nery; Vieira-de-Araújo, 2022, p. 122).

Essa tentativa pode ser observada especialmente na experiência compartilhada no quinto capítulo da presente publicação. Também identificamos o diálogo com as preocupações centrais do professor Giovanni Carbonara (2023 [2008], p. 195) quando fala da responsabilidade sobre o projeto da “figura própria e madura de arquiteto” e defende estarmos falando de um projeto “não subdivisível em múltiplas habilidades profissionais nem redutível à sua simples somatória” (Carbonara, 2023 [2008], p. 175):

Tal processo de projeto, ao contrário, deve ser fortemente unitário e guiado por um mesmo espírito crítico e criativo, isto é, por uma capacidade de prever, analisar e perseguir, ainda que com necessários ajustes, mesmo durante o canteiro, um resultado repleto de inegáveis implicações estéticas (Carbonara, 2023 [2008], p. 175).

Nery e Vieira-de-Araújo (2022) colocam ainda como “uma questão em aberto”, necessitando de maior debate, a relação entre o ensino da graduação e pós-graduação: “o que está no âmbito da formação na graduação e o que necessita de aprofundamento em nível de pós-graduação?” É certo que a formação para a ação projetual no campo da preservação pode (e deve) ser amadurecida através da busca por uma formação continuada para além da graduação, mas nos preocupa a atenção para habilidades que devem ser desenvolvidas já no âmbito da graduação, sob pena de seguirmos nos defrontando com grandes perdas e gestos gratuitos sem nenhuma reflexão conservativa paupetando o desenvolvimento de projetos de arquitetura sobre a cidade consolidada:

Entretanto, é preciso que fique claro que, mesmo que se venha a circunscrever o objetivo da graduação ao trabalho com projeto de intervenção (e não do restauro propriamente dito), mesmo estando claro que existem

diversas possibilidades de intervenção, todas fazem parte desse campo de reflexão e, portanto, devem necessariamente estar ancoradas nos princípios operativos estabelecidos pelo campo preservacionista. Lembrando que estamos falando de uma atuação sobre preexistências que possuem um valor diferenciado, entendidas como bem cultural, e que necessitam do “olhar projetual” do qual falamos acima pautado pelas preocupações próprias do campo (Nery; Vieira-de-Araújo, 2022, p. 119).

Além disso, é interessante o olhar lançado sobre as possibilidades que se abrem através das atividades de extensão ligadas à graduação em vários dos capítulos presentes na publicação acima citada:

Destacamos aqui o papel da extensão que, de certa forma, perpassa os textos de quase todos os autores desta seção. Parece-nos que, através de apontamentos distintos, todas as falas reforçam a importância dessa conexão entre o saber acadêmico e a realidade cotidiana. Assim, podemos vislumbrar um indicativo para que o campo da preservação tire partido da oportunidade que se coloca com a obrigatoriedade da curricularização da extensão, agora em pauta na formação superior no Brasil, como uma rica possibilidade, tanto em modos mais significativos de ensino-aprendizado como na ressignificação e retroalimentação das práticas e das reflexões dentro da universidade (Nery; Vieira-de-Araújo, 2022, p. 120).

É preciso lembrar ainda que, enquanto ação do presente, para a ação do restauro, então, o bem precisa ser lido e interpretado tal como chegou aos dias atuais; e sua valoração, ou significância cultural, será decorrente do juízo fincado no hoje, moldado socialmente. Desafio que ainda se coloca à ação projetual sobre bens culturais é o de desenvolver ferramentas que permitam captar os valores atribuídos a partir da perspectiva intersubjetiva dos stakeholders, levando em consideração a história, práticas e usos, limites e possibilidades atrelados ao bem para, a partir desse conjunto complexo e multifacetado de informações, construir respostas projetuais que alinhem as expectativas sociais e as atualizações estruturais e funcionais necessárias aos princípios éticos da conservação.

A discussão acerca das noções de autenticidade e integridade, balizadoras da inscrição de bens na lista de patrimônio mundial da UNESCO, junto ao chamado valor universal excepcional, também apareceu em discussões trazidas nesta publicação e é interessante iluminar os novos caminhos e alternativas ao entendimento da

referida instituição, a partir de uma ótica integrativa entre significância cultural, integridade e autenticidade.

Consideramos sempre importante reafirmar a necessidade de aprofundamento teórico sobre a questão da atribuição de valores, que necessariamente nos remete a dimensões imateriais do patrimônio e a necessidade de amadurecimento dos conceitos de integridade e autenticidade a partir da sua indissociabilidade com as reflexões sobre a significância. Conforme lembrado no capítulo 8, os Princípios de La Valletta a respeito da Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos (2011) podem ser considerados resultados do amadurecimento do campo e de ideias que começaram a circular, por exemplo, através da Recomendação de Nairóbi (1976) e da Carta de Washington (1987). Destacam-se as dimensões tangíveis e intangíveis (espírito do lugar) como fundamentais ao reconhecimento das especificidades de um sítio, além de discutir-se a preservação como base para o planejamento urbano e o desenvolvimento territorial.

Assim, acreditamos que essa reflexão deve vir acompanhada do alerta de que a consciência sobre as dimensões imateriais não deve significar um apagamento das reflexões sobre os princípios teórico-metodológicos de ação sobre a materialidade. Em vez disso, seguimos na busca por alcançarmos uma prática preservacionista capaz de lidar com a indissociabilidade entre materialidade e imaterialidade (Vieira-de-Araújo, 2022).

A discussão proposta que vai “da teoria ao projeto” atenta ainda para as especificidades de situações de natureza distinta. Por exemplo, ao se dedicar, na terceira parte desta publicação, à temática da conservação da arquitetura moderna e do patrimônio industrial, demonstra-se como o caráter inovador e experimental dessa produção é um traço comum a essas obras, e é muito provável que nele resida grande parte dos desafios à sua conservação na contemporaneidade. Os casos apresentados na parte III do livro demonstram que há possibilidade de enfrentar esse e outros desafios projetuais em bens desse período, buscando-se estabelecer o equilíbrio entre a conservação da materialidade autêntica, marcada e patinada pelo tempo, com a concepção original do autor, sem que

esta seja privilegiada com relação àquela, como muitos já defendem. Outro tema trazido nessa parte da publicação, e que cabe ainda uma vez retomar, é a importância de um entendimento que confira maior complexidade ao que pode ser tomado como patrimônio moderno e da industrialização, incluindo, como Susan MacDonald (2009) recomenda, as paisagens, os traços do planejamento urbano e os lugares socialmente significativos, visto que "sua herança deve celebrar suas conquistas e as respostas ricas e diversas ao mundo em rápida mudança". Por fim, e mais uma vez, cabe declarar nossa certeza de que a educação patrimonial é uma ferramenta imprescindível para despertar nas pessoas a consciência da importância de preservar os edifícios modernos, por meio de programas de educação e divulgação de suas características e de seus significados.

Como afirma a Carta de Burra (ICOMOS, 2013), a significância cultural nem sempre está à vista, muitas vezes é preciso explicitá-la:

Reconhecer a significância cultural de edifícios do movimento moderno é o maior desafio à sua conservação. A ausência de consciência patrimonial está relacionada tanto à falta de conhecimento sobre os significados históricos e artísticos dos bens, como à inexistência de um sentimento de identificação e pertencimento das pessoas para com eles (Lira, 2015, p. 35).

Por fim, na última parte desta publicação, destacamos algumas das dificuldades para o alcance de uma relação de fato saudável e consistente na gestão urbana de nossas cidades entre ações de preservação e de planejamento urbano. A questão da permanência de comunidades residentes socialmente frágeis em áreas históricas que passam a ser objeto de ações de "requalificação", que capturam essas áreas para um turismo cultural simplista e pouco sustentável, parece ser um tema que ainda nos assombra e que permanece na agenda política central, apesar dos muitos exemplos já conhecidos com suas enormes fragilidades, aqui discutidos através de Recife e João Pessoa. Além disso, apostar todas as fichas na legislação preservacionista já se provou como um caminho sem muitas perspectivas, como foi demonstrado através dos casos analisados de Natal e João Pessoa.

Mais uma vez, Carbonara é certeiro:

Se toda expectativa é derramada sobre o centro histórico, ele entrará em colapso por excesso de funções; no caso contrário, sofrerá por abandono e esvaziamento social e funcional. Também é perigosa a monofuncionalidade, mesmo que apenas turística, produtora de cidades falsas. Deveria ser buscado um equilíbrio na distribuição das funções [...]. (Carbonara, 2023 [2008], p. 191).

Os temas centrais que movem os pesquisadores, tais como a teoria do restauro e as questões metodológicas do projeto sobre a preexistência de valor patrimonial, a significância cultural e o desenvolvimento de métodos que possam operacionalizar esse conceito, as questões voltadas ao ensino do profissional de Arquitetura e Urbanismo para atuação no campo preservacionista, o uso do recurso do desenho manual com ênfase na observação que potencializa a experimentação do lugar, a indissociabilidade do planejamento urbano e da preservação patrimonial, entre outros, nos colocam, portanto, diante de um conjunto de abordagens que se constituem em mais um pequeno passo nessa grande construção processual do campo preservacionista brasileiro. Seguimos!

Referências

- BRANDI, Cesare. Teoria da restauração. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.
- CARBONARA, Giovanni; ANDRADE (TRAD.), N.; GRACO CAFEZEIRO (TRAD.), Y. A restauração não é conservação... Revista Thesis, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 2023. DOI: 10.51924/revthesis.2023.v8.411. Disponível em: <https://thesis.anparq.org.br/revista-thesis/article/view/411>. Acesso em: 24 jan. 2024.
- DALLA NEGRA, Ricardo. Forma formante: il progetto di restauro come processo critico. Architetti.com. 2015. Disponível em: <https://www.architetti.com/forma-formante-il-progetto-di-restauro-come-processo-critico.html>. Acesso em: 24 jan. 2024.
- ICOMOS. Charter for the conservation of historic towns and urban areas. Washington: ICOMOS, 1987. Disponível em: https://admin.icomos.org/wp-content/uploads/2023/01/towns_e.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.
- ICOMOS. The Burra Charter: The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance. Australia, 2013. Disponível em: <http://australia.icomos.org/publications/charters/>. Acesso em: 15 set. 2022.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Cesare Brandi e a teoria da restauração. *PosFAUUSP*, [s. l.], n. 21, p. 197-211, 2007. DOI: 10.11606/issn.2317-2762.voi21p197-211. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43516>. Acesso em: 27 jan. 2024.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Comentário: notas sobre o ensino de patrimônio na graduação. In: PESSOA, José Simões de Belmont; SAMPAIO, Andréa da Rosa; CARSALADE, Flávio de Lemos (org.). *Patrimônio cultural na Contemporaneidade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Rio Books, 2022. v. 1, p. 52-60. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/28891/Livro%20Semin%C3%A3rio%20vol1_PatrimonioBR_MIOLO-04.04%20%283%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 19 dez. 2024.

LIRA, Flaviana Barreto. Por uma agenda de discussões sobre a conservação da arquitetura moderna. In: ZANCHETI, Silvio Mendes; AZEVÊDO, Gabriela Magalhães; NEVES, Carolina Moura (org.). *A Conservação do Patrimônio no Brasil: teoria e prática*. Olinda: Centro de Estudos da Conservação Integrada, 2015.

MACDONALD, Susan. Preserving post-war heritage: the care and conservation of mid-twentieth century architecture. In: (Un) loved modern: conservation of 20th century heritage conference, Sydney, 2009.

NERY, Juliana Cardoso; VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda. Comentários: a formação disciplinar em Arquitetura e Urbanismo no campo da preservação do patrimônio cultural: um debate em construção. In: PESSOA, José Simões de Belmont; SAMPAIO, Andréa da Rosa; CARSALADE, Flávio de Lemos (org.). *Patrimônio cultural na Contemporaneidade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Rio Books, 2022. v. 1, p. 114-123. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/28891/Livro%20Semin%C3%A3rio%20vol1_PatrimonioBR_MIOLO-04.04%20%283%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 19 dez. 2024.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC, CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). *Recommendation concerning the safeguarding and contemporary role of historic areas*. Nairobi: Unesco, 1976. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/legal-affairs/recommendation-concerning-safeguarding-and-contemporary-role-historic-areas?hub=66535>. Acesso em: 5 dez. 2024.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda. *Materialidade e imaterialidade no patrimônio construído: Brasil e Itália em diálogo*. Recife: Editora UFPE, 2022.

Sobre as autoras e os autores

Ana Clara Giannecchini

Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB, é doutora (2019) e pós-doutoranda em Arquitetura e Urbanismo (UnB), especialista em Gestão Pública (Escola Nacional de Administração Pública, 2014), mestre (2009) e graduada em Arquitetura e Urbanismo (2004) pela USP. Atuou no IPHAN (2010-2022) com normas de preservação e tem experiência em políticas públicas para o patrimônio cultural e o planejamento urbano. Membro do grupo de pesquisa Cidades Possíveis (PPG-FAU/UnB - Linha de Pesquisa Representações da cidade), inclui, em seus temas de pesquisa e ensino, história e teoria da cidade.

Ana Elisabete Medeiros

É arquiteta e urbanista (UFPE); obteve DEA em Urbanismo pelo IUG-UPMF, Grenoble (França) e Doutorado em Sociologia pela UnB incluindo período no CLAS-UC/Berkeley. Professora da FAU/UnB fez pós-doutorado no Laboratório PACTE/IUG-UPMF e foi Academic Visitor no LAC/Oxford. Foi Chefe de Departamento e, hoje, faz parte do Projeto “One Company Town in Brazil” e do grupo de Pesquisa Documentação, Modelagem e Preservação do Patrimônio Cultural.

Orienta ICS, TFGs, Dissertações e Teses. Pesquisa e publica sobre preservação do patrimônio cultural.

Ana Paula Farah

Arquiteta Urbanista – Professora do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação “Stricto Sensu” em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ) desde 2018, e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na PUC-CAMPINAS, desde 2012. Graduada pela PUC-CAMPINAS (1996) e Università degli Studi di Ferrara - Itália (2005). Especialista em Restauro Arquitetônico pela PUC-CAMPINAS (1999) e PUCPR (2005). Mestre em Tecnologia do Ambiente Construído pela EESC-USP (2003) e Doutora em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo pela FAU-USP (2012).

Anna Cristina Andrade Ferreira

Graduação e mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela UFPB, e doutorado pelo PPGAU/UFRN. Foi bolsista do Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN/UNESCO, professora do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIPÊ e professora substituta do Departamento de Arquitetura da UFPB. Atualmente é professora adjunta do curso Arquitetura e Urbanismo na UFERSA. É avaliadora de periódicos voltados para arquitetura e urbanismo e seu ensino. Área de atuação principal: preservação do patrimônio cultural, teoria e história da arquitetura e do urbanismo e intervenções urbanas em sítios históricos.

Beatriz de Oliveira Alcantara Gomes

Mestranda vinculada à linha de pesquisa de Patrimônio e Preservação (PPG-FAU/UnB), é arquiteta e urbanista pela UnB (2015), com passagem pela Università degli Studi di Firenze (Itália), onde aprofundou os estudos em preservação do patrimônio edificado. Desenvolveu pesquisa que resultou em diretrizes de intervenção e preservação para o Cine Drive-in de Brasília, bem moderno valorado. Atualmente é arquiteta da Superintendência do Iphan no Distrito

Federal e possui interesse pelo campo do patrimônio cultural material, principalmente pela temática da preservação da arquitetura e urbanismo moderno.

Clara Patrício da Silva Araújo

Arquiteta e urbanista formada pela Universidade Federal de Pernambuco (2018), especialista em Produção do Espaço pelo Ipog (2021). Durante a graduação realizou iniciação científica na área de conservação da arquitetura moderna, voltada para o patrimônio moderno pernambucano. Desenvolveu pesquisa no campo do patrimônio industrial, com foco na relação do antigo x novo, na intervenção sobre a preexistência e na teoria do restauro atual.

Elaine de Albuquerque Medeiros

Possui graduação em Direito pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió - CESMAC (2023). Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Alagoas (2011). Mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2014), na área de concentração de urbanização, projetos e políticas físico-territoriais.

Eunádia Cavalcante

Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), doutora (2015) e mestre (2001) em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFRN). É membro do grupo de pesquisa Projetar, professora adjunta e, desde 2019, chefe do Departamento de Arquitetura. Também é professora colaboradora do PPG em Arquitetura, Projeto e Meio Ambiente (PPAPMA), todos da UFRN. Atua como Conselheira Titular do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Norte (2017-2020 e 2021-2023). Integra e compõe a coordenação do grupo Urban Sketchers Natal.

Fernanda Rocha de Oliveira

Arquiteta e Urbanista pela UFPB (2011), é mestre em Preservação do Patrimônio Cultural pelo IPHAN (2015) e doutoranda em Desenvolvimento Urbano (MDU) pela UFPE (2021-atual). Foi técnica analista e coordenadora de Arquitetura e Ecologia no órgão estadual de preservação da Paraíba (IPHAEP), além de docente de cursos de Arquitetura e Urbanismo de faculdades privadas da Paraíba e do Ceará (2017-2020). Atua em diversas frentes de pesquisa, tais como: políticas públicas do patrimônio cultural construído; inventários; decolonialidade; currículos de Arquitetura; participação social.

Flaviana Barreto Lira

Docente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB (graduação e pós-graduação), é arquiteta e urbanista pela UFPE (intercâmbio na Faculdade de Arquitectura do Porto), pós-doutora pela Brandenburgisch Technische Universität/Alemanha e doutora em Desenvolvimento Urbano (UFPE) - com tese publicada em livro. Foi técnica do IPHAN-DF e membro titular do Conselho Fiscal da ANPUR. Integra o Laboratório de Urbanismo e Patrimônio (UFPE), o grupo de pesquisa Cidade Possíveis (FAU/UnB) e o Comitê Científico de Teoria e Filosofia da Restauração (ICOMOS Brasil), com atuação focada em conservação do patrimônio.

Gabriela Souto Maior

Graduada em 2024 no curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), foi pesquisadora PIBIC sob orientação de Natália Miranda Vieira-de-Araújo com trabalho intitulado “Porto Novo” - Recife: Análise das intervenções sobre o patrimônio construído da área portuária do Bairro do Recife”, e monitora nas disciplinas de Teoria V e Tectônica V. Estagiou no IPHAN/PE e na obra de restauro da Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares, onde posteriormente contribuiu com a organização da documentação fotográfica e idealização da apresentação para a cerimônia de reabertura.

George Alexandre Ferreira Dantas

É professor associado do Depto de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN; mestre (2003) e doutor (2009) em Teoria e História pelo atual IAU-USP; realizou estágio de pós-doutorado (2016-2017) junto ao Depto de História Contemporânea da Universidad del País Vasco; escreveu e organizou vários livros e artigos sobre história cultural urbana, da arquitetura e do urbanismo, patrimônio, formação do território do Nordeste e da cultura técnica do Brasil.

Haroldo Maranhão

Arquiteto e urbanista com mestrado profissional em projeto arquitetônico, patrimonial e meio ambiente (UFRN), tem atuado em escritório de arquitetura, cargos públicos (nos campos da cultura, patrimônio e projeto arquitetônico) e acadêmicos (docente em cursos de Arquitetura e Engenharia Civil, de graduação e especialização), execução de obras e restauro de edifícios de valor patrimonial (Memorial Legislativo Potiguar, EDTAM, antiga Estação Ferroviária, Edifício Bila, espaço cultural Casa da Ribeira, etc.), e com palestras/debates sobre questões patrimoniais e culturais da capital potiguar.

José Clewton do Nascimento

Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal do Ceará (UFC), doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (PPGAU UFBA). Foi arquiteto da Divisão Técnica da Superintendência do IPHAN/CE (2006-2011). Atualmente é Professor Associado do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DARQ UFRN), e professor permanente dos Programas de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) e em Arquitetura, Projeto e Meio Ambiente (PPAPMA), ambos da UFRN. Desde 2012 é integrante e um dos coordenadores do grupo Urban Sketchers Natal.

José Roberto Merlin

Arquiteto-Urbanista formado pela FAUUSP, com mestrado e doutorado também na mesma instituição. Foi professor da FAUPUC Campinas na graduação e na Pós-Graduação, de 1975 a 2021. Trabalha com projeto de arquitetura e urbanismo no eixo da região Campinas-Sorocaba, tendo criado cerca de 400 obras e elaborado 5 planos diretores municipais, além de ocupar cargos políticos e técnicos na administração municipal em Salto SP. Participou da diretoria da Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura – ABEA, sendo atualmente Conselheiro Titular eleito para a gestão 2021-2023 do CAU SP.

Juliana Carvalho Clemente

Arquiteta e Urbanista (UFPB - 2010), Mestra em Engenharia Urbana e Ambiental (UFPB-2012), Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017). Professora dos cursos de Engenharia Civil e Técnico em Edificações no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil.

Letícia Naka Cartaxo Mishina

Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Alagoas, e mestrandona linha de Patrimônio e Preservação pelo PPG/FAU - UnB. Profissionalmente, atua como arquiteta no desenvolvimento de projetos em sítios históricos, monumentos, bens patrimoniais e empreendimentos privados. Em 2022 participou do US/ICOMOS' International Exchange Program, trabalhando para o National Trust for Historic Preservation em Washington, DC. Seus interesses de pesquisa incluem paisagem cultural, vazios urbanos em centros históricos, significância cultural, autenticidade e integridade do patrimônio urbano.

Manoela Jordão

Manoela Jordão é urbanista e arquiteta formada pela Universidade Federal de Pernambuco em 2017. Militante do direito à cidade e à

moradia adequada, é membra fundadora e assessora técnica popular na Cooperativa Arquitetura e Urbanismo e Sociedade (CAUS) desde 2015. Fez parte da comissão organizadora do 1º Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste e integrou a gestão de 2020/2021 do IAB Pernambuco como copresidente. Desenvolve trabalhos de consultoria e pesquisa no campo do planejamento territorial, da incidência em políticas públicas, da cartografia e do desenho urbano.

Manuella de Carvalho Coêlho

Arquiteta e Urbanista pela U nB e graduação sanduíche na Universidad San Pablo CEU. Cofundadora do Coletivo MOB. Atuou com Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social na Companhia de Desenvolvimento Habitacional do DF. Coautora do livro ATUAIS: anotações sobre o processo de imersão da equipe técnica da CODHAB nas periferias do DF. Atuou no desenvolvimento do Plano Distrital de Habitação de Interesse Social do DF. Trabalha com Regularização Fundiária na Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF e participa da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF.

Mariana Leite Melo e Silva

Arquiteta e Urbanista pela Universidade de Brasília (2015) com graduação sanduíche na Università degli Studi Roma Tre. Atuou como arquiteta e coordenadora de projeto no escritório CODA Arquitetos em Brasília. Desde 2019 reside na Alemanha, onde atuou como arquiteta nos escritórios Plösser Architekten e Konrad Knoblauch.

Monique Lessa Vieira Olimpio

Professora Adjunta na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa/Campus Pau dos Ferros). Doutora em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAU/UFRN - 2020). Pesquisadora com ênfase nos eixos teoria, projetos/ações e ensino

do campo da preservação patrimonial. Vinculado aos seguintes grupos de pesquisa: Alpendre - Arquitetura e Representação - UFERSA; Cidade, História e Memória - UFERSA; Patrimônio Cultural: Teoria, Projeto e Ensino. - UFPE.

Natália Miranda Vieira-de-Araújo

Graduada (UFPE) e mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFBA), doutora em Desenvolvimento Urbano (UFPE), e pós-doutora pela Università di Roma La Sapienza. É Professora Associada do Departamento de Arquitetura e Urbanismo; Professora Permanente e coordenadora (fev. 2022 a fev. 2025), do PPG em Desenvolvimento Urbano da UFPE; Professora Colaboradora do PPG em Arquitetura e Urbanismo da UFRN. Tem sido representante na Rede Patrimônio Histórico-Cultural Iberoamericano (DARQ-UFRN; DAU-UFPE) e no Conselho de Preservação de Olinda (UFPE). É sócia-fundadora e membro do Conselho Científico do CECI e foi, entre julho de 2020 e janeiro de 2022, Coordenadora da Comissão de Patrimônio Cultural do IAB-PE.

Oscar Luís Ferreira

Arquiteto e Urbanista (UnB, 1991), mestre em Arquitetura (PROARQ/UFRJ, 1996) e doutor em Arquitetura e Urbanismo (PPG/FAU - UnB, 2011). Na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB é Professor Adjunto do Departamento de Tecnologia e membro do Programa de Pós-Graduação, atuando na linha de pesquisa “Patrimônio e Preservação”. Tem experiência profissional na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: racionalização da construção, patologias da construção, intervenção e restauro de bens imóveis.

Talys Napoleão Medeiros

Mestre em Desenvolvimento Urbano, formado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 2021, com pesquisa nos campos do patrimônio ferroviário e da requalificação urbana. Arquiteto e

Urbanista, formado pela UFPE, em 2018, com período sanduíche pelo programa Ciência sem Fronteiras na Università degli Studi Roma Tre (Itália), entre 2014 e 2015. Técnico em Edificações, formado pelo Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), em 2011. Foi membro do INCITI - Pesquisa e Inovação para as Cidades, grupo transdisciplinar de pesquisa vinculado à UFPE, entre 2017 e 2019.

Título O campo preservacionista no Brasil:
da teoria ao projeto
Organização Natália Miranda Vieira-de-Araújo
Formato E-book (PDF)
Tipografia Joanna Nova (texto) e Joanna Sans Nova (títulos)
Desenvolvimento Editora UFPE



Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20, Várzea, Recife-PE
CEP: 50740-530 | Fone: (81) 2126.8397
editora@ufpe.br | editora.ufpe.br

